



Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**JUVENTUDES RURAIS E PERMANÊNCIAS: RURALIDADES E URBANIDADES  
REPRESENTADAS NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA**

**Rodrigo Kummer**

**Orientadora: Profa. Dra. Eli de Fátima Napoleão de Lima**

**RIO DE JANEIRO, JULHO DE 2019**

**RODRIGO KUMMER**

**JUVENTUDES RURAIS E PERMANÊNCIAS: RURALIDADES E URBANIDADES  
REPRESENTADAS NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA**

**Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-  
Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade – CPDA da Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ para a obtenção do título  
de doutor em Ciências Sociais.**

**RIO DE JANEIRO, JULHO DE 2019**

K95j

Kummer, Rodrigo , 1986-  
Juventudes rurais e permanências: ruralidades e  
urbanidades representadas no Extremo Oeste de Santa  
Catarina / Rodrigo Kummer. - Rio de Janeiro, 2019.  
416 f.

Orientadora: Eli de Fátima Napoleão de Lima.  
Tese(Doutorado) . -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade, 2019.

1. Juventude rural. 2. Permanência. 3.  
Representações sociais. 4. Ruralidade. 5. Extremo  
Oeste de Santa Catarina. I. Lima, Eli de Fátima  
Napoleão de, 1954-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001



Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



## UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade (CPDA)

### RODRIGO KUMMER

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 11/09/2019.

---

Prof.ª Dr.ª ELI DE FATIMA NAPOLEAO DE LIMA (CPDA/UFRRJ)  
(Orientadora)

---

Prof.ª Dr.ª THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES (CPDA/UFRRJ)

---

Prof.ª Dr.ª CLARICE CRISTINE FERREIRA MENEZES (UFRRJ)

---

Prof.ª Dr.ª SUSANA CESCO (UNIRIO)

---

Prof.ª Dr.ª ANA LOUISE DE CARVALHO FIUZA (UFV)



Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



*Aos meus pais, Marli e Estanislau,  
pelo apoio incondicional nessa jornada.*

*A Fernanda, pelo carinho, companheirismo e aprendizado.*

## AGRADECIMENTOS

O tecer desta tese foi um processo intenso. O drama da tomada de decisões diante das dúvidas sempre renovadas produziu sentimentos ambíguos: hora uma convicção pragmática, hora uma perspectiva de derrota intelectual. O processo, porém, seguiu seu curso, fazendo dessa jornada uma empreitada árdua e muito produtiva.

Nesse fazer coletivo, muitas pessoas foram fundamentais. Embora o risco de esquecer alguém seja grande, é preciso enfrentá-lo. Aqueles que acaso não mencionei sabem que me são queridos de coração.

Em primeiro lugar agradeço à CAPES pelo apoio ao CPDA e especialmente ao CNPq pela bolsa de estudos. Não haveria tese sem bolsa. Não haveria um estudante de doutorado que é filho de pequenos agricultores pobres. Em momentos que vemos ataques à pesquisa e à pós-graduação do país, é importante lembrar que não há pensamento sistemático sem empenho, assim como ele não existe sem apoio estrutural.

Agradeço a Eli Napoleão de Fátima de Lima que me acolheu como orientando. Acalmou um estudante inseguro. Estimulou a dar de mim o que tenho de melhor. Sua dedicação, paciência e perspicácia para fazer-me pensar além do óbvio foram fundamentais para que hoje eu seja uma pessoa melhor. Ao fim e ao cabo carrego muito mais que uma orientação, levo comigo uma amizade fraterna. Muito obrigado Ly!

Aos professores e funcionários do CPDA. Lembro que ainda em 2013 brinquei com um colega. Disse a ele em tom de brincadeira, mostrando um livro da querida Maria José Carneiro: olha, um dia ainda vou estudar nesse lugar. Em 2015, no 1º de março, aniversário de 450 anos eu chegava ao Rio de Janeiro. A experiência de aprendizado se deve a esse convívio. Em especial agradeço aqueles com quem tive maior contato: Débora, Cláudia, Renato, Sérgio, Fátima, Eli, Thereza, Maria José, Diana, Luiz, Ana Lídia, Fernanda, Silvia, Antônio Reginaldo, Janete e Silvinha.

Aos colegas de turma “D-2015”: Ana, Ariane, Dayana, Elisa, Fabrício, Lidiane, Luiz Carlos, Rita e Thaís. Dividir as angústias fortaleceu a “fé na Ciência”, ainda que eu contribuisse com um pessimismo pragmático e cotidiano (“todo otimismo será castigado...”). Em especial à Rita com quem dividi a experiência de moradia em Paquetá. De Paquetá agradeço também a Manuela e ao Gabriel. Nos tornamos mais que ilhas, fomos a Guanabara inteira!

Aos demais colegas de outras turmas com quem dividia ponderações teóricas, textos e uma cerveja no Arco do Teles: Juan, Valdênio, Veruska, Nadja, Fellipe Prado, Fabiane, Thaís Eletherio, Yamira, Felipe Costa, Afonso. Dos tempos de moradia na Glória, Adriano e Jeferson. Em especial as amigas queridas, Carlinha e Juanita. Formamos um trio de fortalecimento emocional que levarei para vida toda!

Aos amigos mais íntimos de Palma Sola a Francisco Beltrão: Isac, Alan, João, Ricardo, Claudinei Gheno, Cleomar, Lucas Ramos, Lucas Romio, Claudinei Truculo, Renan, Ismael, Santolin, Schipanski, Mauro, Juninho, Roberto, Leonardo, Odair, Cleverton, Claídes, José Lúcio, Bonamigo. Essa lista segue...

A Epagri, principalmente em nome da Simone, Flávia, Áurea, Cianarita, Graziele e Rose. A rede de contribuição montada foi imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa. Buscarei retribuir com gratidão toda ajuda.

Aos amigos feitos no IFSC. Muita gente para nominar. Dos colegas aos alunos recebi um empurrão de boas energias, de incentivo e de contribuições. Faço menção especial ao amigo Valdir. Muitas foram as confabulações construídas com base no meu pessimismo e na sua relativização otimista.

A Vanessa pelas transcrições e ao Cristian pela revisão gramatical.

Aos jovens rurais, famílias, técnicos da Epagri e gestores públicos que contribuíram diretamente na coleta de questionários, entrevistas e andanças. Sem o apoio desses atores sociais nada disso seria possível ou teria sentido. A pesquisa é vossa! Muito obrigado!

A minha família pelos laços afetivos que se manifestaram sempre em liberdade e autonomia para seguir meus sonhos. Da simplicidade forjou-se a necessidade de dizer algumas palavras sobre um modo de vida, um modo de ser e ver o mundo que hoje está traduzido e implicado nas palavras que apresento.

A minha querida companheira Fernanda, que com carinho, com empatia e muita paciência me deu apoio incondicional nessa jornada. A afetividade constrói fortalezas! Ao “Mumu” – felino alheio as regras da ABNT, marcos teóricos e metodologias de pesquisa – agradeço o companheirismo e as mordidas incentivadoras.

Por fim, há que se dizer que não há tese sem amor. Amor ao tema e a causa. Sobretudo o amor aqueles e daqueles que cruzam nosso caminho. Essa tese foi feita para contar histórias.

Talvez conte menos a história dos outros e mais a minha própria. Se assim for, tenho que continuar escrevendo-a, em tese e prosa, movido por essa rede de afeto que me envolve.

*“Nós pensamos através de nossas bocas”.*  
**(Tristan Tzara)**

KUMMER, Rodrigo. **Juventudes rurais e permanências:** ruralidades e urbanidades representadas no Extremo Oeste de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

**Resumo:** Os processos de permanência dos jovens no meio rural da região Extremo Oeste de Santa Catarina se expressam pela multiplicidade de variáveis. Até a década de 1970 verificou-se uma dinâmica de reprodução da agricultura familiar. Porém, no período de 1970 até a década de 2000, tornou-se corrente o movimento de êxodo rural dos jovens. A partir dos anos 2000, contudo, a migração dos jovens rurais arrefeceu e, consequentemente, a permanência aumentou. O objetivo da pesquisa, portanto, é compreender como a construção de representações sociais sobre a ruralidade e urbanidade subsidiam e interferem nos processos decisórios desses atores sociais. A pesquisa baseou-se na coleta de questionários e entrevistas, além do acompanhamento etnográfico. Como atores sociais foram priorizados os jovens e as famílias rurais atendidas pela EPAGRI, nomeadamente vinculados à atividade leiteira. Como resultados, pode-se considerar que os jovens rurais tecem uma representação positivada do meio rural, fundada na percepção elogiosa de suas condições de trabalho, renda e tranquilidade. Ao ponderarem sobre a urbanidade, formatam representações negativas, vinculadas ao ritmo de vida, à falta de autonomia e ao risco. Essas perspectivas permitem apontar como elementos conclusivos que, entre os jovens que tencionam permanecer no campo, a ruralidade é tomada como um projeto de vida do qual as relações familiares, geracionais, de gênero, renda e protagonismo são elementos centrais. A conjuntura de acesso e de busca por políticas públicas é impactante também para a construção desses arranjos familiares que potencializam à sucessão familiar, donde o diálogo e a articulação são fatores chave.

**Palavras-chave:** juventude rural; permanência; migração; ruralidade; urbanidade; representações sociais.

KUMMER, Rodrigo. **Rural youths and permanencies:** ruralities and urbanities represented in the Far West of Santa Catarina. Thesis (Doctoral in Social Sciences) – Post-graduate program of Social Sciences in development, agriculture and society – CPDA, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2019.

**Abstract:** The processes of permanence of young people in rural areas of the Far West of Santa Catarina are expressed by the multiplicity of variables. Until the 1970s there was a dynamic of reproduction of family farming. However, from the 1970s until the 2000s, the rural youth exodus movement became widespread. From the 2000s onwards, however, rural youth migration has slowed and as a result their stay has increased. The aim of the research, therefore, is to understand how the construction of social representations about rurality and urbanity subsidize and interfere in the decision-making processes of these social actors. The research was based on the collection of questionnaires and interviews, as well as ethnographic monitoring. As social actors, young people and rural families served by EPAGRI were prioritized, particularly those linked to dairy activity. As a result, it can be considered that rural young people build a positive representation of the rural environment, based on the complimentary perception of their working conditions, income and tranquility. When considering urbanity, they form negative representations, linked to the pace of life, lack of autonomy and risk. These perspectives allow us to point out as conclusive elements that, among young people who intend to remain in the countryside, rurality is taken as a life project in which family, generational, gender, income and protagonism relations are central elements. The conjuncture of access and search for public policies is also impacting the construction of these family arrangements that enhance family succession, where dialogue and articulation are key factors.

**Keywords:** rural youth; permanency; migration; rurality; urbanity; social representation.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa da Microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina	20
Figura 2 – Área de litígio entre Brasil e Argentina (Questão de Palmas/Misiones)	44
Figura 3 – Mapa da Região do Contestado	48
Figura 4 – Mapa das Agências de Desenvolvimento Regional – ADRs	94
Figura 5 – Região Metropolitana do Extremo Oeste de Santa Catarina	95
Figura 6 – Localização das Unidades da Epagri em Santa Catarina	192
Figura 7 – Mapa das Principais Rodovias do Oeste de Santa Catarina	206

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Áreas e Reservas Indígenas na Região Oeste de Santa Catarina	45
Tabela 2 – Assentamentos na Região Extremo Oeste de Santa Catarina	79
Tabela 3 – Vinculação Institucional e Política dos Municípios do Extremo Oeste	93
Tabela 4 – Evolução Populacional na Região Extremo Oeste de Santa Catarina por Local de Domicílio entre 1991 e 2010.	97
Tabela 5 – Palestras Realizadas Durante a Pesquisa De Doutoramento	187
Tabela 6 – Caracterização dos Questionários Coletados	189
Tabela 7 – Caracterização das Entrevistas	190
Tabela 8 – Caracterização dos Grupos Respondentes dos Questionários	202
Tabela 9 – Pretensão de Continuidade no Meio Rural	202
Tabela 10 – Tempo de Residência no Meio Rural	204
Tabela 11 – Experiência de Moradia no Meio Urbano	205
Tabela 12 – Ocorrência de Atividades Distintas da Agricultura no Grupo Familiar	205
Tabela 13 – Motivação de Incômodo no Meio Rural	206
Tabela 14 – Incentivo dos Pais para a Permanência no Campo	208
Tabela 15 – Participação nos Projetos e Decisões Familiares em Relação à Agricultura	208
Tabela 16 – Percepção de Facilidade para Montagem de Unidade Produtiva Própria	209
Tabela 17 – Percepção de Bom Atendimento de Políticas Públicas no Meio Rural	210
Tabela 18 – Percepção Feminina de União Conjugal com Pessoa do Meio Rural Condicionada a Permanência no Campo	211
Tabela 19 – Percepção Masculina de Dificuldade para Concretização de União Conjugal Condicionada a Permanência no Campo	211
Tabela 20 – Municípios de Residência dos Jovens Estudantes Urbanos	212
Tabela 21 – Tempo de Residência no Meio Urbano	212
Tabela 22 - Experiência de Moradia no Meio Rural	213
Tabela 23 – Ocorrência de Vinculação da Família com Atividade Agropecuária	213
Tabela 24 – Pretensão de Permanência no Meio Urbano	213
Tabela 25 – Motivação de Incômodo no Meio Urbano	214
Tabela 26 – Percepção de União Conjugal com Pessoa do Meio Rural condicionada à Migração para o Campo	216
Tabela 27 – Motivação para a Permanência no Meio Rural	268

Tabela 28 – Fatores de Apreço ao Meio Rural	276
Tabela 29 – Fatores de Desapreço ao Meio Rural	282
Tabela 30 – Dificuldades para Permanecer no Meio Rural	286
Tabela 31 – Demandas para Permanecer no Meio Rural	287
Tabela 32 – Definição de Ruralidade	289
Tabela 33 – Definição de Urbanidade	292
Tabela 34 – Políticas Públicas Para Jovens Rurais	374
Tabela 35 – Imóveis Rurais na Região Extremo Oeste de Santa Catarina	380

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ADRs	Agências de Desenvolvimento Regional
ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CAIs	Complexos Agroindustriais
CDRs	Conselhos de Desenvolvimento Regional
CEPAF	Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
EMPASC	Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMA	Movimento das Mulheres Agricultoras
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa
PMA	Programa Mais Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNCF-NPT	Programa Nacional de Crédito Fundiário – Nossa Primeira Terra
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural.
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDRs	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	16
<b>1. CAPÍTULO 1 – ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DAS REGIÕES OESTE E EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA</b>	36
1.1 – Oeste de Santa Catarina: História e Sociabilidades Conflitantes	36
1.2 – Colonização, Migrações e Ação do Estado	53
1.3 – Colonização como Estratégia: Marcha para o Oeste	57
1.4 – A Pequena Propriedade e à Indústria	61
1.5 – A Colonização e a Pequena Propriedade no Oeste de Santa Catarina	64
<b>2. CAPÍTULO 2 – URBANIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E JUVENTUDES RURAIS</b>	71
2.1 – A Migração como Promoção de Urbanização e Civilização	71
2.2 – Reprodução da Agricultura Familiar no Oeste de Santa Catarina	80
2.3 – Caracterização da Região Extremo Oeste de Santa Catarina	87
2.4 – A Migração dos Jovens Rurais como Ruptura Social	98
<b>3. CAPÍTULO 3 – O RURAL E O URBANO REPRESENTADOS</b>	105
3.1 – Historicidade das Classificações Rurais e Urbanas	105
3.2 – Aspectos da Ruralidade no Brasil	127
3.3 – Ressignificações da Ruralidade	132
<b>4. CAPÍTULO 4 – JUVENTUDES</b>	146
4.1 Juventude como Categoria Social	147
4.2 Juventude como Processo Histórico	158
4.3 Juventudes Rurais	173
<b>5. CAPÍTULO 5 – JUVENTUDES RURAIS, PERMANÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS SOCIAIS</b>	184
5.1 – Sobre a Pesquisa de Campo	184
5.2 – Juventudes Rurais e Epagri	191
5.3 – Juventudes Rurais e Perspectivas Objetivas da Permanência	200
5.4 – Permanências e Experiências Sociais	216
<b>6. CAPÍTULO 6 – JUVENTUDES RURAIS, PERMANÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES</b>	232
6.1 – Realidade Socialmente Construída	232
6.2 – Representações Sociais em Serge Moscovici	239
6.3 – Representações Teatrais/Dramatúrgicas em Erving Goffman	247
6.4 – Juventudes Rurais e Representações Teatrais	251
6.5 – Juventudes Rurais e Representações Sociais	258
<b>7. CAPÍTULO 7 – JUVENTUDES RURAIS, TRAJETÓRIAS, E POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	296
7.1 – Juventudes Rurais e Trajetórias Masculinas	296
7.2 – Juventudes Rurais e Trajetórias Femininas	340
7.3 – Juventudes Rurais e Políticas Públicas	370
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	385
<b>9. REFERÊNCIAS</b>	490
<b>10. ANEXOS</b>	410
10.1 – Anexo I – Questionário Jovens Rurais	410
10.2 – Anexo II – Questionário Jovens Urbanos	413
10.3 – Anexo III – Municípios de Coleta de Dados Fora da Microrregião Extremo Oeste Catarinense	416

## INTRODUÇÃO

A vinculação temática dessa pesquisa está circunscrita com maior especificidade à Sociologia e à Antropologia, sob a área temática Rural, portanto a Sociologia e Antropologia Rurais. Embora complementares e dialógicas, essas duas áreas mantêm as especificidades teóricas e metodológicas disciplinares. Todavia, não parece possível definir um posicionamento que as separe no decorrer das discussões que são aqui propostas. Há, portanto, uma interdisciplinaridade que se espalha também para a Filosofia, Economia, História e Psicologia.

O tema central são os jovens. A juventude é antes de uma categoria epistemológica, uma categoria social, acionada como uma fase ou período de vida. Como tal, carrega as definições de senso comum ligadas a um processo de transição, donde se distancia da infância e adolescência e se aproxima da vida adulta. Como um laboratório de experiências e iniciações, a juventude é configurada por um caráter de “vir a ser”.

Por outro lado, como uma categoria analítica no seio das ciências sociais, a juventude é tratada por sua polissemia e ambivalência. Para além de um recorte etário, ela é abordada como um momento de múltiplas vinculações. Não se trata de uma juventude em si, mas de várias juventudes que são compostas pelos diversos processos de sociabilidade a que estão inseridas.

A juventude tem se evidenciado nos estudos sobre problemas urbanos, principalmente em relação à violência e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. No entanto, várias outras faces tornam-se objeto de atenção das ciências humanas, principalmente aquelas que trazem à tona processos de empoderamento e de identificação. Ocupam a cena acadêmica pesquisas que discutem os problemas e demandas dos jovens negros, indígenas, homossexuais, das mulheres e, também, dos jovens rurais, quilombolas, acampados, assentados, entre outros. Há uma seara ampliada de debates em curso.

Considerando tal abrangência da temática, destaca-se que o fenômeno que interessa a este estudo diz respeito à composição das representações sociais dos jovens que vivem no meio rural sobre a ruralidade e a urbanidade. Essas representações constroem os elementos referenciais para explicar o comportamento de ruptura/migração ou de permanência destes. A

permanência de jovens no campo<sup>1</sup>, como objeto de estudo, se justifica pela existência de uma tendência histórica desse grupo à saída, ao êxodo rural. Todavia, mesmo que o movimento populacional de saída seja verificado, a permanência também o é e tem demonstrado crescimento, particularmente nas últimas décadas.

A permanência dos jovens no meio rural se revela importante não por ser um comportamento novo, ou algo extraordinário. É um comportamento comum e bem conhecido. Porém, na atualidade, a saída ainda é a ação mais esperada. Se antes a saída era paradoxal e precisava de maiores explicações, hoje é a permanência que carece de melhores definições. Essa questão se coloca como uma chave interpretativa das relações sociais estabelecidas nos espaços rurais.

Quando se trata do conjunto de estudos acadêmicos relativos à juventude rural, predominam as abordagens sobre as questões do êxodo desses sujeitos. Percebe-se que boa parte das análises que dão conta do entendimento do êxodo partem do pressuposto de uma necessária e automática adequação desses indivíduos à vida urbana. Assim como profetizam a consequente falência do sistema de agricultura familiar e camponesa. Ou, por outro lado, defendem que estes jovens devam permanecer no meio rural, retomando a ideia de “fixar o homem no campo”.

Por seu turno, as análises que abarcam os processos de permanência dos jovens no campo ainda são pouco expressivas. Há um arcabouço de discussão por se construir. O “ficar” em relação ao “sair” não é um fato essencialmente novo de pesquisa, mas é uma realidade social latente por explicações. É uma necessidade para compreender a real dimensão do rural brasileiro que está constituído e, prioritariamente, por se constituir. Sem problematizar as demandas e as dinâmicas desses atores sociais, perde-se uma grande oportunidade de fomentar uma lacuna estratégica e proeminente: nossa segurança alimentar, ambiental e social.

Esta pesquisa se baseia na conjuntura do tempo presente, embora busque referenciais analíticos no processo de colonização da região Extremo Oeste de Santa Catarina e nos processos de sucessão da agricultura familiar. O recorte se situa entre a década de 1970 – quando o êxodo rural inicia uma escalada significativa, por conta da modernização agrícola – e

---

<sup>1</sup> Utiliza-se o termo “permanência” por apresentar uma variação semântica mais demarcada que o termo “não-migrantes”. Ao destacar a permanência, reforça-se o caráter não unívoco, embora tendencial, da migração juvenil do meio rural. Além disso, este é o termo corrente utilizado pela bibliografia que tem se detido sobre o tema.

o ano de 2010 – momento em que se pode verificar o arrefecimento da migração juvenil, por meio dos dados censitários.

Ressalta-se que a região em questão foi palco de embates sociais pelo domínio do território, resultando na supremacia de um projeto colonizador que subjugou e exterminou populações originárias como povos indígenas (*Kaingang* e *Xokleng*) e os caboclos. A partir da década de 1920, a ocupação oficial das terras fomentou uma prática de agricultura familiar e camponesa, baseada na autossuficiência e que, posteriormente, se tornou comercial. Os colonos, em geral migrantes teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros, vindos do Estado do Rio Grande do Sul, reproduziam no Oeste e Extremo Oeste catarinense um modo de vida ligado à busca pela terra.

As áreas de colonização no Rio Grande do Sul verificavam-se saturadas e a sucessão familiar ficava ameaçada. A migração, portanto, servia à recondução ao processo de obtenção de terra e redistribuição aos filhos homens. O *modus operandi* dos colonos compunha-se em aumentar, sempre que possível, a área explorada e aumentar o patrimônio familiar. A busca pela riqueza (*far la cucagna*<sup>2</sup>) era considerada uma demonstração de civilidade.

Essas famílias buscavam ocupar novas áreas sempre que a família crescia e mantinham em curso um mecanismo de reprodução baseado na migração e abertura de novas frentes agrícolas. Segundo Radin, a colonização do Oeste catarinense representava uma prática de “levar a ‘ordem’, a ‘civilização’, e o ‘progresso’ a essa região” (2009, p. 13). Na década de 1970, com a modernização do campo, várias delas se viram compelidas a abandonar a atividade. Dessa época em diante, com maiores ou menores índices, o êxodo rural foi uma constante, arrefecendo a partir de meados de década de 2000.

No entanto, na última década o problema é manter sucessores nas unidades produtivas. Várias são as famílias que não dispõem de um sucessor, tendo em vista que todos os seus filhos migraram. Em muitas localidades, o envelhecimento da população é um dado concreto associado à masculinização. Em geral, quando existem sucessores, estes são rapazes solteiros. Ainda assim, em significativas famílias, inicia-se um processo de fomento a possíveis sucessores e que envolve também as mulheres, historicamente alijadas dessa condição.

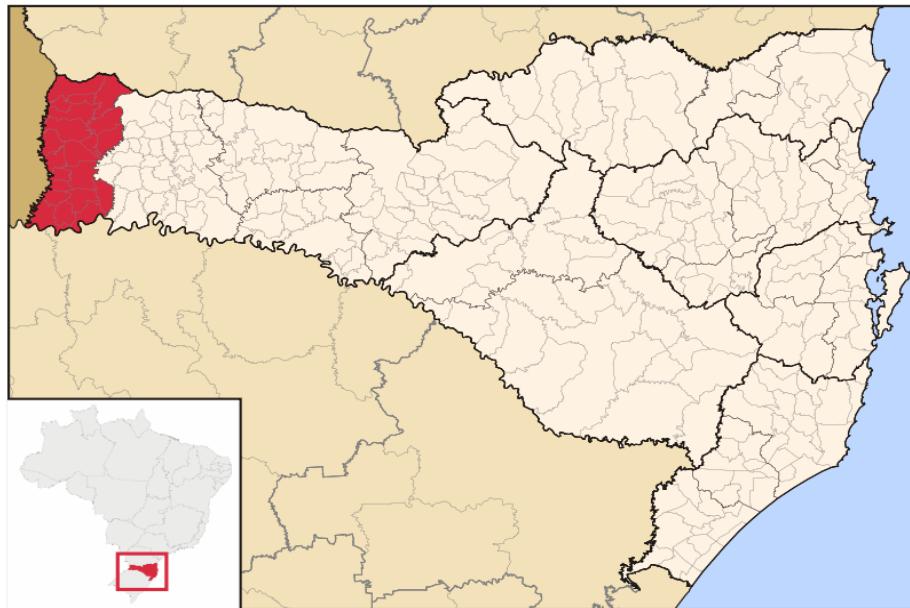
Como grupo de análise, interessam, especificamente, os jovens que residem e que tenham ligação direta com atividades laborais e produtivas no meio rural, ainda que não

<sup>2</sup> Em tradução livre do dialeto Talian: “fazer fortuna”.

integralmente. Como contraponto analítico, buscou-se também considerar jovens com experiências urbanas e aqueles que estiveram vinculados em ambas (jovens retornados). Esse é um pressuposto de pesquisa integrada, ampliando as experiências de vida que impactam nas amostras, nos conceitos e nas definições de grupos sociais. A tentativa foi de ponderar e problematizar a classificação clássica entre rural e urbano, que subsidiam a categorização de juventude rural e juventude urbana.

O grupo especificamente analisado acabou sendo aquele com vinculação às atividades da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Dentre as famílias e os jovens pesquisados a maioria trabalha com pecuária leiteira. Esse recorte é interessante, pois a maior parte dos estabelecimentos agropecuários da região está articulada com essa atividade.

As observações e coleta de dados empíricos ocorreram na microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, melhor definida pelo IBGE como microrregião de São Miguel do Oeste, totalizando 21 municípios e aproximadamente 180 mil habitantes. Esta microrregião faz parte da Mesorregião Oeste catarinense, que se compõem também das microrregiões de Chapecó, Concórdia, Joaçaba e Xanxerê. O Oeste catarinense se caracteriza, sobretudo, pela proeminência da agricultura de base familiar, nos minifúndios e numa herança colonial. A opção por tratá-la como *lócus* se deve a relevância que a permanência e a migração juvenil esboçam sobre as relações sociais e sobre as disposições familiares em relação ao futuro das atividades rurais. Vários estudos já se dedicaram a discutir a problemática da sucessão na região, embora não especificamente sobre os processos de permanência. Não é objeto específico dessa pesquisa a proposição de políticas públicas para a juventude rural. Embora elas tenham papel imprescindível nas análises, não foi uma prerrogativa de trabalho a suposição direta delas, ainda que tenham sido cotejadas e avaliadas. Da mesma forma, não é objeto aqui a proposição de medidas ou ações que incidam sobre a permanência ou migração dos jovens. Entende-se que, para além das disposições que encampam a perspectiva da manutenção dos jovens no campo e aquelas que visam sua inserção no meio urbano, há uma tarefa de compreender os meandros dos processos decisórios e das composições simbólicas que estes atores estão imersos.

**Figura 1 – Mapa da Microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina**

**Fonte:** Wikipédia

Compreende-se que estudar os jovens é uma necessidade social num país que, em geral, atribui à juventude o status de problema. A juventude é entendida, em grande medida, como uma etapa da vida em que os indivíduos estão inclinados aos desvios sociais, donde prevalece a contestação da ordem, a predileção pela delinquência e um sentimento de rebeldia injustificada. Embora essa não seja uma visão única, ainda é a mais expressiva.

Considerando, portanto, as percepções sobre a juventude, é possível associar notadamente uma preocupação de viés repressivo e militaresco sobre suas ações e demandas. Há pouco tempo (menos de 20 anos) é que existem órgãos de Estado (para além das escolas e dos reformatórios) que se preocupam com projetos sociais que envolvam os jovens e promovam a sua melhoria de vida.

Para além das discussões que pontuem o envolvimento dos jovens com o tráfico, com a violência e com a prostituição, parecem frutificar as inquietações que evocam seu acesso à cultura, à mobilidade, ao respeito à orientação sexual, etc. Estas perspectivas visualizam os jovens como parte efetiva da sociedade. Essa posição inspira e motiva estudos que busquem, em algum sentido, a melhor compreensão destes atores e problematizam as possibilidades de promoção de seu acesso irrestrito à cidadania.

O peso e a relevância dos estudos sobre juventude estão também associados a valorização dos jovens como sujeitos de direitos a partir de 2003. Em 2004 foi criado um grupo

interministerial que analisou a institucionalização e a promoção de políticas públicas para a juventude. Esse grupo recomendou a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Estes foram formalizados pela Lei 11.129, de 30 de junho de 2005. Com estes marcos institucionais, a juventude brasileira foi evidenciada na proposição de políticas públicas e reconhecida como grupo socialmente organizado. Entre os desdobramentos desse processo de valorização da juventude estão a instituição do Estatuto da Juventude e a criação do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), definidos pela Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013.

A juventude rural, por seu turno, sofreu para além da estigmatização, como os jovens em geral, a invizibilização como ator social. Isso decore da própria invizibilização ou visão periférica despendida ao rural como um todo. Esse rural, que de alguma forma findaria, não seria um problema de um país do futuro. De forma análoga, a preocupação deveria ser a de empregar os jovens urbanos e “livrá-los” da delinquência. Aos jovens rurais caberia adequar-se a esse modelo desenvolvimentista.

Quando, na década de 1990, se constrói um olhar mais perspicaz para o rural, os jovens são percebidos como parte importante dos arranjos sociais do campo. Sua evasão, ou sua permanência precária, indicavam problemas de qualidade de vida e da projeção futura de vastas áreas de produção de alimentos do país. Não por acaso a Reforma Agrária representou – e ainda representa – um processo imprescindível para os jovens, muitos deles sem-terra. Ademais, as crises cíclicas do capital e o inchaço urbano alertaram para os fluxos e influxos migratórios e colocaram em dúvida o papel de suporte à industrialização – principalmente como estoque de mão de obra – a que o campo fora destinado desde a década de 1930.

É por isso que o tema se apresenta como fundamental para pensar as relações sociais no meio rural e para além dele, isto é, a realidade social como um todo. Embora não explique por si só as novas configurações rurais, representa uma importante lacuna quanto às estratégias da reprodução familiar no campo e permite compreender as projeções futuras ante as várias formas de reorganização do tecido social.

Ressalta-se que a migração rural-urbana pode apresentar consequências negativas para uma população que se integra parcialmente a realidade urbana e aumenta a pressão nos bolsões de miséria. Da mesma forma, o esvaziamento das localidades rurais constitui uma complicada relação de desconstrução de relações sociais. O celibato, a masculinização e o envelhecimento

são realidades complexas na região de estudo. Em tudo isso, no entanto, é preciso relativizar e problematizar uma permanência como fatalidade que “prende” jovens – e outros atores – numa realidade rural de dificuldades.

O que interessa discutir não é o melhor ou o pior destino, mas a realidade que incide sobre os que nela vivem. Pensar em como a permanência dos jovens é organizada socialmente implica em conhecer os fatores que sobrevêm sobre esse grupo e como se depreendem consequências micro e macrossociais.

A relação do pesquisador com o tema não é nova. Desde 2007 trabalho com pesquisas referentes ao Oeste de Santa Catarina – região, aliás, de onde sou originário –, perpassando os processos históricos, ambientais e étnicos. A partir de 2011, quando do início do mestrado, a temática da juventude rural tem ocupado as preocupações epistemológicas de meu cotidiano.

A própria dissertação de mestrado indicou a necessidade de expansão da discussão. Na época, a realização de um estudo de comunidade apresentou variáveis que influenciavam nos processos e nas dinâmicas decisórias. Todavia, essa reflexão apontou para uma complexa composição de percepções e representações tecidas pelos jovens como forma de organizar e subsidiar as decisões de migrar ou permanecer. Compreender melhor como são tecidas simbolicamente essas representações poderá contribuir para compreensão desse quadro social que implica na realidade regional.

Essa pesquisa poderá subsidiar os processos de avaliação e de promoção de políticas públicas. Poderá permitir melhor compreensão das demandas, dos fatores de influência, das possibilidades de entendimento entre os atores sociais de suas próprias posições diante da esfera público-privada. O subsídio à reflexão sobre políticas públicas que possam melhorar a qualidade de vida dos jovens, seja no meio rural, seja no meio urbano, é uma tarefa imprescindível dos cientistas sociais.

Registra-se que existe um expressivo número de pesquisas sobre as questões rurais na região Oeste de Santa Catarina. A agricultura e a agroindústria são atividades produtivas intensas neste território, distribuídas, principalmente, entre pequenas unidades familiares. Durante a década de 1990 o tema da juventude rural também passou a fazer parte da preocupação dos pesquisadores. Mais especificamente as problemáticas referentes à sucessão na agricultura familiar, com notado enfoque nos processos de migração.

Entre estes estudos, existem dois que se tornaram uma referência na discussão sobre processos sucessórios. O primeiro deles é a pesquisa encabeçada por Ricardo Abramovay – juntamente com pesquisadores da região<sup>3</sup> – lançado em 1998, e que definiu o enfoque sucessório como preocupação para o futuro da agricultura familiar na região (ABRAMOVAY et al., 1998). A obra apresenta e discute os aspectos históricos do processo de sucessão e indica as variações e transformações, dando ênfase nas relações familiares e aspectos econômicos.

O segundo foi publicado três anos depois, sendo elaborado por parte dessa mesma equipe de pesquisadores (SILVESTRO et al., 2001)<sup>4</sup>. Na verdade, é o desdobramento e o aprofundamento de algumas questões apontadas em 1998. Nessa análise, a sucessão passou a ser discutida também pela ótica dos jovens. No entanto, a preocupação central era o espaço da agricultura familiar e não os jovens em si.

Detidamente debruçado sobre a complexidade entre migração e permanência de jovens no meio rural, a tese de doutorado de Valmir Stropasolas (2002) toma como referência o município catarinense de Ouro, que fica na região do meio Oeste, congregada ao Grande Oeste. Suas análises dão conta das múltiplas possibilidades comportamentais que os jovens rurais lançam mão na composição dos arranjos decisórios. Um desdobramento de sua pesquisa de doutoramento foi publicado conjuntamente com Vilênia Venâncio Porto Aguiar, apontando as questões geracionais e de gênero como centrais para a temática (AGUIAR & STROPASOLAS, 2010).

Uma coletânea recente apresenta outros aspectos da discussão sobre juventude rural, isto é, o papel da juventude em novos arranjos produtivos, especialmente aqueles que se relacionam a agregação de valor aos produtos coloniais da região (RENK & DORIGON, 2014).

Podem ser apontados também os estudos que apresentei a partir da dissertação de mestrado (KUMMER, 2013a). A pesquisa foi um estudo de comunidade no interior do Oeste catarinense que buscou apontar as dinâmicas de saída e, principalmente, de permanência de jovens no meio rural. Como publicações subjacentes, dois artigos se destacam (KUMMER & COLOGNESE, 2013b; KUMMER & COLOGNESE, 2014).

---

<sup>3</sup>A composição da obra esteve a cargo de Ricardo Abramovay, Milton Silvestro, Nelson Cortina, Tadeu Baldissera, Dilvan Ferrari e Vilson Testa.

<sup>4</sup>Nesta publicação participaram Milton Silvestro, Ricardo Abramovay, Márcio Antonio de Mello, Clovis Dorigon e Ivan Tadeu Baldissera. Estes pesquisadores estavam vinculados ao Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (CEPAF – EPAGRI).

Assinala-se, ainda, o artigo de Nadir Zago (2016) que investiga a migração rural-urbana de jovens em relação ao acesso ao Ensino Superior no Oeste de Santa Catarina. Além disso, podem ser listadas ao menos quatro dissertações de mestrado defendidas nos últimos anos, as quais tratam da juventude rural no Oeste de Santa Catarina: (BIANCHINI, 2010; COSTA, 2010; AGUIAR, 2006; GOLO, 2013).

Em geral, todas essas publicações tratam fortemente dos quesitos da sucessão, centrados em questões de renda. Os elementos simbólicos e relacionais são pouco tangenciados ou apenas indicados. Há, sem dúvida, uma lacuna na interpretação dos perfis decisórios que incluem um universo subjetivo e complexamente articulado.

Considerando essas inquietações, a problemática hora em debate trata dos processos de permanência de jovens no meio rural. Verificou-se, historicamente, um movimento tendencial de saída de jovens do meio rural para as cidades. Esse processo tem sido robustamente discutido e mapeado. Todavia, na última década, parece que o ritmo dessa saída tem diminuído e o número de jovens que permanece no meio rural tem aumentado. Considerando essa conjuntura, é pertinente questionar os fatores que influenciam esse processo. A questão central deste estudo é, portanto: por que os jovens rurais do Extremo Oeste de Santa Catarina, a partir da década de 2000, parecem manifestar uma disposição para permanência no campo, contra uma tendência ainda recente de migração?

A hipótese de trabalho central apontava no sentido da melhoria da qualidade de vida no meio rural, capitaneada, sobretudo, por políticas públicas que incidiram sobre as atividades produtivas, habitação, mobilidade, acesso à saúde e educação, serviços de comunicação (telefonia, internet), entre outros. Entretanto, é plausível considerar que, nessa década, tanto os indicadores sociais rurais, quanto os urbanos, tiveram melhoria. Significaria dizer que os fatores e atração da cidade (*pull*) mantiveram-se significativos (emprego, acesso à formação, etc.), enquanto que os fatores de repulsão do campo (*push*) parecem ter enfraquecido. Nesse caso, é possível especular que os fatores de repulsão, ao serem atenuados, interferiram mais no comportamento de permanência do que uma presumida diminuição da atração pelo meio urbano.

Essas noções e percepções dos jovens tendem a informar ou construir as representações sociais de ruralidade e urbanidade. Uma ponderação entre critérios objetivos e subjetivos subsidia o processo decisório, reconstruindo o imaginário e a ideologia que se manifesta nos

discursos destes atores sociais. É pertinente considerar que as transformações recentes no meio rural podem ter deixado de sustentar representações que o distanciavam do urbano. Melhor dizendo, as representações entre o conceito de rural e de urbano tornaram-se menos distanciadas, menos antagônicas. Aqui se está falando de uma relação entre a conceituação acadêmica e a apreensão direta feita pelos atores sociais.

Além disso, ao problematizar uma tendência de maior permanência de jovens no meio rural, pode-se incorrer a um embate discursivo que oscila entre o rural desejado pelos pais e outro vislumbrado pelos filhos. As relações geracionais podem ter concorrido para a afirmação de sucessores, fruto da crise já documentada a partir da década de 1970.

Por fim, a permanência de jovens considera a participação feminina. Esse comportamento pode se relacionar com as políticas públicas e a luta de empoderamento das mulheres, além de um debate sobre as questões de gênero que tem marcado mais espaço na dinâmica cotidiana das famílias. Embora seja notória a continuidade de manifestações do patriarcalismo e do machismo no campo, o seu enfrentamento pode dar lugar a arranjos de gênero menos perversos.

Em síntese, pode-se definir como hipóteses explicativas da permanência de jovens no meio rural da região Extremo Oeste de Santa Catarina: (i) melhoria da qualidade de vida no campo; (ii) imaginário de menor distanciamento entre rural e urbano, subsidiando representações qualitativas sobre a ruralidade; (iii) maior negociação geracional; (iv) embate de gênero, reorganizando a posição da mulher nos espaços rurais. O que se percebeu, como evidências, é que as hipóteses se confirmaram. Todavia, a questão ultrapassou as variáveis iniciais e inseriu as experiências sociais e as representações de trabalho como indutoras da permanência dos jovens rurais.

Os estudos sobre juventude, ou estudos sobre jovens, ocupam um espaço significativo na pesquisa brasileira. Entretanto, não abarcam de maneira efetiva toda a complexidade da realidade a que esta categoria está relacionada. No caso das pesquisas sobre juventude rural, há uma situação paradoxal. Percebe-se, por um lado, uma carência nos estudos, ou mais precisamente uma “carência de publicações e de espaços acadêmicos que abriguem essa temática” (CARNEIRO & CASTRO, 2007, p. 13). Por outro, existe a percepção de que essa temática atravessa um “momento favorável, não só emergente, mas em fase de consolidação” (SPOSITO, 2007, p. 123). Castro aponta que “a juventude está na ordem do dia, ainda que não

seja um tema tão privilegiado em termos de recursos para pesquisa”, uma vez que a juventude “nunca foi um tema privilegiado nem mesmo dentro do campo de debate sobre a questão agrária”, embora essa conjuntura esteja em franca mudança (2007, p. 128).

Outros pensadores reafirmam que se vive um período onde são “numerosos” os trabalhos sobre jovens do meio rural (WANDERLEY, 2007), pontuando ainda que “todos eles tentam, com abordagens distintas, responder a questões fundamentais, tais como, quem são, onde vivem, como vivem, o que pensam e como projetam o futuro” (p. 31). Estes aspectos caracterizam o que se entende por um leque ampliado de pesquisas, haja vista que não há uma única juventude rural, um único modelo de jovem rural. São atores sociais que se diferenciam, mesmo agregando características, modos e pertencimentos identitários correlatos.

Essa discussão evidencia a impossibilidade de um tratamento metateórico da juventude rural. As preposições de análise são pontuais e tratam de questões específicas. Como afirma Weisheimer, são dois os aspectos que chamam a atenção dos pesquisadores: “a participação dos jovens nas dinâmicas migratórias e a persistência da invisibilidade social dessa juventude” (2005, p. 7). Nesta mesma publicação, o autor identificou quatro linhas gerais que estabelecem os estudos sobre juventude rural no Brasil, sendo: 1) Juventude e Educação Rural; 2) Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva; 3) Juventude Rural e Inserção no Trabalho; e 4) Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar.

Entretanto, a questão do processo de saída dos jovens do meio rural ainda é recorrente quando se trata dos processos de reprodução da agricultura familiar. Anita Brumer assegura que a despeito de outros aspectos, dois temas são recorrentes quanto à juventude rural: “a tendência emigratória dos jovens e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração” (2007, p. 36). Vislumbra-se um processo de esvaziamento e de crise de reprodução da agricultura, dado o número pequeno de jovens que optam por permanecer no campo. Assim, a “invisibilidade e a migração parecem fortalecer-se mutuamente, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectivas tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural” (WEISHEIMER, 2005, p. 8).

Em síntese, pode-se afirmar que os estudos sobre juventude rural abordam duas dinâmicas, a da saída dos jovens do meio rural (migração, êxodo) e da permanência dos jovens no meio rural (sucessão, reprodução da agricultura familiar). Se as discussões sobre a saída dos

jovens representam uma significativa produção, sobre a permanência ainda persiste uma lacuna pontual (BRUMER, 2007).<sup>5</sup>

A permanência de jovens no meio rural que se verifica guarda uma relação fortuita com uma série de demandas e reivindicações a que esses sujeitos chamam atenção. Brumer cita que essas reivindicações abordam dois aspectos: acesso a uma renda própria, cujos recursos eles podem decidir como utilizar; e autonomia em relação aos pais (2007, p. 39). Stropasolas lembra que não são apenas os problemas relativos ao acesso à terra ou ao crédito que os jovens mantêm expectativa de verem resolvidos, mas também as políticas de “direito ao lazer, à cultura, ao esporte, à educação, à saúde, entre outros” (2007, p. 291). E Menasche percebe que a demanda central do jovem “é por um meio rural integrado, que realmente vença a visão dicotômica e que reintegre as particularidades do meio rural. Ele quer também um meio rural que assegure a sua cidadania” (2007, p. 138). Rodrigo Kummer elencou em seu estudo pelo menos dez fatores que interferem e incentivam a permanência de jovens no meio rural. Seriam: acesso a renda de forma autônoma; disponibilidade de uma estrutura produtiva mínima; desejo livre e manifesto de permanência; incentivo dos pais para a permanência; possibilidade de participar ativamente das decisões, rumos e proposições no espaço produtivo e doméstico; possibilidade de realização de atividades de lazer no meio rural e urbano; relativização da penosidade do trabalho rural; possibilidade de convivência comunitária; existência de perspectivas efetivas de melhoria de vida no meio rural; leitura positiva de melhorias no meio rural no futuro (KUMMER, 2013a).

A centralização dessas reivindicações sintetiza uma preocupação com o espaço onde pretendem desenvolver seus projetos de vida. Se o rural se torna novamente interessante, nessas discussões não se deixa de perceber que tanto o campo passa a comportar melhores perspectivas de vida, quanto o meio urbano perde o “encantamento” que por muito tempo foi arrebatador. Como diz Stropasolas, “eles querem uma saída para ficarem no campo” (2007, p. 285). Carneiro vai mais longe, quando trata do acesso aos bens de consumo modernos e tecnológicos, ao afirmar que “a cidade não é mais o único caminho para se ter acesso a esses bens, o que, a meu

<sup>5</sup> Baseado nessa constatação é que se desenvolveu, no âmbito da construção da dissertação de mestrado em Ciências Sociais, a pesquisa “Juventude rural, entre ficar e partir: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola/SC”. Nesse sentido, Kummer (2013a) encontrou evidências para concluir que o comportamento de permanência é relacional às novas dinâmicas desses espaços, principalmente no que tange a renda e ao protagonismo dos jovens. Embora tenha se constituído como um “estudo de comunidade” e compreendido uma amostra pequena, os dados qualitativos permitiram chamar atenção para as dinâmicas de permanência, não apenas como um comportamento residual, mas efetivo.

ver, constitui uma das mudanças mais relevantes que identificamos no mundo rural. A cidade não exerce mais o mesmo fascínio sobre os jovens rurais de algum tempo atrás (2007, p. 63).

A crescente participação da juventude nas atividades agrícolas, como constata Weisheimer (2005), contribui para promover a sua permanência. Isso se alia ao contexto de complexificação que o fato de “ser” agricultor familiar denota. Como indica Stropasolas, esta é uma profissão que passa a ser extremamente exigente na sociedade moderna. E os jovens experimentam um grande desafio: “carregam uma tradição que aprenderam, mas são chamados a inovar” (2007, p. 285), algumas vezes em conflito direto com os pais.

Além das perspectivas de modernização, os jovens se percebem envolvidos nas dinâmicas de diversidade produtiva. Não são apenas as atividades de plantar e criar que se vislumbram aos novos agricultores. Viver no campo cada vez mais denota um conjunto significativo de possibilidades. Se não se pode falar em uma única juventude rural, muito menos falar-se-á em uma única agricultura ou uma única perspectiva de rural (WEISHEIMER, 2005).

Assim, comprehende-se a necessidade de deslocamento do problema em análise: “propõe-se que em lugar de procurar responder à questão ‘porque os jovens saem do meio rural’ busque-se responder à questão ‘por que os jovens permanecem no meio rural’” (BRUMER, 2007, p. 50).

Neste sentido, ainda de acordo com Brumer, convêm investigar os espaços sociais ocupados pelos jovens rurais, as atividades produtivas que desenvolvem (agrícolas e não agrícolas) as condições de vida e trabalho e suas representações da ruralidade que vivenciam.

Na alocução destes “estudos por fazer”, sugere-se ainda que a complexidade da categoria juventude expresse a orientação de pesquisa. Como adverte Abramo, é “impossível afirmar a existência de um padrão único de juventude” o que reitera a constatação de que “não dá mais para considerar que apenas uma dimensão da vida do jovem possa nos dizer o essencial sobre o que ele está vivendo e quais são as suas questões, suas necessidades e demandas, suas tensões, contradições ou aspirações, suas práticas, seus valores” (ABRAMO, 2007, p. 69).

Uma composição articulada de discussão é a pedra de toque sobre a questão da juventude rural. Uma abordagem que não negligencie as diversidades identitárias, de gênero e das aspirações sociais que perpassam os dilemas juvenis no meio rural. Resumindo, quando se trata da juventude rural brasileira “fica a convicção da necessidade da continuidade da investigação e de sua articulação no debate nacional” (WANDERLEY, 2007, p. 33), ou como afirma Castro, “o debate está posto há muito tempo e permanece” (2007, p. 131).

Dessa forma, a produção acadêmica que trata da permanência dos jovens no meio rural constata que eles anseiam por qualidade de vida, pelo acesso a cidadania plena. Nesse sentido, cabe analisar o que os jovens entendem por qualidade de vida, qual é o seu conceito. E também problematizar onde e como eles vislumbram alcançar, usufruir dessa qualidade de vida, se é no meio rural ou no meio urbano. Enfim, como afirma Stropasolas, “temos uma multiplicidade de novas situações e pouca gente fazendo pesquisa” (2007, p. 292).

Tendo por base a amplitude dos estudos sobre juventude rural é conveniente compreender o viés de análise aqui proposto. A condição de representação pela qual toma-se pé da questão migração/permanência é o pomo de discussão. Assim, a literatura provê com uma produção considerável as imagens traçadas interna e externamente entre ambos os espaços.

O espaço rural suscita muitas representações. Por representações, entende-se o conceito relacional de que conformam modelos de entendimento e convencimento que produzem e reproduzem as dinâmicas sociais num determinado espaço. Como afirmam Gaviria e Menasche: “as representações são manipuladas para justificar as ações, as ações modificam as representações, e nessa relação entre representações e práticas do espaço e no espaço, em que interferem as diferenças, constroem-se os territórios” (2006, p. 77-78).

De acordo com Williams (1983), o rural é conceituado por um viés relacional, isto é, pela visão que os moradores do meio urbano fazem dele. Assim, a construção da identidade rural, por seus integrantes, é estabelecida pela visão que o difere do urbano. De toda forma, sustenta Williams, a representação do rural reside sempre no urbano. Tanto de onde parte a caracterização predominante, quanto como o local de onde é extraída a base para pensar a diferenciação com o rural. Entendendo a identidade como um elemento relacional, é possível identificá-la através da manifestação de poder. Aqueles que dispõem de poder podem indicar ou impor uma definição específica. Neste caso, é um poder localizado no espaço urbano e que denota por essa via as definições em relação ao rural.

O campo toma o aspecto de natureza – de barbárie, ao passo que o urbano é o espaço de civilização – desenvolvimento. Como diz Williams, associam-se ao campo e a cidade características positivas e negativas. A positividade do rural estaria explicitada como “uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples” – e da cidade na “ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz” (1983, p. 11). Os pontos negativos em relação ao campo seriam os de considerá-lo como “lugar de atraso, ignorância e limitação” e em relação à

urbe, “lugar de barulho, mundanidade e ambição” (1983, p. 11). Essas associações ainda se preservam nos discursos atuais, mas remontam a definições da Antiguidade Clássica (WILLIAMS, 1983).

Todavia, não incorre apenas uma proposição depreciativa do rural. É tomado, também, como um espaço qualificado, ligado ao passado e que imprime significados mais prospectivos e sentimentais. Percebe-se um estratagema nostálgico que infere concepções de “passagem” do rural ao urbano (como se fosse a passagem da infância para idade adulta). Voltar ao rural é, para muitas pessoas, um exercício de rememoração. Isso constata o fato de que a saída do meio rural é um comportamento compartilhado por uma significativa parcela dos moradores das cidades. O rural é expresso como bucólico, com sentimento de saudade. O campo torna-se um espaço de fuga das tensões urbanas, mas uma fuga sazonal, através de um trânsito, do turismo. Acontece nos finais de semana, nos feriados, nas férias.

Nesse momento, ocorre um choque de perspectivas. Os citadinos que vão para o rural o estabelecem como lugar perfeito, descansam, divertem-se. Os agricultores compõem certo mal-estar, já que as suas folgas não têm o mesmo caráter e veem uma satisfação de vida nos moradores da cidade, que pode ser assimilada de forma equivocada. A satisfação que os urbanos manifestam no rural refere-se não só ao rural em si, mas ao fato de que estão longe de suas preocupações habituais, em momento atípico de sua rotina.

O espaço urbano engendra numa percepção que mescla entusiasmo e tensão, um reflexo de estar em meio a muitas pessoas com práticas e interesses variados. Os sentimentos de poder, de conquista e de transformação são mais latentes no espaço urbano. Daí se estratificam as definições de um rural natural e um urbano produzido. O rural é dado – por influência divina – mas o urbano é obra humana e como tal depende das destacadas qualidades de seus construtores (WILLIAMS, 1983). Essa visão corrobora com a tendência de considerarem-se os moradores do urbano como mais capazes e mais perspicazes do que os moradores do rural, que são menos inventivos e mais passivos em relação à natureza.

Ao pensar a posição ocupada pelos jovens, nessa conjuntura social depreende a máxima de que não apenas para eles, o meio rural – como destaca Paulo (2011, p. 3) – é um “lugar de vida”, onde tecem suas representações “sobre si e sobre o mundo”. Essas representações são heterogêneas e não expressam apenas o modo de vida rural, pois a condição juvenil na qual se acham inseridos impele acepções gerais, formuladas pela sociedade moderna.

Essa construção implica um jogo de pertencimentos e rupturas, não necessariamente definitivas, entre a tradição e a modernidade. Essa situação exprime uma característica que parece inerente aos jovens, a de estarem num “limite” (LEVI & SCHMITT, 1996), num momento em que precisam se manifestar, fazer opções para demarcar sua inserção no mundo – que em todo caso transparece como sendo “dos adultos”. Esse caráter marginal, limítrofe e manipulável é sintetizado por Levi e Schmitt (1996), ao proporem os usos que a sociedade faz da condição juvenil, tecendo-a também a seus interesses.

As imagens, os modos de pensar e as representações forjadas pelos jovens implicam na forma de como será o seu comportamento social. Nesse processo, dizem Levi e Schmitt (1996) que ocorrem batalhas simbólicas, delineadas pelas expectativas familiares e sociais em contraposição aos interesses particulares, pelos deveres impostos, pelos direitos almejados. Mas o aspecto crucial dessa batalha é a própria falta de certeza em relação às escolhas a serem feitas. É preciso convencer-se da viabilidade e da qualificação que tais e quais definições vão engendrar. Segundo Schindler (1996, p. 271), é por meio do trabalho que se define a transição da infância para a juventude e desta para a idade adulta. O jovem é “iniciado” em um conjunto de atividades, geralmente aquela dos pais, passando-se a ele paulatinamente uma série de responsabilidades.

Essa prática influencia diretamente para que ele ou ela sintam-se propensos a segui-la ou abandoná-la. A diferenciação entre os sexos, isto é, entre rapazes e moças, “acentuada na socialização infantil, é institucionalizada na juventude” (LEVI & SCHMITT, 1996, p. 14), e contribui diretamente para instituir uma marcação identitária. Ela ocorre, também, através das tarefas e do trabalho instituído para cada um dos gêneros.

Brumer et al. (2007), atestam que, no caso das moças, ocorre uma espécie de “não-socialização” aos papéis rurais. Os pais preocupam-se mais em socializar os rapazes, prevendo neles um sucessor. Por falta desses constitutivos identitários, elas acabam assumindo os referenciais urbanos. As moças vivenciam um “sentimento de exclusão no meio rural” que desestimula a permanência. Não se manifesta um “sentimento de pertença” ao rural, facilitando a atração pela realidade urbana.

Esse movimento incute-se entre as jovens principalmente “pelos meios de comunicação, através dos quais elas veem moças modernas, seguras de si e dispostas a inovações” (BRUMER et al., 2007, p. 14). Destacam ainda que “os filhos de agricultores familiares são socializados

através do trabalho desde a infância” (2007, p. 9). Segue pontificado que esse processo produz uma situação que subordina o jovem e lhe interdita a autonomia, pois são submetidos à autoridade do pai e raramente têm renda própria, precisando pedir dinheiro aos pais. Na opinião de Donoso (2005), as capacidades e habilidades das moças nem sempre são reconhecidas no ambiente familiar. De maneira geral, a experiência é mais valorizada do que a inovação no meio rural.

A juventude rural, ou melhor, o ser jovem rural torna-se uma categoria indefinida à medida que as representações da ruralidade se constroem na urbanidade. A própria noção de urbano e rural tende a diluir-se em favor da elevação conceitual da cidade. Os jovens rurais assumem uma ponderação de suas vidas através dos padrões urbanos (BRUMER, et. al., 2007). Toma-se por base a ambiguidade entre um projeto de vida individual, isto é, aquele vinculado a migração, e um projeto de vida coletivo, ligado à permanência junto da família.

Nesse caso, sair, estudar e trabalhar no meio urbano significaria um projeto individual. Permanecer no campo, na unidade produtiva familiar, ou mesmo constituir família, significaria um projeto coletivo. Não há apenas uma representação do rural e uma representação do urbano. Há uma representação do rural, do urbano e da relação rural/urbano e urbano/rural.

Esse processo provoca uma mudança no perfil das comunidades rurais como defendem Gaviria e Menasche. Segundo elas, vários fatores influenciam nessa mudança: a diminuição dos habitantes dedicados especificamente à agricultura; as oportunidades de trabalho não-agrícola; a pluriatividade; a intensificação de relações com espaços urbanos; a expansão de valores urbano-industriais (2006, p. 71). De acordo com Gaviria e Menasche, “a ruralidade assume formas próprias de acordo com a realidade local” (2006, p. 75). Nesse sentido, os jovens se veem vulneráveis nessa situação, tendo em vista que precisam tomar decisões que trarão irremediáveis consequências na vida particular e para a comunidade rural.

Spanevello (2005) entende que a identidade do jovem segue a identidade de seu grupo familiar. A família repassa um modo de vida, seus valores, etc. e o jovem tende a reproduzi-lo em torno de projeto de vida coletivo. No caso dos agricultores, a profissão é também repassada. Os interesses dos filhos são os da família, de aspecto coletivo. Todavia, pode ocorrer um cisma e os jovens construírem seus projetos de forma individual, rompendo com a reprodução identitária. O rompimento desses laços significa compreender que a fronteira entre o rural e o urbano se tornou mais tênue, mais teórica do que prática. A identidade social desses indivíduos

não se caracteriza mais como agricultor, mas a profissões urbanas, “bem como os valores e o modo de vida em detrimento da negação dos valores e modo de vida rural” (SPANEVELLO, 2005, p. 2). Ocorre, como sugere a autora, um processo de “desajustamento”.

Convivendo com os padrões familiares, o jovem acaba recebendo a identidade por meio de uma socialização rotineira. Os interesses nessa transfusão de *modus operandi* são descritos por Spanevello como uma “garantia da reprodução, cabendo ao sucessor a perpetuação da família e a integridade do patrimônio que lhe pertence” (SPANEVELLO, 2005, p. 4). O jovem, nesse caso, assume a identidade rural, porém a reprodução dessa perspectiva identitária nem sempre se concretiza. A modificação do curso de vida rural, nutrido por certas expectativas, estabelece uma ruptura com o modo de vida dos pais. Champagne (1986) define como uma negação da profissão dos pais. A família parece perder o poder de pressionar moralmente os jovens para projetos coletivos (SPANEVELLO, 2005).

A escola, sendo rural ou urbana, assume uma função de intermediar o contato dos alunos agricultores com valores destoantes da vida rural. A matriz curricular e as práticas pedagógicas estão fundadas nos aspectos urbanos. De toda forma, a escola que está no meio rural é urbana, seja pelos conteúdos ministrados, seja pelos professores urbanos ou ainda pelas técnicas que desenvolve. O rural é desvalorizado face o urbano. Os alunos, por seu turno, comparam os aspectos sociais, os bens simbólicos expostos, as perspectivas e tendem a valorizar o que lhes transparece como diferenciação da forma de vida que têm (SPANEVELLO, 2005).

Bourdieu (2000) entende que os jovens rurais são atraídos pela realidade urbana, porém sofrem com uma percepção de inércia pela influência do *habitus* a que estão ligados. Essas forças relacionais produzem identidades diferentes entre pais e filhos e entre os próprios filhos. Alguns forjarão mecanismos de inserção urbana, enquanto outros tomarão o pressuposto da permanência. Entre rapazes e moças esse processo é aviltado no sentido de que as moças manifestam menor disposição para construírem uma identidade influenciada pelo *habitus*. A urbanidade lhes surgirá com maior afinco. Na concepção de Bourdieu, as mulheres tendem a fugir das prerrogativas que lhes incitam a continuidade dos elementos a que desaprovam, ou como descreve: “as mulheres se recusam a casar com um camponês que lhes prometa aquilo que querem fugir” (2000, p. 109).

A reprodução da unidade produtiva e da identidade manifesta é negociada entre as famílias. Em todo caso, a saída do jovem pode ser compreendida pelos pais, já que ele, o filho,

nas palavras de Spanevello: “não está disposto a sacrificar sua existência à condição profissional de agricultor” (2005, p. 10). Essa rejeição a vida rural pode ser também uma rejeição a vida comunitária, aos símbolos rurais, aos elementos de tradição. Essa recusa compõe uma crise do espaço comunitário rural, já que as pequenas propriedades podem ser incorporadas por latifundiários ou tornadas florestas homogêneas. Perdem-se atores do cenário rural estabelecido e identitariamente reconhecido.

As perspectivas do trabalho rural são representadas diretamente pela penosidade e o escasso rendimento da propriedade (RENK & DORIGON, 2012). A penosidade que nos espaços coloniais da região Sul do Brasil era valorizada como fortalecimento moral agora é desvalorizada em face da fadiga e das consequências corporais, tais como problemas estéticos e de saúde. É uma ressignificação de que agora o trabalho “estraga o corpo” (RENK & DORIGON, 2012, p. 6).

Como destacam Renk e Dorigon (2012), o rural atual tem uma relação intensa com o urbano. As comunidades rurais relativizam o seu isolamento e instrumentalizam-se com instituições e serviços sociais, tais como: escolas, postos de saúde, pluriatividade, rádio, televisão, telefone, internet entre outros pequenos ou grandes aspectos que as tornam porosas, interligadas, em alguns – poucos – aspectos, “urbanizadas”. “As fronteiras entre rural e urbana tornam-se cada vez mais fluidas e esgarçadas” (RENK & DORIGON, 2012, p. 7).

A conjuntura paradoxal da nova ruralidade expõe a necessidade de discutir como os atores sociais se relacionam e instrumentalizam estratégias de vinculação. Os jovens, como categoria dicotômica, expressam com grande propriedade o desafio analítico proposto. Suas representações substanciam o rural que está por se consolidar.

A proposta metodológica aqui utilizada enfatiza a necessidade de compreender a dimensão simbólica da permanência de jovens rurais em relação aos jovens que migram. Os discursos e as suas representações de urbanidade e ruralidade são o ponto central de análise. Dessa forma, propõe-se um arcabouço metodológico variado<sup>6</sup>, com prevalência na abordagem qualitativa para dar conta de elementos notadamente subjetivos e também com dados

<sup>6</sup> Na pesquisa realizada por Kummer (2013a), por exemplo, os dados quantitativos levaram a construção de um modelo metodológico que cruzou dados qualitativos dos jovens da comunidade em estudo (entrevistas, etnografias) com dados quantitativos da realidade regional, estadual e nacional, além de questionários fechados e entrevistas aplicadas com outros membros de seus grupos familiares. Mesmo compreendendo que a realidade nacional demande análises gerais, não se descartam prospecções mais aproximadas dos atores sociais em discussão.

quantitativos para embasar e clarear a compreensão da problemática. Assim, a estratégia metodológica teve como foco a coleta de questionários e entrevistas, além da contribuição da observação etnográfica.

A tese está organizada textualmente em sete capítulos. No primeiro, apresentam-se os aspectos históricos da construção regional, considerando as fricções étnicas. No segundo, o debate foca no desenvolvimento da ruralidade e urbanidade regional, considerando seus efeitos para a juventude rural. O terceiro capítulo remete a discussão teórica do aporte das representações sociais como categoria de análise. No quarto, retomam-se as considerações conceituais sobre ruralidade e urbanidade que sustentam a abordagem da pesquisa. No quinto, a juventude, ou as juventudes, são o tema de conceituação para encaminhar a análise dos dados. O sexto e o sétimo capítulos apresentam os dados. No sexto, o foco está nos questionários e, portanto, envolve a definição das representações acionadas, tanto objetiva, quanto subjetivamente. No sétimo, as escritas remetem às trajetórias dos jovens e as questões de geração e gênero, além de apontamentos sobre as políticas públicas.

## 1. CAPÍTULO 1 – ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DAS REGIÕES OESTE E EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

### 1.1 – Oeste de Santa Catarina: História e Sociabilidades Conflitantes

O objetivo desse capítulo é situar as dinâmicas de sociabilidade presentes na região de estudo, com foco nas práticas de ocupação do território e nos diversos modos de vida produzidos nesse processo. Salientam-se, também, as práticas familiares que sustentam os mecanismos de reprodução da agricultura familiar e a caracterização dos aspectos sociais.

A retomada das acepções da construção histórica da região é relevante no sentido de permitir compreender as dinâmicas locais, circunscritas a um *modus operandi* e a um *ethos* que complexifica a análise das ações dos jovens. Há uma herança de ruralidade arraigada no trabalho rural familiar, espraiando-se nas relações étnicas tencionadas entre colonos, indígenas e caboclos, nas posições geracionais conservadoras, na forte presença do patriarcalismo e nos movimentos sociais do campo. Sem considerar esses estratagemas, percebidos por meio das decisões dos jovens, de suas relações societárias, seu imaginário e suas representações, perdem-se os elementos constitutivos da própria problemática, que é histórica, e se produz uma interpretação distanciada das especificidades da pesquisa.

Do ponto de vista histórico cultural, é complexo tratar especificamente do Extremo Oeste catarinense. Essa definição serve como aporte de dimensionamento de pesquisa apresentado aqui e que carrega características peculiares. Todavia, a concepção de região macroestrutural é compreendida a partir da região Oeste catarinense. Melhor dizendo, a pesquisa aqui proposta se debruça nos municípios da Microrregião de São Miguel do Oeste (reconhecida como Extremo Oeste), que, por conseguinte, faz parte da macrorregião Oeste Catarinense. Assim, a discussão de aspectos histórico sociais segue, inicialmente, uma análise do Oeste catarinense como um todo.

A noção apressada de região pressupõe que este seja um espaço de homogeneidade e uniformidade (HAESBAERT, 1988). Essas características dizem respeito às variáveis físicas, ambientais, estruturais. No entanto, esse é um reducionismo analítico. Vê-se que a região Oeste de Santa Catarina não se expressa pela homogeneidade. Congrega, é fato, elementos que implicam ligações e pertencimentos, mas não consubstancia uma uniformidade. Os pontos de relação são o processo histórico de ocupação do território e os conflitos agrários subjacentes; a

presença marcante da ruralidade; a proeminência de pequenas unidades produtivas rurais (minifúndios); a intensa vida comunitária e a religiosidade cristã; a ascendência europeia de boa parte da população. A historicidade, nessa acepção, é um vetor destacado para compreensão da realidade social dos espaços regionais (HEINSFELD, 2001).

A noção de região natural é questionada pelos geógrafos por seu determinismo (AMADO, 1990). Pode-se construir um viés determinista ao selecionar elementos específicos de uma dada região, ignorando a complexidade de suas interrelações sociais. O exercício de selecionar regionalmente aspectos sociais e mesmo físicos envolve um risco constante de reducionismo analítico. Trata-se, pois, de um desafio de ajustar o foco de análise da região como uma realidade com especificidades que se relacionam com uma multiplicidade variável de interações. Como aponta Amado, a região é uma “categoria espacial que expressa especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula” (1990, p. 8).

Dessa forma, o que se depreende é que a homogeneidade não é fator definidor do conceito de região. Muito menos, é a região, a soma de seus pontos de convergência. A construção do significado e da identidade de cada região é um complexo e intrincado processo de compartilhamento de experiências históricas e sociais cotidianas que elaboram e reelaboram o ambiente em que se vive. Além disso, um dos vetores mais fortes para definir as perspectivas regionais provém da delimitação jurídico estatal proposta por instâncias superiores. É complicado falar do Oeste de Santa Catarina antes de 1917, por exemplo. A criação conceitual de dada região é arbitrária. Os significados produzidos em torno dela são também complexificados de acordo com os interesses e os conflitos que dali se depreendem. Dessa percepção são construídos os regionalismos.

O regionalismo, por sua vez, pode significar uma mera distinção em relação as dinâmicas mais amplas do Estado. Definir que o “nós” é diferente do “eles”. Esse nós e eles se refere aos interesses dos grupos com maior capacidade discursiva numa dada região. Quem controla as bases econômicas e políticas, e delas se beneficia, reforça a construção de uma imagem local positiva e marca uma divisão social dentro do próprio grupo. O exemplo claro no caso do Oeste de Santa Catarina ainda é o de colonos fortes e colonos fracos. Como destaca Haesbaert, o regionalismo é resultado de uma relação de poder.

Regionalismo seria um processo de criação e sustentação de determinados significados sociais, relacionados sempre a um dado território, através dos quais uma fração de classe, hegemônica ou portadora de alguma bandeira autonomista, procura fazer valer seus interesses – de natureza político-econômica e/ou de identidade cultural (que também não pode ser separada de uma fundamentação política) – frente aos interesses da classe dominante a nível de Estado-nação. São diferentes formas de resistência ou “arranjo” frente à dominação/homogeneização imposta por outros níveis sociais de organização político-territorial (nacional ou supranacional), sem as quais a região não existiria, já que sua delimitação geográfica é dada pela área que aglutina e consolida estes interesses. (HAESBAERT, 1988, p. 26).

A região, para além de um conceito teórico, de uma categoria de análise, é uma realidade prática definida pelos atores sociais. Essa definição, como um termo nativo, permeia a noção de identidade, de marcar uma origem, uma maneira de ser. O Oeste de Santa Catarina engloba essa perspectiva. A região caracteriza modos de vida, práticas sociais, elementos étnicos. É o lugar da ruralidade colonial idílica e da urbanização como progresso. É o ambiente que se expõe como um exemplo de colonização de sucesso. É também o lugar do silêncio frente aos conflitos territoriais.

Ao apontar o conceito de região como um elemento identificador de seus membros, há uma associação com a definição das estruturas de Estado. Pertencer a região Oeste de Santa Catarina significa ter um olhar direcionado para o que acontece no Estado de Santa Catarina, ser apontado com parte dele, diferenciar-se de outras unidades da federação. Além disso, o discurso que se efetiva na perspectiva regional reforça o viés de unidade. Trata-se de um imaginário e de uma definição de nomes, de características presentes nas rádios, jornais locais, na identidade visual das empresas, nas conversas cotidianas, etc. Para Armand Frémont, a região exprime a noção intermediária entre o lugar local de vida e a nação em geral. Dessa forma, a região comprehende

[...] lugares vividos e espaços sociais com um mínimo de coerência e de especificidade, que fazem dela um conjunto com uma estrutura própria (a combinação regional), e que a distinguem por certas representações na percepção dos habitantes e dos estranhos (as imagens regionais). (FRÉMONT, 1980, p. 167).

Nesse sentido, essa pesquisa não procura estabelecer uma percepção totalizante da região. A perspectiva é perceber como as imagens, representações, símbolos e identidades da

região interferem nas dinâmicas sociais dos jovens rurais. Concorda-se, portanto, com Reckziegel: “o regional é menos um espaço físico e mais um conjunto de relações e articulações estruturadas em torno das identidades singulares” (1999, p. 20).

A região, por fim, é o espaço de definição de um modo de ser ampliado, donde o pertencimento jurídico, étnico e identitário são proeminentes. Segue-se que o conceito de região pode ser entendido como: “[...] um espaço de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução” (HAESBAERT, 1988, p. 25).

Esse “Oeste” existe, oficialmente, como uma região integrada e legalizada a partir do acordo de limites traçado em 1917, entre Paraná e Santa Catarina. Como local simbólico e de efetivas vivências sociais, a área é bem mais antiga e remonta ao passado indígena<sup>7</sup> e caboclo. Antes de ser chamado de Oeste, era tratado como “sertão”, limite aos “espanhóis confinantes” (D’ECA, 1992). De acordo com D’Angelis (2006), a maior parte da região era ocupada pelos Kaingang, embora, em alguns pontos, havia também Xokleng e Guarani.

As ocupações indígenas abrangiam toda região do atual Oeste, embora estivessem mais intensamente estabelecidos próximos aos rios Uruguai, Chapecó, Chapecozinho, Irani e Antas. Conforme o autor, os jesuítas definiam a área entre os rios Iguaçu e Uruguai como Ibituruna. Nessa área, no entanto, os jesuítas não adentraram. Limitaram-se as reduções ao Norte (Guairá) e ao Sul (Tape). Essas reduções foram alvo da ação de pilhagem e escravização pelos bandeirantes paulistas, principalmente no caso do Guaíra. Porém, essas ações não interferiam diretamente no Oeste catarinense, pois como aponta D’Angelis

Cabe esclarecer que os bandeirantes não molestavam os Kaingang e Xokleng porque não representavam escravos “de valor” ante os valorizados Guarani. Deve-se isso ao fato de que os Jê não eram de língua conhecida (enquanto os próprios bandeirantes falavam o tupi, da mesma família linguística que o Guarani) e ao fato de que não eram, como os Guarani, tradicionais agricultores e hábitos sedentários. (D’ANGELIS, 2006, p. 272, grifos do autor).

<sup>7</sup> Em geral, as informações sobre a existência e a organização social dos grupos indígenas presentes na região em épocas anteriores à colonização são relativas às pesquisas arqueológicas realizadas no território. Muitas dessas pesquisas tiveram andamento por meio dos levantamentos realizados por conta de grandes obras hidroelétricas nas bacias dos rios Uruguai, Chapecó e Irani (CARBONERA, 2011). Mirian Carbonera aponta ainda que muitos desses sítios arqueológicos da região foram destruídos na tentativa de se encontrar neles tesouros jesuítas perdidos, ou melhor, as “panelas de barro cheias de ouro” (2011).

As áreas de ocupação próximas as margens do vale do rio Uruguai indicam a presença Guarani, sobretudo pela existência das oficinas ceramistas. Já nas áreas mais altas, em direção a atual divisa com o Estado do Paraná, são mais comuns os sítios arqueológicos que remetem a ocupação Kaingang e Xokleng, principalmente pelas casas subterrâneas, ou os chamados “buracos de bugre<sup>8</sup>”. Esses grupos, no entanto, mantiveram contato e, como aponta Schmitz (2011), estabeleceram trocas reveladas pelos achados arqueológicos.

Com o Tratado de Madri (1750), os indígenas das reduções haveriam de se deslocar para margem direita do Rio Uruguai. O processo acabou resultando na Guerra Guaranítica (1750-1756), donde a maioria da população Guarani fora massacrada ou escravizada. A região dos chamados “Sete Povos das Missões” era estratégica por conter grandes estâncias de criação de gado, equinos e muares, importantes, sobretudo, para Portugal, haja vista as atividades mineradoras no Sudeste da colônia.

A existência de uma demanda por gado e muares no Sudeste e desses recursos no Sul impôs o desenvolvimento de rotas de transporte. Os primeiros caminhos seguiam o fluxo de Sorocaba, passando por Curitiba e o litoral catarinense, até chegarem a Viamão, e dali rumo Oeste até às Missões. Paulatinamente abrem-se rotas pelos Campos de Vacaria e, mais tarde, pela Lapa e Lages. Esse último era um caminho perigoso pela presença dos Xokleng, notadamente menos suscetíveis ao contato e mais belicosos na defesa de seus territórios.

Com a chegada da Família Real em 1808 é dada a ordem para enfrentamento dos indígenas dessas regiões (Carta Régia de 5 de novembro de 1808). Essa determinação acudia aos desígnios da conquista dos Campos de Guarapuava, recém descobertos. A vitória nacional aconteceu em 1810 e a partir dela se estabeleceu uma estratégia de dividir os grupos indígenas e enfraquecê-los: de um lado os “camés” e de outro os “votorões” (D’ANGELIS, 2006). A rivalidade estimulada pelas autoridades estatais promovia o enfraquecimento dos grupos indígenas e facilitava a penetração e tomada de seus territórios. Duas figuras Kaingans se tornaram emblemáticas nesse período, o Cacique Vitorino Condá e o Cacique Viry.

A liderança que exerciam minorava as retaliações por parte dos indígenas e formatava a

---

<sup>8</sup> O termo “bugre”, embora empregado no texto por referir uma expressão nativa, tem caráter depreciativo em relação as populações indígenas. Foi e é usado no sentido de diminuir esses povos e é lançado de forma exterior, jamais sendo uma referência interna a esses grupos.

realização de acordos, de negociações. Facilitou-se, portanto, a penetração estatal e brasileira no território. Essa “diplomacia da mata” tinha um aspecto importante para os indígenas, muitos dos quais estavam convencidos de que contra-atacar um inimigo tão poderoso poderia ser ainda mais destrutivo. Os grupos Xokleng, historicamente mais arredios ao contato com os brancos, acabaram padecendo de forma mais drástica ao não se sujeitarem as regras estatais.

Do ponto de vista estratégico, a conquista dos campos de Guarapuava define os mecanismos de penetração na região Oeste de Santa Catarina. Em 1837, torna-se pública a descoberta dos Campos de Palmas, porção de território localizada a Sudoeste de Guarapuava. Esses campos permitiriam a expansão das atividades agropastoris e aceleravam a ocupação de terreno em litígio com a Argentina por luso-brasileiros. Em 1855, criou-se a freguesia de Palmas, posicionando uma fundação oficial do Brasil na região. Nas palavras de D’Angelis, “a economia pastoril reclamava novos campos para sua expansão e a geopolítica do império seguia as linhas mestras da estratégia de ocupação portuguesa” (2006, p. 282). Dos campos de Palmas alcançaram-se também os Campos do Erê, ainda mais no rumo Oeste.

É importante frisar que esses campos estão atualmente dispostos entre a fronteira do Paraná e Santa Catarina e formam, portanto, boa parte do território do Oeste catarinense e do Sudoeste paranaense. Objetivamente, a freguesia abarcava praticamente todo território do atual Oeste catarinense e estava circunscrita na questão litigiosa com a Argentina: “a Freguesia de Palmas ia até os limites da Província do Paraná com a de São Pedro do Rio Grande do Sul, ou seja, o rio Uruguai; a Oeste, ia até os limites [então indefinidos] com a Argentina, [que o Brasil pleiteava situar os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio]” (D’ANGELIS, 2006, p. 284).

A ocupação desses “novos” territórios impactava sobre as possessões indígenas. Lentamente foram sendo deslocados, realocados e expulsos. Além disso, estimulava-se a entrada de cativos africanos, como aponta José Lúcio da Silva Machado (2015). Essa relação permitiu a abertura de caminhos na região, seguindo o caminho Norte – Sul (Palmas – Xapéco – Nonoai – Cruz Alta). Eram rotas importantes para as tropas, para o intercâmbio comercial e para a própria defesa e conquista do território pela nação.

Já nesse período (meados do século XIX), os interesses argentinos na região aumentavam, exatamente devido à exploração madeireira que iniciavam usando o curso do Rio Uruguai e à exploração erva-teira, então em fraca expansão. Daí reacender-se, nesse momento, o litígio sobre os limites internacionais naquela zona, reivindicando a Argentina o território de Misiones (disputado ao Paraguai) e as terras situadas a Oeste dos rios Chapecó e Chopin (disputadas ao Brasil). A ocupação efetiva do território

torna-se, então, questão estratégica para a geopolítica do Império. Nesse contexto é que a abertura da estrada de Palmas a Corrientes torna-se inadiável. Os planos brasileiros previam, certamente, estabelecer uma situação de fato que lhe favorecesse na decisão do litígio, e preparar a ocupação definitiva (com povoações), quando essa decisão ocorresse. (D'ANGELIS, 2006, p. 293).

A Lei de Terras de 1850 afetou, por sua vez, as dinâmicas sociais na região ao privilegiar a distribuição de lotes por meio de compra. Na interpretação de D'Angelis (2006), essa lei não apenas excluiu a oportunidade de acesso a novas terras por escravos, ex-escravos, caboclos e indígenas, mas protocolou os processos de grilagem, com a expedição de títulos e contratos falsos.

A criação desta Lei está diretamente relacionada com a decisão do governo Imperial de promover e estimular a colonização do Sul do país por imigrantes da Europa. De fato, já desde a década de 1820, chegavam colonos alemães no Rio Grande do Sul e a nova Lei de Terras buscava atender às exigências do novo momento: submeter-se às pressões dos governos europeus no sentido de favorecer as titulações de terras a imigrantes e, por outro lado, incorporar as terras agricultáveis ao mercado da compra e venda (instituindo os “títulos” e abolindo as formas tradicionais dos direitos de posse). Evidentemente que a nova legislação favorece o empreendimento colonizador e estabelece a especulação imobiliária no país, voltando-se contra as formas tradicionais de apropriação de terras, que eram: as sesmarias, a posse direta (morar e usar a terra) e a ocupação indígena. (D'ANGELIS, 2006, p. 298).

Com a criação da Província do Paraná em 1853, os Campos de Palmas e o atual Oeste catarinense passam à jurisdição paranaense. O Estado do Paraná inicia a expedição de títulos de propriedade e são favorecidos os correligionários políticos de Guarapuava e de Palmas. Mais tarde, no início do século XX, estes títulos e essas terras estiveram no epicentro do confronto da Guerra do Contestado (1912-1916).

Com o impulso da produção erva-teira, muitos indígenas passaram a prestar serviço na colheita e seu beneficiamento. Abria-se a perspectiva de se tornarem trabalhadores volantes nas atividades mais difíceis (“serviço brabo”), ou naquelas em que era necessária a presença de condecorados do ambiente, como abertura de estradas, medição de terras, etc. No final do século XIX, por exemplo, indígenas Kaingang foram requisitados para trabalhar na construção da linha telegráfica Palmas – Goyo-Em (1890). Ao finalizar a tarefa, negociaram o pagamento, requisitando terras em lugar de dinheiro, apontando para o fato de estarem sendo expulsos de suas possessões históricas, conforme o relato abaixo.

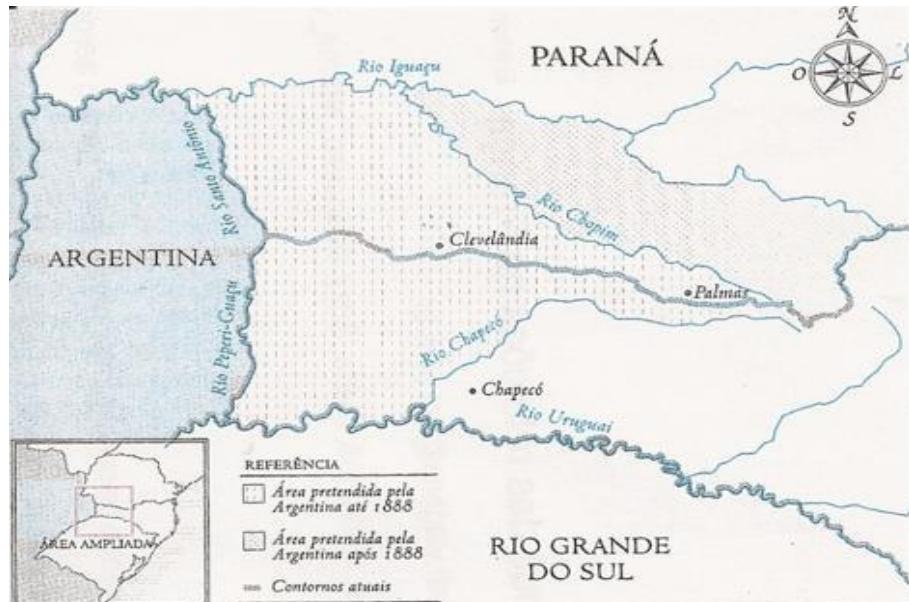
Encerrados os trabalhos, voltaram até Boa Vista (Clevelândia) e lá já estava o dinheiro que o governo havia mandado para pagar os índios. Alertado por um dos seus líderes, o Cacique respondeu aos homens do governo: “Olha, nós precisamos de terra pra criar nossos filhos, que nós não vamos andar criando nossos filhos nas copas dos pinheiros. Nós não somos macacos” – “E onde vocês querem a terra?”, perguntou o oficial. “Entremeio do Chapecó com o Chapecozinho”, respondeu o cacique. Essa seria a origem do Decreto n.º 7, de 1902, que delimitou terras desses grupos Kaingang. A linha telegráfica foi inaugurada em Xanxerê no ano de 1893, ligando a Colônia Militar ao resto do país. (D’ANGELIS, 2006, p. 310).

A progressiva entrada dos “nacionais” no território da região aumentou a pressão para que os indígenas fossem aldeados. Receberiam as terras com menor valor comercial e com maior declividade. Ainda assim, seriam molestados recorrentemente nesses espaços. Todo momento em que a demanda por lotes aumentava, e consequentemente a negociação de terras se tornava mais lucrativa, as áreas “reservadas” aos indígenas eram cobiçadas e invadidas.

Outra estratégia de ocupação e tomada oficial do território foi expressa com a criação de duas colônias militares na região. As Colônias Militares do Chapecó e Chopim, que haviam sido criadas pelo decreto nº 2502, de 16 de novembro de 1859, tinham como interesse facilitar o alojamento das populações nacionais no território em disputa, além de proteger as vilas e fazendas já existentes. A ameaça mais premente, nesse caso, não vinha dos argentinos, mas dos indígenas. Como aponta Piazza, serviam para “à proteção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava contra a invasão dos índios, e a chamar dos ditos índios, com auxílio da catequese, à civilização” (1982, p. 188). A presença das colônias, como indica D’Angelis (2006), acelerou a entrada de agricultores e pecuaristas na região, ainda que estivessem situados na porção não contestada do território envolvido diretamente na “Questão de Palmas”.

A Questão de Palmas, ou Questão de Missões, foi um litígio territorial, inicialmente entre Espanha e Portugal, e depois entre Argentina e Brasil, que se estendeu desde o Tratado de Santo Ildefonso (1777) até o arbitramento internacional, em 1895, com ganho de causa em favor do Brasil. A área configura boa parte dos atuais Oeste catarinense e Sudoeste paranaense e era considerada, na época, estratégica para o Brasil, do ponto de vista da defesa e soberania nacional. A forma de assegurar o domínio deste espaço era garantir a ocupação, para então obter o direito por meio do princípio de direito romano do *uti possidetis* (HEINSFELD, 2007).

**Figura 2 – Área de Litígio entre Brasil e Argentina (Questão de Palmas/Misiones)**



**Fonte:** Academia Paranaense de Letras.

A República, proclamada em 1889, e sua Constituição, de 1891, passavam à competência dos Estados, a distribuição de terras e a resolução de impasses. Na prática, muitos Estados declaravam territórios indígenas como devolutos e os titulavam em favor de correligionários, empresas colonizadoras e fazendeiros. Muitos aldeamentos foram requisitados pelo Estado e os indígenas foram desalojados ou realojados em outras aldeias. Como aponta D'Angelis (2006, 311), “a nova Constituição veio jogar lenha na fogueira da especulação imobiliária”.

Outro aporte de entrada de “nacionais” na região do Oeste catarinense fora a Revolução Federalista (1893). Muitos residentes do Estado do Rio Grande do Sul migraram para as terras do além Uruguai, fugindo dos inimigos e da própria estrutura estatal, na época praticamente inexistente no território além do Rio Uruguai. Esse influxo populacional aumentou a pressão sobre as terras indígenas, acrescido da vinda de muitos Kaingang do Rio Grande do Sul, também fugidos das moléstias do conflito.

Por conta dos ataques e sequestros escravocratas, geralmente efetivados por bandeirantes, essas populações, sobretudo os guaranis, ou foram exterminadas ou se dispersaram em direção as áreas de domínio espanhol. Quando da chegada dos colonizadores oficiais, apenas grupos Kaingang e Xokleng viviam na região e estavam relativamente afastados

do vale do Uruguai, ocupando principalmente os vales dos rios Chapecó e Irani (SCHMITZ, 2011). Essa perspectiva formatou o discurso dos colonos do Extremo Oeste onde não havia índios, apenas vestígios arqueológicos de civilizações pré-históricas.

Após a Guerra do Contestado (1912-1916) e a resolução dos limites com o Paraná, reforçou-se a noção de “necessidade de colonização”. A estratégia do Estado de Santa Catarina era de modernizar o espaço e promover o desenvolvimento econômico por meio de colonos de origem europeia. Essa opção deliberada não considerava os indígenas, classificados como atrasados. Muitas áreas reservadas ao alojamento dos indígenas foram destinadas a colonização e, quando os conflitos se tornavam eminentes entre indígenas e colonos, o expediente do aldeamento era ainda mais comum, embora as ações de extermínio também fossem recorrentes.

Para barrar o “atraso” que os indígenas causavam para o progresso, o Estado passou a trabalhar em conjunto com as companhias colonizadoras na liberação das terras para os colonos, criando a companhia de pedestres e mais tarde entraram em cena os bugreiros, ambos tendo como atividades caçar indígenas. (GOULART, 2009, p. 42).

Instituição importante neste contexto fora o SPI – Serviço de Proteção ao Índio (1910). Como destaca D’Angelis (2006), o trabalho realizado pelo SPI na região contribuiu para a diminuição do território indígena e na facilitação dos interesses das madeireiras e na especulação agrária das companhias colonizadoras. A resistência dos indígenas gerava retaliações por parte do SPI. No caso da exploração madeireira, o SPI facilitava a concessão por meio de contratos unilaterais, sem consulta aos índios, como destaca o próprio autor: “o índio que se opunha, o índio que levantasse dúvidas sobre a oportunidade ou vantagem de se vender madeiras, era considerado ‘rebelde’ ou ‘vadio’, e transferido a outros pastos, quando não era preso e espancado por ordem do Chefe do Posto” (D’ANGELIS, 2006, p. 327, grifos do autor).

Questionando os princípios de progresso e desenvolvimento produzidos pela colonização, D’Angelis é enfático ao apontar uma perspectiva invariavelmente negativa: “diante dos interesses econômicos não havia perspectiva ecológica, nem direitos históricos, nem respeito humano que valesse a pena ser considerado: o Oeste Catarinense foi devastado, tanto físico como culturalmente” (2006, p. 334). No entanto, essa visão é exceção nos discursos regionais. As percepções e representações recorrentes são de vitória dos colonos. Vitória sobre à natureza, sobre os indígenas e sobre os caboclos. Exemplo disso são as posições em relação

a demarcação de novos territórios indígenas na região, como o caso da Terra Indígena Guarani Araçá'i<sup>9</sup>.

O espaço destinado e permitido aos indígenas no Oeste de Santa Catarina fora o das aldeias, onde deveriam permanecer incautos para não constranger os esforçados colonos. Ainda assim, tinham uma função significativa como já apontado: estoque de mão de obra barata. Esses foram os lugares comuns deles: a aldeia e empreitada. Eram contratados para a colheita de erva, extração de madeiras, derrubada de matas, construção de estradas e disputavam esse espaço com os caboclos. Isto é, os espoliados e excluídos do projeto regional eram, em verdade, seus construtores invisíveis.

**Tabela 1 – Áreas e Reservas Indígenas na Região Oeste de Santa Catarina**

Terra Indígena	Povo	Criação	Pop.	Área (ha)	Município	Situação
<b>Aldeia Kondá Palmas</b>	Kaingang	1999	14	2.300	Chapéco	Regularizada
	Kaingang	1909	13	3.800	Abelardo Luz e Palmas/PR	Regularizada
<b>Toldo Pinhal</b>	Kaingang	1998	8	880	Seara	Regularizada
<b>Toldo Chimbangue I</b>	Kaingang	1986	29	988	Chapéco	Regularizada
<b>Toldo Chimbangue II</b>	Kaingang	2002	45	954	Chapéco	Regularizada
<b>Xapecó</b>	Kaingang e Guarani	1902	35	15.623	Abelardo Luz, Ipuaçu e Entre Rios	Regularizada
<b>Guarani Araçá'i</b>	Guarani	2007	3	2.721	Cunha Porã e Saudades	Declarada
<b>Toldo Imbu</b>	Kaingang	2007	20	1.960	Abelardo Luz	Declarada
<b>Toldo Pinhal</b>	Kaingang	1996	66	4.846	Arcoverde, Paial e Seara	Declarada
<b>Xapecó (Pinhalzinho-Canhadão)</b>	Guarani e Kaingang	2001	21	660	Abelardo Luz e Ipuaçu	Declarada

Fonte: FUNAI; FERNANDES, 2003.

A população indígena no Oeste catarinense perfaz, atualmente, mais de oito mil pessoas. Considerando o processo de marginalização, de conflitos e de dificuldades, esse número é sintomático no sentido da resistência e da força étnica desses grupos. Todavia, as relações sociais tecidas no ambiente regional enfrentam, ainda, o discurso da supremacia colonizadora. O imaginário social advoga em favor dos brancos, proprietários e indivíduos com crescimento patrimonial. Os desviantes permanecem escamoteados e espoliados.

Além dos indígenas, outro grupo étnico que sofreu com a dissociação do tecido social

<sup>9</sup> A Terra Indígena Guarani Araçá'i se localiza nos municípios de Saudades e Cunha Porã. Foi definida por meio da portaria 790/2007, do Ministério da Justiça. Em 2015, porém, a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu pela anulação do processo. A questão permanece em litígio judicial.

empreendida com a colonização foram os caboclos. Eram grupos de posseiros, miscigenados no processo de interiorização portuguesa, gerados a partir das matrizes indígena, africana e lusa. Mais do que um gênero novo, tem um modo de vida diferente da expectativa estatal e logo não cumpriam o papel estratégico de perseverar economicamente para garantir o controle do território. Preteridos, invariavelmente, em sua condição de mistura racial, acabaram desterritorializados e estigmatizados, não sem antes servirem de mão de obra barata.

A origem dos caboclos é tese geralmente controversa. Sua denominação consta na bibliografia e nas categorias usadas quotidianamente, às vezes aparecendo referido à miscigenação do branco com o índio, também chamado de mameluco. Outras vezes, como a miscigenação do negro com o índio, também chamado de cafuzo ou entre si como a miscigenação do mameluco e do cafuzo. Ainda como bugre, negro e, principalmente, “brasileiro”. São identificados como brasileiros – nacionais – no quadro de diferenciação entre os indígenas e os colonos brancos.

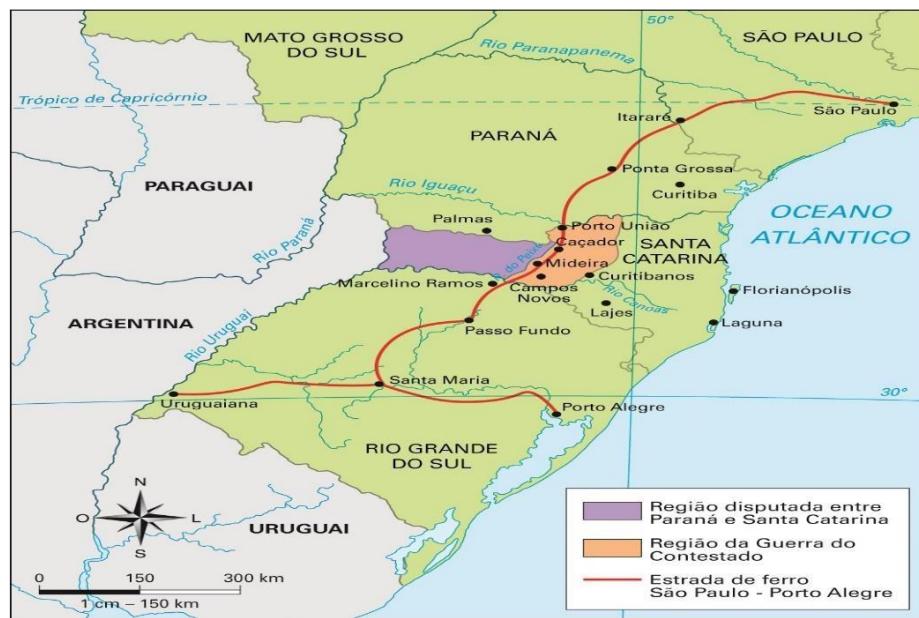
O caboclo pode ser compreendido por meio de duas variáveis. Primeiro por sua composição étnica, isto é, por sua miscigenação. Em segundo lugar, aparece o modo de vida, sendo ele um artífice da autossuficiência, adaptando-se e adaptando o meio de vida para garantia da sobrevivência. Por vezes é identificado como promotor de uma economia extrativista (pinhão, erva, madeira), donde vende o excedente apenas para adquirir itens de primeira necessidade. Não acumula bens, tampouco é afeito a ideia de propriedade privada. A terra, em seu imaginário, é um bem coletivo garantido pela divina providência. É também extremamente vinculada a práticas de reciprocidade e relações familiares.

No início do século XX, os caboclos representam um modo de vida a ser superado, visto que não cumpriam as estratégias de tomada e desenvolvimento territorial pretendido pelas instâncias estatais. Sua forma de viver sem acumular impedia a efetivação dos protótipos de crescimento econômico e de modernização.

A própria estrada de ferro São Paulo-Rio Grande apontava o desejo de dominação territorial, por meio das relações econômicas de mercado. Representava, também, a modernidade e integração de espaços ditos vazios. Ao atingir as terras do Oeste catarinense e avançar sobre as terras caboclas, o imaginário estatal chocou-se com interesses diversos. O resultado foi uma sangrenta guerra e um genocídio esquecido, relativizado – Guerra do Contestado. Os caboclos foram classificados como “fanáticos” e sua religiosidade alternativa

posta como ameaça e justificativa para o massacre. A questão, porém, recai sobre a terra, sobre um modo de vida, sobre uma cultura.

**Figura 3 – Mapa da Região do Contestado**



**Fonte:** Museu do Contestado

No processo de colonização que seguiu aceleradamente, após a “resolução” das questões de litígio entre Paraná e Santa Catarina, o caboclo permaneceu presente, como exemplo negativo, como elemento a ser superado. A resolução do Contestado, portanto, fora uma resposta diplomática para as esferas estatais, não uma resposta social. Aliás, a resposta social dada pelo Estado como um todo fora o extermínio dos “indesejáveis”.

O contexto inicial da colonização também foi marcado pela Guerra do Contestado, que se por um lado atrasou o processo de colonização, por outro promoveu uma “limpeza da área”, tendo em vista que eliminou e dispersou as populações locais, abrindo espaço para que avançassem os propósitos dos governantes e dos interessados na especulação imobiliária. (RADIN, 2009, p. 25).

A percepção da supremacia do projeto colonizador<sup>10</sup> é importante para compreender aspectos sócio históricos da região. As representações coletivas regionais evocam um passado

<sup>10</sup> Ver Renk (2006) e Kummer (2010).

de agruras e glórias, ressignificado no povo sulino, como um misto de imigrantes e gaúchos<sup>11</sup>. Arlene Renk (1999) propõe que a chegada dos colonos poderia ser associada como “peste branca” na mentalidade indígena e cabocla. Essa percepção está vinculada à diferentes representações temporais: tempo da fartura *versus* tempo da escassez; ou diferentes mecanismos culturais: sistema dos caboclos *versus* sistema dos colonos. A ocupação colonial era categorizada como um processo de enxamagem e as localidades definidas como “colmeias”, em clara expressão de superioridade produtiva. Esses recursos discursivos positivados em relação aos colonos e estigmatizados em relação aos caboclos é classificado por Renk (1999) como uma intimidação psicológica.

Para Marlon Brandt (2015), caboclos e colonos tinham diferentes visões de mundo. Essa percepção de imaginários variáveis explica as tensões e as estratégias dispostas pelos dois grupos. A diferença é que os colonos tinham o apoio deliberado da institucionalização estatal, fato que não encontrava ressonância entre os caboclos. Até mesmo os indígenas tinham seus canais de inserção com o Estado, não deixando de ser numa perspectiva frágil e até mesmo perigosa. No entanto, os caboclos passaram por forte movimento de invizibilização. Não tinham terra, não tinham uma referência econômica e se tornaram os peões necessários, mas esquecidos, na região que, segundo o discurso hegemônico, prosperava apenas graças ao trabalho do colono.

À medida que os teutos e ítalos avançaram nas terras do Oeste, os caboclos, quando não eram integrados no mercado de trabalho, eram expulsos de “suas” terras e empurrados para “fora” da fronteira econômica”. Houve, como aponta Nodari (2009), uma apropriação do discurso governamental de Marcha para o Oeste para potencializar a propaganda dos lotes de terra do Oeste catarinense. Esse sentimento de interiorização estava associado ao desejo de provimento de infraestrutura que, por conseguinte, promoveria o progresso, à civilização, à modernização. As palavras de Getúlio Vargas repercutiam na região, fomentando a expansão migratória para os lotes ainda incultos e sobre as áreas indígenas e de posseiros caboclos.

O modo e vida caboclo considerava a perspectiva da subsistência e do esforço necessário para o mínimo vital. A acumulação passava ao largo como uma avareza descartável, pois enriquecer exigia uma preocupação que desviaria os desígnios de aproveitar a vida, vivendo-a. Os animais criavam-se soltos, sem cercas e em comunidades integradas, sem delimitações de

<sup>11</sup> Não é uma coincidência que, na região, o movimento “Sul é Meu País” tenha sensível apoio.

espaço. Quando os colonos aparecem no espaço, os conflitos acontecem justamente por essa falta de definição daquilo que “é meu e seu”. Os animais soltos invadiam plantações e subjugavam as linhas imaginárias do progresso.

A colonização instituiu uma nova “temporalidade”, com outras percepções, valores e ideologias. A paisagem social, portanto, foi transformada (BRANDT, 2015). A noção de integração social presente no imaginário caboclo encontrava solo árido em relação ao fechamento social, presente na ideologia dos colonos. Dicotomicamente, no Oeste, os caboclos se tornaram os “*outsiders*”, perdendo espaço simbólico para os migrantes que, paradoxalmente, se tornaram os “estabelecidos”, numa referência a conceitualização de Elias e Scotson (2000).

A migração expressa pela colonização não era apenas um movimento de pessoas, mas também de ideias, valores e modos de vida. Conforme Arlene Renk, “classicamente a migração representava uma mobilidade geográfica e era o preço para permanecerem na condição de colono. Era constitutiva da reprodução camponesa, permitindo aos deserdados da propriedade originária o acesso à terra. Ou seja, era uma migração para colonização” (1999, p. 43). Nesse sentido, migrar já faz (fazia) parte do imaginário local. Mover-se para continuar um colono. Ir para o meio urbano, porém, seria romper, distanciar-se não só do espaço originário, mas das atividades, de um mundo simbólico, do *ethos* rural (KUMMER & COLOGNESE, 2013a). Esse movimento era diferente do que se observa após a década de 1980 e, principalmente, na década de 1990, como aponta Renk.

Hoje, a mobilidade espacial é perceptível mais evidentemente em dois segmentos, entre idosos, já aposentados, e entre os jovens. Nesse último caso, pode ser avaliada como negação do projeto camponês. É necessário ter em conta a impossibilidade de migrar a novas fronteiras agrícolas, o que exige o investimento de elevado capital econômico, nem sempre disponível aos colonos. A migração que se observa não pode ser simplesmente lida como “avanço do capitalismo no campo” ou as “concentrações de áreas”. Migram expropriados, mas migram também colonos fortes (...). O migrar, neste caso, passa a ser sinônimo de não mais pertencer à condição camponesa. Se para alguns é devido a impossibilidade de acesso à terra, nos moldes tradicionais, para outros é vista como liberdade, deixando de ser escravo: do sol, da chuva, da seca... Mesmo que as condições de assalariamento sejam adversas, como efetivamente algumas o são, consideram-nas positivas, pela possibilidade de “fazer para si” ao invés de “fazer para o pai”. Faça chuva, faça sol, no final do mês é sagrado o salário. Enfim, “a roça não tem futuro”. Saem em busca desse. (RENK, 1999, p. 43-44-45).

A “imigração” foi mais significativa na região do Vale do Rio do Peixe. A explicação pode se basear na possibilidade de deslocamento ferroviário. Na região do “Velho Chapecó”,

foi mais significativa a “migração” de colonos do Rio Grande do Sul, na maior parte dos casos filhos e netos de imigrantes italianos e germânicos. É importante frisar que entre os imigrantes havia também os não agricultores. Eram artífices, de um modo geral, com muitas especialidades trabalhistas. O processo de ocupação e colonização, porém, reconverteu a maioria em agricultores. Há nisso um paradigma de uma tradição inventada (HOBSBAWN, 1984), na qual o colono é um sinônimo de agricultor. A construção da memória da colonização segue, portanto, as representações da migração étnica como fator decisivo para prosperidade. Esses princípios étnicos e comunitários são valores cultuados fortemente na região.

Na percepção de Giralda Seyferth (1982), há uma ideologia étnica manifestada pelos “colonos de origem”, especialmente os teutos, que explica parte do comportamento que incorporam em relação ao trabalho. A autora defende que, entre os teutos, há uma idealização do trabalho. Este seria um vetor da chamada ideologia étnica do grupo. Esse valor seria intrínseco aos alemães e serviria como critério de distinção social: “o ‘trabalho alemão’ nunca deixou de ser mencionado como meio de distinguir a população teuto-brasileira, especialmente no confronto com o ‘caboclo brasileiro’” (SEYFERTH, 1982, p. 1, grifos da autora). Essa perspectiva fortalecia a identidade do colono, que é usada no Sul do Brasil para referenciar a população de origem europeia. Os colonos seriam cidadãos melhores na medida em que não perdiam sua herança étnica (SEYFERTH, 1982).

A imagem construída da germanidade se expressava no antagonismo em relação aos luso-brasileiros. Estes últimos tenderiam a “esperar as coisas acontecerem”, diferentemente dos teutos, que agiriam para “fazê-las acontecer” (SEYFERTH, 1982). A representação de iniciativa, energia e persistência são comumente associadas aos colonos. Os valores de busca por prosperidade econômica estavam ligados a noção de sacrifícios, fato relativizado pelos “brasileiros”. Como aponta Seyferth, havia uma percepção de que o trabalho feminino era indissociável das dinâmicas coloniais. Na prática, estabelecia-se uma dicotomia em que, no caso dos colonos germânicos, a mulher trabalhava ao lado do marido, e no caso dos luso-brasileiros, não. Essa percepção enviesava o trabalho feminino, hora como ajuda, hora como inexistente. Por outro lado, deixava clara a preponderância do trabalho familiar, isto é, toda família deve trabalhar para haver prosperidade.

Na percepção de Eunice Nodari (2009), o Oeste fora a última fronteira catarinense a ser incorporada num modelo de colonização e civilização. Embora esse modelo tenha seguido

padrões já evidenciados nas práticas do Rio Grande do Sul, contribuiu significativamente a experiência de colonização do Vale do Itajaí. A perspectiva de ocupação se deu majoritariamente por uma estratégia de ruralização, mas considerando que esse processo civilizador (ELIAS, 1994), era, também, um processo urbanizador. Os colonos assumiam o papel de “pioneiros da civilização”. Em alguma medida, como destaca Piccoli (1935), e Marquetti (2008), o Oeste era um local representado como ambiente perigoso, palmilhado de foragidos e bandidos. Havia no imaginário colono uma grande obra civilizatória por ser feita.

Considerando os apontamentos de Jaci Poli (1991), identificam-se três fases de povoamento do Oeste de Santa Catarina. Essas fases seriam: i) indígenas (até meados do sec. XIX); ii) caboclos (entre meados do século XIX até o início da década de 1920); iii) colonos (a partir da década de 1920). Em todas elas a ação coordenada do Estado foi determinante, considerando políticas públicas e estratégias oficiais de povoamento (NODARI, 2009). Havia, nessas operações, uma percepção e uma imagem de desenvolvimento ligada a constituição de cidades, de urbanização. Esse sentimento era compartilhado na medida em que o interior poderia produzir experiências sociais significativas, além, é claro, de cumprir a demanda econômica e de efetivação territorial.

Com base nas acepções sobre o Oeste catarinense no início do século XX, o rural pode ser associado a imagem do sertão. Como aponta Arruda (1999), o rural é visto como um espaço de ausências. Essa caracterização serve para o sertão da barbárie ou para o sertão bucolico. Na perspectiva dos interesses do Estado e de seus entes privados associados, a representação era de vazio e também de oportunidade. A ausência se traduzia em oportunidade, na medida em que permitia a construção de uma “civilização branca” na região (RADIN, 2009).

A estratégia de Estado encontrava solo fértil nas percepções dos colonos. Para estes, migrar era uma estratégia de manter elementos culturais, ou seja, era necessário mudar de localidade para preservar sua identidade e aquilo que dava sentido à existência. Nesse caso, mais uma vez se percebe que a migração é uma ruptura espacial, não cultural ou mesmo territorial. Esse espaço pode ser entendido como região, localidade, mas é a percepção de território que apreende o ambiente de desenvolvimento da cultura, da ideologia e também dos conflitos. O território colonial do Oeste catarinense era entendido, nesse sentido, como o novo lugar para manutenção de uma velha identidade étnica e social.

[...] os migrantes que optaram pelo Oeste de Santa Catarina tinham entre as suas principais motivações a busca da manutenção do padrão socioeconômico e cultural, e mesmo a melhoria dele. Era dado a entender a esses colonos, através de diferentes meios pelos quais eles avaliavam as condições da região, que poderiam manter as suas famílias unidas devido à fartura de terras e que teriam condições de construir comunidades de acordo com a sua cultura étnica, fosse ela ítala ou teuta, enquanto que as renegociações dessas práticas socioculturais, impostas no decorrer do período, não haviam sido cogitadas por eles. (NODARI, 2009, p. 33).

A ação das companhias colonizadoras no processo de convencimento e de tomada de decisão da migração dos colonos implicava na oferta de um ambiente favorável para manutenção dos aspectos étnico-culturais, além da promessa de prosperidade. Era uma oportunidade de recriar as práticas socioculturais e expandir, inclusive, o progresso étnico (NODARI, 2009).

Em depoimento concedido a Eunice Nodari (2009), Alzira Grohser testemunha que as motivações familiares de migração estavam ligadas ao fato de que entendiam a agricultura como profissão e vocação. A manutenção da união familiar era necessária, frente ao ofício moral de trabalhar na terra. É importante considerar que muitas comunidades e municípios de expansão colonial atribuíram suas percepções de manutenção sociocultural nos nomes das localidades. É comum o termo “Nova/Novo” nos nomes de comunidades e cidades.

Para Roche (1969), o processo de migração era uma manifestação da sucessão geracional em relação à terra. Os casamentos produziam um entrave quanto ao limite de subdivisão da propriedade paterna e condicionavam a busca por novas áreas. Muitos irmãos, segundo ele, migravam juntos, mantendo contato com a unidade materna onde permanecia o filho mais moço. Há, portanto, uma inclinação para preservação e expansão da propriedade fundiária da família. Essa migração é uma forma de manter a vinculação profissional e também a unidade familiar. Logo, quando ocorria uma migração para o meio urbano, havia uma dupla ruptura: a da estratégia profissional e da própria coesão familiar e seu patrimônio cultural.

## **1.2 – Colonização, Migrações e Ação do Estado**

O Brasil viveu longos anos sob regime monárquico. Com a proclamação de um regime republicano, em 1889, se reordenaram as forças políticas, sem, contudo, promoverem uma transformação na estrutura social do país. Convém refletir que na República efetivou-se o

primado da Lei de Terras (1850) e a manutenção de uma estrutura agrária desigual. As grandes áreas ou latifúndios mantiveram-se com legitimidade invariável durante todo período da República Velha (1889-1930), também porque as oligarquias estaduais – notadamente formadas pela elite agrária – mantinham o poder no plano federal.

Tendeu-se a imprimir mudanças no plano político devido à crise cafeeira, agravada pelo *Crash* da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. As forças políticas e econômicas, alicerçadas numa emergente elite urbana, se reorganizaram no sentido de fortalecerem as atividades comerciais e industriais. O desenvolvimento econômico fora pensado – ou confundido – como industrialização.

A crise do café foi um desdobramento da Crise de 1929 e impactou diretamente na entrada de capitais no país. Seu efeito imediato foi dificultar as importações, seja de bens duráveis, seja de bens não duráveis. Por outro lado, permitiu que os investimentos internos em industrialização encontrassem razão positiva de ser, ao agregarem possibilidade concreta de consumo. O capital de investimento para essa industrialização nacional provinha, igualmente, da atividade cafeeira. Essa mesma atividade exportadora fora responsável por dinamizar as relações comerciais internas, desenvolvendo um circuito de circulação produtiva e dinamizando a economia, além de já ter transformado a força de trabalho em mercadoria, com influência determinante da imigração (MELLO, 1982).

A década de 1930 marca, segundo Fonseca (2012), a efetivação de uma política de Substituição de Importações. Não era fato novo, visto ser uma concepção já em curso, porém timidamente conduzida na política do café-com-leite. Marca-se a passagem, ainda conforme o mesmo autor, de um sistema preponderantemente agroexportador, para um de substituição de importações, via indústria. Além disso, fortalece-se sobremaneira a importância do mercado interno e se coloca em voga o problema da integração produtiva e de consumo nacionais. Sodré (1942), por exemplo, define categoricamente que a diversificação da produção era o caminho para a integração econômica nacional.

A Aliança Liberal, que fomentou as mudanças em pauta no governo Vargas, defendia em essência a diversificação da economia. Estava, paradoxalmente, na contramão das suposições teóricas do Liberalismo, que prevê um movimento ordenado de especialização produtiva. Contudo, para Fonseca (2012), a industrialização não foi um movimento alardeado e ensaiado como consensual ou mesmo hegemônico. O país era, nessa época, ainda

essencialmente agrário. Havia os defensores de sua “vocação agrária”, vinculados ao pensamento conservador, e os nacionalistas, simpatizantes de uma industrialização que promovesse a “independência” do país. Separavam-se as concepções de indústrias “naturais” e “artificiais”.

As indústrias naturais seriam aquelas de transformação de matérias-primas, muitas vezes oriundas do setor agrário – o que era visto com certo entusiasmo pelos defensores da referida vocação primária. Já as indústrias artificiais, responsáveis pela produção de bens duráveis, eram vistas com certa desconfiança por requisitar protecionismos e recursos estatais.

A Aliança Liberal assumiu um tom moderado ao propor uma pauta de diversificação econômica. É possível pensar, portanto, que os primeiros anos do governo Vargas foram da expansão da diversificação da pauta de produção. Ainda que melindrasse na industrialização e que fosse já uma estratégia econômica, como defende Fonseca (2012), essa não seria a tônica única dos esforços. Está presente a força do setor agrário requestando do Estado sua proteção.

A industrialização brasileira é questionada como um fator intencional ou, por outro lado, ocasional. Considerando as assertivas de Fonseca, é possível pensar que, em alguma medida, ambas as questões estão presentes. A crise e uma retração do mercado exportador, obrigando a orientação de investimentos internos – de caráter não intencional – são inegáveis como indutoras da industrialização. Porém, segundo ele, a proeminência do caráter intencional que se verifica pelos esforços na substituição de importações e na diversificação produtiva.

A questão é que esse processo não se desenrolou com um caráter revolucionário. Convém lembrar que a base econômica neste período ainda é agrária e tem no café forte esteio, mesmo às expensas de sua crise e de sua gradual perda de espaço. Nas próprias palavras de Fonseca, a equipe de governo de Vargas “encampava um projeto industrializante perfeitamente delineado”, embora circunscrito, num primeiro momento, a diversificação da pauta produtiva. Nesse sentido, a tese é de que o projeto “começou a ser gestado e a ganhar adeptos já nos primeiros anos da década de 1930, e não apenas na década de 1940, com a guerra” (2012, p. 851).

Na concepção de Celso Furtado (1961), há uma alteração no chamado “modelo de crescimento para fora”, baseado no primado das exportações primárias e que vigorou por todo período colonial, puxado pela cana-de-açúcar e café. A guinada produtiva, embora com uma

gênese tímida, se dá num “modelo de crescimento para dentro”, deslocando o centro dinâmico da economia nacional para as questões internas. Isso não significou a depreciação das exportações primárias, nem mesmo a desconsideração do papel proeminente desempenhado, à época, pelo café. Reordenou as forças produtivas, instaurando uma conjuntura de preocupação com os desafios e possibilidades de novas estratégias de crescimento, nas quais o mercado interno tornou-se protagonista.

Outro autor que trata desse processo, por vezes controverso, é João Manuel Cardoso de Mello (1982). Ele trata de uma “industrialização retardatária”, em analogia ao descompasso propositivo comparado com os centros industriais mundiais, com temporalidades anteriores ao caso brasileiro e latino americano. No caso brasileiro, vários são os condicionamentos e agências de influência para a industrialização. Mello os considera num processo de encadeamento: a crise das exportações de café; a crise financeira de 1929; importância de um mercado interno amplo e sequioso; o processo de imigração e maior oferta de mão de obra assalariada; o crescimento da colonização agrícola e promoção de uma agricultura comercial; por fim, e em menor escala, a ação de coordenação e os investimentos estatais.

Mello problematiza dizendo que uma densa força de trabalho urbano a ser empregada nas crescentes atividades industriais demandaria uma oferta de alimentos significativa, constante e acessível. A saída inicial era a importação, dado que não havia até então no país uma agricultura comercial, pautada na pequena propriedade e em escala suficiente para atender a demanda. Era, portanto, extremamente oportuna a constituição de uma “produção mercantil de alimentos”, que era vista salutarmemente na expansão de uma agricultura de pequenos proprietários.

Em suma: graças ao crescimento vegetativo da população ativa e à imigração em massa, houve oferta de força de trabalho suficiente para amparar a expansão do setor industrial, do investimento público e da agricultura mercantil de alimentos. A própria expansão da agricultura de alimentos, por sua vez, estimula a acumulação industrial e o investimento público, ao suprir abundantemente este componente dos salários, não exercendo qualquer pressão no sentido de elevar o custo de reprodução da força de trabalho urbana; reversamente, o setor industrial estimula o investimento público e a agricultura de alimentos ao prover *wage goods* industriais a preços quase constantes. (MELLO, 1982, p. 153).

A complementaridade entre indústria e agricultura não supõe fato exatamente novo, porém é novo nas circunstâncias do Brasil, onde ambas eram incipientes no sentido mercantil

do termo. Todavia, considerando a pauta da diversificação, há uma preocupação pertinente quanto à melhoria da produção agrícola. Nesse caso, em relação a melhoria da capacidade produtiva e da variação de cultivares e criações.

A interligação produtiva entre a base agrícola e a indústria é notória, tanto no sentido da oferta de matérias-primas e da obtenção de divisas, quanto pelo fato de tornar-se também consumidora da indústria. Seria a efetivação da complementaridade entre o setor primário e secundário. Fonseca destaca que esse era um elemento chave do projeto desenvolvimentista, já que “a modernização agrícola integra o projeto, mas só se efetivará se o setor primário fizer uso intenso de máquinas e equipamentos industriais; estes não devem ser importados, mas produzidos dentro do país, substituindo as importações” (FONSECA, 2012, p. 855).

A complementaridade, porém, esbarrava na conjuntura do campo brasileiro. Uma massa de agricultores pobres, em geral posseiros e meeiros, formando um conjunto invisível e, de outro lado, uma grande concentração de terras subordinadas ao latifúndio, associada a uma vastidão de territórios a serem ocupados. A dinâmica política de uma modernização econômica do país não considerou nem os posseiros pobres, nem o problema imediato do latifúndio. A solução alardeada foi a conquista das “terras vazias”, que mais uma vez atestando o conservadorismo demonstrou a incoerência para com um conjunto social já estigmatizado e estrategicamente negligenciado.

### **1.3 – Colonização como Estratégia: Marcha para o Oeste**

No contexto da colonização, articula-se a visão de Marcha para o Oeste, que se configura como um mecanismo de propaganda de Estado e de engajamento social. É uma concepção de fortalecimento do país, de sua unidade e nacionalidade. A intenção em promover a dita marcha não é, em si, uma ideia nova. Vincula-se ao domínio do território brasileiro, em garantir a posse pela existência produtiva e busca desenvolver o crescimento econômico inerente a abertura de novas frentes de trabalho e consumo. Acerca-se de um desejo, ainda colonial, de fazer coincidirem as fronteiras políticas e econômicas, além da preocupação de nacionalizá-las.

Vargas define a marcha como uma busca nacional e que dela todos se beneficiariam. Em seu discurso de 31 de dezembro de 1937, apresenta-a como um projeto a ser executado pelo executivo e assumido como um objetivo de todos os brasileiros.

O verdadeiro sentido de brasiliade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro, que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventuroosas. E lá teremos de ir buscar, dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. (VARGAS, 2011, p. 370).

Cassiano Ricardo (1941) é enfático – e em muitos casos romântico – ao associar a Marcha para o Oeste como uma forma de bandeirismo. Defende, na verdade, a promoção de “novos bandeirantes” para tal intento: “a grandeza do país exige o espírito bandeirante para a sua própria conquista – dado o imperialismo brasileiro, que é o nosso “expansionismo interno” – e o fenômeno bandeira terá, por acaso deixado de existir?” (RICARDO, 1941, p. 129). Questiona a possibilidade de manter a vastidão geográfica sem os préstimos do bandeirismo, como se a unidade territorial fosse a ele, exclusivamente, devida. O seu bandeirismo é alusivo e ensejado pelo Estado Novo, ao qual numa definição elogiosa chama ser “várias vezes bandeirante” (1941, p. 132), seja pelo retorno às origens nacionais, seja pela busca de unidade e prosperidade.

Para esse autor, a marcha é a conquista do *hinterland* – interior, sertão –, interligando-o ao expansionismo imperialista interno do Brasil. Utiliza-se de alocuções deterministas ao descrever o movimento demográfico como uma ação inevitável: “um caminho aberto é uma direção imposta”. (RICARDO, 1941, p. 129). Nesse sentido, lança mão da dicotomia “Leste-Oeste”, ressaltando fatores negativos em relação ao primeiro e positivos ao segundo, afirmando ser o Oeste a antítese do litoral. Já para Neiva (1942), a colonização se justificava pela baixa densidade populacional do país (4,594 hab/Km<sup>2</sup> em 1928). A visão de Getúlio Vargas era também, em certo sentido, a de resolver o “problema da densidade” e fortalecer a industrialização com a conquista do “*hinterland*”.

No mesmo caminho argumentativo, Péricles Melo Carvalho (1941), em texto contemporâneo ao de Ricardo, e na condição de Diretor de Serviço no Departamento Nacional de Imigração, pontua a conquista do *hinterland* como um resultado da ação do governo, promovendo a marcha com segurança e patriotismo. A conquista do Oeste significava ao próprio Brasil conquistar-se. Sua leitura, entre o litoral conquistado, e as áreas do sertão, a conquistarem-se, era a de que estaria ocorrendo um movimento de retorno ao Leste – fala até de uma espécie de “Marcha para o Leste”. Preocupa-se nisso com a migração rural-urbana e o

esvaziamento de áreas então pouco povoadas. Via nesse movimento um desequilíbrio na composição entre trabalhadores rurais e urbanos. Aos primeiros, inclusive, tece grandes elogios, num afã, talvez, de justificar o processo de colonização.

Quem se detiver no exame do problema rural do Brasil, verá que se não fora a têmpera de nossa própria gente, si não fôra a riqueza abundante de nosso solo, o estoicismo do sertanejo no seu apego à terra, unidos ao clamor ofuscante dessa mesma terra que o atraía, e as migrações esporádicas, a contribuição do braço estrangeiro, e ainda a variabilidade dos climas com a uberdade do solo, o Brasil hoje, talvez, constituísse seu território apenas de uma faixa litorânea. (CARVALHO, 1941, p. 15).

No entendimento de Carvalho, os benefícios da modernidade não chegavam a grande massa rural, o que se tornava um fator de repulsão e, ao mesmo tempo, atração para o meio urbano. Além disso, esses desequilíbrios estariam alicerçados nas diferenças salariais entre campo e cidade, já que no caso do meio rural os proventos seriam incertos e arriscados. A legislação trabalhista e seus benefícios lastreados para os operários da cidade teriam atraído os trabalhadores rurais. Denuncia a falta de escolas, bancos, assistência técnica, espaços de diversão que melhorassem a vida da população rural. Sem elas a família seria desagregada pelo afastamento de seus membros em busca de novas atividades em outros locais, sendo estes também os centros urbanos do litoral. No entanto, via a política de Vargas como um “sentido profundo das forças estimuladas para a reversão das populações ao interior”. (CARVALHO, 1941, p. 19).

A colonização era tratada por Lincoln Nodari como relativa a um “grande problema, econômico, político e social” (1940, p. 464), donde o econômico seria preponderante. Considerando esse fator, preocupa-se primordialmente com os mecanismos de assistência técnica aos colonos, indicando inclusive que culturas deveriam trabalhar, buscando aquelas de maior rendimento econômico. A escolha das atividades deveria ter como primado a obtenção de mercado. Além de alimentos para o agricultor, deveriam ser pensadas na possibilidade de servirem de matéria-prima para a indústria. No mesmo caminho, defendia que se buscassem novas oportunidades de industrialização com base nas possibilidades produtivas da agricultura. Para tal, defende a ação prioritária do Estado e não apenas do mercado. Caberia ao Estado promover ação conjunta para articular os meios técnicos e produtivos integrando agricultura e indústria.

O referido autor alerta para o fato de que a incorporação de mão de obra agrícola assalariada não era o mesmo que promover colonização. O assalariamento seria, nesse caso, depreciativo. “É, aliás, fato ao alcance da observação comum que a mão de obra agrícola assalariada deixa o trabalhador sem estímulo, sem aspirações; enquanto a colonização, ao mesmo passo enseja maior produção e a baixo custo, cria o vínculo entre o homem e a terra” (NODARI, 1940, p. 467). Pode-se pensar, portanto, que o latifúndio não permite tais vínculos e tais qualidades. Valorizando as colônias, aponta que o desafio, sempre presente, delas fazerem-se prosperar economicamente é um problema de articulação entre a produção e o consumo.

A absorção dos produtos, sua industrialização e tempestiva colocação nos mercados, são bases essenciais para sustentar a colonização, e nunca fatores de exploração do agricultor, visto que o aspecto agrícola deve ter preeminência absoluta sobre os aspectos industrial e comercial, por ser o principal fator de riqueza de uma nação e por favorecer a solução do problema demográfico, enquanto os outros representam elementos auxiliares indispensáveis à emancipação econômica da colonização. (NODARI, 1940, p. 467).

Essa concepção, além de se basear no pressuposto da teoria econômica Fisiocrata, impele a subserviência do setor industrial em relação ao setor agrícola. Dessa perspectiva deveriam demandar-se investimentos prioritários no alcance da infraestrutura e do sistema comercial até as áreas rurais.

Para sua consecução, a infraestrutura foi uma preocupação constante para facilitar e até mesmo permitir a colonização. Neiva (1947) reconhece a importância das linhas férreas na consecução do propósito. Escobar (1941) é mais ousado. Defendia que a colonização do Oeste brasileiro fosse realizada por meio de uma grande obra de interligação fluvial entre a Bacia Hidrográfica do Rio da Prata e a Bacia do Rio Amazonas. Todavia, em muitos casos, esse problema era resolvido pelo trabalho dos próprios colonos ao adentrarem nas novas áreas. No caso da região Oeste de Santa Catarina, por exemplo, a construção das estradas vicinais era repassada aqueles que adquirissem lotes, significando abatimento no valor a ser pago.

Grande estudioso das dinâmicas de colonização no Brasil, Alcir Lenharo (1986) defende que a política de colonização e seu slogan de Marcha para o Oeste estavam integrados a uma estratégia de projetos corporativistas para fazer frente a crise econômica de 1929. Foi corrente a utilização de uma propaganda ideológica e política. Buscava-se construir um sentimento de

unidade no “marchar juntos”. À conquista de territórios se ligava a vitória de uma nova ordem social, de um novo regime político encabeçado pelo Estado Novo e proporcionado pela figura de Getúlio Vargas. O autor destaca ainda que as políticas trabalhistas no governo Vargas não contemplaram da mesma forma os trabalhadores rurais e urbanos. Dessa forma, a leitura política dos desequilíbrios entre rural e urbano e o êxodo das populações do campo ameaçam as conquistas urbanas. O eixo de preocupação era, pois, o urbano.

Para além de uma resposta lógico-estrutural, de abertura da fronteira agrícola e de garantia do território, a Marcha estava carregada de elementos simbólicos e míticos. O principal deles era o da integração e de uma suposta vitória da nação, que se mostrava forte e poderosa, capaz de superar seus problemas, quando não passava uma impressão de já tê-lo feito. É o que define Lenharo (1986), defendendo que o movimento se lastreava na percepção social de união do povo brasileiro, e que esses “progressos” eram alusivos a todos, sem distinção. Isso dava margem para legitimar um Estado, agora “Novo”, motivado por valores comunitários e de partilha.

Conquanto ao processo efetivo de colonização, Ricardo (1941) preocupava-se com a seleção dos “novos bandeirantes”. Embora não indique especificamente os mais habilitados, chama a atenção para necessidade do espírito da bandeira e para a dinâmica agrícola das novas fronteiras. Nesse sentido, corrobora com os demais autores já citados qualificando a pequena propriedade. Fala até de uma bandeira transformada em família.

Segundo Neiva (1942), Getúlio Vargas reconhecia as experiências de imigração e colonização no Sul como exitosas e pendentes para outros espaços. Também Carvalho (1941), defende que a experiência dos Estados do Sul é preponderante para pensar a colonização de forma geral no país. Nestes locais, o ritmo da ocupação e da produção agrícola era acompanhado de infraestrutura e investimentos o que permitia seu crescimento e mesmo a industrialização.

#### **1.4 – A Pequena Propriedade e à Indústria**

É importante problematizar a opção do Estado e das empresas colonizadoras por estimular a colonização por meio da pequena propriedade. Claro está que essa “preferência” não foi resultante de uma predileção pelo modelo, mas por sua viabilidade e execução. Haja

vista que, ao alocar colonos em pequenos lotes, se facilitava a diminuição do valor do bem e, assim, a sua venda; lotes menores permitiam o ajuntamento da população e a formação de comunidades que poderiam suprir, via reciprocidade, as deficiências estruturais iniciais; logicamente, ao vender mais lotes, a possibilidade de lucratividade e especulação com as áreas “por vender” eram maiores. Para além dos elementos monetários mais imediatos, é possível pensar em fatores mais estratégicos, ligados a macroeconomia e também a elementos de sociabilidade.

A predileção pela pequena propriedade tem razões claras com as perspectivas de desenvolvimento industrial: “a afirmação de pequena propriedade como requisito de desenvolvimento industrial é discurso corrente do próprio Vargas” (LENHARO, 1986, p. 17). Há um consenso de que haveria uma ampliação do consumo industrial no campo por meio da pequena propriedade, já que era – na época – mais eficiente no sentido do rendimento do trabalho e da produção.

A pequena propriedade, na concepção de Gregory (2008), é por um lado uma herança do processo de imigração e de um *modus operandi* dos colonos. Por outro, é uma permissão do latifúndio, que não acedeu a inviabiliza-la diretamente. O Estado, nessa percepção, teria sido mais um beneficiário da colonização do que um promotor. Por fim, o migrante seria um “instrumento de interesses contraditórios” por servir ao capitalismo liberal como portadores de um *modus operandi* já atrelado à dinâmica de mercado; e também a ação conservadora que pregava o secularismo, o comunitarismo, as relações tradicionais e não se sentia, por esses grupos, ameaçada.

A defesa de um programa político varguista incluía o retorno ao campo; o financiamento para acesso a terra, a pequena propriedade, enfim, a colonização. Entretanto essa saída pela estratégia da colonização é na verdade uma forma de não enfrentar o latifúndio. Mesmo depreciando-o discursivamente, as medidas políticas não tinham uma natureza combativa. As críticas feitas ao latifúndio eram veladas e se dirigiam àqueles ditos improdutivos. Por seu lado, os latifundiários se defendiam dizendo estarem mais propensos e dispostos a promoverem a industrialização. Os industriais, por outro lado, tendiam a incentivar a pequena propriedade, já que esta lhes seria mais benéfica.

A estratégia de enfrentamento – se é que assim pode ser definida – ao latifúndio seria a de corroer sua velha ordem com o investimento das energias do Estado na pequena propriedade.

Essa seria responsável por instaurar uma “realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia” (LENHARO, 1986, p. 21).

Em discurso de 1º de maio de 1941, Getúlio Vargas discorre sobre a interligação entre a agricultura e a indústria, ressaltando a importância da população rural, chamando a atenção para necessidade de aumentar o poder aquisitivo desta e assim permiti-la absorver a “crescente produção industrial” (VARGAS, 2011, p. 436).

Outra crítica que se faz a política de colonização é a forma seletiva e oportunista como ocorria. Esta representava, segundo Lenharo (1986), uma forma de controlar o acesso a terra; orientar os fluxos migratórios, de acordo com interesses comerciais ou manobras políticas; cercar e expulsar posseiros; inviabilizar os modos de vida tradicionais; criar um “novo trabalhador rural brasileiro” afeito a dinâmica de mercado. Ou seja, um sistema de poder e de violência simbólica pautado na cooperação entre o Estado, as elites agrárias e as grandes corporações agrícolas.

De acordo com Lenharo (1986), no Estado Novo é o Estado o indutor da economia e corretor dos problemas e gargalos. A orientação era de integrar economicamente o país, seja do ponto de vista da produção, seja do consumo e circulação. O setor agroindustrial é valorizado nesse contexto. Se para Vargas o verdadeiro sentido de brasiliidade é a Marcha para Oeste, essa marcha estaria alicerçada na colonização e na industrialização. Há uma “associação entre o crescimento da pequena propriedade e o desenvolvimento de uma economia de mercado, favorecedora do incremento da produção industrial” (LENHARO, 1986, p. 25). Para o autor, o colono deveria tornar-se, então, um proprietário, um técnico, um articulador econômico. Esses aspectos permitiriam a racionalização e a modernização, os quais são fatores de colaboração com o setor industrial. Visto de outra forma, pode-se dizer que o fazendeiro e o trabalhador assalariado, colono ou camarada, tem relações provisórias e instáveis com a terra e com a agricultura. O pequeno proprietário, ao contrário, tem uma ligação perene com ela.

A crítica de Caio Prado Jr. (2011), porém, traz a ideia de “recolonização”, isto é, a necessidade da ação do Estado para promover uma reforma na divisão das terras. O autor destaca que a tarefa do Estado seria recolonizar territórios já consolidados, mas mal aproveitados e desigualmente ocupados. As áreas de ação da Marcha para o Oeste deveriam ser mantidas como reserva e lançadas mão oportunamente. Igualmente critica o que chamou de “caça ao húmus”, ou seja, a busca irresponsável por novas terras férteis e o sucessivo abandono

e pauperização das áreas antes exploradas. A ação do Estado deveria ser sistemática e abrangente. Dotar os territórios de infraestrutura, promover o cooperativismo – e este paulatinamente tomaria alguns papéis do Estado por força de sua autonomia.

Todavia, não foi esse o caminho trilhado pelo Estado. Se o fizesse, teria, invariavelmente, que enfrentar a elite agrária e promover a Reforma Agrária. Considerando a existência das áreas devolutas, a saída menos onerosa, politicamente falando, era explorá-las e encadeá-las num argumento econômico da expansão constante, ainda que carente de eficiência. O Governo Vargas capitalizava, assim, suas barganhas políticas e lastreava seus supostos princípios liberais na aliança, controversa e não constrangida, com o conservadorismo.

### **1.5 – A Colonização e a Pequena Propriedade no Oeste de Santa Catarina**

A região Oeste de Santa Catarina é tipicamente uma área de aspectos e de paisagem rural. Caracteriza-se pela prevalência de pequenas unidades agrícolas familiares. Situa-se entre a divisa com a Argentina a Oeste, com o Rio Grande do Sul ao Sul, com o Paraná ao Norte e com a Região Serrana e Região Norte ao Leste. Compõe, atualmente, uma população aproximada de 1,2 milhões de habitantes dispersos numa área de 27.288,763 Km<sup>2</sup>.

A ocupação oficial do território que a compõe esteve circunscrita, *a priori*, a litígios geopolíticos entre Brasil e Argentina (Questão de Palmas – 1895) e a litígios geopolíticos entre o Paraná e Santa Catarina (Guerra do Contestado – 1912-1916). A partir do fim da Guerra do Contestado, o território foi subdividido em dois municípios: Chapecó e Cruzeiro, atual Joaçaba (1917).

Desde então, coube ao Estado de Santa Catarina ocupar o território definido como “vazio demográfico”, repassando a Companhias Colonizadoras a tarefa de colonizá-lo. Havia um modelo de colonização (separação de minifúndios agrícolas) que deveriam ser ocupados por “colonos de origem”, como eram chamados os imigrantes ou descendentes de imigrantes europeus (prioritariamente italianos e alemães).

A ação de colonização é tratada por Arthur Ferreira da Costa (1931) como uma nova bandeira, responsável por trazer e promover a civilização. O autor utiliza o termo “obreiros da civilização” para caracterizar os colonos. Da ação desses colonos, é possível considerar aspectos evidentes do progresso econômico desenrolado em comparação com o período que os

antecede. Sem dúvida a dinâmica produtiva foi sensivelmente alterada e o crescimento econômico uma realização vertiginosa.

A visão colonial dos migrantes era, segundo Radin (1996), uma percepção de tornarem-se proprietários e de acumular riquezas através do trabalho árduo. Esse processo os conduziu a uma espécie de hegemonia discursiva na região. Sua suposta “ação civilizadora” tornou-se um valor reproduzido como legado, ou como Márcio Both da Silva classifica como discurso moralizante: “a história do povoamento é contada como se fosse obra única e somente dos grupos que levam o “progresso” a tais regiões, geralmente identificados com os imigrantes europeus” (SILVA, 2011, p. 68).

Na mesma direção interpretativa e pouco crítica vai a visão – controvertida – de Carneiro, para quem a colonização no Oeste de Santa Catarina foi obra de “modernos bandeirantes” e que foi “uma expansão ordenada, regular, civilizada, sem roubos de terras e sem crimes de morte” (CARNEIRO, 1950, p. 54).

Porém, essas áreas não estavam vazias, desabitadas, como se queria fazer acreditar. A ocupação oficial do Oeste catarinense promoveu, em verdade, um impacto fortemente dramático ante as populações originárias, seja sobre os indígenas, seja sobre os caboclos posseiros. Como bem lembra José de Souza Martins (2009), esse é um contexto de fronteira conflitiva. Disto se pode afirmar que as populações indígenas e caboclas foram invisibilizadas e em muitos casos exterminadas. Renilda Vicenzi (2008), por exemplo, trata a ação das companhias colonizadoras como promotoras da expulsão deliberada dos sujeitos indesejados, a chamada “limpeza de terras”. Nesse caso, é notório o uso da violência física e de um clima constante de ameaça.

Pouco, ou nenhum caso se fazendo a essa conjuntura perversa, foi com a “Revolução” de 1930 e o governo de Getúlio Vargas, no qual ocorre uma maior potencialização da expansão e consolidação econômica de territórios “devolutos”. A política agrícola que se desenvolveu entre 1930 e 1945 foi preponderante para expansão de ocupação dessas áreas e para formatação de um “projeto colonizador” de pequenas propriedades, e que se manteve ancorado num projeto “Nacional Desenvolvimentista”. Essa conjuntura ajuda a pensar o papel e os processos desencadeados por este Estado Nacional e pelas unidades da federação – no caso Santa Catarina – para potencializar um modelo industrializante que mantinha rugosas e variantes formas de extensão com o meio rural.

Nesse contexto, Lourival Câmara (1940) argumenta as qualidades do colono e critica o latifúndio e a população rural “realmente” brasileira. Segundo ele, a industrialização no Estado de Santa Catarina seria obra principal dos colonos alemães e italianos, num processo organizado por fases: doméstica, manufatura e fábrica. A colonização tornou dinâmica a economia do Estado, porém ainda havia um vazio demográfico no Oeste, local de “excelentes e manifestas possibilidades para a agricultura” (CÂMARA, 1940, p. 713). O autor alerta que não bastaria, para tal, instalar uma população. A população não significaria progresso, fato que demandaria selecionar os colonos pelo critério das aptidões agrícolas. Para Orlando Valverde (1951), a colonização de Santa Catarina sofria influência dos poucos recursos que o Estado tinha disponíveis para promovê-la. Por este motivo, a ação de empresas privadas teve maior importância.

No Oeste catarinense, o movimento de colonização havia se tornado efetivo a partir da década de 1920 (PRIM, 1996; SILVESTRO, 1995). Prim destaca que o movimento não se caracteriza exatamente como uma “Marcha para o Oeste”, por se tratar de um eixo Sul-Norte. É possível concordar com a autora, ressaltando as prescrições de ordem geográfica. Porém, as características do processo mantêm aspectos em comum com o movimento de ocupação do Oeste.

As diferenças, além do sentido do eixo de deslocamento, se relacionam ao fato desta colonização ser fruto prioritário de um *continuum* do movimento verificado no Rio Grande do Sul ainda no século XIX, englobando também a imigração. A lógica de similaridade se reveste quando analisados os esforços do Estado em ver as áreas colonizadas, em associação as empresas privadas. É, portanto, possível afirmar, sem erro de grande monta, que o Oeste catarinense viveu um movimento que, se não objeto da perspectiva estrita da política federal e varguista, foi parte de processo análogo àquele.

Percebe-se que ocorre o fechamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul ao atingir-se o Rio Uruguai, tanto a Oeste, quanto ao Norte. As áreas do Sul estavam também “fechadas” pelo latifúndio. Mais tarde, isso também ocorre em Santa Catarina e no Paraná, considerando que as áreas de latifúndio na região do Planalto catarinense e do Centro Sul paranaense não foram objeto de intervenção do Estado ou de quaisquer políticas de fragmentação.

A dialética da dita ocupação perfez um movimento inicial em direção ao Vale do Rio do Peixe, principalmente pela ação da *Brazil Railway Company* (empresa construtora da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e, por isso, detentora de boa parte das terras da região) e pela existência da dita estrada como fator facilitador da migração. Posteriormente, o deslocamento ganha, cada vez mais, as áreas ao Oeste e ao Norte, chegando a barreira fronteiriça com a Argentina e alcançando o Paraná, no qual essa fronteira tornou-se, mais uma vez, contígua (PRIM, 1996).

A região do Oeste de Santa Catarina teve um maior afluxo de migrantes a partir da década de 1930, momento em que ainda havia locais aptos a colonização no Rio Grande do Sul. Porém, a migração se justificava pelo preço das terras em Santa Catarina e Paraná. Carneiro (1950) afirma que, quando o colono possuía recursos suficientes, adquiria lotes no Rio Grande do Sul. Quando os recursos eram escassos, buscava outras áreas. Gregory (2008), por outro lado, destaca o processo de “enxamagem”, que era a constituição de grandes fluxos orientados por empresas colonizadoras ou colonos pioneiros, e que arrastavam novas fileiras atrás de si. Levavam, também, as relações capitalistas e o desenvolvimento econômico associados aos valores familiares e comunitários do trabalho e da prosperidade.

Nessa conjuntura, o colono, como destaca Vicenzi (2008), tinha maior autonomia e dependia, primordialmente, de sua força de trabalho. Não estava constrangido entre relações de dependência a um patrão ou coronel, pois tinha uma relação contratual com as companhias colonizadoras apenas quando adquiria o lote de forma parcelada. Era possível que mantivesse relações de dívida e préstimos com algum comerciante local que poderia vender-lhe suprimentos para pagamentos anualizados e condicionados às safras. Tinham, assim, uma organização proativa em relação a produção de excedentes e a mercantilização.

Se por um lado o processo de colonização na região sul do Brasil guarda elementos de inovação, por outro, mantém intactas as áreas dominadas pelo latifúndio. Nas palavras de Carneiro, “nem no Rio Grande do Sul nem em Santa Catarina a imigração invadiu as terras de campo. Essas, à chegada dos primeiros imigrantes não-lusitanos, já estavam ocupadas e divididas em estâncias, onde se criava o gado” (1950, p. 39). Muitas dessas áreas, inclusive, acabaram por estagnar-se economicamente. Da mesma forma, faz a crítica Cortês (1954), para quem a colonização e a pequena propriedade são derivativas dos processos de reprodução social, ao contrário do latifúndio que se fecha em si.

Para Silvestro (1995), a colonização no Sul do Brasil foi uma política do governo federal republicano, alicerçada em fatores geopolíticos e econômicos. Converge para essa assertiva o depoimento de Ernesto Bertaso – dono de uma das maiores colonizadoras a agir na região – para quem a existência de um governo “forte, pacifista e protetor da sua classe” animou os colonos a buscarem novas áreas para explorar e mesmo tomar posse definitiva de lotes comprados já na década de 1920, mas ainda não ocupados (BERTASO, 1940, *apud* VICENZI, 2008). Essa parece ter sido, também, uma estratégia de complementação entre a economia do latifúndio e o mercado interno de abastecimento básico. As áreas destinadas a colonização não eram as de interesse do latifúndio e permitiam, assim, a intervenção de outras estratégias comerciais.

Além disso, as colonizadoras eram, em geral, sediadas nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul, o que fez carrear para lá os capitais obtidos com a venda dos lotes e não permanecendo em reinvestimentos na própria região Oeste, fato que corrobora, inclusive, com a maior expressividade industrial que as colônias velhas mantêm até hoje, vide o caso de Caxias do Sul.

Desconsi (2008) intervém na discussão da continuidade dessas migrações, afirmando que há uma espécie de experiência notável nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, quanto ao desenvolvimento e ocupação dos “vazios” demográficos. Isto pois o processo se deu por meio da “pequena propriedade particular policultora”, com uma seleção dos migrantes, ou seja, com a valoração dos ativos humanos ligados a uma maior vinculação aos ditames de mercado, além da valorização moral com suas – não menos questionáveis – predileções para a ordem, a retidão e o trabalho.

Percebe-se ser uma leitura étnica que deprecia as populações nacionais e valoriza os colonos brancos europeus, como destaca o autor: “o agente humano é considerado ponto-chave para desencadear o projeto de desenvolvimento pretendido com base numa policultura que produziria excedentes para a indústria” (2008, p. 87).

Outro fator que explicaria o desinteresse do capital latifundiário são as características das terras da região. De acordo com Prim (1996), aproximadamente 70% das terras do Oeste catarinense são impróprias para agricultura por serem onduladas, montanhosas e pedregosas. Ainda assim, as unidades produtoras constituídas foram, em maioria, pequenas propriedades. Segundo a autora, pelo menos 90% delas teriam menos que 50 hectares. Destas, 1/3 seriam

minifúndios com menos de 20 hectares. As atividades produtivas desses colonos se dividiam entre um primado agrícola e uma essência pecuária. Tratava-se de uma estratégia valorativa polivalente, porque ambas eram muito significativas para a manutenção das famílias, vinculando-se a sobrevivência imediata e as potencialidades comerciais que resguardavam as oportunidades de prosperidade.

No processo de concessão de terras pelo Estado de Santa Catarina, reservava-se um percentual de 10% para fins industriais, principalmente aqueles ligados à extração. Preponderava a indústria madeireira e ervateira (VICENZI, 2008). Essas atividades não eram exatamente longevas. A extração da erva-mate era sazonal e a indústria madeireira se esgotou rapidamente, dada a ação predatória e a necessidade de desmatamento extensivo para abertura de áreas cultiváveis.

Por outro lado, conforme Prim (1996), a criação de suínos, numa dinâmica de policultura, aos poucos se tornou atividade comercialmente rentável, estruturando-se num intercâmbio com a região sudeste. Inicialmente, os animais eram conduzidos vivos até São Paulo. Posteriormente, eram processados em pequenos abatedouros que deram base, mais tarde, para a organização dos frigoríficos e complexos agroindustriais. A base industrial da região se assentou paulatinamente entre a pecuária (suínos e aves – mais tarde pecuária leiteira) e a agricultura (milho, feijão, trigo – mais tarde soja).

O processo de colonização da região foi longo e contínuo, atingindo seu auge entre as décadas de 1950 e 1960. Em 1970, a fronteira agrícola do Oeste catarinense teria se esgotado, contabilizando a entrada de, aproximadamente, 160 mil colonos (PRIM, 1996) e forçando muitos a migrarem para novas áreas no Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, entre outros, a Oeste e a Norte. Nesse caso, muitos dos colonos migrantes foram influenciados pelas políticas de colonização desenvolvidas pelos governos militares e que deram margem, mais tarde, para o fortalecimento do agronegócio

O minifúndio, que *a priori* foi fator de sucesso da colonização, passa a ser motor de novas migrações dada a complexidade de expansão reprodutiva das unidades familiares em espaço já saturado. Desta forma, o sistema colonial em si depõe a perspectiva de novas migrações, seja para outras colônias, seja para o meio urbano. É possível discutir esse contrassenso como um fatalismo ou como um *modus operandi*, isto é, como um caráter identitário do colono que se mostra afeito aos deslocamentos.

Todavia, há de se considerar o elemento de precarização e empobrecimento na decisão de saída, além da não existência de perspectivas de Reforma Agrária. É um paradoxo da necessidade de manter a migração para garantir a condição de agricultor proprietário, o que não é, contudo, oportunidade para todos. A migração não se dá sem um mínimo de capitais disponíveis para uma nova fixação, o que leva a considerar que é, também, um processo seletivo e excluente.

Com o processo de modernização da agricultura, as transformações foram inexoráveis. Aplicaram-se na genética animal e vegetal; na mecanização, no uso de fertilizantes e agrotóxicos, na assistência técnica e para subsidiar todo esse pacote o acesso ao crédito rural (que atingiu seu ápice durante o Regime Militar). A modernização empregou a chamada “seletividade” dos agricultores, que na verdade foi um processo de segregação daqueles incapazes de adequarem-se aos pacotes tecnológicos e ao inerente endividamento. Produz-se, então, novos marginalizados: trabalhadores temporários no meio rural, trabalhadores precarizados no meio urbano, ou mesmo agricultores migrantes pobres em novas frentes.

A urbanização da região, portanto, foi um processo calcado na expulsão dos agricultores do campo, associado ao desenvolvimento de complexos agroindustriais. Esses agricultores se tornaram mão de obra barata e o discurso de progresso fortaleceu a ideia de quanto mais os municípios se urbanizassem, mais desenvolvimento haveria. O meio rural foi tomado como instrumento da urbanidade, um acessório. Os efeitos foram definitivos para pensar as dinâmicas de reprodução da agricultura familiar e a organização do tecido social no Oeste catarinense como um todo.

## **2. CAPÍTULO 2 – URBANIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E JUVENTUDES RURAIS**

### **2.1 – A Migração como Promoção de Urbanização e Civilização**

Atualmente, o Oeste catarinense é caracterizado, reconhecido e associado pela proeminência das atividades agroindustriais em relação a suinocultura, avicultura e bovinocultura leiteira. O território é ambiente marcado pela expansão de complexas e interligadas cadeias de produção alimentícia em nível nacional e internacional. (FUJITA, 2015). Boa parte dessa especificidade tem ligação com a formação histórica marcada pelo desenvolvimento das atividades rurais.

De acordo com Camila Fujita (2015), na região Oeste catarinense, a cidade de Chapecó se destaca no processo de articulação urbana, sendo comumente classificada como “capital do Oeste”, interligando-se com a rede urbana de Porto Alegre e Curitiba. Além de Chapecó, que desempenha um papel central, outras cinco cidades (Concórdia, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Maravilha e Pinhalzinho) são destacadamente influentes na composição da rede urbana regional. Estas são cidades que oscilam entre uma população de 20.000 a 80.000 habitantes.

A rede urbana no oeste catarinense resulta principalmente dos processos de reestruturação produtiva da agropecuária, dos investimentos de capitais locais e estatais para o crescimento da agroindústria, do processo de (des)concentração de unidades de produção e suas cadeias correlatas, bem como da inserção destas atividades produtivas nas dinâmicas econômicas internacionais, incorporando padrões de produção e consumo globais. Associada a esse processo, a cadeia produtiva atrelada à agroindústria também se diversificou e se instalou em Chapecó e na região de modo representativo. (FUJITA, 2015, p. 76).

A passagem de uma cultura de subsistência para uma cultura de produção de excedentes (inicialmente artesanal) foi importante no processo de urbanização regional. As cidades formaram-se primeiro cercando as serrarias, depois os frigoríficos.

A intermediação entre o produtor e o consumidor era exercida pelo comerciante que comprava os excedentes e os vendia nos estabelecimentos comerciais, agregando crescente influência econômica, de modo que foi a partir dela que foi gerado o capital investido na estruturação das agroindústrias. Fica evidente a interdependência entre o rural e o urbano, que pautam as relações de Chapecó e região até os dias atuais. (FUJITA, 2015, p. 78).

Na década de 1960, as agroindústrias lançam mão da estratégia da integração produtiva.

A partir daí os agricultores se inserem como “parceiros” institucionalizados do processo produtivo, isto é, recebem os animais e a alimentação e são responsáveis pela engorda seguindo rigorosos padrões. Estão, portanto, inseridos numa economia de escala e numa cadeia produtiva.

Sua relativa autonomia anterior esboroa ante a burocracia das oscilações e demandas de mercado. Tornam-se, enfim, proletários dissociados. Muitos são excluídos por não atenderem os requisitos de investimento e subjugação. Estes engordaram as fileiras do êxodo e migraram para cidades, encontrando ocupação na outra parte da cadeia, ou seja, nos próprios frigoríficos. Essa expansão migratória ocorre preponderantemente na década de 1980.

Como aponta Fujita (2015), grande parte dos agricultores excluídos da cadeia produtiva de suínos passaram a integrar a cadeia produtiva da bovinocultura de leite. Todavia, o mesmo processo de seletividade e exclusão a que foram expostos os suinocultores está agora sendo operado em relação a produção leiteira.

A urbanização decorrente desse processo foi deficitária, congregando uma grande desigualdade socioespacial. Como aponta Fujita (2015, p. 90), “o crescimento populacional, causado pela busca por emprego e o êxodo das áreas rurais, fruto dos processos de modernização da agroindústria, não ocorreu de forma assistida, em termos de provimento de políticas públicas sociais”. As ocupações precárias se repetiram em boa parte das cidades da região. Nelas passam a viver os contingentes de caboclos historicamente excluídos e os novos colonos pobres. Contra o discurso do desbravador, veem-se erigir espaços periféricos, geralmente esquecidos e escondidos na estrutura urbana. Surgem como preocupação quando algum ilícito emerge das deficitárias relações sociais.

A perspectiva construída em relação ao Oeste é de um espaço agrícola, permeado por pequenas cidades, donde apenas Chapecó é exceção e permite uma experiência de cidade robusta (ALBA et al., 2015). Chapecó é considerada a cidade polo regional, congregando serviços públicos institucionalizados e experiências de negócios privados especializados. A cidade demonstrou crescimento uniforme até o final da década de 1970. Na década de 1980 em diante passou por surtos de crescimento significativos. Essa foi uma perspectiva das médias e pequenas cidades brasileiras como um todo, embora que passassem por um processo de arrefecimento na década de 1990. Caso objetivo é visto na região de estudo, onde as pequenas cidades, a expensas de perder quantitativos populacionais gerais, aumentaram a concentração

urbana em relação à rural.

Conforme Alba et al. (2015), o Oeste catarinense teve colonização tardia e pouco vinculada ao litoral. Suas relações estão marcadas pelas articulações com o RS, PR e SP. Embora as atividades econômicas iniciais tivessem papel importante na dinâmica de ocupação oficial e nas primeiras experiências urbanas, como foi o ciclo das tropas, da erva-mate e da madeira, foi a atividade agroindustrial que promoveu a interligação econômica da região com o resto do país e com o mundo.

Da mesma forma, foi com ela que a urbanização se intensificou. Não só a urbanização em si, mas o tipo de urbanização, como destacam Alba et al., “as agroindústrias presentes no Oeste territorializaram esta região de acordo com seus interesses” (2015, p. 42). Significa que interferem em que cidades ocorrerão investimentos específicos, em que locais as plantas industriais serão montadas, que atividades e de que forma serão desenvolvidas, implicando nos contingentes populacionais que servirão de mão de obra no campo e na cidade.

[...] a região Oeste já nasce voltada e articulada para o urbano. Por mais pobres e inexpressivas que fossem as cidades – ou, propriamente, os povoados – existia um urbano distante capaz de comandar algumas ações na região. Foi este comando que possibilitou a formação de alguns oligopólios agroindustriais presentes hoje em escala mundial. (ALBA et al., 2015, p. 48).

Os princípios de economia de subsistência foram ressignificados, implicando nas tradicionais relações de reciprocidade e na perspectiva comunitária. As percepções mais influentes dessas modificações são localizadas entre meados e finais da década de 1980. Alba (2013) destaca o papel do Estado na promoção das atividades agroindustriais na região. A concorrência entre essas empresas efetivou uma concentração de capital e a formação do que a autora chama de “oligopólios agroindustriais”.

A ruptura acontecida nos anos de 1980 é condicionada por forças externas, gerando um processo de internacionalização das agroindústrias da região e uma nova dinâmica econômica, social e política. Intensifica-se o processo de centralização de capitais por parte de alguns grupos, os setores menores tendem a desaparecer, ou a se incorporarem aos maiores por meio da concorrência. Com a permanente reestruturação e expansão das agroindústrias, o espaço passa a ser o lugar incorporado por elas na forma e no processo de ocupação. (ALBA et al., 2015, p. 45-46).

Quanto mais especializada, globalizante, dinamizada a agropecuária, maior o índice de urbanização que ela produz. No caso do Oeste, ocorre um processo intenso de tecnificação sob

a orientação do agronegócio. De acordo com Alba et al. (2015), as cidades da região com até 20 mil habitantes se tornam produtoras de matérias-primas para o complexo agroindustrial, ao passo que aquelas onde existem unidades de processamento da proteína animal acabam concentrando as atividades econômicas e concentrando maiores contingentes populacionais e infraestrutura. Essas são cidades com mais de 20 mil habitantes e somam apenas 12 entre 118. Esses pequenos municípios são dispersores de população.

Turnes (2008) afirma que existe um processo atual de litoralização da população catarinense, pois as cidades do litoral possuem taxas de crescimento significativamente maiores do que das demais regiões, considerando um deslocamento de população do Oeste e Planalto. No Oeste, conforme dados censitários, entre 1980 e 2010, mais da metade dos 118 municípios tiveram crescimento populacional negativo, enquanto, em praticamente todos eles, a população rural vem diminuindo.

A região pode ser associada, também, por seu conteúdo simbólico, principalmente constituição de paisagens e aportes de memória. Há uma vinculação afetiva, que enfrenta aspectos dissociativos pela migração. Os desdobramentos do processo de ruptura no sentido de uma desenraização de paisagens sociais são eventos com características traumáticas e nostálgicas. Talvez por isso a percepção de uma paisagem rural e colonial ainda esteja fortemente presente nas cidades do Oeste.

O imaginário do rural produzido na infância parece acompanhar muitos dos atuais moradores da região. Em alguma medida, seus descendentes, mesmo sem contato direto com o ambiente rural, podem se perceber partícipes de uma representação que envolve um passado compartilhado e reorganizado por meio dos discursos, paisagens e imagens de um rural que não viveram senão como um delírio nostálgico.

De acordo com Costa (2008), pensar o prospecto do vernáculo da paisagem significa potencializar e ampliar a noção de paisagem, principalmente no sentido de reorganizar elementos estéticos e acionar as variáveis de pertencimento e de sentidos memoriais.

O caráter simbólico dos lugares revela-se ao ser humano como algo que precede a linguagem e a razão discursiva, apresentando assim determinados aspectos do real, enfatizando as relações entre o simbólico e o lugar. Estas relações são mediadas pelos símbolos que podem ser uma realidade material e que une-se a uma ideia, um valor, um sentimento. Entendemos, portanto, que as mediações simbólicas permeiam as atitudes pessoais em relação aos lugares da afetividade do reencontro. (COSTA, 2008, p. 149).

A relação que determinado grupo estabelece com o espaço cria um conjunto simbólico em relação ao “lugar”. O lugar não é um espaço qualquer. É local de aspectos mais íntimos da vida. Quer dizer, lugar evoca um sentido prático ligado a biografia dos indivíduos. Como aponta Costa, “as pessoas se socializam e interagem no lugar, quer seja a rua, o bairro ou cidade. As redes sociais que se formam a partir dessas identidades locais contribuem para a formação do lugar conferindo, portanto, uma paisagem que geram um sentimento de pertença” (COSTA, 2008, p. 152). O pertencimento é também uma representação social contida na memória individual e coletiva. Os sujeitos em si produzem elementos de identificação por meio dessas representações.

A identificação do sujeito com a paisagem é explicitada pela relação cognitiva, onde a construção da memória do lugar, é representada pelas atividades cotidianas onde se produz formas de espaço culturalmente construídas. Cada indivíduo apreende o entorno, utilizando diversos registros de atividade cognitiva, construindo uma relação paisagem-memória que se manifesta em recortes territoriais. Nesse momento o espaço torna-se lugar, é recortado afetivamente. [...] o patrimônio é construído pelos símbolos representados através das referências básicas para seus moradores e suas relações cotidianas. Os registros desse cotidiano podem e devem ser considerados como representações que possuem a memória e configuram paisagens simbólicas. (COSTA, 2008, p. 152-153).

Considerando os aportes memoriais, é possível afirmar que os anos entre 1917 e 1954 expressam o período de consolidação da colonização da região Oeste de Santa Catarina (NODARI, 2009). Houve, nesse período, a formação de uma elite local. Essa elite expandia os horizontes e as representações urbanas. Inicialmente de maioria nacional, foi perdendo espaço para os colonos de origem (HAAS, 2000).

Havia uma latente preocupação com as melhorias estéticas das cidades do Oeste de Santa Catarina. Essas melhorias faziam parte de um processo de modernização e de civilização. Enfim, pode-se dizer que era um desejo da comunidade ver a cidade se urbanizar<sup>12</sup>. Essa urbanização era orientada por “padrões homogeneizantes da civilização ocidental moderna de desconstrução do rural, que era sinônimo de atraso” (NODARI, 2009, p. 75).

Era necessário imprimir à cidade um “ar” urbano, bem distinto da imagem rural, que no

<sup>12</sup>Diferencia-se o conceito de cidade e de urbanidade/urbano.

entender das elites significava atraso e estagnação. Dessa forma, as iniciativas que significassem progresso e melhorias para a cidade sempre eram recebidas festivamente pela população e saudadas pela imprensa: a instalação da luz elétrica, o calçamento de avenidas e ruas, o ajardinamento das praças, a construção do hospital, a fundação de jornais, a inauguração da emissora de rádio, a agência do correio. Todas essas iniciativas tiveram uma longa história de luta da população e do poder público até a sua efetivação. (NODARI, 2009, p. 76-77).

Os conflitos relativos às diferentes visões de mundo entre indígenas, caboclos e colonos marcaram o imaginário regional. A própria noção de estrangeirização acabou pendendo em relação aos nacionais e indígenas. A ideologia hegemônica celebrou o triunfo colono. É por isso que o ano de 1953, quando os novos municípios da região foram criados, marcava a percepção de que a colonização havia prosperado e que abria um lastro de novas conquistas (KUMMER, 2010)<sup>13</sup>. As fricções étnicas, no entanto, permaneceram como característica da organização social, formatando a disposição dos atores sociais no espaço e suas relações culturais subsequentes.

A empresa colonizadora contava com o auxílio dos serviços religiosos. Estes eram, aliás, condição para a vinda dos colonos. Serviços educacionais também compunham uma parte das exigências, mas, considerando a inoperância do Estado, tornavam-se uma responsabilidade dos próprios colonos. A escola estava ligada à Igreja e, dessa forma, reproduzia um modelo de desenvolvimento étnico e confessional. Essas estruturas estavam circunscritas ao ambiente familiar e comunitário.

[...] o Estado buscou se omitir de diversas responsabilidades relacionadas à infraestrutura das áreas coloniais. Para a construção das estradas, negociou a tarefa com as companhias colonizadoras, que também iniciaram o oferecimento escolar e foram paulatinamente repassando-o às comunidades e a igreja, as quais difundiram diversas outras atividades pedagógicas e assistenciais. (RADIN, 2009, p. 24).

Desse ponto de vista, o controle social era exercido primeiro pelas próprias famílias dos colonos e depois pela igreja. As famílias, porém, representavam a maior autoridade constituída, tendo o patriarca como bastião moral, representação de justiça, unidade econômica e

<sup>13</sup> Em 1953, foram criados os municípios de Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Mondaí, Palmitos, São Carlos, São Miguel do Oeste, Xanxerê e Xaxim que eram, então, distritos do município de Chapecó, criado em 1917. Esse movimento administrativo confirmou o êxito do projeto colonizador do ponto de vista dos interesses estatais. Os núcleos coloniais haviam prosperado e se tornavam, naquele momento, capazes de expandirem-se ainda mais. Sublevavam-se os discursos contrários e silenciavam-se as minorias. O colono vencerá.

personificação de progresso. Todas as decisões passavam por ele e todos os membros lhe eram submissos. É importante salientar que os papéis sociais tinham um peso significativo e bem definido, e as possíveis insubordinações eram tratadas como eventos graves no âmbito familiar. Nessa percepção, o culto ao trabalho, as responsabilidades etárias (que aumentam conforme a idade) e a promoção da vida adulta incorporavam um projeto de casamento e da constituição de uma nova família. Abdicar dessa “ordem natural das coisas” envolvia um conflito significativo. O casamento era organizado considerando as qualidades dos pretendentes, como a posse ou não de terra, de animais, de ferramentas, de enxoval, além da disposição para o trabalho. Ser e parecer disposto ao trabalho árduo era condição definitiva para o sucesso nas relações nupciais, bem como a consideração das compatibilidades étnico-religiosas.

Manter-se no mesmo grupo étnico e religioso era imperioso para a sobrevivência dos traços culturais e identitários dos grupos. Manter-se vinculados ao trabalho na terra evocava uma resignação pela manutenção de um status social, isto é, daqueles que não são aventureiros. O pão deveria ser conquistado com o suor do trabalho, donde se fortalecia uma ética do sofrimento. A riqueza não deixava de ser um objetivo, mas sua conquista deveria prescindir do esforço e não da sorte. É nesse ponto que se pode inferir que muitos dos jovens colonos mantinham um mecanismo de reprodução social pautado na força dos elos étnicos e familiares. A terra e o trabalho nela eram totens que fortaleciam os vínculos entre os indivíduos. Romper com as expectativas poderia significar uma transformação muito drástica na perspectiva de vida.

As variações que ocorriam, embora fossem minoritárias, estavam ligadas à carreira eclesiástica, a não adequação ao trabalho na terra (patologias), ou algum “infotúnio” de ordem moral. São poucos os rompimentos não negociados ou estratégicos. O papel de subordinação destinado às mulheres era evidente e reforçado cotidianamente, seja pela censura religiosa, seja pela violência doméstica.

Eram poucas as alternativas oferecidas às mulheres, solteiras ou casadas, além do trabalho cotidiano entre o serviço da casa e o da roça. Uma das opções para “fugir” do mundo rural e da dupla jornada e, ainda, para contribuir com o orçamento familiar, era se empregarem como domésticas em casa de famílias, geralmente conhecidas, na cidade. (NODARI, 2009, p. 120).

Os casamentos são exemplo disso. Eram geralmente endogâmicos entre as comunidades étnicas e confessionais. Consideravam, sobretudo, que um colono residente no meio rural casaria seus filhos com pretendentes também vinculados ao rural e a seu modo de vida. Nas áreas urbanas, os casamentos interétnicos eram mais comuns, como aponta Renk (1999). As famílias, em geral, eram numerosas, seja pela necessidade de braços ou pela inexistência de métodos contraceptivos.

Compreende-se nisso que a organização social das sociedades conta com múltiplas variáveis, daquelas macroestruturais, como o Estado e as suas inerentes legislações, chegando às perspectivas mais simbólicas, como gostos ou rituais. É fato concreto que grupos sociais produzem entre si e para si distinções e aglutinações. Há uma confrontação por meio da alteridade, que cria, no tempo e no espaço, reorganizações identitárias. Pensar a alteridade é, portanto, abarcar a categoria teórica da identidade, ou das identidades.

Todavia, a conjuntura político-econômica da década de 1980 erodiu e fragilizou esses elementos sociais na região. Os modos de vida mais aproximados da subsistência cederam espaço para a perspectiva do desenvolvimento e modernização e que acabaram empobrecendo, excluindo e expulsando populações camponesas. Esse é um período impactante no sentido de expressar uma reação ante aos problemas sociais do campo. É nesse contexto que na região surgem e eclodem vários movimentos sociais, em geral com vinculação direta aos camponeses.

O impacto da modernização e da chamada seleção no campo é gritante em relação ao empobrecimento e ao êxodo rural. Ante essa condição, surgiram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento das Mulheres Agricultoras – MMA; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, entre outros. Essa efervescência social estava ligada aos processos políticos macroestruturais, diretamente associados à Ditadura Militar e ao processo de empobrecimento e exclusão social dos camponeses, a partir dos efeitos da modernização da agricultura.

Uma importante pauta era a questão fundiária. Como aponta Teresa Lisboa (1988), embora o Estado de Santa Catarina seja em grande medida organizado por minifúndios, a concentração de terras não deixava de estar presente. O próprio MST surgiu dos impasses fundiários da região Oeste. Em maio de 1980 ocorreu a ocupação da Fazenda “Burro Branco” no município de Campo Erê. Aproximadamente 300 famílias se envolveram na luta pela terra que culminou com a desapropriação em novembro do mesmo ano. Essa vitória expandiu as

ações de ocupação e vários acampamentos e assentamentos se multiplicaram pela região, servindo, inclusive, como elo de dispersão do movimento para todo Brasil (LISBOA, 1988).

Atualmente são 14 assentamentos na região Extremo Oeste catarinense, ocupando uma área de mais de sete mil hectares e atendendo 424 famílias de agricultores. São assentamentos que surgiram, preponderantemente, na década de 1980 e expressam a expansão dos movimentos sociais, especificamente aqueles vinculados à luta pela terra.

**Tabela 2 – Assentamentos na Região Extremo Oeste de Santa Catarina**

Assentamento	Município	Capacidade	Famílias Assentadas	Área (ha)	Data de Criação
Aparecida	Anchieta	18	14	278	22/01/1987
Sanga Azul	Anchieta	13	13	218	22/01/1987
Bandeirantes	Bandeirante	9	8	166,6	20/10/1988
Rabo de Galo	Barra bonita	32	29	405	14/01/1986
Tracutinga	Dionísio Cerqueira	60	45	1198	20/10/1988
União	Dionísio Cerqueira	44	35	465	05/08/1996
São Luiz I	Palma sola	8	3	100	03/05/1989
São Luiz II	Palma sola	24	20	227,31	13/05/1991
Entre Rios	Paraíso	73	66	1028	14/01/1986
Rosário	Romelândia	21	21	278,19	03/09/1991
Lajeado Grande	São José do Cedro	89	77	1264	22/01/1987
Barra Escondida	São José do Cedro	34	32	491,16	22/01/1987
Jacutinga	São Miguel do Oeste	31	29	390	14/01/1986
Antas	São Miguel do Oeste	33	32	502,7	20/10/1988
<b>Total</b>		<b>489</b>	<b>424</b>	<b>7.011,97</b>	

Fonte: INCRA.

É possível afirmar a relação direta que a política de colonização empreendida no país tem com a atual dinâmica agrária. A colonização foi uma estratégia que permitiu a convivência com o latifúndio e o reforçou como entidade também de complementaridade ao primado industrial. Bebem, vigorosamente, nessa fonte os pressupostos do agronegócio.

Diametralmente, a relação da agricultura e a indústria foi resultado direto desse estreitamento fomentado na década de 1930. A formação dos complexos agroindustriais na década de 1960 guarda gênese nesse discurso de complementaridade e forma, a seu modo, um conjunto de ativos produtivos financeiros, capazes de misturar capitalismo financeiro, capitalismo industrial e capitalismo agrário.

No Oeste catarinense, local de uma tentativa de exemplificação, o processo de colonização promoveu, *a priori*, a desestabilização e supressão das populações locais. Fato correlato a outros incontáveis episódios no Brasil, e determinados pela invisibilidade dos

“indesejados”. A expensas desse genocídio institucional, a promoção da pequena propriedade tendeu a promover fatores positivos quanto ao uso da terra e a possibilidade de promoção de uma vida digna aos seus atores. Todavia, esse mecanismo permitiu a indução e ajustamento a um modelo produtivo associado aos princípios modernizantes e os grandes conglomerados mercantis. O resultado direto foi a perda substancial da autonomia entre os agricultores e a sumária supressão de elementos vitais para manutenção de um *modus operandi* e seus valores culturais.

Por fim, a colonização, agora associada a um contexto de modernização, mostra-se ininterrupta e fomentando um curso de novas experiências na fronteira agrícola. Os resultados parecem ser otimistas quanto aos aspectos de crescimento e dinamização econômica. Porém, são novamente problemáticos e catastróficos quanto aos elementos sociais. O embate parece manter-se em forte curso contraditório.

## 2.2 – Reprodução da Agricultura Familiar no Oeste de Santa Catarina

É importante salientar que os colonos que haviam migrado do estado do Rio Grande do Sul eram, em sua grande maioria, descendentes de imigrantes europeus e estavam inseridos numa economia basicamente agrícola. Tinham como objetivo a melhoria da condição de vida, o progresso e a acumulação de riquezas, através da produção de venda e consumo e da aquisição de áreas agricultáveis. Buscavam, enfim, transformar uma região inóspita e economicamente inerte em um local que pudesse permitir boa condição material de vida e também, quiçá, um possível enriquecimento.

Enquanto artifício de desenvolvimento das estruturas do espaço regional, pode-se dizer que esse movimento colonial garantia a sua continuidade, pautando-se em critérios específicos de reprodução das unidades familiares de produção agrícola. Buscava-se “colocar os filhos”, isto é, permitir que estes se estabelecessem na atividade agrícola, assim como seus pais. Para tanto, era necessário ter acesso a terra e garantir o desenvolvimento das novas estruturas econômicas, o que não era tarefa simples, uma vez que a acumulação de riqueza dentro do grupo familiar de trabalho nem sempre permitia a compra de novas terras e o alojamento das novas famílias desmembradas do núcleo original.

A disposição da propriedade, como um bem a ser adquirido, obrigava as famílias a gerar excedentes para que pudessem atender aos filhos que viessem a se emancipar da unidade familiar. Na essência, este processo interferiu na organização da propriedade familiar, de tal sorte que a produção de bens para o mercado foi ocupando, cada vez mais, lugar de destaque (SCHALLENBERGER, 2009, p. 148).

É importante perceber como os filhos eram socializados ao trabalho agrícola desde muito cedo. Era muito comum que as mães levassem seus bebês à lavoura, deixando-os em cestos ou na carroça, protegidos pela sombra e pela guarda de cães, enquanto trabalhavam. De tempos em tempos acudiam e davam de mamar aos rebentos. É comum ouvir relatos sobre bebês levados à roça com um ou dois anos de idade.

A partir daí, as crianças estabeleciam contato com a terra e com o ambiente simbólico da agricultura. Com quatro ou cinco anos eram preparadas ferramentas especiais a elas, como pequenas enxadas, foices, cestinhos, entre outros. Se o objetivo, geralmente, não era o de obter a contribuição física do trabalho das crianças, era de iniciá-los no mundo rural. De acordo com Petrone, “as crianças desde cedo eram recrutadas para as mais variadas tarefas na roça, junto aos animais ou na casa. Famílias com muitos filhos em idade de trabalhar tinham mais perspectivas de prosperar” (1984, p. 60).

Conforme cresciam, as crianças ganhavam maiores responsabilidades e incentivos. Por volta dos 15 anos de idade, muitos pais “davam” um pedaço de terra para o filho plantar separadamente, isto é, permitiam que ele fizesse, em horários de “folga”, a sua própria roça, que ele poderia vender e guardar o dinheiro para si. Essa era uma maneira de incentivar o filho a permanecer na roça e mesmo permitir que aprendesse pouco a pouco a “gestão” da lavoura. Às vezes a renda obtida com a sua “rocinha” era irrisória ou nula, tornando-se uma oportunidade para que os pais replicassem o discurso da necessária “unidade” do trabalho familiar, da importância que tinha a terra, das carências financeiras e os cuidados manifestos para superá-la.

Essas interlocuções dão conta da existência da formação de um “espírito de colonização”, no qual o espaço familiar era povoado por regras e valores tidos como imprescindíveis para a eficiência dos projetos futuros do grupo, como destaca Renk.

No rol das representações, a família é o espaço privilegiado para a socialização de seus membros e a inculcação de valores, atitudes e condutas entre estas as econômicas.

Assim, sempre “foram ensinados e aprenderam” a gastar o mínimo possível, a viver com parcimônia, a ter reservas para o futuro, “a pensar no dia de amanhã”. Nas descrições do cotidiano é recorrente a ênfase na alimentação frugal. Nos primeiros tempos, os mais apertados, tinham uma alimentação pouco variada; depois, com maior variação, sem nunca esbanjar. (2006, p. 89).

Como aponta Karine Simoni (2003), as reminiscências históricas e memoriais reforçam um imaginário de que a imigração e a posterior migração (sobretudo dos italianos e seus descendentes) no Sul do Brasil expressam um conjunto de representações ainda presente no cotidiano dessas populações. A primeira representação é que o progresso seria conquistado com trabalho ininterrupto, sofrível e perseverante. A segunda é que os valores quase ascéticos das famílias indicariam uma bússola moral para dias melhores. Por fim, a memória indica sofrimento no percurso egresso, mas que foi um período de superação e de solidificação moral.

Esse conjunto de discursos históricos ainda influencia os jovens da região que se associam ou são coagidos a reconhecerem esse passado de lutas e glórias. Como parte dele, são chamados a reproduzirem um caminho vocacional. Seja no campo ou na cidade, o progresso material é condição para o sucesso de toda família. É um aspecto moral tão forte quanto a religiosidade e o reforço étnico.

O trabalho, como valor, é também uma identidade familiar, coletiva. As coisas são feitas “juntos” e cada um tem uma parcela para cumprir, com uma divisão etária e sexual (SIMONI, 2003). Essas especificidades são relativizadas nos momentos de maior demanda e se modificam, sobretudo, em relação aos papéis femininos. Quer dizer, nos momentos de necessidade, as mulheres desenvolviam toda e qualquer atividade. Os homens não mudariam sua conduta, visto que trabalhos domésticos afetariam sua masculinidade. Se acaso o fizessem, seria em completo e absoluto sigilo.

Portanto, todos os esforços, no sentido de prover de forma efetiva os novos membros do grupo, dentro da perspectiva de se tornarem também “novos agricultores”, dependiam da relação que a família tinha com os valores materiais acumulados pelo grupo. Estes valores seriam colocados à disposição dos seus membros de forma escalonada e fragmentada através do tempo. Esses procedimentos podem ser bem identificados pela exemplificação da dinâmica familiar em propriedades rurais expostas por Queiroz.

A família constitui sempre a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que os produtos, regra geral, satisfazem às necessidades essenciais da vida; as

tarefas do trabalho se dividem entre todos os membros do grupo doméstico, em função das faculdades de cada um, formando assim uma equipe de trabalho. A família assegura a subsistência de todos os membros; a combinação família-empresa agrícola faz com que se estabeleça uma comunidade de posse e uma comunidade de consumo, além da comunidade de trabalho, sob a autoridade de um membro, que é o pai de família. Comunidade autárquica, a família camponesa é também em geral autoritária. Por outro lado, o grupo econômico autônomo constituído pela família camponesa tem tendência a uma forte centralização, procurando se perpetuar por meio de uma ligação vigorosa com seus meios de subsistência (isto é, com o patrimônio a ser transmitido aos descendentes), e para tanto negando aos membros o direito de dela se apartar para criar situações socioeconômicas distintas. Sobre estes núcleos autônomos, o grupo de vizinhança ou a aldeia exerceu seu controle e, em certa medida, um poder de coordenação, devido à existência, neste segundo caso, de serviços e de direitos coletivos semelhantes para todos os membros da comunidade mais ampla (1973, p. 18-19).

Woortmann (1995) usa a terminologia – que também se pode verificar no campo – que separa os colonos melhor sucedidos como “colonos fortes”, isto é, aqueles com quantidade significativa de terra e com capacidade de “colocar os filhos” e inserir-se em níveis mais confortáveis no mercado de consumo. Os colonos menos desenvolvidos economicamente são referidos como “colonos fracos”, aqueles que convivem com dificuldades econômicas, ainda que possam dispor de um nível razoável de vida.

Constata-se a existência de um modelo de manutenção e continuidade sucessional dos filhos, vinculada a solidariedade de toda família em torno da constituição das novas propriedades, conforme constata Abramovay et al. (1998). De acordo com o autor, havia na região sul do Brasil um quadro de perpetuação da atividade agrícola, garantida pelo envolvimento do núcleo familiar original na consecução dos novos núcleos agrícolas.

Além de alimentos e matérias-primas, os agricultores do sul do Brasil produziam, até o final dos anos 60, algo para eles ainda mais importante: novas unidades de produção familiar, seja ali mesmo onde viviam – por meio da repartição de suas terras – seja pala permanente tentativa de “colocar os filhos”. Havia, portanto, uma fusão entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações subjetivas de seus membros. É claro que nem sempre estes objetivos podiam ser atingidos e tampouco eram raras as ocasiões em que surgiam planos autônomos de realização profissional entre os filhos. Mas era muito forte a pressão moral para a continuidade da profissão de agricultor, tanto mais que os horizontes alternativos eram escassos e pouco acessíveis. Por um lado, então, há uma base objetiva que faz da agricultura a perspectiva mais viável de reprodução social para as novas gerações. Por outro lado, a ligação ao mundo comunitário, a incorporação dos valores próprios, a continuidade da profissão paterna, estão também na raiz desta fusão entre os objetivos da unidade econômica e as aspirações de seus membros. Quando esta fusão desaparece é que surge a questão sucessória na agricultura. (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 27).

Entre os colonos existia o sentimento de responsabilidade em reproduzir o espaço de vivência colonial entre os membros da família, ou “garantir o futuro”, “colocar os filhos”. Como elucida Renk (2006, p. 79), isso significava assegurar que os descendentes tivessem uma terra para trabalharem quando casassem, principalmente os filhos do sexo masculino. A terra, como já foi dito, era então o elemento primordial para a consecução desse projeto.

Quando não era possível adquirir um novo lote, a família tendia a manter os filhos recém-casados junto à unidade produtiva, seja inserindo-os nas atividades produtivas da casa ou agindo como fiduciária para o arrendamento de um lote adjacente ou próximo. O casal podia morar junto, na casa dos pais, ou ainda construir um rancho próximo da casa, ao que se chamava “morar encostado”. Essa situação podia ser provisória, mas dadas as dificuldades financeiras da família, tornava-se, em alguns casos, permanente.

Essa dinâmica de reprodução da agricultura familiar no sul do país, como assinala Abramovay et al. (1998), se manteve até finais da década de 1960. De acordo com Woortmann (1995), era comum que o processo sucessional da unidade familiar e os sistemas de herança seguissem as seguintes possibilidades: a primogenitura (o filho mais velho é o herdeiro); a “ultimogenitura” (o filho mais novo é o herdeiro), sendo que poderiam ocorrer a unigenitura (a indivisão da propriedade) ou a partilha igualitária (onde todos receberiam uma parte correspondente a propriedade ou um valor monetário relativo a ela). Entende-se ainda que o modelo de reprodução manifesto até a década de 1970 era comumente o minorato, isto é, “a propriedade paterna é transmitida ao filho mais novo que, em contrapartida, fica com a responsabilidade de cuidar dos pais durante a velhice” (SILVESTRO et al., 2001, p. 65).

A partir da década de 1970, há um rearranjo sistemático do modelo de desenvolvimento agrícola, tendo sido incorporado à agricultura o processo de modernização e de assimilação da chamada Revolução Verde. Esse novo arranjo organizacional levou em conta a utilização dos insumos, de defensivos agrícolas, de novas ferramentas e máquinas e de novas técnicas de produção, alterando a sistemática de trabalho. Modificou-se, também, o destino da sua produção que, até então, centrava-se no próprio consumo, sendo vendida apenas uma parcela do excedente, a fim de se obter acesso aos bens não produzidos na própria propriedade. Conforme assinala Queiroz (1973, p. 30), “desde que o destino da produção se modifique, isto é, desde que o lavrador se disponha a plantar para vender, sua organização de trabalho também se modifica, pois deve alcançar uma quantidade muitíssimo maior do produto colhido”.

Na região Oeste, o processo de modernização da agricultura esteve intimamente ligado à industrialização dos produtos agrícolas. Segundo Paim (2006), ainda na década de 1960 – e mais notadamente na década de 1970 – concentrada na cidade de Chapecó/SC, expandiu-se a cadeia produtiva de aves e suínos no sistema de parceria, ou melhor, de integração produtiva. As empresas frigoríficas passaram a comandar o processo de produção de sua matéria prima enviando aos agricultores os animais, a alimentação e definindo e controlando rigidamente os tratos culturais necessários.

Como encadeamento desse processo, a produção de cereais, como milho e soja, necessários a produção da ração, também se expandiram. Essa expansão ensejou, por seu turno, a mecanização, o uso de melhoria genética de sementes, de insumos e de defensivos agrícolas. A modernização da agricultura no Oeste catarinense foi, portanto, cíclica e totalizante.

A modernização da agricultura foi sendo implantada em vários setores, entre os quais as pesquisas genéticas, tendo-se desenvolvido variedades de animais mais produtivos, acompanhado da venda de insumos e produtos industriais que propiciaram um aumento na produtividade, acompanhado pelos sistemas de extensão rural - encarregado de fiscalizar no campo a aplicação destas novas bases tecnológicas. (PAIM, 2006, p. 131).

Se, por um lado, com o novo modelo alcançavam-se maiores níveis de produtividade e produção absoluta, por outro, os custos desta também aumentam na mesma proporção. E o residual de valor monetário obtido com a atividade diminuía. Além disso, como insinua Wolf (1976), o agricultor é impelido a fazer investimentos sistemáticos em sua propriedade para se adaptar as exigências de mercado, de modo que precisa recorrer a sucessivos financiamentos e acesso a crédito, colocando-o numa situação de submissão em termos relativos à autonomia que gozava num período anterior a essas modificações.

Sob a influência da industrialização, a agricultura foi racionalizada e transformada numa empresa econômica voltada primariamente para a extração do máximo de rendimentos e apenas secundariamente levando em conta a subsistência, a manutenção e as necessidades ceremoniais do campesinato. [...] Ele tende cada vez mais a se tornar um especialista entre outros, com cada grupo produzindo bens e serviços a serem consumidos pelos outros (WOLF, 1976, p. 58).

Com os novos arranjos técnicos da agricultura, o índice de pessoal necessário à atividade passa a ser menor. George afirma que “a modernização da agricultura tem, com efeito essencial, a redução do tempo de trabalho exigido para obter a renda bruta do estabelecimento agrícola”

(1982, p. 237). Da mesma maneira os parcisos valores alcançados ao final das safras propõem como alternativa a saída do campo para o alojamento em atividades complementares.

Conforme assinala Roseli Alves dos Santos (2008, p. 84-85)<sup>14</sup>, a “modernização tecnológica para o pequeno produtor agrícola mercantil tem representado maior dependência em relação ao capital e menor ganho financeiro quando comparado ao grande produtor”, além disso, com maior capacidade produtiva existe uma “diminuição da necessidade do uso da mão-de-obra”. Mesmo que o pacote tecnológico permita ascender a melhores níveis de produtividade ele dispensa o envolvimento de alguns membros do grupo familiar, uma vez que na região não há mais terras a serem ocupadas para estender essa produção, forçando esses membros excedentes a saírem do campo.

O modelo de sucessão baseado na “pressão moral” é ameaçado e não configura mais uma tendência tradicional. De acordo com Abramovay et al. (1998) é possível afirmar que a transformação agrícola, em curso a partir da década de 1970, fez com que em finais da década de 1980 e início da década de 1990 o padrão esperado não é mais a permanência dos novos membros no campo, mas a sua saída rumo a atividades urbanas.

Mesmo que haja algum exagero nesta constrangedora pressão comunitária sobre os comportamentos dos indivíduos, a característica fundamental deste período é uma certa naturalização da continuidade do modo de vida paterno (para os rapazes) – assim como da condição materna (para as moças). A partir dos anos 70 a agricultura familiar do sul do país expõe-se a uma dupla ruptura: por um lado, as possibilidades objetivas de formação de novas unidades produtivas encontram-se cada vez mais limitadas, por outro, a ideia de que, na sua grande maioria, os jovens no campo destinavam-se a reproduzir os papéis de seus pais é cada vez menos verdadeira no interior das próprias famílias. É a partir disso que emerge aquilo que podemos chamar de questão sucessória na agricultura: é quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 36).

Essas novas relações estatuídas no campo levam a crer que há uma mudança significativa em curso. Compreender que houve uma ruptura no processo de reprodução do colonato/agricultura familiar na região Sul do Brasil e, desta forma, na região Oeste de Santa Catarina, parece evidente. Mas, conforme Wolf (1976, p. 10), “a persistência, como a mudança,

---

<sup>14</sup> O texto de Roseli Alves dos Santos faz referência à região Sudoeste do Paraná. Entende-se que pela proximidade geográfica e pelas similaridades das características históricas, econômicas, sociais e culturais possa-se transportar tais conceitos e análises para o contexto da região Oeste de Santa Catarina.

não é uma causa, é um efeito”. Portanto, cabe analisar essa tendência a que segue o processo da manutenção ou desestabilização da agricultura familiar na região estudada, exatamente no que tange aos novos atores desse processo, isto é, os jovens do meio rural.

Que os jovens rurais são fortemente influenciados por esse conjunto moral de expectativas e de cobranças não há dúvidas. Todavia, considerar que eles serão meramente reprodutores desse processo é uma análise apressada. Pode-se apontar que muitos deles acabem rompendo com esse ciclo e que outros tenham esse ciclo suprimido pela própria influência dos pais. Não se trata de eliminar a perspectiva de progresso material, mas de reconduzi-lo para fora do ambiente rural.

Ainda assim, fora da roça, é provável que lancem mão de uma suposta “qualificação étnica”, aquela que lhes daria melhores chances de obter uma vaga de trabalho por representarem um estereótipo positivado de ordeiros e trabalhadores. Essa imagem de obreiros é mais especificamente uma perspectiva submissão às determinantes trabalhistas urbanas (RENK & DORIGON, 2012; SILVESTRO et al., 2001). Esses exemplos de migração como submissão urbana foram muito comuns entre meados da década de 1990 até meados da década de 2000, especialmente em relação à migração para serviços gastronômicos no Sudeste do país.

### **2.3 – Caracterização da Região Extremo Oeste de Santa Catarina**

Se o Oeste é tratado oficial e institucionalmente a partir de 1917, o Extremo Oeste pode ser definido a partir de 1953. Foi nesse ano que se desmembraram do município de Chapecó os até então distritos de Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Mondaí e São Miguel do Oeste. São desses quatro municípios que os demais serão desmembrados. Em 1956, o município de Descanso separa-se de São Miguel do Oeste. Em 1958, São José do Cedro emancipa-se de Dionísio Cerqueira. Em 1961, Guaraciaba separa-se de São Miguel do Oeste, Guarujá do Sul e Palma Sola de Dionísio Cerqueira. Dois anos depois, em 1963, Anchieta emancipa-se de Guaraciaba e Romelândia de São Miguel do Oeste. Em 1988, Iporã do Oeste emancipou-se de Mondaí.

Na década de 1990, vários novos municípios foram criados. Em 1991, Riqueza desmembrou-se de Mondaí e São João do Oeste de Itapiranga. Já em 1992, Belmonte e Santa Helena emanciparam-se de Descanso, enquanto que Paraíso de São Miguel do Oeste. Por fim, em 1995, Bandeirante e Barra Bonita emanciparam-se de São Miguel do Oeste e Princesa de

São José do Cedro, consolidando a formação dos municípios da região.

A história do Oeste e do Extremo Oeste de Santa Catarina é, em geral, referenciada “a partir” da colonização (SILVA, 2010). Esse processo, em síntese, significa o evento de ocupação oficial do território por grupos sociais especificamente eleitos pelos interesses estatais. Esses grupos são os colonos, tipificadamente agricultores de origem europeia. Sobrepõe-se uma categoria étnica e um modo de vida específicos como promotores da identidade regional, depreciando a temporalidade anterior e seus possíveis atores.

Colonização significa todo o processo efetivado pela atuação das companhias colonizadoras, da divisão das terras em pequenos lotes agrícolas à ocupação pelos colonos migrantes. Tal divisão das terras se dava com o intuito de facilitar a venda, uma vez que havia demanda por esse tipo de lote, em especial nas antigas áreas coloniais, e pelas características físicas da região. Assim, a colonização é todo o processo de reconstrução do espaço que se deu a partir da migração, por isso se refere menos às áreas de campo onde prevaleceu a pecuária extensiva. (RADIN, 2009, p. 23-24).

A migração, e em menor escala a imigração, foram expressões fundamentais desse processo de ocupação. Ignorando a presença das populações originais e anteriores, a dinâmica de efetivação desse movimento contou com uma imagem de valorização dos colonos. O imaginário e a propaganda teceram uma representação de “milagre migratório”. Com a chegada dos novos atores sociais, a região encontraria sua vocação de riquezas. Como aponta José Carlos Radin (2009), o migrante suscita uma identidade discursiva entre os diferentes colonos. A igualdade enquanto grupo é tomada em relação a sua distinção frente aos “nacionais”.

O uso da categoria migrante se refere em especial aos descendentes de italianos, alemães e poloneses, majoritariamente os colonizadores da região. Como o termo é usado de forma genérica, inclui os imigrantes, apesar de o número não ser significativo. Entende-se que não formaram um grupo uniforme, assim como não o formavam os diferentes grupos étnicos. A categoria se relaciona aos qualificativos que lhe eram atribuídos e que se auto atribuíam de bons trabalhadores, progressistas, ordeiros, ideais para a colonização. (RADIN, 2009, p. 24).

Os colonos personificam qualidades tidas como inatas, tais como o pioneirismo, a energia, a força e a persistência. São vistos, por eles mesmos, como desbravadores incontestes. Porém, conforme Silva (2010), era definido como “pioneiro” o colono que prosperava. Aqueles que acabavam empobrecendo ou não promoviam grandes avanços particulares em suas

condições passavam a ser associados como colonos pobres, colonos fracos ou colonos “acaboclados”. Essa diferenciação dependia do que Radin chama de “olhar do grupo<sup>15</sup>” (2009, p. 22). Nesse sentido, os colonos conjugavam-se de maneira aquinhoada em relação à opinião pública. Da mesma forma, corrobora Roger Chartier, para quem “[...] as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (1990, p. 16-17).

As representações sociais subjacentes do processo de colonização se expressam pela noção de um espaço vazio antes da chegada dos colonizadores; que os colonos são os obreiros do progresso material e civilizacional da região; a região existe pela intervenção criadora e benevolente dos colonos que venceram a natureza inhóspita; a migração dos colonos é marcada por esforço e sofrimento, o que a valoriza ainda mais como experiência histórica e social; os indígenas e caboclos são invisibilizados ou negados como agentes históricos, entes culturais ou figuras jurídicas; o trabalho familiar e a fé religiosa proporcionaram a vitória civilizacional; a resignação com as dificuldades, agruras e provações faz dos colonos as figuras fortes do lugar. Essas representações e imaginários explicam e dão base para o discurso de segregação étnica e estabelecem as variáveis comportamentais das novas gerações, principalmente os jovens.

Poder-se-ia apontar as representações regionais que influenciam o comportamento dos jovens rurais ou se articulam entre as variáveis do passado e do presente: a agricultura é a profissão do futuro; o agro é pop; o rural como lugar de tranquilidade e de trabalho; a modernização do campo é a chave do sucesso; o meio rural garante maior qualidade de vida. Esses elementos são tangenciados e ressignificados de maneira diferencial, porém mantêm a convergência de que os jovens acionam valores do passado, fortalecendo alguns e transformando outros, sobretudo aqueles que inferem questões econômicas e se vinculam a posição que as cidades agora ocupam nesse imaginário.

Para compreender esse processo, convém considerar a dinâmica econômica que consubstancia o espaço regional e que leva à urbanização. Do ponto de vista estrutural, a

<sup>15</sup> “Na colonização de Cruzeiro, essas representações são percebidas quando se refere ao espaço e aos grupos indígenas e caboclos, identificados com a violência, com a terra sem lei, com o abandono, com a preguiça, enfim, com tudo o que representava a incivilidade. Por isso, colocava-se a necessidade de superar esse modo de ser e de trabalhar, pois não interessava aos governantes, nem às elites, por não se inserir na perspectiva do progresso e de civilização almejados” (RADIN, 2009, p. 18).

compreensão da organização socioeconômica da região pode ser analisada pelos ciclos econômicos. De acordo com Bavaresco (2005), na região Extremo Oeste verifica-se a ocorrência de três ciclos econômicos. O primeiro foi da erva-mate, seguido da madeira, culminando com a da agroindústria. É possível compreender as transformações de fluxos populacionais a partir da crise do ciclo madeireiro e das dificuldades na atividade agropecuária.

A atividade madeireira, assim como a própria agricultura, teve grande sucesso especialmente até a década de 1970. A partir desse período, no entanto, ambos os setores entraram em decadência devido ao esgotamento de grande parte das florestas nativas, às mudanças na legislação ambiental, à entrada das agroindústrias e à implantação de novas tecnologias no campo, às subdivisões das pequenas propriedades, aos atrativos oferecidos pelas cidades, além de inúmeros outros fatores. Assim, na década de 1970, e principalmente na seguinte, o que antes era um local de sonhos, de utopias, passou a ser, para muitos, um lugar de decadência, de novas migrações e de abandono do campo. (SILVA, 2010, p. 21).

A ocupação oficial, ou mais claramente, a colonização do Extremo Oeste catarinense, ganha forma a partir de meados da década de 1920, com os projetos de colonização no vale do Rio Uruguai. Também neste espaço, os colonos não foram os primeiros povoadores. Além dos indígenas e dos caboclos, residiam paulistas na porção Norte, que compreende hoje os municípios de Dionísio Cerqueira e Palma Sola. Era um território de sertão dominado por caboclos, como aponta Adriano Larentes da Silva.

[...] o extremo oeste catarinense, apesar de não muito povoado à época, já apresentava, no período anterior à colonização, vários sinais de ocupação. Era uma ocupação feita principalmente por “brasileiros” ou caboclos que utilizavam diferentes espaços da região para extrair madeira e erva-mate, criar animais e fazer pequenas plantações. (SILVA, 2010, p. 92-93).

A viagem de 1929 (CEOM, 2005) é emblemática no sentido de dar suporte estatal à empresa colonizadora e garanti-la como uma conquista nacional, haja vista o inimigo estar próximo adiante da fronteira. Todavia, o fluxo mais significativo de entrada de colonos ocorreu na década de 1940. Com muitos caminhos já construídos e com maior conhecimento do território, facilitou-se a venda dos lotes e a própria propaganda.

A entrada das empresas colonizadoras e a chegada de novos moradores ao extremo oeste na década de 1940 representaram, portanto, uma mudança considerável na maneira de ocupação do espaço regional e de relação do homem com o meio ambiente. Se antes os

caboclos e indígenas eram donos de tudo, extraíndo da natureza apenas o necessário para o seu sustento, com a chegada dos colonos “de origem”, eles foram, por um lado, tornados intrusos, sendo expulsos das terras onde moravam, e, por outro, aproveitados como mão de obra barata na derrubada e no beneficiamento da madeira, na abertura de estradas e no trabalho na agricultura. Assim, caboclos e indígenas, mesmo tendo contribuído decisivamente para as transformações ocorridas, tiveram sua presença reduzida populacional e simbolicamente, ocupando, a partir de então, papel de coadjuvantes em um processo no qual a lógica passou a ser a dos colonizadores. (SILVA, 2010, p. 107).

Os núcleos coloniais eram erigidos numa perspectiva que representava o desejo e os anseios de ver-se prosperar até tornar-se cidade. Essa compreensão é tão forte na região que muitas comunidades rurais esboçaram projetos de emancipação e em algumas delas a vontade ainda é manifesta<sup>16</sup>. Essa noção levanta uma questão importante no imaginário regional: constrói-se um ambiente sociocultural baseado na atividade agropecuária e que se quer urbanizado no sentido de um triunfo existencial. A cidade é o epiteto do progresso. Fazê-la emergir do rural é um embate que louva seus combatentes, talvez como fronteira última a ser vencida. A representação, portanto, de uma urbanidade e ruralidade historicamente situadas é primordial para sustentar o modo de ser do lugar.

Aí se sustenta a variação entre rural e urbano no aspecto do Extremo Oeste, isto é, nas suas representações e não nas evidências técnicas e estruturais. Os municípios da região, sem exceção, surgiram a partir de comunidades e vilas rurais. Algumas dessas vilas foram projetadas como futuras cidades, já indicando traçado de ruas, reservando lotes para equipamentos públicos, referenciando atividades econômicas. Nem sempre essas projeções frutificaram, ou por outro lado, o que florescera viera dessas projeções. Tornar-se município seria uma vitória ante o atraso, a selvageria. O núcleo urbano poderia simbolizar a civilização.

Em 1946, num anúncio de lotes de terra à venda, a empresa Barth/Annoni indicava que não havia formigas nas terras da região (SILVA, 2010). A representação é, portanto, de natureza já domesticada, donde os maiores males e perigos já tinham sido minorados, isto é, o triunfo da cultura sobre a selvageria estava encaminhado. Além disso, as vilas e núcleos coloniais nascentes eram expressos por um otimismo de crescimento que ia além da simples propaganda

<sup>16</sup> É didático o caso da comunidade rural de Novo Cerro Azul, município de Palma Sola/SC. Essa comunidade manteve e mantém o imaginário de emancipação e urbanização como um fator de sentido e progresso social. Para maiores informações, ver Kummer (2015).

colonizadora. Eram formatados num projeto de desenvolvimento intenso, no qual os colonos eram atores de interesse. Os demais grupos eram distanciados.

[...] os indígenas não faziam parte da cidade idealizada por segmentos da sociedade regional, eram vistos como sinônimo de atraso e, portanto, indesejáveis dentro de uma lógica desenvolvimentista e de progresso. Nesse ponto, a exclusão não se limitava aos caboclos e aos indígenas, ia além das fronteiras étnicas, chegando inclusive ao grupo de colonos “de origem”, com pouco poder aquisitivo, os quais também não faziam parte diretamente das instâncias de poder, apesar de boa parte do discurso regional e estadual se fundamentar na imagem desses colonos construtores de uma região progressista e em franco desenvolvimento. (SILVA, 2010, p. 120).

Conforme Silva (2010), a imagem e os discursos produzidos na região buscavam estabelecer um limite entre rural e o urbano. Os moradores, no entanto, permeavam a suposta existência urbana (desejada) com atividades agropecuárias. Era comum o plantio de cereais, tubérculos, legumes, frutas e a criação de porcos, galinhas, cabritos, bezerros e até cavalos nos espaços vagos entre as habitações ou em terrenos baldios. Esse movimento de migração campo cidade estava ligado ao empobrecimento dos campões e criava uma nova relação, muitas vezes de empobrecimento urbano.

A chegada de moradores oriundos das áreas rurais foi motivada, a partir desse período [déc. de 1970], por muitos fatores. Entre eles, citam-se a gradativa partilha das terras pelas famílias, a falta de políticas agrícolas para as pequenas propriedades, a modernização dos implementos agrícolas, as intempéries (secas, geadas, chuvas de granizo), o aumento do número de agricultores “integrados” e as novas exigências das agroindústrias em operação na região, além, é claro, dos atrativos oferecidos pela cidade, como o melhor acesso à escola, à saúde, entre outros benefícios. Esses diversos fatores, apesar de suas peculiaridades regionais, eram, na sua maior parte, resultado de uma política agrária e de urbanização, constituída pelo Regime Militar e pelos governos estaduais a partir de uma lógica de progresso e de modernidade. (SILVA, 2010, p. 146).

É possível dizer que a microrregião de São Miguel do Oeste divide-se em três regiões orientadas pela distribuição geográfica: Norte (Anchieta, Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Guarujá do Sul, Princesa e São José do Cedro – que corresponde a ADR de Dionísio Cerqueira); Central (Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Paraíso, Romelândia e São Miguel do Oeste – que corresponde, com exceção de Romelândia, a ADR de São Miguel do Oeste); e Sul (Iporã do Oeste, Itapiranga, Santa Helena, Mondaí, Riqueza, São João do Oeste e Tunápolis – que corresponde, com exceção de Mondaí e Riqueza, a ADR de Itapiranga).

Em relação a essas diferenciações, convém assinalar que a região Sul foi objeto de um projeto de colonização étnica, estabelecido sobre a distribuição equiparada dos lotes. No caso da região central, a dinâmica não se deu com tamanha organização, porém elencando alguns princípios de ocupação colonial do solo. Já no caso de parte da região Norte, parte significativa das terras (as melhores) foram objeto de demanda latifundiária, também por formarem os Campos de Palmas. Essas distinções internas, no contexto microrregional, são importantes do ponto de vista didático, não representando variações que justifiquem a utilização *stricto sensu* do conceito de uma nova região. Faz parte deste imaginário a subdivisão institucional em Agências de Desenvolvimento Regional, conforme tabela abaixo.

**Tabela 3 – Vinculação Institucional e Política dos Municípios do Extremo Oeste**

	Microrregião de São Miguel do Oeste	Agência de Desenvolvimento Regional
1	Anchieta	Dionísio Cerqueira
2	Bandeirante	São Miguel do Oeste
3	Barra Bonita	São Miguel do Oeste
4	Belmonte	São Miguel do Oeste
5	Descanso	São Miguel do Oeste
6	Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira
7	Guaraciaba	São Miguel do Oeste
8	Guarujá do Sul	Dionísio Cerqueira
9	Iporã do Oeste	Itapiranga
10	Itapiranga	Itapiranga
11	Mondaí	Palmitos
12	Palma Sola	Dionísio Cerqueira
13	Paraíso	São Miguel do Oeste
14	Princesa	Dionísio Cerqueira
15	Riqueza	Palmitos
16	Romelândia	Maravilha
17	Santa Helena	Itapiranga
18	São João do Oeste	Itapiranga
19	São José do Cedro	Dionísio Cerqueira
20	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste
21	Tunápolis	Itapiranga

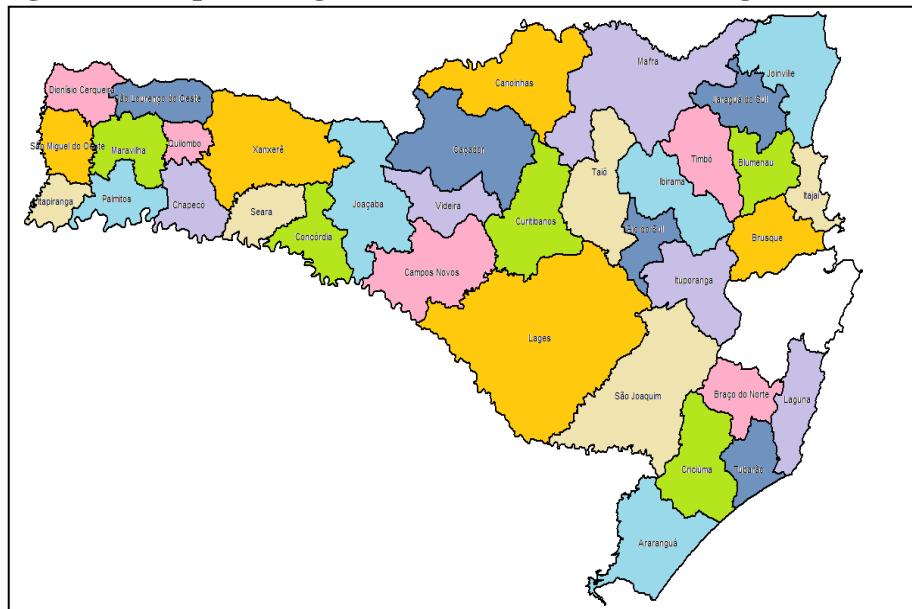
**Fonte:** IBGE; Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina.

A definição de microrregião é operada pelo IBGE. Já as ADRs são ambientes institucionais definidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina. O projeto de descentralização administrativa foi colocado em prática a partir do ano de 2003, quando o então governador Luiz Henrique da Silveira assumiu o poder. Inicialmente foram criadas 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional, conhecidas pela sigla “SDRs” (SANTA CATARINA, 2003). Institucionalmente, estavam subordinadas diretamente ao gabinete do governador do Estado. A justificativa era de que as secretarias serviriam como intermediárias

das demandas locais, ponderando as especificidades e promovendo desenvolvimento, competitividade e eficiência na administração dos recursos públicos.

Na teoria, as secretarias estariam vinculadas aos Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDRs), que era presidido pela chefia da SDR e contava com prefeitos, presidentes das câmaras de vereadores e dois representantes da sociedade civil. Estes representantes, porém, eram indicados pelo prefeito municipal (SANTA CATARINA, 2003).

**Figura 4 – Mapa das Agências de Desenvolvimento Regional - ADRs**



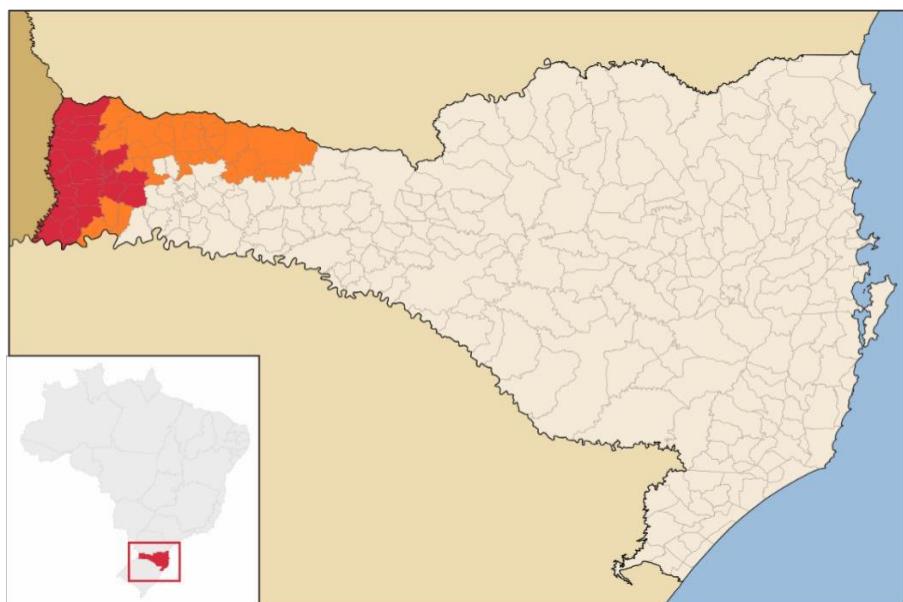
**Fonte:** Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina

Em 2005 foi criada a 30ª SDR em Dionísio Cerqueira (SANTA CATARINA, 2005) e em 2007 mais seis, Quilombo, Taió, Seara, Timbó, Itapiranga e Braço do Norte (SANTA CATARINA, 2007), totalizando 36 secretarias. O princípio de descentralização agradava, principalmente, aos municípios da região Oeste, considerada esquecida pelas autoridades políticas. Há, desde a década de 1920, um ranço dicotômico no plano discursivo que separa o litoral (privilegiado) do interior (abandonado). Por outro lado, os Conselhos produziam uma sensação de expansão democrática pela participação da sociedade civil. Em 2015 (SANTA CATARINA, 2015) a estrutura passou por uma remodelação, congregando 35 unidades que passaram a se chamar Agências de Desenvolvimento Regional.

Contudo, o papel das Secretarias Regionais cumpriu uma estratégia mais complexa. Ocorre que, a partir da eleição de 2002, organizou-se uma grande coligação partidária entre

adversários históricos. A chamada “Tríplice Aliança”<sup>17</sup> contava com o PMDB, DEM e PSDB. Esses partidos, principalmente PMDB e DEM foram rivais históricos no século XX. A articulação de coligação contava com a alocação de correligionários em cargos públicos de confiança, modelo já conhecido na história política brasileira. Até mesmo a estratégia de integração da região Oeste e Extremo Oeste com a Província de Missões, que esteve em pauta como projeto político, tornou-se uma articulação meramente burocrática<sup>18</sup>.

**Figura 5 – Região Metropolitana do Extremo Oeste de Santa Catarina**



■ Núcleo metropolitano; ■ Área de expansão metropolitana.

**Fonte:** Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina.

Em 2012, após articulação de autoridades da região, foi criada a “Região Metropolitana do Extremo Oeste” (Lei Complementar Estadual nº 571, de 24 de maio de 2012). É composta por 48 municípios e divide-se entre 21 municípios do chamado “núcleo metropolitano”

<sup>17</sup> O termo “Tríplice Aliança” é associado a eventos bélicos que contavam com a coligação de forças militares ou nacionais, a exemplo da Tríplice Aliança para formação do Império Asteca (1428), envolvendo as cidades-Estado de Tenochtitlan, Texcoco e Tlacopan; a Tríplice Aliança Europeia, em 1882, com Império Alemão, o Império Áustro-Húngaro e o Reino de Itália, que impactou na Primeira Guerra Mundial; e também a Tríplice Aliança Sul Americana, formada por Brasil, Argentina e Uruguai no contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870).

<sup>18</sup> As relações de fronteira, presentes na área de fronteira, são atenuadas pela marcante presença de reservas ambientais na Província de Missões. As vinculações são mais expressivas no município de Dionísio Cerqueira, cidade catarinense contígua a Bernardo de Irigoyen, na Argentina e também ao município de Barracão, no Estado do Paraná.

(Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Flor do Sertão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Iraceminha, Itapiranga, Maravilha, Paraíso, Princesa, Romelândia, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis) e mais 27 municípios da “área de expansão metropolitana” (Abelardo Luz, Anchieta, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Coronel Martins, Entre Rios, Formosa do Sul, Galvão, Ipuaçu, Iratí, Jardinópolis, Modelo, Mondaí, Novo Horizonte, Ouro Verde, Palma Sola, Riqueza, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Domingos, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista e Tigrinhos).

O objetivo da criação dessa região metropolitana parece ser o de acessar políticas públicas especificamente destinadas para essas áreas, prioritariamente para a resolução de problemas e para o fomento do desenvolvimento urbano. Não há, efetivamente, uma aglomeração ou dinâmica urbana que justifique o conceito de “região metropolitana” nesse território. Além de ser uma área com características rurais, contabiliza um conjunto relativamente pequeno de população. Expõe, por outro lado, um desejo de desenvolvimento via urbanização e uma percepção de que as características das cidades regionais simbolizem um triunfo sobre a ruralidade.

Segundo dados do IBGE, a estimativa de população da região para 2016 era de 179.680 habitantes. Destes, aproximadamente 66% ocupam as áreas consideradas urbanas. A renda média *per capita* é de R\$ 20.341,94. A população de aproximadamente 33% de moradores do meio rural expressa uma média bastante superior a da média nacional (15,6%) e evidencia a importância das atividades agropecuárias e do tecido social ruralizado.

Percebe-se que em 15 dos 21 municípios a população rural ainda é maior que a população urbana. Em números absolutos, são 42% da população vivendo no meio rural, segundo a classificação do IBGE. Sem considerar a definição de diferenciação técnica, é possível inferir na forte presença de uma identidade ruralizada em todos os municípios, haja vista sua formação histórica, a influência expressiva das atividades rurais e a circularidade de um ethos rural que informa boa parte das relações do cotidiano.

**Tabela 4 – Evolução Populacional na Região Extremo Oeste de Santa Catarina por Local de Domicílio entre 1991 e 2010.**

Município	1991			2000			2010		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Anchieta	8.972	2.385 (26,58%)	6.587 (73,42%)	7.133	2.443 (34,25%)	4.690 (65,75%)	6.380	2.586 (40,53%)	3.794 (59,47%)
Bandeirante	4.752	639 (13,45%)	4.113 (86,55%)	3.177	741 (23,32%)	2436 (76,68%)	2.906	931 (32,04%)	1.975 (67,96%)
Barra Bonita	3.795	241 (6,35%)	3.554 (93,65%)	2.118	256 (12,09%)	1.862 (87,91%)	1.878	279 (14,86%)	1.599 (85,14%)
Belmonte	3.749	611 (16,30%)	3.138 (83,70%)	2.588	952 (36,79%)	1.636 (63,21%)	2.635	1.273 (48,31%)	1.362 (51,69%)
Descanso	9.851	3.369 (34,20%)	6.482 (65,80%)	9.129	3.885 (42,56%)	5.244 (57,44%)	8.634	4.297 (49,77%)	4337 (50,23%)
Dionísio Cerqueira	13.720	5.233 (38,14%)	8.487 (61,86%)	14.250	8.610 (60,42%)	5.640 (39,58%)	14.811	10.191 (68,81%)	4.620 (31,19%)
Guaraciaba	11.618	3.530 (30,38%)	8.088 (69,62%)	11.038	4.365 (39,55%)	6.673 (60,45%)	10.498	4.924 (46,90%)	5.574 (53,10%)
Guarujá do Sul	4.776	1.835 (38,42%)	2.941 (61,58%)	4.696	2.271 (48,36%)	2.425 (51,64%)	4.908	2.655 (54,10%)	2.253 (45,90%)
Iporã do Oeste	8.760	2.222 (25,37%)	6.538 (74,63%)	7.877	2.851 (36,19%)	5.026 (63,81%)	8.409	4.122 (49,02%)	4.287 (50,98%)
Itapiranga	13.417	4.536 (33,81%)	8.881 (66,19%)	13.998	5.382 (38,45%)	8.616 (61,55%)	15.409	7.616 (49,43%)	7.793 (50,57%)
Mondaí	8.632	3.547 (41,09%)	5.085 (58,91%)	8.728	4.049 (46,39%)	4.679 (53,61%)	10.231	6.305 (61,63%)	3.926 (38,37%)
Palma Sola	9.125	2.743 (30,06%)	6.382 (69,94%)	8.206	3.192 (38,90%)	5.014 (61,10%)	7.765	4.468 (57,54%)	3.297 (42,46%)
Paraíso	6.017	863 (14,34%)	5.154 (85,66%)	4.796	1.302 (27,15%)	3.494 (72,85%)	4.080	1.451 (35,56%)	2.629 (64,44%)
Princesa	2.495	441 (17,68%)	2.054 (82,32%)	2.613	568 (21,74%)	2.045 (78,26%)	2.758	1.004 (36,40%)	1.754 (63,60%)
Riqueza	6.278	923 (14,70%)	5.355 (85,30%)	5.166	1.277 (24,72%)	3.889 (75,28%)	4.838	2154 (44,52%)	2684 (55,48%)
Romelândia	8.976	1.714 (19,10%)	7.262 (80,90%)	6.491	2.120 (32,66%)	4.371 (67,34%)	5.551	2008 (36,17%)	3543 (63,83%)
Santa Helena	2.981	450 (15,10%)	2.531 (84,90%)	2.588	740 (28,59%)	1.848 (71,41%)	2.382	882 (37,03%)	1.500 (62,97%)
São João do Oeste	8.549	824 (9,64%)	7.725 (90,36%)	5.789	1.494 (25,81%)	4.295 (74,19%)	6.036	2.119 (35,11%)	3.917 (64,89%)
São José do Cedro	15.178	5.389 (35,51%)	9.789 (64,49%)	13.678	6.659 (48,68%)	7.019 (51,32%)	13.684	8.447 (61,73%)	5.237 (38,27%)
São Miguel do Oeste	30.012	23.895 (79,62%)	6.117 (20,38%)	32.324	27.392 (84,74%)	4.932 (15,26%)	36.306	32.065 (88,32%)	4.241 (11,68%)
Tunápolis	5.420	1.047 (19,32%)	4.373 (80,68%)	4.777	1.217 (25,48%)	3.560 (74,52%)	4.633	1.418 (30,61%)	3.215 (69,39%)
Total	187.073	66.437 (35,52%)	120.636 (64,48%)	171.160	81.766 (47,77%)	89.394 (52,23%)	174.732	101.195 (57,91%)	73.537 (42,09%)

Fonte: IBGE, PNUD, Ipea e FJP.

## 2.4 – A Migração dos Jovens Rurais como Ruptura Social

Ao tratar de juventudes rurais, há uma polissemia de temas e abordagens como a própria categoria analítica plural o indica. Essas variações e diversidades são também fruto das categorizações entre rural e urbano, que sustentaram as nomenclaturas de atores de um chamado “mundo rural”. Nesse mundo de múltiplas faces, a juventude tem aglutinado olhares perspicazes nos últimos anos. Por que os jovens do rural passam a configurar um arcabouço privilegiado de pesquisas?

Porque formam uma massa diversa de projetos de vida vinculados a multiplicidades de espaços e tecidos sociais. Estão vinculados não só a um novo rural, mas produzem novas percepções sobre o rural e sobre o urbano, rompendo, talvez, com essa engessada classificação dicotômica. Eles formam um grupo que contradiz expectativas, tais como a do fim do rural, mas questionam um rural geracionalmente datado, tido como antiquado, atrasado. São os novos agricultores e vão além dessa atividade, pluriativos e conectados que estão. Nessa acepção estão vinculados às dinâmicas de produção de alimentos, uma das mais importantes atividades a que está inserida à multifuncional agricultura familiar<sup>19</sup>.

Há, nesse processo, uma configuração de estudos que indicam dois caminhos preponderantemente palmilhados pelos pesquisadores. Um é o pressuposto da saída (ruptura)<sup>20</sup> dos jovens do meio rural, vinculados principalmente a questão da sucessão. Outro é o da permanência dos jovens no meio rural, tema que está associado a uma variedade mais complexa de questões. Embora esteja ligado à sucessão, está espraiado por inferências mais complexas por se tratar de um comportamento não tendencial. Essa variação das bases decisórias pode estar associada a uma construção de sentidos, significados e representações mais complexificadas e polissêmicas.

O termo ruptura não expressa uma completa desvinculação, ou mesmo uma anulação de relações. Sua acepção, porém, indica uma transformação mais efetiva no sentido dos elos afetivos que se estabelecem no processo de identificação entre a realidade de trabalho e de vida.

<sup>19</sup> A concepção da multifuncionalidade da agricultura familiar é apontada por Cazella et al. (2009).

<sup>20</sup> A noção de ruptura pode expressar melhor a questão da saída dos jovens do meio rural, haja vista que não se trata apenas de sair de um espaço para outro. Significa uma transformação no projeto de vida estabelecido por ligações que ultrapassam uma atividade de trabalho e renda, mas que abarcam um modo de vida, em geral, consubstanciado por relações de sentimento afetivo.

A terra representa elementos de simbolismo em um mundo circunscrito em grande medida à família e à comunidade. Há, na prática, uma tendência a essa ruptura. Capitaneada principalmente a partir da década de 1970, vê-se corrente e crescente até o início da década de 2000. Entre 2000 e 2010, o ritmo da migração de jovens demonstrou desaceleração e indicou uma maior permanência dos jovens na atividade rural (VALADARES et al., 2016).

Conforme apontam Valadares et al. (2016), a temática da juventude tem assumido papel cada vez mais relevante no sentido da discussão dos processos de permanência. Essa dinâmica de discussão vai na contramão dos estudos que se avolumam em relação aos processos de saída dos jovens do meio rural. Essa constatação é referenciada também nas pesquisas de Elisa Guaraná de Castro (2005; 2009), que tornou claro o deslocamento epistemológico entre os que ficam e os que saem, e complexificou uma conjuntura que geralmente é tratada como uma dicotomia rural-urbana. Os jovens que ficam ou os jovens que saem são atores sociais motivados por uma miríade de elementos e situações que tangenciam tantos elementos estruturais objetivos, quanto elementos simbólicos e subjetivos.

A perspectiva da saída dos jovens do meio rural engendra uma relação de ruptura. Quando se trata do mundo rural é imperativo considerar sua característica de lugar de vida, para além de um local de ocupação e de trabalho. Se essa questão é inescapável, a perspectiva de permanência e de saída são mais complexas que uma simples mudança de vinculação trabalhista. O próprio termo “mundo rural” passa a agrupar um conjunto diverso de variáveis que se articulam afetivamente. Nessa lógica, deixar o rural significa romper com laços de identidade que substanciam expectativas sociais e de projetos de vida. Essa ruptura, claro, não é uma acepção ou uma desvinculação completa. Ela ocorre porque se torna imperativo assumir novos papéis e posições sociais, a partir da alteração entre a realidade rural e urbana. A ruptura pontua um momento difícil de tomada de posição em relação a vida dos jovens.

Ao complexificar a saída, para além de um novo emprego, também é palpável a necessidade de analisar com maior profundidade a permanência. Ela é uma decisão tão complexa quanto a ruptura. Há uma interpretação dual que considera a saída como opção dos mais aptos e a permanência como uma escolha forçada pela falta de perspicácia para romper com o rural e as possíveis dificuldades de vinculação com o meio urbano.

Essa visão reforça a imagem do rural como lugar inferior, de dificuldade, espaço onde só permanecem os brutos, os pouco sagazes e matutos. Essas interpretações e visões, senão

totalizantes, são preponderantes e configuram uma noção geral de depreciação. Se é uma produção do imaginário, logo, os efeitos e posicionamentos dos atores são também subjetivos e tecidos numa complexa rede de sentimentos e definições.

Existe, certamente, uma tendência de urbanização que realoca populações rurais por meio da migração. O Brasil passa, inexoravelmente, por um processo de urbanização, fruto ainda da expansão de áreas econômicas desvinculadas do setor primário. Além disso, o agronegócio desaloja parcelas significativas da população rural, seja por meio da modernização tecnológica, seja pela coação em direção às áreas de campesinato historicamente constituídas. Essa migração, contudo, não significa em todos os casos uma mudança positiva nos projetos de vida dos atores sociais. É possível tratar de uma tendência como parte de uma explicação, mas ela por si só não constitui a compreensão tácita sobre os fenômenos sociais. Isto é, apontar a migração rural-urbana como uma tendência não exime o analista de entender como e porque essa tendência opera, além de indicar os processos de variação que o compõem.

O êxodo rural é, em parte, explicado não como uma oportunização qualificada no meio urbano, o que colocaria a saída como opção prestigiada. É, em muitos, casos uma fatalidade, fruto da ausência do Estado ou da ação perniciosa ou deficitária do mercado. A imagem negativa do rural é reforçada pela inexistência de serviços e constitui uma agenda de depreciação que retroalimenta sua fragilização. No entanto, a fragilização não é sinônimo de depreciação por parte das pessoas que o constituem.

Vê-se que, no caso em estudo, historicamente a migração de jovens obedece aos processos de liberação de mão de obra em finais da década de 1970. No entanto, atinge diretamente as famílias que acessam imediatamente os pacotes tecnológicos. Várias famílias mantiveram sua dinâmica de reprodução até o final da década de 1980, considerando aí o marco efetivo para a derrocada das atividades de subsistência como aparato de sustentação de famílias adensadas.

Em meados da década de 1990, ocorre um afluxo de migração familiar, isto é, o abandono da atividade rural pelo grupo familiar como um todo. Suas propriedades foram incorporadas por unidades mais aquinhoadas ou serviram para alocação de novos agricultores, nomeadamente jovens oriundos de famílias em melhores condições financeiras.

Uma característica marcante na dinâmica regional é a referência que a cidade de São Miguel do Oeste exerce em relação aos demais. Como cidade polo, congrega vários serviços

públicos na área da saúde, tributária, jurídica e educacional. Para além da congregação pública, situa serviços privados de importante aderência, e personifica-se como modelo, imagem e referência de urbe.

No imaginário social local, São Miguel do Oeste é uma grande cidade, embora tenha menos de 40 mil habitantes. Mesmo que congregue serviços e alguns edifícios, é difícil classificá-la como uma cidade de fato, seguindo as provocações de José Eli da Veiga (2002). Todavia, se não reporta elementos dessa classificação, aparece significada dessa forma. Ou melhor, a cidade é assim compreendida, assim personificada, com status qualitativo.

Num exemplo geracional da organização colonial, é possível definir a primeira geração de colonos como migrantes; a segunda geração como agricultores fixos; a terceira geração é entendida como de novos migrantes. Estes últimos fazem a migração rural-urbana e não mais rural-rural. Há uma dupla representação da migração do rural para o urbano. Uma delas é associada como um processo que envolve o aumento da pobreza. Noutra, ao contrário, é oportunidade de aumento da riqueza. Mas essas percepções são produzidas pela literatura ou como elementos discursivos sociais? É difícil definir que os migrantes melhoraram ou pioram sua condição.

Provavelmente, em relação aos critérios objetivos, há melhorias. No entanto, no sentido da qualidade de vida, talvez outras variáveis possam ser discutidas. Em algum sentido, as “fugas” do ambiente rural expressam uma exclusão social recorrente, seja econômica, seja pela condição geracional, de gênero, etc. Exemplo dado por Renk (1999) é a quantidade significativa de jovens rurais que se tornam professores. A docência se torna uma opção financeira viável, dado o menor custo que a formação impõe.

É premente compreender quem migra e quem fica. Em geral, migram jovens de variadas condições sociais, tanto os que possuem restrições econômicas quanto aqueles que possuem pujança de renda. Se há essa variação, a tese das representações faz mais sentido e desloca os chamados critérios objetivos da tomada de decisão. Para alguns, é a falta de condições. Para outros, pode significar libertação.

Exemplo paradigmático é o da migração para prestação de serviços gastronômicos no Sudeste do país. Muitos jovens migraram para trabalhar em churrascarias de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente no período de 1995-2005. Havia, como aponta Renk (1999), uma reserva de mercado nesses estabelecimentos para jovens do Sul. Seriam os funcionários ideias,

já que não manifestavam contrariedade em relação as longas jornadas e mantinham um comportamento de submissão, como corpos docilizados (FOUCAULT, 1999). Essa percepção pode ser aproximada mais como uma variação da auto exploração, indicada por Chayanov (1974), em relação à mentalidade camponesa.

O processo de decalagem de muitos jovens em relação ao mundo rural está associado a muitos fatores. A renda é o principal argumento acionado, embora não explique por si só essa assincronia. Os ultimogênitos, porém, recebem o peso da perspectiva da permanência como um dever moral. É o aspecto da permanência analisada como oportunidade geracional, mas também como fatalidade. Quando não há sucessão negociada, a tendência é que as famílias, neste caso representadas pelos pais já idosos, abandonem o campo para se aproximarem dos filhos no meio urbano. A aposentadoria significa, prioritariamente para as mulheres, uma libertação.

Na região Extremo Oeste de Santa Catarina, os jovens parecem manifestar um conjunto de representações que os vinculam ao *ethos* rural impresso pelo processo de colonização. Isso infere sua ligação aos estratagemas históricos, étnicos e geracionais. Ao saírem do meio rural estariam rompendo com esse conteúdo heurístico. Porém, a migração intrarregional, isto é, sair do meio rural para residir na sede de seu município – ou da região – não representa, de fato, uma ruptura. Tende a reforçar uma tentativa diferencial de permanência, na qual sua conexão com o rural é prolongada, ainda que se torne matizada pela pluriatividade. Quando migra para centros urbanos distantes é que a ruptura é efetivada. Nesse sentido, é importe compreender a espacialidade desses deslocamentos.

De acordo com Valadares et al. (2016), os dados do censo de 2010 indicam que ocorreu um aumento no percentual de permanência no campo. A explicação desse processo vem das melhorias gerais que se desenrolaram no meio rural, além das políticas públicas que atenderam demandas especificamente do público jovem. Essas políticas são fruto da mobilização e da organização da juventude e da juventude rural como categorias sociais e políticas. A expressão mais palpável dessas políticas se revela na melhoria dos níveis de consumo alcançados pelas populações rurais, principalmente em relação a serviços básicos.

Aparentemente, a organização e a ampliação do acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para a promoção da cidadania conseguiram desacelerar em alguma medida a saída de jovens do campo. Ou seja, mesmo em um cenário ainda bastante hostil à agricultura familiar, uma hipótese pertinente para explicar o aumento da permanência diz respeito às “pequenas” conquistas dessa população, que contaram

ao longo dos anos 2000 com um incremento considerável da renda, com notável reflexo no padrão de consumo de bens duráveis, incluindo veículos automotores; melhoria nas condições de infraestrutura, com ampliação significativa do acesso à energia, à água, à telefonia e à internet; ampliação do acesso e da importância das políticas sociais, em especial as transferências de renda e a previdência social, que tem seu piso atrelado ao salário mínimo; crescimento do acesso a políticas produtivas, tais como reforma agrária, crédito, assistência técnica, PAA, PNAE, entre outras. (VALADARES et al., 2016, p. 68).

Entre as principais políticas públicas com vinculação direta com a juventude rural, Barcellos (2014) destaca a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ); a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); a constituição do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve); o Pronaf-Jovem; o Programa Nacional de Crédito Fundiário – Nossa Primeira Terra (PNCF-NPT); além do fomento e da relação profícua do governo com os movimentos sociais relacionados à juventude rural.

No contexto da pesquisa empreendida por Valadares et al. (2016), há uma necessidade de desconstruir o discurso da permanência como uma alternativa aos menos aptos, aos menos capacitados de uma inserção qualificada no meio urbano. Se a permanência não ocorre por conta dessa fatalidade (SILVESTRO et al., 2001), poder-se-á dizer o contrário, de que a saída é a fatalidade?

Na pesquisa realizada por Kummer (2013a), a tendência efetiva demonstrada pelos jovens era de desejo pela permanência, embora poucos admitiam que seria possível realizar esse projeto de vida. Por outro lado, a migração para o meio urbano não era exatamente classificada como fatalidade, mas como uma “outra” opção, que apresentava perdas e ganhos.

É complexo definir esses processos decisórios com base numa percepção linear e binária. Não existem apenas duas opções, embora que se reduzirmos os paralelos acabam restando duas proposições iniciais, que por outros caminhos podem se intercambiar, vide os novos arranjos produtivos. De toda forma, essa não parece ser a opinião de Valadares et al.

A compreensão desse fenômeno delineia uma agenda de pesquisa rica. Se algo já nos parece claro, entretanto, é que a decisão entre ficar e sair do campo não pode ser compreendida como uma decisão privada, resultado da subjetividade dos sujeitos. As decisões são conformadas em contextos específicos, que podem ser radicalmente alterados pelos instrumentos de políticas públicas. (VALADARES et al., 2016, p. 71).

Nesse sentido, discorda-se dos autores, pois as percepções sobre as dinâmicas sociais objetivas também são variadas e tecidas conforme uma miríade de relações, representações e significados estabelecidos pelos sujeitos. Não se trata de dizer que tomam a decisão tomando como referência o *self*, unicamente, mas compõem essa decisão de dados que os chegam e são interpretados de maneiras variadas. Sem dúvidas as políticas públicas e as condições objetivas de vida no campo são preponderantes, mas passam também por essa dinâmica de análise de cada indivíduo. Com isso, não se está apontando uma característica individualista das decisões, mas seu caráter de diversidade e variação numa mesma amostra de análise. Essas questões poderão ser melhores analisadas em amostras de campo que estão em curso no arcabouço desse estudo.

### **3. CAPÍTULO 3 – O RURAL E O URBANO REPRESENTADOS**

#### **3.1 – Historicidade das Classificações Rurais e Urbanas**

Ao classificar espaços e territórios de ocupação, tipos de organização, culturas desenvolvidas e modos de vida, é comum utilizar-se das categorias de rural e urbano. Essas definições binárias, apesar de arraigadas na memória e nas percepções cotidianas, não são unanimidade entre os estudiosos.

Em termos gerais, tornou-se comum separar agrupamentos humanos rurais e urbanos, estabelecendo um conjunto de características específicas a um e outro. O rural foi, e em certo sentido ainda é, definido por sua relação com a natureza, com as práticas de produção de alimentos, com uma vida mais pacata e com uma percepção de atraso. Já o urbano assumiu a percepção de local de desenvolvimento, das práticas comerciais e depois industriais, onde a civilização e as grandes realizações têm proeminência, consubstanciando o lugar da modernidade. Essas adjetivações, é claro, são frutos de um processo longo de generalizações, por um lado, e de simplificações por outro. Organizam-se, principalmente, em torno de noções de senso comum, embora tenham encontrado ressonância em ponderações teóricas.

Desde muito cedo as discussões sobre como classificar o rural foram, em geral, bastante polêmicas. Seja na expressão histórica que se efetiva com a diferenciação de um urbano pós-medievo e moderno, seja numa valoração de aspectos triviais, esse é um tema complexo. José de Souza Martins, em texto emblemático, (1981), alertava sobre essas dicotomias produzidas longe da realidade prática. O paradigma reside na existência de realidades específicas no rural e no urbano que justifiquem tratamentos particulares.

A abordagem de Martins é uma tentativa de analisar as especificidades e a constituição da Sociologia Rural como um ramo da Sociologia que trata de um mundo à parte, isto é, o rural. Para o autor, a formação da Sociologia enquanto ciência guarda uma relação ambígua com o conservadorismo e com o cientificismo. Demonstra que as ambiguidades no processo de produção do conhecimento sociológico residem na elaboração de diferenças entre o medieval (feudal) e a modernidade (capitalista)<sup>21</sup>. A justificativa em que se assenta a formação da

<sup>21</sup> Bruno Latour (1994) interpôs célebre questionamento sobre o princípio de modernidade unívoca em relação a sociedade constituída sob os cânones capitalistas, apontando o fato de que ela é também uma expressão discursiva que subsidia interesses da construção social da realidade.

Sociologia como ciência é baseada na existência de uma “realidade nova” produzida pelas revoluções políticas e econômicas dos séculos XVIII e XIX. Essas construções discursivas fazem parecer que a realidade é ambígua, embora a ambiguidade seja uma construção do analista ao pressupor as dicotomias. É importante compreender, portanto, como noções contraditórias e ambíguas da sociologia estão presentes no caso de sua variante rural, ou melhor, quais as ambiguidades da Sociologia são também ambiguidades da Sociologia Rural.

Na expressão de Martins (1981), o rural e o urbano tornam-se ambiguidades ao serem classificados dicotomicamente, principalmente pela relação natural/social. Assim, no desenvolvimento da Sociologia Rural, acaba-se por produzir um conhecimento de rural que valorize o urbano. Ocorre que um dado historicamente situado se constrói como uma espécie de “imperfeição da realidade”, que nada mais é que a dualidade analítica. A Sociologia criou o rural como ambiguidade e propõe, num momento de crise, com a Sociologia Rural, a superação dessa dualidade valorizando o urbano. A produção de conhecimento da própria Sociologia Rural pode ser interpretada, portanto, como tentativa de superar o rural.

De toda forma, o rural parece manter sua especificidade se pensado como uma construção identitária entre seus supostos membros. Resguardaria sua importância tanto para aqueles que o compõem e o vivem diretamente, quanto para aqueles que buscam analisá-lo para compreender o local imediatamente oposto, mas correlato a ele, isto é, o urbano. Essa premissa, contudo, é também um efeito das noções teóricas que subsidiaram a definições e nomenclaturas expressas no discurso público cotidiano. O efeito da ideologia em relação à construção de uma realidade específica torna-se evidente neste caso.

Esse debate persiste, talvez, porque a necessidade de classificação dual ainda se mantenha em evidência. Quando se discute o rural, se está analisando também o urbano, em geral em suas características variáveis e opostas. Esse é um conjunto conceitual contemporâneo, que intitula uma paridade e uma necessidade entre ambos como categorias explicativas de realidades sociais distintas. Todavia, convém analisar em que momento essa produção conceitual<sup>22</sup> estabeleceu essa suposição.

Embora seja bastante impreciso, do ponto de vista histórico, a produção e utilização dos conceitos de rural e de urbano parecem ter se tornado comuns na transição da Idade Média para

---

<sup>22</sup> Essa percepção está ancorada nas proposições de Reinhart Koselleck (1992), no sentido da produção histórica dos conceitos.

a Idade Moderna e se efetivado com o triunfo da Revolução Industrial. As diferenciações entre os espaços e os modos de vida, porém, remontam a períodos muito mais antigos. Nessa tarefa é inexorável reconhecer que se trata de “percepções” e não de dados efetivos, pois a própria noção do dado seria desconsiderada sem sua validação ideológica. Logo, esse processo tem relação com a formação da cultura humana.

Os primeiros homens chamados “modernos”, nomeadamente a espécie do homo sapiens, produziram as condições para sua sobrevivência e seu desenvolvimento por meio de atividades de caça, pesca e coleta. Utilizando-se da capacidade racional, agiram estrategicamente para produzir abrigos, armas, montar armadilhas, organizar os grupos, debelar crises, subjugar ameaças. Esse conjunto paradigmático de desenvolvimento é comumente tratado pela Pré-História, dividindo-a em fases técnicas e produtivas, mais conhecidas por Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais (AQUINO et al., 2003).

O Paleolítico – Idade da Pedra Lascada – se caracterizou por atividades de caça, pesca e coleta. Havia, portanto, uma maior dependência em relação aos recursos necessários a subsistência e uma maior correlação de esforços entre os membros dos bando, clãs, aldeias, etc. Nessa conjuntura, a divisão social do trabalho era pouco especializada, e o nomadismo uma necessidade objetiva. Essa dimensão é transformada com a invenção da agricultura, na chamada Revolução Neolítica (há menos de 10.000 anos), ocorrendo de maneiras díspares em regiões com proximidade de cursos d’água. (MAZOYER & ROUDART, 2010). A partir daí, potencializou-se uma oferta constante e excedente de alimentos, permitindo maior sedentarização. Como apontam Mazoyer e Roudart (2010, p. 45), “a agricultura neolítica se expandiu pelo mundo de duas formas principais: os sistemas pastorais e de cultivo de derrubada-queimada”.

A relevância analítica é menos sobre o sistema técnico e mais sobre as consequências práticas da agricultura. O fato é que os sistemas de derrubada-queimada promoviam a ocupação extensiva de áreas de cultivo, assim como o pastoreio, com um fator especial em relação ao último: a progressiva ideia de posse e propriedade privada dos animais e da terra. Essas novas formas de propriedades expandiram a noção de trocas e assim uma especialização de tarefas, também chamada de divisão social do trabalho. Com essas condições surgiram agrupamentos deslocados de locais de cultivo ou pastoreio e mais envolvidos com a dinâmica das trocas. Surgia, entre a Idade dos Metais e o início da Idade Antiga, a cidade. Essas formações de

“ajuntamento fixo” expandiram o quantitativo populacional e a importância social de sua existência. Em geral, as formações urbanas seguem uma classificação evolutiva entre a cidade: Antiga; Islâmica; Medieval; Renascentista; Barroca; Moderna/Industrial (GOITIA, 2011; BENEVOLO, 1993).

De maneira didática, seria lícito supor que o mundo rural surgiu antes do mundo urbano. A questão, contudo, não é tão simples e nem se adequa exatamente a um reducionismo dessa natureza. Ocorre que a diferenciação rural-urbano, em sua forma mais básica, só poderia surgir quando esses espaços foram apropriados, definidos e narrados como opostos e diferentes. Simplificando, a ideia de urbano está ligada a uma ideia de rural e vice-versa, logo seu surgimento como noção é correlato ao início da Idade Antiga, numa percepção muito tênue, mas expandida na Idade Moderna, como já apontado.

As cidades surgiram na história como espaços de divisão social do trabalho e locais de dominação religiosa, política e militar (SPOSITO, 2000). Contudo, ainda seguindo as ponderações de Sposito, as formações urbanas do período moderno, já sob a orientação do capitalismo, assumiam um papel de libertação. O ar de liberdade citadino se explica por ser uma alternativa à servidão feudal e ao processo histórico de ruralização ocorrido durante a Idade Média.

O processo é lento, e ao mesmo tempo em que vão ocorrendo estas transformações ao nível do econômico e do social, as ideias, o ideológico, vão também se “modernizando” – começa a se organizar o ideário que marcará a Idade Moderna. Nas cidades – território do capitalismo – vão se instituindo novas “ordens”. Novas leis dão legitimidade e apoio à ação capitalista. (SPOSITO, 2000, p. 35-36).

Com base nessa interpretação, pode-se dizer que não há um modelo histórico de desenvolvimento urbano. A cidade em si não é um conceito correlato de todos os tempos, mas “as cidades”, múltiplas, diversas e de específicas formas definem melhor sua própria processualidade. É inegável que o símbolo de cidade moderna, que surge a partir do século XIV extrapola os aspectos de comércio e incorpora a indústria para seguir centralizando as dinâmicas ideológicas na Idade Contemporânea. Ainda aí ela não deixa de se metamorfosear.

Como defende Singer (1973), o capitalismo é uma formação econômica eminentemente urbana, dadas as relações produtivas e distributivas que se irradiam “a partir” das cidades. Pesa, nessa relação, o papel das atividades industriais e do setor de serviços, nomeadamente o

comércio. No entanto, como adverte Sposito, a cidade não é sinônimo de capitalismo: “os espaços não são apenas urbanos; existe a cidade e o campo. O modo de produção não produz cidades de um lado e campo do outro, mas ao contrário, esta produção compreende uma totalidade, com uma articulação intensa entre estes dois espaços” (2000, p. 63).

As primeiras cidades teriam surgido na região do crescente fértil, mas especificamente na região da Mesopotâmia. Muitos acreditam que a cidade de Quish tenha sido o primeiro aglomerado urbano da história, donde se seguiram as cidades de Eridu, Nipur, Uruk e Lagash, embora a discussão seja mais complexa (AQUINO et al., 2003). O conceito de cidade que se utiliza nessa acepção é o de uma aglomeração organizada por meio de leis e com uso da escrita, portanto associando a prerrogativa de cidade como local da civilização. Não se trata do conceito de civilização moderna, mas da diferenciação entre os elementos de primitivismo – associados ao Paleolítico, Neolítico e a Idade dos Metais –, e o início da “História”<sup>23</sup>. A História seria uma produção eminentemente urbana, centrada na escrita, na divisão social do trabalho e do desenvolvimento de uma nova consciência de si, fato que constitui a figura do historiador junto aos demais “pensadores”.

Na percepção de Benevolo (1993), a cidade representa uma força evolutiva. Melhor dizendo, a cidade é expressão da evolução humana. Seu argumento é de que as três grandes transformações da história humana influenciaram tanto o surgimento, quanto o desenvolvimento das experiências urbanas: Revolução Neolítica, Revolução Urbana da Idade do Bronze e a Revolução Industrial no século XVIII-XIX. Essa leitura reifica a ideia de cidade e estabelece uma leitura etapista do desenvolvimento humano, erigindo sob a cidade um totem de contemplação.

A cidade, centro motor desta evolução, não só é maior do que a aldeia, mas se transforma com uma velocidade muito superior. Ela assinala o tempo da história civil: as lentas transformações do campo (onde é produzido o excedente) documentam as mudanças mais raras da estrutura econômica; as rápidas transformações da cidade (onde é distribuído o excedente) mostram, ao contrário, as mudanças muito mais profundas da composição e das atividades da classe dominante, que influem sobre toda a sociedade. Tem início a aventura da “civilização”, que corrige continuamente as suas formas provisórias. (BENEVOLO, 1993, p. 26).

<sup>23</sup> A definição de História empregada nesse contexto não diz respeito exatamente a História como ciência, mas a noção de História como marco temporal, em oposição ao período pré-histórico.

Percebe-se que as sociedades antigas do Oriente Próximo alcançaram níveis produtivos significativos, aumentando os excedentes e dinamizando as relações de trocas. Era uma nova economia na qual, como destaca Benevolo (1993), a cidade alcançava um domínio técnico e militar sobre o campo. Em geral, os terrenos urbanos se tornavam propriedades privadas, enquanto que a maior parte das terras cultiváveis pertencia ao governo ou as autoridades religiosas. As cidades islâmicas, por outro lado, se organizaram numa orientação de maior compactação e simplicidade, seguindo prerrogativas do Alcorão, donde as representações simbólicas e artísticas foram sedimentadas por uma funcionalidade objetiva. As mesquitas, no entanto, abarcam princípios de arquitetura e de ocupação do espaço de maneira mais expansiva. Já as cidades medievais, embora resistissem ao processo de ruralização, tinham um papel marginal no processo de sociabilidade (BENEVOLO, 1993).

Manuel Castells define a existência de dois sentidos para o termo urbanização: “1. Concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade; 2. Difusão dos sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado ‘cultura urbana’” (1983, p. 39). A pergunta de Castells, nesse sentido, abarca os critérios de definição dos fenômenos urbanos: “a partir de que nível de dimensão e densidade uma unidade espacial pode ser considerada como urbana?” (1983, p. 40). Seguindo essa dúvida, a dicotomia entre rural e urbano só se sustenta em relação a escolha de determinados critérios. Melhor dizendo, a escolha de critérios específicos é que mantém essa diferenciação. Se o conjunto de critérios for alterado, a dicotomia pode perder o significado (CASTELLS, 1983).

Percebe-se que as primeiras cidades que surgem por conta do excedente produtivo, após a Revolução Neolítica, são fruto da divisão social do trabalho. Essa divisão, entretanto, não expressa uma separação entre rural-urbano, mas estabelece sua complementaridade, uma vez que a produção das formas sociais estava ligada aos processos de produção (CASTELLS, 1983). Castells indica ainda que, ao longo da história, as cidades tornaram-se o local da “superestrutura político-administrativa”. A cidade antiga congregava especificamente essa centralidade de poder político e não necessariamente das questões produtivas. Era um controle ideológico que definia as relações estruturais. No período medieval, a cidade assumiu um papel secundário em relação às atividades de subsistência, porém resguardava para si as dinâmicas comerciais, que lentamente se tornam mais presentes no cotidiano e fizeram seu papel social ganhar destaque. Eram cidades autônomas e em geral desvinculadas do poder feudal ruralizado.

As Cruzadas e o aumento populacional fizeram aumentar a demanda por produtos e aceleraram as trocas mercantis. Se há mercado, há manufaturas e um influxo de divisão social de trabalho que fortalece a posição das cidades.

O progresso técnico não só permitiu a concentração urbana como foi também seu produto e seu produtor, visto que seu processo de desenvolvimento está ligado às atividades industriais. Essa transformação crescente dos papéis sociais da cidade é um fenômeno do triunfo das relações capitalistas. Do ponto de vista estrutural, a indústria promove, por si só, a urbanização onde as condições de acesso à matéria-prima são essenciais. É assim que comunas rurais se urbanizaram a partir do advento de unidades industriais que, ao gerar a demanda por mão de obra, exercem atração de migrantes e desenvolvem também uma estrutura de serviços e abastecimento de itens básicos. Há uma complementaridade econômica estrutural e estruturada. O eixo norteador não é o desenvolvimento tecnológico, mas a ideologia capitalista. Portanto, é o lucro que orienta a disposição urbana (CASTELLS, 1983).

Essa perspectiva fez surgir uma interpretação que associa diretamente o crescimento urbano com crescimento econômico e mesmo com o desenvolvimento. Conforme Castells (1983), essa percepção não se efetiva de fato, pois os processos de urbanização são, em geral, diversos e influenciados por múltiplas variáveis. A tese da correlação indissociável e única entre urbanização e industrialização não é uma constante e é marcada por complexas variáveis assimétricas.

Com a industrialização, as áreas rurais assumem a nova função de liberarem, conforme a demanda, contingentes de mão de obra barata e pouco qualificada para as atividades urbanas (FERRÃO, 2000). Esses trabalhadores acessavam ocupações mais penosas e eram subjugados

a jornadas de trabalho mais extenuantes. Os polos urbanos que congregam maior atividade industrial distanciam as relações mais simbióticas antes existentes com relação às áreas rurais.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo rural sofre a ruptura interna, dividindo-se em rural moderno e rural tradicional. Esse movimento é identificado como “industrialização da agricultura” (FERRÃO, 2000). O resultado prático foi uma mudança de percepção, que expõe níveis de modernidade em alusão aos modos de vida variados.

Começa, assim, a ganhar consistência uma *nova dicotomia pós-rural/urbano*, que valoriza antes a oposição existente entre um mundo moderno (que pode ser urbano-industrial ou rural) e um mundo arcaico (predominantemente rural). É verdade que continua a persistir a ideia de que o mundo rural se encontra num processo estrutural de

marginalização econômica, social e simbólica. Mas a forte mercantilização da produção agrícola em massa vem deslocar a fronteira das grandes oposições, chamando a atenção para o fato de nem todas as áreas rurais estarem condenadas aos processos de agonia do "velho" mundo tradicional. (FERRÃO, 2000, p. 47, grifos do autor).

Se a urbanização é pensada em relação ao crescimento econômico, é necessário considerar uma diferença pertinente entre cidade e metrópole. Segundo Françoise Choay (1970), as metrópoles já existiam na antiguidade, como Nínive, Babilônia, Roma e Alexandria. Porém, nessa época as metrópoles eram exceções, casos extraordinários. No século XX as metrópoles se tornaram a própria expressão de uma era de modernidade em expansão. Esse sentimento de modernidade e evolução é o resultado de um processo de urbanização vinculada à indústria.

Nas palavras de Choay: “a sociedade industrial é urbana. A cidade é seu horizonte. a partir dela surgem as metrópoles, as conurbações, os grandes conjuntos habitacionais” (1970, p. 9). Isso não resulta em definir a cidade a partir da indústria, mas reconhecer que a cidade moderna tem uma ligação muito efetiva com as formas do sistema fabril e seus efeitos nos setores de serviços e na própria relação com os espaços produtivos primários e com o mundo rural.

O crescimento das cidades teve seu “boom” com a Revolução Industrial, drenando populações rurais. A urbanização tem relação direta com os níveis de industrialização dos países ou regiões. Nesse processo, a burguesia teve papel destacado, tanto que o termo “urbe” define o local de moradia dos burgueses (AQUINO et al., 2003). Somada a essa acepção de função econômica, agregam-se contingentes de migrantes dos campos, expulsos de suas terras e, ao mesmo tempo, atraídos para as cidades pela passagem de um sistema doméstico para um sistema fabril centralizado por decisões de mercado. Significava que a indústria se aproximava não da cidade em si, mas dos mercados potenciais urbanos.

Enquanto local do mercado, a cidade é o espaço da liberdade. Georg Simmel (1973) chama atenção para a luta histórica que a humanidade travou por liberdade e por autonomia individual em relação às forças sociais e em relação à natureza. Este é um aspecto do fortalecimento da esfera individual, ancorada num embate de poder. É um jogo compreendido pelo processo de especialização das atividades.

O século XVIII conclamou o homem a que se libertasse de todas as dependências históricas quanto ao Estado e a religião, a moral e a economia. A natureza do homem, originalmente boa e comum a todos, devia desenvolver-se sem peias. Juntamente com maior liberdade, o século XVIII exigiu a especialização funcional do homem e seu trabalho; essa especialização torna um indivíduo incomparável a outro e cada um deles indispensável na medida mais alta possível. Entretanto, esta mesma especialização torna cada homem proporcionalmente mais dependente de forma direta das atividades suplementares de todos os outros. (SIMMEL, 1973, p. 11).

Nesse sentido, o crescimento populacional na Idade Moderna promoveu a busca por espaços de diferenciação individual, preponderantemente nas grandes cidades ou centros metropolitanos. Para Simmel (1973), a grande diferenciação não reside entre rural e urbano, mas entre as pequenas aglomerações e as grandes aglomerações (metrópoles).

A metrópole, na percepção simmeliana, é estabelecida como sede da economia monetária, donde as relações sociais se estabelecem com maior mediação do dinheiro. Significa que a perspectiva da produção, comercialização e circulação de bens afeta as relações individuais e coletivas no espaço urbano de grande aglomeração, especificamente no caso das metrópoles. Essa transformação equivale a uma racionalização do tempo, donde o relógio é peça técnica imprescindível.

As percepções de tempo podem, portanto, ser relativizadas no sentido de uma diferenciação entre rural e urbano? Em geral, vigora a noção de que no meio rural ou de pequenas cidades opera um “tempo da natureza” e de que a temporalidade urbana se expressa pela racionalidade do sistema produtivo capitalista. Como aponta Simmel (1973), a metrópole intensifica os estímulos nervosos entre os indivíduos, modificando assim, suas percepções no cotidiano.

Com cada atravessar de rua, como o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica. A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente, da que a vida rural extrai. Nesta, a ritmo da vida e do conjunto sensorial de imagens mentais flui mais lentamente, de modo mais habitual e mais uniforme. É precisamente nesta conexão que o caráter sofisticado da vida psíquica metropolitana se torna compreensível – enquanto oposição à vida de pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais. Estes últimos se enraízam nas camadas mais inconscientes do psiquismo e crescem sem grande dificuldade ao ritmo constante da aquisição ininterrupta de hábitos. (SIMMEL, 1973, p. 12).

Sendo um ambiente de interação compulsória, a cidade é reforçada como critério de civilização por Robert Park, ao afirmar que ela é o “habitat natural do homem civilizado” (1973, p. 32). Vai mais longe ao endossar o fato de que as grandes culturas teriam origem nas cidades e que a história mundial seria, efetivamente, a história produzida nas urbes. Essa especificidade evolutiva é destacada pelas relações comerciais, principalmente no caso da cidade moderna, donde as relações monetárias permitiram a expansão urbana por meio da liberdade produtiva e lucrativa. Mais do que as leis, para Park, é o comércio que melhor define a liberdade individual e, por conseguinte, garante a solidificação de elementos de civilidade.

A cidade antiga era principalmente uma fortaleza, um lugar de refúgio em tempo de guerra. A cidade moderna, pelo contrário, é principalmente uma conveniência de comércio, e deve sua existência à praça do mercado em volta da qual foi erigida. A competição industrial e a divisão do trabalho, que provavelmente mais fizeram pelo desenvolvimento dos poderes latentes da humanidade, somente são possíveis sob a condição da existência de mercados, dinheiro e outros expedientes para facilitar os negócios e o comércio. Um velho adágio alemão reza que “o ar da cidade liberta os homens” (*Stadt Luft macht frei*). Essa é, sem dúvida, uma referência ao tempo em que as cidades-livres da Alemanha gozavam o patrocínio do imperador, e as leis faziam do servo fugitivo um homem livre, caso lograsse respirar o ar da cidade um ano e um dia. Entretanto, a lei, por si só, não poderia ter libertado o artesão. Um mercado aberto onde ele pudesse vender os produtos de seu trabalho era um incidente necessário de sua liberdade, e o que completou a emancipação do servo foi a aplicação da economia monetária às relações de mestre e empregado. (PARK, 1973, p. 35, grifos do autor).

Park chama a atenção para a noção de liberdade urbana consubstanciada pela adequação “natural” de vocações individuais e de uma demanda em expansão. Significa que na cidade as relações de trabalho tendem a se especializar conforme aumenta o movimento monetário e, portanto, há um ajuste entre as atividades e as aptidões, como uma organização orgânica premeditada. Defende que a cidade proporciona ambiente naturalmente propenso as habilidades e talentos individuais e dá a entender que no campo as qualidades individuais estariam sufocadas por relações produtivas e culturais arcaicas. Em resumo, o campo é o local do atraso por sabotar as tentativas de desenvolvimento da civilização. E o camponês expressa esse atraso por sua imobilidade. Para ele, a mobilidade é sintoma inequívoco de desenvolvimento intelectual.

Hoje em dia reconhece-se claramente que o que normalmente chamamos de falta de inteligência em indivíduos, raças e comunidades frequentemente é um resultado do isolamento. Por outro lado, a mobilidade da população é inquestionavelmente um fator

muito importante de seu desenvolvimento intelectual. Existe uma intensa conexão entre a imobilidade do homem primitivo e sua chamada incapacidade para usar ideias abstratas. O conhecimento que um camponês normalmente possui é, pela própria natureza de sua ocupação, concreto e pessoal. Ele conhece individualmente e pessoalmente cada membro do rebanho que tange. No decorrer dos anos ele se torna tão preso à terra que cultiva que sua mera transposição da faixa de terra onde cresceu para outra com a qual não está tão intimamente acostumado é sentida por ele como uma perda pessoal. Para este homem o vale vizinho ou mesmo a faixa de terra no outro lado da aldeia é, num certo sentido, território estranho. Grande parte da eficiência do camponês como trabalhador agrícola depende desse relacionamento pessoal e íntimo com as idiossincrasias de um só pedaço de terra no cuidado do qual tem crescido. Parece que, sob condições tais como estas, muito pouco do conhecimento prático do camponês tomará as formas abstratas da generalização científica. Ele pensa em termos concretos porque não conhece nem precisa de outros. (PARK, 1973, p. 40-41).

Considerando as prerrogativas de Robert Park (1973), é inegável que na cidade as opções de trabalho tendem a ser maiores conforme o nível de expansão da atividade econômica. No meio rural essa possibilidade estaria limitada por quais fatores? De maneira direta, pela menor especialização do trabalho. Estaria mais próximo de uma solidariedade mecânica, como diz Durkheim (2008). As sociedades rurais não expandem as trocas no mesmo ritmo do que ocorre na cidade e tampouco as efetivam pelos mesmos critérios. Dessa forma, seu desenvolvimento depende de um conhecimento mais genérico e amplo das demandas de trabalho. Ainda assim o raciocínio de Park é um posicionamento que reduz a complexidade dos arranjos sociais existentes em ambas as realidades tratadas por ele.

A questão vocacional, portanto, não reside num pressuposto de manifestação natural. As opções sociais são baseadas em condições estabelecidas e em processos construtivos. Nem todos podem, conseguem ou buscam fazer exatamente o que querem da forma que querem. Se julgamos improcedente uma variável determinista, também convém problematizar respostas calcadas num destino manifesto interposto pela graça ou pelo mérito. A resposta converge, justamente, de uma complexa construção. Há pertinência da ação racional que define, planeja e orienta ações. Essas, por serem eminentemente sociais, se reorganizam pela diversidade – ou por outros fatores se se quiser concordar com Max Weber (1992).

Essa interpretação parece estar aproximada de um primado de classificação clássica desenvolvido por Ferdinand Tönnies (1973) no século XIX. Ele divide as organizações sociais entre comunidade (*gemeinschft*) e sociedade (*gesellschaft*). No primeiro caso as relações são mais íntimas, afetivas e coletivas, persistindo um viés de natureza e tradição A sociedade. Por outro lado, baseia-se na individualidade, na competição e em relações utilitárias. Embora

Tönnies não tenha separado especificamente a comunidade como ruralidade e a sociedade como urbanidade, as interpretações subjacentes tomam essa perspectiva e fortalecem percepções dualistas entre o rural e o urbano.

Ele insinua ser o ambiente rural aquele que congrega uma preponderância maior de manifestações sociais comunitárias e os ambientes urbanos os que detêm aquelas com maiores características da sociedade. Todavia, defende que as relações comunitárias não são apenas rurais, mas as que se verificam em ambientes de menor vivência urbana. As pequenas ou médias cidades poderiam congregar valores mais comunitários que sociais, por exemplo. Nesse ponto está falando de uma ordem social e não de uma ordem espacial.

Tönnies (1973) demonstra preocupação eminentemente com o uso das categorias de forma científica na promoção da objetividade. Nisso, se aproxima de Durkheim (2008) ao definir a oposição entre organismo (Comunidade) e máquina (Sociedade). A gênese das relações comunitárias, em sua percepção, é oriunda das relações familiares pautadas pela existência do sentimento e amor, seja na variante materna, fraterna ou conjugal.

Essas relações seriam propagadas por um conjunto de valores de exposição pública, circunscritas à dignidade e aos encargos subsequentes, isto é, um sistema de necessidades de coações morais. Por outro lado, nas relações típicas da sociedade sobressaem as tratativas clientelísticas do Estado que configuram um agrupamento com direitos civis pré-determinados, mas discutíveis. A noção de política e de mercado seriam importantes para compreensão da vida social.

A primazia das relações de comunidade no rural se explicariam pela “união” entre indivíduos. Já a primazia das relações societárias no urbano se relacionam a “associação” entre indivíduos. Essas definições não se baseiam em vinculações geográficas ou paisagísticas, mas na forma de organização social, no modo de vida, sempre tomado num extrato de preponderância e não como totalidade. Não haveria uma dissociação drástica entre mundo da natureza e da sociedade, mas o equilíbrio.

De maneira análoga, as pressuposições teóricas de Marx e Engels (2007) também contribuíram para estabelecer um paradigma de dualidade da Sociologia Rural. Interpretando a realidade, com base nos elementos estruturais e materiais da vida social, eles fortaleceram uma interpretação evolutiva das transformações e do desenvolvimento humano.

O esquema analítico de Marx – evidenciado por Hobsbawm (1985) – se configura a partir do fato que o homem, por meio do trabalho, transforma a natureza. Desse processo obtém-se um excedente de suas necessidades que lhe permite desenvolver outras atividades dividindo socialmente o trabalho. Passa então a ocorrer a troca, que inicialmente – assim como a produção – era definida pela finalidade de uso. Essa relação de produção e troca como uso são vinculadas a manutenção do produtor e da comunidade. O progresso e a emancipação do homem são vinculados a maior dominação da natureza via processo produtivo. Segundo Marx (1985), isso afetaria tanto as forças produtivas quanto as relações de produção.

Na obra “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels (2007) formulam uma periodização evolutiva articulando as formas de divisão do trabalho, as relações produtivas e os tipos de propriedade. A primeira fase seria a da proeminência da família, da aldeia, da propriedade coletiva e uma divisão comunal do trabalho, chamado de comunismo primitivo (Pré-História). Na segunda (Idade Antiga), ocorre a agudização da divisão social do trabalho, distinguindo o trabalho comercial e agrícola e promovendo uma oposição entre a cidade e o campo. De certa forma, a divisão social do trabalho seria a responsável pela constituição da vida urbana. Surgiu daí também a propriedade privada.

Em terceiro lugar estaria a propriedade feudal, cuja importância produtiva e social fiscaliza-se no ambiente rural. A divisão social do trabalho era expressa pelos diferentes estamentos sociais. A transição e efetivação da quarta fase é mais impactante. O capitalismo transformou e acentuou radicalmente a divisão social do trabalho e organizou na cidade a centralidade da produção e da economia. A separação entre campo e cidade tornou-se efetiva do ponto de vista econômico.

Na teorização de Marx e Engels, segundo Hobsbawm (1985), há uma preocupação em evidenciar como a transição feudalismo-capitalismo se deu pelo reordenamento das forças produtivas rurais e as novas forças urbanas. A passagem do artesanato para a manufatura e para a fábrica, associadas ao progresso técnico agrícola e ao deslocamento maciço de camponeses para cidade, demonstrava uma processualidade histórica evolutiva. Dispendiam também grande esforço epistemológico na separação entre produção agrária e não agrária, associando-as às relações comunitárias (rurais) e societárias (cidade). É uma divisão economicamente situada e que promovia a individualização da sociedade, conforme era desenvolvida a valoração da propriedade privada dos bens.

A comunidade, portanto, é definida como algo transformado ou em transformação. Em síntese, o desenvolvimento do capitalismo e sua estruturação urbana dependem da dissolução rural em seus valores comunais e não comerciais, engajando indivíduos nas perspectivas urbanas.

Essa perspectiva fomenta uma interpretação em que há um princípio de diferenciação dual entre o rural (atrasado, primitivo, comunitário) e um urbano (moderno, societário). O rural, embora de grande importância nas análises históricas de compreensão material de Marx, é relegado a uma realidade em processo de superação. Essa concepção pode ser vista como influenciadora de várias proposições evolutivas de um rural sempre em deterioração e um urbano em edificação. Não se trata aqui de desconsiderar a importância da visão que Marx e mesmo Engels tiveram sobre o rural, mas perceber que é uma teorização problemática, porque evolutiva.

No pressuposto da constituição clássica de ruralidade e urbanidade, destaca-se ainda outro texto de Weber (1982), quando analisou as influências do desenvolvimento do capitalismo nas áreas rurais da Alemanha. Para o sociólogo alemão, as comunidades rurais são parte integrante da realidade social, problematizando uma separação entre espaços mais individuais (distritos rurais) e outros de percepção coletiva em ambientes de capitalismo efetivado. Sua perspectiva é de um rural integrado ao urbano. Desaparece, desta forma o rural como sentido sociológico. Ele será compreendido a partir do urbano, pois as enxerga como realidades distintas, mas integradas. Esse pensamento é válido nas sociedades modernas, racionalizadas pelo capitalismo. Para Weber, a lógica social é dada pela modernidade, pelo capitalismo. Assim, a existência do rural e do urbano estaria associada às formas do capitalismo. Existe separação, mas o entendimento é de uma unidade econômica.

Todavia, a própria modernidade seria promotora de uma diferenciação dualista, principalmente a caracterização entre os paradigmas “Natural” e “Industrial”. Weber, por seu turno, defende que essa proposição precisa ser analisada por um exercício reflexivo que compreenda os vários mundos rurais e urbanos, complexificando uma dualidade superficial. Ele não descarta totalmente à vida rural, embora também perceba sua interligação com o urbano. Não trata o rural como atraso, embora reconheça suas especificidades e o poder de compressão exercido pelas dinâmicas capitalistas.

Nesse sentido, identifica a noção de resistência a um engajamento automático presente nas comunidades rurais. Essa é uma das questões centrais da Sociologia Rural. Além de definir que, de forma geral, o camponês está sujeito a transformar-se num agricultor, embora atuem forças de tradição que não tornam essa conjuntura uma acepção automática.

As perspectivas classificatórias emergiram, portanto, no tocante a compreensão dos fenômenos urbanos. Sendo a Sociologia uma ciência da modernidade industrial, as aglomerações urbanas se tornaram seu o objeto direto. Para tal, a necessidade de uma definição conceitual objetiva se expressou, geralmente, por tipologias e critérios convergentes. Na maior parte dos casos, o tamanho da aglomeração, no sentido do espaço que ocupa e do quantitativo populacional, foi e ainda é utilizado para estabelecer níveis de urbanização.

Todavia, no entendimento de Max Weber (1973), o critério da dimensão populacional ou espacial de um agrupamento não define, por si só, a caracterização de uma cidade. Na prática é utilizado um conjunto de variáveis na tentativa de classificar a diversidade de organização e de processos de formação dos agrupamentos ditos urbanos. Essa complexidade impõe uma perspectiva relativa quando se trata de categorizações, vide que essas percepções empíricas diferem das categorias analíticas.

As próprias categorias analíticas são, em certo sentido, uma apreensão da realidade que repousa numa noção, numa representação e num sentido produzidos pelo analista. Isso não inviabiliza a teorização, tampouco sua aplicabilidade, porém adverte sobre a flexibilização dos fatores.

O tamanho por si só não pode decidir. Se tentássemos definir a cidade do ponto de vista econômico, então teríamos de fixar um estabelecimento cuja maioria dos habitantes vive do produto da indústria ou do comércio, e não da agricultura. Porém, não seria adequado designar com o nome de “cidade” todas as localidades desse tipo. (WEBER, 1973, p. 67).

O destaque adjetivo e também substantivo das cidades, pela interpretação weberiana, é a proeminência do mercado. É o que nomeia a cidade como “local do mercado” e também lhe garante a especificidade característica. No caso de Weber, se está destacando a noção de cidade ocidental a partir da desestruturação feudal e surgimento das aglomerações da Idade Moderna, notadamente orientadas pelos e para os mercados, donde subjaz a racionalização monetária, do tempo e do espaço.

Não se pode, porém, tratar a cidade apenas por esse “tipo ideal” mercantilizado. As organizações sociais coletivas, como um todo, são tipos mistos, não se encontram em estado puro e dispostos claramente para o analista. O campo e a cidade pressupõem o mesmo raciocínio. A opção defendida por Weber (1973) é considerar os fatores predominantes, embora isso também passe por opções relativas quanto a definição daquilo que é, ou não, mais preponderante numa determinada realidade social. Um exemplo de classificação seria, por exemplo, o fator produtivo, sem desconsiderar as variações subjacentes.

A relação das cidades com o *campo* não tem sido de modo algum unívoca. Existiram e existem cidades agrárias, quer dizer, lugares que, como sedes do intercâmbio de mercado e de típicas indústrias urbanas, se distanciam muito do tipo médio de aldeia, porém nelas um amplo setor de seus habitantes cobre suas necessidades com economia própria e até produzem para o mercado. O normal é, certamente, que quanto maior seja uma cidade, menos seus habitantes disponham de uma terra de cultivo que guarde alguma proporção com suas necessidades de sustento e que lhes sirva de meio de obtenção de produtos alimentícios; e tampouco disponham, na maioria dos casos, do aproveitamento de pastos e bosques suficientes para suas necessidades, como sucede na “aldeia”. (WEBER, 1973, p. 72).

Se este critério produtivo é predominante, não é, por outro lado, suficiente. Weber (1973) aponta que as experiências urbanas ocidentais convergem também para organizarem-se como fortalezas, como mercados, como locais de tribunais e de acesso à justiça, como associações e, por fim, como organizações autônomas.

Segundo Sorokin et al. (1981), o tempo fez aumentar as diferenças entre o rural e o urbano, seja quantitativa ou qualitativamente. Essa análise de diferenciação deve ser feita, defendem os autores, quando se verificar a maior possibilidade de desenvolvimento dessas categorias. No que tange as sociedades antigas e medievais, esse desenvolvimento não foi o mais enfático, porém na contemporaneidade (1930) o seria. A perspectiva que assumem é de que as diferenças entre o rural e o urbano podem ser verificadas como tipicamente perceptíveis e de maneira geral, isto é, como resposta de espectro definitivo para ambas as categorias e com reputação fundamental. Essas definições, por outro lado, são compostas e não derivativas de elementos separados.

Definem, então, um conjunto de diferenças claras entre o rural e o urbano: diferenças ocupacionais; ambientais; no tamanho das comunidades; na densidade populacional; na homogeneidade e heterogeneidade das populações; na diferenciação, estratificação e

complexidade social; na mobilidade social; na direção da migração; no sistema de integração social. Essas proposições enfatizam noções pré-concebidas de um rural com características de menor densidade de acontecimentos, de uma complexidade reduzida e de certa forma como um espaço de influência do urbano que é traçado como preponderante, mais efusivo na realidade social e tendencialmente dominante nas percepções de futuro.

Seguindo essa percepção de diferenciação, Mendras (1969) aponta para um referencial histórico. De acordo com o autor, a história da humanidade é dividida entre a promoção da agricultura e a formação dos aglomerados urbanos. Infere que as civilizações pré-urbanas se mantinham como comunidades mais isoladas, reforçando o sentimento de solidariedade. Nessa relação interna, os estranhos – “outros” – eram subjugados em sua humanidade e tratados como sub-homens. A base da vida era não-econômica, marcada pela tradição, obrigações morais e religiosas e uma fraca ou inexistente divisão social do trabalho.

Com o surgimento das cidades, surgiram também os camponeses. Segundo o autor, os camponeses estão interligados às cidades. Sem a cidade é um aborígene, um autóctone, mas a partir dela exerce-se um conjunto de influências econômicas e intelectuais que influenciam sua organização social, principalmente por considerarem outros grupos como humanos e não mais como sub-humanos.

A cidade, como descreve, é o local da especialização e do universalismo, significando que se torna um polo que irradia elementos sociais para além de suas fronteiras imediatas e alcança os espaços não-urbanos. As grandes cidades seriam esses locais de expansão cultural por excelência. Já as pequenas cidades seriam ambivalentes por se configurarem como pontos de disseminação de sentimento urbano e também locais de manutenção de elementos culturais rurais. Sugere-se existir uma relação dual nestes espaços.

Como produtora de um conjunto artístico pujante, a cidade irradia um conteúdo apreciado também no campo. Nessas produções artísticas estaria presente a manifestação de um horizonte mais geral e que era apreciado por trazer à tona todo um mundo diverso ao cotidiano camponês. A cidade assumia a categoria de distração. Assim, o mundo urbano adquire o status de modelo social, porém não circunscrito a toda realidade. Muitos aspectos do rural mantêm-se como superiores e de elevado grau de prestígio frente algumas “frivolidades” urbanas.

O autor enfatiza que as diferenças e oposições entre rural e urbano não são uma configuração geral da sociedade. As diferenças são manifestas pelos atores, mas a unificação de questões sociais são um ponto comum possível. Os atores partilham um mesmo conjunto de crenças, relacionam-se num mesmo mercado, enfim têm em comum uma mesma realidade social ampliada. Nesse caso, seria perigoso definir os camponeses como uma classe social homogênea. Em geral, eles mantêm uma perspectiva de repulsa a uma vinculação precária no meio urbano, que no caso que se analisa seria de operário ou minerador. Os camponeses procurariam na cidade ocupações mais seguras e estáveis. Todavia, não é um comportamento organizado como estratégia de classe.

Mendras (1969) aponta ainda a existência de um processo de urbanização do campo e de ruralização das cidades. Segundo ele, as diferenças formais entre um e outro são possíveis, mas não excludentes. Cita, por exemplo, as variações presentes entre os próprios bairros de uma mesma cidade. Relata, ainda, que a penetração de valores urbanos no meio rural desencadeia uma transformação nas relações de solidariedade. Enfraquecem-se as relações coletivas e não-econômicas por um lado e se fortalecem relações individuais e comerciais por outro. O autor menciona, nesse sentido, a promoção de atividades pluriativas entre os moradores do meio rural francês. Nesse caso, enxerga uma estratégia social de juntar as vantagens da vida rural com os melhores proveitos do trabalho urbano. Embora defenda uma revisão dos estereótipos do campo e da cidade, está convencido de um certo triunfo urbanístico.

Henri Lefebvre (1981), por seu turno, preocupa-se em ponderar que a realidade social rural é mais complexa que uma representação monótona e pitoresca, que ali operam elementos de uma sabedoria camponesa e de equilíbrios não estáveis. Segundo ele, um olhar pouco atencioso tende a perceber a comunidade rural como estanque historicamente (parada no tempo), desconsiderando os conflitos, as mudanças, seu caráter dinâmico e complexo.

Assim, insiste que a Sociologia Rural precisa dar atenção especial as perspectivas históricas que refletem sobre o rural. A preocupação com os camponeses e com a realidade rural assume importância quando a agricultura capitalista está suplantando a antiga formatação rural. Questiona-se quanto as motivações para a assunção desse interesse. Segundo afirma, seria uma percepção saudosista da realidade feudal e também eufórica das novas edificações sociais capitalistas.

O autor define a importância da comunidade rural camponesa como expressão de análise dessa realidade. Segundo ele, a comunidade não é um modo de produção em si, já que se mantém mesmo com as transformações dos modos de produção. Essa permanência não significa estabilidade, pois ela sofre influências e se reconstitui, se modifica, enfim, não é incólume como estrato social reificado.

Além do mais, o autor tece uma crítica às interpretações evolutivas da comunidade camponesa. A comunidade não é imutável ou eterna, ela poderá desaparecer, reorganizar-se, fortalecer-se, mas não como um dado geral. É importante falar do seu processo de formação e desenvolvimento, das condições em que existe. Uma possível dissolução da comunidade não se encontra apenas nas relações mercantis, mas também nas relações políticas, principalmente aquelas mantidas com o Estado. Há também uma variabilidade espacial, considerando dinâmicas regionais e temporais.

Enfim, o autor defende que a realidade na qual se debruça a Sociologia Rural não é uma realidade autônoma, mas articulada socialmente. Essa realidade, outrossim, carece de entradas sócio históricas, donde a comunidade é um exemplo profícuo.

Na tradição de estudos de Sociologia Urbana da Escola de Chicago, Louis Wirth (1973) se esforça por caracterizar o que seriam as especificidades do “fenômeno urbano”, destacando o protagonismo e a proeminência das experiências urbanas no tocante a realidade social da era moderna, sendo também expressão da civilidade<sup>24</sup>. Não apenas a cidade em si seria objeto de tais adjetivações, mas principalmente o seu crescimento e centralização como espaço da vida, caracterizando-se como expressão do novo. As cidades assumiram a condição de centros irradiadores dessa civilização, local donde partem as definições econômicas. Sua influência seria mais ampla que apenas seu espaço construído/edificado.

O autor acentua que as modificações produzidas nas relações sociais a partir da centralidade urbana é que devem ser objeto de atenção dos sociólogos quando se debruçam sobre as diferenças entre o modo de vida rural e o urbano. Sua argumentação gira em torno de discutir especificidades de uma sociedade rural (de *folk*) e uma sociedade urbana (industrial),

---

<sup>24</sup> O conceito de urbanidade é aludido ao de civilidade, seja na definição geral do termo ou em legislação oficial. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, por exemplo, em seu artigo 3º, inciso XIV, item “g”, estabelece que é dever fundamental do servidor público “ser cortês, ter urbanidade [...]. (BRASIL, 1994).

sem distanciar-se da premissa de que a formação da segunda leva em conta um movimento de deslocamento à primeira, isto é, existe uma continuidade entre as vinculações pessoais de uma e outra. A cidade, diz, não se reproduz populacionalmente em si mesma, prescindindo de deslocamentos migratórios, seja do meio rural, seja de outras cidades e até mesmo outros países.

Como a proposta de Wirth é analisar o urbano como modo de vida, o número de habitantes ou a densidade populacional de um aglomerado é um dado insatisfatório para definir urbanidade. Da mesma forma, encerrá-la num determinado espaço é insuficiente, dado que a experiência urbana extrapola tais delimitações territoriais. Parece ser mais significativo uma proposição que leve em conta o poder institucional e personalista da cidade, que cria uma série de critérios de diferenciação, como a existência de museus, indústrias, sedes governamentais, etc.

Chega-se à conclusão de que é possível identificar uma variação de urbanidade entre as cidades. A variação torna-se ao mesmo tempo uma solução conceitual e uma ferramenta de análise. Todavia, a característica da permanência (fixação) dos indivíduos num determinado local é imperativa para compreensão da realidade urbana, ainda que vária.

O autor salienta que o urbanismo vai além da cidade, que é seu espaço constitutivo, e se insere em dinâmicas rurais, além de alertar sobre o risco de confundir o urbanismo com o industrialismo ou com o capitalismo. A urbe antecede a indústria. Sociologicamente, o problema urbano se insere na percepção das formas de ação e organização social que surgem nas cidades. Esse problema se espalha no que tange as análises da homogeneidade/heterogeneidade; nas formas de aglomeração; na segmentação e superficialidade; nos vínculos estreitos, porém estanques; nos contatos físicos, mas não pessoais.

Há também uma estratificação de acordo com os diferentes locais da cidade, seja por quesitos de maior apelo ou de despr茅stigo. Há claramente uma questão de status operando na distribuição e densidade populacional que se traduz numa ocupação e vivência relacional do espaço urbano, constituindo um mosaico de mundos sociais. Essa constelação é ordenada por sistemas de controle e organização, seja do ponto de vista da coação ou da repressão. Embora os indivíduos formem uma unidade social, o espaço urbano adensado se traduz em uma extensa variação de vinculações e vivências, formatando grupos e perspectivas múltiplas de vida.

Dessa forma, o autor defende que é possível uma abordagem concisa da urbanidade, buscando articular com variáveis: número, densidade do agrupamento e grau de heterogeneidade da população urbana. Deste ponto seria positivo perceber o urbano como modo de vida considerando também outras abordagens e perspectivas: a noção ecológica (definições de equipamentos urbanos, perfis atrativos e populacionais, etc.); o urbanismo como forma de organização social (papéis familiares, atividades de renda, formas de sociabilidade recreativa, etc.); personalidade urbana e comportamento coletivo (vinculações grupais, qualidade das interações, mecanismos comunicativos, etc.). É, portanto, necessário em sua opinião, o desenvolvimento de uma teorização específica sobre a realidade social urbana sintomaticamente vinculada às práticas empíricas.

Essa diferenciação operacional apontada por Wirth (1973) gera uma interpretação de distanciamento espacial e cultural entre duas realidades opostas. Ela foi relativizada pela noção de continuum, isto é, há uma diferença latente entre o rural e o urbano, mas não um isolamento completo. Existem níveis de relacionamento entre esses mundos que se vinculam por meio de um conjunto de relações. Essa formulação foi chamada de continuum rural urbano, proposta por Robert Redfield em meados da década de 1950 (1989). Nela, Redfield aponta uma disposição espacial entre três organizações sociais: pequenas comunidades; sociedades camponesas e cidades. Há uma diluição de interdependência e vinculação entre todas elas, donde o segundo tipo promove uma espécie de ponte resguardando especificidades.

No decorrer da década de 1960, a interpretação da Sociologia Rural foi de que as dinâmicas rurais penetravam de forma mais intensa no meio rural periférico por força da modernização. Essa conjuntura é interpretada por Raymond Pahl (1966) como uma diluição dos antagonismos e maior interligação entre os espaços. Para ele, o continuum não é um marco rígido de diferenciação, mas de interligação que varia conforme as atividades econômicas, a realidade local e nacional. Perde-se a concretude da dicotomia, embora as variações espaciais estejam presentes na especificidade do continuum.

Para Elena Saraceno (1996), as categorias de análise das dinâmicas urbano-rurais sofrem rupturas na medida em que a realidade não apresenta um comportamento afeito totalmente a essa tendência. As fronteiras entre rural e urbano, seguindo a dualidade, sempre foram mal definidas na interpretação de Mingione e Pugliese (1982).

Nesse interim, os fenômenos que ficam na fronteira passam a ser de grande importância para compreensão social. Estes seriam: problemas de industrialização difusa que fogem a ordem urbana e ao “local da indústria”; a pluriatividade e atividade agrícola em tempo parcial (indo para além da leitura pessimista do paradigma marxista); ação controversa do Estado Providência; articulação da agricultura com outros setores produtivos; desurbanização dos novos empreendimentos industriais; ascensão de pequenas empresas em áreas rurais; policultura, indústria local: dupla pequena dimensão (pequena agricultura e pequena indústria); modificação do processo de trabalho na agricultura e do mercado de trabalho em si. Essas fronteiras imprecisas são uma característica estrutural da sociedade de cada tempo. A saída mais promissora é suprimir o par dicotômico, o que significa assumir uma análise em limites imprecisos, ambivalentes e complexos.

É possível identificar um sistema de classificação rural-urbano baseado em primeiro lugar pelo senso comum, estabelecendo critérios bastante variáveis. Já a perspectiva administrativa assume o posicionamento das determinações políticas em que as áreas são “declaradas” urbanas ou rurais seguindo interesses imobiliários, por exemplo. Por fim, a perspectiva sociológica busca construir vetores de classificação baseados em dados empíricos que possam sustentar a formatação de categorias analíticas e teóricas. Todavia, na tradição sociológica predomina uma percepção de rural associado a uma visão de desenvolvimento que se desdobra nas categorias de atraso e modernidade. Nessas preposições, o campo é tolhido pela urbe.

A urbanização do campo é analisada por Wanderley (2000), à luz das categorias de continuum, de modernização e de fim do rural. Embora as considere importantes, são insuficientes, uma vez que em geral estão centradas no urbano. Segundo ela, não há um fim do rural, mas sua reorganização, melhor dizendo, há o fim do rural como classificação clássica. Dessa ressignificação surge um novo rural, complexo e diverso porque se articula com a multiplicidade de representações que o configura. Essas representações tendem a informar o rural em sua relação com a natureza, com o ambiente e seu fortalecimento no sentido da preservação. O novo rural é, em síntese, uma nova leitura que o privilegia como patrimônio.

Sua ênfase analítica repousa nas transformações do meio rural, donde se percebem novas atividades, relações, ressignificações para além do agrícola e a expansão de sua variação. Essa conjuntura é fruto de uma maior complementaridade com o urbano, que se confirma pela

maior ação de atores coletivos no meio rural que lhe conferem dinamismo e também conflitualidade. Depreendem-se posições que convergem no sentido de pensar o rural e o desenvolvimento, encontrando no conceito de território uma chave de debate. Os territórios rurais garantem uma abordagem que considere uma melhor organização de mercados, de preservação, de recursos paisagísticos e culturais, etc.

Nessa construção discursiva, e também teórica, as especificidades do rural são encontradas pela ausência de elementos urbanos. Pode-se dizer, então, que as qualidades rurais são as carências urbanas? Isso reforça o caráter residual e pejorativo das regiões ditas não-urbanas. As classificações se baseiam em critérios. Esses, com maior ou menor especificidade, podem ou não encontrar ressonância na realidade. Dados à parte, eles subsidiam a construção de um imaginário de diferenciações. Nesta pesquisa, essas noções serão tratadas por representações sociais. Considera-se importante verificar as especificidades (não perdê-las de vista), mas não universalizá-las como um princípio unificador.

### **3.2 – Aspectos da Ruralidade no Brasil**

No caso brasileiro, a classificação rural-urbano segue uma definição institucional, aplicada pela Lei Federal n. 311, de 1938, que estabeleceu como cidade toda e qualquer sede de município, independente de outros critérios ou características. Essa separação é questionada por José Graziano da Silva (1997), para quem as diferenças entre rural e urbano estariam perdendo importância. O entendimento do rural passaria, necessariamente, pela ideia de continuum com o urbano, apontando para uma conjuntura de urbanização do meio rural via industrialização da agricultura e a implementação dos Complexos Agroindustriais – CAIs. Este rural que analisa é integrado à urbanidade e suplanta as categorias clássicas da dicotomia rural (atrasado), urbano (moderno). É um espaço sob expansão do triunfo capitalista, embora circunscrito aos países de desenvolvimento econômico acelerado e consolidado.

Constituem-se, nesses casos, políticas ambientais arrojadas, sistemas compensatórios e a figura do *part-time farmer*, que se estabelece como um prestador de serviços agrícolas e não agrícolas, também compreendido como pluriativo. Seriam várias as formas de associação trabalhista e produtiva a que esses indivíduos poderiam se associar. Podem ser empregados e trabalhadores autônomos ao mesmo tempo, ou empregados e patrões. Esse processo foi possível

graças ao desenvolvimento tecnológico, pela redução do tempo e aumento da produtividade nas atividades.

No caso brasileiro, o autor se baseia nos dados das PNADs e especialmente na variável População Economicamente Ativa (PEA), para demonstrar que a incorporação produtiva de atividades não-agrícolas no meio rural não incidiu em êxodo. Em síntese, isso significa que a PEA envolvida em atividades agrícolas diminuiu, mas a população rural não acompanhou a mesma proporção. As principais atividades não-agrícolas seriam as industriais e agroindustriais, a prestação de serviços ligados a urbanização do meio rural e à preservação ambiental, além do turismo e lazer (sítios de recreio). Haveria, enfim, uma melhoria de renda com a incorporação das atividades não-agrícolas.

Nesse sentido, seguindo Graziano da Silva (1997), o rural brasileiro não pode ser associado apenas com aspectos agrários, agropecuários e agroindustriais, mas com outras dinâmicas produtivas e com outros sentidos de ocupação. A perspectiva do emprego rural deve ser considerada para além daquela que visa à ligação com a terra apenas. Há, portanto, uma crítica às políticas que consideram a superação da pobreza rural via reforma agrária, exclusivamente. A modernização, segundo infere, é também um caminho para melhoria das condições de vida no campo.

Do ponto de vista prático, as questões ambientais acabaram assumindo papel preponderante para pensar os novos arranjos rurais. Conforme aponta Rodrigo Constante Martins (2005), a utilização e a preservação ambiental e paisagística foram incorporadas pelas políticas rurais no tocante a pensar territórios e localidades. Significa compreender o desenvolvimento rural como uma construção de demandas e perspectivas locais, considerando uma expectativa de articulação que perpassasse o local, nacional e global. Isto é, relacionar o local à totalidade. E essa totalidade englobaria o envolvimento de fatores agrícolas e não agrícolas.

Esse debate surgiu na Europa e rapidamente influenciou as percepções da ruralidade brasileira, provocando para perceber aqui também a existência de uma “nova ruralidade” e seus qualitativos específicos. Embora com uma característica muito dispersa e por vezes imprecisa, é possível, segundo Martins (2005), perceber elementos de uma nova ruralidade no Brasil, principalmente no sentido das atividades não-agrícolas e numa perspectiva de reordenamento da relação indivíduo-natureza. Retoma-se aí a dificuldade de definição entre rural-urbano no Brasil, seja por questões de densidade ou pelos critérios institucionais arbitrários.

Um dos fatores que impactam o mundo rural brasileiro é a pressão cada vez mais sensível das atividades do chamado Complexo Agroindustrial, além da diversificação das atividades e do interesse econômico nas áreas rurais. Como aponta José Eli da Veiga, um desses elementos passa a ser “capitalização das restrições ambientais” (2001), ou seja, explorar economicamente a preservação ambiental. Já para Graziano da Silva (1997), essas questões ligadas à diversificação das economias regionais e locais devem se centrar no fortalecimento da cidadania das populações rurais, tanto no acesso a renda quanto a serviços sociais qualificados.

Martins (2005) adverte que a perspectiva desse novo rural deve ser problematizada a luz das características históricas e das transformações/continuismos, com o objetivo de perceber quais dessas realidades são de fato novas, sob o risco de reificar visões patrimonialistas e desiguais. Há a probabilidade de estimular uma visão do “novo” que se mantém sob a égide de interesses setoriais do “velho”. A verificação do caráter contraditório e complexo dos movimentos do desenvolvimento rural e territorial (subjacente ao local e ao geral) são fatores prementes para compreender a conjuntura da ruralidade brasileira. Essa seria uma abordagem da “totalidade”.

A questão ambiental, portanto, aparece com grande importância nessa problemática, pois pode ser cooptada por uma visão meramente apriorística e mercadológica. Sua inter-relação entre uma visão institucional e as perspectivas produtivistas leva a considerar os múltiplos desdobramentos de uma paisagem que, historicamente, foi pouco considerada na totalidade brasileira. A questão passa, sem dúvida, por uma complexa e imbricada articulação dos diversos atores da ruralidade, permitindo verem-se numa perspectiva que ultrapassa o local e o geral para fomentarem o total.

As mudanças no rural brasileiro já imprimiram variações nos estudos da temática, como infere Sérgio Schneider (2009). A mudança em curso identifica-se pelo relacionamento entre as variáveis de ruralidade, território e desenvolvimento. Os estudos rurais contemporâneos seguem uma perspectiva de superação da dicotomia de oposição rural/urbano. Estariam em curso três movimentos de reconceitualização do rural, sendo o das mudanças socioeconômicas e demográficas; o viés da cultura e representação social e a ótica das transformações e reconfigurações pós-fordistas nos espaços rurais. Nesse sentido, a noção de território e

desenvolvimento seriam importantes por conferirem-se como conceitos instrumentais, práticos e com grande poder de explicação causal.

Mesmo considerando essa guinada para processos sociais mais amplos e complexos, é importante referendar a história da produção desse conhecimento e dessas abordagens, dado que elas se basearam na dicotomia e reforçaram essa interpretação. Percebe-se que os primeiros estudos sobre o mundo rural brasileiro se concentravam sobre a caracterização econômica e cultural das populações camponesas/sociedades rústicas (até a década de 1950), como indica José Vicente Tavares dos Santos (1991). Expressam-se pela existência dos seguintes eixos: “estruturação do rural na sociedade brasileira”; “relações sociais no campo”; “dimensão estrutural da sociedade brasileira” e, por fim, “os mediadores políticos atuantes em diferentes processos sociais agrários”.

As questões sociológicas que essa tradição epistemológica suscita dizem respeito à multiplicidade de formas de campesinato, a relação desses grupos com o capital, as possibilidades e limites da Extensão Rural, bem como da Reforma Agrária e da Colonização, espraiando-se nas lutas e movimentos sociais no campo. O autor alerta para o fato de que rareiam os estudos que tratam da burguesia agrária, demonstrando uma lacuna de análise importante na sociologia rural brasileira.

Tavares dos Santos (1991) defende a ruptura com os obstáculos epistemológicos presentes na Sociologia Rural, pois estes limitariam a compreensão da realidade rural. Ele salienta, apoiando-se em José de Souza Martins (1981), que o conhecimento da Sociologia Rural é vinculado a noção de “urbanização do rural” e que dessa forma a colocaria – contraditoriamente – a serviço da superação de seu próprio objeto de estudo.

O autor define esses obstáculos como: (i) filiação teórica ao funcionalismo: haveria nisso um reforço disfarçado ao conservadorismo e as dicotomias “tradicional/moderno” e “rural/urbano”; (ii) associação a teorias evolucionistas: compreensão determinista da história, cuja influência estaria também nos pensadores marxistas brasileiros, informados por uma leitura leninista do marxismo no Brasil; (iii) incorporação de uma ótica classificatória de análise de classes e grupos sociais: uma forma de posicionar, classificar e determinar as populações rurais e que levou ao argumento de fim do campesinato apresentando como soluções sua proletarização ou seu aburguesamento.

No sentido metodológico e técnico, o autor destaca a primazia do trabalho de campo, relativizado entre questionários, entrevistas e etnografias. Todavia, critica o fato da proeminência dos dados estatísticos, da manutenção do binômio moderno/tradicional e do risco a reificação do senso comum. O autor alerta para o fato de que as realidades estudadas eram caracterizadas mais como sobrevivências e resistências do que como possibilidades. Para superar tais problemas, aponta-se a fecundidade da utilização de uma abordagem de “visão complexa” e de “pensamento relacional”, defendendo os aportes teóricos da noção de trajetória, de processo social e cidadania concreta, sob forte influência de Pierre Bourdieu.

Por fim, o autor define que seria mais produtivo pensar a partir de “processos sociais agrários”, estabelecendo uma agenda de temas e abordagens organizada por cinco ideias-elemento: construção do objeto científico, complexidade, diversidade, multidimensionalidade e intradisciplinaridade. Sua conclusão é de que essa perspectiva permite compreender o rural não como um objeto real, mas como objeto do conhecimento sociológico. Dessa forma, encaminha a superação da dicotomia e da tarefa de definir, recorrentemente, o que é o rural, isto é, seu objeto de estudo.

As percepções do rural e do urbano brasileiros podem, ainda, ser analisadas por meio de seus marcos legais definidores (MEDEIROS et al., 2014). Parte-se da ideia de que o rural, nos últimos anos, passou de um espaço concebido apenas pela produção e vem suscitando outras categorizações legais, fruto de sua mudança intrínseca e dos novos olhares que tem recebido. Essas mudanças seriam produto, também, dos movimentos sociais do campo que desdobram as modificações nas políticas públicas que passam a valorizar o rural e seus novos atores, muitas vezes segregados e invisibilizados.

O rural seria visto agora como local de potencial de desenvolvimento, com população, com perspectivas positivas e negando a tese de fatalidade do esvaziamento. Esse processo seria, segundo as autoras, uma ressignificação pautada por critérios qualitativos, seja a qualidade de vida da população, seja a qualidade da produção alimentícia que dele provêm. Todavia, numa análise histórico-cronológica, chamam a atenção para a manutenção de um certo vazio institucional do rural brasileiro, isto é, o Estado reproduzindo a perspectiva do rural como resíduo e como periferia. Assim se reforçaria o rural como atraso e se forçaria um convencimento social dessa suposta verdade outorgada.

De tal modo, o rural teria sido central no período colonial, mas rearticulado a partir de meados do século XIX, quando as cidades ganham maior importância e tornam-se os locais da centralidade administrativa e econômica. Com o crescimento das cidades, surge a necessidade das delimitações jurídicas sobre a propriedade e o ordenamento do espaço urbano, e assim se define a estratificação do “outro” (rural) como local de produção. Essa diferenciação será reproduzida nas Constituições republicanas com poucas variações, vide, por exemplo, as percepções do rural na Nova República a partir de 1930, vendo-o pelas possibilidades de contribuição ao modelo industrial desenvolvimentista.

A inércia do Estado sobre essa questão só seria vencida e desestabilizada pelos movimentos sociais, que desde a década de 1960 tiveram participação ativa nas transformações institucionais sobre o rural. Os movimentos sociais pautaram também as regulamentações no meio urbano, seja com a definição de políticas habitacionais, seja pela pressão pela reorganização de uma cidade mais inclusiva.

A luta pela redemocratização incidiu na pauta da reforma agrária e do acesso a cidadania. Nesse sentido, a Constituição de 1988 marcou importante ordenamento quando define a função social da propriedade, determinando mecanismos de redistribuição de terra; e a política de organização do território urbano, principalmente no combate a especulação imobiliária. Embora ela trouxesse avanços significativos, não superou totalmente a separação do urbano como local do moderno e o rural como espaço do atraso.

### **3.3 – Ressignificações da Ruralidade**

Como termo que designa a realidade do chamado mundo rural, a ruralidade encerra um conceito polivalente, mas marcado pela dicotomia. Numa digressão histórica, ela representa a oposição clássica urbano-rural. Esse conceito, como apregoa Elena Saraceno (1996), é clássico no sentido de remontar a utilização da abordagem da sociologia com ganas de objetividade e matematização pós-consolidação da sociedade moderna em meados do século XIX. A industrialização promovia uma organização social complexa que necessitava de cuidados teóricos efusivos, o que não se aplicava a essa realidade era o oposto, a antítese feudal, o passado como fábula do atraso e como testemunha do evolucionismo apregoado pelo positivismo.

As transformações sociais que se desenrolaram no intercurso da Primeira até a Terceira Revolução Industrial promoveram um intenso processo de modernização técnica e de expansão de consumo. A tese de Saraceno, considerando o período de finais do século XX e tendo a Europa como problema de análise, expressa uma hipótese de que a conjuntura, naquele momento, havia esborrado e corrompido as bases da diferenciação clássica do rural-urbano. A categoria ruralidade perdera, então, importância e significado? Na opinião de Saraceno, em muitos países da Europa as dinâmicas sociais ultrapassaram a diferenciação rural-urbana, tornando-se, em certo sentido, uma expressão corrente dos modelos urbanos. Não se trata de perda de significado, mas de reordenação desses sentidos. A ruralidade agora é outra.

No caso europeu faz-se importante registrar o impactante efeito de políticas públicas voltadas ao rural baseadas em critérios de compensação para as áreas que – por conta de acordo internacionais – perderam a funcionalidade agrícola, um dos vetores clássicos de classificação. Não se pode transferir essa análise de forma automática para o Brasil, embora a realidade daquilo que é convencionalmente definido como rural brasileiro tenha passado por significativas modificações e interpõe também essa problematização classificatória.

A questão de critérios classificatórios, como bem aponta Saraceno (1996), tem relação com os objetivos em questão e com a especificidade do problema em análise. Optar por determinados critérios importa em justificá-los e oferecer tratamento diferencial conforme as demandas epistêmicas. Nesse caso, pode-se concordar com Saraceno que as variações e a diversidade do objeto importam numa abordagem que possa convergir relationalmente com as dificuldades das análises. Na prática, nem sempre essas variáveis se justificam ou promovem avanços. É uma tarefa eminentemente complexa em que a reificação do conceito ou sua deterioração são riscos prementes.

A relevância de um critério ou outro, não excludentes em princípio, depende de sua capacidade de captar os processos em curso no tempo e no espaço. Observou-se que um determinado modelo de desenvolvimento geralmente conduz a um tipo de diferenciação predominante, e que o declínio ou a existência de outros modelos com sequências diversas podem requerer novas categorias de análise que reconheçam os novos mecanismos de diferenciação espacial. A escolha de critérios alternativos é portanto sempre possível em teoria, mas a escolha prática é justificada (e legitimada) pela sua capacidade de explicar de modo satisfatório os processos em curso e o que de fato se vai diferenciando. (SARACENO, 1996, p. 2).

A experiência de ruralidade, nesse caso, é expressa por um critério territorial. O território é tanto urbano como rural, mas as percepções sobre o que se desenvolve nele são diferenciais. Daí emerge uma avaliação que Saraceno (1996) chama de “intuitiva”, que pode ou não ser confirmada com dados. Na maior parte dos casos a classificação que permanece é aquela informada por percepções iniciais e aproximativas.

Para Saraceno, a definição da urbanidade foi, no geral, menos duvidosa. Se havia aglomeração, havia cidade. Se não havia aglomeração, seria rural. A ruralidade era uma categoria residual, visto que a tendência geral era o deslocamento do rural para o urbano. Como enfatiza, “há, portanto, um vício conceitual na identificação do rural, que diferencia o espaço de maneira não neutra inserindo um forte pressuposto sobre suas dinâmicas demográficas, mesmo antes de mensurá-las” (SARACENO, 1996, p. 2).

Outro problema classificatório clássico se refere a presença ou não das atividades agrícolas nas áreas rurais. Melhor dizendo, há um argumento antigo de que é rural o território onde as atividades econômicas estejam predominantemente ligadas à agricultura. Essa diferenciação era menos complexa no período pré-modernização, isto é, quando as características feudais ainda eram mais evidentes na Europa. A modernização produtiva alterou esse quadro. A dinâmica clássica tem relação com as condições pré-industriais e industriais, quando a concentração populacional passou a ser urbana e ocorreu um esvaziamento do rural. Em resumo, a modernização reduziu a proeminência das atividades agrícolas nas zonas rurais, enfraquecendo essa característica como indicadora de classificação.

[...] nessa perspectiva, tende-se a fazer coincidir o rural – uma categoria territorial – com um setor – a agricultura –, opondo-o ao urbano, também uma categoria territorial, coincidente com os outros setores – a indústria e os serviços. Tal coincidência revela-se sempre, à luz dos fatos, uma simplificação excessiva que não se verifica senão em casos totalmente excepcionais e ademais decrescentes em longo prazo. (SARACENO, 1996, p. 3).

A antiga classificação, com base na divisão social do trabalho, não é mais suficiente para explicar e conceituar a realidade em questão. O argumento defendido com veemência por Saraceno é que o rural tem se tornado cada vez mais diversificado, donde as definições correntes não abarcam a complexidade das experiências sociais presentes nas áreas até então ditas rurais.

O resultado desses processos crescentes de diferenciação é que o conceito de ruralidade perdeu progressivamente seu caráter de categoria analítica homogênea, que podia ser contraposta à de urbano. Em parte devido ao fato de que as outras atividades paralelas/integradas com as agrícolas variam muito segundo os contextos, em parte pelo modo com que algumas funções urbanas foram incorporadas e adaptadas no ambiente rural, somos quase obrigados a procurar um novo critério de diferenciação espacial ou, alternativamente, alguma qualificação do rural que permita captar a diversidade crescente. (SARACENO, 1996, p. 3).

Como aponta Ferrão (2000), nos anos 1980 emerge o chamado “mundo rural não agrícola”, e dessa realidade questiona-se o primado da produção de alimentos e da atividade agrícola como preponderante. O rural passa a ser “mais” do que o local da agricultura, comportando experiências diversas, aproximadas e complementares das realidades urbanas. Valoriza-se a ideia de rural como um patrimônio, seja do ponto de vista de aspectos de preservação da natureza, dos movimentos de renaturalização ou reconexão com a natureza, seja das ideias de autenticidade ligadas à memória e aspectos históricos. Além disso, as percepções de que a paisagem é, mais que um patrimônio simbólico, um objeto de mercantilização baseado na vivência de experiências. Nesse contexto, as atividades familiares camponesas se tornam multifuncionais a expandem os critérios de remuneração e dos papéis sociais desempenhados pelas sociedades rurais (FERRÃO, 2000).

Há, porém, um viés urbano na tessitura dessas representações que redefinem o rural. Como aponta Ferrão, “o futuro dos "mundos rurais" decide-se, no essencial, em sede urbana” (2000, p. 49). De acordo com o autor, o desafio, diante dessas questões, é pensar elementos que posicionem demandas “a partir do rural”, considerando os possíveis benefícios mútuos.

A assimetria que surge com as representações direcionadas do urbano para o rural, e que se consolidam em relações econômicas predatórias e dominantes, precisa ser recondicionada em sinergia complementar, não propondo a anulação das especificidades e diversidades, mas compreendendo-as e valorizando-as. Essa estratégia congrega, entre outros elementos, a construção de imaginários e representações sociais de integração, como aponta Ferrão.

[...] estimular a construção de imagens mentais e representações sociais que considerem os centros urbanos e as áreas rurais vizinhas como uma mesma *região cognitiva*, evitando que se generalizem as concepções de "cidades fortaleza", aglomerações bem integradas em redes nacionais e mesmo internacionais mas isoladas das suas envolventes imediatas, e, no polo oposto, de áreas rurais intersticiais, de natureza inevitavelmente residual e com escassa visibilidade própria. (2000, p. 50).

A ideologia de desenvolvimento baseada no movimento rural-urbano influenciou diretamente as políticas públicas estabelecidas para o mundo rural, sendo produzida e produtora do vício desenvolvimentista da abordagem rural-urbano. O local do desenvolvimento, em muitos casos, foi apenas o urbano, como centralizador das atividades industriais. Quando o rural apresenta também essas características desenvolvimentistas, a análise e classificação ficam complexificadas. O argumento perde validade, embora uma nova explicação não suplante esse embate. Uma solução possível é evitar classificações macroestruturais e buscar nos arranjos de “economias locais” as dinâmicas de diferenciações possíveis e efetivas.

Na opinião de Ferrão (2000), a condição contemporânea diluiu a dicotomia rural-urbano tradicional. Significa que estes espaços estão “mais interligados”, embora não totalmente. As marcações de diferença ainda são relevantes, mas foram ressignificadas de acordo com complexas relações de complementaridade e distinção. Significa, também, indicar que espaços urbanos e rurais se tornaram mais diversos e incluem, entre si, variações de tangência. Ao homogeneizar as categorias de ruralidade e urbanidade, perdem-se muitas variáveis que explicam esses novos arranjos. Todavia, esse tecido interligado e novo não suplantou posições de diferenciações e constrangem, de certa forma, uma visão que anularia, de fato, suas identidades historicamente construídas nas representações sociais. A contradição própria dos discursos de valorização do rural passa pela falta de efetividade desses discursos, como indica Ferrão.

[...] a valorização simbólica e política que lhe é hoje atribuída no contexto dos discursos patrimonialistas contrasta com a fragilidade de meios efetivamente mobilizáveis nesse sentido, com a escassez de resultados entretanto obtidos (a mero título de exemplo, veja-se o impacto reduzido das iniciativas de turismo rural, tanto em termos de criação de emprego como de geração de rendimentos adicionais para as famílias) e com a estreita dependência de práticas de consumo urbanas cuja durabilidade está longe de corresponder a uma realidade incontrovertida. (2000, p. 49).

Pela proposta de Saraceno (1996), a forma de compreender as relações rurais-urbanas é analisar espaços locais. No caso, significaria analisar o campo e a cidade em conjunto num dado território. Nos estudos, como é possível organizar isso? Trata-se de uma pesquisa integrada (CARNEIRO, 2008) como forma de deslocar-se de uma abordagem tipicamente dicotômica. O que sobressair dos dados de campo explicará as classificações e representações como ordenamentos internos, nativos.

Se o objetivo da pesquisa é não fortalecer a dicotomia, a pesquisa precisa ser integrada, ou melhor, geral, desconsiderando variáveis *a priori* e abordando as variáveis produzidas pelos atores sociais. A vantagem dessa proposta reside também na desconsideração de aspectos determinantes, como vetores de objetividade unívoca e de premissas homogeneizadoras das relações sociais. Além disso, evita-se o risco de proceder uma leitura europeizante do rural brasileiro.

Parece ser mais importante e produtivo apontar as limitações e os problemas da dicotomia rural urbana, do que apontar uma solução milagrosa para acabar com essa problemática. Num contexto de “consensos provisórios”, como diz Carmo (2009), o rural já foi identificado com uma tradição antiga, como um resíduo em vias de desaparecimento, como um espaço dominado pela urbanização e, paradoxalmente, como entidade renascida de nova roupagem. Essa diversidade de aspectos reforça o peso das disposições analíticas ensejadas em torno de um objeto fúgido e, em certa medida, ainda incógnito.

O alerta emitido por vários teóricos (CARMO, 2009; SARACENO, 1996; BONOMO et al., 2011) é de que convém avaliar a penetração urbana no rural com parcimônia, sob o risco de homogeneizar seus efeitos, sua amplitude e seus resultados. Não se trata de tornar o rural urbano, porque esse não é um processo unívoco. Mesmo nas interpretações que insistem numa diferenciação estrutural entre os espaços, não se depreende que as variações sejam simplesmente substituídas e que o evolucionismo possa explicar uma transfiguração social, promovendo valores urbanos como lógica generalizadora.

É possível identificar essa conjuntura com o conceito de “indigenização” da modernidade proposto por Marshall Sahlins (1997), no sentido de que os atores sociais atingidos por mudanças em suas narrativas fundamentais, elementos culturais ou mesmo nas condições estruturais não os substituem direta e simplesmente, mas os ressignificam à luz de seus referenciais e atribuem sentidos e significados próprios.

Deste modo, as comunidades rurais que sofrem intensos processos de urbanização integram modalidades de diferenciação social distintas e, em muitos casos singulares, que não podem ser tipificados de forma geral. A urbanização não desmantela devastadoramente as estruturas anteriores. Pelo contrário, estas tendem a interagir com as estruturas modernas, de modo a constituir determinado tipo de práticas e de comportamentos sociais que não são plenamente modernos nem puramente tradicionais (CARMO, 2009, p. 267-268).

A visão da emergência de um rural renascido é proposta por Kayser (1990), no sentido de que ocorre uma variação entre aspectos da modernização e da manutenção tradicional. Em resumo, não significa que a ruralidade clássica resista a modificação, tampouco que a urbanização tolhe e varre o rural suplantando-o. Seu renascimento reside no crescimento demográfico, na maior variedade das atividades produtivas e econômicas, na somatização de estratégias locais. Significa, na interpretação de Kayser, uma posição da maior autonomia rural no quadro do continuum rural-urbano e não o contrário. A transformação na base econômica, na perspectiva ambiental e mesmo de valorização turística não são respostas da urbanidade sobre a ruralidade, mas uma reorganização do rural frente a uma realidade geral em curso.

Subjazem, portanto, as variações de tratamento do rural como uma realidade fadada ao desaparecimento, como uma estrutura insolúvel, que resiste às transformações, e de uma reinvenção constante. Essas categorizações são, nas palavras de Carmo, “representações que tendem a conciliar determinados parâmetros teóricos com a análise empírica de certas realidades circunscritas” (2009, p. 273). Como tal, não parece ser lícito desconsiderar nenhuma delas no corpus analítico, embora as dinâmicas sociais, historicamente, tenham convergido para processos sociais de ressignificação.

Por isso, enquanto tal este deverá ser interpretado a partir de uma perspectiva dinâmica e pluridimensional, definida tendo por base o binómio penetração/apropriação. Isto é, o espaço rural sofre, sem dúvida, um conjunto profundo de alterações que resultam da penetração dos fatores de urbanização. No entanto, estes não se generalizam uniformemente pelas diversas zonas rurais, por dois motivos essenciais: primeiro, porque o processo de urbanização não é em si homogêneo, variando em função dos contextos sociais e econômicos em que é produzido (a influência de uma cidade pequena - ou média - sobre o espaço rural limítrofe não terá a mesma natureza da que é exercida por uma grande cidade); segundo, porque as comunidades rurais empreendem diferentes formas de apropriação das componentes urbanas, em função de um conjunto de especificidades locais, sejam elas de caráter socioeconómico, cultural, ambiental. (CARMO, 2009, p. 274).

Essa variação de posições, segundo Carneiro (2008), expressa as dificuldades que os pesquisadores contemporâneos têm enfrentado ao tratar dos temas que abarcam o chamado “mundo rural” e que não se encaixam nos pressupostos teóricos clássicos. Esse problema provém também das imagens produzidas nas percepções dos pesquisadores, dos habitantes da cidade e dos próprios residentes do campo. Além disso, subjazem noções reificadas do rural, aquele não vivido, mas fantasiado pela literatura, pelo cinema e pela propaganda. Sua vitalidade

conceptual persiste em especificidades teóricas e como substantivo próprio na utilização orientada por critérios de autorreferência.

É importante esclarecer que aceitar os limites da capacidade heurística das categorias “rural” e “urbano” não significa abolir o seu uso ou reafirmar, apenas, que o rural não se restringe ao agrícola e nem que se trata de mera criação imaginária. Não é apropriado, muito menos, buscar uma essencialidade para essas categorias, de maneira a restituirlhes função classificatória. Essas observações nos levam à necessidade de reconhecer o estatuto teórico dessas categorias. (CARNEIRO, 2008, p. 28).

O alerta de Carneiro é enfático no sentido de compreender que as classificações operatórias geridas pelos pesquisadores recaem numa conceituação utilizada não só na academia, mas, de modo geral, entre instituições e mesmo pelo senso comum. A responsabilidade é notória e a necessidade de expandir o debate, premente. Não basta propor novas abordagens, é preciso qualificar a própria experiência da análise em relação aos critérios de ciência e de ressonância social. Concorda-se, mais uma vez, com Carneiro no sentido de que o desafio não se encerra em tratar com mais acuidade do conceito de rural e urbano, mas sim das práticas sociais em sentido amplo. Efetivamente são os atores sociais que dão aderência epistêmica entre as categorias teóricas e os dados empíricos. Melhor dizendo, a produção de conhecimento se dá na conexão da realidade objetiva com elementos subjetivos.

Nesses termos, seria mais prudente, em vez de tentarmos redefinir as fronteiras do rural e do urbano ou, mais simplesmente, de ignorarmos as diferenças culturais compreendidas nesses amplos rótulos, orientarmos nossos esforços para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a partir do olhar dos atores sociais. Seria o caso, então, de percebermos essas categorias como representações sociais que podem ser manipuladas ou resgatadas na mobilização de ações coletivas. Nesses termos, a questão principal seria a de identificar o lugar e o significado que essas categorias preenchem nas relações sociais em um espaço determinado. (CARNEIRO, 2008, p. 28-29).

Utilizar-se dessa estratégia de abordagem gera potencialmente uma distorção em relação a construção de variáveis. O rural manifesto pode ser idilizado, distante de uma ressonância empírica, mais uma vez colocando um problema para o pesquisador (CARNEIRO, 2008; MORMONT, 1989). Conforme Carneiro, uma solução possível é tratar as representações sociais da ruralidade como categorias operatórias e não fazer delas novas categorias analíticas.

A autora define que “a noção de rural corresponde a construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos” (2008, p. 30).

Se não é tácito suprimir ou superar de maneira simples a dualidade. É pertinente aprofundar o debate, como assevera Halfacree (1993). Ele parte da perspectiva de que resultam, em geral, três grupos de definições consensuais sobre o rural-urbano, a saber: definições descritivas; definições socioculturais; definições pautadas na localidade rural. Todas são válidas, porém as duas primeiras tratam de forma inadequada o espaço, enquanto que a última tende a uma excessiva distinção.

As “Definições Descritivas” são baseadas em dados quantitativos e nas características sócio espaciais, tais como estatística, definição administrativa, área construída, regiões funcionais, agricultura, tamanho da população e densidade. Em geral, são voltadas para o planejamento e manejadas na academia e o problema que decorre daí é a predefinição do que seja o rural e a posterior adequação da realidade ao conceito. Portanto, apenas descrevem, mas não conseguem definir o rural.

Por outro lado, as “Definições Socioculturais” organizam-se em torno do princípio de que o tipo de aglomeração (densidade) articula o modo de vida subsequente. Partem, então, do rural como um modo de vida (influência de Louis Wirth). Assentam-se na compreensão da mudança social e estabelecem as dicotomias urbano-rurais, além de subsidiar os estudos de comunidade. Da complexidade e variedade das comunidades rurais surge o conceito de continuum rural-urbano (Robert Redfield).

Em geral, essas percepções sofreram críticas pelas “evidências contraditórias”. Halfacree defende que são postulados teoricamente falhos e muito associados à noção de determinismo geográfico e a uma percepção limitada do espaço. Para ele, importa ressaltar que o espaço é produzido, demovendo as posições que estabelecem especificidades inerentes e condicionais. Implica, porém, não o tratar como um resíduo social. O espaço “é” a sociedade, não parte, resultado ou resquício dela.

Já a “Localidade Rural” pauta-se na percepção de um “desenvolvimento irregular” que não possui demarcações específicas entre rural e urbano. Ao contrário, tem uma “variedade de escalas espaciais”. Nesse sentido, a ponderação deve ser de olhar para os lugares, compreendendo relações extra rurais e extra urbanas.

Dessas três definições possíveis, mas problemáticas, propõem-se analisar outra alternativa, à luz da teoria das representações sociais. Esta abordagem infere em analisar o rural em seu contexto conceitual, simbólico e discursivo. O autor aciona Serge Moscovici para questionar o princípio de uma abordagem racional e científica do sujeito em seu cotidiano. Articulam-se a agência do sujeito e a forma como ele dá sentido à complexidade da realidade na qual está inserido, embora relativizando o papel linguístico desse processo. Seria, em suma, uma contribuição para as construções mentais que informam o discurso e a ação.

Halfacree (1993) critica, a partir disso, a limitação dos discursos eminentemente acadêmicos que impõem uma miopia teórico-empírica ao não reconhecer os discursos leigos, isto é, o conhecimento prático das “pessoas comuns”. Nisso reforça as possibilidades da abordagem representacional que converge para uma metodologia hermenêutica e interpretativa do rural. Assim, é sensivelmente importante analisar a forma como as pessoas de determinado local percebem o “espaço rural”, o significam e atribuem a ele sentido. Dessa relação discursiva emerge uma abordagem menos contraditória de um rural definido de fora. A conclusão de Halfacree (1993), portanto, é de que não seria prudente estabelecer uma definição única para o rural, mas investir na compreensão entre o espaço e as representações sociais. Com base nessa perspectiva, é possível construir uma definição com base cognitiva e discursiva. Essa posição seria corroborada pela convergência de um mundo pós-moderno e uma definição “imaterial”.

A produção de sentidos e símbolos é influenciada pelo período histórico, suas mentalidades, etc. Assim, é lícito considerar que o espaço ocupado pela dicotomia rural-urbano é informado por uma estrutura marcadamente desigual em relação a um rural ainda feudalizado e as cidades modernas industrializadas. Todavia, no atual estágio de desenvolvimento, essa distância é estruturalmente tão significativa para subsidiar, ainda, essa classificação díspar?

Algumas interpretações contemporâneas indicam que essa variação tem se diluído na medida em que o campo também se industrializa. O vetor, nessa percepção, é econômico e concentra-se na preponderância (ou não), de níveis de industrialização. Por outro lado, as leituras baseadas nos chamados “modos de vida” também podem perceber uma maior integração e incorporação de valores ditos urbanos nas práticas das populações rurais. A questão que resiste não parece ser a de que as coisas estão mais parecidas na atualidade, mas se realmente foram diferentes no passado.

Considerando a contribuição de Marc Mormont (1989), convém alertar sobre o mito de uma categoria analítica pura. Estas são produzidas com base em elementos difusos e prerrogativas variáveis. Como construção, ela é alterada conforme as mutações históricas e se atualiza conforme a ação e o interesse dos atores sociais. No que tange a categoria de rural, Mormont aponta que ela se tornou complexa porque passou a designar uma pluralidade demasiada de elementos. Essa pluralidade não converge para uma classificação baseada num conjunto de critérios.

A reivindicação identitária, como capacidade de produção de alteridade, expressa o reconhecimento da especificidade de um grupo social. No caso, os grupos sociais que se denominam rurais estabelecem essa correlação que impele a um tratamento analítico como categoria social. É o seu discurso que consubstancia essa variável e justifica, inclusive, sua abordagem. Como defende Mormont (1989), a categoria de rural subsidia a promoção da uma identidade social das populações que vivem nesses espaços. Mesmo que não concordem com todo o conjunto de caracterizações, esses atores se reconhecem na categoria, principalmente porque precisam ou desejam se diferenciar daqueles que não ocupam tal espaço ou não estão envolvidos em tal corpo ideológico.

A relação do conceito operacional com o conceito analítico não é, portanto, uma distinção puramente metodológica que implicaria apenas precauções oratoriais na observação ou na exposição. Pelo menos no que diz respeito aos grupos sociais, parece inevitável que assim que uma categoria (que como tal caia no senso comum) se torne uma representação socialmente efetiva, também é usada como uma categoria sociológica: a reconstrução a ser realizada pelo sociólogo não pode então limitar-se a definir as propriedades sociologicamente significativas que definem a associação nesta categoria; deve incluir uma análise de como a categoria comum é usada, ou seja, o relacionamento que os indivíduos têm com a categoria. (MORMONT, 1989, p. 335).

O trabalho sociológico, como alerta Mormont (1989), não apenas poderia confundir elementos da experiência social e da classificação analítica, mas interferir produzindo e reforçando representações sociais a partir de uma possível autoridade científica. Considerando esse alerta, seria convergente questionar: até que ponto o conceito de rural e de urbano são de fato expressões conceituais presentes na realidade ou fruto de uma simplificação analítica e teórica transplantada como representação para a realidade social? Na prática, importa menos qual a origem da produção do conceito/categoria e mais o sentido que os atores sociais evocam, que leitura efetivam e que relação estabelecem entre esse conceito e suas ações sociais.

As diferenças entre as cidades e o campo são múltiplas e mudam; mas o espaço nunca é indiferenciado: mesmo que a natureza das relações entre as cidades e o campo mude, mesmo que a extensão da desigualdade econômica seja reduzida, mesmo que o campo seja um espaço amplamente utilizado pelos habitantes da cidade e até mesmo se dificilmente existem diferenças de estilo de vida entre as populações das cidades e do campo, as cidades e o campo são espaços diferentes na sua morfologia, suas características físicas. Essas diferenças, portanto, não são necessariamente diferenças sociais ou desigualdades, embora a diferenciação espacial resulte quase que necessariamente. O ponto essencial, para nossa hipótese, é que essas diferenças podem ser objeto de uma leitura, uma interpretação que dê um significado à oposição entre a cidade e o campo, que situa o rural como o termo de uma oposição que tem um significado na leitura que os atores podem fazer do mundo social. Não se trata, portanto, de questionar a relação urbano-rural ou a realidade das diferenças que compõem o espaço, mas sim a questão de como certas diferenças podem ser objeto de uma “uma construção simbólica”, para se tornar um suporte em uma leitura do mundo (MORMONT, 1989, p. 338).

Concorda-se com Mormont (1989) no que tange a considerar o papel da ruralidade como uma proposição de sentido e de diferenciação mental, em relação a qual os atores evocam elementos e dão mais ou menos prevalência em relação a critérios que a teoria sociológica, por exemplo, tentar quantificar e equalizar. Segundo o autor, são essas predisposições que estabelecem as variáveis de um rural naturalizado, com relações sociais de maior proximidade, que resguardam elementos do passado, como uma reserva técnica de conteúdo nostálgico, onde a vida é mais autêntica.

Em contraposição, o urbano pode ser lido como local da maior intensidade e velocidade das relações, embora sejam elas mais teatralizadas e distantes, da mesma forma que assume a posição de indicar o futuro, a modernidade. Se a cidade é o local do novo, o é também por sua efemeridade contrastada as permanências e resistências presentes teimosamente no campo.

As redefinições do conteúdo ecológico impactam diretamente nos papéis sociais desempenhados pelo mundo rural e interferem diretamente na construção identitária dos moradores desses espaços. Os espaços rurais subsidiariam a edificação de uma representação pautada na preservação ao evocar o caráter comunitário, a interdependência entre os moradores e uma vinculação temporal mais longa entre o homem e o meio. Assim, o rural das comunidades historicamente constituídas é alçado a partícipe privilegiado na discussão da preservação ambiental.

Além do argumento ecológico, o de preservação de memória, de nostalgia – como já indicado – é valorizado como uma identidade em risco e que suscita, inclusive, um apelo

turístico, valorizando territórios e práticas do ponto de vista de uma oportunidade econômica. Seria fazer do dito “atraso” do mundo rural, uma oportunidade atualizada com as tendências de consumo e que impacta na própria organização mental das localidades.

O impacto de uma redefinição do rural – notadamente no sentido de suas transformações estruturais, de novos papéis/funções sociais e ainda da menor diferenciação técnica em relação ao urbano – não deixa de ser uma construção das representações, ou novas representações que subsidiam o entendimento e as identidades rurais. Como aponta Mormont (1989, p. 349), “o objeto sociológico não é a construção rural, mas a construção social de um todo que é, ao mesmo tempo, uma representação do social, um modo de gestão e uso do espaço”.

Na pesquisa hora em análise, parte-se da prerrogativa de que entre os jovens do campo manifesta-se uma expressão identitária rural. Essa ruralidade como “sentido” e como “sentimento” ultrapassa as definições de categorias estruturais definidas por critérios de classificação. É uma manifestação representacional e que permeia o imaginário e o reconhecimento de si. Trata-se de uma identificação como o modo de vida e com as expressões culturais notadamente vinculadas com a realidade de vida camponesa.

Como manifestação identitária, ela é, também, relacional com base no modo de vida urbano. Como aponta Costa (2002), a urbanidade tornou-se um padrão e um modelo de existência social. Constata-se, porém, que essas pressuposições não estão ligadas a critérios empíricos, senão por associações ideológicas, mentalidades e representações. É como dizer que o rural e o urbano produzem modos de vida diversos porque nós definimos e enxergamos diferenças.

Por outro lado, a preocupação da Carneiro (1998b) é pertinente, pois, ao tratar os conceitos rural e urbano como “representações sociais”, não se está resolvendo o problema da dicotomia, mas, sim, formulando-se um olhar subjetivo que pode potencializar a compreensão dessa realidade. De toda forma, como representações sociais, esses conceitos expressam a vantagem de aproximarem o analista dos atores sociais e de considerar elementos empíricos específicos.

Como sustentamos, a ruralidade não é mais possível de ser definida com base na oposição à urbanidade. O rural e o urbano corresponderiam, portanto, a representações sociais sujeitas a reelaborações e ressemantizações diversas de acordo com o universo simbólico a que estão referidas. A ruralidade se expressa de diferentes maneiras como representação social – conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou

visão de mundo – que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos, num processo de integração plural com a economia e a sociedade urbano-industrial. (CARNEIRO, 1998b, p. 73).

Afirma-se que o paradigma dessa pesquisa não é apontar as representações sociais em si, relatá-las ou mapeá-las. Trata-se de compreender como são manifestadas, construídas, significadas. A produção dos sentidos é o elemento central para compreender como os jovens elaboram e reelaboram seus processos decisórios. Elementos discursivos e ideológicos permitem aprofundar o entendimento sobre o fenômeno da permanência e da ruptura de jovens rurais, dando atenção para as variáveis subjetivas.

A pesquisa organizada por Bonomo et al. (2011), por exemplo, se utiliza de um cabedal teórico e metodológico das representações sociais para compreensão do imaginário social, em relação a uma comunidade rural. A estratégia utilizada permitiu compreender a formação de autoimagens positivas e negativas no contexto das identidades rurais que, em certo sentido, passam por um processo de depreciação social, considerando as percepções de atraso e pobreza.

Reforça-se que não se trata de eliminar a dicotomia dualista, tampouco negligenciar ou refutar a variação classificatória com base nos critérios múltiplos que ainda são e podem ser utilizados. A questão reside em considerar os riscos de engessamento analítico, da produção de vieses interpretativos, da reificação de elementos teóricos sem ressonância empírica. A opção é palmilhar os processos de produção das imagens e representações que, em última análise, subsidiam a sobrevivência dos critérios diferenciais e da própria ideia de rural e urbano. Defende-se aqui que se uma realidade existe como representação social, ela existe como problema de análise. O rural é, acima de tudo, uma ideia presente entre os atores sociais que o vivenciam.

#### **4. CAPÍTULO 4 – JUVENTUDES**

*“Se não há virtude especial em ser jovem, seja, talvez, honesto admitir, pelo menos, que é muito difícil sê-lo”.*  
(Marialice Foracchi, 1972).

As juventudes propõem uma interrogação constante: o que haverá à frente? Nisso não se diferencia das demais situações humanas. Não se conhece o porvir, mas vive-se desde cedo as suas possibilidades. Vivencia-se, durante a juventude, uma angústia dilatada sobre o que acontecerá e que futuro se deseja. Como condição temporal, os jovens têm menos propensão para resignar-se com o que a vida lhes proporciona. Ainda há tempo para modificar a sorte. Diante de um leque que se supõe infinito, esses atores esperam construir jornadas intensas, pautados em convicções – ainda frágeis – e em desejos ardorosos.

Ser jovem evoca, em primeiro lugar, o problema do ser. Ser é uma condição dos seres dotados de sentido manifesto a sua existência. Antes de pensar, portanto, em o que é um jovem, deve-se perguntar o que significa a juventude. A juventude, como marco conceitual singular, foi construída como uma fase da vida, apenas uma parte dela, circunscrita a um período, a eventos e comportamentos associados a um momento transitório do ser. Ser jovem não é um fenômeno natural, mas naturalizado, uma vez que um conjunto de expectativas sociais é lançado sobre esses indivíduos.

A intenção deste capítulo é, portanto, além de apresentar os principais aspectos conceituais do tema, questionar a própria categoria analítica e a dualidade entre juventude rural e juventude urbana. Trata-se, neste modo, de discutir as múltiplas formas e maneiras de expressar as juventudes, num pluralismo mais que conceitual, analítico.

É voz corrente entre os estudiosos que definir juventude é uma tarefa complexa e ingrata. Complexa porque o termo evoca uma multiplicidade de variáveis. Ingrata porque definir ou conceituar obriga realizar um recorte ou uma generalização, e com isso muitos elementos explicativos são sobrevalorizados ou invisibilizados. Tratar a juventude a partir de sua diversidade e complexidade é um desafio que se expressa pela base teórica e se desdobra nos elementos empíricos, não dissociando-os, mas buscando uma convergência epistemológica.

Levando em conta essa conjuntura e reconhecendo a importância de marcar uma trajetória de definição, apresenta-se uma proposta de discussão sobre as juventudes analisadas nesta pesquisa, além das noções e percepções gerais do conceito de juventude e seu processo de desenvolvimento histórico enquanto categoria social de análise. Ademais, busca-se definir uma especificidade conceitual sobre a juventude rural, o objeto empírico dessa pesquisa.

#### **4.1 Juventude como Categoria Social**

A juventude, como é entendida nessa discussão, se refere a uma categoria social e sociológica. Isso se deve porque o sentido dado à juventude, que se expressa na atualidade, é um produto da modernidade, assim como a própria sociologia. A juventude é uma construção social que teve suas bases fundadas numa sociedade de desencantamento, de suposta racionalidade técnica e vinculada ao sistema de produção capitalista. Essas informações não significam que o termo juventude não existisse em sociedades pretéritas à modernidade. Implica, nesse caso, o sentido dado e o conceito em si.

Como construção social (PAIS, 1990), a juventude existe na medida em que os jovens são reconhecidos no tecido social. Esse processo depende de uma informação interior entre os indivíduos que se vinculam ao conceito e a expressão exterior que reforça a existência dessa categoria. A conceituação, como já dito, é um processo complexo e nele múltiplas variáveis exercem papéis diversos. Em síntese, a sociedade identifica, organiza e dá sentido à juventude que, paradoxalmente, é marcada pela transitóridade (LEVI & SCHMIDT, 1996). Transitório é o jovem como indivíduo e a juventude como fase da vida. A juventude como conceito tem sido perene desde a Idade Moderna.

Como entende Groppo (2000), a juventude é uma categoria social. Enquanto categoria social, ela se distingue de uma fase da vida, mas não se constitui como um grupo concreto ou uma classe social. Assim, a juventude assume o significado de ser uma representação sociocultural. Representação porque existe na medida em que é reconhecida e marcada pelo grupo interno e externo. Não se trata de um grupo fechado em si mesmo, mas de um grupo que é constituído no imaginário que cerca e que reflete nele sua condição de existência. Não se trata, portanto, de reconhecer apenas a juventude como tal, mas as diferenciações de idades em si mesmas.

[...] a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. Na verdade, outras faixas etárias construídas modernamente poderiam ser definidas assim, como a infância, a Terceira Idade e a própria idade adulta. Trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas. (GROOPPO, 2000, p. 7-8).

A importância da juventude como categoria social reside no fato de que ao reconhecer esse grupo como diverso dos demais é possível acompanhar seu desenvolvimento e suas influências na conjuntura geral. Além disso, pode-se compreender melhor as transformações pelas quais as múltiplas sociedades passam através do tempo.

Como aponta Groppo, estudar a juventude permite compreender as “metamorfoses da própria modernidade em diversos aspectos, como arte-cultura, lazer, o mercado de consumo, as relações cotidianas, a política não-institucional etc.” (2000, p. 11-12). Em muitos sentidos a juventude se torna um estrato privilegiado de análise. Ao serem classificados como jovens, retira-se deles a condição de infância e de idade adulta. Logo, suas experiências sociais carregarão essa negação e essa afirmação identitária.

Justifica-se como categoria de análise porque representa uma “condição socio temporal” e, como tal, carrega uma série de experiências sociais, sendo por meio da vivência enquanto juventude que essa identidade social é formada. A juventude existe, em última instância, porque definimos que existem diferenciações ao longo da vida. As motivações para essas fraturas, etapas e situações são variadas, mas elas se fortalecem na medida em que se dá sentido a elas. Não são fechadas, pois dependem de critérios discursivos que estão em conflito e mudança intermitente.

Em muitos casos, como critica Lemus, os estudos de juventude se baseiam em fazer um recorte etário e decorrem daí estudos pautados não em uma categoria teórica, mas meramente num “segmento de população” (LEMUS, 1998). O autor apresenta a interrogação: “a juventude existe?”. Não se trata de duvidar da existência factível e reconhecível como uma etapa da vida entre a infância e a idade adulta. Questiona-se a juventude como um objeto teórico capaz de promover a compreensão das relações sociais desenvolvidas por esses atores. Comumente, na

falta de um conceito teórico claro, busca-se na realidade empírica elementos para tratar dos jovens (LEMUS, 1998).

Como destaca Doutor (2016), durante muito tempo a sociologia buscava verificar as similaridades entre as diferentes formas juvenis. Nas últimas três décadas, contudo, tem se preocupado em analisar e compreender suas diferenças. A necessidade de um tratamento plural em relação à juventude se justifica pelo empobrecimento que o conceito fechado em si pode trazer. É complexo e temerário definir o que é juventude numa conjuntura em que o próprio termo encerra um princípio de identificação. Enquanto identidade social, a juventude é múltipla e suas vinculações e disruptões são diversas. Como aponta Groppo (2000), não há uma representação social que se ligue à juventude, mas uma miríade de elementos que compõem representações.

A juventude como categoria social não apenas passou por várias metamorfoses na história da modernidade. Também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido a sua combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social –, e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e de gênero. (GROOPPO, 2000, p. 15).

A singularização da juventude contribui ainda para reforçar a noção de grupo ideal. Isso se deve ao conceito formatado durante a Idade Moderna de que os jovens representavam as pessoas brancas, urbanas e, sobretudo, os homens. A seletividade imposta nessa classificação fez com que os demais jovens fossem congregados pela alcunha dos problemas sociais ou invisibilizados como sujeitos sociais e históricos. Explica-se a dificuldade de reconhecimento que experimentaram as juventudes femininas, negras, periféricas, operárias e rurais, por exemplo. O embate identitário reforçou a importância desse tratamento plural e também inclusivo.

Essa cultura juvenil de massa (branca, masculina, urbana e de classe média) é muitas vezes tomada como referência pelos próprios grupos marginalizados, num processo de ressignificação social. Aproximam-se e se distanciam da noção de juventude, marcando posição de convergência e, principalmente, divergência. No caso dessa distinção de gênero, por exemplo, Groppo assevera que “a juventude também é vivida diferentemente em cada um dos gêneros, mesmo quando se trata de indivíduos de uma mesma classe ou estado social, do mesmo ambiente urbano ou rural, etnia, etc.” (2000, p. 16). Esses sentidos diferenciais de explicar as

próprias experiências sociais impactam na construção teórica referente às juventudes. Ser jovem é um processo social complexo e diverso em sua essência. A contradição de suas definições e expectativas também molda o ser e o sentir-se jovem no mundo moderno.

É inegável, portanto, que o uso do termo juventudes é mais adequado para tratar dessa complexa categoria social. Expressa sua polissemia e sua diversidade. No entanto, não se pode esquecer que, em geral, mesmo em se tratando de juventudes, opera-se uma generalização. O problema maior não é o de generalizar, visto que é um princípio da própria ciência. A questão reside em propor uma generalização desconectada da realidade empírica. Nesse sentido, não basta apenas escrever o substantivo no plural. É necessário tratar a categoria social e analítica no plural em diálogo constante com a realidade, reconhecendo os elementos de unidade e diversidade. A homogeneidade e a heterogeneidade são também constructos sociais, os quais o analista deve ter em conta, conforme aponta José Machado Pais.

Insisto, pois, neste ponto, que me parece essencial: a juventude pode ser tomada tanto como uma *unidade* (quando referida a uma fase da vida), como ser tomada no sentido de conjunto social obviamente diversificado. Isto é, no primeiro caso, estamos em presença de um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase de vida, principalmente definida em termos etários; no segundo caso, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em situações sociais diferentes. Quase poderíamos dizer, por outras palavras, que a *juventude* ora se nos apresenta como um conjunto aparentemente homogéneo, ora se nos apresenta como um conjunto heterogéneo: homogéneo se compararmos a geração dos jovens com outras gerações; heterogéneo logo que a geração dos jovens é examinada como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros. (PAIS, 1990, p. 150-151, grifos do autor).

Uma solução plausível é definir a juventude como uma categoria sociológica relacional – nos dizeres de Nilson Weisheimer – já que “sempre somos jovens ou velhos em relação a alguém” (2008, p. 26). Essa percepção encaminha uma visão de que a juventude não é um conceito que existe em função de si mesma. Propõem-se que, como é uma categoria relacional, depende de compreensões internas de si e das definições externas. Ainda se pode considerar o fato de que é relacional por não permitir um tratamento empírico generalista, visto que não há uma única juventude, senão múltiplas juventudes. O conceito, de toda sorte no campo teórico, conviverá com os ganhos e as perdas da necessária generalidade. No campo empírico, tencionará a pluralidade do tratamento analítico.

O conceito generalista de Weisheimer (2008) elenca não só as características, mas também as condições sociais em que a juventude está inserida. É objeto de conflitividade, de subalternidade, de revolta. Traz com isso a ideia de fator dinâmico das relações, sendo um dos pontos nevrálgicos das tensões presentes na estrutura social, que é eminentemente histórica. Ainda assim, forja-se pela via das representações e existe enquanto essas relações se fazem presentes na realidade social.

Juventude é uma categoria social fundada em representações sociais segundo as quais se atribui sentido ao pertencimento a uma faixa etária, posicionando os sujeitos na estrutura social. A juventude é caracterizada ainda pelo processo contínuo de incorporação de novos papéis sociais por meio de diversos processos de socialização, o que configura a transição da infância à vida adulta. Como a compreendemos, a juventude é, antes de tudo, um signo das relações que a sociedade estabelece, simultaneamente, com seu passado e seu futuro. Com efeito, as características dessa categoria são: a ambivalência típica de sua situação liminar por conta da própria transitóridade; a posição subalterna aos adultos na hierarquia social; a conflitividade originada pelo processo de individualização nessa situação liminar e subalterna; a criatividade e a capacidade de inovação própria do contato original das novas gerações com a cultura preestabelecida. (WEISHEIMER, 2008, p. 27).

Pelos critérios de definição objetivos, a marcação do início da juventude se relaciona ao início da puberdade e se ampara, portanto, num critério biológico. Sua finalização e o invariável ingresso na vida adulta é um momento de maior complexidade para marcação. Nesse momento, os critérios tendem a ser sociológicos. São usados elementos jurídicos, por exemplo: maioridade, requisição ao serviço militar, no caso dos rapazes, ou as pressões de trabalho e renda, além do casamento e da maternidade/paternidade (WEISHEIMER, 2008). Ser jovem significa, dessa forma, se aproximar mais das dinâmicas laborais. Seja como trabalhador propriamente dito, seja como estudante, o trabalho evidencia-se como importante elemento de socialização dos indivíduos.

Como categoria relacional, a juventude deve ser pensada para além das propostas substancialistas, no sentido de encadear as múltiplas relações sociais que a constituem. Melhor dizendo, é oportuno considerar as dinâmicas dos jovens como sujeitos sociais e históricos e problematizar a identidade que constroem de si e da condição que assumem como grupo perante os demais sujeitos. A questão, portanto, reside numa abordagem que contempla essa pluralidade identitária entre a juventude em si e os jovens que a compõem (WEISHEIMER, 2008).

Os critérios para definição da juventude como uma faixa etária, ou como coorte, são em geral imprecisos, porque cada sociedade ou grupo social estabelece sentidos diversos para as idades e expectativas sociais. A conceituação, ainda que contribua para basilar as ponderações, carrega problemas recorrentes causados pela arbitrariedade de um dado objetivo, como a idade, e a construção dos significados, que são subjetivos. Não se trata, contudo, de desconsiderar a importância que a idade assume na construção da noção de juventude. O que se propõe é não apontar a idade como elemento central ou primordial da análise.

As faixas etárias ou idades da vida são determinações objetivas que remetem principalmente ao Direito. Como tal, não podem ter caráter absoluto ou universal e servem como elementos de classificação, subsidiando o reconhecimento entre os indivíduos que estabelecem um conjunto de prerrogativas para cada extrato social. Esse reconhecimento é simbólico e diz respeito ao imaginário social. Se a idade em si é um elemento objetivo, a categoria de juventude é subjetiva, visto que depende de uma construção conceitual social. Objetivamente ela se insere nas estruturas sociais. Subjetivamente ela influencia um conjunto de comportamentos informados pela identidade juvenil (GROOPPO, 2004).

Da mesma forma, concordam Levi e Schmidt (1996), para quem os critérios biológicos ou jurídicos, que dão objetividade à definição, são ressignificados e envoltos, eles mesmos, numa emaranhada e complexa rede simbólica. Os próprios jovens estão constantemente jogando com suas concepções de si.

Na juventude concentra-se ainda um conjunto de imagens fortes, de modos de pensar, de representações de si própria e também da sociedade como um todo. Estas imagens constituem um dos grandes campos de batalha do simbólico. A sociedade plasma uma imagem dos jovens, atribui-lhes caracteres e papéis, trata de impor-lhes regras e valores e constata com angústia os elementos de desagregação associados a esse período de mudança, os elementos em conflito e as resistências inseridos nos processos de integração e reprodução social (LEVI & SCHMITT, 1996, p. 12).

Destarte, a juventude é, invariavelmente, um conceito social (GROOPPO, 2004). É importante distanciar-se das proposições que a naturalizam, geralmente associadas à Biologia, à Medicina, ao Direito e à Psicologia<sup>25</sup>. Embora a puberdade – como expressão da natureza – contribua para a construção dos significados da juventude, ela é apenas uma das variáveis que

<sup>25</sup> As mudanças fisiológicas “somente têm significado para o sociólogo, quando são traduzidos pela maneira em que são considerados pela sociedade na qual o adolescente vive” (HOLLINGSHEAD, 1968, p. 100).

são acionadas nesse processo. Da mesma forma, os limites jurídicos ou elementos de desenvolvimento corporal. Como aponta Bourdieu, “a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” (2003, p. 153).

Ainda assim, é complexo ignorar a importância referencial que as idades assumem como ressonância social. Se os anos vividos não determinam as relações sociais, a idade é acionada como uma variável dos processos sociais. Não apenas no sentido oficial dos deveres contratuais com o Estado, mas nos significados cotidianos, em que ter essa ou aquela idade promovem relações sociais distintas. Nessa acepção, Weisheimer (2008), propõe uma classificação dos jovens conforme subcategorias: Jovens Adolescentes (de 15 a 19 anos); Jovens (de 20 a 24 anos) e Jovens Adultos (de 25 a 29 anos). É uma forma de não considerar a juventude, mesmo enquanto coorte, como um grupo homogêneo. Ainda assim, não resolve o caráter de objetificação da categoria.

Nota-se que, de acordo com Lemus (1998), do ponto de vista biológico, a diferenciação entre infância e juventude se dá pela capacidade dos jovens de promoverem a reprodução da espécie (maturidade sexual). Do ponto de vista social, a diferenciação entre juventude e idade adulta se dá pela capacidade de reprodução da sociedade (trabalho, produção, renda). Nesse processo de reprodução social, a juventude serve como um momento de domesticação dos novos membros.

Os jovens, segundo Singer (2011), se caracterizam, também, por compartilhar o mesmo tempo histórico, pois “em função do mesmo tempo histórico em que nasceram, eles estão fadados a passar a vida juntos, atravessando as mesmas vicissitudes políticas e econômicas” (p. 27). Embora indicadas por separações etárias, as coortes estão organizadas conforme as relações de poder. Isto é, entre jovens, adultos e idosos.

A história é sempre feita por coortes. Embora elas se misturem em festas ou comemorações cívicas, nas famílias e no trabalho, a história, em cada período, é o resultado de coortes de adultos e velhos que desfrutam de poder político e/ou econômico, sendo desafiadas e denunciadas por coortes de jovens que eles dependem. (SINGER, 2011, p. 28).

Longe de pautar as análises dessa pesquisa conforme essa classificação, essa pesquisa opera com uma base de coleta de dados considerando jovens aqueles sujeitos entre 15 e 29 anos. Todavia, a definição de ser ou não jovem parte de uma auto declaração. Importa que o indivíduo se reconheça e se sinta como um jovem. O grupo de análise dessa pesquisa congrega, em geral,

indivíduos nascidos, respectivamente, entre 1988 e 2002. A maioria deles nasceu na década de 1990 e vivenciou na infância um quadro de crise social (SINGER, 2011). Já na década de 2000, a realidade social e econômica do país teve sensíveis melhorias que também afetaram as percepções desses atores sociais.

Segundo Singer (2011), os jovens recebem uma carga de deslegitimação por conta de sua suposta inexperiência e ignorância. Como são apressados e impacientes, devem esperar por seu momento que, paradoxalmente, é quando deixarem de ser jovens e provavelmente estiverem já resignados. Na mente dos jovens, porém, há um vigor estoico de que farão um mundo melhor conforme lhes aprovou: “[...] os jovens tendem a acreditar que, devendo construir um novo mundo, eles serão capazes de fazê-lo melhor, mais justo e mais livre do que o mundo em que vieram à luz” (SINGER, 2011, p. 29).

Essas características e composições classificatórias de juventude são fundamentalmente idealizadas. Para Bourdieu (2003), é preciso considerar a fragilidade do conceito de juventude quando proposto de maneira geral. Nesse sentido, não são iguais os jovens burgueses e os jovens operários, “as chamadas duas juventudes”. Os primeiros podem postergar a adolescência, enquanto que os últimos precisam abandoná-la com maior brevidade e urgência. Entre eles existiriam ainda várias “figuras intermediárias”. Tomada dessa forma, como elemento de generalização ou simplificação, a juventude seria “apenas uma palavra”, visto que explicaria pouco daquilo são esses indivíduos.

Todavia, se para Bourdieu, “juventude é apenas uma palavra”, para Margulis e Urresti (1996), a juventude “é mais que uma palavra”. Estes autores insistem no fato de que a juventude não é apenas um signo linguístico, mas um conceito, visto que a idade, assim como o sexo se tornam elementos de classificação social e de estruturação de sentidos. Os sentidos atribuídos à juventude representam mais que uma simples alocução. Tornam a palavra um corolário de potencialidades sociais.

Percebe-se, inclusive, que a juventude se torna um elemento estético e, como tal, uma mercadoria. O modelo de juventude está marcado pela imagem da classe média. É um protótipo que pode ser mercantilizado e potencializar o consumo do “ser jovem” para além da “juventude” (MARGULIS & URRESTI, 1996). Assim, os adultos de classes mais abastadas podem vivenciar aspectos juvenis por maior tempo e postergar não apenas a juventude, como distanciar-se da velhice. Ser jovem nessa lógica estética é poder consumir um determinado

conjunto de bens, usufruir de determinados espaços, operar determinadas linguagens, técnicas corporais, elementos culturais e vivenciar rituais específicos. A questão é que como estética mercantilizada, ela está vedada aos pobres e aberta a jovens e adultos com posses. A moratória juvenil, portanto, é um produto que pode ser ou não adquirido.

Como apontam Margulis e Urresti (1996), os jovens, em geral, dispõe de um crédito temporal, de uma moratória vital que se explica por não serem ainda adultos e responderem por um conjunto de expectativas específicas para sua condição biológica. Ocorre que, sobre essa moratória vital, incide uma moratória social, pela qual o usufruto da moratória vital está associado às condições materiais, as diferenças de gênero, de classe e das relações de poder. É por isso que, em sentido estrito, todos os jovens dispõem de uma moratória vital, mas apenas uma parte pode usufruir dela, consubstanciando uma moratória social na qual podem estudar, fazer intercâmbios, utilizar equipamentos de cultura e lazer. Para os jovens mais pobres, a condição vital não se transforma em melhoria social, visto que ingressam cedo no mercado de trabalho, que para eles é extremamente duro.

Ser jovem envolve fortemente a capacidade de ser reconhecido como jovem e reconhecer-se socialmente como tal. Os jovens se reconhecem entre si no cotidiano. Eles vivenciam um conjunto de elementos sociais mais ou menos compartilhados. Entre esses é possível destacar, conforme Margulis e Urresti (1996), a distância da morte. Os jovens estariam mais distantes desse momento derradeiro e se reconhecem nessa condição.

Como destaca Novaes, “biologicamente, o jovem é aquele que, em tese, está mais longe da morte. Biologicamente mais predisposto à vida, tem o gosto pela aventura, tem maior curiosidade pelo novo. Em consequência, tem um lado mais propenso ao revolucionário” (2002, p. 46). Essas definições biológicas e predisposições não são, de fato, uma verdade conjuntural, mas sustentam um discurso, assentam uma representação, uma imagem de um modo de ser. Essas variáveis é que são compartilhadas no sentido de ser jovem e se reconhecer como tal.

Pode-se dizer que entre os jovens mais pobres, as mulheres dispõem ainda menos tempo excedente e condições de moratória social, haja vista que “a condição de juventude se oferece de maneira diferente ao rapaz do que para a moça” (MARGULIS & URRESTI, 1996, p. 22). Essa conjuntura não é tão evidente, mas é também realidade entre as mulheres jovens de classes mais privilegiadas. Estas, se não enfrentam dificuldades de renda tão gritantes, ainda assim enfrentam a desigualdade de gênero, tendo diminuído seu capital social e lidando com os

desdobramentos de uma sociedade patriarcal e machista. Todavia, não se compara com a realidade de ser mulher jovem, periférica, negra, homossexual, por exemplo. Essa vivência juvenil é relativizada pela posição social, que influencia a construção das experiências sociais.

Segundo a advertência de Margulis e Urresti (2006), o modelo de juventude apresentado pelos aparelhos midiáticos resulta das estratégias de consumo comumente relacionado ao dos jovens de classe média alta. Esse “modelo” não pode ser identificado como expressão da “juventude” em si, mesmo que pela força de coação seja reproduzido pelos jovens de classe mais baixa. Pode-se dizer que a juventude não se manifesta pelo modelo, mas principalmente pelas rupturas e ressignificações que se processam pela interação e conflito entre os múltiplos atores sociais. As experiências sociais do cotidiano incorporam as dinâmicas de consumo, mas elas são apenas uma parte da construção cultural desse controverso conceito. Boa parte dessa construção se dá nos ambientes institucionais.

[...] devemos ter em mente, como um cenário em que a juventude é definida materialmente e simbolicamente, a rede de instituições em que a vida social está em jogo: a escola, o local de trabalho, instituições religiosas, partidos políticos, clubes e associações intermediárias, o exército. Em todas essas instituições, segue-se uma ordem ligada aos diferentes segmentos etários que estão presentes nas regras do jogo, nos sistemas de papéis, no posicionamento dos atores, nos discursos, nos tipos de sanções, o permitido e o proibido. A condição da juventude, em seus diferentes modos de expressão, não pode ser reduzida a um único setor social ou ser isolada das instituições, como se fosse um ator dissidente, separado do mundo social ou atuando apenas como sujeito autônomo. (MARGULIS & URRESTI, 1996, p. 27).

Considerando essa processualidade conflitiva, se reconhece que os jovens formam, segundo Braungart & Braungart (1996), uma cultura distinta daquela dominante e professada pela maioria da sociedade. Expressam elementos culturais e comportamentais singulares que se associam e distanciam dos padrões e das expectativas. Espera-se, inclusive, essa variação comportamental dos jovens em relação aos demais membros da sociedade. O comportamento que se dissocia dos valores consolidados tenderá, portanto, a ser classificado como juvenil e imaturo. A predileção pelo risco, pelo proibido, pelo impulsivo e pela irresponsabilidade são conotações associadas a quem é jovem ou inexperiente.

Essa imagem de juvenilidade como fase dos erros é acionada para justificar o cerceamento dos jovens em relação a inserção deles em alguns espaços e na assunção de determinadas funções. Historicamente, a juventude passou de um problema social para uma

“definição cultural prioritária” (DOUTOR, 2016), e desta forma tornou-se uma “definição simbólica” (MELLUCI, 1997). Nesse sentido, o ser jovem emana de uma vinculação consciente e interna, ou inconsciente e externa, à juventude: “as pessoas não são jovens apenas pela idade, assumem esta característica juvenil através da mudança cultural” (DOUTOR, 2016, p. 162).

A prática juvenil é compreendida na sua acepção de experiência social. Os jovens são jovens ao agirem segundo um conjunto de características compartilhadas e reconhecidas no cotidiano. Esse complexo universo de ação é diverso e com variações constantes. Como aponta a pesquisa de Leite (2017), é interessante e produtivo analisar os jovens no sentido das suas “experiências juvenis”, já que “cada um faz uma experiência do que é ser jovem” (2017, p. 26).

No geral e em síntese, a juventude é ação, paradoxalmente, como problema ou como esperança de futuro. Sua relevância como categoria teórica está ligada tanto às dinâmicas sociais modernas de delinquência, quanto às perspectivas de um grupo social engajado e transformador da realidade social do porvir. Os jovens são agentes de desenvolvimento social ao projetarem sobre as estruturas já consolidadas um esforço “novo”. Esse esforço é controlado e adequado às pressuposições ancoradas nos valores dos adultos. Quando se fala, portanto, da juventude como futuro, é um futuro condicionado aos interesses já estabelecidos. Isso não impede, porém, de que essa imagem construtiva da juventude seja alardeada e elogiada. Na prática, o porvir é sempre outro, pois não cessa de ser construído.

As definições, por força de suas características de recortes, simplificações ou urgências são instrumentos arbitrários. Expressam uma violência conceitual. Quando Bourdieu (2003) diz que definir idades é um ato arbitrário, pode-se expandir a noção para além do encarceramento temporal do que é ser jovem. O jovem, por ser definido como jovem, não poderá ser, por definição, outra coisa que não um jovem. Mesmo que se manifeste de forma diferente, sua autoatribuição corre o risco de redundar nas generalizações externas. E este mesmo indivíduo será apenas jovem, ou apenas não-jovem?

A juventude é também um não ser. Ser jovem é, sobretudo, não ser adulto ou criança. Assim, como uma fase da vida, ela não é uma negação em si, mas uma vivência carregada de expectativas para o futuro. Em geral, se aceita que, ao se tornar adulto, o indivíduo terá um reconhecimento simbólico de ser de fato. Até ali viveu uma preparação, um estágio de provações. Enquanto adulto, está pronto para ser socialmente ativo, conscientemente engajado em relação às disposições e valores.

A idade adulta se torna o ambiente da reprodução da sociedade em si mesma. É dela que parte o discurso mais incisivo de controle social. Mas até ali os jovens viveram e vivem enquanto jovens. Esse é o ponto. Há uma realidade social que é vivida enquanto juventude (DAYRELL, 2003). É nela, por exemplo, que se sustenta essa pesquisa. Da existência da juventude parte o necessário labor de compreendê-la.

#### **4.2 – Juventude como Processo Histórico**

Para compreender a construção da juventude como categoria social, é premente discutir seu processo histórico. Utiliza-se aqui uma análise e uma concepção dialética de juventude, como defende Groppo (2004). É necessário, nesse caso, compreender os jovens em relação a sua historicidade, as condições sociais em que se encontram e seu protagonismo na busca de autonomia.

A juventude foi tema desde o início da produção teórica das Ciências Sociais. Os jovens faziam parte privilegiada dos chamados “problemas sociais” (violência, criminalidade, etc.) e se tornaram problemas sociológicos. Expressavam uma necessidade de cuidado e de orientação para o ingresso social. Esse ingresso era condicionado a um modelo de vida adulta, no qual existe um conjunto definido de responsabilidades e de comportamentos aceitáveis, como destaca Pais.

Histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”. Se os jovens não se esforçam por contornar esses “problemas”, correm mesmo riscos de serem apelidados de “irresponsáveis” ou “desinteressados”. Um adulto é “responsável”, diz-se, porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e aprovisionamento). A partir do momento em que vão contraindo estas responsabilidades, os jovens vão adquirindo o estatuto de adultos. (PAIS, 1990, p. 141, grifos do autor).

Como aponta Philipe Ariès (1986), as idades são fatores de identificação social e que se transformam com o tempo, dadas as múltiplas significações que os grupos sociais estabelecem em relação a elas. A perspectiva do tempo marcado, racional e matemático da Idade Moderna traduz-se no número exato de anos vividos e que baliza também nossa identidade. Somos o número de anos vividos, somos o número do ano de nascimento, temos números de

identificação em documentos oficiais. Cada ano, ou cada novo ano, é reconhecível e reconhecido no jogo social.

As “idades da vida”, definições recorrentes desde a Idade Média, acrescentam os elementos rituais aos períodos da existência. Informam, sobretudo, as expectativas e as interdições. Coisas que se podem e se devem fazer aos 20 anos e aquelas esperadas aos 60, por exemplo. As marcações da passagem preenchem uma grande parte das relações sociais cotidianas, também relacionadas a passagem das estações (ARIÈS, 1986).

A maneira como nos relacionamos com os sentidos dados à experiência da vida influencia os conceitos que acionamos para construir a realidade imediata que vivenciamos no cotidiano. De acordo com Ariès (1986), as percepções dadas pela modernidade fizeram da vida um plano mais ordenado e matematizado, mas nem por isso totalmente desencantado. As fases, as marcações podem se vincular a critérios biológicos ou culturais. Podem, ainda, ser mescladas e ressignificadas conforme as práticas sociais dos grupos sociais. Percebe-se, portanto, que as idades, e nesse caso as juventudes, são marcadas por critérios com complexas lógicas internas e externas.

Segundo Ariès (1986), a simplificação das definições conceituais das idades ocorreu, também, pela dificuldade de tradução do latim para as demais línguas, especialmente o francês. Na cultura geral da Idade Média, circunscrita ao latim, havia sete idades, tal qual o número de planetas reconhecidos na época: infância (0 aos 7); *pueritia* (7 aos 14); adolescência (14 aos 28); juventude (28 aos 45); *senectude* ou gravidez (45 aos 60); velhice (60 aos 70 ou até a morte) e, por fim, a *senies* ou senilidade, uma condição da parte final da velhice.

No francês, essas idades foram reduzidas a três: *enfance*, *jeunesse* e *vieillesse*. Explica-se, assim, a supressão do termo adolescência que, às vezes, é incorporado ao termo juventude, noutras é a juventude suprimida em favor do termo adolescência.

Se não é o conceito de idade que muda, mudam as expectativas e os comportamentos atrelados as etapas da vida. A infância da Idade Média pode ser relacionada com a infância da Idade Moderna, porém os critérios de definição e, principalmente, as expectativas e papéis sociais serão diferentes a cada caso: “tem-se a impressão, portanto, de que, a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a ‘juventude’ é a idade privilegiada do século XVII, a ‘infância’, do século XIX, e a ‘adolescência’, do século XX” (ARIÈS, 1986, p. 48, grifos do autor).

A civilização medieval, nesse caso, não fazia distinções entre a passagem da infância para idade adulta. O que fez mudar esse conceito foi a importância que a escolarização assumiu na Idade Moderna, gerando uma separação formal entre as crianças e os adultos (ARIÈS, 1986). As crianças perderam anonimato e assumiram um papel mais claro nas relações familiares. Além disso, ocorreu uma diminuição da natalidade, visto o peso social de cada indivíduo nas dinâmicas da família, requerendo maior atenção.

Como observa Ariès, definiu-se um interstício temporal entre as idades: “passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos” (1986, p. 277). Essa perspectiva implicava em um controle sobre a afluência dos jovens no mundo adulto ou a negação dessa entrada, conforme as demandas e as necessidades propostas pelos grupos políticos dominantes a cada situação local e temporal.

No caso da modernidade, esse movimento foi burguês e aristocrático, expandido para as classes populares vagarosamente sob as bases de uma vigorosa coação social. Existiu, nesse caso, uma conversão dos sentimentos familiares em estrutura típica das classes sociais, visto que a marcação direta das idades se relacionava a separação dos espaços ocupados por cada estrato social. O “desencantamento do mundo” e a dita racionalidade técnica implicavam na consecução de ambientes diferenciais e de justaposição comportamental conforme a idade, o prestígio e a renda. A juventude tornou-se, por isso, ao mesmo tempo a negação da infância e da idade adulta.

A Idade Moderna foi o momento de transformação da base material da sociedade. Com o desenvolvimento da indústria, todos os membros do grupo familiar foram lançados a condição de mão de obra. Havia uma separação de idades em relação às jornadas, à remuneração e às atividades desenvolvidas, mas entre as famílias pobres – notadamente a maioria esmagadora da sociedade da época – todos os membros participavam do processo de trabalho. As condições de trabalho eram, em geral, muito ruins. As idades, embora marcadas, passaram a ser marcadas por uma condição de classe.

Nesse contexto, Karl Marx (1968) dizia que a idade adulta iniciava aos 18 anos. Notadamente preocupado com a existência material e as relações de produção da sociedade, ele insinuava que, para os trabalhadores mais esclarecidos, é preciso que a geração dos seus filhos supere a condição de exploração em que eles, pais, vivem. Essa é uma indicação do preceito de

progresso ou evolução das sociedades. Porém, para tal, seria necessária a ação do Estado regulamentando as formas e relações de trabalho para os jovens (menores de 18 anos).

Na perspectiva de análise de classe, Flitner (1968) compreendia que a juventude é açãoada como grupo a ser controlado para garantir a continuidade do status quo. Os jovens são engajados nas atividades dos adultos e inseridos nos códigos de controle. Estes, ao perceberem a eminência do processo e reconhecendo que não podem mudar às estruturas de controle e de status quo, focalizam espaços, situações, em que possam tencionar as relações. Significa dizer que a juventude interpõe uma alocução entre a percepção entre a burguesia e o proletariado. Ela expressa uma tensão nos processos de dominação social.

Essas pautas, inclusive, foram as que promoveram o desenvolvimento da Sociologia. Desse ponto de vista, é possível identificar pesquisas relacionadas à juventude na Alemanha antes da grande guerra, sobretudo com Karl Mannheim, e nos EUA com o desenvolvimento do departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, a partir da década de 1930 (WEISHEIMER, 2008).

Mannheim (1968), por exemplo, assinalava um duplo caráter da juventude nas sociedades modernas. Primeiro, a juventude era um grupo marginal em relação ao mundo dominado pelos adultos. Em segundo lugar, porém, essa mesma juventude marginal era a fonte de revitalização da sociedade. Nesse sentido, Mannheim dizia que a juventude dá elementos para mudança social. Se torna um estoque social a se lançar mão em situações específicas.

Aceita essa verdade, a função específica da mocidade é a de um agente revitalizante, é uma espécie de reserva que só se põe em evidência quando essa revitalização for necessária para o ajustamento a circunstâncias em rápida mudança ou complemente novas. (MANNHEIM, 1968, p. 72).

Na Escola de Chicago se notabilizaram os estudos sobre delinquência e gangues juvenis de Frederic M. Thrasher (*The Gang*, 1936) e William Foote Whyte (*Street Corner Society*, 1943). É notória a influência do Interacionismo Simbólico ao desenvolver a ideia de “subcultura delinquente”, apontando que os símbolos eram significados e ressignificados, dando sentido ao processo de interação social entre os jovens. Os grupos juvenis periféricos teriam uma interação pautada nos sentidos de não adaptação as regras e, portanto, formatando experiências de delinquência.

O estrutural-funcionalismo parsoniano contribuiu, nessa mesma linha, por desenvolver uma caracterização de suscetibilidade comportamental dos jovens. Estes seriam mais ou menos propensos a seguir os valores sociais instituídos. O ambiente escolar era o espaço fundamental para o controle do desvio e encaminhamento mais progressista das ações dos jovens na sociedade. Esse progresso dizia respeito ao reconhecimento de suas funções no tecido social (WEISHEIMER, 2008).

A Sociologia e a Psicologia norte-americanas foram pioneiras na discussão das questões da juventude. Expuseram as questões de pesquisa e estabeleceram os conceitos relativos à categoria social. A preocupação se dava em relação as “crises da juventude”, ou seja, os problemas sociais desencadeados por esse grupo social (ARIÈS, 1986). Esses problemas se somavam a uma sociedade em rápido processo de modernização e adensamento populacional que fomentou, por exemplo, a grande atenção da Sociologia da Escola de Chicago e a inauguração de modelos de pesquisa subjetiva.

Hollingshead (1968) reforça a influência dos teóricos da Psicologia da Adolescência no contexto dos estudos sobre juventude. Estes estudos e seus condutores eram, em geral, orientados pela visão funcionalista. Dentre eles, Granville Stanley Hall (1904) foi um dos mais importantes, estabelecendo o termo “adolescência” e definindo-a entre 14 e 24 anos. Para ele, a adolescência era pautada pela tensão relativa a um “novo nascimento”. Esse momento pelo qual passavam os adolescentes seria uma manifestação de suas transformações fisiológicas. Logo, havia uma perspectiva da naturalização dos comportamentos sociais desses sujeitos. Contudo, Hollingshead questiona a validade empírica dessas proposições deterministas. Para ele, os elementos anatômicos, fisiológicos e psicológicos exerciam influência no comportamento dos adolescentes. Todavia, a importância central para o comportamento juvenil era dada pelas relações culturais que vivem e produzem.

Eventualmente chegou-se à conclusão de que, do ponto de vista do sociólogo, a adolescência é nitidamente diferente do conteúdo formado pelos psicólogos, fisiólogos e educadores. Sociologicamente, a adolescência é o período da vida de uma pessoa que se define quando a sociedade na qual ele funciona cessa de considerá-lo (homem ou mulher) uma criança e contudo não lhe atribui o status, os desempenhos e funções do adulto. Em termos de comportamento, é definida pelos papéis que o indivíduo deve desempenhar, pode desempenhar, é forçado a desempenhar, ou proibido de desempenhar em virtude de seu status na sociedade. Não é marcada por um ponto específico de tempo, como por exemplo a puberdade, já que a sua forma, conteúdo, duração e período no ciclo de vida são diferentemente determinados pelas várias

culturas e sociedades. Sociologicamente, o ponto importante a assinalar sobre os anos adolescentes é a maneira pela qual as pessoas encaram o indivíduo no período de desenvolvimento. (HOLLINGSHEAD, 1968, p. 99-100).

O estudo de Hollingshead tinha o objetivo de provar que “o comportamento social dos adolescentes é intimamente ligado à posição que suas famílias ocupam na estrutura social da comunidade” (1968, p. 103). Segundo ele, essa hipótese era comprovada pela relação funcional entre a posição de classe e o comportamento. Contudo, o comportamento dos jovens era muito diverso, inclusive considerando as diferenciações dentro de uma mesma classe.

Hollingshead (1968) chama atenção para o fato de que é na infância que o indivíduo recebe e constrói a maior carga de elementos dos seus comportamentos. Vivenciando espaços familiares e comunitários, o próprio imaginário tende a se moldar diante dessa realidade imediata. Ela influencia, mas não determina as decisões tomadas na adolescência e na juventude, uma vez que os atores sociais estão sempre em modificação e uma decisão pode reforçar elementos mais íntimos e domésticos ou justamente se distanciar deles.

Na mesma linha funcionalista, Léopold Rosenmayr (1968) comprehende a juventude como interstício de 14 a 24 anos. A adolescência propriamente dita vai até os 18 anos. A juventude efetiva é o período dos 18 até os 24 anos. Essas separações, no entanto, não apresentam homogeneidade social, sendo muito diversas as populações que as compõem. A idade de casamento indica, também, que a juventude éposta a termo. Quando as idades médias de casamento aumentam, aumenta também o período de juventude socialmente falando. Essas bases cronológicas mostram que, durante boa parte do século XX, as pesquisas sociológicas basilavam a juventude entre 14 e 24 anos ou 15 e 25 anos. Com a expansão da juventude, passou-se a utilizar também o espaço de 15 e 29 anos.

A puberdade, embora marcada por um processo fisiológico, se constituiria num momento de socialização em que as expressões culturais são assimiladas e ressignificadas (ROSENMAYR, 1968). Ela também não seria vivenciada da mesma forma pelos distintos grupos, marcando-se, principalmente, as diferenças de classe. No decorrer da juventude, essa conjuntura é aprofundada na medida em que os jovens podem influenciar de maneira mais incisiva na cultura.

Há, dessa forma, um percurso epistêmico e uma relação acadêmica entre a “juventude problema” e o “problema da juventude” (ECHEVARRIA, 1968). As abordagens sobre a

primeira variável buscam compreender o caráter de desvio e delinquência da juventude, partindo de uma conceituação a priori. Já as proposições da segunda variável procuram entender a juventude em suas múltiplas manifestações e conceituações possíveis, não partindo de uma definição inicial, senão aquela que aponta para a existência dessa categoria social.

Além disso, a juventude desperta interesse como grupo relacionado ao desenvolvimento da sociedade. Os jovens, pela sequência cronológica, tendem a assumir os papéis da vida adulta e podem, potencialmente, protagonizar o desenvolvimento por meio da inovação (ECHEVARRIA, 1968).

Nessa perspectiva, desenvolveu-se o conceito de *teenage*, como explica Savage (2009). A definição passou a ser fortemente utilizado nos EUA a partir do final da Segunda Guerra Mundial, representando uma categoria de “jovens” de 14 a 18 anos. O termo tinha um forte apelo publicitário e expressava a criação de “um grupo etário específico com rituais, direitos e exigências próprios” (SAVAGE, 2009, p. 11). O processo de formação da *teenage* estaria vinculada a um período mais longo, de 1875 até 1945.

A força do conceito e do novo olhar sobre a juventude do pós-guerra estava atrelada ao peso do discurso norte-americano que levava ao mundo ocidental e capitalista uma perspectiva de inclusão, de humanismo e liberdade (SAVAGE, 2009). A própria noção de juventude se confundia como conceito de liberdade em si. E essa definição se ligava aos ideais de consumo. Os adolescentes se transformaram, desde logo, num grupo fortemente suscetível ao consumo de massa.

O nome dado a esta nova síntese foi *teenager*. As muitas interpretações possíveis para juventude haviam se resumido a uma só: o consumidor adolescente. Tomando vulto graças a um intrincado ecossistema de pressões de pares, a desejos individuais e ao marketing inteligente, a *teenage* resolvia a questão proposta pela guerra: em que tipo de sociedade de massa viveremos? Em contraste com o fascismo, o futuro americano seria ordenado em torno do prazer e da aquisição: a utilização da produção em massa para o lazer descartável como revistas, cosméticos e roupas, assim como equipamentos militares. (SAVAGE, 2009, p. 497-498).

A criação da adolescência como um marco de consumo foi muito oportuna para os EUA que se firmavam hegemonicamente no bloco capitalista. Aliás, a eficácia dessa mensagem também se deveu ao emissor. A aposta na juventude era um recado explícito para o novo foco,

isto é, o futuro. Silenciar um passado de dor e tristezas e propor um futuro de benesses, donde a propaganda era capitaneada pela juventude.

Os Aliados venceram a guerra exatamente no momento em que o mais recente produto da América estava saindo da linha de produção. Definida durante 1944 e 1945, a *teenage* fora pesquisada e desenvolvida por uns bons cinquenta anos, o período que marcou a ascensão da América ao poder global. A divulgação pós-guerra de valores americanos teria como ponta de lança a ideia do teenager. Este novo tipo era a combinação psíquica perfeita para a época: vivendo no agora, buscando o prazer, faminto por produtos, personificador da nova sociedade global onde a inclusão social seria concedida pelo poder de compra. O futuro seria *teenage*. (SAVAGE, 2009, p. 497).

Na esteira dessa discussão, é importante perceber como a marcação de gerações subsidiou e reforçou esse sentimento de aliar os grupos etários às perspectivas de consumo. Não se trata de pensar as gerações como Mannheim (1982), mas ordena-las por disposições de consumo. No final do século XX, William Strauss e Neil Howe (1992) definiram em seis as gerações presentes nesse período temporal: “Grande Geração” (1901-1924); “Geração Silenciosa” (1925-1942); “Baby Boomers” (1943-1960); “Geração X” (1961-1981); “Geração Y”, conhecidos com *Milennials* (1981-1990); “Geração Z” (1990-). Embora essa tipologia tenha se baseado em elementos de sociabilidade e das influências conjunturais, funcionam prioritariamente para orientação das experiências de marketing e de consumo.

Na década de 1960, vivenciou-se um período de múltiplos movimentos de contestação civil, donde os jovens eram a maioria ativa. O movimento de maio de 1968 na França, por exemplo, marcou um momento de renúncia e de ruptura em relação aos valores de vida adulta nas sociedades ocidentais.

Se o mundo vivia um processo de questionamento sistemático de valores, no Brasil as experiências de contestação estavam ligadas também à resistência ao governo ditatorial. A música era um dos elementos de luta mais engajados na época. Nesse sentido, foi icônica a declaração do psicanalista Paulo Gaudêncio, ao tratar do tema da juventude num programa de TV em plena Ditadura Militar<sup>26</sup>.

No programa, o debate era matizado por apresentações musicais e discussões sobre suas letras. Gaudêncio, por sua vez, centrava a fala numa problematização geracional, mas que

<sup>26</sup>Foram exibidos 32 programas, até que a censura recomendou à Fundação Padre Anchieta que o retirasse do ar em 1969, já sob vigor do AI-5.

indicava um conflito comportamental, pautado em valores e em ideologia. A frase que abriu um de seus programas representa também o momento de efervescência que a juventude mundial passava.

O jovem quer ser adulto. O que o jovem não quer é ser como o adulto que ele tem diante dele: um adulto quadrado, chato, que não sabe viver, moralista, preocupado muito com dinheiro, ou só com dinheiro [...]. Um adulto realmente nada atraente, que possibilita a vivência de tudo, menos da emoção básica, o amor. (GAUDÊNCIO, 1969).

Em meio a tendência de uma juventude revolucionária, reforçou-se também uma variável romântica. Os jovens como potencialidade do novo. Essa perspectiva estava ligada a noção de *teenage* formatada nos EUA. Vê-se que no Brasil, Mario Quintana, no poema “O Adolescente”, expressou essa imagem idílica da juventude, embora a marcasse pelo medo.

A vida é tão bela que chega a dar medo.  
Não o medo que paralisa e gela,  
estátua súbita,  
mas  
esse medo fascinante e fremente de curiosidade que faz  
o jovem felino seguir para a frente farejando o vento ao  
sair, a primeira vez, da gruta.  
Medo que ofusca: luz!  
Cumplicemente,  
as folhas contam-te um segredo  
velho como o mundo:  
Adolescente, olha! A vida é nova...  
A vida é nova e anda nua  
– vestida apenas com o teu desejo! (QUINTANA, 2006, p. 386-387).

A percepção romântica da adolescência e da juventude incitavam o caráter de liberdade que se estabelece a essa condição da vida. Ser jovem é ser novo. Ser novo é um desafio de medo e de oportunidade. Essas ideias acabam sendo, em geral, norteadoras e dão sentido às experiências juvenis. O primado de experimentar é favorecido pelo recurso do tempo. Isto é, haverá tempo para remediar, mudar de planos, refazer. O risco de uma derrota pessoal é contrabalanceado pela possibilidade de vitória ou mesmo do remorso de recursar a tentativa.

Em meio a essas variáveis, os jovens fazem escolhas, tomando em conta as imagens que têm de si mesmos e da realidade na qual se encontram. A lógica é utilizada, mas também

redefinida e ressignificada. O processo histórico da modernidade foi lentamente reduzindo a passagem abrupta da criança para a idade adulta.

Conforme as condições socioeconômicas abriram espaço para um ideal de consumo, antes apenas burguês, as sociedades em geral abriram um espaço de adaptação para as crianças se “desinfantilizarem” e se “adultizarem”. Em muitos casos, os termos associados são confusos. Em algumas sociedades o termo adolescência surgiu primeiro. Em outras, o termo juventude. Essa variação se deve, sobretudo, as características distintas das línguas.

De maneira genérica, pode-se afirmar que a formação desse lapso entre a infância e a idade adulta é uma experiência urbana em essência. Primeiro porque se vivenciou entre as classes mais abastadas da burguesia moderna. Segundo porque esteve ligada ao consumo de massa, premente às cidades. As dinâmicas sociais de classe se somam, portanto, as de localização. A juventude rural é, por sinal, um conceito tardio em relação ao próprio conceito de juventude.

Como aponta Mannheim (1968), a modernidade produziu a divisão das idades como faixas etárias universalizantes. Orientava-se pelo liberalismo e pelo apelo das ciências às leis naturais que, pela hegemonia manifesta à época, sobreponha-se também aos fenômenos sociais. A convergência desse modelo de pensamento, porém, não foi totalizante.

[...] como praticamente se deu na aplicação de todos os demais construtos da modernização “burguesa”, como a industrialização, a urbanização, a criação dos Estados Nacionais e dos mercados capitalistas, o impacto desta “naturalização” das categorias etárias, em destaque, a juventude, não produziu homogeneidade no tecido social. Na verdade, o próprio impacto destes inúmeros construtos da modernização “burguesa” foi gerador de ainda mais desigualdade e diversidade, sem que, no entanto, seja possível dizer que alguém tenha escapado ileso das ondas de modernização. (GROOPPO, 2004, p. 12).

Ainda que as juventudes sejam múltiplas e diversas, existem elementos estruturais e gerais que as atravessam e, indelevelmente, exercem influência. Se existem juventudes, nelas operam os impactos do sistema econômico, jurídico, cultural, etc., constituindo uma “condição juvenil”, isto é, mesmo sendo diferentes e diversas, mantêm características gerais compartilhadas pelos indivíduos que se reconhecem e são reconhecidos como jovens. Em resumo, compartilham da condição de serem jovens (GROOPPO, 2004).

Pela visão funcionalista, os jovens existem para se tornarem adultos. As expectativas sociais em relação à juventude seriam reduzidas a um processo de adaptação: “da juventude espera-se um trabalho de integração à sociedade ‘adulta’” (GROOPPO, 2004, p. 14). A função da juventude seria a de justapor-se aos critérios adultos.

Por essa visão, os jovens recebem um tempo para compreenderem seu espaço e se comportarem de acordo com ele. Toleram-se alguns pequenos desvios, vistos como comuns à imaturidade, mas exige-se um enquadramento. Àqueles que não respondem de forma esperada a essa condição, evoca-se o rótulo da anormalidade, muitas vezes chamado ou confundido de revolta ou tendência revolucionária.

Essa perspectiva é fortemente influenciada pelo pensamento organicista e naturalista. No caso da juventude, se formou primeiro na Medicina e na Psicologia e mais tarde foi incorporada pela Sociologia. Na Sociologia, o funcionalismo influenciou a noção da juventude problema, anormal.

[...] a visão funcionalista absorve parte da concepção naturalista de juventude que permeia a psicologia e a medicina, justamente no que se refere à noção de que existem estados “normais”, saudáveis, estabelecidos a partir de “leis sociais” positivamente inteligíveis. Se há normalidade, pode haver anormalidade, doença, anomia – aquilo que foge do padrão, do esperado, que destoa e não faz “funcionar” corretamente o sistema social. (GROOPPO, 2004, p. 14).

A condição juvenil moderna informa a possibilidade de os jovens vivenciarem uma relação experimental com a sociedade (MANNHEIM, 1982; FORACCHI, 1972; GROOPPO, 2004). Nessa condição, a juventude tende a desvalorizar as bases do passado e valorizar as relações do presente, pois são com essas noções que tecem seu repertório de sociabilidade e que experienciam a realidade. Não se trata simplesmente de dizer que os jovens preferem o novo. Os jovens tendem a preferir os elementos nos quais entendem exercer algum poder discricionário. Por isso, a tensão experimental evoca um conjunto de questionamentos e recusas àquilo que lhes parece não palatável.

A condição juvenil, como relação experimental com o presente, tende a fazer com que as juventudes valorizem mais as vivências do imediato e a espontaneidade, que tendam a considerar mais ou menos secundário, às vezes até inútil, a experiência acumulada, já que esta é um atributo da maturidade, daqueles que já experimentaram os valores e as realidades e os introjetaram em sua personalidade básica. Atente-se que valorizar a experimentação não significa dizer que a juventude é necessariamente “irresponsável”,

no sentido negativo do termo. Significa dizer, sim, que a condição juvenil tende a fazer com que indivíduos e grupos jovens desvalorizem ou dessacralizem a “sabedoria” acumulada, significa que esta condição tende a fazer com que os jovens valorizem ideologias que enfatizam a “vivência”, a espontaneidade, a ação imediata. (GROOPPO, 2004, p. 17).

A perspectiva de Foracchi (1972), por exemplo, é de compreender o comportamento de rebeldia da juventude brasileira, consubstanciada, principalmente, pelo movimento estudantil. Isso porque os jovens seriam mais suscetíveis a esse conflito diante do que identificam ser uma crise social. Nesse sentido, primeiro os jovens estão sujeitos aos conflitos geracionais dentro do espaço familiar. Depois essa tensão é transferida para o sistema social, no qual esses atores sociais se veem em constante contestação.

[...] a juventude representa a categoria social sobre a qual inflete, de modo particular, a crise do sistema. No comportamento que a singulariza estão contidas as omissões, as contradições e os benefícios de uma configuração social de vida que, sendo histórica, é transitória e que, ao esgotar-se delapida o seu potencial humano, nele investindo as suas perspectivas de sobrevivência. Não será, com certeza, o jovem, o depositário único de investidura tão dramática. Mas, sendo o menos preparado para receber-la, é, paradoxalmente, o único com condições de executá-la, nos moldes tolerados pela situação de crise. O seu descomprometimento relativo com as tarefas produtivas, sua abertura aos processos de criação, sua disponibilidade psicológica e social o encaminham para o exercício da liberdade, da busca e da improvisação. A legitimização dessa tarefa, no nível da ordem normativa é, no entanto, contradita no quotidiano que se revela incapaz de absorver o esforço latente da criação, o apego à liberdade, as aventuras da improvisação, tão intensamente aprimoradas na prática do imaginário. (FORACCHI, 1972, p. 11).

Como adverte Foracchi (1972), não se trata de identificar os jovens como rebeldes por si só. Inferem as condições e alternativas de vida que se são apresentadas a eles e que não são satisfatórias também para os adultos. Há uma dificuldade geral de viver o presente. Os jovens, no entanto, dispõem da condição de uma relação experimental com algumas nuances do presente. Os adultos vivenciam maiores dificuldades de articulação, visto que estão mais envolvidos pelas estruturas.

As condições negativas, porém, são uma verdade para todos. Não existem dois mundos, existem comportamentos relacionais. Deles advém uma percepção de rebeldia juvenil, como explica a autora: “a recusa em aceitar a condição de adulto refere-se, pois, ao modo de ser adulto, concretizado no arranjo convencional das estruturas institucionais. No limite, é esta

também a recusa do adulto que, como o jovem, é confrontado pela dificuldade de viver o presente” (1972, p. 13).

Os conflitos geracionais, por seu turno, estão ligados a concepção de adulto que a sociedade desenvolve. Como imagem geral, formata-se um adulto ideal, um modelo. Esse modelo é toado como *ethos* e é esse modo de ser adulto idealizado que os jovens se sentem desconfortáveis em aceitar (FORACCHI, 1972). Mesmo os jovens são objeto dessa idealização, que advém de uma racionalização das etapas da vida e fornecem um conjunto de expectativas para – e sobre – cada agrupamento. Como referencia a autora, a própria juventude reconhece em si um sentimento de vida comunitária enquanto grupo social, posicionando-se em oposição aos adultos.

Esses conflitos advêm das dificuldades, das incertezas presentes na mente dos jovens. Para Foracchi (1972), a adolescência e a juventude se caracterizam mais como um momento de crise do que um momento de passagem. As experiências sociais dos adolescentes e jovens são mais intensas pela novidade e insegurança que representam e, por isso, se caracterizam pela dificuldade do ser jovem.

Na sociedade moderna, como se sabe, essa transição é especialmente difícil devido à complexidade das formas de organização social, à variedade das alternativas de vida que se oferecem para o jovem, às contradições inerentes à passagem da família de orientação para a família de procriação, às incertezas quanto ao próprio destino pessoal, etc. (FORACCHI, 1972, p. 22-23).

Como aponta Foracchi (1972), no processo de construção identitária, os jovens buscam imagens sociais capazes de subsidiarem as suas próprias concepções, ainda que de modo intermitentemente e provisório. Nos embates geracionais se potencializam as possibilidades de novas configurações sociais, sem que os atores, jovens ou adultos, tenham exatamente consciência disso.

É importante frisar que os processos de agitação social envolvendo os jovens são mais sentidos no ambiente universitário, como um movimento de contracultura. O movimento estudantil é diferente do movimento da juventude. Enquanto o primeiro segue uma organização mais clara, o segundo se mescla como um “estilo de vida” e não se consubstancia como uma formação de demandas objetivas (FORACCHI, 1972).

Da mesma forma é importante considerar que o caráter de rebeldia ou de radicalismo é comumente encontrado entre os jovens de classe média e da burguesia (IANNI, 1968). Estes dispõem de condições estruturais para uma militância estudantil duradoura. Estão sustentados por uma moratória social.

O ponto chave desses conflitos está na resignação latente dos adultos frente à realidade imediata e a efervescência conflitiva dos jovens em relação a essa mesma realidade. De certa forma, os adultos estão cansados do enfrentamento, enquanto os jovens ainda nutrem expectativas de transformação, justamente por estarem mais suscetíveis a influência dos elementos que os ligam a conjunturas que não aceitam<sup>27</sup>.

A medida que a pessoa se torna adulta, vai sendo preparada para o desempenho de papéis sociais condizentes com o status quo. Esse é um dos polos de atuação do sistema doméstico, da escola, do clube etc. O processo de socialização que envolve a pessoa é um fenômeno contínuo e atuante, e é estruturado segundo as exigências da sociedade presente. (IANNI, 1968, p. 239).

As concepções teóricas pós-modernas, desenvolvidas no bojo do fim de século da década de 1990, também influenciaram as ideias de juventude nas ciências sociais. A pós-modernidade, envolta numa miríade de conflitos epistemológicos, propõe entender as relações sociais a partir do declínio das bases da sociedade moderna e industrial.

Nesta pretensa sociedade “pós-moderna”, a própria juventude teria perdido sua razão de ser no seu sentido, hegemônico durante a modernidade, de transitoriedade, construção da individualidade e aquisição de experiências sociais básicas. Parece se impor algo que várias vezes antes havia se anunciado e esboçado: a juventude seria, sobretudo, um “estilo de vida”, um “modo de ser” – a juventude “bastaria em si mesma”. (GROOPPO, 2004, p. 18).

Na pós-modernidade, a juventude estaria desvinculada de um período da vida e seria um modo de ser ou um estilo de vida. Distancia-se de uma base cronológica e das idades em si para se tornar um processo. Esse processo de “juvenilização” é marcado, sobretudo, pelas

<sup>27</sup> Ianni, assim como Mannheim (1968), chama atenção de que o radicalismo político juvenil não significa, necessariamente, posicionamentos progressistas, chamando a atenção para o caso clássico da maciça participação juvenil no Partido Nacional Socialista alemão a partir da década de 1930: “vítima de um sistema econômico social pleno de contradições, boa parte da juventude alemã forneceu ao nazismo numerosos líderes e agitadores” (IANNI, 1968, p. 237).

características estéticas e de consumo, reduzindo a imagem de rebeldia presente nas concepções de juventude da modernidade. Essa é uma concepção relativista de juventude. Como não é uma condição biológica, nem uma etapa determinada, pode-se ser jovem a qualquer tempo, em qualquer situação (GROOPPO, 2004).

Concordando com Gropo (2004), convém assinalar que essa desinstitucionalização do curso da vida leva ao enfraquecimento da cidadania juvenil. Embora seja complexo e reducionista considerar a juventude como uma etapa transitória, é inegável que esse processo fortalece os vínculos dos jovens com a sociedade, inserindo-os nas pautas e nas lutas sociais que precisam tomar corpo. Ao deslocar essa noção para um conjunto identitário de consumo, perde-se uma oportunidade histórica de desenvolver consciência crítica e gerar protagonismo entre esses atores sociais.

A libertação pela qual lutavam os movimentos juvenis da década de 1960 se tornou um produto oferecido pelo mercado. As juventudes de classe média e classe alta, com recursos financeiros à disposição, conseguem “acessar o mundo” e desfrutar de um sentimento de liberdade. As juventudes pobres, sem recursos, não têm acesso e dependem das parcas políticas de Estado para garantir direitos básicos. Nesse caso, não há pós-modernidade *stricto sensu*. Há neoliberalismo e precarização da vida, que inviabilizam a própria vivência juvenil e tornam esses indivíduos em operários do sistema.

É notório que, nas duas últimas décadas, os jovens têm demorado mais para sair de casa e se mantêm mais dependentes da estrutura familiar. A justificativa para a não-ruptura se deve, em parte, às dificuldades financeiras impostas a consumação de uma “autonomia”. Operam, também, outros fatores, como a extensão da moratória juvenil; a juventude como grupo de consumo; e as fragilidades da empregabilidade e estabilidade da vida adulta.

Se a juventude se expande enquanto grupo etário, é também invisibilizada como agente de direitos sociais. A invisibilidade juvenil é uma questão que envolve o acesso à cidadania plena, não a visibilidade por meio da “juventude problema”. Como apontam Abramo e Branco, as demandas da juventude brasileira são amplas: “trabalho, educação, saúde, cultura, lazer, esportes, vida artística, sexualidade, direitos, participação, segurança e várias outras” (2011, p. 11).

Isso significa que manifestam um posicionamento social em consonância com outras gerações. Se para muitas pessoas os jovens anseiam apenas por acesso a lazer e diversão, há um

engano crasso. Na maior parte dos casos, os desejos são ligados ao acesso social, a participar do mundo, visto que, por muitas questões, estão excluídos do trabalho, da renda e do consumo.

Helena Abramo (2011) aponta para o tratamento da questão da juventude como uma “condição” expressa pela forma como é definida socialmente e em relação a “situação”, isto é, às múltiplas e diversas formas que os indivíduos vivenciam a sua condição de juventude. O alerta de Abramo é de que o modelo de juventude moderna, pautado nas experiências dos jovens burgueses, ainda subsidia um padrão de expectativas sobre o comportamento da juventude. Em muitos sentidos, é um exemplo utilizado para pensar êxitos e fracassos no processo de vivência da juventude.

A juventude, construída historicamente, é marcada por processos de exclusão, de conflitos e de transformações. Permanece associada como um grupo potencialmente problemático e com tendências revolucionárias, embora seja explorado como grupo privilegiado de consumo e como esperança de futuro. É também sinônimo de perigo, quando os grupos juvenis que estão marginalizados se constituem como potencialmente instáveis.

Essa redução da complexidade da juventude ao ser um problema, uma opção de mercado, esperança ou risco esconde sua multiplicidade e nega seu desenvolvimento. O debate histórico mostra a necessidade da complexificação das múltiplas juventudes, pois o desafio é de garantir direitos e cidadania para essa multiplicidade de formas de ser jovem.

#### **4.3 – Juventudes Rurais**

Como já dito, é difícil conceituar a juventude. Há também o risco de generalizar sua diversidade. Ao tratar de juventude rural e de juventude urbana pode-se ainda aprofundar a dicotomia rural-urbano. Por isso, é necessário ponderar o que se entende pelo objeto dessa pesquisa: a juventude rural.

Se a compreensão do que são juventudes diz respeito a uma percepção da realidade, a uma forma de vivência ou uma identidade em permanente construção, então se pode dizer que há uma especificidade em ser jovem rural que se difere da percepção de ser jovem urbano.

Para subsidiar essa análise, é possível pensar a juventude a partir de três correntes teóricas: classista, geracional e cultural. Segundo Pais (1990), é possível destacar a existência de duas correntes teóricas do estudo das juventudes. A corrente geracional e a corrente classista.

Doutor (2016) enfatiza que há uma terceira, a corrente das culturas juvenis, proposta pelo próprio José Machado Pais.

A corrente geracional advém principalmente do pensamento de Karl Mannheim (1982). Nessa corrente se sobressaem os marcos que compreendem a juventude como uma fase da vida em relação às demais gerações e a tomam como um grupo unitário, com experiências semelhantes e compartilhadas. A geração comporta uma coincidência temporal que indica um conjunto comportamental coeso diante dessa vivência de idade. Não se negam as diferenças e a diversidade comportamental, mas se considera um espectro de situações genéricas análogas à condição geracional. Isso se expressa nas questões produtivas, no trabalho, na vivência dos gostos, dos posicionamentos, das ideias, do imaginário.

A noção da existência de um sistema dominante de valores reforça essa perspectiva, expresso, geralmente, pelos atores mais velhos de um determinado grupo que se estabelece sobre os demais. As fronteiras e os valores geracionais são por um lado reproduzidos por essa dominação, mas, por outro, são também tencionadas. As relações geracionais convergem para essa dupla situação, de continuidade e de descontinuidade.

Mannheim define a geração como um grupo que compartilha uma situação histórico-temporal. Ao vivenciarem condições similares, que são dadas pelo posicionamento temporal, esses grupos desenvolvem vínculos sociais enquanto pertencentes a uma mesma conjuntura de existência. A definição é dada por dividirem uma mesma categoria de idade. Se reconhecem e são reconhecidos enquanto um grupo em si. Mesmo que não conformem um “grupo concreto”, se constituem pela partilha de uma “situação social concreta” (MANNHEIM, 1982). Sua concepção é um enfoque da sociedade como um todo, percebendo que a dinamicidade das transformações sociais passa, também, pelo movimento geracional e pelas tensões intergeracionais.

Por meio do movimento geracional é possível, segundo Mannheim (1982), compreender o desenvolvimento histórico e as especificidades das sociedades. Para ele, as sociedades estáticas seriam aquelas onde há uma manutenção de valores preconizados pelos atores sociais mais velhos, ao passo que as sociedades dinâmicas incorporariam de maneira mais efetiva a participação dos jovens nos processos de modificação social.

Para Lemus (1998), inclusive, a juventude só existe como significado político das relações geracionais. Os indivíduos mais jovens são dominados pelos mais velhos pela detenção

de saber e de experiências acumuladas no tempo. No processo da reprodução social, a juventude é o ponto mais fraco. Não goza da proteção que as crianças têm, tampouco estão inseridos de maneira prática nas dinâmicas sociais. Esse limbo de poder é uma condição geracional. Essa condição carrega, porém, uma “indulgência” comportamental, às vezes associada com a renovação, às vezes associada com a debilidade. Os jovens, portanto, são promotores de uma práxis social diferenciada.

[...] no interior da juventude, predominam os interesses de categoria sobre os interesses de classe. É assim, os jovens geram seus próprios espaços, dentro ou em oposição aos já estabelecidos, reunindo-se em centros educativos, na rua, no bairro; compartilhando tempo e espaço, enfrentando problemas similares em circunstâncias comuns, ao intercambiar e compartilhar elementos culturais como a linguagem, a música ou a moda. Tudo isso possibilita o vínculo e a identidade com os membros da própria geração, estabelecendo as bases para o desenvolvimento daquilo que denominamos uma práxis diferenciada, que unifica e simboliza a juventude. (LEMUS, 1998, p. 19-20).

Isso não significa que os jovens não estejam inseridos nas dinâmicas de classe. Significa que se reconhecem primeiro como um grupo que compartilha uma identidade temporal e só depois compartilham uma condição ou situação de classe. Esse processo faz parte da construção identitária que promovem. Não basta se definirem como jovens. É necessário que sejam reconhecidos. Nessa acepção, Lemus defende que há um jogo de espelhos que interpõe a relação dos jovens com a sociedade: “a juventude produz uma imagem que projeta diante da sociedade e é reciclada; com a qual o jovem consome sua própria imagem num jogo de espelhos em que a sociedade “reflete” essa imagem para ele, de tal maneira que o jovem se vê como os outros o olham” (1998, p. 20).

A corrente classista, por seu turno, se baseia na perspectiva da juventude em relação ao sistema produtivo e na reprodução das classes sociais (PAIS, 1990; DOUTOR, 2016). A

compreensão da juventude é dada pelas posições sociais na estrutura de classes e os desdobramentos que isso implica para os atores sociais. Há, assim, um primado da classe. Fora das classes, as juventudes não expressam uma factualidade e não contribuem para o entendimento social. Cria-se a noção de que as culturas juvenis são produtos da classe dominante, no sentido de controle e subordinação, tal qual a interpretação dada pela alienação.

Em geral, a juventude é associada a um todo uniforme e unitário, reforçando as características que se assemelham. Definir os pontos de convergência não é uma tarefa tão

complexa, mas apontar suas diferenças é um desafio significativo (PAIS, 1990). Segundo esse autor, as correntes geracional e classista compreendem a cultura juvenil associada a noção de cultura dominante. Respectivamente, é vista como oposição à cultura dominante das gerações mais velhas e como resistência a dominação das classes que controlam os meios de produção.

O conceito de culturas juvenis, portanto, segue essa vinculação aos sistemas dominantes: “por cultura juvenil, em sentido lato, pode entender-se o sistema de valores socialmente dominantes atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase da vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais” (PAIS, 1990, p. 163). A questão, porém, não é a de analisar essa dimensão da dominação em si, mas compreender como os jovens se relacionam com todo esse complexo de elementos e dão significado a suas vivências cotidianas. Esse seria o objeto de uma sociologia da juventude.

A questão que se coloca – se queremos decifrar os enigmas dos paradoxos da juventude – é a de saber: 1.º se os jovens compartilham os mesmos significados; 2.º se, no caso de compartilharem os mesmos significados, o fazem de forma semelhante; 3.º a razão por que compartilham ou não, de forma semelhante ou distinta, determinados significados. Para responder a estas interrogações, torna-se necessário que os jovens sejam estudados a partir dos seus *contextos vivenciais, quotidianos* – porque é quotidianamente, isto é, no curso das suas interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articulam com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e ação. Importa também ver de que forma a «sociedade» se traduz na vida dos indivíduos. Ou seja, dos contextos vivenciais ou quotidianos dos indivíduos fazem também parte *crenças e representações sociais* que os jovens encontram sem que diretamente tenham tomado parte na sua elaboração. Constituem essas crenças e representações sociais o fundamento de interpretações “coletivas” que repousam em pertenças de geração e de classe social, como tem sido defendido, respectivamente, pelas correntes “geracional” e “classista”. No fluir destas duas correntes tem avançado a sociologia da juventude. (PAIS, 1990, p. 164, grifos do autor).

Ocorre que a empreitada de pesquisa em análise não se organiza no sentido de correlacionar uma ou outra corrente especificamente. Embora a corrente das culturas juvenis apresente um encaminhamento metodológico profícuo, não pode ser tomado como uma solução epistemológica fechada em si mesma. As definições de juventude do ponto de vista empírico indicam um processo de construção representacional e dinâmico e, como tal, os atores sociais se articulam em uma miríade de elementos simbólicos para constituir sua realidade imediata e sua definição de ser no mundo. Logo, articulam suas posições em relação à classe social, em relação à geração e no arcabouço cultural que produzem.

A juventude, portanto, pode ser pensada enquanto um grupo de classe, uma geração e como uma cultura, mas será, finalmente, um conjunto articulado e complexo dessas múltiplas variáveis. Convém considerar essas pressuposições teóricas, não tornando-as uma tipificação ou um modelo fechado de análise.

Considerando a juventude rural nessa discussão, é possível defini-la como um conceito duplamente fluído e impreciso. Primeiro pelas dificuldades de definição da juventude em si, depois pela dicotomia relativa ao conceito de ruralidade. Nesse sentido, Carneiro assevera a “impossibilidade de traçar um perfil da juventude rural brasileira ou de construir um padrão, um tipo ideal, do jovem rural” (2011, p. 247). Em geral, os valores e os interesses manifestos entre jovens rurais e urbanos são muito semelhantes. Essas similitudes atestam que os universos sociais e a produção identitária de ambas as categorias não apontam para fronteiras e diferenças estruturais (CARNEIRO, 2011).

As categorias de juventude rural e juventude urbana são informadas pela classificação rural-urbana. Logo, ao questionar a dualidade rural-urbana, também se problematiza a dualidade referenciada às juventudes. Vê-se que uma primeira classificação da juventude rural diz respeito a sua negação enquanto juventude urbana. Assim, a juventude rural é aquela não urbana. Essa visão propõe que os jovens rurais vivem geograficamente fora das cidades, ligados a um mundo agrícola e de natureza. Suas experiências sociais seriam circunscritas apenas à dimensão da família e da comunidade. Seriam indivíduos com pouca articulação e sem aparelhos sociais complexos, numa alusão que lembra a classificação morfológica entre sociedades primitivas e complexas, ou de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica nos moldes de Durkheim (2008).

Edmundo Sustaita (1968) defende que há uma diferença entre jovens urbanos e rurais consideradas as condições sociais dispostas a ambos os grupos. Não se trata, porém, de uma associação direta aos elementos da dicotomia rural-urbano, sobretudo o argumento de que há uma predisposição para o conflito e para a delinquência entre os jovens urbanos, visto que: a) a delinquência juvenil fortemente presente no meio urbano é produzida principalmente pela pobreza e jovens migrantes rurais-urbanos estão vinculados a essa condição; b) em geral os jovens rurais que não migram estão integrados econômica e socialmente com o meio urbano.

É sintomático que a juventude urbana seja caracterizada como juventude em si e não demande uma explicação adicional. A juventude urbana é apenas a juventude, enquanto a

juventude rural apresenta-se como um grupo com especificidades complexas explicar. Ao tratar das juventudes das cidades, define-se um objeto que pode se congregar pela noção de risco, de delinquência, de inexperiência, dos problemas com renda e empregabilidade, pela possibilidade de moratória, pela potencialidade produtiva, etc. As especificidades residem nas classes, no gênero, etnia, entre outros critérios. Do ponto de vista territorial, a subdivisão é pautada pela dicotomia centro-periferia.

Nessa perspectiva, a juventude rural se difere, talvez, por um elemento de classe. Não exatamente no sentido marxista do termo, mas as dinâmicas de produção e trabalho diferem significativamente daquelas vivenciadas no meio urbano. Os jovens rurais, de fato, são lançados numa dinâmica produtiva mais precocemente. Isso, contudo, não acelera, em todos os casos, o fim dessa juventude.

Os jovens rurais da região Extremo Oeste de Santa Catarina compreendem esse sentido. A importância da juventude rural como grupo protagonista das atividades produtivas e como futuro da atividade ganha cada vez mais destaque. Está presente nos discursos cotidianos, nas políticas públicas, na publicidade e nas suas próprias perspectivas quando assumem e constroem essa identidade. Baseia-se no trabalho, na condição de vida, na história familiar, nas relações comunitárias, regionais e globais. Vincula-se as múltiplas relações de poder, sejam elas institucionais, culturais e/ou religiosas. As condicionantes estruturais não parecem ser apenas aquelas apontadas como infraestrutura ou superestrutura por Marx e Engels (2007). Chamam-se estruturais porque compreendem a dinâmica da vida desses atores de um modo completo e complexo, mas vão além do que seja estrutural. São simbólicas e imaginárias também.

Há uma tradição e um imaginário que defendem a inexistência da juventude no campo. Essa percepção foi desenvolvida, sobretudo, no século XX. Nos estudos de juventude da Alemanha do entre guerras, por exemplo, Paul Bode dizia que: “juventude, no sentido próprio da palavra, nem existe no campo” (BODE, 1932, *apud* Flitner, 1968, p. 58). Conforme segue dizendo Flitner, o ambiente rural seria tomado como limitador do desenvolvimento das perspectivas e da perspicácia social dos jovens. O peso da estrutura comunitária e familiar seriam determinantes para esse processo, retomando a classificação de Ferdinand Tönnies (1973), entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* – comunidade e sociedade, respectivamente.

Afirmam diversos autores concordes que a juventude do campo está ligada com muito mais intensidade à ordem social comunitária do que outros jovens. Não atuam sobre ela o cultivo do individualismo e a autocritica de uma convenção quebradiça de adultos. Toda a consciência e a reivindicação de independência para organizar a vida, a audição da singularidade e da lei interior da própria psique e, em sentido mais amplo, a aptidão cultural, não lhes são sugeridas pelo ambiente. Com isso, desfazem-se amplamente as pressuposições que determinam o quadro singular do período de maturação nas cidades. (FLITNER, 1968, p. 52).

Nessa acepção, quem vive no meio rural faz um salto geracional da infância para idade adulta, que é antecipada pelas características das dinâmicas produtivas, influenciadas pelo estado geral de pobreza associado a essa forma de vida. Para Flitner, o jovem que vive no meio rural, “superada a infância, geralmente apresenta logo a ambição ‘de ser adulto e não jovem’, pouco aspirando por formas próprias de companheiros da mesma idade, permanecendo também nesses anos de vida fortemente vinculado aos grupos comunitários mais amplos” (1968, p. 58-59).

A estrutura familiar, portanto, exerce grande influência nos sentidos da juventude rural. Como referendam Margulis e Urresti (1996), é a vivência familiar que define os lugares e os modos de ser de cada geração nas relações sociais. Expressa o imaginário da posição que a juventude assume nos cenários mais amplos, seja como fator de condicionamento, seja como fator de expansão identitária. Assim, a família rural impõe uma definição de juventude diferente da urbana, visto que sua duração e suas características são distintas (LEMUS, 1998).

O jovem rural seria tolhido pela família, pela comunidade e pelo desejo de ser adulto. Essa perspectiva vem da ideia de maturação. Nas comunidades rurais, um dos equipamentos de socialização mais efetivos são as associações esportivas, desenvolvendo os ideais de virilidade, de competição e de superação das fraquezas (FLITNER, 1968). Assim, a tendência é de que os jovens se insiram em elementos da cultura adulta, manifesta em torno dos equipamentos sociais comunitários coercitivos, vide o primado da religiosidade geralmente presente nesses ambientes. Essa manifestação pode estar ligada a restrição de atores sociais, visto que em muitas comunidades residem poucos jovens e que tem dificuldades de articulação.

Em outros casos, sua sociabilidade está ligada a deslocar-se até as sedes municipais e se inserir em grupos ditos urbanos. Na atualidade, esses grupos se mobilizam, sobretudo, para práticas de lazer, quase sempre associadas à eventos esportivos ou musicais. Não se verifica,

nas práticas sociais da área de pesquisa, um isolamento. A especificidade dos contatos e sua frequência são diferenciais, mas a interação social entre campo e cidade é constante.

Considerando as relações familiares, Jacques Guigou (1968<sup>28</sup>) defende que a faixa etária (16 a 24 anos) que compõe a juventude rural precisa ser estratificada por conta de suas especificidades. Entre os 16 e os 18 anos, os jovens fixam suas posições e escolhas; entre os 19 e os 21, representa o rito de passagem, sobretudo com o serviço militar para os rapazes; e o período de 22 a 24 anos é o de definição de situações sociais e dos conflitos geracionais, conforme define: “época da submissão ou do assassinato do pai” (GUIGOU, 1968, p. 74). Assim, a família é uma estrutura de controle, mas também o espaço de suas disputas e conflitos.

Esse ritual de passagem proposto por Guigou (1968) não expressa necessariamente a visão do jovem rural com o perfil de “jovem radical” da década de 1970, cunhado por Foracchi (1972). Os jovens “revolucionários” de que a autora trata seriam indivíduos com privilégios sociais, geralmente membros das classes mais altas, com ensino superior e com uma experiência social familiar de acesso à cultura, a bens de consumo, etc. Isso não significa que os jovens menos favorecidos não sejam revolucionários, mas, em geral, precisam ocupar suas energias em sobreviver e só depois organizar a luta política.

Outra vez se pode associar o peso que a moratória da juventude opera na manutenção das desigualdades sociais. Só alguns podem estudar, só alguns podem ter acesso a bens, à saúde, a conforto, enfim, só alguns podem postergar os prazeres de uma juventude tranquila. Os muitos outros acabam pagando esse preço social não computado. Entre os jovens pobres não se encontram os “recursos favoráveis” para a concretização do radicalismo político (FORACCHI, 1972).

Como já assinalado, a área de residência é geralmente associada como fator de definição entre a juventude rural e urbana. Todavia, alertam Sustaita (1968) e Guigou (1968), que tomar como jovens rurais apenas aqueles que estão no meio rural é uma redução analítica. O argumento dos autores se baseia no quantitativo de jovens rurais que migram para o meio urbano. No processo de migração, esses jovens não perdem elementos essenciais de sua identidade, embora não estejam circunscritos a uma dicotomia em ser especificamente uma ou outra coisa. De toda forma, a expressão de análise ainda assim é hegemonicamente urbana.

---

<sup>28</sup> Guigou toma por base a realidade rural da França dos anos 1960.

Se não é a residência momentânea que define a classificação, a realidade vivida num ou outro lugar é um ponto de inflexão. O conceito de “personalidade de base”, por exemplo, é apresentado por Sustaita (1968) como contributivo para definir o que é a juventude rural. Segundo ele, a formação da personalidade é diferente entre o rural e o urbano por conta do ritmo social e das dinâmicas de abstração. Essa personalidade é formada, principalmente, nos primeiros 15 anos de idade. Nessa acepção, a vida urbana é mais complexa e exige maior abstração nas relações, enquanto que a simplicidade rural mantém seus membros numa perspectiva de concretude. Significaria dizer que no meio rural os indivíduos operam categorias objetivas e no meio urbano há, além da objetividade, uma necessária subjetividade.

Tal noção se refere às diferentes estruturas de personalidades adquiridas pelos indivíduos durante sua socialização inicial. A personalidade de base seria comum a todos os membros de uma cultura e por sua vez diferente da personalidade de base correspondente a outras culturas. Desse modo, poderemos distinguir uma cultura urbana e outra rural, as quais formarão dois tipos diferentes de personalidade. [...] Para estabelecer a diferença entre ambos os tipos de personalidade recorreremos ao marco de referência sobre o qual os sujeitos organizam sua conduta. Na vida urbana, pela abundância de relações com desconhecidos e relações de tipo impessoal, os sujeitos se veem obrigados a um marco de referência comum a todos os seus interlocutores e de relativo grau de abstração, enquanto na vida rural o predomínio das relações pessoais implica o uso de uma linguagem concreta e de um marco de referência concreto. (SUSTAITA, 1968, p. 206-207).

Além dessa presumida personalidade de base, amplia-se a noção de que entre os jovens rurais o controle social é mais efetivo, fruto da força dos “marcos normativos tradicionais” (SUSTAITA, 1968, p. 210). Esses marcos, segundo o mesmo autor, são enfraquecidos pelos jovens urbanos, onde há maior enfrentamento e autonomia. Insiste-se na prerrogativa de que há uma predisposição para o passado no campo e para o futuro na cidade. Assim, o rural é depreciado e o urbano enaltecido.

Percebe-se que, quando se trata da juventude rural, os jovens de classe baixa e de classe média são o objeto por excelência da Sociologia, porque o quantitativo de jovens rurais de classe alta não chega a ser representativo. Em países com menor grau de desenvolvimento, a maioria dos jovens rurais compõe as classes mais baixas (SUSTAITA, 1968). A migração rural-urbana é, desse modo, um caminho de ascensão social que coloca a cidade como espaço de oportunidades.

A pobreza vem sendo associada à ruralidade há muitos anos, seja na perspectiva de caracterizar os modos de vida como primitivismo, na depreciação das experiências sociais da Idade Média ou mesmo após a Revolução Industrial, que tornou discursivamente hegemônico o status da urbanidade. Na visão geral, se o campo já não contém pobres, nele não existem camponeses (SUSTAITA, 1968). Pode-se dizer ainda mais: regiões rurais que enriquecem perdem o próprio status de ruralidade e se transformam em espaços urbanizados.

Reforça-se a ideia de que só é camponês o morador rural pobre. Ele sofre por não se adaptar aos desígnios da modernidade, do novo, da urbanidade. Como um bárbaro, resiste à civilização e ao desenvolvimento, vivendo na contramão da história. Na prática, quando um camponês ascende socialmente, está abandonando e se livrando dessa condição arcaica e deixa de ser associado com o rural para se tornar um agricultor, um empresário e, assim, alguém que transita pelo espaço urbano.

Paradoxalmente, em pesquisa feita nos Estados Unidos, Sustaita afirma que: “não encontramos diferenças de renda, educação, emprego, atividades recreativas e escolha vocacional etc. entre jovens da cidade e do campo” (1968, p. 210). Essa semelhança, contudo, é percebida apenas entre as mesmas classes, isto é, entre jovens de classe média rurais e jovens de classe média urbanos ou entre jovens de classe baixa de ambas as categorias de residência. A classe social impõe uma diferenciação entre esses jovens. Sua origem é dada pelos elementos estruturais das classes, não da natureza do domicílio. Na visão de Sustaita (1968), a classe média rural é fortemente influenciada pela cultura urbana, enquanto que as classes baixas permanecem mais vinculadas aos estereótipos rurais. As definições entre juventude rural e juventude urbana estariam, por fim, informadas pelas noções de classe, não de domicílio.

A escolarização, nessas bases, é vista como ponto de rugosidade entre os jovens rurais e os jovens urbanos. O ambiente escolar informa valores fortemente urbanos, além de que geralmente as escolas apresentam melhor infraestrutura nas cidades. As oportunidades sociais, como enfatiza Sustaita (1968), são potencializadas entre os jovens urbanos. Os jovens rurais de classe baixa ainda assim estariam em desvantagem comparados aos jovens urbanos na mesma condição material. Na acepção dele, “o mesmo poderia ser dito do nível de vida: condições sanitárias, habitacionais, alimentares, etc.” (SUSTAITA, 1968, p. 212).

Como ressonância de classe, os jovens rurais são associados, geralmente, a sua participação nas atividades laborais familiares. Reduzidos a categoria de trabalhadores rurais,

a juventude rural é invisibilizada (CARNEIRO, 2011; DURSTON, 1998). Diferentemente dos jovens filhos de operários urbanos, que passam boa parte do dia distanciados da família e em contato com outros jovens, os filhos de agricultores tendem a passar a maior parte do dia com a família, no trabalho (ROSENMAYR, 1968). Ainda que passem tempo longe da família, os jovens rurais são monitorados pela comunidade e por princípios de moralidade estrita, expressos pelo controle familiar.

Conforme Maria José Carneiro (2011), é possível apontar que o número de jovens que trabalham é maior no campo do que na cidade, embora os índices de jovens que trabalham são significativos em ambos os casos. Esse dado aponta também para a desmitificação da moratória social da juventude de classes mais pobres. Todavia, não pode servir para reforçar a visão que reduz os jovens e sua participação no trabalho. Da mesma forma, as experiências do “novo rural” e a pluriatividade ampliam e diversificam o leque de ocupações. Contudo, não se traduzem, necessariamente, por uma melhoria na qualidade de vida, como adverte Carneiro (2011).

Já foi observado que a quebra do relativo isolamento social, propiciado pela migração pendular para a cidade, e o contato mais frequente com os valores da sociedade urbano-industrial estimulam a formulação de projetos individuais voltados para o objetivo de “melhorar de vida” associado ao surgimento de novas necessidades, o que contribui para romper com o padrão de reprodução social anterior. Novos valores são adquiridos, mudando substancialmente certas práticas sociais estabelecidas por gerações anteriores, fazendo que os jovens incluam em seus projetos individuais aspirações quanto ao trabalho e ao estilo de vida típicas da juventude de classe média urbana (CARNEIRO, 2011, p. 251).

Se a ruralidade não pode ser pensada como um local de isolamento, tampouco os jovens rurais devem ser tomados como um grupo isolado. O meio rural do qual essa pesquisa se baseia é, ainda, eminentemente agrícola, ou melhor, agropecuário. As atividades não agropecuárias presentes no campo do Extremo Oeste de Santa Catarina são visíveis, mas não representam uma mudança geral. Há uma interligação extraordinariamente forte em relação ao que se entende por rural ou urbano, seja pela pluriatividade, seja pelo imaginário construído. A identificação da juventude enquanto ruralidade se relaciona com o conjunto de suas representações e experiências sociais. O desafio é, portanto, compreender o que fazem, o que pensam e que discurso expressam esses jovens.

## 5. CAPÍTULO 5 – JUVENTUDES RURAIS, PERMANÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS SOCIAIS

### 5. 1 – Sobre a Pesquisa de Campo

O trabalho de campo se iniciou efetivamente em 2017 com a residência na cidade de São Miguel do Oeste. Das atividades no Instituto Federal de Santa Catarina surgiu uma aproximação com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, que desenvolve atividades com as juventudes rurais da região Extremo Oeste de Santa Catarina. A convite da empresa, houve um envolvimento com suas ações nas comunidades rurais, além de eventos e espaços de discussão/formação.

Os eventos organizados pela Epagri com os jovens rurais e com as famílias buscam provocar empatia e estimular o diálogo intrafamiliar sobre o tema da sucessão. A sucessão ainda é um tabu para muitas famílias, visto que envolve mecanismos de herança ortodoxos e delicados. Escolher um sucessor ou incentivar a permanência, mesmo que um desejo, nem sempre é efetivado pelo grupo familiar.

Além do trabalho com os eventos e cursos, os extensionistas e técnicos tendem a provocar o debate sucessório com as famílias rurais. Todavia, a dinâmica de gestão centrada na figura paterna dificulta a integração dos demais membros nos momentos de assistência técnica e restringe a amplitude dessa discussão.

As mulheres e os filhos são distanciados dos processos decisórios e da própria assistência técnica que, em geral, cumpre funções sociais e psicológicas para além da racionalidade técnica. Por isso que cursos, projetos e programas que enfatizem abordagens específicas com jovens e mulheres são importantes para desenvolver o conjunto produtivo familiar. Se um olhar sistêmico e holístico é apontado como operacional pela empresa, segmentar suas partes tem também uma importância crucial. O desafio é justamente superar as barreiras formativas que, dadas as condições, merecem abordagens diversificadas.

A relação do pesquisador com os eventos iniciou a partir do convite de uma extensionista da Epagri de Guaraciaba/SC. A ideia era que fosse realizada uma fala com os jovens rurais acerca dos desafios e das possibilidades da vida no campo, especialmente quanto ao processo de sucessão. Num dia de inverno (19/07/17), com forte geada, ocorreu o primeiro

contato com os jovens, na localidade de Linha Índio, zona rural de Guaraciaba. Pode-se dizer que essa data marcou, efetivamente, o início de trabalho de campo. A participação se deu desde a organização do evento até sua execução.

Como pesquisador da área, a dificuldade dessa abordagem era a de propor uma interpretação que ainda não estava pronta, mas em construção com o próprio público a ser abordado. Havia um sério risco de fortalecer um viés interpretativo. A estratégia foi, portanto, de promover uma fala no sentido de considerar às leituras teóricas acerca da temática, provocando os jovens sobre a complexidade do tema, mas sem explicitar conclusões definitivas.

Após as falas, ocorriam momentos de trabalho em grupos, de debates e de apontamentos. Os jovens eram impelidos a considerar as dificuldades e as possibilidades para a permanência, além de indicar demandas de políticas públicas e de intervenções da própria Epagri. No caso do primeiro evento em Guaraciaba, as atividades foram produtivas, com a participação de mais de quarenta jovens. Esse material produzido pelos jovens foi recolhido e utilizado na pesquisa. Noutros momentos, além das atividades em grupo, foram coletados questionários.

No caso desse evento “piloto”, foi formada uma comissão de jovens. Essa comissão se reuniu posteriormente e definiu a sequência dos trabalhos de articulação da juventude rural do município. Uma das proposições foi a de que era necessário trabalhar também com os pais. Em outubro de 2017, na Localidade de Linha Olímpio, também em Guaraciaba, fez-se um evento voltado para as famílias. A perspectiva era sensibilizar os pais para a necessidade de enfrentarem o assunto da sucessão. Esse modelo de intervenção e articulação com jovens e famílias foi replicado em vários municípios da região.

Esse trabalho visa enfrentar o silenciamento da questão na esfera privada. A região se notabiliza por cercear manifestações públicas e familiares de temas considerados tabus. A sucessão dos jovens rurais envolve o tabu do envelhecimento, da morte e da herança. Muitas famílias rurais não conversam sobre à sucessão. Os filhos tendem a manter silêncio sobre a questão e os pais evitam constranger e constrangerem-se sobre o tema. O resultado mais comum é a migração dos filhos e o isolamento dos pais.

É necessário considerar que os pais, em geral, não querem exercer uma influência decisiva sobre os filhos, preferindo que eles tomem suas decisões por si próprios. Esse voto de silêncio mútuo faz com que unidades produtivas com grande potencial de sucessão fiquem

esvaziadas e jovens que poderiam desenvolver projetos de vida no campo são conduzidos a outras situações sociais, nem sempre aquelas que almejavam.

A realização dos eventos envolvia, geralmente, uma participação baixa se considerado todo o universo de jovens rurais de um município. Todavia, se analisados os fatores de realidade do cotidiano produtivo e as dificuldades de abandonar o labor de um dia no campo, a participação era muito significativa. Os jovens que afluíam para esses eventos tendiam a ser aqueles engajados com as dinâmicas comunitárias, religiosas, com a pastoral da juventude rural, com os sindicatos, MST, Universidades. Enfim, um público com inserção em processos sociais mais complexos.

Os eventos construíam-se em processos de parceria entre a Epagri, Sindicatos, Secretarias Municipais de Agricultura, Câmaras de Vereadores, Bancos Cooperativos, Pastoral da Juventude, MST, Cooperativas e Associações de Produtores (sobretudo da cadeia da pecuária leiteira) e empresas privadas que atuam no setor rural. A coordenação era, contudo, sempre da Epagri. Era a empresa que tomava a iniciativa, gerenciava e centralizava os eventos. A logística se alicerçava em promover atividades apenas durante um turno (geralmente no período da tarde) e que transcorresse entre as 13h30 horas até, no máximo, às 16h00 horas, haja visto as atividades de ordenha.

Na maioria dos casos, os objetivos dos encontros de juventude rural eram o levantamento de demandas e a formação de Conselhos Municipais da Juventude ou mesmo grupos de trabalho que pudessem dar suporte e orientação para as atividades dos entes públicos. Estas informações implicavam, especialmente, para a própria Epagri, que trabalha com poucos técnicos e extensionistas e busca equacionar suas ações a campo. De julho de 2017 até julho de 2019 foram realizadas 41 palestras<sup>29</sup>, abrangendo 25 municípios<sup>30</sup>, conforme a Tabela 5.

---

<sup>29</sup> Esse número expressivo se deve também ao fato de que na condição de bolsista do CNPq, não era cobrado nenhum valor pelo trabalho. Nos municípios de abrangência de área de coleta de dados (Extremo Oeste catarinense) nem mesmo as despesas de deslocamento eram cobradas. Nos municípios fora da área de pesquisa, aceitava-se uma ajuda de custo para o combustível. É importante ressaltar que a Epagri não dispõe de recursos para os eventos, a não ser para custear alimentação (almoço, lanche, *coffee break*). Isso expõe a fragilidade de trabalho da instituição, que depende totalmente das parcerias desenvolvidas, sem poder dar a tônica efetiva das atividades. Há uma lacuna institucional a ser preenchida, visto o espaço determinante que a empresa tem junto a agricultura familiar do Estado.

<sup>30</sup> As palestras proferidas em Canguçu/RS e em São Lourenço do Sul/RS ocorreram a partir de uma parceria da Epagri com a Emater/RS para a realização de cursos de qualificação para jovens rurais.

**Tabela 5 - Palestras Realizadas Durante a Pesquisa de Doutoramento**

<i>Número</i>	<i>Data</i>	<i>Município</i>	<i>Público Alvo</i>
1	19/07/17	Guaraciaba	Jovens Rurais
2	22/08/17	São Miguel do Oeste	Jovens Rurais
3	30/08/17	Maravilha	Jovens Rurais
4	27/07/17	Anchieta	Jovens Rurais
5	14/10/17	Anchieta	Jovens Urbanos
6	27/10/17	Guaraciaba	Famílias Rurais
7	29/10/17	Abelardo Luz	Famílias Rurais
8	07/11/17	Bandeirante	Jovens Rurais
9	21/11/17	Princesa	Jovens Rurais
10	23/11/17	São Miguel do Oeste	Famílias Rurais
11	14/12/17	Tunápolis	Jovens Rurais
12	19/03/18	Ponte Serrada	Jovens Rurais
13	20/03/18	Chapecó	Famílias Rurais
14	07/04/18	Itapiranga	Famílias Rurais
15	17/04/18	São Miguel do Oeste	Famílias Rurais
16	05/05/18	São Miguel do Oeste	Famílias Rurais
17	12/05/18	Palma Sola	Famílias Rurais
18	23/05/18	Abelardo Luz	Jovens Rurais
19	24/05/18	São Miguel do Oeste	Famílias Rurais
20	07/06/18	Videira	Famílias Rurais
21	15/06/18	Bandeirante	Famílias Rurais
22	29/06/18	Palma Sola	Jovens Rurais
23	12/07/18	Águas de Chapecó	Jovens Rurais
24	19/07/18	Descanso	Técnicos
25	13/08/18	Descanso	Jovens Rurais e Urbanos
26	14/08/18	Princesa	Famílias Rurais
27	22/08/18	São Miguel do Oeste	Jovens Rurais
28	10/10/18	Dionísio Cerqueira	Jovens Rurais
29	23/10/18	Mondaí	Famílias Rurais
30	30/10/18	Itapiranga	Jovens Rurais
31	06/11/18	Romelândia	Jovens Rurais
32	29/11/18	Canguçu/RS	Jovens e Famílias
33	05/12/18	São José do Cedro	Estudantes Rurais
34	13/12/18	Cunha Porã	Jovens e Famílias
35	02/03/19	Cunha Porã	Mulheres Rurais
36	19/03/19	Chapecó	Jovens e Famílias
37	30/04/19	Guarujá do Sul	Jovens Rurais
38	23/05/19	Nova Erechim	Famílias Rurais
39	28/06/19	Florianópolis	Dirigentes Sindicais
40	17/07/19	São Lourenço do Sul/RS	Jovens e Famílias
41	24/07/19	São Miguel do Oeste	Jovens e Técnicos

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017-2019).

A partir daí começou a coleta de dados, fortemente articulada para as visões de mundo, discursos, manifestações, imaginários, etc. Nos eventos havia, geralmente, um momento de trabalho em grupos com temas geradores relativos à questão da juventude rural. Esses dados compilados servem de base de análise e articulam as demais estratégias de pesquisa. Nesses momentos, sempre que possível, foi rodado um questionário estruturado articulado às variáveis

de estudo em questão (Anexo I). Além desses momentos específicos, foram visitadas escolas rurais da região onde os questionários foram aplicados com jovens estudantes rurais<sup>31</sup>.

A base de dados é oriunda, portanto, de três variáveis: (i) dos questionários aplicados; (ii) das entrevistas coletadas e (iii) da vivência com o público rural da região. A coleta ocorreu em 2017 e 2018. A ideia inicial era obter esses dados circulando aleatoriamente na região, mas sem um contato prévio foi quase impossível acessar os depoentes. Assim, fez-se um trabalho de pedido de indicação de candidatos com os escritórios municipais da EPAGRI e, posteriormente, expandindo o leque com indicações dos próprios jovens já entrevistados.

Embora esse processo possa incorrer num viés, andar despretensiosamente pelas áreas rurais dessa região acaba gerando algum desconforto para os moradores. Eles temem que o pesquisador seja algum “estranho”, vendedor indesejado ou curioso. Optou-se por uma estratégia mais segura para o pesquisador e para a população pesquisada. Após um contato telefônico prévio, era marcada a data e horário que mais lhes agradassem. Interessante que a “janela de coleta” estava relacionada ao trabalho com a pecuária leiteira, isto é, após as ordenhas, entre às 10:00 e às 15:00 e após às 20:00 horas.

A coleta de entrevistas ou de questionários envolveu deslocamentos significativos, visto que foi comum percorrer mais de 150 Km por dia em estradas vicinais e não pavimentadas. A pesquisa contou com dois instrumentos principais: questionários e entrevistas. Foram coletados 714 questionários, dentre eles 488 jovens rurais e 226 jovens urbanos. A forma de coleta se estabeleceu por meio de incursões em palestras, escolas e eventos comunitários.

Além dos questionários, foram coletadas 37 entrevistas. Acrescenta-se a esses dados o acompanhamento etnográfico da questão, embora com menor relevância no quadro de análise, visto que acompanhar esses atores de perto e “densamente”, como diria Clifford Geertz (2008), é uma tarefa árdua frente à logística da área de pesquisa.

As respostas dos questionários foram divididas em cinco variáveis: Jovens Rurais do Sexo Feminino – **GRUPO I**; Jovens Rurais do Sexo Masculino – **GRUPO II**; Jovens Rurais Estudantes do Sexo Feminino – **GRUPO III**; Jovens Rurais Estudantes do Sexo Masculino – **GRUPO IV**; Jovens Urbanos Estudantes do Sexo Feminino – **GRUPO V**; Jovens Urbanos Estudantes do Sexo Masculino – **GRUPO VI**.

<sup>31</sup> Como o público alvo da Epagri é o de pequenos produtores que estão fora dos sistemas de integração (suínos e aves), produziu-se um recorte de dados que privilegiou os produtores de leite.

**Tabela 6 – Caracterização dos Questionários Coletados**

<i>Microrregião de São Miguel do Oeste – Extremo Oeste de Santa Catarina</i>								
	<b>Município</b>	<b>G I</b>	<b>G II</b>	<b>G III</b>	<b>G IV</b>	<b>G V</b>	<b>G VI</b>	<b>QT</b>
1	Anchieta		1	1	1	3	1	7
2	Bandeirante	7	14	-	-	2	1	24
3	Barra Bonita	-	2	1	-	-	1	4
4	Belmonte	-	1	4	1	8	-	14
5	Descanso	1	1	29	12	5	7	55
6	Dionísio Cerqueira	5	6	-	5	-	1	17
7	Guaraciaba	2	3	4	2	12	5	28
8	Guarujá do Sul	-	1	1	1	-	-	3
9	Iporã do Oeste	2	-	12	16	-	3	33
10	Itapiranga	2	10	5	25	-	-	42
11	Mondaí	2	1	-	2	-	-	5
12	Palma Sola	6	6	22	21	-	-	55
13	Paraíso	3	-	1	1	1	-	6
14	Princesa	3	2	1	3	-	-	9
15	Riqueza	1	2	-	-	-	-	3
16	Romelândia	11	34	-	-	-	-	45
17	Santa Helena	-	2	-	-	-	-	2
18	São João do Oeste	3	-	4	11	-	-	18
19	São José do Cedro	2	6	13	18	10	3	52
20	São Miguel do Oeste	2	7	12	10	93	65	189
21	Tunápolis	-	-	4	9	3	2	18
<b>Total</b>		<b>52</b>	<b>99</b>	<b>114</b>	<b>138</b>	<b>137</b>	<b>89</b>	<b>629</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2017-2018).

A abrangência regional da coleta dos questionários extrapolou a área específica do Extremo Oeste e fez referência a 54 municípios, todos da mesorregião Oeste catarinense (Conforme Tabela 6). A centralidade dos dados, porém, se vinculou ao Extremo Oeste: 629 questionários e 35 entrevistas, abrangendo todos os 21 municípios da área central de pesquisa. Reforça-se que a estratégia de coleta não era, necessariamente, abranger todos os municípios, mas pelo menos 2/3 deles. O objetivo era o de ouvir e contatar o maior número de pessoas possível dentro de uma lógica de problematizar os depoimentos. Os questionários dos municípios de fora da região do Extremo Oeste (85) foram inseridos na análise como forma de basilarem uma perspectiva regional mais ampla, ainda que não desvirtuem o foco da discussão para o lócus estabelecido.

As entrevistas ocorreram no ano de 2017 (2) e 2018 (35). A dinâmica dessa coleta foi conversar, principalmente, com jovens que manifestavam, previamente, um desejo e uma perspectiva de permanência. Com isso, buscou-se compreender as motivações, justificativas e representações desses sujeitos sociais quanto ao comportamento de ficar. A escolha por quais

indivíduos seriam entrevistados se deu por meio de indicação dos técnicos da Epagri ou por contato prévio, por meio dos eventos sobre juventude na região.

Essas 37 entrevistas consistiram em quatro formatos e públicos alvo diferentes: (i) jovens rurais; (ii) técnicos, autoridades e educadores; (iii) famílias; (iv) grupo focal. Envolveram 51 pessoas, sendo 11 jovens rurais do sexo feminino; 14 jovens rurais do sexo masculino; 11 familiares<sup>32</sup>; 15 técnicos, autoridades e educadores.

**Tabela 7 – Caracterização das Entrevistas<sup>33</sup>**

<b>Num.</b>	<b>Nome</b>	<b>Part.</b>	<b>Categoria</b>	<b>Data</b>	<b>Município</b>
1	Elena	1	Jovem Rural Feminino	30/07/18	Guaraciaba
2	Joana	1	Jovem Rural Feminino	19/09/18	Princesa
3	Carla	1	Jovem Rural Feminino	18/09/18	São José do Cedro
4	Daiane	1	Jovem Rural Feminino	03/08/18	Guaraciaba
5	Patrícia	1	Jovem Rural Feminino	18/09/18	Mondáí
6	Maria	1	Jovem Rural Feminino	03/08/18	Descanso
7	Ana	1	Jovem Rural Feminino	03/08/18	Tunápolis
8	Sofia	1	Jovem Rural Feminino	21/06/18	São José do Cedro
9	Camila	1	Jovem Rural Feminino	19/09/18	Riqueza
10	Carlos	1	Jovem Rural Masculino	07/05/18	São José do Cedro
11	Gabriel	1	Jovem Rural Masculino	23/05/18	São Miguel do Oeste
12	João	1	Jovem Rural Masculino	19/08/18	Palma Sola
13	Rafael e Gustavo	2	Jovem Rural Masculino	25/07/18	Palma Sola
14	Pedro	1	Jovem Rural Masculino	13/07/18	Barra Bonita
15	Lucas	1	Jovem Rural Masculino	29/06/18	Palma Sola
16	Mateus	1	Jovem Rural Masculino	27/06/18	São José do Cedro
17	Henrique	1	Jovem Rural Masculino	01/08/18	Guaraciaba
18	Bruno	1	Jovem Rural Masculino	03/08/18	Guaraciaba
19	Felipe	1	Jovem Rural Masculino	14/09/18	São José do Cedro
20	Eduardo	1	Jovem Rural Masculino	18/06/18	São Miguel do Oeste
21	Grupo Focal	4	Jovens Rurais	18/07/18	Princesa
22	Manuela	1	Técnica	20/06/18	Princesa
23	Vitória	1	Técnico	10/11/17	São Miguel do Oeste
24	André	1	Educador	11/05/18	Palma Sola
25	Paulo	1	Educador	18/05/18	Guaraciaba
26	José	1	Técnico	09/01/17	Chapéco
27	Sara e Nicolas	2	Técnicos	26/06/18	Guarujá do Sul
28	Antônio	1	Líder Sindical	25/07/18	Palma Sola
29	Francisco	3	Educador	20/06/18	São José do Cedro
30	Luiza	1	Técnico	13/08/18	Descanso
31	Gabriela	1	Educadora	09/08/18	Iporã do Oeste
32	Luciana	1	Técnica	27/08/18	Florianópolis
33	Carolina	1	Técnica	21/09/18	Dionísio Cerqueira
34	Família Silva	2	Família	21/06/18	São José do Cedro
35	Família Santos	4	Família	05/09/18	Descanso
36	Família Oliveira	3	Família	05/09/18	Descanso
37	Família Alves	2	Família	05/09/18	Descanso

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017-2018).

<sup>32</sup> Entre os familiares estão cinco mulheres e seis homens, sendo nove adultos e dois jovens.

<sup>33</sup> Os nomes utilizados no texto são fictícios para preservar a identidade dos depoentes.

A pesquisa, portanto, contou com a participação direta de 765 pessoas e gerou um volume muito significativo de dados que não puderam ser esgotados nesse momento. Essa estratégia de expandir o número de informante produziu resultados interessantes, uma vez que a análise se baseia num estrato diverso em relação ao tema.

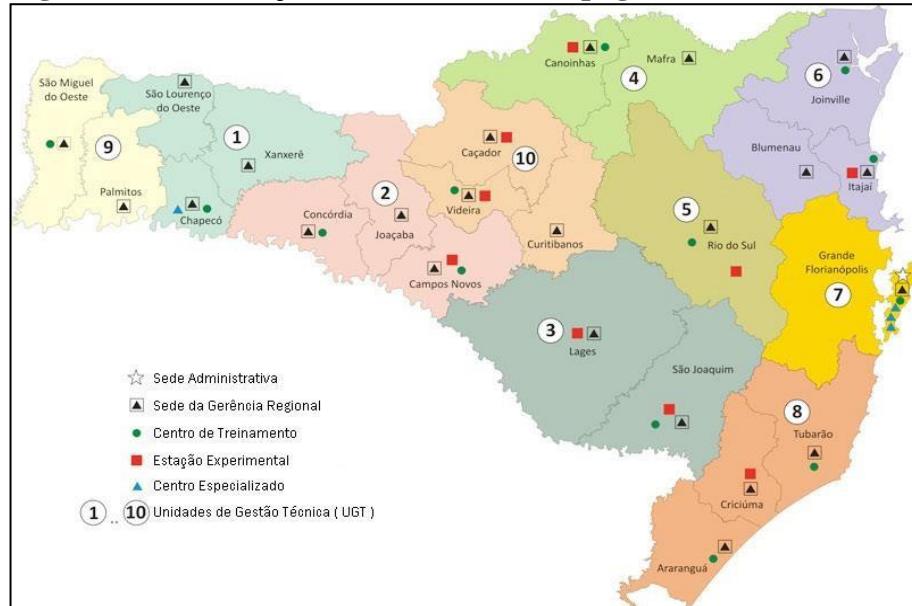
Do ponto de vista prático, a maioria dos jovens e demais depoentes confirmam a hipótese de trabalho em relação à influência dos símbolos, representações e imaginário de uma ruralidade positivada. Na verdade, a confirmação da hipótese foi maior do que o esperado. Contudo, a questão foi complexificada, problematizando uma intrincada rede de processos decisórios. Quer dizer, a explicação para a permanência é menos evidente e mais subjetiva do que apontam critérios de renda, por exemplo. Captar essas nuances e considerar essa multiplicidade de processos foi um grande desafio teórico-metodológico.

## **5.2 – Juventudes Rurais e Epagri**

Para iniciar a discussão sobre a permanência dos jovens no meio rural, é necessário considerar o papel da Epagri na questão e sua relação direta com essa pesquisa. Da entrada no campo, ao desenvolvimento da coleta de dados e a análise dos resultados, a Epagri representou um caminho estratégico para esse trabalho.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI é um órgão público vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca de Santa Catarina. Criada em 1991 numa fusão entre a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – ACARESC (1956) e a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária – EMPASC (1975) (EPAGRI, 2015), está presente em 293 dos 295 municípios catarinenses com escritórios de atendimento ao público, além de 23 Gerências Regionais, 13 Centros de Treinamento e 13 Unidades de Pesquisa (EPAGRI, 2018).

**Figura 6 – Localização das Unidades da Epagri em Santa Catarina**



**Fonte:** EPAGRI (2018, p. 16).

Historicamente, a Epagri tende a atender os pequenos produtores. Isso se deve a proeminência de pequenas unidades produtivas em Santa Catarina, e por serem essas que mais expressam demanda, já que as propriedades médias e grandes se vinculam a formas diferenciais de assistência técnica. Em geral, as propriedades maiores têm relação com grandes cooperativas ou com empresas fornecedoras de insumos e que também são os compradores da produção. No caso dos agricultores familiares, a necessidade de acompanhamento, orientação e auxílio técnico é maior e mais urgente. Nesse caso, não se trata de uma demanda por modernização, mas antes uma perspectiva de ajustar meios técnicos à realidade de cada caso específico.

Atualmente a empresa conta com um quadro funcional de 1.717 pessoas, entre pesquisadores, extensionistas e pessoal administrativo (EPAGRI, 2018). As definições de pesquisa se dão conforme as demandas regionais e a especialização técnica do corpo de trabalho. Já a extensão segue a relação de demandas e estratégias negociadas juntos aos municípios, visto que a existência dos escritórios municipais depende de um convênio firmado entre a empresa e as prefeituras.

Assim, cada região apresenta especificidades quanto às estratégias, articulações e forma de trabalho. Além disso, algumas dessas articulações são desenvolvidas no âmbito de contratos de parceria entre o Estado de Santa Catarina e agências de fomento, tais como o BIRD (Projeto

Microbacias/Bird I, de 1991 a 1999; e Projeto Prapem/Microbacias 2, de 2002 a 2009) e Banco Mundial (Programa SC Rural, de 2010 a 2016).

Entre as demandas atendidas pela empresa está o fomento à produção e produtividade; a atenção ao desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento de vínculos sociais. A atuação dos profissionais ocorre a partir de programas específicos: Aquicultura e Pesca; Fruticultura; Gestão e Mercados; Grãos; Olericultura; Pecuária; Capital Humano e Social; Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental.

O Programa Capital Humano e Social – CHS “visa fortalecer conhecimentos, habilidades e atitudes dos agricultores familiares e pescadores artesanais, voltados à cooperação e a solidariedade, contribuindo para o protagonismo e o empoderamento de suas organizações” (EPAGRI, 2018, p. 19). É estruturado em sete eixos ou linhas de ação: Segurança alimentar e nutricional; Qualidade de vida e desenvolvimento humano; Valorização de aspectos socioculturais do espaço rural e pesqueiro; Relações de gênero e geração; Educação e saneamento ambiental e tecnologias sociais de baixo custo; Organização social; Pluriatividade e multifuncionalidade. Entre estes, o que abarca centralmente as atividades com juventude rural é o eixo de “Relações de Gênero e Geração”.

Em relação à juventude rural, as definições estratégicas para o decênio de 2017-2027 do CHS são de “promover ações de valorização e esclarecimento sobre relações de gênero e geração” (EPAGRI, 2018, p. 50). Nesse sentido, as ações diretas da Epagri propõem uma linha específica definida como “Ação Jovem Rural e da Pesca” e outra sobre “Sucessão Familiar” (EPAGRI, 2018, p. 51). Além disso, a estratégia prevê atividades específicas de empoderamento das mulheres, abarcando frontalmente as jovens mulheres rurais, sobretudo quanto à permanência delas no campo. Os resultados esperados quanto as atividades do CHS são:

Comunidades rurais e pesqueiras sustentáveis, fortalecidas em organização, equidade, humanização do trabalho e diversidade sociocultural, econômica e ambiental e equipe de trabalho qualificada, o que inclui ações de segurança alimentar e nutricional, educação ambiental e tecnologias sociais de baixo custo, valorização de manifestações socioculturais, bem como questões de gênero e geração melhor compreendidas com ênfase no papel e na valorização da mulher e de jovens no processo de sucessão familiar. (EPAGRI, 2018, p. 51).

As atividades da Epagri com juventude rural, no entanto, remontam a períodos mais antigos. Desde a década de 1960, com a popularização dos clubes 4S (Saber, Sentir, Saúde, Servir), a ACARESC fomentou ações de extensão rural voltadas para jovens e adolescentes no campo. A ideia era potencializar a aceitação e aplicação das inovações técnicas e a modernização do campo pela via dos filhos, tidos como mais receptivos e que influenciariam a quebra de paradigma junto aos pais. O modelo dos clubes 4S tiveram como base os Clubes 4H (*Head, Heart, Hands e Health*<sup>34</sup>) nos EUA. Estes, criados a partir de 1902, sustentavam a perspectiva de modernização agrícola por meio das gerações mais jovens.

Em muitos momentos, a Epagri organizou encontros com jovens rurais, seja para o levantamento de demandas, seja para colocar os jovens em contato e gerar uma sinergia. Esses eventos tinham fomento efêmero. Passado o encontro, a articulação dos jovens rurais arrefecia e os problemas, assim como as demandas, tendiam a ser vividos e enfrentados isoladamente.

A estratégia de enfrentamento ordenado veio com a definição da “Ação Jovem”. Nessa seara, desde 2012 são desenvolvidos um conjunto de cursos de formação para jovens rurais e da pesca. Esses cursos visam definir um foco e um escopo específico para o público jovem rural, visto que, em geral, os cursos técnicos da Epagri eram frequentados pelos homens adultos, isto é, os pais.

No período de 2012 a 2016, a Ação Jovem Rural e do Mar foi financiada pela parceria da Epagri com o Banco Mundial no âmbito do Programa SC Rural. A proposta de um trabalho segmentado e direcionado especificamente para os jovens foi definida em 2010, com o documento “Proposta – Ação Instrucional da Epagri com Jovens Rurais”. A ideia manifesta era de

[...] contribuir na construção de perspectivas de interesses dos jovens, ampliando as possibilidades de sua permanência como protagonistas e empreendedores do processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades rurais de Santa Catarina, fortalecendo a agricultura de forma sistêmica numa ação institucional em permanente atualização. (GERBER, 2016, p. 13-14).

---

<sup>34</sup> Cabeça, para pensar; Coração para sentir; Mãos para trabalhar e Saúde para fazer mais para o clube e sociedade (SOUZA, 2015).

É notória a presença de três termos centrais nessa perspectiva de trabalho: permanência, protagonismo e empreendedorismo. Isso significa que, de maneira geral, o curso foi pensado diretamente em relação aos jovens e o seu desenvolvimento no campo. Muitas vezes as abordagens com jovens os colocam primeiro como parte das famílias rurais. Assim, a questão da juventude era tomada como um “problema” da família e não um grupo social de fato. Pensar os jovens enquanto sujeitos e cidadãos foi e é um passo importante para a abordagem da questão.

Nos documentos norteadores do programa, por exemplo, a permanência é tratada como um direito social. Isto é, permanecer no campo deve ser um direito de escolha livre e esclarecido. Logo, a garantia de condições para a sua efetivação é um ponto central das políticas públicas. O protagonismo é pensado como um valor dos jovens rurais e sustenta sua participação nas relações comunitárias, de liderança e de inovação técnico-produtiva. O empreendedorismo é visto como uma condição e uma saída para a permanência e melhoria de vida dos jovens no campo.

Nesse sentido, as ações fomentam a pluriatividade, a agroindustrialização, a busca de novos mercados. Acrescenta-se que há uma recorrente indicação de ligação entre o desenvolvimento sustentável e a permanência dos jovens no meio rural, apontando que esse público manifesta, também, maior sensibilidade com as questões ambientais.

O desafio apontava para a construção de possibilidades que contribuam com a permanência de jovens no campo como protagonistas e empreendedores. Ou seja, não uma fatalidade de quem não tem outra saída, e sim como seres centrais de um processo de desenvolvimento; mas não um desenvolvimento qualquer ou tão somente financeiro. O desenvolvimento que se iria buscar foi claramente qualificado: holístico, posto que socioeconômico a ambiental. Jovens foram identificados como atores que definiriam como e porque permanecer no meio rural contribuindo com o fortalecimento da agricultura familiar como uma forma de ser e estar no mundo, como uma maneira diferenciada de produção e reprodução de vida; como profissionais que produzem a energia que move o mundo: os alimentos, que, segundo a jovem agricultora Marta, do alo Vale do Itajaí, os faz ter “uma profissão sagrada”. (GERBER, 2016, p. 19).

Essa visão é um reflexo das características da juventude rural contemporânea que se posiciona de maneira ativa nas relações de vida no meio rural. Suas expectativas e suas demandas se tornam mais claras, assim como a defesa de seus projetos de vida. Há, como aponta

Rose Gerber (2016), uma ruptura nas relações geracionais que explicam as novas definições da juventude rural.

Ao contrário de gerações anteriores, que tinham na agricultura ou na pesca a única forma possível e imaginável, as/os jovens que atualmente compõem o espaço rural e marinho catarinense cada vez mais permanecem por escolha e amor à agricultura e à “vida no campo” ou à pesca e à “vida no mar”. Aliem-se a isso demonstrações de uma autoestima fortalecida a partir do reconhecimento, respeito e importância que dão a seus antepassados (pais, mães, avôs e avós, tios e tias, que são seus referenciais de vida), porém com uma vontade imensa de avançar, ganhar seu próprio espaço e se fazer respeitar como seres e profissionais que estão no mundo para fazer a diferença. (GERBER, 2016, p. 13).

A estratégia da intervenção se deu com a elaboração de um curso específico para o público jovem rural e marinho: Formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo. O curso ocorre nos Centros de Treinamento, localizados nas sedes regionais da Epagri. A dinâmica utilizada foi similar à Pedagogia da Alternância, visto que os jovens teriam um encontro mensal de três dias com as atividades teóricas e nas semanas seguintes buscariam aplicar o conhecimento.

A reflexão entre teoria e prática, consubstanciada pela adaptação das tecnologias às situações concretas vividas pelos jovens, tornou-se a aposta central para o êxito do curso. Todavia, o foco do curso não é o de apresentar tecnologias produtivas, mas, sim, enfrentar as dificuldades de gestão das unidades, melhorando a capacidade financeira e adaptando as tecnologias às demandas específicas de cada caso. De acordo com Luciana<sup>35</sup>, funcionária da instituição:

Não adianta preparar o jovem, apresentar possibilidades. E gestão? O quanto que entra, o quanto que sai. Ele vê que aquilo ali é um negócio, tanto quanto alguém que trabalha no meio urbano, no sentido de ter de saber e está dando retorno. Outra coisa que o jovem também valoriza: tem que ter lazer! Eles não são mais como os avôs e pais. Ah, dizer assim: ‘descendente de alemão e italiano’. Eles não querem mais o chicote nas costas. Eles verbalizam: a gente quer trabalhar, a gente quer ter um nível de vida bom, mas a gente também quer descansar. (Luciana).

---

<sup>35</sup> Nome fictício.

Os participantes do curso são indicados pelos escritórios municipais de cada regional da Epagri, buscando-se uma equidade entre rapazes e moças, embora a maioria do público que aflui ao curso sejam rapazes. Durante o processo de alternância, os jovens recebem assessoramento específico do corpo técnico da empresa em suas unidades produtivas, envolvendo orientações no contexto das famílias.

Os conteúdos do curso foram organizados em três eixos: a) Humano: dedicado a abordar temas como liderança, empreendedorismo, inclusão digital, práticas integradoras, de lazer e autoconhecimento; b) Gerencial: voltado à gestão de negócios e do ambiente; c) Tecnológico: centrado em oportunidades voltadas ao emprego e à renda e à produção agrícola e não agrícola, como turismo e artesanato. (GERBER, 2016, p. 16).

Com duração média de oito meses, o curso é finalizado com a elaboração de um Projeto de Vida. Esse projeto é voltado a inserção do jovem nas dinâmicas produtivas da família, sendo ele o gestor e indutor de uma melhoria ou modificação no contexto familiar. Para efetivar essa proposta, há uma linha de crédito subsidiada que permite o desenvolvimento desse planejamento. Durante a vigência do Programa SC Rural, os recursos desse crédito, em específico, eram concedidos como “fundo perdido”, ou seja, não evocando a restituição do erário aos cofres públicos. Essa política pública impactou fortemente na melhoria da qualidade de vida desses jovens e suas famílias, fomentando não só a sucessão rural, mas também o empoderamento desses projetos de vida.

Como aponta Luciana, a Epagri vem buscando se envolver cada vez mais na permanência de jovens no meio rural. A proposta do curso é, então, uma maneira de fomentar e também compreender esse comportamento. Entre as demandas técnicas, o Programa Capital Humano e Social tem se debruçado sobre questões que extrapolam a noção da racionalidade técnica. Entre esses elementos, a atenção é maior quanto as questões de gênero e geração, com foco na valorização da mulher enquanto profissional da agricultura.

A desigualdade de condições entre homens e mulheres é fator complicador do desenvolvimento da vida no campo. Segundo Luciana, muitas mulheres acabam associando o seu trabalho como uma obrigação do cotidiano e que tem menor impacto nas dinâmicas rurais. Essa discriminação interfere na autoestima e na perspectiva de permanência das mulheres no campo, principalmente entre às moças.

Nessa conjuntura, a violência sofrida pelas mulheres tem sido um fator determinante de fuga, embora nem todas possam assim proceder, como aponta Luciana:

Nos últimos anos elas têm nos falado muito – até pouco tempo era muito silencioso a questão da violência no campo e agora elas estão verbalizando e nos pedindo para trabalhar essa questão da violência. As próprias colegas às vezes ficam muito receosas de tocar, mas a partir do momento que elas nos pedem dá uma abertura para a gente trabalhar. E linkando com jovem, além de trabalhar a juventude como recorte de geração, trabalhar a mulher no sentido de ela também participar. (Luciana).

Percebe-se que a participação das mulheres no curso de jovens ainda é minoritária. Dos 2228 jovens formados desde 2012, apenas 446 são do sexo feminino, representando 20%, enquanto 1782 são rapazes, isto é, 80%. Embora o número de jovens atendidos seja expressivo, a relação de gênero em sua participação indica que o campo e a própria perspectiva de sucessão são dominados por um viés de masculinização.

Ainda é mais meninos, mais homens que estão participando em espaços públicos ou porque continuam no meio rural ou porque não sabem. Então a gente observou, no decorrer dos anos, que a medida que as meninas ficavam sabendo do curso, foi aumentando o número de participação das meninas. Às vezes não é que elas não têm interesse, é que elas não têm o acesso ou não se dão conta que também é para elas. (Luciana).

Como aponta Luciana, a permanência dos meninos tem relação com o fato do incentivo dos pais e a existência de mulheres dispostas a estabelecerem relações com eles. Já a permanência das meninas está associada a existência de oportunidades, da confiança dos pais em seus projetos. Não se trata de não gostarem do campo, mas das condições para ficarem no campo. “Não é que ela não goste do meio rural, é porque ela vê que não tem lugar pra ela e ela vai embora”. As jovens, defende, reclamam oportunidades para demonstrar o talento e o gosto pela atividade.

Falando assim de gênero, é bem focado nessa questão da valorização, seja como pessoa, a autoestima pessoal dela, seja como profissional, tanto que se trabalha na roça, na propriedade, como alguém que coloca uma pequena agroindústria, porque geralmente ela coloca uma pequena agroindústria, quando é para fora, quando é para ter o nome do empreendimento, ainda sai no nome do homem. E quando começa a dar lucro, daí o homem passa a fazer parte e ele se torna mais visível. Então a gente sempre tenta trabalhar não que

a mulher é mais do que o homem, mas essa questão realmente de igualdade. (Luciana).

O trabalho de extensão da empresa está orientado para focar na abordagem familiar: “não adianta a gente continuar trabalhando a mulher, só a mulher. Tem que trabalhar a mulher e o homem juntos. Se está retomando algo que na extensão antiga tinha que eram os encontros de famílias”, comenta Luciana. Ainda, segundo ela, a inovação técnica precisa ser adaptada à realidade de cada família e considerar os conflitos presentes em cada caso, além das mudanças de valores entre jovens e pais. Os jovens tendem a perceber sua permanência com base em uma dinâmica de trabalho e consumo que difere da parcimônia com os gastos, posta em prática pelos pais. Luciana destaca que os jovens permanecem sob outra perspectiva de vida, com outro olhar sobre o trabalho.

Todos os jovens, é interessante falar, todos, independente de menino ou menina, são jovens hoje que a gente que quando vai para instituições ainda tem aquela visão assim: ai, ele vai ficar no meio rural porque ele não tem saída. O jovem que a gente tá trabalhando ele diz assim: ó, eu quero ficar, é opção. Mas todos dizem: eu quero ficar com acesso à internet, com conhecimento virtual e melhorar as dores do corpo, que é a humanização do trabalho. (Luciana).

Em relação ao acesso à internet, a Epagri desenvolveu o Programa de Kit Informática no âmbito do SC Rural. Pelo programa foi possível adquirir notebooks e roteadores com subsídios dados pelo governo do Estado. A medida visava a integração dos jovens rurais e a utilização de programas e softwares de gestão técnica. Ainda assim, há o problema de conexão com à internet no campo.

Os jovens que participam dos cursos da Epagri já demonstram grande propensão de permanência. Após o curso, essa vontade manifesta tende a se solidificar, visto que o jovem e sua família se organizam melhor para esse projeto de vida, muitas vezes condicionado à sucessão. A participação no curso facilita o convencimento da família (principalmente com o pai) e melhora as práticas de trabalho (menor penosidade), em conjunto com a perspectiva e a leitura das possibilidades da vida no meio rural.

Eles dizem assim: às vezes nem falam muita novidade – porque são jovens que a grande maioria fez o primeiro grau, o segundo grau, tem jovens que fizeram universidade –, mas a maneira como vocês colocam possibilidades a gente vê que é possível. Porque uma coisa que faz parte da metodologia são

as viagens educativas ou excursões, daí ele pergunta, ele vê outro jovem e entre eles há uma outra dinâmica de troca de informações. (Luciana).

Durante o percurso formativo, os jovens são encorajados a enfrentar os desafios pessoais; expostos a vivência de novas experiências; contato com ambientes formais, espaços urbanizados, estranhos e não controlados. Assim, o curso fornece aderência e potencializa os processos decisórios. O resultado dos cursos tem sido, principalmente, melhorar a visão dos jovens rurais sobre o futuro deles e da atividade.

Conforme Luciana, os jovens rurais estão mais preocupados com a qualidade de vida, com a penosidade do trabalho, com o usufruir de sua renda. São eles também que estão mais propensos às questões ambientais e a sustentabilidade, a garantia de qualidade dos alimentos produzidos, a adequação das exigências do mercado consumidor e também ao controle de gestão. Isto é, há um processo de profissionalização da atividade. Essa imagem dos jovens como um estoque de protagonismo rural é, portanto, um elemento que potencializa os discursos positivos em torno da permanência, embora nem sempre isso se traduza nas condições práticas para seguir na atividade.

### **5.3 – Juventudes Rurais e Perspectivas Objetivas da Permanência**

A incerteza é o elemento primordial da tomada de decisão. Isso significa que os seres humanos buscam, em geral, projetos de vida que expressem maiores garantias de execução e viabilidade. A vida no meio rural, por exemplo, é historicamente marcada pela dúvida, pela aposta, pela esperança de sucesso. Há pouco controle sobre a efetividade da produção, assim como da venda e da lucratividade. A sobrevivência não está apenas assentada na alimentação ou em mínimos vitais. Há uma demanda crescente por recursos que sustentem modos de vida mais confortáveis e que permitam maior qualidade de vida. Essas melhorias sociais pressionam, todavia, o princípio de viabilidade da atividade.

Se há uma tendência histórica de que os filhos de agricultores sejam também agricultores, há muitos exemplos em que os agricultores evidem esforços para que seus filhos tenham outra “sorte”. Esse conflito leva a um questionamento da tradição, uma ruptura. A partir da década de 1990, ficar no campo tornou-se um comportamento não tendencial.

Logo, a permanência dos jovens no meio rural é uma questão que ganhou destaque nos últimos anos, porque interfere de forma decisiva nas dinâmicas produtivas<sup>36</sup>. O interesse manifesto por essa juventude que tendencialmente migra é o de não perder mão de obra. Os jovens que ficam são, sobretudo, braços. O discurso familiar e institucional expressa essa urgência que não fora um problema quando ainda existiam potencialmente muitos candidatos à sucessão. Agora, no limiar de um quadro solitário, os pais cativam filhos para ficar. As empresas, cooperativas e órgãos públicos fomentam as oportunidades para quem resistir à ruptura, assinalando um quadro do “faça o que eu digo, não faça o que eu faço”.

O clichê de que se inveja a posição dos agricultores é mais forte do que nunca: “lá vocês têm vida boa”. Reforça-se o sentido de valorizar uma profissão e uma posição social entre aqueles que não a constituem, mas dela dependem. O reforço positivo ao rural, à vida no campo e ao trabalho agropecuário estão em voga na região em estudo. Os jovens são os receptores dessas mensagens encorajadoras e são submetidos a projetarem sua vida futura cada vez mais cedo.

Nesses ambientes discursivos é que os dados dos questionários dessa pesquisa foram coletados. Apresenta-se, portanto, uma síntese do que esses jovens manifestam de forma objetiva. Reforça-se que, mesmo que os números possam indicar uma possibilidade alta de ficar no campo, o contexto dessas respostas é mais complexo. A permanência, nesse caso, é um processo volátil e intermitente. Por mais que seja possível verificar projetos de vida engajados e sólidos, a perspectiva é de uma possível mudança de planos. Os jovens apresentam-se primeiro como “permanecentes”, depois como “permanentes”. Esse estágio de definição, ainda que com condições dadas e desejo manifesto, é um conceito em construção.

Os questionários foram segmentados, como já exposto acima<sup>37</sup>. Essa diferenciação se refere a duas situações: (i) a forma de coleta, pois em alguns casos os questionários foram aplicados em palestras específicas para o público jovem, contendo em sua maioria jovens rurais que não estavam estudando no Ensino Médio, e em outros foram aplicados nas escolas da

<sup>36</sup> As ações públicas e estatais corroboram com essa percepção. Em 2013, por exemplo, foi instituído o “Dia Estadual da Juventude Rural” em Santa Catarina, comemorado em 16 de outubro. O objetivo da data é o “a valorização e inserção do jovem no meio rural, sua inclusão social e qualidade de vida” (SANTA CATARINA, 2013).

<sup>37</sup> Jovens Rurais do Sexo Feminino – **GRUPO I**; Jovens Rurais do Sexo Masculino – **GRUPO II**; Jovens Rurais Estudantes do Sexo Feminino – **GRUPO III**; Jovens Rurais Estudantes do Sexo Masculino – **GRUPO IV**; Jovens Urbanos Estudantes do Sexo Feminino – **GRUPO V**; Jovens Urbanos Estudantes do Sexo Masculino – **GRUPO VI**.

região, englobando estudantes do Ensino Médio; (ii) pela diferença de idade, que é inerente a esses grupos. A média de idade do grupo I foi de 22,22 e do grupo II 21,89 anos. Já dos demais grupos as médias são equivalentes: grupo III 16,56 anos; grupo IV 16,53 anos; grupo V 16,58 anos e grupo VI 16,53 anos.

**Tabela 8 – Caracterização dos Grupos Respondentes dos Questionários**

Definição	Classificação	Ocorrência	Média de Idade
Jovens Rurais do Sexo Feminino	Grupo I	69	22,22 anos
Jovens Rurais do Sexo Masculino	Grupo II	166	21,89 anos
Jovens Rurais Estudantes do Sexo Feminino	Grupo III	115	16,56 anos
Jovens Rurais Estudantes do Sexo Masculino	Grupo IV	138	16,53 anos
Jovens Urbanos Estudantes do Sexo Feminino	Grupo V	137	16,56 anos
Jovens Urbanos Estudantes do Sexo Masculino	Grupo VI	89	16,53 anos
<b>Total</b>		<b>714</b>	<b>18,38 anos</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Primeiramente, analisam-se os dados referentes aos jovens rurais. Os questionários agrupavam 21 perguntas, sendo 11 objetivas e 10 descritivas (Anexo I). As respostas em branco não foram computadas<sup>38</sup>. A pergunta central dos questionários foi “você pretende continuar vivendo no meio rural?”. Obteve-se um quantitativo diferencial entre os grupos:

**Tabela 9 – Pretensão de Continuidade no Meio Rural**

	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Total Geral
<b>Sim</b>	51 (74%)	140 (85%)	29 (26%)	63 (47%)	<b>283 (59%)</b>
<b>Não</b>	2 (3%)	5 (3%)	41 (37%)	24 (18%)	<b>72 (15%)</b>
<b>Talvez</b>	16 (23%)	20 (12%)	42 (37%)	46 (35%)	<b>124 (26%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>69 (100%)</b>	<b>165 (100%)</b>	<b>112 (100%)</b>	<b>133 (100%)</b>	<b>479 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

O dado mais significativo é que, entre os jovens, 59% apontam uma pretensão de permanência (Tabela 9). Se pensada a variável de indecisão, há também algum sentimento de ficar no campo. Nesse sentido, é inegável a existência geral de um desejo claro e manifesto de permanência. A sua efetivação é uma variável mais complexa, porém esse desejo explica boa parte do arranjo social regional, onde a juventude rural dá mostras de articulação para a manutenção da realidade rural familiar.

<sup>38</sup> Como a coleta de dados nem sempre aconteceu em ambiente controlado e com tempo suficiente, as respostas em branco não indicam efetivamente um silêncio. Além disso, a operação estatística da pesquisa é simples e busca apresentar dados diretos.

A diferença entre as perspectivas dos rapazes e das moças demonstra que a permanência é mais efetiva entre os rapazes (68%) do que entre as moças (44%). Há ainda a variável da dúvida, que é maior entre as moças (32%) e menor entre os rapazes (22%)<sup>39</sup>. Talvez essa perspectiva esteja ligada à expectativa de melhoria nas relações familiares que as moças nutram frente ao futuro. Ainda assim, é possível afirmar que os rapazes manifestam um desejo menor de migração (10%), enquanto as moças consideram mais essa possibilidade (24%).

Se analisadas apenas as respostas dos rapazes – não necessariamente estudantes – vê-se um desejo de permanência na ordem de 85%, contra um número menor entre os estudantes 47%. No caso feminino, essa diferença também é clara. Entre as jovens não necessariamente estudantes a pretensão de permanência é de 74%, já as estudantes somam apenas 26%. As que não pretendem somam 37% e indecisas também 37%. As razões para essa diferença interpõem a organização de projetos de vida já mais maduros entre os jovens que concluíram o Ensino Médio ou já ingressaram no Ensino Superior e aqueles que ainda estão no nível secundarista.

As respostas sobre pretensão ou perspectiva de permanência são, portanto, mais afirmativas quanto maior for a idade dos jovens. Jovens de até 17 anos, geralmente, ainda estudantes de Ensino Médio, tendem a responder negativamente ou com dúvida. Após o final do Ensino Médio, aqueles que ficam no campo o fazem com um propósito mais claro de permanência. Considere-se que a grande quantidade de respostas afirmativas para permanência foram colhidas por jovens que vivem no meio rural e já concluíram o ensino médio. Esses questionários foram coletados em eventos direcionados para jovens permanecentes e muitos com projetos de vida já definidos. Entre os estudantes, a maioria das respostas afirmativas se deu entre estudantes das Casas Familiares Rurais – CFRs, com claro viés e direcionamento para a permanência, tanto dos educandos, quanto da estrutura escolar.

Existe, portanto, uma grande disposição de permanência que contradiz os discursos populares de que os jovens não querem ficar na roça. Todavia, essa disposição para permanência não pode ser traduzida como uma decisão, tampouco como uma vontade definitiva. Se está falando de uma pretensão. Ainda assim o desejo é muito significativo. Isso permite considerar que, diante da situação de ruptura ou continuidade, atua decisivamente a

<sup>39</sup> É sintomático considerar que, entre os jovens rurais que participaram dos eventos onde foram coletados os questionários, houve uma quantidade maior de rapazes (166) em relação às moças (69). Isso representa também a prevalência maior de rapazes enquanto jovens que tendem a permanecer no campo.

avaliação – que é diferencial – das condições para concretizar essa vontade manifesta por quase  $\frac{2}{3}$  dos jovens rurais.

Considerando a origem dos respondentes, a maioria absoluta (90%) é nativa do meio rural, conforme tabela abaixo. A porcentagem de 10% daqueles que não vivem no meio rural desde o nascimento apontam que há uma migração no sentido cidade-campo. Esse movimento está diretamente associado ao movimento de retorno de membros das famílias rurais que teriam migrado para o meio urbano e mais tarde, já com prole constituída, retomado a atividade rural.

**Tabela 10 – Tempo de Residência no Meio Rural**

	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo III</i>	<i>Grupo IV</i>	<i>Total Geral</i>
Desde que nasci	63 (94%)	156 (94%)	91 (84%)	110 (89%)	<b>420 (90%)</b>
Há menos de 5 anos	2 (3%)	2 (1%)	4 (4%)	4 (3%)	<b>12 (2%)</b>
Há menos de 10 anos	1 (1%)	5 (3%)	8 (7%)	5 (4%)	<b>19 (4%)</b>
Há menos de 15 anos	-	1 (1%)	5 (5%)	5 (4%)	<b>11 (2%)</b>
Há menos de 20 anos	1 (1%)	2 (1%)	-	-	<b>3 (1%)</b>
Há menos de 25 anos	1 (1%)	-	-	-	<b>1 (1%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>68 (100%)</b>	<b>166 (100%)</b>	<b>108 (100%)</b>	<b>124 (100%)</b>	<b>466 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Entre os respondentes, 77% nunca tiveram uma experiência de residência no meio urbano. Entre os 23% que tiveram, pode-se apontar também uma dinâmica de retorno. Esse comportamento é maior entre os jovens masculinos não necessariamente estudantes (29%). Embora não seja possível definir os contornos dessas experiências, destaca-se que os jovens retornados apresentam grande possibilidade de efetivar a permanência no meio rural, ainda que alguns se vinculem a um movimento pendular de idas e voltas.

O retorno envolve a vivência de experiências urbanas antes tomadas como um misto de mistério e encantamento. Aqueles que voltam ao meio rural tendem a ter vivido experiências sociais não positivas no meio urbano e, com base nesse dito “aprendizado”, pesam suas decisões com maior base de conhecimento. Assim, estes jovens são mais envolvidos numa estratégia de permanência perene. São também aqueles que discursivamente positivam mais o rural e criticam a vida urbana.

**Tabela 11 – Experiência de Moradia no Meio Urbano<sup>40</sup>**

	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo III</i>	<i>Grupo IV</i>	<i>Total Geral</i>
<b>Sim</b>	17 (25%)	48 (29%)	18 (16%)	27 (20%)	<b>110 (23%)</b>
<b>Não</b>	51 (75%)	118 (71%)	92 (84%)	105 (80%)	<b>366 (77%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>68 (100%)</b>	<b>166 (100%)</b>	<b>110 (100%)</b>	<b>132 (100%)</b>	<b>476 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Verificou-se que 66% das famílias atuam essencialmente com atividades agropecuárias. Há 34% de presença de outras atividades, ou seja, ocorre pluriatividade. Essa pluriatividade é verificada como um fenômeno familiar e não exatamente dos jovens. Muitos pais possuem dupla vinculação ou mesmo uma atividade diferente daquelas exercidas diretamente no campo. Além disso, como a coleta de dados considerou a ruralidade como fator de residência, convém compreender que nem todas as famílias que vivem nas comunidades rurais da região Extremo Oeste catarinense são, de fato, agricultores familiares.

**Tabela 12 – Ocorrência de Atividades Distintas da Agricultura no Grupo Familiar**

	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo III</i>	<i>Grupo IV</i>	<i>Total Geral</i>
<b>Sim</b>	18 (27%)	40 (24%)	49 (43%)	59 (43%)	<b>166 (34%)</b>
<b>Não</b>	48 (73%)	123 (76%)	65 (57%)	78 (57%)	<b>314 (66%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>66 (100%)</b>	<b>163 (100%)</b>	<b>114 (100%)</b>	<b>137 (100%)</b>	<b>480 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Uma particularidade importante da área de estudo é que muitas famílias residem no meio rural dos municípios em comunidades que ficam ao longo das rodovias federais e estaduais (Conforme Figura 7<sup>41</sup>). Boa parte dessas famílias opta por residir nessas localidades pela facilidade de deslocamento, porém trabalham nas áreas urbanas e não estão inseridos em dinâmicas efetivamente rurais. Nesse sentido, entre essas famílias que moram no campo, mas todos os seus membros trabalham no meio urbano, não há pluriatividade em relação ao conceito de ruralidade.

<sup>40</sup> Pergunta geradora constante no questionário: “Você já saiu do meio rural para residir no meio urbano?”

<sup>41</sup> A rodovia mais importante da Microrregião Extremo Oeste é a BR 163 que liga os municípios de Itapiranga a Dionísio Cerqueira. No trecho de Itapiranga a São Miguel do Oeste essa rodovia está sob responsabilidade do Estado de Santa Catarina, sendo denominada SC 163.

**Figura 7 – Mapa das Principais Rodovias do Oeste de Santa Catarina**



**Fonte:** Secretaria de Estado de Turismo de Santa Catarina

Ao analisar a vivência dos jovens no meio rural, foi lhes questionado o que mais lhes incomodava em viver ali. As respostas foram condicionadas a um rol de seis situações específicas. A estratégia foi de apontar um possível ponto de convergência que sustentasse o desejo de saída ou mesmo uma queixa em relação a permanência. O resultado foi variado entre as opções, confirmando, mais uma vez, o caráter polimórfico da questão e sua complexidade, conforme tabela abaixo.

**Tabela 13 – Motivação de Incômodo no Meio Rural<sup>42</sup>**

	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo III</i>	<i>Grupo IV</i>	<i>Total</i>
Dificuldade de acesso à renda	14 (24%)	47 (33%)	19 (20%)	37 (32%)	<b>117 (28%)</b>
Rotina de trabalho	7 (12%)	33 (23%)	24 (25%)	32 (28%)	<b>96 (23%)</b>
Falta de opções de lazer	2 (3%)	19 (13%)	12 (13%)	19 (17%)	<b>52 (13%)</b>
Dificuldade de acesso aos estudos	6 (11%)	14 (10%)	17 (18%)	4 (3%)	<b>41 (10%)</b>
Conflitos no grupo familiar	25 (43%)	29 (20%)	10 (10%)	23 (20%)	<b>87 (21%)</b>
Questões de gênero	4 (7%)	2 (1%)	13 (14%)	-	<b>19 (5%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>58</b>	<b>144</b>	<b>95</b>	<b>115</b>	<b>412</b>
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Percebe-se que, entre as moças, as maiores queixas são relativas à renda, rotina de trabalho e principalmente conflitos no grupo familiar. São mais sensíveis às dificuldades de

<sup>42</sup> Pergunta geradora constante no questionário: “O que mais lhe incomoda na vida no meio rural?”

acesso aos estudos e apontam ainda questões de gênero, fato que é praticamente ignorado entre os rapazes. Estes apontam mais fortemente as questões de renda e da rotina de trabalho. Apresentam queixas sobre conflitos familiares e também em relação ao lazer.

É possível apontar que as mulheres são envolvidas em maiores conflitos no ambiente familiar, visto que estão submetidas a relações de gênero fortemente marcadas pelo patriarcado e pelo machismo. Os rapazes, geralmente escolhidos pela família como sucessores, recebem maior poder de decisão, de discussão e legitimidade, diminuindo suas reclamações em relação aos conflitos. Ocorre uma transmutação do descontentamento para a avaliação da renda, principalmente porque estes dispõem de maiores chances de receberem uma remuneração direta, fato que geralmente não acontece com as moças. As mulheres são inseridas parcialmente nas decisões e no uso direto do dinheiro.

Quanto a renda, convém destacar que é um dos fatores primordiais para a permanência dos jovens no campo. No entanto, é um fator que não influencia apenas a permanências dos jovens, mas de todos os membros do grupo familiar. Da mesma forma, a renda não é um elemento definidor de residência exclusivo do meio rural. A lógica decisória se expressa também no meio urbano.

O que se constata com a pesquisa é que a renda não é fator único ou determinante da permanência. Quer dizer, ter renda é fundamental, mas não é o suficiente para convencer um jovem ou qualquer indivíduo a ficar num dado local. Essa variável questiona o discurso de que garantir renda é a resposta simples para que haja permanência de jovens no campo. Não há – nem deve haver – garantias. Há um conjunto de fatores que podem ser articulados no sentido de dar oportunidade para que aqueles que desejam ficar, fiquem. De resto, cai-se numa linha tênue entre incentivo e determinismo.

Como essas variáveis se correlacionam de maneira diversa, é possível ponderar também como os arranjos familiares impactam na permanência. Do ponto de vista da sucessão, perguntou-se sobre o incentivo dos pais à permanência. Como já ponderado, a tendência de ficar é maior entre os rapazes, que recebem uma carga de estímulo maior. Ainda assim, vê-se que o número de pais desejando a manutenção dos filhos na atividade é alto: 76%.

**Tabela 14 – Incentivo dos Pais para a Permanência no Campo<sup>43</sup>**

	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo III</i>	<i>Grupo IV</i>	<i>Total Geral</i>
<b>Sim</b>	60 (91%)	144 (90%)	54 (49%)	93 (73%)	<b>351 (76%)</b>
<b>Não</b>	6 (9%)	16 (10%)	56 (51%)	34 (27%)	<b>112 (24%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>66 (100%)</b>	<b>160 (100%)</b>	<b>110 (100%)</b>	<b>127 (100%)</b>	<b>463 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Os jovens estudantes são menos incentivados a permanecerem no campo, visto que aqueles que já concluíram o Ensino Médio tendem a ter uma definição e recebem um tipo de incentivo relacionado a uma manifestação e interesse em permanecer. Em geral, os pais passam a incentivar os filhos quando esses apontam um caminho que mais lhe interesse. Os dados evidenciam que os rapazes recebem maior incentivo para permanecer: 87%. Entre as moças, o incentivo é de 65%. Para muitas famílias a filha só será uma sucessora se casar com um agricultor e inserir o gênero na dinâmica familiar produtiva.

Da mesma forma, vê-se essa diferenciação de gênero quanto a influência e participação nas decisões sobre as questões da agricultura no ambiente familiar. Entre as moças, a possibilidade de participação é menor (64%) do que entre os rapazes (88%). Essa participação interdita e limitada expõe as fragilidades dos projetos de sucessão das famílias. Jovens que não possam exercer sua cidadania enquanto parte de um grupo, que vivencia a agricultura como um trabalho e como um modo de vida, tendem fortemente a um rompimento com a ruralidade.

**Tabela 15 – Participação nos Projetos e Decisões Familiares em Relação à Agricultura**

	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo III</i>	<i>Grupo IV</i>	<i>Total Geral</i>
<b>Sim</b>	58 (87%)	151 (95%)	56 (51%)	100 (79%)	<b>365 (79%)</b>
<b>Não</b>	9 (13%)	8 (5%)	55 (49%)	26 (21%)	<b>98 (21%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>67 (100%)</b>	<b>159 (100%)</b>	<b>111 (100%)</b>	<b>126 (100%)</b>	<b>463 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Registra-se que há uma hierarquia etária na participação dos jovens nos processos decisórios. Aqueles que ainda estão na escola ocupam um posto de maior submissão do que aqueles que já concluíram o Ensino Básico ou que ingressaram no Ensino Superior. É preciso complexificar que a noção de participação nas decisões das famílias rurais do Oeste e Extremo Oeste catarinense é relativa. Dar opinião, expor ideias é diferente de participar ativamente nas decisões.

---

<sup>43</sup> Pergunta geradora constante no questionário: “Seus pais lhe incentivam a permanecer no campo?”

Em geral, as decisões são tomadas pelo pai. Mesmo que ele ouça e considere o que a família expõe, a última e decisiva palavra é dele. Os níveis de participação, a valorização das opiniões e por fim, a efetividade desse diálogo familiar, apresentam-se como um grande desafio.

A permanência, contudo, não depende apenas da sucessão. Esse é o caminho mais prático, a estratégia mais comum, mas não a única via. Muitos jovens almejam permanecer no campo organizando sua unidade produtiva própria. Se até o início da década de 1980 a dinâmica rural do Sul do Brasil esteve pautada na reprodução orgânica de novos estabelecimentos, desde então essa prática é cada vez mais difícil. O preço das terras e o custo geral para instrumentalizar essas unidades acabam inviabilizando o seu desenvolvimento.

A partir da década de 1990, a sucessão tem se tornado o meio mais eficaz para a manutenção na atividade rural. Verifica-se essa tendência considerando a expectativa dos jovens frente a facilidade para organizarem o seu próprio estabelecimento.

**Tabela 16 – Percepção de Facilidade para Montagem de Unidade Produtiva Própria<sup>44</sup>**

	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo III</i>	<i>Grupo IV</i>	<i>Total Geral</i>
<b>Sim</b>	39 (62%)	97 (63%)	33 (34%)	67 (56%)	<b>236 (54%)</b>
<b>Não</b>	24 (38%)	56 (37%)	64 (66%)	53 (44%)	<b>197 (46%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>63 (100%)</b>	<b>153 (100%)</b>	<b>97 (100%)</b>	<b>120 (100%)</b>	<b>433 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Em geral, há um pessimismo quanto ao futuro na atividade fora da condição de sucessão. Quanto a essa expectativa, os rapazes são mais otimistas sobre montarem sua própria propriedade (60%) do que as moças (45%). Há um ceticismo mais efetivo entre as moças, que deriva, possivelmente, de uma visão mais pragmática sobre a relação de custo-benefício da atividade. Essa conclusão está associada ao caráter de participação restrita ou de não participação das filhas nas dinâmicas decisórias dos desígnios da unidade produtiva familiar.

Essa posição subalterna não é, no entanto, um fator de falta de compreensão da realidade imediata. Trata-se de uma relação de deslegitimação masculina – geralmente paterna – que desemboca numa perspectiva de reticência quanto ao futuro na atividade e na consubstanciação de uma unidade própria. A variável que complexifica esse processo tem relação com o acesso à terra, isto é, seu alto preço e as dificuldades de crédito.

<sup>44</sup> Pergunta geradora constante no questionário: “Você percebe facilidade para montar sua própria unidade produtiva/propriedade?”

Considerando a questão da terra, é fundamental perceber que o acesso ao crédito é associado como a faceta mais clara das políticas públicas para o meio rural. Sobretudo entre os jovens, a existência do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e das várias linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), são a pedra de toque no sentimento de serem ou não atendidos pelas estruturas governamentais. Conforme a tabela 17, é possível verificar um sentimento de insatisfação quanto às políticas públicas.

**Tabela 17 – Percepção de Bom Atendimento de Políticas Públicas no Meio Rural**

	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo III</i>	<i>Grupo IV</i>	<i>Total Geral</i>
<b>Sim</b>	5 (8%)	20 (13%)	6 (5%)	8 (6%)	<b>39 (9%)</b>
<b>Não</b>	60 (92%)	130 (87%)	105 (95%)	123 (94%)	<b>418 (91%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>65 (100%)</b>	<b>150 (100%)</b>	<b>111 (100%)</b>	<b>131 (100%)</b>	<b>457 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Essa insatisfação é resultado, também, das necessidades práticas que são responsabilidade das gestões municipais. Em muitos casos foram relatadas situações de falta de infraestrutura de estradas, de apoio com mecanização (horas máquina), de fomentos e programas voltados para a realidade de cada município. Essa situação é definida como “falta de incentivo”, ainda que o incentivo não tenha uma definição clara. As secretarias municipais de agricultura demonstram que há uma limitação da efetivação dessas políticas por conta do contingenciamento de recursos. Constrói-se um clima de animosidade entre as partes que está vinculado ao entendimento das demandas e das limitações estatais.

Considerando todas as variáveis descritas acima, pode-se compreender que são postuladas numa linha de raciocínio objetivo. As noções estruturais, de acesso à terra, condições de trabalho e de participação são, porém, avaliadas também sob o ponto de vista subjetivo. Neste ínterim de análises que desembocam numa decisão formal ou provisória, surge, por exemplo, a questão do matrimônio. Para a maioria dos jovens a permanência no meio rural está indissociada da condição de convivência conjugal, seja formal ou informal.

Todavia, essa condição é uma pauta mais masculina do que feminina. Para as mulheres, há uma menor prevalência de aceitação, visto que 23% delas não veem essa situação com naturalidade. Nesse caso, a aceitabilidade da convivência conjugal é maior entre as jovens que apresentam uma definição de permanência (Grupo I), chegando a 97%. Já entre as jovens estudantes (Grupo III), esse quantitativo cai para 66%. Registra-se ainda, que embora não

pretendam permanecer no campo, em alguns casos o próprio casamento ou união estável pode interferir na decisão dos jovens.

**Tabela 18 – Percepção Feminina de União Conjugal com Pessoa do Meio Rural Condicionada a Permanência no Campo<sup>45</sup>**

	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo III</i>	<i>Total Geral</i>
<b>Sim</b>	63 (97%)	74 (66%)	<b>137 (77%)</b>
<b>Não</b>	2 (3%)	38 (34%)	<b>40 (23%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>65 (100%)</b>	<b>112 (100%)</b>	<b>177 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Quando a questão é referida aos rapazes, parte-se do pressuposto de que a permanência é, para eles, uma condição básica, fortemente baseada no sentido utilitarista da esposa como mão de obra não remunerada. Embora a questão seja mais complexa do que apenas essa variável, é fundamental compreender que, para os jovens do sexo masculino, a convivência conjugal é um desejo generalizado. Contudo, há um número grande – e em crescimento – de rapazes celibatários. A pergunta feita a eles foi diferente. Buscou-se perceber a possibilidade de constituírem essa condição a partir da decisão de permanência.

Em análise correlata, é possível afirmar que, para muitos desses homens, a não obtenção desse relacionamento conjugal pode incidir numa mudança de planos. Ainda assim, a maioria dos respondentes manifesta uma confiança tácita na obtenção desse objetivo, conforme tabela 19.

**Tabela 19 – Percepção Masculina de Dificuldade para Concretização de União Conjugal Condicionada a Permanência no Campo<sup>46</sup>**

	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo VI</i>	<i>Total Geral</i>
<b>Sim</b>	60 (38%)	38 (29%)	<b>98 (34%)</b>
<b>Não</b>	99 (63%)	94 (72%)	<b>193 (66%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>159 (100%)</b>	<b>132 (100%)</b>	<b>291 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Para complexificar as respostas dos jovens rurais, buscou-se obter informações também com jovens urbanos. Infelizmente, a logística de coleta permitiu obter dados apenas de jovens urbanos estudantes (236 questionários). A coleta ocorreu entre os estudantes do Ensino Médio

<sup>45</sup> Pergunta geradora constante no questionário: “Você vê com naturalidade a possibilidade de casar-se com alguém que vive no meio rural e permanecer vivendo no interior com seu cônjuge?”

<sup>46</sup> Pergunta geradora constante no questionário: “Você imagina que teria dificuldade em encontrar uma companheira para casar-se se continuar a viver no meio rural?”

do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC<sup>47</sup>, do campus de São Miguel do Oeste, visto que compõem um público representativo de vários municípios da região, conforme descrito na tabela 19, abaixo. Os dados estão expressos de acordo com a diferenciação entre Grupo V (137 questionários) e Grupo VI (89 questionários).

**Tabela 20 – Municípios de Residência dos Jovens Estudantes Urbanos**

Município	Grupo V	Grupo VI
1 Anchieta	3 (2%)	1 (1%)
2 Bandeirante	2 (1%)	1 (1%)
3 Barra Bonita	-	1 (1%)
4 Belmonte	8 (6%)	-
5 Descanso	5 (4%)	7 (8%)
6 Dionísio Cerqueira	-	1 (1%)
7 Guaraciaba	12 (9%)	5 (6%)
8 Iporã do Oeste	-	3 (3%)
9 Paraíso	1 (1%)	-
10 São José do Cedro	10 (7%)	3 (3%)
11 São Miguel do Oeste	93 (68%)	65 (74%)
12 Tunápolis	3 (2%)	2 (2%)
<b>Total</b>	<b>137 (100%)</b>	<b>89 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

A caracterização desse grupo compreendeu analisar variáveis parecidas com aquelas questionadas ante os jovens do meio rural. Para tanto, buscou-se balizar as perguntas de forma espelhada, mas tendo como base a urbanidade e não a ruralidade. A primeira questão faz referência ao histórico de moradia, donde derivam as dinâmicas migratórias. Conforme tabela, 20, 14% dos respondentes são migrantes do meio rural, um índice relativamente baixo. Há de se considerar que esses respondentes são nascidos já a partir da década de 2000, quando o êxodo tendeu a arrefecer.

**Tabela 21 – Tempo de Residência no Meio Urbano**

	Grupo V	Grupo VI	Total Geral
Desde que nasci	114 (83%)	78 (91%)	192 (86%)
Há menos de 5 anos	4 (3%)	1 (1%)	5 (2%)
Há menos de 10 anos	9 (7%)	4 (4%)	13 (6%)
Há menos de 15 anos	8 (6%)	4 (4%)	12 (5%)
Há menos de 20 anos	1 (1%)	-	1 (1%)
<b>Total de Respostas</b>	<b>136 (100%)</b>	<b>87 (100%)</b>	<b>223 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

<sup>47</sup> O campus do IFSC de São Miguel do Oeste/SC foi instituído no ano de 2010. Atualmente oferece cursos técnicos de Ensino Médio na modalidade Integrada (Agropecuária, Alimentos e Eletromecânica) e Subsequente (Administração e Eletromecânica), além das graduações em Técnico de Alimentos e Agronomia.

Além desse dado, de migração rural-urbana, é marcante que 11% dos respondentes já tiveram uma experiência de migração urbana-rural e posterior retorno para o meio urbano. Isso indica que essas famílias tiveram experiências de intermitência entre a ruralidade e a urbanidade.

**Tabela 22 - Experiência de Moradia no Meio Rural**

	<i>Grupo V</i>	<i>Grupo VI</i>	<i>Total Geral</i>
<b>Sim</b>	14 (10%)	10 (11%)	<b>24 (11%)</b>
<b>Não</b>	121 (90%)	79 (89%)	<b>200 (89%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>135 (100%)</b>	<b>89 (100%)</b>	<b>224 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

A relação entre ruralidade e urbanidade é estreita na região, dado o caráter agropecuário de sua economia e sua constituição histórica. Assim, é possível identificar uma ligação direta entre a população urbana e postos de trabalho vinculados à agricultura. Entre 34% das famílias que residem no meio urbano, há algum membro que desenvolve atividades nessa área, como indica a tabela 23.

**Tabela 23 – Ocorrência de Vinculação da Família com Atividade Agropecuária**

	<i>Grupo V</i>	<i>Grupo VI</i>	<i>Total Geral</i>
<b>Sim</b>	41 (30%)	36 (41%)	<b>77 (34%)</b>
<b>Não</b>	96 (70%)	51 (59%)	<b>147 (66%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>137 (100%)</b>	<b>87 (100%)</b>	<b>224 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Da mesma forma que a interrogação foi feita aos jovens rurais, questionou-se sobre a pretensão de permanência, mas agora no meio urbano. A intenção da pergunta era compreender se existia um posicionamento correlato ao dos jovens rurais. Embora os dados traduzam uma manutenção do princípio geral de migração que é do rural para o urbano, a possibilidade de uma inversão desse caminho chamou atenção, conforme a tabela 24.

**Tabela 24 – Pretensão de Permanência no Meio Urbano**

	<i>Grupo V</i>	<i>Grupo VI</i>	<i>Total Geral</i>
<b>Sim</b>	116 (85%)	63 (71%)	<b>179 (79%)</b>
<b>Não</b>	2 (1%)	2 (2%)	<b>4 (2%)</b>
<b>Talvez</b>	19 (14%)	24 (27%)	<b>43 (19%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>137 (100%)</b>	<b>89 (100%)</b>	<b>226 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

As respostas que convergem para uma possível migração não usual, isto é, urbana-rural, é significativa e compreende cerca de 20% dos respondentes. Esses dados são explicitados, principalmente, pela existência do Curso Técnico Integrado de Agropecuária. A maioria das respostas com esse viés vem desses alunos. Ainda assim, é importante pensar que o rural não seja percebido como um local negativo entre esse público e uma inversão – mesmo que residual – da tendência histórica de migração possa ser levado a sério na região.

Pesa, decisivamente, a condição de vida e as melhorias estruturais que o meio rural brasileiro vem apresentando nos últimos anos. Se a permanência dos jovens no meio rural está diretamente associada a isso, a perspectiva de atração de jovens e famílias urbanas também está. É mais complexo, contudo, pensar essa vinculação.

Em muitos casos, essa migração é justificada considerando o rural como local de moradia, não como um local de trabalho. Viver no meio rural e ter renda oriunda de um labor urbano configura um viés de “viver o melhor dos dois mundos”, já apontado por Maria José Carneiro (1998a) no caso dos jovens rurais. Percebe-se que essa visão não é exclusividade deles e que complexifica também a noção dicotômica da ruralidade e da urbanidade.

Esses jovens urbanos estudantes convergem para considerar associativa e complementarmente os problemas sociais que mais lhes fustigam a partir de uma base proposta de seis variáveis<sup>48</sup>. Entre essas indicações do questionário, a violência e o barulho aparecem como situações problemas que maiores impactam na relação que desenvolvem com as cidades onde vivem. São perspectivas que diferem frontalmente das manifestas pelos jovens rurais.

**Tabela 25 – Motivação de Incômodo no Meio Urbano**

	<i>Grupo V</i>	<i>Grupo VI</i>	<i>Total</i>
Dificuldade de mobilidade (trânsito)	37 (15%)	18 (10%)	<b>55 (13%)</b>
Rotina de trabalho	17 (7%)	15 (8%)	<b>32 (7%)</b>
Falta de opções de lazer	22 (9%)	14 (8%)	<b>36 (9%)</b>
Violência	67 (27%)	43 (25%)	<b>110 (26%)</b>
Barulho	71 (29%)	52 (30%)	<b>123 (29%)</b>
Falta de liberdade	33 (13%)	33 (19%)	<b>66 (16%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>247 (100%)</b>	<b>175 (100%)</b>	<b>422 (100%)</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo 2017-2018.

Do ponto de vista dicotômico, é possível referendar que a realidade social em que ambos os grupos vivem são diametralmente opostas. No entanto, a variação é validada no campo das

<sup>48</sup> A proposição das referidas variáveis foi construída com base em pré-testes.

representações, visto que o sentimento de vulnerabilidade a violência<sup>49</sup>, de liberdade, ou mesmo de opções de lazer, é compreendido com base em imagens pré-concebidas.

Longe de esgotar a questão, o problema que se desvela é o de como esses elementos são selecionados e construídos no cotidiano desses atores sociais. O fato inescapável é que essas noções são consubstanciadas num processo que parte e marca uma diferenciação. Se a diferença não é necessariamente tácita no contexto estrutural, ela é vivenciada pelos atores que se organizam em torno desses conceitos.

Entre os jovens urbanos é menor também a prevalência de incentivo à permanência na cidade. Essa questão referenda uma nuance de que as famílias residentes no meio urbano não esboçam um esforço significativo e específico para manutenção de seus filhos no mesmo ambiente. Apenas 57% dos respondentes apontaram esse tipo de incentivo. Do mesmo modo, não há um grande incentivo para que eles sigam a mesma atividade dos pais, visto que é apontado por apenas 49% dos respondentes.

Há um pessimismo em encontrar trabalho e constituir um negócio próprio entre os jovens urbanos. Apenas para 55% deles esse processo ocorrerá com facilidade. Comparado aos jovens rurais, esse dado é bastante parecido, demonstrando que a juventude em geral é pouco esperançosa quanto ao futuro, como aponta Antonio Lassance (2011). Do ponto de vista prático, é imprescindível compreender que a condição juvenil, principalmente entre os mais pobres, se expressa por um conjunto de dificuldades cada vez mais significativo.

[...] entende-se que grande parcela da população juvenil apresenta reais dificuldades de concretização de seus projetos de vida, visto que a sua esfera social determina os limites até onde esse jovem pode ir na sociedade e contribui para a marginalização dos setores mais pobres, em que o acesso a políticas de educação, segurança, bem como ao mercado de trabalho formal apresentam-se de maneira escassa. Isso quer dizer que, como uma construção social, não há um único modo de vivenciar a juventude, já que a mesma ora se apresenta sob diversas faces, entre o ideal e o real. (SOUZA & PAIVA, 2012, p. 359).

Segundo esse sentimento, os jovens urbanos manifestam insatisfação quanto ao atendimento de suas demandas pelas políticas públicas. Apenas 17% se sentem bem atendidos.

---

<sup>49</sup> Entre os jovens rurais, a violência não é um fenômeno social tão percebido ou com grande relevância (CARNEIRO, 2011).

Esse dado, porém, é maior do que em relação aos jovens rurais, que é de 6%. Essa insatisfação incide no desinteresse político dos jovens das gerações atuais.

Por fim, esse grupo de análise também foi inquirido sobre a possibilidade de uma relação conjugal com alguém do meio rural e uma vinculação ao campo. Para 55%, essa é uma situação possível, indicando que as relações interpessoais exercem influência decisiva sobre o local de moradia. Todavia, essa perspectiva foi maior entre os rapazes (61%), do que entre as moças (51%), conforme registrado na tabela 26.

**Tabela 26 – Percepção de União Conjugal com Pessoa do Meio Rural condicionada à Migração para o Campo**

Variável	Grupo V	Grupo VI	Total Geral
Sim	70 (51%)	54 (61%)	<b>124 (55%)</b>
Não	66 (49%)	35 (39%)	<b>101 (45%)</b>
<b>Total de Respostas</b>	<b>136 (100%)</b>	<b>89 (100%)</b>	<b>225 (100%)</b>

Fonte: Pesquisa de campo 2017-2018.

Os dados comparados entre jovens rurais e jovens urbanos apontam para um conjunto tanto de variação quanto de aproximação das respostas. Indicam, portanto, que os processos de identificação e composição de representações sociais é diverso e associado ao discursivo regional, sua historicidade e suas dinâmicas cotidianas. Ser jovem rural ou urbano no Extremo Oeste catarinense é uma experiência social vivida de forma diversa pelos grupos sociais em análise. Compreender esses arquétipos experienciais é fundamental para o entendimento dos perfis decisórios postos em marcha na atualidade.

#### **5. 4 – Permanências e Experiências Sociais**

Na pesquisa de campo buscou-se compreender as motivações, perfis decisórios e representações construídas pelos jovens em relação ao processo de permanência no meio rural. A pergunta central foi: por que você pretende permanecer no meio rural? As respostas foram diversas, complexas e complementares. Todavia, sobressaiu um elemento central que foi acionado como decisivo: as relações de trabalho no meio rural. Especificamente, os jovens ponderaram a flexibilidade dos horários, jornadas, tarefas e uma suposta independência, isto é, a ausência de um chefe, de um patrão. Para a maioria deles, rapazes ou moças, essa condição é determinante para sua opção de manutenção no campo.

Ao tratar do trabalho, passa-se a discutir questões estruturais que dizem respeito a forma de organização produtiva das unidades familiares. Nesse sentido, está se falando de um modelo baseado na atividade da pecuária leiteira. O leite é, na região Oeste catarinense, a principal atividade desenvolvida pelas pequenas unidades produtivas.

Embora exista uma importância clara da suinocultura e da avicultura, a pecuária leiteira é mais impactante quando associada ao pessoal ocupado, sendo essencialmente familiar (EPAGRI, 2012). Trata-se de uma “atividade ‘âncora’ da maioria das propriedades familiares do Oeste catarinense” (MELLO & SCHMIDT, 2003, p. 76).

É possível afirmar, portanto, que o leite é a atividade central e definidora da agricultura familiar da região Oeste catarinense, especificamente entre os menores produtores (JOCHIMS et al., 2016).

[...] a bovinocultura leiteira se consolidou como opção econômica para ampla maioria de agricultores da Região Oeste, que hoje conta com aproximadamente 51.614 estabelecimentos que produzem leite, 63% de um universo de 82.143 propriedades rurais. São poucas as regiões do Brasil em que a atividade leiteira gera ocupação e renda para contingente tão significativo de estabelecimentos agropecuários por meio de uma só atividade. (JOCHIMS et al., 2016, p. 19).

Na região, a pecuária leiteira esteve presente no cotidiano das famílias caboclas e desde o início da ocupação oficial dos migrantes. No entanto, era pautada na subsistência. A organização da atividade com fins comerciais e na busca de geração de excedente com uma cadeia produtiva articulada só ocorreu a partir da década de 1980. Como destacam Mello e Schmidt (2003), a concentração da suinocultura integrada tornou a pecuária leiteira uma alternativa para as famílias rurais que não se adaptaram ao processo de modernização e estavam naeminência da exclusão do campo.

A partir da década de 1980, as agroindústrias buscam aumentar a escala de produção nas propriedades dos agricultores, procurando diminuir os custos industriais pela melhoria da eficiência nos transportes de ração e de animais e na assistência técnica. O aumento do plantel de suínos, especialmente pela falta de capital para investimento, não acontece em todas as propriedades. Enquanto alguns agricultores conseguem aumentar a produção, a maior parte deles fica obrigada a abandonar a atividade. (MELLO & SCHMIDT, 2003, p. 75).

A atividade cresceu vigorosamente desde então<sup>50</sup>. De uma tábua de salvação para as pequenas famílias excluídas da suinocultura e de um trabalho basicamente feminino (PAULILO, 1987), a atividade se tornou o mote de organização rural para muitas das unidades produtivas. A existência de pequenos rebanhos na maioria das famílias e de uma demanda crescente pelos produtos finais da cadeia produtiva impulsionaram as chamadas cadeias curtas, com mercados informais e uma baixa regulação estatal (JOCHIMS et al., 2016).

A partir do final da década de 1990, contudo, a pecuária leiteira assumiu maior importância e foi capitaneada por empreendimentos mais vultosos de recolhimento, processamento e distribuição. Proliferaram laticínios e sobre essa conjuntura passaram a incidir normatizações. “A produção de leite na região passou de 274,7 milhões de litros em 1990, para 2,2 bilhões litros em 2014, aumentando o equivalente a 8 vezes nesse período” (JOCHIMS et al., 2016, p. 19).

O processo de aumento de importância da atividade levou a uma visão tecnicista. No início do milênio, Mello e Schmidt (2003) já alertavam para o discurso corrente de técnicos e grandes empresas, associados também à maioria das autoridades políticas, que o desenvolvimento da atividade leiteira deveria seguir os mesmos parâmetros da concentração e modernização tecnológica (especialização) perpetrada na suinocultura.

Apesar disso, essas análises são incorporadas pelos técnicos, empresários e políticos da região, criando um certo consenso entre eles de que o caminho inexorável para a produção de leite no Oeste catarinense é a especialização, o aumento de escala e a concentração. Sob a perspectiva dos que veiculam esse prognóstico, resta um único caminho: especializar-se na produção de leite, ou passar por um processo de reconversão produtiva. Deve-se ressaltar mais uma vez, no entanto, que dificilmente um processo de reconversão produtiva terá a capacidade de abranger tão grande número de agricultores como a atividade leiteira. Destaque-se, ao mesmo tempo, que essas recomendações são influenciadas pela associação simples e direta com a trajetória técnico-econômica da suinocultura. Primeiro, desconsidera-se as diferenças dos contextos em que elas ocorrem, especialmente no que se refere à intervenção do Estado e aos subsídios e incentivos disponíveis; depois, deixa-se de considerar que o modelo de especialização e concentração da suinocultura tem demonstrado – social, econômica e ambientalmente – que esse não é o melhor

<sup>50</sup> “Isso fica comprovado ao se constatar que o Oeste Catarinense já é a terceira maior bacia leiteira do Brasil, menor apenas que as bacias leiteiras do noroeste do Rio Grande do Sul e do Triângulo Mineiro. Vale lembrar que essa bacia leiteira catarinense apresenta uma evolução temporal recente comparada às demais” (JOCHIMS et al., 2016, p. 19-20).

caminho a ser seguido pela região quando se passa a trabalhar com a noção de desenvolvimento sustentável. (MELLO & SCHMIDT, 2003, p. 79).

A dinâmica percebida na pesquisa foi justamente de um quadro de concentração e de especialização. O *lobby* da tecnificação tem feito muitos adeptos. É significativo o número de propriedades que aderiram a sistemas intensivos (*Free Stall* e *Compost Barn*<sup>51</sup>). Todavia, o processo não parece ter um caráter inexorável e irreversível. Ainda persistem produtores menos tecnificados, com poucas vacas. Estes são ainda a maioria e estão reorganizando seus sistemas produtivos apostando na redução de custos. As iniciativas da Epagri e de muitas secretarias municipais de agricultura é de estimular a produção em escala reduzida, adequando técnicas a cada realidade específica. Em geral, esse sistema é chamado de “leite a pasto”, numa variação do sistema Voisin<sup>52</sup>.

A questão é que esses sistemas afetam diretamente a dinâmica de trabalho e renda e podem estimular tanto a permanência como a migração dos jovens. Uma perspectiva bastante clara é que os jovens buscam diminuir a penosidade e aumentar a produtividade de seu trabalho. O entrave é que nem sempre essa relação garante maior lucratividade e acesso à renda. O cálculo que os jovens fazem entre esforço, rentabilidade e qualidade de vida é complexo e não segue uma racionalidade técnica específica.

Esses jovens não percebem que suas longas jornadas de trabalho impactam diretamente na rentabilidade de seus “negócios”. Estão preocupados com os ganhos finais, com o que “sobra”. Ficam alertas para os dados econômicos de suas atividades, como custos e preços, mas, ao calcularem seus lucros, em geral, não contabilizam – ou o fazem de forma restrita – suas jornadas de trabalho. O trabalho permanece sendo um valor moral, não uma ação direta de geração de renda. A diferença expressiva entre sua geração e a de seus pais é que mantêm um foco no usufruto de sua renda, não demonstrando tão fortemente um desconforto com o “aproveitamento dos frutos do trabalho”.

Essa conjuntura obriga a retomar o postulado de Chayanov (1974), quando indica que o camponês se reproduz enquanto trabalhador rural ao se auto explorar. Significa que, ao gerar subsistência ou excedente produtivo, que garante a sobrevivência do grupo, não considera o

<sup>51</sup> Esses sistemas produtivos consistem, basicamente, em manter as vacas em ambientes confinados.

<sup>52</sup> O Pastoreio Racional Voisin (PRV) é um método racional de manejo do complexo solo-planta-animal, proposto pelo cientista francês André Voisin, que consiste no pastoreio direto e em rotações de pastagens. (BERTON, 2011, p. 5).

esforço de trabalho e não há uma remuneração além do acesso aos mínimos vitais. Paradoxalmente, os jovens identificam na agricultura familiar uma condição de fuga da exploração trabalhista que vislumbram no meio urbano ou ao trabalhar para um terceiro. A noção de autonomia que fundamentam é frágil, mas suficientemente significativa para animar uma justificativa para a permanência.

A questão atual da juventude rural se relaciona com a capacidade de interlocução desses atores, com suas inserções em outras realidades, com o acesso à informação e bens de consumo. O desafio é compreender melhor o local onde estão e a realidade que os define. Com um aporte, muitas vezes crítico, expressam suas insatisfações e necessidades. Diferentemente de seus pais, que em geral manifestam valores morais de resignação e estoicismo, esses jovens têm pressa. Querem tudo o que têm direito e o querem imediatamente. São pouco otimistas com a vida em si, mas relativamente animados com à ruralidade. Estão obstinados a não postergar suas demandas. Todavia, a realidade imediata os coloca em estado de adaptação e revisão de seus desejos.

[...] tem-se observado que a juventude rural sobressai como a faixa demográfica mais afetada por essa dinâmica que, de um modo geral, tem reduzido suas perspectivas de trabalho na agricultura ao mesmo tempo que tem ampliado suas referências de padrão de vida com a introdução de novas necessidades e desejos decorrentes do estreitamento das fronteiras culturais entre campo e cidade. (CARNEIRO, 2011, p. 245).

Aos jovens rurais, a noção de resignação, assim como nas gerações de seus pais e avós, é bastante comum. Isso ocorre por que não podem vivenciar outras experiências? A questão indica que não se trata serem jovens rurais ou não. O problema é serem pobres. Esse é o elemento limitador. Querem vivenciar o máximo de experiências sociais possíveis. É provável que muitos enxerguem na continuidade da atividade uma oportunidade de consecução desse desejo, enquanto a tendência é que vislumbrem esse processo fora do meio rural. Significa que aqueles melhor posicionados estruturalmente sejam mais capazes de desenvolver tais demandas pessoais no campo. A leitura que fazem desses custos sociais e das oportunidades é variável e corrobora para a construção de justificativas e manifestações não necessariamente lógicas.

Vê-se que resignar-se pode ser tanto a ruptura quanto a permanência. As saídas evidam também a aceitação de uma dificuldade ou impossibilidade de ficar, ainda que desejada. De forma análoga, mas inversa no conteúdo, a permanência aparece como um fenômeno de

anuência às condições com as quais esses jovens podem lidar. Esse ficar é permeado por um vazio. Um vazio de oportunidades. Determinar que os jovens que ficam não desejam sair ou que aqueles que saem não desejavam ficar é limitar a complexidade desses comportamentos. Não se pode negligenciar a intermitência das condições, desejos e a compreensão que os atores sociais fazem delas. Fazem-se, melhor dizendo, com e em relação a elas, todo o tempo.

O estímulo aos filhos seguirem determinadas carreiras decorre, principalmente, das condições momentâneas do mercado de trabalho. No caso da agricultura familiar, considerando o quadro tendencial e geral de êxodo, é complexo falar numa situação especificamente positiva. O que existe de concreto é que, tradicionalmente, os pais agricultores manifestam majoritariamente a vontade de que seus filhos sigam na atividade.

Esse comportamento, todavia, não é exatamente generalizado. Percebe-se que a maioria dos pais rurais se manifestem com múltiplos desejos, ou seja, não negam o interesse de formarem sucessores, assim como não negam a vontade de verem os filhos em outras ocupações, sobretudo aquelas que envolvam uma formação universitária. Em linhas gerais, querem que seus filhos “vençam”, que triunfem, o que está associado ao progresso material.

Dessa relação conturbada entre os interesses familiares e individuais é possível perceber que os filhos, mesmo questionando a influência dos pais, tendem a incorporá-la em seus processos. Os jovens rurais da região manifestam comportamentos significativamente similares no sentido de dialogarem com o conteúdo cultural, étnico, identitário e reproduzi-lo.

Esses atores acionam o peso do seu trabalho, a energia que despendem, como ideal de bravura, diretamente associado aos colonos, mas ponderam que agora são “adiantados”, uma vez que também se modernizaram e se “antenaram” com o mundo exterior. Estão, no fundo, reproduzindo a noção de trabalho de seus pais. Esse processo é dado pela “socialização”, como destaca José Machado Pais (2003). Para o autor, no contexto de socialização, desde muito cedo, é possível transmitir os valores de uma geração a outra. Esse conjunto não é, entretanto, assimilado da mesma forma, passando por uma depuração e ressignificação, mas que carrega a maior parte dos sentidos.

A socialização explica a ligação dos jovens rurais da região Oeste catarinense com os valores eurocêntricos de distinção social. São jovens que assumem abertamente o desejo de “vitória material” por suas qualidades intrínsecas e por sua virtuosa capacidade de trabalho e de modernização. Reforçam que estão buscando superar o “atraso” das gerações passadas.

Conforme Radin (2009), no contexto da colonização, a expansão das relações de mercado e a utilização de tecnologias já simbolizavam claramente o progresso.

As representações construídas sobre a região, em geral, relacionavam a colonização ao progresso e à civilização e, por outro lado, difundiam a imagem das populações locais como rudes, violentas, atrasadas e incivilizadas. O espaço era incivilizado e se modificava concomitantemente ao processo de colonização. Os migrantes italianos, alemães e poloneses eram identificados, geralmente, como civilizadores e com visão progressista de trabalho e de futuro. (RADIN, 2009, p. 19).

É premente que os jovens rurais atuais carregam essa visão de mundo e se identificam com esse ideal. Associam essa perspectiva ao se considerarem parte atuante do agronegócio e reconhecem que seu futuro está ligado ao ajustamento tecnológico e de mercado. A memória étnica e colonial é retomada e se reconfigura entre os jovens rurais da região ao se diferenciarem uns dos outros pela vontade, pela disposição ao trabalho e pela disposição em modernizarem-se. Essa distinção ainda é marcada entre os descendentes dos “migrantes” e os remanescentes “nacionais”. Ainda assim, persiste entre os migrantes a separação entre “colonos fortes” e “colonos fracos”.

As representações que se construíram em torno desse contexto foram permeando a memória, em especial dos migrantes e colonizadores e estão inseridas numa complexa teia de disputas pelo poder. Entre os migrantes é comum ouvir manifestações destacando o sacrifício empenhado nos primeiros anos da colonização como parte de uma “trajetória civilizadora”, ou que o pioneirismo dos migrantes “fundou um novo tempo”. (RADIN, 2009, p. 20).

Esse quadro de socialização e de experiências sociais é premente sobre as dinâmicas decisórias. O grande entrave para a permanência, por exemplo, é o risco que a atividade representa, tanto com a frustração de safra (fatores climáticos), quanto por flutuação de preços (fatores de mercado). A demanda por uma política de preços é, aliás, a reivindicação mais clara de política pública expressa pelos jovens rurais. Essa argumentação demonstra que a explicação em torno dos processos decisórios envolve de maneira objetiva a relação de trabalho vivenciado pelos jovens. A forma como compreendem essas dinâmicas, porém, é subjetiva.

A subjetividade se dá no sentido de que empreendem comparações sobre sua realidade de trabalho em relação àquelas vivenciadas pelos moradores do meio urbano. Estão informados por um conjunto de experiências de classe que produzem em seu cotidiano no campo e em

observações, mais ou menos claras, que fazem sobre a cidade. Há um sentimento de que existem vantagens e prejuízos em ambas as situações. No meio rural, há liberdade de trabalho e pretensa autonomia, mas o trabalho é penoso e sem folgas. No meio urbano, há leveza e muitas garantias (férias, 13º salário, etc.), porém, os trabalhadores são submetidos a horários rígidos e com pouca autonomia. A diferenciação nas relações de classe é percebida, segundo Thompson (1987), pelas experiências sociais.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos preditar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 1987, p. 10).

Ainda de acordo com o autor, “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (1987, p. 12). Logo, a noção de experiência é, para Thompson, um conceito histórico. Se é pautada pelas relações históricas, então se faz necessário pensar as representações dos jovens rurais com base no processo de colonização do Oeste catarinense. Pensar como processo de experiência complexa, pois manifesta-se em muitas fases: (i) 1920-1960: busca por terra, expansão da fronteira agrícola e conflitos étnicos; (ii) 1960-1970: modernização, empobrecimento, exclusão e movimentos sociais; (iii) 1980-1990: êxodo rural familiar e intensa migração juvenil; (iv) 2000-2010: melhoria da qualidade de vida, aumento da permanência dos jovens; (v) 2010-2019: arrefecimento da permanência e aumento das incertezas.

As experiências sociais que esses atores trazem à tona para produzirem sua identificação de classe tornam-se um processo que deriva também das representações que desenvolvem em relação a um ser morador/trabalhador rural e a um ser morador/trabalhador urbano. São experiências articuladas às representações. Os jovens rurais em análise, por exemplo, reforçam

que são trabalhadores rurais e que isso os diferencia em relação aos jovens urbanos. Não se trata exatamente do local onde vivem, mas daquilo que fazem como profissão.

Os homens e as mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Nesse sentido, estão ressignificando suas experiências e suas relações de classe. Marcam uma distinção, mas ao mesmo tempo buscam não se distanciar demasiadamente de elementos urbanos. São consumidores, estão inseridos em dinâmicas urbanas, mostram-se perspicazes e engajados em processos mais amplos.

Do ponto de vista histórico, tendem a se descolar da visão de ruralidade como atraso. Para contrabalancear, se dizem modernos, ao mesmo tempo em que acionam um passado mítico que exalta o heroísmo dos antigos colonos, seus ascendentes e dos quais teriam herdado a predileção para o trabalho. Entendem-se em uma posição de não depreciação em relação aos jovens urbanos, sobretudo pela resignação que manifestam em seus discursos.

Se os jovens não veem grande diferença entre o rural e o urbano, mas entre o trabalho rural e o trabalho urbano, a decisão de saída está associada a uma questão de classe. Ao compreenderem a experiência social de ser agricultor, a ruptura pode significar uma ascensão social. Ou, ao contrário, a permanência é que passa a ser valorada como ascensão. Aos que ficam, ou tendem ficar, a articulação de sua consciência social se dá na tentativa de valorizar as experiências do/no campo, como um dado de justificativa intermitente para suas decisões. Aos que partem, o contrário também é verdadeiro.

Como assevera Castells (1983), essas decisões não partem de uma racionalidade técnica individual, mas de um conjunto de fatores que as pessoas interpretam relationalmente diante de suas condições de vida. Nesse caso, não se pode falar de urbanização do rural ou ruralização do urbano, mas das múltiplas formas que os jovens interpretam essas experiências. Essa interpretação é também uma forma de construírem um sentido para seus anseios.

[...] a desigualdade das condições de vida não explica a transferência maciça de populações, a menos que nos atenhamos à afirmação ideológica de um *homo economicus* unicamente determinado por uma racionalidade

econômica individual. Na base do fenômeno das migrações há também a desorganização da sociedade rural. Esta desorganização não se aplica pela “difusão dos valores urbanos”; a hipótese simplista que vê um fato maior de penetração da sociedade rural pelos *mass media* esquece que a teoria da informação parte de uma certa correspondência entre o código do emissor e o código do receptor com uma relação a uma mensagem. Quer dizer, as mensagens são percebidas e selecionadas em função do sistema cultural do agente, o qual está determinado por seu lugar na estrutura social. Consequentemente, se em zonas rurais, ocorre “a difusão urbana”, isto se deve ao fato de que as bases estruturais da nova situação desorganizaram os sistemas culturais tradicionais. Em nível puramente infraestrutural, nós podemos dizer que os determinantes essenciais da decomposição da sociedade agrária são a contradição entre o aumento acelerado da população, consequência da baixa recente da taxa de mortalidade, e a manutenção das formas improdutivas da propriedade latifundiária. (CASTELLS, 1983, p. 104).

A queixa generalizada dos jovens sobre os preços daquilo que produzem no campo, por exemplo, é um indicativo de que, ao acessarem amplamente as relações de mercado, se veem vulneráveis diante de mecanismos que podem compreender, mas não controlar. Evocam um lamento, uma fraqueza de sua posição frente ao mercado, mas também se sentem vinculados ao discurso do agronegócio e tendem a valorizar essa identificação. Isto é, questionam as relações de mercado de maneira pontual no sentido de custos e valores finais, mas não problematizam os meandros de falta de autonomia e de justiça.

Suas experiências sociais enquanto jovens rurais são construídas no conflito entre valorizar o mito colonizador e articularem-se como “empreendedores rurais”. Agora não são apenas colonos, mas também parte do “*agribusiness*”. O discurso geral das autoridades é atestar o rural dos municípios do Oeste catarinense como “Agronegócio” de uma forma intensamente elogiosa, mesmo considerando a concentração das atividades e das bases comerciais. Veem nisso uma necessária adequação global considerando as cadeias produtivas de grande escala de intensa modernização. As mulheres, os homens, os jovens são desconsiderados nessa perspectiva, lembrados apenas como matriz de mão de obra.

Dessa forma, esses jovens constroem e reconstruem suas práticas e representações face aos valores e mecanismos sociais interpostos pela cultura local e pelos anseios globais. Disso decorre essa transversalidade da ruralidade e da urbanidade que encontra um limite nas situações cotidianas mais marcantes, ou melhor, nas relações de trabalho.

Nessa conjuntura, é possível identificar aqueles que buscam uma dupla inserção trabalhista, ou melhor, se tornam pluriativos. A inserção em alternativas de trabalho

complementares fora da agricultura apresenta aspectos de informalidade e precariedade, como aponta Maria José Carneiro (2011). Em muitos casos acompanhados na região de estudo, os jovens que mantém atividades complementares acumulam jornadas de trabalho muito extensas. Trata-se de horários não paritários. Muitas vezes o trabalho agrícola é desenvolvido antes e ao final das jornadas urbanas, somando-se ainda os deslocamentos e os riscos envolvidos.

[...] a grande incidência de jovens que moram no campo e trabalham na cidade pode ser interpretada também como decorrência de uma nova realidade na qual o jovem procura combinar residência na localidade de origem como o trabalho na cidade. Permanecer no campo implica contar com o apoio da família na diminuição dos custos de sua reprodução, comparados aos custos dos que optam por migrar definitivamente para a cidade. (CARNEIRO, 2011, p. 250).

Um dos benefícios diretos da pluriatividade é manter um número maior de pessoas vivendo nas comunidades rurais, o que produz uma demanda maior por alimentos e permite estimular um mercado de vendas diretas para os agricultores, além de potencializar as relações sociais e interações entre os jovens. Mais jovens nas comunidades é um sinônimo de redes sociais ampliadas e opções de lazer mais corriqueiras e longevas.

Quando os jovens se articulam no sentido da pluriatividade, tende-se a congregarem os elementos rurais como definidores de sua identidade, ainda que estejam mesclados e em interação com a urbanidade, como defende Guigou (1968). Ainda que seu argumento remonte ao caso francês da década de 1960, essa identificação marcada pelas relações mais íntimas, expressa um conjunto de experiências que orientam seus sentidos, sem, todavia, determinarem quem esses jovens são e o que podem ser.

O encontro de um agricultor rural com um operário rural modifica profundamente as relações inter-humanas dos jovens na aldeia. Esse fenômeno está em relação com o lugar de domicílio habitual do jovem e o tipo de comunidade rural em que reside. O jovem operário rural – ou empregado que diariamente faz o percurso entre a residência na vila e seu trabalho na cidade vizinha – está ainda socialmente integrado no mundo rural e toma parte nas atividades do seu grupo de idade dentro da aldeia. (GUIGOU, 1968, p. 74-75).

A pluriatividade é motivada principalmente pela necessidade ou desejo de renda. Como alerta Carneiro, “a combinação da atividade agrícola com a não agrícola deve ser encarada

também como uma saída tanto para aumentar o rendimento familiar (e individual) como para criar espaços valorizados de inserção econômica e social da mulher” (2011, p. 261).

Na pesquisa de campo, por exemplo, todos os jovens mencionaram ter acesso a algum tipo de remuneração, embora, em poucos casos, recebiam valores fixos. Isso não significa que seja uma remuneração suficiente ou adequada aos seus anseios. Há, também, um forte controle financeiro exercido pela família e, prioritariamente, pelos pais. Nos depoimentos coletados, embora a família se organize por meio do diálogo, o pai é acionado como detentor dos poderes discricionários e definitivos. Os exemplos apontam para o pai que é teimoso, autoritário, que não abre espaços, que não dialoga.

Ainda que, tradicionalmente, a forma de organização familiar do trabalho na agricultura supunha a não-individualização da renda resultante do trabalho coletivo na lavoura, tem-se observado a tendência a alguma remuneração do filho do agricultor, seja como mecanismo de mantê-lo por mais tempo engajado no trabalho familiar, seja como resultado da própria pressão exercida pelos jovens, cada vez mais referenciados às formas individualizadas (assalariadas ou não) de remuneração. (CARNEIRO, 2011, p. 252).

Se o trabalho define boa parte de seu conteúdo identitário, o lazer também faz parte das suas experiências sociais e igualmente dotado de sentido. Para Guigou (1968), o lazer dos jovens rurais pode ser interpretado como “não trabalho” em contraposição a uma noção urbana de lazer como diversão. A limitação das experiências de lazer se dá pelas dinâmicas de trabalho, pelas distâncias e dificuldades de mobilidade, pelo esvaziamento de muitas localidades, pela falta de equipamentos públicos, carências financeiras, entre outros fatores.

Não é novidade que a vida social dos jovens rurais é, via de regra, reduzida a encontros de amigos e familiares e ao jogo de futebol nos finais de semana, podendo variar segundo a proximidade dos centros urbanos que ofereçam a possibilidade de ampliar a rede de sociabilidade e as alternativas de lazer. Mas, normalmente, as opções de lazer no campo são bastante limitadas, o que tem sido alvo de críticas e de insatisfação por parte dos jovens. (CARNEIRO, 2011, p. 257).

O lazer dos jovens rurais é condicionado, muitas vezes, à “cultura das saídas”, ou melhor, a ida ao meio urbano (DOUTOR, 2016). Esses contatos contribuem para a construção de representações sociais envolvidas pelas experiências que esses jovens vivenciam. Diferenciam-se, portanto, pela forma como organizam esses contatos e como evocam a sua

circularidade nos espaços comunitários, urbanos cibernéticos. São inserções diversas e desiguais, tanto em relação aos jovens urbanos quanto entre os demais jovens rurais.

No caso deste estudo, considera-se a diversidade das juventudes com base nas experiências sociais que os múltiplos jovens tiveram. Não se trata de uma diferença estrutural, visto que as dinâmicas sociais de classe, de socialização e de historicidade regional são significativamente similares. As variáveis são mais importantes no que tange ao gênero, a etnicidade, as condições de trabalho, a relação com o mercado e a circularidade no espaço. O mundo da vida desses jovens se circunscreve primeiro a família, depois a comunidade (religião) e a escola. Fora desses ambientes a circularidade e contatos sociais ocorrem, geralmente, a partir dos 18 anos.

Da mesma forma, aqui não interessam exatamente os rituais que marcam o final da juventude e o início da idade adulta, mas aqueles que fazem referência às experiências juvenis. Entende-se que existem vários momentos que marcam e sinalizam fenômenos de vivência da juventude e não de finalização dela. São eventos que expressam experiências sociais e que possibilitam relacionar-se com elementos desconhecidos, por exemplo.

Na perspectiva clássica, o ingresso no trabalho, casamento ou sair de casa implicam em rupturas da juventude e aproximação com a idade adulta. Pontua-se que, entre os jovens rurais, o trabalho já é uma realidade, mas realizar novas tarefas, com maior responsabilidade, indicam novas experiências sociais e são importantes para a vivência da juventude em si. Isso faz com que se não produza uma quebra abrupta no sentimento de pertencimento. Essa quebra, aliás, é bastante complexa de ser percebida, já que ocorre como uma percepção e auto referência.

Esse conjunto de eventos e fenômenos está ligado ao cotidiano dos jovens rurais, por exemplo: quando passam a poder dirigir e ter a CNH; quando se tornam responsáveis por tarefas mais complexas; quando são impelidos a tomarem decisões que têm impacto nas dinâmicas produtivas familiares; quando acessam crédito em seus nomes; quando adquirem uma moto ou um carro; quando podem sair de casa com menor vigília; quando estabelecem relações afetivas ou informais que estimulam sua sexualidade; quando constroem relacionamentos mais duradouros; quando passam a conviver com um cônjuge; quando têm filhos; quando tomam decisões importantes sobre suas vidas, de permanecer ou de sair do campo. Mas esses momentos de “culminância” são parte do processo de vivência juvenil, não seu termo.

É muito forte no campo, inclusive, a perspectiva de que ao se casar e, principalmente, ao ter filhos, a juventude é sumariamente suprimida. A entrada no mundo adulto é forçada. Essa matriz cultural é acionada pelo senso comum, embora a perspectiva dos atores sociais nem sempre corresponda a essas expectativas. Até porque nem todos esses jovens se casam e produzem, dessa forma, um desajuste com uma juventude prolongada.

Veja-se que suas relações sociais efetivas estão centradas no cotidiano e no corriqueiro. O trabalho, a rotina, suas práticas de lazer, suas interações sociais. O que pensam, o que expressam, como se manifestam. O que sonham, o que desejam. Enfim, os múltiplos cenários e experiências apontam que a juventude é a vida e não uma etapa que os prepara para alguma coisa. A juventude vive-se, assim como a infância, assim como a velhice.

O que temos, na verdade, tanto no conceito de juventude quanto no de geração, é a possibilidade de se criarem representações e relações sociais derivadas de outras relações e representações sociais. No caso, relações e representações socialmente estabelecidas a indivíduos e grupos definidos como jovens. (GROOPPO, 2000, p. 19).

Esses são elementos simbólicos e pautados por uma conceituação do imaginário. Nisso os aspectos de juventude são relacionados ao novo, à sexualidade, a aventura, etc. Do ponto de vista estrutural, ou melhor, concreto, pode-se apontar para os ritos de passagem pelos quais são submetidos. De maneira genérica é possível apontar que a finalização do Ensino Fundamental marca uma transição da adolescência para a juventude.

Ao concluir essa etapa formal de ensino, esses jovens estarão submetidos a um novo conjunto de horizontes e de decisões. Permanecem no campo, fazem um curso superior, uma qualificação técnica, ou ingressam no mercado de trabalho urbano? A questão não é a de pensar como fazem para optar por um desses caminhos, mas considerar que as opções e a capacidade de decisão nem sempre estão dadas. A maioria dos jovens brasileiros não pode escolher que curso superior fará, pois não tem condições de fazê-lo.

Ainda assim, o momento de resignação, de revolta, de renúncia a projetos ou reorganização de estratégias, marca, para esses indivíduos, uma mudança paradigmática em relação à existência. Há nesses processos subsequentes um conteúdo que não se trata de preparar-se para a vida adulta apenas, mas de experienciar situações específicas da juventude. Essas experiências dão sentido a própria perspectiva de estarem vivos.

Quando um indivíduo aceita viver onde está ou sempre esteve – considerando o acúmulo de experiências sociais, o controle que tem do espaço, o conhecimento das variáveis e das perspectivas, das memórias afetivas – ele pesa e mede a si mesmo no ambiente. De maneira geral, ele sabe o que deixará de ter e de viver. Ao mudar, ele não terá garantias desse acesso já que o fator primordial é renda e não a localização. Não ter acesso à renda soa como uma proibição. Sabe que juridicamente tem o direito de ir, de fazer, mas o direito precisa ser materializado.

O problema é que as privações cansam, enfastiam, desanimam, tornam as pessoas amuadas e ensimesmadas. Há muita resignação entre os jovens rurais do Extremo Oeste de Santa Catarina. Isso se aprende e se cultiva desde cedo. É forte, forte de verdade, aquele que aceite seu destino. É preciso ser obstinado, mas, sobretudo, paciente. No imaginário geral é para os mais fortes que Deus manda suas maiores provações.

Contudo, é importante também ressignificar o destino. Uma vez aceita a carga, é premente lutar para vencer, “apesar” dela. As dificuldades precisam ser transformadas em esforço para que o indivíduo termine sua vida em melhores condições do que tenha começado. A isso se define “vencer na vida” ou comumente definido como “estar bem”.

É por isso que o mercado de trabalho se torna um mote de preocupação para a maioria dos jovens. A maioria deles, aliás, não pode vivenciar a moratória social e sua capacidade de decisão é interrompida e apressada ainda na adolescência, quando passam a trabalhar. Na maioria dos casos são atividades laborais informais, o que precariza a seguridade social e a potencial projeção de vida. Os jovens rurais, por exemplo, passam a “ajudar” nas atividades familiares muito cedo, ainda na infância. Não há formalidade e segurança no trabalho executado, assim como não há remuneração. Não existe moratória social para a maioria esmagadora da juventude rural.

Por isso, quando um jovem sai do campo, geralmente o faz em uma posição desigual em relação a um jovem urbano que migra. Não é uma desigualdade de domicílio. É uma desigualdade de classe. Aqueles que ficam, no sentido de uma fatalidade, geralmente também estarão numa condição análoga, pois serão mão de obra desqualificada e sem proteção frente aos desígnios e oscilações do mercado.

Pode-se afirmar, portanto, que esses jovens vivenciam uma experiência social rural que ultrapassa sua condição de agricultores. Ser um jovem rural abarca um processo social mais

complexo que suas relações de produção ou de trabalho. Ainda assim, o trabalho é acionado como categoria central para subsidiar sua identificação e orientar sua decisão frente a permanência ou a ruptura. No fundo, suas experiências extrapolam a dicotomia rural-urbana e apontam para a uma construção de representações que extrapolam uma conceituação unitária.

No entanto, ainda que articulados a múltiplos espaços, são rurais e reivindicam essa classificação. Rurais num sentido mais amplo, isto é, sujeitos sociais com uma identidade não limitada, mas em constante expansão conceitual.

## 6. CAPÍTULO 6 – JUVENTUDES RURAIS, PERMANÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES

“*O mundo é uma reunião*” (Erving Goffman).

### 6.1 – Realidade Socialmente Construída

Objeto das inquietações filosóficas antigas, a realidade é o pomo de discussão donde parte o arcabouço teórico dessa pesquisa. A busca de uma realidade ontológica e definitiva ocupou as energias de muitos pensadores no afã de aplacar e apreender com conceitos, categorias, processos adequados e irresolutos, todo conhecimento que se expressa por meio do conjunto dos elementos e fenômenos que existem. Como aponta Abbagnano (2007), as discussões em torno do conceito de realidade se desdobram no problema da existência e no problema do modo de ser específico das coisas.

Aqui o objetivo é muito menos presunçoso. Busca-se compreender um processo de tomada de decisões que envolvem um conjunto de atores específicos, numa temporalidade e num espaço delimitados. Busca-se, porém, problematizar esse processo numa perspectiva não determinista e unívoca, mas como resultado de um complexo arranjo de experiências sociais.

Por conta disso, acompanha-se a posição de Berger e Luckmann (1985) no sentido de que a realidade é uma construção social. Por esse pressuposto, a realidade e o conhecimento são indissociáveis. A realidade, nessa perspectiva, é definida como “qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos ‘desejar que não existam’). Já o conhecimento é expresso “como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas” (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 11).

Essa relação pressupõe que o próprio conhecimento é um modo de produzir a realidade, interpretando-a e construindo-a. Incorre-se no desafio de perceber a realidade sem teorizá-la a priori, mas desenvolver uma análise profunda por meio do contato com ela. O risco de idealizá-la é inerente à prática da pesquisa.

Enxergar a importância do pensamento teórico na sociedade e na história é um natural engano dos teorizadores. Isto torna por conseguinte ainda mais necessário corrigir esta incompreensão intelectualista. As formulações teóricas da realidade, quer sejam científicas ou filosóficas quer sejam até mitológicas, não esgotam o que é “real” para os

membros de uma sociedade. Sendo assim, a sociologia do conhecimento deve acima de tudo ocupar-se com o que os homens “conhecem” como “realidade” em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica. Em outras palavras, o “conhecimento” do senso comum, e não das “ideias”, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É precisamente esse “conhecimento” que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir. (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 30).

As abordagens clássicas da realidade social a percebiam como uma estrutura organizacional derivada e derivativa da relação entre os atores sociais. Significava, sobretudo para o Positivismo de Comte, para o funcionalismo de Durkheim, e em certa medida também para o materialismo dialético de Marx, que a realidade social se ampliava frente aos seres sociais, estabelecendo ordens de comportamento. Essa percepção foi reforçada pelo estruturalismo funcionalista de Talcott Parsons, para quem as normas sociais determinavam as ações dos indivíduos.

Entre as abordagens que tencionam os pressupostos de uma realidade como entidade determinista e imutável, pode-se destacar a influência da Sociologia Compreensiva de Max Weber, da Escola de Chicago, especialmente com o Interacionismo Simbólico, de Herbert Blumer e a Etnometodologia, de Harold Garfinkel, além da Fenomenologia, de Alfred Schütz. Este, por sinal, propõe uma análise das práticas sociais e das percepções estabelecidas pelo senso comum no cotidiano. Aponta para a consciência pessoal como indutora da produção de significados da existência social (SCHÜTZ, 1979). O esboço geral se delimita por partir das produções sociais para permitir a compreensão e não o contrário. Isto é, definir uma teoria explicativa após tratar os dados empíricos, dialogando com as experiências sociais.

Não se trata de objetivar ou subjetivar a compreensão das relações sociais, mas reconhecer o caráter indissociável entre ambas. Como defendem Berger e Luckmann, “a sociedade possui na verdade factibilidade objetiva. E a sociedade de fato é construída pela atividade que expressa um significado subjetivo” (1985, p. 33-34). Durante boa parte de sua existência, a Sociologia buscou enfatizar elementos objetivos, como mecanismo de expressar autoridade e validade científica.

Com a crise de paradigmas metateóricos, a amplitude da discussão se expandiu e abriu espaço mais profícuo para análises com maior peso das acepções subjetivas, consubstanciadas no imaginário, nos sentidos, nas representações, nas ideologias e no cotidiano. O conceito que

prevalece dessas abordagens é o de que a realidade é intersubjetiva, haja vista que é constituída por um conjunto complexo e variado de significados.

Considera-se a importância dos fatores e fenômenos sociais tipificados como objetivos. Esses dados subsidiam boa parte da interpretação das relações sociais. O que se propõe, ou se provoca, é explorar os elementos subjetivos que em larga medida foram e são negligenciados nas análises de teoria social. Não há nesses pressupostos uma verdade oculta, mas existem elementos complexos que reposicionam as perspectivas explicativas e expandem os cenários interpretativos. Como alerta Gilberto Velho, a subjetividade não carrega consigo os segredos incautos da humanidade, tampouco representa um tipo especial informação. O apelo está na diversidade que expressam ao pesquisador.

A cultura objetiva de uma sociedade pode ser complexa, diferenciada, heterogênea, e a cultura subjetiva de seus membros pode nada ter a ver com isso. Este, aliás, seria um dos paradoxos da modernidade, pois o desenvolvimento da tecnologia e da civilização material, a complexificação e fragmentação da vida social não produziriam indivíduos com uma cultura subjetiva mais elaborada. (VELHO, 2002b, p. 14).

O cotidiano irrompe como categoria central nessas análises, pois congrega as experiências sociais diretas. Não se trata de uma descrição dos atos ou fenômenos vivenciados, mas como são compreendidos. Em resumo, não é a vida em si, mas as interpretações e os sentidos subjacentes ao fato de vivenciar a realidade no cotidiano, de interpretá-la, de dar definições. Esse é o objeto que centraliza os esforços do analista.

Como apontam Berger e Luckmann (1985), ao perceberem o mundo como uma realidade imediata e subjacente do fato de estarem vivos, os atores sociais estão, na verdade, criando um mundo eivado de significados que eles mesmos definem. Não é uma realidade exterior, é um conjunto de sentidos e significados definidos e em constante desenvolvimento que subsidiam sua existência.

A linguagem é a ferramenta preponderante na produção dessa realidade e também o recuso para acessá-la. Conforme Berger e Luckmann, “a vida cotidiana é sobretudo a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana” (1985, p. 56-57). Na concepção de Décio Rocha, a linguagem e a prática discursiva não são meros fenômenos presentes na realidade, mas ações que a constroem. Como afirma: “antes de

representar o mundo o discurso é uma forma de nele intervir” (2014, p. 619). Ao considerar essa variável é possível inferir que o discurso não apenas representa o mundo, mas o constitui na medida em que age sobre ele. Nesse caso, a linguagem não é uma ferramenta de compreensão, como um mecanismo para ler o mundo. O discurso não dá acesso à realidade, é a realidade, pois é parte inerente dessa construção e atua diretamente como construtor.

Se discurso é tudo isso – simultaneamente produção textual e produção de uma comunidade –, então, não é possível supor que ele mantenha uma relação de mera representação com o mundo: o discurso não pode simplesmente representá-lo porque ele não está distanciado do mundo, ou seja, ele também participa desse mundo. (ROCHA, 2014, p. 629).

Se torna eminente considerar a Análise do Discurso nessa conjuntura. A linguagem é entendida como algo mais complexo que um processo de mediação entre os seres humanos e a realidade. Pode-se dizer que a linguagem é também ferramenta de construção da própria realidade, prioritariamente no âmbito das convergências simbólicas que permitem enunciar, comunicar e representar.

Como pontua Orlandi, “a Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido” (2005, p. 26). A linguagem dá lugar, enquanto estratagema, para as práticas discursivas que criam a realidade e permitem seu acesso e constante transformação.

Nas proposições desta pesquisa, são relevantes os elementos que deslindam processos de construção da realidade. O discurso não é tomado como uma ferramenta por meio da qual o objeto da pesquisa é apreendido. O discurso é o próprio objeto. Ele é parte do processo de construção da realidade. Essa realidade representada é produzida por múltiplas variáveis, dentre as quais os processos discursivos parecem centrais.

Incide sobre as perspectivas de análise subjetiva e intersubjetiva dos processos sociais também a influência da História. A influência da Escola dos Annales (1929) é notória no desenvolvimento de pesquisas atreladas aos fenômenos que fugiam das ceradas delimitações epistêmicas herdadas do período de constituição das Ciências Humanas. A História convergiu para utilização de múltiplas vertentes teóricas, métodos, objetos, fontes, abordagens. Conforme Funari e Silva (2008), para além da Filosofia, a História recebeu e recebe prioritariamente

contribuições de modelos interpretativos das Ciências Sociais – principalmente da Sociologia e Antropologia –, da Linguística e dos Estudos Literários.

Dentre as vertentes históricas, convém ressaltar que a chamada “História das Mentalidades” contribui decisivamente para compreender processos decisórios, pois eles estão circunscritos a uma temporalidade e se desenvolvem por meio de relações ideológicas, imaginárias e representativas. Segundo Vovelle, os temas recorrentes dessa abordagem são: “história das atitudes, dos comportamentos e das representações coletivas inconscientes [...] a criança, a mãe, a família, o amor, e a sexualidade... a morte” (2004, p. 16). Essa abordagem definiu um espaço de pesquisa não palmilhado pelos historiadores, sobretudo numa acepção diferencial da ideologia, distanciando-se da abordagem materialista (FUNARI & SILVA, 2008). Seu conceito é compreendido como

[...] estudo das mediações e da relação dialética entre, de um lado, as condições objetivas de vida dos homens e, de outro, a maneira como eles a narram e mesmo como a vivem. A esse nível, as contradições se diluem entre dois esquemas conceituais, cujos aspectos contrastamos: ideologia de uma parte, mentalidades de outra. O estudo das mentalidades, longe de ser um empreendimento mistificador, torna-se, no limite, um alargamento essencial do campo de pesquisa. Não como um território estrangeiro, exótico, mas como o prolongamento natural e a ponta fina de toda história social. (VOVELLE, 2004, p. 24-25).

Para além da influência da História das Mentalidades, que se ocupa em geral de discussões de longa duração, pode-se incitar também a História do Imaginário, que tratando de curta e média duração problematiza a construção de sistemas simbólicos e imagéticos como forma de organização da realidade e como mecanismo de sua própria interpretação. Expressa-se pela articulação com as mentalidades, representações e todo conteúdo subjetivo presente nas abordagens de cunho qualitativo.

[...] consideraremos o imaginário como um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas. De acordo com essa definição, existe uma interface possível do imaginário não apenas com o campo das “representações”, mas também com o âmbito dos “símbolos”. (BARROS, 2007, p. 27).

Como diz Sandra Pesavento, “o imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade (1995, p. 15). O desdobramento dessa construção do real resulta na

promoção de uma verdade social, isto é, construída socialmente, como uma versão convencional e convencionada entre os atores sociais (PESAVENTO, 1995).

Se a realidade é uma construção social, então a representação é uma das formas de construí-la. Analisar as representações é significativo para compreender essa realidade. Porém, ela não é a realidade em si. Antes uma chave de acesso, uma ferramenta de interpretação. Ademais, expressam relações subjetivas. Segundo Guareschi, “elas representam não só o objeto, mas também o sujeito que as representa” (2000, p. 38).

Esclarece Guareschi (2000) que as representações sociais comumente envolvem três variáveis de discussão. Podem ser classificadas como um fenômeno, como uma teoria e como metateoria, donde buscam superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade (GUARESCHI, 2000; SPINK, 2004). A realidade é apreendida e construída como acepção única. Quer dizer, não existe uma realidade individual e uma realidade social. Existe uma realidade que é constantemente produzida pelos atores no cotidiano de suas relações sociais.

As representações sociais são um conceito e um fenômeno que pertencem ao intersubjetivo. [...] podem ser compreendidas como um conhecimento do senso comum, socialmente construído e socialmente partilhado, que se vê nas mentes das pessoas e na mídia, nos bares e nas esquinas, nos comentários das rádios e TVs. São um conhecimento, mas diferente do conhecimento científico, que é reificado e fundamentalmente cognitivo. (GUARESCHI, 2000, p. 38).

Nesse conjunto intersubjetivo, deve-se destacar a importância da análise da ideologia. A ideologia em geral é associada entre duas dimensões: positiva e a negativa. Ao que interessa nessa pesquisa, trata-se da ideologia como dimensão positiva, como uma “cosmovisão, isto é, um conjunto de valores, ideias, ideais, filosofias de uma pessoa ou grupo” (GUARESCHI, 2000, p. 40). Não interessa o sentido negativo, estereotipado como uma falsa percepção da realidade, uma variável mistificada. A ideologia carrega um conjunto de informações que dão sentido para a realidade. Em síntese, a ideologia é mais uma expressão da construção social da realidade. Tanto a ideologia, quanto a representação fazem referência a ordem do simbólico, como destaca Sawaia.

[...] ambos partem do pressuposto epistemológico de que o conhecimento não descobre e sim cria, pois a realidade objetiva não é um *a priori* diante do homem como algo que se cumpre compreender pela descrição fiel, ela é produto das objetivações da subjetividade, entendida a subjetividade como produto da subjetivação da objetividade.

O empírico não é um fenômeno físico, é um fenômeno humano, histórico, e o homem é um ser significante que age sobre o mundo e o interpreta, transformando-o, ao mesmo tempo que é impregnado de objetividade, que é a objetividade da práxis humana num arranjo social em que grupos lutam por se afirmar e dominar. (SAWAIA, 2004, p. 75).

Analizar as relações sociais considerando a ideologia e as representações significa considerar que tanto a produção da realidade, assim como da consciência, possui um caráter histórico e dinâmico (SAWAIA, 2004). A representação “é” social pela condição prática de sua constituição, seja do ponto de vista do primado coletivo, seja pela dimensão histórica e espacial.

Como destaca Spink (2004), a complexidade própria das representações sociais permite – em alguns casos dir-se-ia que exige – uma abordagem de pesquisa múltipla e variada. Essa diversidade encontra consenso em duas questões pontuais do processo de coleta e análise de dados: “a ênfase nas condições de produção e o uso de material espontâneo” (p. 93). Acrescenta Leme (2004) que a teoria das representações sociais se organiza a partir de uma relação complexa entre estruturas, sistemas de crença e padrões culturais. Por esse fato demanda uma abordagem interdisciplinar.

A produção das representações interpõe avaliar informações e estímulos novos e velhos. O que não é familiar ao indivíduo, ao grupo ou a sociedade será significado ou ressignificado com base num estoque de percepções. Essa é também uma dinâmica das representações que envolve o conteúdo da memória, das normas, das teorias, dos pontos de vista e em nenhum momento está sedimentado. A inovação das representações, como destaca Celso Pereira de Sá (2004), reside nesse movimento ininterrupto.

Constata-se que, no tocante da problemática em análise, o urbano não é algo novo. A saída do meio rural interpõe ressignificar esse urbano já conhecido e traduzido pela vivência simbólica do rural. O processo de ruptura com uma dinâmica de sucessão e reprodução da agricultura familiar no Extremo Oeste de Santa Catarina se estabelece numa tessitura de tradição étnica e identitária do colonato. Ao transpor essa “ordem natural” das coisas, os jovens rurais estão reorganizando a sua própria compreensão da realidade.

Em outras palavras, estão reconstruindo a realidade por meio de novos processos de familiarização que, em suma, estão ligados a reorganização de suas representações sociais sobre o que é o rural e o urbano. O urbano não é categoria nova, mas migrar e morar na cidade é uma nova experiência social.

O novo amedronta, afronta, instiga, permite a produção das representações. Considerando a relação de vivência de jovens rurais, é possível especular que o urbano seja um tipo de “novo”. Não um novo total, pois ele faz parte de seu cotidiano, porém um cotidiano deslocado. Viver “no” meio urbano expõe o indivíduo a uma realidade diferente, aquele que especifica uma maior completude, daí onde resulta esse estranhamento efetivo. Esses estranhamentos e as definições são em si a produção de sentidos e representações que ajudam a compreender as dinâmicas sociais em curso.

## 6.2 – Representações Sociais em Serge Moscovici

A teoria das representações sociais parece ter ganhado fôlego nos últimos tempos e ultrapassado o seu campo na Psicologia Social, disseminando-se por outras áreas das Ciências Sociais. A origem da discussão remonta a década de 1960 com Serge Moscovici<sup>53</sup>. Para além da primazia de Moscovici, há uma herança epistemológica das representações sociais que se deve às considerações do próprio Émile Durkheim no clássico “As regras do método Sociológico”, publicado pela primeira vez em 1895<sup>54</sup>.

Na obra, o autor trata da formatação do método a ser empregado na Sociologia, primando pelo contexto macroestrutural e credendo na prevalência dos fenômenos de caráter coletivo como mecanismos da pesquisa social. Dessa predileção, Durkheim cunhou o conceito de “Representações Coletivas” para explicar os meios pelos quais são efetivadas as ações e formatado o pensamento dos grupos sociais. Seria, na verdade, a maneira como a sociedade é capaz de se enxergar e se conceber no mundo.

Durkheim define que essas representações reposam numa leitura da realidade baseada no senso comum, na “experiência vulgar”. Todavia, a sua força reside por si mesma na reprodução coletiva e toma um status de realidade imediata aferida e que é utilizada para dar

---

<sup>53</sup> O cânone da teoria, Serge Moscovici, nasceu na Romênia, em 1928. De família judia, sofreu com os movimentos antisemitas presentes na Europa, em meados do século XX. Trabalhou como mecânico e aproximou-se do comunismo. Contudo, por conta dos desdobramentos do próprio comunismo e das invasões soviéticas na Romênia, teve que migrar para a França, em 1948. Autodidata, havia estudado francês e filosofia por conta própria, o que lhe permitiu dedicar-se ao estudo da Psicologia e, mais tarde, à Psicologia Social. Foi professor em Genebra. Faleceu recentemente, em novembro de 2014, mantendo-se, entretanto, como uma das maiores referências da Psicologia Social.

<sup>54</sup> Além de Durkheim, é perceptível a influência de Lévi-Bruhl, Piaget e Vigostky na promoção epistemológica das representações sociais. (VILLAS BÔAS, 2010).

sentido a própria vida social. Do ponto de vista sociológico, as representações coletivas são um objeto de estudo, porém sem validade de conhecimento cientificamente elaborado. Aliás, é justamente contra a elaboração teórica apressada que toma como um dado científico tais representações que Durkheim estava lutando nesta obra, conforme podemos perceber na caracterização que faz dela.

Mas, se os detalhes, se as formas concretas e particulares nos escapam, pelo menos nós representamos os aspectos mais gerais da existência coletiva de maneira genérica e aproximada, e são precisamente essas representações esquemáticas e sumárias que constituem as pré-noções de que nos servimos para as práticas correntes da vida. Não podemos, portanto, pensar em pôr em dúvida a existência delas, uma vez que a percebemos ao mesmo tempo que a nossa. Elas não apenas estão em nós, como também, sendo um produto de experiências repetidas, obtêm da repetição – e do hábito resultante – uma espécie de ascendência e de autoridade. Sentimos sua resistência quando buscamos libertar-nos delas. Ora, não podemos deixar de considerar como real o que se opõe a nós. Tudo contribui, portanto, para que vejamos nelas a verdadeira realidade social. (DURKHEIM, 2007, p. 32).

A preocupação de Moscovici, no entanto, recaiu sobre a problemática da relação entre o conhecimento e o homem, porém estendendo-o para além da velha dicotomia sujeito objeto. Suas inquietações faziam referência a forma como o conhecimento científico era consumido, transformado e utilizado pelas pessoas comuns. São os leigos, nesse caso, que o interessam na medida em que produzem formas de compreensão da realidade. O arcabouço epistêmico que lança mão para tal empreitada analítica é uma inflexão entre a Psicologia e a Sociologia, ou seja, a Psicologia Social.

A Psicologia Social é uma ciência que se preocupa, especificamente, com a interação humana (GERGEN, 2008). Myers a define como “o estudo científico de como as pessoas pensam, influenciam e se relacionam umas com as outras” (2004, p. 28). Surgiu no final do século XIX numa tentativa de problematizar elementos psicológicos referentes a uma existência coletiva e encampou um espaço profícuo de diálogo entre suas duas áreas congêneres.

A relação direta que a Psicologia Social mantém com o postulado das representações sociais se refere a um paradoxo que se pode chamar de construtivo-cognitivo-comunicacional, apresentado por Arruda (2002). Este paradoxo é um campo em que se questionam as formas “como interagem sujeitos e sociedade para construir a realidade e como terminam por construí-la numa estreita parceria que, sem dúvida, passa pela comunicação” (2002, p. 128). Seguramente, tal problemática, assim delimitada, não seria objetivamente apreendida e

complexificada se tratada na esfera comportamental da Psicologia ou no caráter relacional da Sociologia. A interdisciplinaridade é razão fundante dessa categoria que, além do constructo psicológico-social, tem um necessário e vasto enraizamento e alastramento na Antropologia, História, Filosofia, Linguística, Comunicação, Direito e Ciência Política.

Há, segundo Villas Bôas (2010), uma estreita relação entre o conceito de representações sociais outorgado e requerido pela Psicologia Social e pela História. As representações, além de serem construídas num processo comunicacional (MOSCOVICI, 2015), são também “reapropriações de significados historicamente consolidados” (VILLAS BÔAS, 2010, p. 380). Existe, portanto, uma reorganização de conceitos pautada nas formas de apropriação e representação da realidade duma temporalidade pretérita e aquela submetida a novas dessas formulações.

Tendencialmente o estudo das representações se debruça sobre o cotidiano e o tempo presente. No entanto, a construção social e dela a construção representacional não pode ser compreendida como uma constante desconsideração de posições e a formatação de novas percepções. As representações são temporalmente situadas num processo de reorganização, desconstrução e variabilidade contínuos. As heranças culturais e os dados tradicionais são, senão, representações, estoques de experiência social, lançados mão na vida cotidiana e participando, a seu modo, no ordenamento das representações. É um dado de estabilização social (VILLAS BÔAS, 2010).

Vê-se que as tensões entre gerações rurais de jovens e adultos na região do Extremo Oeste de Santa Catarina são um exemplo dessas heranças culturais representadas e postas em conflito. O princípio do “colono providência” é agora ressignificado pelo “empreendedor rural”. Não há exatamente um apagamento desses traços, mas uma metamorfose nos sentidos manifestos, nas justificativas, nos modos de ser desses indivíduos.

Como conjuntos de experiências sociais, esses jovens reafirmam e repetem várias dessas noções, como a predileção de vetores étnicos, a resignação com o trabalho, os valores morais fechados. Contudo, agora os representam em outros estratos, abrindo brechas para as suas concepções de realidade. Concepções essas que são, irremediavelmente, construções representacionais.

Deriva daí a crítica de Villas Bôas sobre as pesquisas em representações sociais, pelo fato de estarem se tornando cada vez mais descritivas e pouco interpretativas, chamando de

“modismo usual”. O dado interpretativo, defende, está no aprofundamento de seu caráter histórico. A exemplificação estaria no movimento da História das Mentalidades, da História das Ideias e posteriormente da História Cultural, correntes históricas desenvolvidas a partir da década de 1920, na Escola dos *Annals*.

Os preceitos dessas interpretações trazem à tona os elementos da percepção tempo/histórica dos atores sociais e a forma como estabelecem as visões de mundo, as representações coletivas e os espíritos de época, os quais estão alicerçados ainda no aprofundamento das categorias de imaginário e ideologia.

A teoria das representações cunhada por Moscovici retoma o postulado do conhecimento do senso comum, do conhecimento instrumental cotidiano. Todo movimento iluminista de negar o aparente, associando-o a uma forma mitológica; do positivismo defendendo a esterilização do pensamento ou mesmo do materialismo ao considerar equivocado

o olhar não científico e estrutural da realidade, é posto em dúvida quanto a lógica da racionalidade/irracionalidade é implicada nos processos de compreensão e significação do real.

Dessa forma, a busca intelectual de Moscovici (2015) se atém, inicialmente, em questionar e refutar velhos conceitos duais e caros a Psicologia. A dicotomia entre razão e senso comum e a relação sujeito e objeto são termos problematizados no sentido de reorganizar fronteiras conceituais, já que o ponto de partida, agora consubstanciado por um olhar sociológico, se detém na perspectiva da construção social e, portanto, conceitual (ARRUDA, 2002).

Reorganizam-se as perspectivas entre essa construção social subjetiva de símbolos e significados que demarcam o cenário da produção de conhecimento e seus desdobramentos comunicativos.

Em termos valorativos, a abordagem das representações sociais é reconhecida e ensejada por Jean-Marie Barbier (2010), que lista suas possibilidades e as “virtudes heurísticas” para a compreensão dos elementos sociais.

[...] pensar a elaboração das representações em relação direta com os engajamentos dos sujeitos individuais e coletivos em suas atividades de transformação do mundo; verificar as relações existentes entre os sujeitos, seus contextos de ação e as representações que fazem para si mesmos desses contextos; descrever as relações entre sujeitos individuais e coletivos ao mesmo tempo em suas atividades de transformação do mundo e nas representações que acompanham essas atividades; ligar estreitamente atividades mentais, individuais e coletivas a interações discursivas e, mais amplamente, a atividades comunicacionais. (BARBIER, 2010, p. 352).

Depreende-se dessa lista o enfoque nas características ativas da realidade social, supondo as qualidades das representações no aprofundamento das questões que ficam “entre” a subjetivação da ação social e a ação socialmente concreta. Já para Arruda (2002), a representação social pode ser definida como uma “tradução”, no sentido em que emprega a si a tentativa de compreensão da realidade, sem poder ser uma cópia fiel. A tradução carrega a imprecisão e a busca num contexto em que o objeto e seu resultado estão em constante transformação. Essa transformação é interessantemente definida pela autora como “fotossíntese cognitiva”.<sup>55</sup>

No que tange ao desenvolvimento da teoria, Denise Jodelet foi uma de suas maiores sistematizadoras. A autora conceitua-a como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (2001, p. 22). Em seu entender, a motivação ou a razão pela qual os seres humanos constroem representações tem uma relação direta com uma busca pessoal e interior de cada indivíduo em ajustar-se, em conduzir-se, localizar-se e, sobretudo, para que possa identificar-se como participante da sociedade, além de poder se organizar no sentido de perceber e resolver problemas.

Há, portanto, um conteúdo subjetivo de percepção, mas também propositivo para a ação. Sua formulação só se viabiliza pela inerência de um contexto coletivo no qual são produzidas. São, dessa forma, representações sociais, uma vez que provêm do compartilhamento cotidiano da compreensão do mundo. As representações, nesse sentido, “nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la” (JODOLET, 2001).

---

<sup>55</sup> “As representações sociais constituem uma espécie de fotossíntese cognitiva: metabolizam a luz que o mundo joga sobre nós sob a forma de novidades que nos iluminam (ou ofuscam) transformando-a em energia. Esta se incorpora ao nosso pensar/perceber este mundo, e a devolvemos a ele como entendimento mas também como juízos, definições, classificações. Como na planta, esta energia nos colore, nos singulariza diante dos demais. Como na planta, ela significa intensas trocas e mecanismos complexos que, constituindo eles mesmos um ciclo, contribuem para o ciclo da renovação da vida. [...] minha convicção [é] que nesta química reside uma possibilidade de descoberta da pedra filosofal para o trabalho de construção de novas sensibilidades ao meio ambiente. Ou seja, é nela que residem nossas chances de transformar ou, quando menos, de entender as dificuldades para a transformação do pensamento social”. (ARRUDA, 2002, p. 138).

As representações sociais fazem parte tanto do processo quanto do produto da apropriação da realidade que está no mundo exterior e é subordinada, nesse caso, ao pensamento. Por se tratar de um fenômeno cognitivo, tem um desdobramento de pertencimento entre os indivíduos e as resultantes de sua constituição, isto é, as representações assumem papel propositivo na forma como os indivíduos agem e leem essa ação.

A relação da qual está se falando é a do sujeito com o objeto. Porém, não é apenas localizada na concepção binária e estéril de um fazer científico laboratorial. As premissas cartesianas ou empiristas que supõem o isolamento entre um e ou outro vetor é impossibilitada, dado que esse processo se dá num contexto de múltiplas e variadas construções de cunho social. É impossível, senão presunçoso, supor tal assepsia.

De um lado, a representação mental, como a representação pictórica, teatral ou política, dá uma visão desse objeto, toma-lhe o lugar, está em seu lugar; ela o torna presente quando aquele está distante ou ausente. A representação é, pois, a representante mental do objeto que reconstitui simbolicamente. De outro lado, como conteúdo concreto do ato de pensar, a representação carrega a marca do sujeito e de sua atividade. Este último aspecto remete ao caráter construtivo, criativo, autônomo da representação que comporta uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito. (JODOLET, 2001, p. 22).

Jodolet ressalta que a noção de representação social se traduz por três particularidades: a vitalidade, a transversalidade e a complexidade. Sua vitalidade explica-se por ter resistido a um pseudo limbo entre as proposições de Durkheim e retornado oficialmente com Moscovici, ganhando fôlego a partir da década de 1980. Assumiu, enquanto quadro teórico e proposição metodológica, uma posição importante no conjunto das pesquisas expandindo-se para várias áreas das ciências humanas, onde sua fecundidade é percebida pela multiplicidade de discussões, pesquisas e debates que provoca. Seu caráter transverso, como já citado acima, advoga-se pela proeminência de articular aspectos do campo cognitivo e associá-los a várias demandas de análise, o que permite ser cotejada por qualquer disciplina que se dedique ao estudo das Ciências Humanas.

Por fim, sua complexidade se justifica por sua natureza múltipla e interligada, que correlaciona de forma pouco comum os aspectos subjetivos e psíquicos em analogia com elementos sociais e materiais. Como melhor descreve Jodolet, sua complexidade se justifica no tocante de que elas “devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e

integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm” (2001, p. 26). Sem dúvida uma tarefa que demanda do pesquisador habilidade, profundidade e acurada sistematização nas análises e procedimentos epistemológicos.

O suposto conhecimento “ingênuo” não deve ser desconsiderado, pois como diz Jodolet: “trata-se de um conhecimento “outro” do da ciência, mas que é adaptado para, e corroborado pela ação sobre o mundo”. (2001, p. 32). Seria, portanto, o postulado fundamental do estudo das representações sociais: “o de uma inter-relação, de uma correspondência, entre as formas de organização e comunicação sociais e as modalidades do pensamento social, vista sob o ângulo de suas categorias, de suas operações e de sua lógica” (JODOLET, 2001, p. 33).

Quando os jovens rurais definem que sua realidade social é formada por determinados elementos e que se explica por tais processos, estão construindo um conjunto representacional, isto é, formulando um conceito de realidade com base em representações. Como essas representações são acessadas? Por meio dos termos utilizados, das palavras acionadas, dos discursos instrumentalizados para servirem de justificativa a seus atos. A saída ou a permanência no meio rural se baseiam nas representações que tecem sobre os lugares onde estão ou onde desejam estar. Como mencionado acima, segundo Jodolet, os comportamentos que cada indivíduo ou grupo manifestam são pautados por uma lógica particular.

Para Moscovici (2015), a relação comunicacional tem importância central na compreensão das representações e como tal para a compreensão das dinâmicas sociais em estudo. A comunicação está presente desde o processo de formação das representações numa relação sujeito-objeto-sujeitos e se mantém contínua nas relações sociais de sua utilização no cotidiano, seja para orientar e justificar a ação, seja para expressá-las e midiatizá-las.

Essas informações são, em geral, assimiladas por grupos mais ou menos coesos e de várias formas institucionalizadas. É o papel ocupado, por exemplo, pela conversa e pelos relatos que repassam um tipo específico de informação, que recriam de forma particular acontecimentos e opiniões manifestas. Desse conjunto epistêmico fundado no campo da prática é que criam e recriam os princípios culturais de um determinado grupo, gerindo as variantes dos valores e interpretações sujeitos a ação do tempo e de novas representações.

Convém assinalar que as representações como resultado de relações cognitivas e sociais estão em constante transformação, hora pelo embate, hora pela harmonização de correntes e

posicionamentos. O *corpus social* está em alteração ininterrupta no tocante dos seus membros, isto é, a dinâmica de nascimentos-falecimentos impõe que sejamos um conjunto sempre numa presença de novos outros e numa ausência de antigos outros.

Além dessa variável, a percepção do mundo, a composição de informações, a vivência de experiências e o encaminhamento relativo e variável de pensamentos fazem os seres mentalmente mutantes. A realidade na qual investe-se significativa energia intelectual é uma categoria mutável. A capacidade de compreendê-la também o é. As representações sociais formuladas a partir dessa construção só poderão ser, portanto, incertas, inconstantes e instáveis.

A operacionalização das representações sociais como um saber prático são definidas por Moscovici (2015), por meio de dois processos: a objetivação e a ancoragem. A objetivação é a forma como o conhecimento se estrutura, isto é, a produção conceitual entre a realidade vista e a realidade construída. Para Moscovici, “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem” (2015, p. 71). Essa ação promove um processo de familiarização dos conceitos – a priori – para uma determinada forma de leitura do real que é, por isso, uma representação.

A ancoragem, por sua vez, é a classificação e nomeação de alguma coisa. Significa dar sentido aos objetos apresentados à nossa compreensão. Supõe o enraizamento do conhecimento, de certa forma alocado ao conjunto interpretativo da realidade social.

Para tanto, a novidade, fruto de um conjunto representativo diverso daquele utilizado anteriormente por determinado grupo, tende a ser tratada com desconfiança, como um vetor de alteração das representações domésticas. São inicialmente negadas, mas podem se articular dependendo das relações e das forças manifestas entre uma e outra. Aí reside, em suma, a formatação de pré-noções e preconceitos. Embora a tendência seja familiarizá-las, a rotulação não segue uma ordem exatamente assimilacionista. Algumas coisas são legitimadas e agregadas, outras são aproximadas e referenciadas, mas não integralizadas.

O compartilhamento de uma representação ou de um conjunto ordenado delas faz parte não só de elementos culturais de maneira geral, mas também de afiliações mais específicas. Os pertencimentos identitários, de classe, religiosos, afetivos, de gosto, etc. são variáveis que produzem e negam representações, articulando aspectos privilegiados de construção de sentidos sociais. Assim, percebe-se oportuno analisar esses vetores identitários e característicos para compreender o comportamento relacional dos jovens rurais.

### 6.3 – Representações Teatrais/Dramatúrgicas em Erving Goffman

As representações teatrais ou dramatúrgicas remetem a Erving Goffman<sup>56</sup>, sociólogo canadense. Enquanto teórico e pesquisador, desenvolveu grande interesse pelos encontros sociais e os desdobramentos do processo de interação. Foi fortemente influenciado pela Sociologia da Escola de Chicago, que primava pelo trabalho de campo e por uma empiria refinada (VELHO, 2008).

As preocupações intelectuais de Goffman, segundo Velho (2002a), estão ligadas a microssociologia, ou como o próprio Goffman define ser; uma atenção sobre a microestrutura (GOFFMAN, 2012). Nesse sentido, contribuiu notadamente para a melhoria dos métodos de observação e no rigor etnográfico, mesmo sendo criticado por uma preocupação demasiada com as dinâmicas individuais. Sua resposta aos críticos foi sempre no sentido de assumir uma culpa hipotética, porém, contestando-a como uma opção teórica.

É na obra “A representação do eu na vida cotidiana” (1992), originalmente publicada em 1959 (“*The presentation of self in everyday life*”), que Goffman apresenta os conceitos de representação teatral/dramatúrgica<sup>57</sup>. O autor deixa claro que o espectro de sua abordagem está focado nos encontros sociais em espaços restritos. Diz ser uma descrição detalhada de uma “perspectiva sociológica a partir da qual é possível estudar a vida social, principalmente aquela organizada dentro dos limites físicos de um prédio ou de uma fábrica” (GOFFMAN, 1992, p. 9). Seu posicionamento é, portanto, o de considerar uma escala específica de análise, as representações “face a face”, embora as ponderações sejam de maior lastro e servem, sem maiores prejuízos, a generalização.

A composição da obra é baseada na discussão da perspectiva de representação teatral, cujos princípios norteadores são de caráter dramatúrgico. Com isso, Goffman está preocupado

<sup>56</sup> O sociólogo Erving Goffman nasceu em 1922 na cidade de Alberta (Canadá), no seio de uma família de imigrantes judeus ucranianos. Inicialmente, um estudante de Química, dedicou-se ao cinema, mas acabou interessando-se por Sociologia (VELHO, 2002a). Em 1945, mudou-se para os Estados Unidos, vinculando-se ao Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. Tornou-se professor da Universidade da Califórnia (Berkeley) em 1958, depois se transferiu para Universidade da Pensilvânia, em 1968. Em 1982, assumiu a presidência da Associação Americana de Sociologia, cargo que ocupou por pouco tempo, sendo vitimado, no mesmo ano, por um câncer.

<sup>57</sup> A base empírica utilizada na obra refere-se, entre outras pesquisas, a etnografia realizada para sua tese de doutorado (“*Communication Conduct in an Island Community*”, defendida no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, em 1953), em que estudou populações nativas das Ilhas Shetland, um arquipélago localizado ao norte da Escócia.

em discutir os processos de interação, considerando que a ação dos indivíduos, quando em contato social, é marcada pela existência de uma dramatização que procura regular a impressão e o juízo que os interlocutores farão do sujeito (ator). É, sobretudo, uma tentativa de controlar a formulação de conceitos em relação às expectativas previamente manifestadas.

Teoricamente, estão, para tal, diretamente ligados a três componentes. O primeiro é o indivíduo que assume um personagem. O segundo são os demais indivíduos que participam da cena, os interlocutores que são, também, outros atores. Por fim, há uma plateia, ou seja, um público imaginário para o qual o ator dá vida ao personagem. No plano prático, a dramatização ocorre entre o ator e os interlocutores que são, ao mesmo tempo, a plateia agora real.

Nesse processo dramatúrgico, Goffman diz existirem duas formas de ação comunicacional: as expressões dadas e as expressões emitidas. As expressões dadas são aquelas de natureza verbal, já as emitidas são mais complexas e compostas por um emaranhado de elementos, sejam eles gestuais, o posicionamento do corpo, entonação, perspectiva, etc. Pode-se dizer que as expressões emitidas têm – ou permitem interpretar – um caráter não intencional e, dessa forma, naturalizado pela presunção da não existência. São também mais difíceis de dominar pelo ator, já que o controle entre a emissão e a recepção fica prejudicado quando os dados em questão são essencialmente simbólicos e particulares.

Essa assimetria entre o ator e o observador é importante para a compreensão das representações de interação, uma vez que isso permite ao ator tentar antever o desfalque e potencializar, cada vez mais, a sua apresentação, a fim de gerar saldos positivos de impressão. Isso que aqui se está chamando de saldo positivo nada mais é do que alcançar a construção – pelo observador – de uma impressão desejada e planejada. Obviamente que nesse caso continua valendo a assimetria e o observador buscará, a seu modo, perceber os elementos de composição exercidos por seu interlocutor. Em síntese, são as representações que passam a complexificar seus conteúdos e atribuições no processo comunicacional.

Esta conjuntura em geral assume o status de um “consenso operacional” no tocante a atingir uma espécie de acordo sobre as definições que são objeto das – e elas mesmas em si – representações. Goffman relaciona esse consenso como um “*modus vivendi* interacional”, que significa atribuir maior importância aos interesses e relações de poder presentes no processo comunicacional.

Essa questão se desdobra na proteção das suas próprias projeções individuais (“práticas defensivas”) ou na defesa de projeções de outros (“diplomacia”). Importa que há uma disputa no campo das representações e os seus resultados são da mesma forma influentes nos mecanismos de representar-se a si mesmo e reconhecer as representações outras.

Há uma solicitação implícita para que os interlocutores se tomem à sério nos processos de representação, considerando a primazia do reconhecimento mútuo quanto atores. A representação conjunta dos papéis sociais permite aos indivíduos conhecerem-se e estabelecerem conceituações sobre si e sobre a realidade. Essa representação a que Goffman faz alusão se define como: “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (1992, p. 29).

Considerando esse arcabouço de influências, é na ação recorrente de representação que o indivíduo compõe uma fachada. A definição de Goffman é de que a fachada seja “um equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a representação” (1992, p. 29). A fachada, por sua vez, é composta pelo “cenário” (o plano de fundo onde se desenrola a representação e agrega os aspectos físicos e sua disposição) e os “estímulos” à representação. Os estímulos são também divididos entre a “aparência” (revela o status social do ator) e pela “maneira” (informa o papel de interação que o ator espera desempenhar) (1992, p. 31). Por fim, Goffman alega que a fachada se torna uma “representação coletiva” ao institucionalizar certas expectativas.

O ator pode ou não se compenetrar na sua representação, embora ela seja da mesma forma uma ação intencional e mais ou menos controlada. Do mesmo modo, pode ser sincero naquilo que representa ou falseá-la, tornando-se um cínico. Nisso interferem elementos que podem ser idealizados (maquiados, supervalorizados), tentando-se mostrar aspectos individuais mais positivos do eu realmente são; suprimidos (escondidos) considerando uma negação que possa manter os vínculos ou um ponto de conforto; e mistificados (impressionismo) objetivando criar fatos análogos e valorizar aspectos do personagem assumido pelo ator. Registra-se, contudo, que essas variáveis estão, como qualquer representação teatral, sujeitas a relação emissão-recepção, da qual não há controle específico.

Diante desse conjunto analítico, convém ressaltar que as representações não ocorrem sempre entre os mesmos sujeitos. Goffman conceitua de “segregação de auditório” essa

modificação situacional das representações, contudo adverte que a sua prática cotidiana tende a associar uma “natureza rotineira” donde os indivíduos assumem certo domínio dramatúrgico.

A sequência dessas práticas e sua conjugação entre todos os indivíduos socialmente ativos forma um conjunto vasto, completo e complexo de representações. Esse conjunto é, ao mesmo tempo, modificado pela inerência de sua variabilidade possível e mantido como uma confluência múltipla de um jogo de poder. Um desafio para aqueles que se dedicam a compreender esse emaranhado de tessituras interacionais.

Dessa forma, é possível articular uma conexão profícua entre as teorias de Representação Social e Representação Teatral. O ponto de maior convergência situa-se no caráter relacional e comunicacional em que ambas se instituem. Veja-se que se estabelecem a partir do paradigma da construção social e se desenvolvem considerando a forma como as noções de vivência mais primária e ao mesmo tempo mais complexa se interligam para formar o todo – ainda mais intrincado – das relações e interações sociais.

Há, sem dúvida, uma diferença de escala, mais distante no primeiro caso e mais aproximada no segundo. Todavia, as abordagens orientadas por um viés analítico transversal e variado informam a capacidade de potencializar fontes, métodos e problemas que tendem a enriquecer o conhecimento social em direção dos fenômenos tomados com banalidade e naturalidade. Nestes reside um conjunto de pesquisa que, se bem proposto, permite avançar em direção de sua complexidade.

Considerando que a utilização da Teoria das Representações Sociais e Teatrais envolve uma perspectiva comunicacional e relacional, é possível imaginar que os estudos por essa noção orientados tendem a utilizar metodologicamente a entrevista, grupos focais, análise do discurso e a etnografia. Não exclui, porém, os documentos escritos, sejam obras literárias, científicas, documentos oficiais ou correspondências.

Jodolet considera que os estudos cognitivos que englobam conteúdos representativos podem ser tratados por diferentes fontes: “linguagem, discurso, documentos, práticas, dispositivos materiais, sem prejugar a existência de correspondência entre os eventos interindividuais, ou das hipóstases coletivas (espírito, conhecimento do grupo)” (2001, p. 17).

Além disso, considera a dinâmica prática da pesquisa articulada com os elementos que constituem as representações, tais como “informações, imagens, crenças, valores, opiniões, elementos culturais, ideológicos etc.” e dos mecanismos metodológicos de investigação como

“questionários, entrevistas, ou tratamento do material verbal consignado nos documentos atestados” (2001, p. 18).

Pensar o subjetivo requer subjetivar também a ação do pesquisador. É necessário encontrar termos adequados na conjugação metodológica, na acurada análise teórica e na ousadia epistêmica. A perspectiva de utilizar tais arcabouços e prescrições encaminha, nesta pesquisa, uma abordagem de contato aproximado com os jovens da região Extremo Oeste de Santa Catarina. As análises abarcam como esse contato permite interpretar elementos representacionais, sobretudo teatrais.

#### **6. 4 – Juventudes Rurais e Representações Teatrais**

É inegável que uma proposta analítica que persegue um conjunto comportamental de atores sociais específicos e com base em representações sociais demandaria escopo metodológico que considerasse, a fundo, a etnografia. Embora ela esteja presente na confecção de diários de campo e momentos de observação participante, a etnografia em si ficou em segundo plano. A centralização da estratégia metodológica na utilização de questionários e entrevistas pode ter produzido algum prejuízo epistemológico à pesquisa, embora que a proposta e o volume de atividades não teriam permitido um envolvimento etnográfico denso. Todavia, o próprio influxo de trabalho de campo permitiu o apontamento de elementos etnográficos.

No contexto da pesquisa de campo, os jovens foram os atores sociais evidenciados, seja pelo olhar do pesquisador, sejam pelos demais atores que tangenciam a construção da ruralidade regional. A existência, a imagem e a importância dessa juventude enquanto grupo social é proposta, prioritariamente, por aqueles que não fazem parte desse grupo específico (familiares, técnicos, empresários, autoridades públicas, políticos, etc.). Logo, o discurso que reforça a importância da juventude, por sinal, não é preponderantemente produzido pelos jovens rurais.

O contato direto com o público alvo, isto é, os jovens rurais, ocorreu principalmente em dois momentos da pesquisa de campo: eventos específicos da/para a juventude rural e as visitas aos espaços domésticos. Constituíram-se em “interações face a face” (GOFFMAN, 1992), com maior ou menor intensidade. Em ambos foi possível identificar a construção de múltiplas representações teatrais que reforçavam a ideia da importância da juventude como um grupo

social imprescindível para a ruralidade. Há, sem dúvida, um reforço elogioso da presença da juventude no campo, que implica em indicar sua responsabilidade sobre as perspectivas familiares e do campo em geral.

Esses elementos de identificação, de classificação e de projeção social podem ser lidos como representações teatrais, tais como define Erving Goffman (1992). São trejeitos sociais construídos numa temporalidade e com relação a um público específico, no sentido de potencializar as dinâmicas sociais que impactam cada indivíduo e como grupos de interesses relacionais e codependentes. No limite da análise, a forma como esses atores sociais apresentam-se no conjunto das tessituras sociais permite discutir os sentidos – em disputa – de ser jovem rural no Extremo Oeste catarinense.

A questão que envolve a permanência dos jovens rurais perpassa também as formas como a ruralidade é representada para além do discurso. Quer dizer, como o rural é acionado nas manifestações de seus membros. No caso da pesquisa de campo, os contatos com os jovens se deram em dois momentos específicos: nos eventos de juventude rural (coleta de questionários) e no ambiente doméstico (entrevistas). Circunstanciado a isso, a observação desses atores sociais, suas famílias e os técnicos subsidiam a problematização desses “ambientes de sentido”.

As entrevistas se mostraram momentos de relativa resistência. Em parte dos casos, os entrevistados já eram conhecidos do entrevistador, em outras, não. Independente de um contato mais antigo ou prévio, os jovens se sentiam pressionados pelo ritual da entrevista. Isso se deve ao peso de uma abordagem “oficial”, com gravação e viés de prática científica. Também porque havia um sentimento de que deveriam construir um conjunto discursivo sobre um tema que, em muitos casos, não tinham certeza das respostas.

Registre-se que a discussão de permanência ou de migração é um debate que envolve uma pressão e um constrangimento. Por que, afinal de contas, precisam decidir? Embora todos tenham sido muito polidos e simpáticos, éinegável que esses questionamentos, de foro íntimo, envolvem sentimentos contraditórios e temas que preferiam silenciar.

O constrangimento gerado e o desconforto presente nessas dinâmicas é compreendido por Goffman (1992), como “embaraço”, situação na qual as pessoas têm pouco ou nenhum controle das variáveis sociais nas quais estão envolvidas. Disso resulta o que o autor chama de “práticas defensivas”. Nesse sentido, a defesa ocorre com respostas curtas, com gestualidades

contidas, com técnicas corporais que buscam sair de evidência. É um comportamento que ocorreu tanto nas entrevistas quanto nos eventos, ainda mais notoriamente quando os jovens estavam acompanhados de seus pais. Nitidamente sentiam-se desconfortáveis com uma espécie de cobrança social quanto à permanência.

Em seis entrevistas, a conversa ocorreu coletivamente com os jovens e seus pais. Percebeu-se, irrevogavelmente, que os discursos tinham como destinatário, não apenas o interlocutor da entrevista, mas os demais membros da família. As falas, quando coletivas entre demais jovens, são marcadas pela tranquilidade, porém a presença familiar se configura como um fator de inibição. Ademais, esse silenciamento é resultado de um modus operandi familiar. As famílias rurais da região congregam-se num ambiente de “discussões controladas”, sendo a sucessão, para muitas delas, uma forma de tabu.

Os jovens mostraram-se mais retraídos nos eventos com participação dos pais. Em momentos que estavam sem a presença destes, tendiam a ser mais espontâneos, da mesma forma, no ambiente doméstico, quando longe dos familiares. Na convivência dos cursos de formação, ou mesmo nos momentos de intervalo dos eventos, a conversa que os jovens entabulavam com seus colegas era basicamente sobre dois assuntos: futebol e atividades produtivas. Enquanto pesquisador masculino, houve certa dificuldade de aproximação com as moças para participar das conversas.

No entanto, a percepção foi de que o ponto chave dos assuntos por elas tratados era também a questão produtiva, além da troca de experiências sobre o convívio familiar. É importante reforçar que, para as jovens, a permanência se reveste de um desafio mais complexo. A troca de informações sobre como lidar com a predominância do patriarcalismo é fundamental, não apenas como exemplo de resistência, mas como mecanismo de transformação.

Durante os cursos, o comportamento das turmas era de tranquilidade, mas permeada por competição. Havia um sentimento de efetivar um “desempenho”, como define Goffman (1992), que lhes diferenciasse nas dinâmicas de grupo. Cada qual buscava uma solução para potencializar os seus projetos particulares e que tinham correlação com as condições materiais de cada um. Acreditavam, também, que o curso os fazia melhores que os jovens fora daquele ambiente. Eles, movidos pela racionalidade técnica, poderiam fazer mais e melhor. Em seus discursos públicos, a posição de sua propriedade e as condições estruturais eram determinantes

para justificarem a permanência e preverem um futuro positivo. Intimamente, nas falas ponderadas, as dúvidas, incertezas e problemas pessoais vinham à tona.

O diálogo das entrevistas, por serem gravadas, reforçou o engessamento e uma teatralidade mais ensaiada. Isso não inviabiliza os dados. Aponta, inclusive, para o estigma de um discurso não hegemônico, quer dizer, os jovens buscam balizar as suas motivações e justificativas no debate corrente, nas ponderações de seus pares. Quando defendem um ponto destoante para explicarem suas decisões, o fazem cercados de novas situações explicativas e hesitações.

Na chegada para as entrevistas, havia um expediente de fortalecimento de vínculos. O pesquisador era recebido com deferência, muitas vezes com almoço, lanches, etc. Mesmo buscando ter um contato de menor envolvimento emocional, era difícil não desenvolvê-lo. Assim, tornava-se demorado iniciar, formalmente, a coleta dos depoimentos. Após a coleta, buscava-se circular pela unidade produtiva, momento em que os jovens, quando sozinhos, mostravam-se mais expansivos e espontâneos. Ali apontavam com mais ímpeto os “problemas da sucessão”, isto é, apontavam as ideias que tinham e as dificuldades de serem aceitas, ou teciam críticas a forma como os pais trabalhavam e pensavam a atividade.

Nesses momentos em que demonstravam, na prática, as situações desafiadoras que vivenciam, era notória a percepção de validação que davam à permanência. Os jovens que ponderam e definem com maior profundidade suas estratégias, dificuldades e condições tendem a ter uma capacidade de resposta mais efetiva quanto a vida rural. Quer dizer, verifica-se que constroem um sentido mais pragmático sobre a permanência, distanciando-se da romantização e demonização da ruralidade. É possível definir que o sucesso das experiências dos jovens que decidem ficar passa por uma visão crítica e ponderada sobre à vida no campo.

Conforme Goffman (1992), os indivíduos, ao se relacionarem, buscam induzir impressões sobre si, ao mesmo tempo em que as constroem sobre os outros. Logo, ao conversarem com o pesquisador, que tomavam como alguém “entendido” num assunto que eles próprios sentem ser um bloco de dúvida, buscavam causar uma boa impressão. Tentavam tanto “acertar” as respostas de suas perguntas, quanto revidar eles próprios com suas dúvidas. O desafio era de construir um sentido lógico e não contraditório em suas falas, como pondera Goffman: “o ator mantém a coerência expressiva tomando mais cuidado em prevenir-se contra

os mínimos desacordos do que o público poderia imaginar levando em conta o propósito manifesto da interação” (1992, p. 65).

Constata-se que, entre aqueles já decididos na permanência, o reforço teatral foi de parecerem bem-sucedidos, com propósitos claros e, sobretudo, como alguém que sabe o que, como e porque fazer. Isso lhes condiciona a potenciais “vencedores”. Fora dos ambientes de gravação formal, as falas eram mais eivadas de insegurança e mesmo de condicionamentos. O ficar se tornava um paradoxo do futuro. “Se” as coisas melhorassem, haveriam de efetivar projetos rurais. Caso contrário, novas estratégias teriam de ser tecidas a luz de uma leitura que parte da dúvida rural e segue para uma conjuntura incerta urbana.

Mesmo que a maioria dos jovens rurais apresente um olhar otimista quanto à ruralidade e seu futuro, há aqueles que, mesmo afirmando desejarem permanecer, se dizem desencantados com o mundo rural. São jovens com uma perspectiva pessimista sobre a realidade geral. O conjunto de expectativas sobre o porvir se expressa pelo negativismo que envolve uma perspectiva de preços baixos dos produtos, a desvalorização da classe, a fragilidade dos direitos sociais, a ausência ou carência de políticas públicas. Como já dito, queixar-se é uma prática recorrente no ambiente rural. Mas essa negatividade é um sentimento, não uma reclamação pontual, e por isso é mais sintomática e grave. Ainda assim, é possível dizer que não provoca, automaticamente, o êxodo, embora o estimule.

Do ponto de vista da influência externa, ao conversar com os técnicos ligados ao trabalho de pesquisa e extensão com jovens rurais, percebeu-se uma angústia muito forte. Esses profissionais constroem um discurso teatralizado mais reticente em relação as possibilidades de permanência da juventude rural. Apontam, por exemplo, os conflitos familiares com as quais convivem como fator impeditivo para o sucesso das experiências de sucessão.

As extensionistas relatam, com maior preocupação, as questões de gênero. Todavia, nos ambientes formais de contato com os jovens, percebeu-se que esses profissionais expressam maior confiança e denotam maior incentivo para que os jovens fiquem. É sintomático o mal-estar com o qual convivem ao serem impelidos num posicionamento de influência direta na vida de outras pessoas.

Nas entrevistas com os técnicos, sobressaiu uma tendência de preocupação com o futuro do mundo rural. Entendem que o meio rural é um espaço positivo e plenamente adequado para o desenvolvimento dos projetos de vida desses jovens. A questão é que estes últimos precisam

das condições para permanência, fator este que os primeiros não podem garantir. São reféns, também, das mudanças de rumo do mercado e das inconstâncias das políticas públicas.

O ponto central de seus discursos e de suas teatralizações se pauta na potencialidade da ruralidade e da permanência dos jovens. Preocupados e reticentes, nenhum deles abandona uma profissão de fé de que o futuro da atividade é promissor e de que o trabalho que desenvolvem hoje tem relação direta com essas possibilidades. Reconhecem, ainda, que trabalhar os aspectos sociais e do chamado desenvolvimento humano com as famílias, dando atenção para os membros mais fragilizados – que são as mulheres e os jovens –, é o caminho para as melhorias do porvir.

Consideram-se as manifestações teatrais das autoridades políticas e dos representantes dos setores de mercado as mais forçadas e menos contundentes. Observa-se que o ponto central dos discursos gira em torno de um slogan já bem conhecido: “precisamos manter a juventude rural no campo porque ela é o futuro da atividade”. A preocupação efetiva dos gestores públicos parece ser a de arrecadação de impostos com o movimento econômico gerado pelo setor rural. Em todos os eventos acompanhados, as falas iniciavam valorizando e cotizando a participação da agricultura no orçamento dos municípios. Em nenhum momento a fala convergia para tratar com um argumento técnico dos retornos públicos dessa arrecadação.

De forma correlata, mas ainda mais dissimulada, eram as falas dos agentes cooperativos ou de empresas de capital privado. As falas convergiam para o mesmo ponto: sendo a juventude rural importante ela deve ser preservada “no campo” para garantir a existência de mão de obra na engrenagem das cadeias produtivas dos complexos agroindustriais. Nenhuma menção à qualidade de vida, a garantia de direitos ou a dignidade da juventude rural enquanto grupo social específico.

Nesses dois casos, a teoria de Goffman se aplica como pressuposto de falseabilidade. Não porque os entes públicos e de mercado agiam com premeditada falsidade ideológica e os jovens e seus familiares com efetiva e ilibada verdade. Não se trata de questionar o verdadeiro do falso em si, mas compreender que, tendo objetivos diferentes numa mesma relação social, alguns membros têm, como diz Goffman, “ampla capacidade e motivos para falsear os fatos” (1992, p. 60). Nesse caso não são os fatos em si, mas a leitura feita deles e a supressão de críticas ou contemporizações.

É necessário dizer que os discursos que romantizam a ruralidade prejudicam os jovens rurais. A maior parte deles parte de agentes externos como os citados acima. Seja um técnico, um representante público ou um agente comercial, o zelo das interações sociais deve ser o da ética. Não se constroem experiências virtuosas se elas não tiverem uma perspectiva pragmática orientada pela ética. E nesses casos é lícito fazer uso da dúvida metódica que anima os espíritos inquietos. O jogo de cena performático nem sempre convence quem já chegou ao espetáculo eivado de incertezas com o próprio episódio do qual faz parte.

Considerando as assertivas goffmanianas, o desafio é pensar como atuam esses personagens, como produzem uma teatralidade enquanto jovens rurais. A discussão centra-se, em primeiro lugar, numa teatralidade de juventude. O princípio de diferenciação identitária é o de assumirem uma identidade enquanto jovens. Esse é um processo constituído pela diversidade, como já discutido no capítulo quatro.

Não há uma única juventude, porém, na sua legitimação etária, geracional, ela se diferencia enquanto a negação de outras categorias de idade socialmente construídas. Assim, a atuação desses jovens é frontalmente no sentido de serem reconhecidos e interpretados como jovens. Trata-se do conceito de “fachada”, isto é, a forma como se expressam e se comportam a fim de gerarem um efeito mais ou menos controlado (GOFFMAN, 1992).

Uma vez consolidada a juventude que os define, outros elementos são colocados em evidência para produzirem sua identidade. É necessário, portanto, teatralizarem sua assunção enquanto jovens rurais. Há, certamente, um desafio nesse processo. Esses atores sociais desejam ser reconhecidos como jovens de uma maneira geral para romper com uma classificação determinante entre serem jovens rurais e urbanos. Existe um prejuízo nessa redução acionada pela localidade de vida.

A ruralidade ou a urbanidade não os define totalmente e eles são, com razão, seres sociais a priori. Todavia, no sentido que implica uma vinculação profissional, afetiva e íntima, assumem a ruralidade como raiz identitária. A partir dela estabelecem outras vinculações. A contraditoriedade que parece apontar para um oportunismo é, na verdade, uma maneira de se apresentar socialmente. São jovens rurais: primeiro são jovens, segundo que vivem e trabalham no meio rural.

Não se trata de uma classificação entre a “sinceridade” e o “cinismo” propostos por Goffman (1992). É uma forma de efetivar uma imagem que, como a sístole-diástole, envolve o

ser íntimo e o ser ampliado. Enquanto jovens, em geral, buscam superar a noção de ruralidade como pobreza, atraso, selvageria, mas não se distanciam dessa mesma ruralidade para dizer que é o conjunto simbólico que os definem.

Como produto e produtores de si, eles estão, invariavelmente, lidando com as representações que fazem de si e aquelas que pretendem serem construídas sobre si pelos outros. Ocorre, portanto, uma idealização da realidade vivida e percebida. Para isso, o discurso e o comportamento desses jovens terão de ser reflexivos em relação a sua identidade manifesta.

De acordo com Goffman, “uma impressão idealizada é oferecida acentuando-se certos fatos e ocultando-se outros” (1992, p. 65). A seleção dessas variáveis evidenciadas e silenciadas passa pelo imaginário e pelo conteúdo simbólico que são acionados ou renunciados pelas relações sociais.

No contexto geral, uma vez selecionados os elementos constitutivos das representações, constroem-se não apenas manifestações exteriores, mas uma perspectiva e entendimento da realidade, como demonstra Goffman: “[...] há muitos indivíduos que acreditam sinceramente que a definição da situação que habitualmente projetam é a realidade verdadeira” (1992, p. 70). A teatralização, portanto, é aqui um recurso teórico de análise, não exatamente uma manifestação consciente dos atores sociais. Estes, interpretam, confabulam, representam e agem na realidade segundo suas percepções e estratégias. O fato é que, ao colocarem em prática o seu “viver cotidiano”, estão o fazendo com base nessas variáveis subjetivas.

Pode-se afirmar, enfim, que os jovens rurais se esforçam para validar três pressupostos: (i) o da juventude; (ii) o da juventude rural e (iii) o da permanência no meio rural. Não se trata de uma tarefa simples, para a qual buscam apresentar unidades e diferenciações, seja enquanto grupo social seja enquanto individualidade. O produto final se verifica no sentido de valorizarem a ruralidade, sem um exagero idílico, ao mesmo tempo em que defendem suas decisões de permanência sem fazer delas uma definição irrevogável. Ser jovem rural e permanecer no campo exige justificar-se para si e para a sociedade com uma recorrente estética de convencimento.

## 6.5 – Juventudes Rurais e Representações Sociais

A juventude rural é uma categoria social construída com base nas experiências e nas representações sociais tecidas no cotidiano. Nesse sentido, o conceito de juventude, as

perspectivas decisórias entre ruptura e permanência, a menção de ruralidade e urbanidade são constituídas em complexos embates discursivos, imaginários e simbólicos. As variáveis refutadas ou acionadas permeiam diferenças de classe, de gênero, etnia, geração, etc.

Do ponto de vista dos processos de permanência, identificam-se variáveis vislumbradas no sentido objetivo, tais como acesso à terra, renda, bens de consumo; e variáveis subjetivas, tais como a sucessão, o trabalho, gênero e geração, gostos e empatia. Não se trata de analisar esses elementos de maneira dissociada, visto que cada situação envolve vetores com pesos diferenciais. O que impacta diretamente nessa confabulação é o sentido dado às variáveis na construção de uma explicação que precisa ser percebida num conjunto ampliado de representações construídas pelos jovens rurais da região de estudo.

A apostila em estudar a permanência atravessada pelas representações sociais<sup>58</sup> se justifica pela volatilidade desse comportamento. Não se trata de uma constatação empírica de leis gerais da sociedade, mas, sim, de compreender como discursivamente a permanência é justificada, num recorte temporal momentâneo. O que expressam são representações e imagens sociais pautadas nas experiências que vivenciam e naquilo que prospectam viver.

A base teórica reside nos postulados de Serge Moscovici, já apresentados de maneira geral acima. Segundo o pensador romeno, “as representações constituem, para nós, um tipo de realidade” (2015, p. 36). Dito de outra forma, as representações sociais são um mecanismo no qual os seres humanos buscam interpretar e recriar a realidade imediata. Assim, ao discutir a permanência de jovens no meio rural, sobrevive a dúvida sobre a forma como os jovens interpretam e recriam a sua realidade íntima e cotidiana. Desse processo interessa, objetivamente, a forma como representam a ruralidade e a urbanidade, por serem as variáveis conceituais mais importantes no decurso de suas experiências decisórias.

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzem o mundo de uma forma significativa. Elas sempre possuem duas faces, que são interdependentes, como duas faces de uma folha de papel: a face icônica e a face simbólica. Nós sabemos que:

<sup>58</sup> A intenção de aproximar a análise do problema de estudo – permanência de jovens no meio rural – com os pressupostos teóricos das representações sociais é a de apontar para a viabilidade desse debate. Não se almejou exatamente aplicar efetivamente e com profundidade todas as variáveis dessa perspectiva metodológica e de pensamento, mas potencializar suas contribuições para a análise do problema de estudo.

representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem. (MOSCOVICI, 2015, p. 46).

A produção das representações sociais, segundo Moscovici, serve basicamente para clarear e recodificar uma dada realidade. Mais especificamente ele diz que “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade” (2015, p. 54). Logo, pode-se afirmar que as representações são uma forma de definir “sentidos”, visto que se relacionam diretamente com o ambiente do senso comum. A ciência, nesse sentido, faz o contrário, cujo objetivo “é tomar o familiar não-familiar em suas equações matemáticas, como em seus laboratórios” (2015, p. 59).

Segundo Moscovici (2015), os indivíduos têm um olhar seletivo sobre aquilo que compreendem ser familiar e não-familiar, não partindo de uma classificação externa. Quer dizer, o familiar não é uma característica de proximidade material, mas de envolvimento social. É possível que alguém que viva no campo não tome todas as suas características exatamente como familiares, visto que em alguma medida pode não ter construído um contato significativo com algumas delas. Da mesma forma isso se aplica a alguém que viva no meio urbano.

Assim, acaba-se por verem coisas das quais há maior predisposição e que impactam na classificação e na representação. No tocante das percepções rurais e urbanas, os olhares são ponderados pela intimidade das características, mas igualmente pela avaliação relacional, fundamentando as conceituações diferenciais. Ainda assim, o peso das proposições reconhecidas pelos grupos de vínculo são, segundo Moscovici, determinantes para as definições manifestas.

Isso não significa que as representações sejam negadas pela ciência. Ocorre um processo de reciprocidade epistemológica entre as duas variáveis, uma vez que as noções de realidade produzidas por essas duas variáveis, mesmo não necessariamente complementares, interatuam no pensamento. São, por isso, geradoras de convenções sociais e prescrevem elementos que a sociedade considera válido ou não. Expressam um conteúdo histórico que se apresenta como uma legitimação dada sobre os regimes de definição e classificação diante das dúvidas sob as quais as pessoas se depreendem.

É, pois, fácil ver por que a representação que temos de algo não está diretamente relacionada à nossa maneira de pensar e, contrariamente, por que nossa maneira de pensar e o que pensamos depende de tais representações, isto é, no fato de que nós

temos, ou não temos, dada representação. Eu quero dizer que elas são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente. (MOSCOVICI, 2015, p. 37).

Exemplifica-se, conforme os dados de pesquisa já apresentados aqui, que o rural é acionado como positivo ou negativo pelos mesmos atores em momentos diferentes, geralmente quando precisam justificar posicionamentos ou decisões. Essa é uma abordagem relacional produzida diretamente pelos atores sociais. Segundo Moscovici (2015), os seres humanos desenvolvem uma seletividade naquilo que veem e daquilo que significam. As representações do cotidiano se relacionam para dar sentido às ações e produzir um efeito de tranquilidade ao indivíduo diante de sua realidade imediata. Produz-se uma explicação particular sobre o seu ser e fazer no mundo. Não são fundamentações desconectadas de uma realidade ampla, mas uma adesão periférica a elementos que tangenciam mais intimamente suas vidas.

A ruralidade, nesse contexto, é o conjunto do real, próximo, comum e afetivo dos jovens do campo. Suas perspectivas analíticas partem dessa relação de convívio para uma definição conceitual. Isso não significa um determinismo geográfico, mas tende a explicar quais elementos são selecionados e quais são desconsiderados na construção discursiva e representacional do rural e do urbano.

A relação que se constrói não é, portanto, de uma influência meramente afetiva, do lugar de vida e de memórias. A conceituação parte dos estratagemas cognitivos e se estabelece no exercício do cotidiano do pensamento, da explicação da realidade. É uma ação contínua de compreensão e explicação daquilo que rodeia ou impacta os indivíduos. Logo, é tanto local quanto global. Em seu contexto direto, envolvem, certamente as demandas mais urgentes nas quais estão envolvidos. Assim, pode-se dizer que as representações são uma reação do sujeito contra as dúvidas e em relação aos objetivos que, por fim, constituem o que ele é.

A migração e a permanência dependem de uma justificativa, de um sentido. A decisão não é um processo definitivo, fechado. É uma construção constante. Não basta apontar um local de moradia. Será preciso lidar com as demandas e os efeitos dessas decisões, o que impele rever, retomar e reconsiderar as bases que as sustentam. Percebe-se que as justificativas levam em

conta sentidos que convergem e também se distanciam da racionalidade técnica (GODELIER, 1989). Não se enquadram exatamente em argumentos lógicos matematizados. São o resultado da relação de sentido produzido a partir das representações sociais (MOSCOVICI, 2015).

No processo histórico, a saída foi definida, em geral, como um movimento de ascensão social. Contudo, a transformação do mundo rural, as condições de mobilidade e as oportunidades de pluriatividade têm reorganizado a composição simbólica em torno da imagem da ruralidade. Como aponta Maria José Carneiro, a ascensão social pode estar vinculada à permanência, não apenas à migração.

Mas, apesar do otimismo dos jovens e do aumento do grau de escolaridade em relação à geração de seus pais, a ida para a cidade nem sempre possibilita a realização de seus ideais. Considerando que o jovem do campo não conta com o mesmo capital cultural e social (o apoio familiar, sobretudo) dos jovens da cidade, a competição no mercado de trabalho urbano lhe é desfavorável, o que se expressa nas remunerações inferiores em relação aos jovens urbanos. Essa situação tem levado, em alguns casos, à relativização da migração para a cidade como única alternativa. Observam-se em áreas rurais que apresentam melhores condições de infraestrutura (qualidade das estradas e dos meios de transporte que facilitem a comunicação com a cidade, saneamento básico, telefonia, etc.) indícios de mudança nos valores dos jovens no que se refere à relação campo-cidade. Influenciados pela própria valorização urbana do campo como “lugar saudável”, “tranquilo”, “sem violência”, os jovens começam a manifestar o desejo de permanecer na localidade de origem desde que ocupados em outras atividades que não a agrícola. Contribuem para essa decisão o aumento da violência nas cidades e a ampliação do mercado de trabalho não-agrícola no campo. (CARNEIRO, 2011, p. 253).

As decisões dos jovens, assim como de quaisquer sujeitos vivendo em sociedade, não são totalmente individuais, embora possam ser assumidas discursivamente como tal. Elas são coletivas, pois guardam as limitações do fazer social, estruturais ou subjetivas. Não são, contudo, apenas construídas com base em elementos externos. Vigora uma agência dos sujeitos em relação a essas variáveis. Isso explica a diversidade de caminhos tomados pelos jovens. Da mesma forma que há variedade de decisões, há uma miríade de justificativas, sentidos, entendimentos sobre o que foi feito. Nesses discursos estão as informações mais importantes para se pensar o quadro de “como”, “onde” “quando” e “por que” se decide, deixando em menor evidência a decisão em si.

As trajetórias individuais são também imprevistas, como de resto acontece com a própria vida. O carácter súbito e imprevisto é essencial à vida quotidiana. Se a bala que o fuzil dispara tivesse “consciência”, reconheceria que a sua trajetória estaria prefixada exatamente pela pólvora e pela pontaria e, se a essa trajetória chamássemos a vida da

bala, esta seria uma simples espectadora daquela, sem nela ter qualquer intervenção. Por isso mesmo, a bala não tem vida, na exata medida em que a vida não se encontra prefixada. E digo isto sem obviamente rejeitar o facto de as vidas humanas se confrontarem com “determinismos sociais” e “campos de possibilidades” bem rígidos ou constrangedores, em grande parte dos casos. (PAIS, 1990, p. 160).

Diz-se, com retomado fôlego nos últimos anos, que os jovens não são iguais. Aponta-se, como neste estudo, que devemos tratar de juventudes. Embora seja difícil separar jovens rurais e jovens urbanos, utilizando-se de critérios de sociabilidade, etc., os jovens manifestam uma diferenciação latente, geralmente associada a critérios que os classificam e os distanciam dos “outros”. É inegável a existência de estereótipos e de alguma forma discriminação, mas essa parece ser mais percebida pelos jovens rurais, seja numa perspectiva de depreciação, seja num embate por maior visibilidade.

Na região, um elemento de passagem que marca novos contornos da juventude está ligado a conclusão do Ensino Médio. Uma vez concluída essa etapa de formação, o jovem se vê envolvido num processo decisório. Não significa que vá decidir ou que deva, efetivamente, fazê-lo. Mas a expectativa familiar e social em torno dos rumos e horizontes que vá apontar é maior.

Considera-se que a experiência social herdada pelo discurso hegemônico do colonizador atua, preponderantemente, sobre esses jovens rurais. Esse conjunto representacional se expressa na cultura, na etnicidade, nas escolhas dos grupos e indivíduos, mas é também ressignificado. Embora Moscovici, como um durkheimiano, reforce os papéis coercitivos das representações – que não são negados aqui – há um processo inexorável de reconfigurações dessas variáveis. Papéis, funções, ideias são postas em conflito, submetidas a desconfiança e mesmo que boa parte delas perdurem, isso ocorre sob um olhar aproximado desses atores sociais.

Num outro sentido, o próprio Moscovici expressa que, embora as representações tenham uma capacidade de perpetuação e coerção, o pensamento dos indivíduos atua sobre elas e mantém uma dinâmica de transformação inerente ao agir social. Quer dizer, se as representações tendem a solidificar-se de maneira geral, o pensamento humano lhe conserva um status de intermitência, embora suas conceituações possam perdurar no e com o tempo.

O que estamos sugerindo, pois, é que pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam. Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, etc. as pessoas analisam, comentam,

formulam “filosofias” espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como eles educam seus filhos, como planejam seu futuro, etc. Os acontecimentos, as ciências e as ideologias apenas lhes fornecem o “alimento para o pensamento”. (MOSCOVICI, 2015, p. 44-45, grifos do autor).

De maneira generalista, é possível identificar um conjunto de comportamentos próprios dos jovens rurais da região Extremo Oeste de Santa Catarina: a ideia de transgressão de normas é fortemente negada e combatida entre os jovens e suas famílias; o discurso corrente é de que os jovens urbanos “arrumam problemas”, os jovens rurais são comportados; no seio familiar as transgressões são silenciadas, embora existam queixas entre os jovens “filhos dos outros”; é aparentemente comum que os jovens rurais consumam bebidas alcoólicas. Incomum é que suas famílias saibam da extensão desse consumo, que ocorre em bailes, festas e jogos de futebol; às moças é imputada uma observação moral do comportamento sexual. Se estiverem bebendo acompanhadas dos namorados, há, ainda, uma aceitação. Se estiverem sozinhas, serão condenadas.

É, sem dúvida, um tanto incomum encontrar definições claras de jovens rurais rebeldes. A rebeldia, nesse caso, tem seus lastros mais comedidos se comparados com os jovens urbanos de grandes cidades (IANNI, 1968). Nas pequenas cidades da região, a perspectiva de transgressão da ordem pública, ou da moralidade dominante, é incomum, embora não vigore um ascetismo comportamental completo.

Esses jovens, especialmente os caracterizados como moradores do interior, tendem a ser associados como “certinhos”, como quem não possui trejeitos e manhas da vida urbana, visto que essa exige maior perspicácia e “malandragem”. Suas incursões aos espaços definidos como urbanos são restritas. Seu espaço de vida, de trabalho e mesmo de lazer comprehende, especialmente, suas unidades domésticas, a comunidade de residência e as comunidades vizinhas. Circulam, portanto, entre espaços definidos pela ruralidade e constituídos como ambientes controlados, donde há uma segurança identitária e moral.

No cotidiano, convivem com um processo de intensa complexidade, isto é, a definição de seus projetos de vida. O peso e a pressão pela decisão são sentidos de maneira indelével pelos jovens, independente de sua condição. Logo, entre aqueles que dispõem de condições materiais de vida menos favoráveis, a decisão tem contornos mais dramáticos, visto que não dispõem de moradia e suas escolhas impactam, também, na sobrevivência de seu grupo.

familiar. Sua “independência” é negociada nos termos da manutenção das condições de vida familiar. Não podem, portanto, pensar apenas em suas demandas, mas articular seus desejos e sonhos às condições de seu grupo.

A saída gera impactos financeiros para o grupo familiar, tanto positiva quanto negativamente. A permanência, da mesma forma. São esses aspectos materiais, mesclados com elementos afetivos, que encaminham a decisão.

Razões afetivas, como o apego à família e à localidade de origem, são citadas como justificativas para o desejo de permanecer no meio rural, enquanto “a falta de recursos” (educação e comércio), o lazer e as opções de trabalho qualificado são apontados como carências que mobilizam a ida para a cidade. (CARNEIRO, 2011, p. 254).

Além das condições estruturais imediatas, precisam se articular com as condições estruturais ampliadas, isto é, migrar envolve dispor de recursos iniciais, que podem interferir no projeto de saída proposto. Esse projeto pode ser desde a obtenção de um emprego no meio urbano, até o ingresso em cursos superiores longe do local de moradia. A permanência, da mesma forma, envolve esses elementos externos. O ficar engloba considerar as relações globais que incidem sobre a profissão e sobre o local de vida. Não se pode acusar esses jovens de um provincianismo ingênuo. Suas cosmovisões são construídas, no mínimo, pelo movimento de sístole-diástole das relações humanas gerais.

Mas, como já foi alertada, a diversidade de situações vivenciadas pelos jovens é grande. Se em determinados contextos a renda familiar mais elevada pode gerar condições ou até mesmo estimular a continuidade dos estudos dos rapazes fora da localidade de origem, em outros contextos, onde a agricultura familiar é promissora, os rapazes podem se sentir mais motivados a permanecer na agricultura, investindo na modernização tecnológica, possibilitando assim um aumento da produtividade e do rendimento agrícola. Nesses casos, a porcentagem dos rapazes que consideram ter melhores oportunidades no meio agrícola aumenta quanto melhores forem as condições materiais das famílias. (CARNEIRO, 2011, p. 254).

Essa conjuntura de decisão não é, contudo, um momento simples e definitivo. Trata-se de um processo amplo, muitas vezes conturbado e palmilhado de intermitências. É possível identificar, por exemplo, uma situação de não decisão formal. Boa parte dos jovens rurais se mantém numa espera. Aguardam outros elementos que fortaleçam suas proposições decisórias para que, enfim, estabeleçam uma definição. Esses elementos seguem seleções e interpretações

particulares muito específicas de cada caso. A não-decisão, nesse sentido, é uma decisão, porém com contornos mais evidentes de intermitência e mudança.

Para muitos, a sucessão é o caminho a ser trilhado. Todavia, nem todos possuem “espaço” ou condições para suceder os pais na unidade produtiva. Esse é um processo difícil e demorado, vide a centralização de controle das definições familiares nas mãos dos pais. Além disso, os pais nem sempre estão certos de que a agricultura é o melhor futuro para seus filhos. Vige uma disputa, também simbólica, sobre o que é, de fato, melhor para os filhos e para a família como um todo. Ser um sucessor, portanto, não é uma tarefa simples. Engloba suas condições imediatas e suas perspectivas frente a atividade.

Como destaca Carneiro (2011), não há uma definição única para essa situação. Cada sucessão é resultado de um conjunto particular e articulado de variáveis.

Dependendo dos costumes locais que regulam a escolha do sucessor do chefe da unidade de produção agrícola, um filho pode ser levado a permanecer na agricultura, enquanto outros são estimulados a se engajar em outra atividade. Para alguns desses jovens a situação de agricultor pode ser considerada uma fase transitória que lhes permite acumular algum recurso para montar um negócio próprio fora da atividade agrícola. Para outros, a agricultura passa a ser a única saída justamente devido à ausência de recursos (materiais e simbólicos) para investirem em outra atividade ou migrarem para a cidade. A proximidade com a cidade e as alternativas apresentadas pelos mercados de trabalho urbano e não agrícola no campo são alguns dos fatores que irão interferir nas opções a serem tomadas. Como vemos, as variáveis são múltiplas, o que torna impossível traçar um padrão de estratégia individual ou familiar levando em conta somente as condições de renda e de produção da família. (CARNEIRO, 2011, p. 254-255).

Opera, nesse sentido, a noção de “seguir a tradição familiar de trabalho e vida no campo”. Essa tradição de seguir a atividade é reforçada pelo dever moral colonial de cuidar dos pais na velhice. Esse “cuidar dos pais” envolve manter-se no campo – “pelo menos” – até o falecimento destes. Congrega um complexo processo de partilha e herança familiar. Herda a terra aquele que permanece com a família, mais especificamente se for um filho homem. No caso de uma filha mulher, o reconhecimento moral da figura de herdeiro passa a ser o genro, o que muitas vezes suscita conflitos. Envolver-se na sucessão não é uma decisão fácil e muitas vezes é protelada ao máximo.

O impacto dessas (in)decisões se pauta na visão construída pelos jovens sobre as opções que dispõem. Quando se debate a saída dos jovens do meio rural, é enviesada a noção de que

esses sujeitos consideram, efetivamente, as opções urbanas como boas. Para muitos, elas são melhores que as rurais, mas não efetivamente congregam o que desejam. Esse conjunto de relações passa por uma tessitura imagética, simbólica, representacional. É, até certo ponto, uma aposta, uma suposição. Nessa realidade construída diversamente, tem-se uma constelação de modos de fazer, até mesmo o não fazer propriamente dito, como aponta Foracchi.

Se não há virtude especial em ser jovem, seja, talvez, honesto admitir, pelo menos, que é muito difícil sê-lo. A simples possibilidade que a sociedade moderna lhes assegura de poderem escolher o tipo de adulto no qual irão se converter é um desafio complexo, penoso para ser enfrentado com desenvoltura e sem sofrimento. A sociedade propõe opções que podem ser pobres, insatisfatórias e pouco diversificadas, mas não abre mão da premência da escolha. A liberdade de escolher é uma dádiva que para alguns pode ser considerada excessivamente pesada. Mesmo admitindo-se que esta liberdade seja efetiva e não meramente formal; que a escolha, dentro dos limites sociais que a configuram possa ser razoavelmente livre, ela envolve uma decisão de destino pessoal. Alguns preferem não escolher, permanecem indefinida e quase “profissionalmente” jovens, sem arcar com a rotina do enquadramento na existência adulta. A não-escolha é justificada, em termos pessoais, através de uma auto definição negativa, alienadora em si mesma. A atitude predominante dos que escolhem em não escolher é a atitude de rejeição levada a extremo tão radical que culmina na rejeição de si mesmo, na autodissolução. (FORACCHI, 1972, p. 33).

Em relação a essa construção simbólica, evidenciada pelas representações, parte-se da análise das motivações para a permanência ou saída e das justificativas correlatas. Com base nos questionários<sup>59</sup>, as justificativas sobre pretensão ou negação da permanência baseiam-se numa noção de gosto e de qualidade de vida. Dada a proporção de respostas afirmativas sobre a pretensão de permanência, infere-se que a avaliação sobre o melhor lugar para viver é o meio rural, ainda que possam vir a abandoná-lo<sup>60</sup>. Os elementos acionados para subsidiar essa classificação elogiosa congregam, entre outros aspectos, os expressos na tabela 27.

<sup>59</sup> Parte das perguntas dos questionários eram descritivas, permitindo uma construção textual e discursiva sobre suas condições, perspectivas e decisões.

<sup>60</sup> Nessa pergunta, muitos questionários respondidos por moças ficaram em branco, seja por uma menor disposição à permanência, seja por maior desconforto em explicar suas motivações, sobretudo entre o Grupo III, de jovens estudantes.

**Tabela 27 – Motivação para a Permanência no Meio Rural**

	<b>Variáveis</b>	<b>Grupo I</b>	<b>Grupo II</b>	<b>Grupo III</b>	<b>Grupo IV</b>	<b>Total</b>
1	Gosto/Empatia/Amor/Afinidade	28	77	16	40	<b>161</b>
2	Qualidade de Vida	20	51	5	7	<b>83</b>
3	Sucessão/Apoio Familiar	8	18	6	15	<b>47</b>
4	Contato com Natureza/Animais	6	12	7	12	<b>37</b>
5	Rentabilidade da Atividade	4	20	2	10	<b>36</b>
6	Flexibilidade e Autonomia	9	20	3	2	<b>34</b>
7	Tradição Familiar/Cuidar dos Pais	4	9	9	10	<b>32</b>
8	Perspectiva de Melhorias no Campo	7	19	-	4	<b>30</b>
9	Tranquilidade/Sossego/Liberdade	7	10	7	6	<b>30</b>
10	Convivência Familiar	4	7	4	1	<b>16</b>
11	Estrutura da Unidade Produtiva	1	9	2	3	<b>15</b>
12	Alimentação	3	3	1	-	<b>7</b>
	<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>255</b>	<b>62</b>	<b>110</b>	<b>528</b>

Fonte: Pesquisa de campo 2017-2018.

A pergunta geradora dessas variáveis foi: “se você pretende permanecer no meio rural, ao que se deve essa decisão?” A maior ocorrência de justificativa é mesmo a de “gosto”. Gostam do ambiente, da sensação de calmaria, da segurança, da alimentação, do controle que detêm sobre o trabalho, da relação com o ambiente e com os animais: “o gosto por ser agricultor. O quanto a natureza é generosa. Diferente das pessoas, a natureza responde com um muito obrigado certo qualquer coisa que você faça por ela, diferente do que trabalhar para pessoas diariamente”. Falam de amor à terra, de amor ao trabalho, sentem orgulho da condição e da profissão que exercem, alguns, inclusive, num tom romântico: “por ter me criado aqui e amar o meio rural. Amar o cheiro da terra mexida, o amanhecer de todos os dias, os pássaros cantando pela manhã...”.

Essa profissão está relacionada a condição de trabalho familiar, de seguir uma tradição e conviver cotidianamente com um grupo de afinidade sentimental: “amor à terra, amo trabalhar na terra e tenho orgulho de ser agricultora e me orgulho da história que minha família teve no meio rural”. Sentem-se orgulhosos e idolizam a história familiar de relação com o meio rural. Isso reforça o compromisso moral de dar segmento aos “negócios” de família: “permanecer fazendo o que minha família faz há gerações”.

Contudo, quando apontam o gosto pelo mundo rural, o fazem principalmente em relação ao trabalho. Associam esse gosto ao fato de estarem habituados, de viverem ali desde sempre, de ser uma tradição. Trata-se de uma relação de intimidade, de memórias afetivas e do conjunto de suas experiências sociais. Esse trabalho é positivado, principalmente, pela flexibilidade de

horários e pela suposta autonomia que percebem, diferenciando-o das atividades urbanas: “trabalhar no que é meu sem ser mandado”; “ser livre e não depender de cumprir horários”.

Além disso, entendem que a vida no campo garante melhor qualidade de vida do que no meio urbano. Definem que possuem melhor alimentação, mais segurança, mais tempo para aproveitar a vida, estão expostos a menos estresse e que, no final das contas, suas vidas são melhores do que as das pessoas que vivem no meio rural. A imagem que fazem do meio urbano é a de que as pessoas vivem reféns da violência, num ritmo frenético e sempre estressadas. Esses símbolos são construídos, possivelmente, pelas informações que recebem via programação de TV e do conteúdo acessado via internet. No meio rural, sentem-se mais livres, com maior sossego.

Por fim, articulam uma visão otimista quanto ao futuro da atividade rural, percebendo melhorias: “porque gosto e o meio rural é muito promissor, tem muitas possibilidades e propicia qualidade de vida”. Estão informados por uma rede institucional que reforça a positividade das atividades agropecuárias: “porque as projeções futuras que existem sobre a agricultura e pecuária que são boas”. Ou como relata esse jovem: “a propriedade está muito bem construída, só vou precisar continuar, vou ter lucro garantido”.

A perspectiva de desenvolvimento de projetos de vida no campo está diretamente alinhada à visão que constroem sobre a viabilidade da ruralidade como um todo, desde as condições estruturais de cada unidade produtiva, passando pelos preços, pelas demandas do mercado, necessidade de tecnificação, possibilidade de intempéries até as situações fora de seu controle direto.

Essa imagem positivada do rural não é uma unanimidade. Embora que entre os depoentes seja majoritária a perspectiva de permanência, há também intenção de ruptura. Além de uma migração anunciada, existem muitos que consideram a saída como uma possibilidade e tencionam a apontar quais seriam as motivações para tal situação, ainda que mantenham viva a intenção de ficar. Tem-se que cada representação converge mais ou menos em relação um discurso geral ou específico. A diversidade de exposições e motivações leva em conta um conjunto de imagens convencionado entre os jovens. A forma de lidar com elas é que imputa um conjunto de situações particulares que desemboca nos discursos não ajustados.

É importante reforçar que as representações sociais, como as conceitua Moscovici (2015), são um produto das relações sociais, isto é, resultado da interação coletiva, não de

pressupostos individuais e isolados. Não se trata, portanto, de analisar as diferenças dos elementos estruturantes das representações, mas de considerar a forma como são acionadas, silenciadas ou deslocadas na tessitura de um discurso de justificativa. Além disso, esse movimento permite que as próprias representações sejam reconstruídas.

Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. (MOSCOVICI, 2015, p. 41).

Para representar, portanto, é preciso considerar uma realidade geral e inteligível num contexto coletivo. Esse processo representacional passa pelo que Moscovici entende como ancoragem e objetivação. A ancoragem, diz, é “classificar e dar nome a alguma coisa” (2015, p. 61). Assim, quando os jovens associam a ruralidade ou a urbanidade com um conceito imediato, uma palavra, estão ancorando. No entanto, essa ancoragem é formalmente relacionada a um conteúdo estranho: “transformar algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (2015, p. 61). A urbanidade surge como o conceito propriamente ancorado enquanto jovens, uma vez que a ruralidade permeia um ambiente familiar desde sua infância.

É por isso que nas definições, a diversidade conceitual tem relação com as experiências vividas em torno dos fatores que ajudam a construir uma representação sobre ele. No caso da urbanidade, as vivências que os jovens tiveram dela são um estoque de sentidos do qual lançam mão para classificarem. Como reforça Moscovici, “categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele” (2015, p. 63). Esses jovens se baseiam num protótipo que fazem da coisa que tentam classificar. Isto é, selecionam elementos que julgam mais representativos da urbanidade e, desses extratos, constroem seu conceito. O protótipo é, portanto, um modelo analítico não necessariamente massificado.

De todas as formas, esse exercício enseja a necessidade de nomear, donde os signos linguísticos assumem, eles também, um protagonismo, visto que há uma limitação para essa escolha. Quando o rural é classificado como tranquilo e o urbano como agitado, não se

questiona a precisão exata dessa classificação, mas que características foram acionadas e quais foram silenciadas.

Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que a objetivação é o processo de tornar o conceito num dado real, numa coisa reconhecível na concretude: “transformar uma representação na realidade da representação; transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra” (MOSCOVICI, 2015, p. 71). Esse reconhecimento converge para a circularidade de um conjunto de imagens que são acionados como interlocutoras entre as palavras e as coisas.

Na prática, as imagens passam a exercer maior influência, uma vez que serão elas que formarão um estoque imaginário e simbólico a ser traduzido, novamente, em linguagem. O peso da positividade ou da negatividade, quando assumidos numa ou noutra variável, passa a ser o produto fundamental das considerações, julgamentos e decisões. Não é um juízo momentâneo, é uma condição mental produzida, sistematizada e segmentada ao longo da vivência social dotada de sentido.

Tem-se, no conjunto de desenvolvimento das representações, dois exercícios: um que envolve elencar palavras, conceitos para situações não-familiares a fim de que se tornem familiares (ancoragem); e o relacionamento desses conceitos com imagens da realidade que sustentam uma interpretação imediata dela (objetivação). Pensando no contexto em discussão, os conceitos e as imagens de ruralidade e urbanidade que se sobressaem fazem referência a uma dicotomia que é herdada de fontes anteriores, mas, ainda assim, ressignificadas no contexto do cotidiano de cada um dos jovens rurais. Por isso, são acionados elementos díspares e diversificados para sustentar a discursividade, mas o contexto em que se produzem as manifestações está arraigado nas dinâmicas representacionais mais ou menos coesas.

Para pensar essas as motivações e variáveis diferenciais que envolvem o fazer representacional, é preciso considerar que ocorre uma associação entre sua realidade material e uma construção representacional que dá sentido as suas experiências sociais consubstanciadas pelo trabalho. Nessa perspectiva, é necessário considerar os apontamentos de Maurice Godelier (1989), para quem a construção da realidade social é uma produção dos próprios agentes, na

relação entre o material e o ideal<sup>61</sup>. Para ele, os homens produzem a sociedade para nela viverem, não meros reféns da vida social.

Godelier (1989), parte, por exemplo, da noção de infraestrutura e superestrutura proposta por Marx. Ao contrário de outros analistas, como Althusser, ele entende que não há prevalência entre elas. São variáveis complementares porque se recriam mutuamente. Nisso impacta sua teoria de que o que é material e o que é ideal não contrastam como realidades duais, mas contrastam por ser simbióticas. Em geral, a infraestrutura é definida como base da ação humana e o local de entendimento da realidade social. A construção mental, e por isso tendencialmente ideológica, como elucubração humana, seria um produto dessa condição infraestrutural.

O que defende Godelier, e que é também sintomático na discussão apresentada aqui, é que o conjunto dos fatores “ideais” é parte constitutiva integral do problema de análise, porque é parte intrínseca da realidade social. Não se trata de um debate acessório ou complementar. A discussão é simbólica e material no sentido de que são simbólicas e materiais as variáveis que explicam o problema de pesquisa.

Em resumo, existe algo de ideal em tudo o real (social), o que não implica que tudo seja ideal na realidade. As ideias não são um exemplo independente de relações sociais, mas re-presentam retrospectivamente ao pensamento. O ideal é o pensamento em todas as suas funções, presente e atuante em todas as atividades do homem, o qual só existe na sociedade. O ideal não se opõe ao material, já que pensar é colocar em movimento a matéria, o cérebro: a ideia é uma realidade, embora uma realidade não sensível. O ideal consiste, então, naquilo que o pensamento faz, e sua diversidade corresponde àquela das funções do pensamento. (GODELIER, 1989, p. 181).

As representações têm, segundo Godelier (1989), três funções: tornar presentes ao pensamento as realidades exteriores e interiores dos sujeitos; interpretar essas realidades, organizar essas interpretações para dar sentido às relações do homem com a natureza externa e, por fim, legitimar as relações dos homens com a natureza. Assim, tem-se a dinâmica de representar – interpretar – organizar – legitimar, que é uma maneira de produzir sentido.

Essas representações sociais são identificadas pelas expressões linguísticas do grupo estudado, de suas posições, suas ideias, seus modos de agir. É um trabalho analítico que tenta

---

<sup>61</sup> Essa perspectiva de tratar a parte ideal dos processos sociais não é entendida como o conceito marxista de ideologia (GODELIER, 1989).

traduzir e complexificar os posicionamentos dos jovens rurais para compreender como se relacionam com sua base material de vida. Metodologicamente se chega a um conjunto de variáveis, palavras, conceitos, ditos. Por si só eles não explicam a realidade em discussão, mas sua compreensão interligada permite apontar um caminho interpretativo.

Ao analisar as variáveis de permanência, observa-se a prevalência das questões primeiramente apontadas como infraestruturais, como renda e trabalho. Contudo, a compreensão e a definição desses fatores passam por um processo de construção simbólica, visto que é muito diversa a noção de renda, de trabalho, de autonomia, de satisfação. Os jovens rurais a produzem em relação a seus pares, ao seu grupo familiar imediato, a sua comunidade, aos colegas de escola, de igreja, de lazer, enfim, a um todo que ordenam conforme prerrogativas de sentido por eles chanceladas ou interditadas.

O ambiente urbano, da mesma forma, compõe um referencial para estabelecer o compartilhamento e as distinções. Em síntese, suas formulações mentais constroem uma realidade material. E a realidade material constrói suas formulações mentais.

Apontar para o papel partícipe do pensamento na construção da realidade social não implica em considerá-lo como instância separada, ou que se apresenta “sobre” a realidade, numa relação posterior, de analista privilegiado. Não. Segundo Godelier (1989), o pensamento é uma parte constitutiva da realidade, assim como a produção de representações sobre a realidade fazem parte de sua própria constituição.

[...] dizer que toda relação social existe ao mesmo tempo no pensamento e fora do pensamento não implica, de modo algum, que toda a relação seja reduzida ao pensamento do qual ela é deduzida. Significa apenas que o pensamento não existe como uma instância separada das relações sociais, como uma superestrutura onde os outros componentes da realidade social, de uma realidade nascida do pensamento e do pensamento exterior, seriam refletidos a posteriori e deformados [...]. (GODELIER, 1989, p. 29).

A construção de representações implica em uma relação de uma produção da e com a realidade. Nesse sentido, para Godelier, o desafio é compreender o compartilhamento dessas representações: “é necessário, então, esforçar-se para penetrar, através do imaginário teórico, na caixa-preta de mecanismos, graças aos quais grupos sociais com interesses parciais ou profundamente opostos compartilham as mesmas representações” (1989, p. 32).

No postulado do autor, impactam situações em que os indivíduos convivem, embora com interesses diferentes. No caso da pesquisa, pode-se afirmar que os interesses sejam relativamente parecidos. No entanto, ainda que parecidos, existem divergências sobre o que entendem como “qualidade de vida” ou “satisfação pessoal”. Tomando esse cenário, convém questionar: como e por que esses indivíduos compartilham representações parecidas? Por que os jovens rurais tendem a considerar, de maneira comum, a ruralidade como local de tranquilidade e a urbanidade como local de risco e agitação?

Pode-se apontar que assim o pensam, individualmente, pelas experiências sociais de afetividade. Mas a justificativa de seu compartilhamento comum é mais complexa. Aí operam os preceitos morais das famílias, das comunidades, dos ambientes em que circulam. Logo, não o pensam exatamente de maneira individual, mas “também” coletivamente. O que se apresenta como tácito, partindo das formulações dos atores sociais envolvidos na pesquisa, é a apresentação de posições convergentes ao seu grupo de inquérito, embora tendam a justificar suas posições conforme critérios que ponderam ser particulares e precisos, mesmo que confusos.

Quando se trata das relações de autoexploração, tangenciadas por Chayanov (1974), parte-se na dinâmica presente nos sistemas capitalistas, quer dizer, na busca por excedentes produtivos, sacrifica-se a remuneração do trabalho familiar em prol da manutenção das estruturas. Se comparadas as provocações de Godelier (1989), denota-se que essa autoexploração tem, também, uma base nas estruturas de parentesco.

No entanto, como não se tratam das ditas sociedades primitivas, o que ocorre é uma institucionalização da autoexploração, pautada em preceitos morais, donde o guia é, geralmente, a figura paterna. Os jovens, ao romperem com essas dinâmicas ou proporem mudanças, estão questionando não apenas questões de ordem econômica *stricto sensu*, estão questionando princípios morais e da própria organização hierárquica de parentesco. No fim, esses conflitos são tratados como questões geracionais, mas encerram em si uma complexidade mais abrangente do cenário social, com ênfase nas reações cotidianas.

Verificou-se que dentre as motivações para a saída do meio rural evidenciam-se as seguintes manifestações: Falta de renda e insegurança financeira; Dificuldades estruturais das unidades produtivas; Conflitos com o grupo familiar; Desejo de seguir outra profissão e ter acesso aos estudos; Falta de espaço para sucessão; Busca por ocupações mais seguras;

Penosidade do trabalho rural; Volatilidade e insegurança das atividades rurais; Falta de acesso à tecnologia e bens de consumo; Ausência ou dificuldade de acesso às políticas públicas; Falta de autonomia no meio rural<sup>62</sup>.

As respostas indicam, prioritariamente, que a saída se dá, ou se daria, pela perspectiva e insegurança financeira das atividades rurais em relação a maior estabilidade das ocupações urbanas. Reforça-se o primado das relações de experiências sociais de trabalho como catalizadores das representações sociais. O rural é o local seguro e tranquilo para viver, mas de constante incerteza e risco econômico; a urbanidade é local de risco de vida, mas de segurança e estabilidade econômica. Reafirma-se que no campo não há garantias trabalhistas: férias, 13º salário, FGTS, seguro desemprego, folga aos finais de semana, etc.

Muitos jovens afirmam que não há espaço suficiente para que todos os filhos sejam sucessores. A estratégia usual entre as famílias consiste em apostar no filho do sexo masculino, sendo o primogênito ou o caçula. Como aponta um rapaz, sua decisão está ligada aos arranjos familiares: “meu irmão vai casar e vai permanecer na propriedade e pode não ter lugar para mim”. A afirmação de uma jovem migrante é igualmente reveladora: “não fiquei pois não tive incentivo por parte do meu pai. Ele apostou no meu irmão, mas o tratava somente como mão de obra, não dividia a renda e ele também saiu”. A condição em que ocorre a sucessão é um fator decisivo para a permanência efetiva dos jovens. Não basta “ter um lugar”, é preciso que esse “lugar” se revele ajustado às aspirações e necessidades sociais de cada membro do grupo familiar. As negociações em torno desse processo tendem a ser complexas e nem sempre democráticas.

A estrutura das unidades produtivas se torna um fator limitador ou potencializador da permanência. As maiores queixas remetem ao tamanho das propriedades. A possibilidade de aumentar a área, ou mesmo aportar investimentos, esbarra em entraves burocráticos ou morais. Os pais tendem a relutar em endividar-se para garantir a sucessão. É notório que contrair dívidas numa idade avançada parece ser um risco desnecessário.

A fusão de unidades produtivas surge como opção, o que gera um movimento de “seletividade”, criticado por parte desses jovens. Os problemas enfrentados numa possível permanência se relacionam com a posição que cada jovem ocupa na estrutura social. Entre essas

<sup>62</sup> As motivações de saída não foram computadas e expressas em tabela porque muitos dos respondentes deixaram a questão em branco. Além disso, as variáveis citadas se equivalem em ocorrências.

dificuldades, apontam o ponto de partida de cada jovem: “os altos custos para a compra da terra, pelo fato de ser pequenas propriedades são limitações que encontramos. E também a concorrência entre produtores, que sempre perde o menor, vejo isso como algo que limite nossas atividades”.

Estruturalmente, é ainda impactante a diferenciação de acesso entre a ruralidade e urbanidade. Mesmo com os significativos avanços, o campo convive com várias dificuldades de acesso: à educação, à tecnologia, à mobilidade, aos serviços básicos e ao consumo. Como questiona um jovem: “mano, que acesso à tecnologia nós tem?”. Estar no meio urbano minora essas carências e potencializa a realização de sonhos ditos “ampliados”, visto que muitos desses atores sociais almejam carreiras de sucesso em outras profissões e “conhecer o mundo”. Não tratam essa saída pela recusa categórica à ruralidade, mas por entenderem que fora dessa realidade há um mundo com outras experiências que anseiam vivenciar. Alguns, inclusive, gostariam de mesclar as duas realidades, embora reconheçam a dificuldade de viver o “melhor dos dois mundos”.

Tornou-se discurso dicotômico e corrente a assertiva de que “a vida na roça é boa, mas é sofrida”. Boa por muitos aspectos. Sofrida por muitos outros. Os atores ponderam, classificam e constroem argumentos que atenuam alguns e evidenciam outros desses vetores. Percebe-se que as respostas, ainda que voláteis, encontram sentido na diferenciação entre a ruralidade e a urbanidade. Segundo os dados coletados, o que os jovens rurais mais gostam do campo circunscrevem 13 variáveis, conforme a tabela 28.

**Tabela 28 – Fatores de Apreço ao Meio Rural**

	Variáveis	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Total
1	Tranquilidade/Sossego/Calmaria	24	53	43	47	<b>167</b>
2	Trabalhar com Animais	17	34	19	34	<b>104</b>
3	Trabalho	19	40	7	28	<b>94</b>
4	Contato com Natureza	14	27	13	27	<b>81</b>
5	Liberdade	17	24	5	12	<b>58</b>
6	Qualidade de Vida	16	18	7	11	<b>52</b>
7	Autonomia	14	27	4	6	<b>51</b>
8	Alimentação e Vida Saudável	10	12	12	8	<b>42</b>
9	Convivência Familiar	16	14	4	3	<b>37</b>
10	Flexibilidade de Horários	10	17	2	3	<b>32</b>
11	Convívio comunitário	2	8	2	6	<b>18</b>
12	Lazer	4	4	1	4	<b>13</b>
13	Rentabilidade da Atividade	2	5	-	3	<b>10</b>
	<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>283</b>	<b>119</b>	<b>192</b>	<b>759</b>

Fonte: Pesquisa de campo 2017-2018.

No contexto das respostas, os termos mais utilizados foram tranquilidade, trabalho, animais, natureza e liberdade. De forma direta, as palavras mais frequentes foram tranquilidade (104), animais (81), liberdade e natureza (53), qualidade de vida (37), família, (29) e horários (27). Vê-se que, embora tenham utilizado poucas vezes a palavra “autonomia”, referiram-se a ela muitas vezes, quando expressavam: “poder escolher o que fazer, quando e onde”. Há, portanto, uma tradução na análise dessas respostas<sup>63</sup>.

O gosto de trabalhar e conviver com os animais é reflexo da presença da atividade leiteira entre as unidades produtivas familiares da região. Trabalhar com a bovinocultura leiteira, numa escala pequena, tende a gerar relações de empatia dos agricultores com seus animais. Trata-se de uma relação mais intensa do que apenas a exploração comercial. Existem controvérsias em relação ao bem-estar animal, independente da escala produtiva. Porém, é possível argumentar que, em relação ao sentido dado pelos pequenos produtores de leite, seus animais são mais relevantes do que apenas instrumento de trabalho.

Envolvida em relação a outras variáveis, a palavra trabalho apareceu 76 vezes, demonstrando que é o elemento que centraliza a produção de sentidos e símbolos sobre a ruralidade. Essa noção de trabalho envolve diretamente a perspectiva da autonomia e da liberdade. Como modelo de respostas desse aspecto obteve-se: “Você é seu patrão, faz o horário que quiser, faz o que quiser”. Os jovens sabem que não podem, de maneira absoluta, fazer o que querem, nem quando, como ou onde querem. Como aponta uma jovem, a qualidade do meio rural reside no fato de ela “não seguir ordens de outras pessoas e decidir tudo em conjunto com meu companheiro”.

A própria família e seu conjunto de hierarquias interpela essa noção de associativismo romanesco. Reforçam essa perspectiva de serem livres em comparação a uma situação de relação empregatícia formal. Em outros momentos, quando falam de sua realidade de trabalho, queixam-se de que não possuem garantias de preços, nem condições justas de negociação com o mercado consumidor de seus produtos. A autonomia, portanto, é acionada como fator de representação para dar sentido a uma experiência social diversa daquela que compreendem existir no meio urbano.

<sup>63</sup> Trata-se de analisar as categorias e variáveis presentes no discurso dos jovens. O uso direto de expressões se articula com elementos que dizem respeito às dinâmicas locais, carregadas de coloquialidade e de elementos “nativos”.

Para Godelier (1989), as formas e as relações de trabalho de cada grupo social estão ligadas ao conteúdo das representações que constroem da própria noção de suas atividades, da subsistência ou do acúmulo de bens. Essa relação é recíproca no sentido de que as representações criam a base material e são criadas por elas. Como já dito, não há sobreposição de importância, mas uma simbiose: “se existe o pensamento no coração da faceta mais material das atividades sociais, não pode haver *a fortiori* nenhuma relação social que não contenha em seu interior uma parte de pensamento, uma parte ideal” (GODELIER, 1989, p. 166). É tangente que, ao longo da história, esse processo tenha desencadeado visões múltiplas sobre o trabalho. Da noção de sofrimento ao prelúdio de enriquecimento, o labor é consubstanciado por símbolos, imaginários e percepções díspares que entram em disputa num logo de legitimação e transformação.

Os jovens, portanto, são atores que tencionam essas noções na medida em que ingressam como atores ativos das atividades laborais. No campo, iniciam esse contato muito cedo, ainda enquanto crianças, mas será apenas na transição da juventude para a idade adulta que suas responsabilidades e seus papéis sociais permitem intervir na forma como concebem o trabalho e como se relacionam com ele no cotidiano.

Suas proposições tendem a conflitar com o conteúdo representacional das gerações mais velhas. A valoração do trabalho na região de estudo congrega o esforço físico, desconsiderando a variável do tempo dispendido nas atividades. O tempo, nesse caso, é percebido como uma variável que serve aos trabalhadores urbanos e, de tal forma, aqueles que não “trabalham de fato”. Todavia, mesmo atuando em situações leves, são submetidos a tirania do tempo que lhes condiciona e tira sua autonomia. No mundo rural, segundo essa visão, o trabalho é árduo, mas a imposição do relógio não vigora.

Aos jovens rurais, mesmo reproduzindo essas máximas, há um desconforto com o fato de que seu trabalho nem sempre produz resultados. Passam, então, a contabilizar seu esforço e a recompensa obtida. Alguns consideram o tempo como variável ativa, mas ela precisa ser negociada, visto que “no campo é assim mesmo”. São condições legadas, prioritariamente pelo conjunto linguístico que é acionado ou silenciado conforme os ditames hegemônicos (GODELIER, 1989). As regras estruturais lhes impediriam de alterar facilmente a forma como concebem e se relacionam com o labor. Esse pressuposto estrutural é também moral, ou seja,

simbólico. Não se pode “ficar de varde<sup>64</sup>”, sob pena de fazer algo errado perante a sua comunidade de sentido. Questionar esses ditames não é tarefa simples e tampouco exitosa na conjuntura em que se veem inseridos esses sujeitos. Esses são os chamados “processos laborais”, aos quais Godelier chama a atenção. Não se trata do trabalho propriamente dito, mas dos elementos que o constituem e o tencionam na mentalidade de um grupo. Além de que, são processos geracionais.

Percebeu-se que os jovens rurais tendem a identificar-se como diferentes dos jovens urbanos. Todavia, essa diferenciação é sentida mais em relação aos jovens da periferia. Estranhamente, parecem sentir-se mais parte de uma juventude ascendente urbana, do que uma juventude estigmatizada e pobre. Não se reconhecem pela condição de contradição ativa na qual estão inseridos. Esses jovens rurais, trabalhadores de pequenas unidades produtivas, se identificam mais com o discurso do agronegócio de grande escala do que com suas comunidades municipais.

Alguns depoimentos expressam que “o agro produz” ou que “o agro é pop”, numa clara referência a agricultura de grande escala presente no país. A contradição é conceitual, não discursiva. Esses jovens sabem em que estrato identificador querem se posicionar e de qual querem se afastar.

Esses jovens, em geral, não tiveram experiências significativas no meio urbano. Isto é, a experiência que costumam ter nas sedes dos municípios da região não configuram “reais experiências urbanas<sup>65</sup>”, além de que permanecem nesses espaços por períodos muito curtos. Os jovens convivem com o que “entendem” e “conceituam” por aspectos urbanos, nos momentos em que nele circulam, não construindo experiências duradouras, cotidianas. Logo, constroem uma representação para definirem essa realidade não-familiar, ou pelo menos pouco familiar a exemplo da conceituação de Moscovici (2015).

---

<sup>64</sup> No termo coloquial da região significa “ficar sem fazer nada”.

<sup>65</sup> Conforme Capelesso (2016, p. 166), em relação à região Extremo Oeste catarinense, “os municípios se caracterizam por desenvolverem atividades essencialmente rurais e por disporem de centros urbanos de tamanho reduzido ou intermediário, os quais não possuem uma dinâmica industrial própria e autônoma, sendo essencialmente voltadas a prestar serviços e oferecer produtos à população local e a processar a produção agropecuária por meio de agroindústrias (não considerada ocupação agropecuária pelo Censo). Nesse caso, o setor agropecuário assume papel estrutural, sendo seus impactos sentidos em todas as atividades econômicas regionais”.

Depreende-se disso que os jovens constroem essa imagem com base em informações que chegam até eles, tendo por base as dinâmicas sociais das metrópoles, as quais são locais da produção da maior parte dos conteúdos audiovisuais e literários. Por isso, associam as cidades como espaços de violência, de insegurança e de ritmos de vida insanos. Convivendo nas cidades da região Extremo Oeste catarinense, onde o maior aglomerado urbano não ultrapassa os 40 mil habitantes, é complexo definir parâmetros para o dimensionamento de seus conceitos.

O fato é que fundamentam suas experiências num estranhamento e distanciamento pautado na centralidade do trabalho. A diferença massiva da cidade para os seus locais de vida se baseia na forma como se trabalha e como se garante a sobrevivência. A tranquilidade propalada como qualidade inerente à ruralidade diz respeito a uma relação diferencial com a lógica do tempo. Lá impera o controle das variáveis do cotidiano, a repetição, o corriqueiro, pois “não tem aquele vuco-vuco da cidade”. Na cidade o tempo controla as pessoas, ao passo que no meio rural as pessoas teriam capacidade de controlá-lo, ou pelo menos, ignorá-lo. Trata-se de uma variável fundamental na formação do imaginário social.

A suposição de uma autonomia, que sabem ser limitada, sustenta uma qualidade superior daqueles que optam pela vida no campo. É uma vantagem social fortemente valorizada. Pouco importa para esses atores se a autonomia existe de fato. Eles a sentem e a instituem como um valor distintivo.

Os gostos enveredam, geralmente, para a conjunção idílica do rural. Os relatos evidenciam aspectos qualitativos tomados com um aporte sentimental e até poético: “tudo é mais saudável. Acordar com os pássaros cantando, ouvir o barulho da água batendo nas pedras. O córrego passa no fundo do quintal”.

Essa romantização é também uma estratégia de comparação, diferenciando-se aqueles que têm amor pelo que fazem e por onde vivem daqueles desprovidos desses valores: “por mais que nossas vidas como agricultores não é fácil, não tem folga, ainda mais quem tem vaca. Mas a gente levanta às 05h00 no domingo e tá feliz e o pessoal da cidade levanta tarde e ainda emburrado. Deve ser o amor que a gente tem por aquele pedaço de terra e os animais”. Mais uma vez evidencia-se a imagem negativa da urbanidade e dos moradores das cidades, traduzidos como pessoas menos simpáticas e que não gostam de suas vidas. Chega-se a classificar o rural e o urbano por uma simbologia de gente feliz e de gente infeliz, tomada por um conjunto de representações que se distanciam da realidade, mas subsidiam um sentimento de

convencimento e aceitação frente às escolhas e com a posição ocupada pelo interlocutor do discurso.

O próprio contato entre as pessoas é percebido como um elemento diferencial no campo, dado por sua intensidade. Considera-se que os contatos urbanos sejam todos efetivamente efêmeros, mesmo considerando que se trata de cidades com menos de dez mil habitantes. Como afirma um jovem, “gosto de morar no meio rural, pois vou tomar chimarrão com o meu vizinho”. O ponto de corte para ele é o de que se vivesse no meio urbano não tomaria chimarrão com seu vizinho, ou se o fizesse, a experiência produzida seria menos impactante em seu conjunto simbólico. A cidade, portanto, distancia, segmenta e esfria as relações.

Os jovens que são pais e mães valorizam o campo como um ambiente mais adequado e propício para a criação dos filhos: “o bom é estar sempre com a família, trabalhando, se divertindo, gosto da tranquilidade, da paz que podemos passar mais tempo com os filhos”. A creche, por exemplo, é substituída pelo convívio educativo com os pais: “liberdade de fazer o que quero, natureza, alimentação saudável, viver em família (com os filhos), não na creche e sempre com nós aprendendo”.

Reforçam a qualidade alimentar da qual dispõem no campo, embora seja de conhecimento geral que muitos agricultores consomem grandes quantidades de alimento industrializado. Há uma valoração representacional de que a comida do campo é natural, mais autêntica, mais saudável, sem considerar os hábitos alimentares. É, certamente, possível atestar que quem vive no campo e produz seu próprio alimento tenda a ter uma dieta mais adequada. O que se questiona é a forma como esses valores simbólicos são acionados. Em geral a valoração da alimentação é assumida como um qualificativo “para fora” e não uma verdade praticada “para dentro”, sobretudo pelos jovens.

As respostas positivas sobre o meio rural são contrapostas com relação ao que “menos gostam” (tabela 29). Essas ponderações apontam aspectos negativos sobre a ruralidade e indicam que as representações não são tomadas como valores fechados ou hegemônicos. Há uma dinâmica paradoxal: existe um gosto positivo, uma visão elogiosa e uma idilização do mundo rural; por outro lado, há um mal-estar, queixas e lamentações sobre este mesmo mundo rural. Não é exatamente uma posição crítica, mas uma noção de múltiplas variáveis, donde não emergem respostas únicas ou fechadas.

**Tabela 29 – Fatores de Desapreço ao Meio Rural**

	<i>Variáveis</i>	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo III</i>	<i>Grupo IV</i>	<i>Total</i>
1	Penosidade e risco do trabalho	19	31	24	22	<b>96</b>
2	Rotina de trabalho	4	35	6	16	<b>61</b>
3	Mobilidade e internet reduzidas	3	7	17	19	<b>46</b>
4	Preconceito e desvalorização	8	14	7	11	<b>40</b>
5	Preços baixos e incertos	9	13	2	15	<b>39</b>
6	Falta de incentivo público	3	17	4	3	<b>27</b>
7	Dificuldades de renda	4	10	3	7	<b>24</b>
8	Intempéries climáticas	5	6	1	4	<b>16</b>
9	Isolamento e falta lazer	1	6	6	3	<b>16</b>
10	Conflitos familiares	3	9	-	1	<b>13</b>
	<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>148</b>	<b>70</b>	<b>101</b>	<b>378</b>

Fonte: Pesquisa de campo 2017-2018.

Há, portanto, um conjunto de paradoxos. Gostam da atividade, principalmente pela liberdade nos horários, mas desgostam dela pela vinculação de horários específicos e que englobam os finais de semana e o não direito as férias; compreendem que a agricultura é uma atividade elogiosa e promissora (discurso urbano), mas não se sentem valorizados pela população urbana; na agricultura possuem maior autonomia de trabalho, mas se veem sem garantias de preços porque não controlam os processos de comércio: “dependência de fatores externos, por exemplo, o leite, não vendemos, apenas entregamos produtos os quais não fazemos o preço”; valorizam o convívio familiar, mas os conflitos presentes no cotidiano familiar os incomoda; destacam a tranquilidade do campo como uma qualidade inalienável, mas reclamam do isolamento e da falta de lazer.

Enfim, essas variáveis não são exatamente contraditórias, nem se excluem, porém indicam que em determinadas situações são positivas e em outras, as mesmas condições, são um problema. Essa constatação reforça o processo de construção representacional como base complexa para seus processos decisórios.

Percebe-se que entre as variáveis apontadas como queixas, se sobressaem, novamente as noções de trabalho, visto que se trata da penosidade, do risco e da rotina de suas atividades produtivas cotidianas. Somadas às ponderações sobre renda, instabilidade de preços e intempéries climáticas, há uma prevalência de 62% dos elementos negativos que impactam na visão sobre a ruralidade. Essas proposições que envolvem dinâmicas laborais foram tratadas de maneira elogiosa na questão sobre o que mais gostavam sobre o meio rural, vide tabela 28.

Outro aspecto paradoxal é que positivam a flexibilidade dos horários de trabalho, mas criticam e se queixam de ter que trabalhar nos finais de semana. Alguns se queixam também da

rotina das atividades na pecuária leiteira, que obriga a destinar dois períodos fixos por dia, no início da manhã e no final da tarde. Essa é a mesma atividade que é elogiada por permitir uma “liberdade” de trabalho entre os períodos de ordenha. Além disso, trata-se de uma ocupação em tempo integral e por 365 dias anuais, não diferenciando finais de semana, feriados, dias frios, chuvosos, etc. Há uma contradição estrutural na produção das representações.

Pela própria complexidade das formas de representação, é impossível propor uma análise esterilizada de contradições. Elas são parte constitutiva do sistema representacional, como diria Godelier (1989). Muitas vezes essa contradição aparece nas definições de ruralidade e urbanidade seguidas da expressão “mas”: “o rural é um lugar bom, mas difícil de viver”, ou quando apontam que o meio urbano é um lugar “confuso, muito corrido, mas bom de viver também”.

Quer dizer, há um pressuposto de valorização e desvalorização que implica na posição que o interlocutor ocupa. Não raro, as respostas dos jovens foram no sentido de que gostavam de ambos os lugares, mas preferiam o meio rural, ou que dali não sairiam com facilidade. Esse reforço elogioso do “seu lugar” e das “suas escolhas” indicaria que elas sejam de fato tomadas com uma assepsia moral, uma intendência e uma autonomia efetivas. A contradição, no entanto, sugere que essa construção é relacional e, portanto, evoca princípios de interdependência. O discurso da justificativa aparece com clareza e objetividade, mas seus sentidos são tolhidos por uma composição diversa e geralmente contraditória.

Entre os aspectos relacionados à penosidade de trabalho, chamou a atenção à questão do uso de agrotóxicos. Essa é uma atividade geralmente desempenhada apenas pelos pais. Entre os jovens, só os rapazes exercem essa função<sup>66</sup>. As moças, ou as mulheres em geral, se mantêm distantes da atividade de aplicação, embora esse interdito não se aplique ao contato com as cultivares onde ocorre a aplicação e sejam responsáveis pela lavagem das roupas utilizadas durante as aplicações (o que condiciona intoxicações).

Esse interdito moral pautado na relação sexual do trabalho revela não um cuidado, mas um controle sobre as atividades com maior prestígio. A aplicação de agrotóxicos é uma ação que eleva a periculosidade e reforça a masculinidade.

As postulações das moças nos questionários indicam que se sentem desvalorizadas por conta da forma como as relações sociais são tecidas no meio rural, marcadas por um viés

<sup>66</sup>Raramente ver-se-á uma mulher aplicando agrotóxicos na região de estudo.

masculino e machista. Como atestam as queixas: “desvalorização da classe agricultora, principalmente da mulher”; “subjulação da mulher para trabalhos realizados especificamente por homens. Descrença da maioria em relação a capacidade de terminar algo bom”; “a agricultura faz com que no final do dia ficamos acabados (cansados demais), e por causa do machismo o homem não pode fazer nenhum serviço doméstico, mas a mulher tem que fazer o doméstico e ainda ir na roça”; “a falta de ajuda da parte masculina, por exemplo, ajuda na roça e em casa ninguém ajuda”.

Há um conjunto de situações mais ou menos explícitas que congregam as dificuldades das relações de gênero no campo. Elas explicam, fortemente, os processos decisórios que impactam, sobretudo, na migração maciça de mulheres do meio rural para o meio urbano.

É sintomático, por exemplo, que uma das respondentes tenha se queixado “de trabalhar no sol, do fato que as pessoas da roça sofrem mais com o passar dos anos e não tem muita opção de se cuidar esteticamente”. Outra reclama “do trabalho pesado, muitas vezes se sujamos que parecemos bichos”. Embora as questões estéticas façam relação a todos, é assumida pelas mulheres como um problema e silenciada pelos homens do campo, num afã de reforçarem sua imagem de seres superiores, que independem de aspectos como a beleza, uma vez que são fortes e isso lhes basta. Cuidados estéticos seriam valores presentes na mentalidade e no cotidiano de homens da cidade, por isso mais afeminados.

As queixas sobre o trabalho, sobre sua penosidade e intensidade são atenuadas pela resignação de que é preciso aceitá-lo, como uma condição inerente à atividade: “não gosto muito do trabalho duro, mas sei que é necessário”; “se a gente gosta ou não, você tem que fazer igual”. Trata-se do primado do “colono-providência”, que aparece nas falas de rapazes e moças, numa crítica elogiosa que remete aos que não “dão conta” dos desafios da profissão. Há uma comparação entre aqueles que saem do campo e também em relação aos moradores da cidade. Sobressai a visão de que no campo há uma missão difícil e os fortes a abraçam. A identidade do agricultor familiar do Extremo Oeste catarinense converge para o sofrimento como catalizador de crescimento moral.

Todo discurso que representa à ruralidade sob aspectos de qualidades morais é posto à prova quando se questionam as condições efetivas para continuar no campo. A dúvida é retomada como primado decisório. Embora exista vontade, condições e um projeto de vida, persiste uma hesitação e uma ponderação. Mesmo aqueles que dizem categoricamente que vão

ficar, apontam que há entraves e situações que interferem na consolidação dessa decisão. Além disso, as perspectivas de permanência ocorrem em condições muito diversas. Como critica um depoente, no meio rural “falta capacidade das pessoas conseguirem entender que cada indivíduo toma a decisão em sua própria perspectiva, julgando a velocidade da transformação, seja ‘ligado ao 220 ou lento’”.

As dificuldades para a permanência no campo que são acionadas no discurso dos jovens envolvem, principalmente, a insegurança em relação a renda (Tabela 30). Não se trata apenas de um problema de renda, mas de sua instabilidade. Os jovens reclamam que não há garantias no desenvolvimento das atividades, além de que elas envolvem dispendiosos investimentos. Os insumos e demais custos operacionais congregam valores fixos, mas a remuneração pela produção é volátil em relação as incertezas do mercado e, também, das intempéries climáticas. Conforme a modernização agrícola avança, a expensas de seus benefícios, ocorre um aumento do risco no trabalho dos agricultores familiares. Essa instabilidade afeta as projeções futuras tanto das famílias, quanto dos jovens especificamente.

Essa conjuntura de insegurança não é um sentimento partilhado apenas pelos jovens do campo. Os jovens do meio rural também convivem com instabilidades e dificuldades para efetivar seus projetos de vida. Todavia, em muitos casos, a aposta em uma atividade urbana não é expressa pelo risco de colocar toda a família em situação de desconforto financeiro. Nas pequenas unidades produtivas, uma frustração de safra pode comprometer o futuro de toda a estrutura produtiva familiar.

Somado a isso, existem os casos de sucessão onde sua consubstanciação ocorreu atrelada a um aporte de investimento com endividamento. São raros os casos de investimentos produtivos e estruturais que não passam pelo acesso à crédito. Essas dívidas reorganizam as relações familiares e colocam os jovens sob uma maior responsabilidade e pressão moral. Há um viés de insegurança e de medo, apontado na tabela 30. Esse seria um medo de: “talvez não conseguir dar conta, tocar a propriedade como minha família toca”; “não ter capacidade de tocar a propriedade”. Possivelmente, a instabilidade de confiança tenha relação com o discurso patriarcal de permanência como uma expressão de força. A influência mental das representações de sucesso e de fracasso no meio rural impactam decisivamente entre esses jovens que se veem num momento delicado para assumirem ou refutarem determinados papéis sociais.

Por outro lado, é possível que alguns desses jovens vejam nas dificuldades e nos desafios da atividade uma empatia. Como destaca um jovem, o que ele mais gosta da ruralidade é de “lidar com as situações”. Baseia-se na noção de que a imprevisibilidade da agricultura impele e anima quem vive dela. Embora exista uma rotina de trabalho, a diversidade de situações pode amenizar a perspectiva de repetição e tédio, mantendo um conjunto de diversidade que descontrói a tranquilidade apregoada pela maioria.

É perceptível, também, que esses pretensos agricultores enxerguem as lacunas estruturais das unidades produtivas. Seja pela falta de terra ou pela precariedade das condições de trabalho, esses jovens desejam melhorar sua condição profissional. Nesse sentido, ultrapassa-se a condição de melhoria. É uma necessidade básica para dar sentido à permanência. Como já pontuado, as novas gerações não aceitam com facilidade uma jornada de vida e trabalho apenas considerando uma vitória moral. Há uma vontade de prosperidade atrelada à qualidade de vida imediata. Esses embates ideológicos afetam as relações familiares, como destacado nas dificuldades da permanência.

**Tabela 30 – Dificuldades para Permanecer no Meio Rural**

	Variáveis	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Total
1	Incerteza de renda	17	49	14	33	<b>113</b>
2	Desvalorização dos produtos	10	33	23	22	<b>88</b>
3	Falta de incentivo público	16	39	9	22	<b>86</b>
4	Conflitos familiares	12	15	6	11	<b>44</b>
5	Falta de internet e mobilidade	4	5	5	7	<b>21</b>
6	Falta de terra e estrutura	5	7	4	4	<b>20</b>
7	Isolamento e falta lazer	-	5	5	4	<b>14</b>
8	Rotina de trabalho	2	3	8	1	<b>14</b>
9	Falta de mão de obra	-	4	4	5	<b>13</b>
10	Clima	2	8	2	-	<b>12</b>
11	Falta de assistência técnica	-	7	1	3	<b>11</b>
12	Dificuldade de sucessão	3	2	2	4	<b>11</b>
13	Insegurança e medo	5	-	2	2	<b>9</b>
	<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>177</b>	<b>85</b>	<b>118</b>	<b>456</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017-2018).

As faltas evocam as necessidades para efetivação da permanência<sup>67</sup>. Conforme tabela 31, apresentam-se as demandas, ou melhor, o que é necessário para a permanência. Destaca-se, de maneira correlata com os dados já apresentados, principalmente o desejo de uma garantia de

<sup>67</sup> Dois rapazes relataram, ainda, que a falta de mulheres é um fator limitante para a permanência.

renda, o acesso às condições estruturais adequadas e ao crédito subsidiado. Essas condições estruturais são articuladas e mescladas com o reconhecimento, diálogo familiar e lazer, por exemplo. Permeiam o acesso à tecnologia e ao próprio conhecimento para manter-se na atividade.

Os jovens reconhecem a necessidade de maior conhecimento e de assistência técnica. Eles rompem com uma imagem do “colono-provisão” que se basta a si mesmo, que é capaz de resolver suas demandas apenas com sua vontade. Essa visão aponta que o trabalho se aprende trabalhando e herdam-se os conhecimentos, numa relação inata.

**Tabela 31 – Demandas para Permanecer no Meio Rural**

Variáveis	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Total
1 Incentivo público e jurídico	17	44	11	26	<b>98</b>
2 Preços, estabilidade, garantia	7	27	19	36	<b>89</b>
3 Terra e estrutura produtiva	7	27	10	15	<b>59</b>
4 Crédito com juros baixos	10	22	7	16	<b>55</b>
5 Estradas e acessos	7	10	3	9	<b>29</b>
6 Renda garantida	3	7	6	13	<b>29</b>
7 Mais gente para ter lazer	2	6	8	9	<b>25</b>
8 Autonomia e diálogo familiar	11	6	5	1	<b>23</b>
9 Acesso à tecnologia	2	2	9	9	<b>22</b>
10 Acesso à Internet	4	6	4	5	<b>19</b>
11 Conhecimento e assistência técnica	5	8	3	1	<b>17</b>
12 Reconhecimento	3	5	4	4	<b>16</b>
13 Mão de obra	2	1	3	3	<b>9</b>
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>171</b>	<b>92</b>	<b>147</b>	<b>490</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017-2018).

As demandas, tratadas aqui de maneira genérica, apresentam especificidades entre as condições particulares desses jovens. Como retrato possível daquilo que percebem como necessidade para a sua permanência, cada jovem faz também uma análise sobre o que considera importante para a vida no meio rural. Ou melhor, elegem, segundo seus critérios, os pontos nevrálgicos que incidem sobre quem opta por esse modo de vida ou deseja optar. A visão que demonstram é bastante clara sobre os desafios, as dificuldades e os impasses.

No tocante à sucessão, isso se torna uma vantagem analítica, visto que se distanciam tanto de visões românticas quanto fatalistas do rural. Há, entre a maioria dos jovens rurais, uma perspectiva pragmática sobre ônus e bônus da escolha pela vida rural.

O pragmatismo é, no entanto, ponderado por marcações específicas. Há quem valorize mais ou menos determinadas variáveis. A imagem que produzem sobre os desafios considera suas trajetórias e suas experiências. Valorizam e diminuem variáveis conforme a construção

representacional que fazem desses aspectos. Vide que não apontam a renda, vetor de difícil caracterização quanto a ser ou não suficiente, como elemento central. Tratam dela no sentido de sua garantia. Ter renda, com garantia, ainda que essa possa, eventualmente, ser pequena. A diferenciação de seus posicionamentos converge para reforçar o caráter fugidio de uma explicação única para a permanência. E esse é o aspecto que sustenta a complexidade desse comportamento como um fenômeno social.

O argumento da renda como elemento definidor da saída ou da permanência é paradoxal. Mesmo que a base de orientação desses atores seja um sistema econômico capitalista, há uma grande variação sobre o que é ou não é uma renda satisfatória. Como alerta Godelier (1989), os elementos materiais também são objetos de significação e simbologia. Não podem ser tomados como base comum ou de explicação geral. É fortuito, porém, considerar que os jovens apontam a renda em si como um vetor carregado de outras variáveis. Ou seja, desejam ter acesso a dinheiro e decidirem como gastá-lo. Isso está claro. Não está claro quanto dinheiro querem. Querem também que haja uma garantia de sua constância. Isso impacta nas decisões de permanência, visto que no meio urbano teriam esse acesso, maior poder discricionário e uma garantia mínima.

Fato que converge com maior consenso entre os depoentes é a necessidade de apoio e incentivo público. A imagem de que não são valorizados, sobretudo pelas esferas públicas, é outro fator de uma representação que atinge a ruralidade como sendo o local esquecido, pobre e negligenciado. Embora existam muitas evidências históricas dessa situação, é no mínimo difícil afirmar que a população rural esteja de fato desassistida.

Não se trata aqui de debater a eficiência do Estado, mas de apontar que a imagem produzida sobre ele é negativa. A negatividade sobre as políticas públicas se soma à falta de objetividade quando interpellados sobre qual das demandas seriam atribuídas especificamente ao Estado. Pede-se ajuda, num desejo vago de solução, para problemas apontados de maneira concreta.

A construção das explicações, assim como das justificativas para a permanência, é um trabalho longo no percurso de vida de cada jovem. Suas experiências conjugam a forma de representar o local onde estão e o local onde poderiam estar. A dicotomia da ruralidade-urbanidade tende a ser a posição dinâmica sobre o projeto de vida dos jovens rurais. Se não

estão no meio rural, estão no meio urbano e essa diferenciação é intensa e seus sistemas de pensamento.

Cada trajetória marcada pelas vinculações mais íntimas no foro pessoal, familiar e comunitário moldam a forma como simbolizam esses dois espaços. Essa definição é, fundamentalmente, a base de suas análises decisórias. Permanecer no meio rural tem uma relação direta com a representação desenvolvida em torno dele e em alusão à urbanidade que o diferencia. Pode-se dizer que há um conjunto simbólico que, produzido de maneiras diversas, explica o sentido dado a cada espaço e que sustenta as decisões.

A definição de ruralidade aponta, conforme os dados, para um conjunto de fatores que se vincula no sentido das experiências de vida e trabalho. Em síntese, remete ao que conhecem no cotidiano, numa visão de dentro, daquilo que lhes é familiar. Trata-se de um lugar afetivo, mas consubstanciado pelo que fazem e como vivem. Quer dizer, a ruralidade é acionada como uma forma específica de trabalhar, de obter alimento e de dar sentido à rotina. Viver no campo é associado, sobretudo, a viver com maior tranquilidade. Essa tranquilidade remete a muitos aspectos, mas converge fortemente para a noção de labor.

**Tabela 32 – Definição de Ruralidade**

	Variáveis	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Total
1	Lugar bom para se viver	28	59	19	39	<b>145</b>
2	Lugar de tranquilidade	19	40	37	32	<b>128</b>
3	Lugar de alimentos	15	27	32	31	<b>105</b>
4	Lugar de trabalho	7	15	19	18	<b>59</b>
5	Lugar de autonomia e liberdade	8	16	7	19	<b>50</b>
6	Lugar de qualidade de vida	13	24	2	10	<b>49</b>
7	Lugar de renda	3	17	6	14	<b>40</b>
8	Lugar de natureza	6	8	15	8	<b>37</b>
9	Lugar de futuro promissor	6	12	2	4	<b>24</b>
10	Lugar de convívio familiar	8	10	1	2	<b>21</b>
11	Lugar difícil de viver	2	5	4	7	<b>18</b>
12	Lugar de harmonia	4	8	4	1	<b>17</b>
13	Lugar de lazer	1	8	1	1	<b>11</b>
<b>Total</b>		<b>120</b>	<b>249</b>	<b>149</b>	<b>186</b>	<b>704</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017-2018).

A qualificação sobre a ruralidade é inerente ao discurso dos jovens rurais. Como já visto, o elogio não anula a crítica, mas torna-se imperativo tratar da ruralidade pelo viés positivo já que há a necessidade de justificar a permanência. Por que ficar se a tendência é sair? Ora, porque no campo a vida é melhor, dirão os jovens rurais. Essa vantagem comparativa se dá depreciando

a urbanidade, uma vez que representa a saída, o caminho não trilhado ou uma decepção. Permanecer no campo é associado com o “permanecer em casa”, o que reforça uma sensação de segurança e de conforto, atribuída à tranquilidade. Isto é um risco, logo a cidade assume esse adjetivo, ainda que possa significar oportunidade.

Quando se trata da distinção rural-urbano, parte-se de bases de representação que dão sentido a ambos os ambientes. É possível, por conta disso, que os grupos tenham visões até certo ponto parecidas, mas estruturalmente e mentalmente distintas do que seja rural e do que seja urbano. Essa conjuntura pode ser comparada com o exemplo de conceito diferencial sobre “selva” entre dois grupos que convivem numa mesma região africana e que é apresentado por Godelier.

Para os pigmeus mbuti, a selva representa uma realidade amigável, hospitalar e benevolente. Dentro dela, eles se sentem seguros em todos os lugares. Eles opõem à selva aos espaços ocupados pelos bantúes, que lhes parecem um mundo hostil onde o calor é esmagador, a água é contaminada e mata, e as doenças são abundantes. Para os bantúes, ao contrário, é a selva que é uma realidade hostil, inóspita e mortal, dentro da qual eles raramente se arriscam e sempre correm grande risco. Eles a veem povoada de demônios e espíritos malignos, dos quais os próprios pigmeus, se não a encarnação, pelo menos seus representantes. Esta oposição corresponde, em primeiro lugar, a duas maneiras de usar a floresta com base em dois sistemas técnicos e econômicos diferentes. (GODELIER, 1989, p. 55).

Essa distinção apresentada por Godelier (1989) faz pensar no pressuposto de que grupos com sistemas representacionais diferentes compreenderão e darão sentido relacional a uma “mesma realidade”. Nesse caso, a realidade não será a “mesma”, visto que só é real a partir do momento que é apreendida e representada pelo grupo. A construção de distinções, valorizações e até mesmo de distorções faz parte da dinâmica de identificação e da produção do sentido de ser o que se é. Essa construção deriva do contato direto com essa realidade que, no caso apresentado, resulta do contato econômico e dos próprios modos de vida.

Como alerta Yanko González (2004), o rural tende a ser visto ou como uma realidade “boa”, como uma especificidade cultural que precisa ser preservada, ou ainda como uma realidade arcaica que precisa ser desenvolvida economicamente superando o primado da pobreza. Dessas caracterizações da ruralidade, se sobressaem também as visões da juventude rural.

Ainda segundo González (2003), até meados da década de 1980, a juventude rural ainda estava vinculada a uma ideia de superação de si mesma. Isto é, a ruralidade seria superada pelo

próprio desenvolvimento do capitalismo e se constituiria como em ambiente urbanizado. Nesse ambiente modernizado, a categoria juventude rural perderia o apelo de ator chave para a manutenção de modo de vida, de tradição e mesmo de resistência campesina. Quando tratada como um grupo específico de atuação, na realidade, estava estigmatizada como residual.

De uma forma aproximativa, esse reforço exterior e elogioso à juventude rural congrega um viés funcionalista (GONZÁLEZ, 2003). Vê-se que se está propondo aos jovens o melhor caminho, sem considerar a perspectiva desses atores, como se o mais importante seja lembrá-los de seus papéis sociais, econômicos e morais.

A conjuntura de uma propalada “nova ruralidade” implica no comportamento e nas expectativas geradas em torno da juventude rural. Enquanto grupo social, é evidente a sua importância nesses novos cenários e arranjos sociais: “num cenário desejado ou imposto, constatado ou prescrito de uma “nova ruralidade”, as e os jovens rurais aparecem como agentes protagônicos” (GONZÁLEZ, 2003, p. 154, grifo do autor).

Esse protagonismo, porém, é tomado como um discurso que convém aos usos externos da ruralidade e de seus consumidores. González fala da construção da noção de um rural virtualizado, onde penetram elementos urbanos e estes se tornam dominantes. Na prática, essa relação se basearia em outra dicotomia, aquela produzida em relação ao local e ao global. Nesse sentido, de uma nova ruralidade, o campo é tomado como um ambiente de fuga e de consumo de experiências “autênticas”, constituído por um viés de subserviência e de classificação urbano.

De fato, para muitos, o espaço rural começa a ser reocupado e reivindicado pelos urbanos, sendo objeto de consumo ideológico e cultural, bem como de lazer. Essa reconceituação ideológica do espaço responderia a mudanças globais de natureza econômica, política e social, cristalizadas na perda de qualidade de vida percebida e vivenciada pela população urbana. (GONZÁLEZ, 2004, p. 200).

Logo, o papel dessas “novas juventudes” é o de estruturar esse nicho de negócio e sustentar a ruralidade como uma efígie a ser explorada e descoberta pelos cidadãos. A pluriatividade também assume convergência nessa argumentação, visto que congregar múltiplas funções dentro e fora do ambiente rural potencializa a possibilidade de permanência, ainda que isso nem sempre signifique acesso a renda, qualidade de trabalho ou satisfação social.

Essa percepção de ruralidade e de juventude servem a um estereótipo de exotismo e clientelismo que destituem o protagonismo social desses atores sociais.

Nesse sentido, quando os jovens rurais pensam o meio urbano há um misto de imaginários. Focalizam-se as sedes municipais mais próximas, onde transitam e tem contato direto e corriqueiro, mas, também, a imagem com relação às metrópoles, com seus problemas sociais mais latentes (geralmente a violência). São informados pela TV e pela internet. Conforme a tabela 33, há um conjunto de alusões mais amplo para definirem o meio urbano do que para definirem o meio rural. Essa diversidade se deve ao caráter mais especulativo que fazem ao buscarem uma familiarização dos elementos que tem menor contato e clareza.

**Tabela 33 – Definição de Urbanidade**

Variáveis	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Total
1 Lugar agitado	19	21	19	19	<b>78</b>
2 Lugar de oportunidades de trabalho	2	11	19	14	<b>46</b>
3 Lugar bom para se viver	3	13	9	18	<b>43</b>
4 Lugar de alto custo de vida	4	10	10	15	<b>39</b>
5 Lugar de horários fixos	10	11	6	10	<b>37</b>
6 Lugar dependente do meio rural	4	10	8	15	<b>37</b>
7 Lugar ruim para viver	9	10	8	10	<b>37</b>
8 Lugar de comércio	11	7	4	4	<b>26</b>
9 Lugar de desunião	6	13	5	1	<b>25</b>
10 Lugar de indústria	6	7	5	7	<b>25</b>
11 Lugar sem autonomia	5	8	4	6	<b>23</b>
12 Lugar de acesso a bens	4	6	6	6	<b>22</b>
13 Lugar de barulho	2	7	5	6	<b>20</b>
14 Lugar para passeio e lazer	6	4	5	5	<b>20</b>
15 Lugar sem liberdade	3	7	2	7	<b>19</b>
16 Lugar com estrutura	4	5	5	3	<b>17</b>
17 Lugar sem oportunidades	2	3	2	7	<b>14</b>
18 Lugar estressante	2	5	2	4	<b>13</b>
19 Lugar de violência	2	7	1	2	<b>12</b>
20 Lugar sem natureza	4	2	1	4	<b>11</b>
21 Lugar de poluição	1	3	4	2	<b>10</b>
22 Lugar de segurança econômica	1	2	3	2	<b>8</b>
23 Lugar com fim de semana e férias	3	2	1	1	<b>7</b>
24 Lugar sem privacidade	1	2	2	2	<b>7</b>
25 Lugar sem qualidade de vida	1	4	1	1	<b>7</b>
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>180</b>	<b>137</b>	<b>171</b>	<b>603</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017-2018).

Ao definirem a urbanidade, apontam para elementos que, embora não conheçam de fato, parecem dominar com alguma naturalidade. Trata-se de representar algo não-familiar em algo familiar (MOSCOVICI, 2015). Estão falando, sobretudo, das experiências urbanas que têm em seus municípios e nas adjacências. São, como já mencionadas, pequenas cidades que não

oferecem verdadeiras relações urbanas, mas suficientes para fundamentar a conceituação e a construção de uma representação que diferencia esses espaços de sua realidade imediata no campo, ou no interior, como falam. Em última instância sentem-se impelidos a definir o que é a urbanidade, visto que os sentidos produzidos a partir dessa definição suporta seus conjuntos decisórios.

A presença real de algo ausente, a “exatidão relativa” de um objeto é o que caracteriza a não-familiaridade. Algo parece ser visível sem o ser: ser semelhante, embora sendo diferente, ser acessível e, no entanto, ser inacessível. O não-familiar atrai e intriga as pessoas e comunidades enquanto, ao mesmo tempo, as alarma, as obriga a tomar explícitos os pressupostos implícitos que são básicos ao consenso. (MOSCOVICI, 2015, p. 56, grifos do autor).

Ao analisarem a urbanidade com base na dinâmica social de municípios com cinco, dez, quinze ou até vinte mil habitantes, é comum imaginar que não há uma diferenciação entre ruralidade e urbanidade. Contudo, nesses espaços há uma clara distinção entre os indivíduos. As crianças e adolescentes, por exemplo, ao frequentarem as escolas, sentem fortemente essa diferenciação<sup>68</sup>. O discurso genérico tende a diminuir os habitantes rurais, associados à pobreza e ao atraso, na mesma medida que inferiorizam os estudantes de periferia. Ainda assim, há uma sobreposição de estigma entre estudantes negros, pobres ou negros do meio rural, nas bases do que é proposto analiticamente por Elias e Scottson (2000).

Essa dinâmica explica que o subsídio simbólico que dá sentido às decisões sobre permanência ou migração é produzido com base na circularidade discursiva e imagética da urbanidade e da ruralidade. O que é estranho, nesse caso o urbano, é tornado familiar numa comparação com os aspectos conhecidos da ruralidade. Tem-se, portanto, uma representação social pautada na “tradução” da urbanidade pela ruralidade (ARRUDA, 2002).

Há um reforço da urbanidade pela acessibilidade onde “tudo é perto”, em contraposição ao rural, onde tudo “é muito longe”. Vê-se, por exemplo, que poucos jovens rurais relatam falta de internet. Queixam-se sobre a qualidade e o custo do serviço que acessam. Isso mostra que já há uma cobertura significativa, embora seja insuficiente e cara. Depende, também, da

---

<sup>68</sup> Na coleta de dados há um declarado ressentimento com a imagem negativa que as pessoas da cidade fazem dos moradores do campo.

localização das propriedades. Nesse caso, a questão do acesso é diferente entre ambos os espaços e as experiências resultantes também serão, fato que marca uma distinção.

Esses conceitos de ruralidade e urbanidade convergem para uma análise de construção diferencial de sentidos e identidades. Resumidamente, é possível apontar que a ruralidade é associada com uma segurança simbólica, donde se reforçam elementos idílicos e de manutenção de um modo de vida do qual os sujeitos estão acostumados. Quanto à urbanidade, mesmo aquela imediata ao convívio desses atores, há uma inferiorização associada a ritmos de trabalho e de vida que desestimulam a migração. Percebe-se um exercício representacional de distinguir o “nós” rurais e o “eles” urbanos.

Mesmo o uso dos pronomes “nós” e “eles” pode expressar esse contraste, onde “nós” está em lugar do grupo de indivíduos com os quais nós nos relacionamos e “eles” – os franceses, os professores, os sistemas de estado etc. – está em lugar de um grupo diferente, ao qual nós não pertencemos, mas podemos ser forçados a pertencer. A distância entre a primeira e a terceira pessoa do plural expressa a distância que separa o lugar social, onde nos sentimos incluídos, de um lugar dado, indeterminado ou, de qualquer modo, impessoal. Essa falta de identidade, que está na raiz da angústia psíquica do homem moderno, é um sintoma dessa necessidade de nos vermos em termos de “nós” e “eles”; de opor “nós” a “eles”; e, por conseguinte, da nossa impotência de ligar um ao outro. (MOSCOVICI, 2015, p. 50).

Ao tratarem da definição da ruralidade pautados nos elementos de trabalho, os jovens marcam uma posição de que o que os diferencia dos jovens urbanos é, fundamentalmente, as atividades produtivas que desenvolvem e a relação que constroem em torno delas. Ao reafirmarem a ruralidade com a tranquilidade, com a autonomia, com o contato com os animais e com a natureza, o fazem para marcar que, no meio urbano, esses processos são diferentes. Talvez queiram apontar até mesmo uma capacidade de empatia, de sensibilidade e de responsabilidade maiores do que a daqueles atores.

No conjunto analítico sobressaem controvérsias, imputando, ao mesmo tempo, qualificadores e críticas a ambos os espaços. O ponto principal reside no fato de que esses jovens rurais buscam justificar a decisão de permanência, uma vez que não é um comportamento tendencial. Alguns registram que suas escolhas são de resistência e de inversão de expectativas.

Ao considerar que as experiências sociais e as trajetórias de vida de cada indivíduo são tomadas como base para a produção dos conceitos, das representações e do conjunto mental

para a tomada das decisões, convém analisar alguns desses casos. A historicidade que envolve cada jovem rural, de cada família ou grupo comunitário, contribui para compreender o emaranhado de sentidos postos em evidência ao se problematizar a conjuntura da ruralidade. A análise dessas trajetórias será objeto de discussão do próximo capítulo.

## CAPÍTULO 7 – JUVENTUDES RURAIS, TRAJETÓRIAS, E POLÍTICAS PÚBLICAS

### 7.1 Juventudes Rurais e Trajetórias Masculinas

Os jovens rurais entrevistados compõem um grupo de 25 pessoas. Destas, apenas 12 entrevistas foram selecionadas para uma análise mais detalhada. Os dados que convergem desse instrumento de coleta formam a composição das representações, justificativas e conceitos tecidos em relação a uma trajetória de vida.

As trajetórias de vida podem ser definidas por Claude Dubar (1998), como “trajetórias individuais”, que por si sustentam a construção identitária dos seres sociais. Isso não significa que as trajetórias estejam individualizadas ou que a identidade remeta apenas às particularidades de uma pessoa. A questão é a forma como um indivíduo configura sua trajetória, de maneira particular, para encontrar nela subsídios de identificação frente à sociedade. O objetivo, portanto, é levar em conta os itinerários e percursos dos atores sociais que são tomados como conteúdos objetivos e subjetivos<sup>69</sup> na percepção de consciência e de identidade. Aciona-se a memória e a historicidade para justificar o que se é.

Não se trata de discutir, efetivamente, uma história de vida, mas de apontar que há um conjunto de fatores biográficos que sustentam e dão sentido às decisões, nesse caso, de permanecer ou migrar. Como assevera Pierre Bourdieu (1996), ao retomar sua biografia, o indivíduo não a reconstitui de maneira completa e verdadeira, mas o faz de maneira a procurar também para si, um sentido biográfico de existência.

Nesse exercício, ele seleciona experiências, valoriza umas mais do que outras e silencia coisas que demovem contra sua pretensão de imagem. Como as entrevistas não tiveram esse escopo de reconstrução biográfica, não será esse o caso<sup>70</sup>. Porém, o discurso que os jovens proferiram contêm em si parte dessa máxima de recorte e seleção. A perspectivaposta em curso,

<sup>69</sup> Para Dubar (1998), é possível diferenciar as trajetórias objetivas (institucionais), das trajetórias subjetivas (simbólicas, discursivas). Não é objetivo dessa pesquisa retomar esses elementos em profundidade. Dessa forma, tratar-se-á da trajetória em sentido amplo, isto é, objetiva e subjetivamente.

<sup>70</sup> Explorou-se as percepções que manifestam em relação aos temas cotidianos que os envolvem, tendo, para isso, o mote de suas experiências biográficas. As trajetórias são, nesse caso, um recurso metodológico e didático para a interpretação dos sentidos, representações e imaginários desenvolvidos pelos jovens rurais.

portanto, é de analisar as biografias pelo conteúdo de suas trajetórias, seus traços mais pertinentes, como defende Montagner (2007)<sup>71</sup>.

Os eventos biográficos não seguem uma linearidade progressiva e de causalidade, linearidade de sobrevoo que ligue e dê sentido a todos os acontecimentos narrados por uma pessoa. Eles não se concatenam em um todo coerente, coeso e atado por uma cadeia de inter-relações: esta construção é realizada a posteriori pelo indivíduo ou pelo pesquisador no momento em que produz um relato oral, uma narrativa. (MONTAGNER, 2007, p. 252).

A primeira entrevista feita foi com o jovem Gabriel (23 anos), residente em São Miguel do Oeste. É o mais velho de dois irmãos, sendo que o caçula (20 anos), embora ainda resida no meio rural até concluir a graduação de Tecnologia em Alimentos, não deseja permanecer no campo. No caso de Gabriel, a decisão de permanecer no campo se deu por conta de ter “tentado” a vida no meio urbano e não ter se adaptado nele. Ficou seis meses na cidade e aponta essa experiência como negativa.

Eu trabalhei em uma borracharia de caminhão e depois eu trabalhei de torneiro mecânico. É que, não é ruim o serviço, só que daí tu pensa, que nem eu ganhava oitocentos reais pra trabalhar lá, então tu era mandado e era aquela correria de manhã, de meio dia, de tarde e de noite, pra cima e pra baixo. Bem no fim das contas eu pensei, mas um dia isso aqui vai ser meu também. Então logo eu me arrependi, porque eu perdi esses seis meses, que eu poderia ter adiantado alguma coisa aqui, mas às vezes pra conhecer a realidade tem que sair fora pra aprender né? (Gabriel).

A visão que teve ao migrar foi ampliada e matizada por uma experiência diferente daquela que tinha construído com base no meio rural. Para compreender e definir como considerava ambos os locais, teve de vivenciar a realidade. Além disso, considera que pode avaliar melhor a questão da renda, visto que o salário obtido era condicionado a um esforço muito maior do que o benefício.

Outro ponto de convergência entre as suas posições e as de demais jovens “retornados”, diz respeito à avaliação das condições de trabalho, assinalando a falta de liberdade e de autonomia no meio urbano. Horários fixos e diretrizes estritas estão entre os vetores de insatisfação com as experiências urbanas. Ao comparar essas dinâmicas laborais, a maioria dos jovens considera que as condições de trabalho são mais favoráveis no meio rural. Todavia,

<sup>71</sup> As assertivas de Montagner se fundamentam na teoria de Pierre Bourdieu.

nesse caso, pesam negativamente três fatores sobre o trabalho rural: a incerteza da renda, a penosidade e a falta de folga em finais de semana e feriados. Trata-se, então, de uma definição bastante particular ante as vantagens e desvantagens, medidas segundo critérios individuais, familiares e comunitários.

A sucessão, no caso de Gabriel, está atrelada a um processo de coparticipação familiar. Ele não se sente apenas um prestador de mão de obra. Participa ativamente das decisões, ainda que a centralidade destas esteja nas mãos de seu pai. O apoio do grupo para sua permanência e também para o seu retorno foram fundamentais para a sua decisão. Quando fala de um processo conjunto de decisões, não restringe os papéis hierárquicos ou as dificuldades que surgem nas definições sobre o cotidiano rural.

Ah, isso foi sempre apoiado, a família sempre apoiou, sempre foi conversado, até hoje toma uma decisão todos os integrantes da família sentam, discutem pra ver se é viável, se não é. Porque a gente é novo, a gente quer fazer, então a gente quer, a tecnologia tá vindo, a gente quer adiantar. Só que nossos pais eles sofreram muito pra conquistar isso, então nós estamos aqui com a ideia, eles estão aqui mais com o dinheiro e coisa pra ajudar a administrar, pra ensinar nós. Volta e meia dá umas discussão, só que eles tentam buscar pra ver se vai ser viável futuramente, porque não vai ser de hoje pra amanhã que vai te dar o retorno. Então às vezes a gente tem uma ideia meio explosiva, mas eles começam a te explorar pra ver se isso vai ser vantajoso ou não vai ser. A ideia tá na realidade, como é que tá hoje, como é que vai tá lá na frente, então tudo é debatido entre a família pra ver se vai ser feito ou não vai ser feito na propriedade. (Gabriel).

A sucessão é um processo diametralmente articulado entre a família e o jovem. Comumente é a família que se esforça para constituir um sucessor, alguém que dê sequência a tradição familiar e mantenha o patrimônio da propriedade. Quando encontram respostas positivas nas manifestações dos filhos e desenvolvem um diálogo produtivo, provavelmente esse processo ganhará corpo. Do contrário, se não existir estímulos, nem intencionalidades claras, ocorrerá a ruptura, conforme adverte Bianchini.

O estímulo à permanência dos filhos na agricultura é um elemento importante, se não essencial na determinação da opção profissional dos mesmos. Sob esse aspecto, a postura dos pais é fundamental, uma vez que é através da família que são transmitidos os primeiros valores e concepções a respeito do modo de vida, do trabalho e do estudo. Se a família não exercer o papel de estimular seus filhos a perceberem de forma positiva a agricultura, possivelmente esses jovens não encontrarão em outro lugar este estímulo e, provavelmente, se afastarão da propriedade. (BIANCHINI, 2010, p. 70).

Gabriel estava concluindo o curso de agronomia e sustentou que desejava e que iria permanecer no meio rural. A graduação, portanto, não é um fator que o atraia para a cidade ou que o expulse do campo. Essa não é uma realidade comum dos demais jovens e tende a ocorrer, sobretudo, nos cursos com vinculação direta à área agropecuária. A maior parte dos jovens rurais, inclusive, acaba não conseguindo fazer um curso superior.

A minha ideia é trabalhar na propriedade e dar assistência para algumas propriedades aqui em roda, alguns parentes aqui em volta, dá assistência, mas a ideia principal é ficar, trabalhar na propriedade. Eu fui buscar conhecimento porque querendo ou não hoje tem que ter conhecimento. E também pra mim no futuro não ficar dependendo só de técnicos e outra, o povo teria que pagar a mão de obra pra eles, assim eu tenho conhecimento e aplico na propriedade. (Gabriel).

Para ele, não há uma grande diferença entre rural e urbano, a não ser pelas relações de trabalho. As coisas produzidas num e outro lugar, somadas aos sistemas de trabalho, como horários, hierarquias, demandas é que sustentam a diversidade entre um e outro. Ele reforça, portanto, a matriz de pensamento geral entre os jovens rurais de que as condições laborais são o fator central que sustentam as representações e os processos decisórios entre migrar e permanecer.

Mas olha, eu acho que hoje se a propriedade é bem organizada, não tem muita diferença. Porque se vai ver o funcionário lá na cidade ele tem quinze, trinta dias de férias. Aqui na propriedade rural se organizar, que nem tem dois trabalhando, que nem o pai e eu, dá pra se organizar e tirar férias também, vou ficar nesse período e os outros um outro. Só o problema é o salário, na cidade tu tem o salário garantido, chega o final do mês tu tem, aqui na agricultura tu não sabe se vai ter essa renda certa. É um risco, tu não tem uma garantia, aquele produto que tu vai produzir... ah ele é pra te dar tanto, só que tu não sabe o preço, quando tu vai produzir se vai ter o preço garantido. Então o problema hoje na agricultura que eu vejo é que tu não tem uma estabilidade de preço, tu não tem uma garantia de renda. Na cidade você trabalha o mês inteiro, chega o dia quinze do mês você tem o salário, nem que não seja grande, mas você vai ter. Só que na agricultura é meio complicado, às vezes tu perde esse produto, como uma seca, ou o preço muda. Tu planta o preço do produto tá bom, quando tu vai vender não te dá garantia, aquela renda que tu precisaria ganhar. (Gabriel).

Embora circule pela cidade, não enxerga nela um local de moradia capaz de promover qualidade de vida. Pessoalmente, manifesta uma recusa incondicional em morar no meio urbano. É um espaço de transitoriedade, não de permanência. Essa manifestação, comum entre outros jovens, remete a uma valorização afetiva. O espaço rural é também o espaço de sua casa, do convívio familiar, de um ambiente que conhece desde muito cedo e representa segurança

emocional. A cidade, por outro lado, se torna um espaço de estranhamento e, por isso, pouco empático.

Morar tem que ser aqui, porque no meu pensamento aqui é um lugar tranquilo. Lá tu deita na cama é carro passando, é caminhão, é som alto. E a qualidade de vida aqui é bem melhor. Produz que nem um pé de feijão, não precisa comprar, carne tu produz, o lazer tu senta que nem ali tu pode tomar um chimarrão não tem ninguém. Lá tu bota o pé fora da porta já tem asfalto, tem carro, não tem aquele prazer de ficar ali tranquilo, tem só gente passando. Então, eu pra morar não me adaptaria. (Gabriel).

Ele considera que, pela própria natureza do trabalho rural, com horários mais abertos, há mais oportunidades de lazer ali do que na cidade. É importante organizar uma escala de trabalho entre os pais para que todos possam ter um momento de lazer e se afastarem da propriedade “sem culpa”. Ele entende que tem opções de lazer vivendo no campo e está satisfeito com elas: “namorar, volta e meia jogo futebol de salão também. Sábado quando não tem aula é futebol de salão, ir em festas, sentar às vezes em um domingo aqui e tomar chimarrão com a família, comer uma carinha, ficar junto”.

Essa é uma constatação massiva: os jovens rurais que ainda estão em idade escolar, ou até os 18 anos, reclamam mais da falta de lazer. Jovens com idade mais próxima dos 25 anos relativizam a essa carência. Alguns deles, inclusive, entendem estar bem atendidos com as opções e experiências que têm acesso, sendo elas mais circunscritas ao espaço doméstico.

Ele cita que seu relacionamento não tem interferido na dinâmica de permanência, uma vez que há uma clara definição de que o progresso da relação está condicionado a viverem “no campo”, embora não necessariamente “do campo”. Sua companheira, que é também uma jovem rural e estudante de Arquitetura, converge para o projeto de morar no meio rural, mas pretende seguir sua profissão no meio urbano. Como destaca: “eu disse desde o início que a gente podia construir uma família, só que a casa ia ser no meio rural, não ia ser na cidade. Se queria assim tudo bem, porque eu não me vejo lá, não ia conseguir morar lá”.

Esse é um mecanismo comum na região quando as moradias se localizam próximas de rodovias, de vias municipais pavimentadas ou em que a distância seja de até 10 km. Alguns desses arranjos são sedimentados pela pluriatividade, mas, em outros, se trata apenas da residência rural, sem vínculos produtivos. Pesa para esse processo o alto custo dos imóveis urbanos. É comum que os filhos construam suas casas num terreno da unidade produtiva cedido pelos pais, se estabeleçam ali, mas se desloquem diariamente para atividades laborais urbanas.

Em sua visão, a permanência dos jovens no meio rural começa desde criança, com o apoio e o diálogo dos pais. Dessa afirmação, depreende-se que a perspectiva da construção de sentidos sobre o rural se dá, portanto, durante a infância, se reforça na adolescência para apresentar-se mais claramente durante a juventude. Na verdade, Gabriel defende que esse é o ponto determinante. É uma perspectiva de que as imagens positivas, os discursos otimistas, as representações qualificadoras do rural promovem um efeito de empatia nos jovens e influenciamos para que desejem permanecer nesse ambiente que definem ser capaz de garantir qualidade de vida e satisfação pessoal.

Essa noção, assim exposta, soa como simplista e reforça o idilismo da ruralidade. Embora esse argumento seja fundamentado, é preciso pensar nos efeitos de uma exposição discursiva de largo lastro. As falas positivadas perpassam toda formação humana desses sujeitos e promovem uma influência muito significativa. Esse discurso não é capaz de garantir a permanência, mas é prudente considerar seus efeitos. Nesse sentido, a perspectiva da construção de representações sobre o rural inicia durante a infância e se torna impactante para os posteriores processos de permanência ou migração.

Eu acho que é desde pequeno o pai, a família... Porque geralmente certas propriedades que a gente conhece, o pai desde pequeno, desde quando a gente nasce o pai fica falando que o leite não dá dinheiro, o grão não dá dinheiro, isso aqui é uma porcaria que não vai dar nada, então a criança já nasce com aquele pensamento de... ah eu vou partir pra cidade, eu vou ir pra lá, porque lá eu vou ter dinheiro. Aqui eu vou trabalhar pra que se o pai só reclama? Só que daí ele não para pra pensar que o leite paga luz, comida, dá o salarinho no final do mês, paga tudo as dívidas que têm no banco. Às vezes não sobra nada, só que se ele parar pra pensar todo o patrimônio que ele tem... Então eu acho que o maior problema pra permanência do jovem é desde que nasce, se o pai sempre reclamar o filho vai pensar que a agricultura nunca vai dar nada. Então se ele apoiar, conversar, te ajudar, se ele te apoiar, vai ter sempre quem fique. (Gabriel).

Do ponto de vista da rotina, defende que a organização da atividade – que no caso de sua família é a pecuária leiteira – permite que o trabalho seja minorado, sendo mais um processo de acompanhamento. Esse é um viés que reconfigura a noção de trabalho braçal na qual o mito colonizador foi forjado. Não se está negando sua existência, mas os jovens questionam modelos produtivos pautados frontalmente em labor corporal. Todavia, parece que simbolizam suas relações de trabalho de uma forma excessivamente positivada, principalmente por não considerarem o quantitativo de horas que ficam envolvidos com a unidade produtiva.

Essa é uma visão corrente entre os jovens entrevistados. Eles tendem a relativizar suas jornadas de trabalho, considerando como trabalho efetivo apenas os períodos em que estão envolvidos diretamente com uma atividade fim, como o leite, por exemplo. Não consideram trabalho as funções adjacentes e ações correlatas, de organização, de cultivo de alimentos para subsistência, etc.

Se tu vai ver, se tu tem organizado não dá trabalho. Claro que às vezes é seis horas da manhã tem que estar lá, seja frio ou seja quente, tem horário. Mas se você ordenha e tem o piquete bem organizado, água nos piquetes, tem a propriedade organizada, você começa que nem seis horas da manhã, sete, sete e meia você termina a ordenha, demora uma hora, uma hora e pouquinho até que lavar tudo. Se leva o animal na pastagem e você tem um outro serviço pra ser realizado não precisa ficar atrás do animal. Que nem agora, dá um pouco de serviço porque o pasto não tá de acordo porque ocorreu seca, não choveu de acordo, o clima não favoreceu. Mas se você tem pastagem montada você larga lá de manhã, tem água lá e de noite você volta, pega, ordenha e coloca no pasto novamente. (Gabriel).

O que mais incomoda esses jovens, como atesta Gabriel, é a insegurança de preços e garantia de compra de seus produtos: “não temos ainda aquela segurança pra investir na bovinocultura de leite, porque o preço não é garantido, tu não tem uma garantia de estabilidade”. Esses dados das entrevistas corroboram com os dados dos questionários e se constitui como uma das variáveis centrais que interferem na permanência e na ruptura dos jovens rurais. Por isso, suas demandas de políticas públicas giram em torno dos subsídios. Tanto subsídio para os juros dos financiamentos rurais, quanto para garantia de preços.

[...] um negócio bom seria o governo subsidiar alguma coisa ou garantir uma estabilidade de preço. Daí se não deu aquele preço, deu abaixo então o governo bancaria, supriria. E até alguma coisa de repente de cota, que tem lá na Nova Zelândia acho que é, que eles têm tantas cabeças de gado e a partir disso eles têm que comprar de outro produtor. Eu acho que também não iria acabar com o pequeno, porque muita gente grande tá vindo e colocando lá cem, duzentas vacas<sup>72</sup>. A empresa vai querer buscar aonde? Onde que tem cinquenta litros ou onde tem cento e cinquenta litros? Então ele devia implementar alguma coisa que deixaria meio igual pra todos. E o cara que quer botar mais vaca tem que comprar de outro, ou ter de comprar algum outro produto. Precisa uma cota pra proteger os menores, porque hoje tu tá vendendo quem é menor indo pra cidade, que ele não consegue, ele tem aquele dinheiro, só que não dá o giro na propriedade. Pega uma família ainda consegue sobreviver, mas daí se pega o filho junto, que daí dá duas famílias, como é que o jovem vai fazer? Então vai do jovem também, se ele quer fazer outra atividade na propriedade, se ele quer agregar valor em alguma coisa também, só que daí a questão mais complicada que é o dinheiro. (Gabriel).

---

<sup>72</sup> Gabriel se refere ao desenvolvimento do modelo de produção de leite em confinamento.

Nesse sentido, a fala de Gabriel é sintomática e aponta para a desigualdade de condições dos agricultores familiares. Um sistema de subsídios poderia contribuir para preservar os agricultores mais fragilizados e dar suporte para sua continuidade no campo. Um dos problemas que complexificam a situação é a especialização produtiva que está afetando a cadeia produtiva do leite. Pequenos produtores têm enfrentado dificuldades cada vez maiores, seja pelos problemas de concentração do mercado de processamento, seja pela pressão de escala e de legislação. Há uma necessidade sempre constante e crescente de que esses agricultores se modernizem, que melhorem a qualidade de seu produto, sem, contudo, que isso seja refletido em seus ganhos monetários, em sua estabilidade e em sua qualidade de vida.

Outra questão é que, mesmo com os jovens interessados e mobilizados para promover as inovações técnicas, a fim de melhorarem suas condições de trabalho e produção, há um risco elevado para sua consubstanciação. A volatilidade dos preços coloca em xeque as iniciativas de médio e longo prazo. Ainda assim, na região há quem aposte em investimentos de grande porte para construir salas de ordenha modernas, confinamentos, aviários, pocilgas, etc. São valores que partem de cinquenta mil reais e chegam a mais de um milhão de reais.

A conjuntura de mercado na tomada do crédito nem sempre se conserva para sua quitação em prazos de dez, vinte ou trinta anos. O peso psicológico de um endividamento dessas proporções para um jovem rural e sua família é bastante revelador para se pensar aqueles que abdicam da atividade e aqueles que assumem sua continuidade. Para isso, se tornam fundamentais uma política de preços e uma estabilidade comercial.

Hoje depende da tecnologia que você implanta, você tem que ter uma produção, senão não é viável. Só que esse é o problema, você vai fazer um investimento lá de “apenas” quinhentos mil ou um milhão suponhamos, pra alguma atividade só que pra pagar em dez anos e tu não tem uma estabilidade de preço. Que nem agora, ah eu tô produzindo, digamos, doze mil litros de leite e eu quero daqui a dez anos produzir quinze. Beleza! Vou investir pra produzir quinze, eu vou botar essa tecnologia agora quando tem quinze mil litros ela se paga também. Só que o problema hoje de investir é que você agora investe, tá um real, um e cinquenta, um e sessenta e daí lá na metade ele vai pra noventa centavos. Então hoje é mais o medo de investir na tecnologia. E pra investir na tecnologia tem que ter uma certa produção também, senão não se torna viável, ela não vai se pagar. (Gabriel).

Este medo apontado por Gabriel é somado a um quadro social de jovens agricultores que não possuem uma capacidade técnica para avaliar as suas condições de endividamento. Uma leitura mais simplista pode estimular a contratação de um empréstimo vultuoso sem

considerar essas variáveis externas, tais como frustrações climáticas e instabilidade de preços. A pressão gerada pelo endividamento e a drenagem de recursos para pagamento de juros e amortizações criam um ambiente que desestimula a permanência dos jovens. É comum ouvir relatos de jovens que participaram da contratação de empréstimos e depois abandonaram a unidade produtiva, deixando com os pais e irmãos o ônus de um projeto que haviam idealizado. Geralmente o discurso acusa esses sujeitos de terem uma falha moral, sendo que pouco se fala das suas condições de trabalho, rentabilidade e dos juros a que estão expostos.

A visão de futuro da ruralidade que Gabriel, assim como outros jovens, expressa é de um desânimo quanto a estrutura geral, com uma saída maior de jovens. O quadro que apresenta é o dos efeitos da “seletividade”, donde poucos dos pequenos produtores vão sobreviver. Os jovens entrevistados apostam que com sua capacidade de organização serão candidatos a resistir, enquanto “outros” não terão a mesma sorte. Nesse contexto, o território rural terá cada vez menos gente, menos jovens e menos vida, embora possa ter mais produção.

Mas olha, eu acho que vai ser pouco jovem e bastante gente grande, pequeno produtor vai ter um que outro ainda que sobreviver digamos assim. Eu acho que vai ser mais dominado pelas empresas, o pessoal tem mais dinheiro, vão lá e botam tanto e pegam peão, então acho que vai ser menos famílias e mais produção, aumentar as escalas. (Gabriel).

Outra experiência é a de Henrique (27 anos), residente no município de Guaraciaba. Teve experiência urbana durante um ano quando prestou serviço militar – embora que o aquartelamento não permita classificar com uma verdadeira experiência urbana. Mesmo tendo feito um curso técnico, acabou permanecendo no meio rural, como diz, “enrolando”.

[...] eu saí do colégio no mesmo ano que eu tinha me alistado e em dois mil e nove já fui pro quartel. No início de dois mil e dez eu saí do quartel, daí eu fiz um curso em eletricista no Senac. Era de graça, daí eu aproveitei e fiz, eu tinha ideia de sair. Eu tinha ideia de ficar um tempo aqui e depois sair, daí fiz o curso, dois mil e onze fiquei aqui, perdi o interesse de sair e fiquei, enrolando, enrolando. (Henrique).

Esse é um comportamento recorrente entre os jovens rurais e se torna imperativo para compreender os processos sucessórios. Não estão apenas esperando se decidirem. Aguardam que algo ocorra e lhes dê um norte mais convincente para suas decisões. Isso se aplica tanto para aqueles que querem sair ou os que querem ficar. A conjuntura é o fator definitivo para um ou para outro caminho.

Em 2013, enquanto aguardava algum sinal mais coerente, Henrique iniciou um ciclo de capacitação oferecido pela Epagri de seu município. No ano seguinte, em 2014, ingressou no curso de “Liderança, Gestão e Empreendedorismo para Jovens Rurais”, também oferecido pela Epagri. Esses cursos, segundo ele, foram decisivos para que considerasse, com efetividade, permanecer no campo: “aí que eu comecei a investir, eu vi que tinha atividades pra pensar, foi melhorando, melhorando e é isso que eu quero”.

As experiências dos cursos desencadearam um conjunto de possibilidades para a permanência, potencializando um desejo que estava em análise. Dessa forma, quando questionado sobre o porquê quer ficar, responde pelo gosto que tem da ruralidade. Mas o gosto por si só não é suficiente para definir a decisão, é preciso um impulso externo, nesse caso, dado pelas formações que fez.

Percebe-se que o gosto que subsidia sua decisão de permanência passa pela diferenciação que faz de cidade e do campo. Na prática, os indivíduos partem de suas vinculações imediatas e afetivas e constroem, “a partir delas” as percepções daquilo que lhes é exterior. A urbanidade não é totalmente exterior, mas complementar e assessoria. Torna-se um espaço de alteridade, do outro, do qual se depende, mas se resguardam distâncias e diferenças.

[...] eu me criei aqui, eu gosto, é tranquilo. Eu tenho noção do que é uma cidade e do o que é aqui, o que é trabalhar lá e o que é trabalhar aqui. Não tem comparação, aqui é muito mais tranquilo. Quer ir uma hora visitar um vizinho, ir pra um lugar, pode ir. Não precisa pedir: “ah chefe eu quero ir”. E o chefe diz: “não, não pode não”. (Henrique).

A conceituação que constrói sobre o rural é baseada numa representação vinculada ao trabalho, à tranquilidade e à autonomia. Utiliza a palavra liberdade para definir sua relação com a ruralidade, fato inverso ao meio urbano: “eu tenho pouca experiência, mas é estressante eu acho. Eu não vejo liberdade lá”. Perguntado por que não enxerga liberdade na urbanidade, Henrique responde que “fica praticamente o dia inteiro, quem trabalha tipo em indústria, o dia inteiro fechado, fechado eu vejo isso, é um chiqueirinho, é muita pressão eu vejo assim”. Além disso, percebe que o fato de ser agricultor é, ainda, objeto de inferiorização social em relação a vida urbana:

Até que hoje assim, o agricultor ele é mais valorizado que uma vez. Uma vez tu ia pra cidade só te olhavam torto. Hoje aqui na cidade pequena até que não é tanto, mas cidade grande ainda acontece isso bastante, o pessoal tem certa discriminação. Eles veem assim

o agricultor tipo..., o pessoal da cidade grande às vezes tu conversa, o cara é agricultor fica derrubando mato, destrói tudo. É essa a visão que eles têm ainda, a maioria. Daí tu vai lá, atravessa um rio no meio da cidade e os caras jogam esgoto dentro do rio. (Henrique).

A sua decisão é tipificada pelo fato de ser o filho mais jovem. Seu irmão mais velho migrou. Sua irmã mais nova também. Assim, ele se tornou o candidato “nato” à sucessão, sob o qual recaí uma pressão moral mais acentuada. Como deixar os pais sozinhos? Considerando a migração do irmão mais velho, Henrique diz que “mais um sair de casa não ia dar muito certo, a atividade não ia ir pra frente, o pai foi contra eu sair então”. Permanecer é, também, avaliar os desejos e até mesmo imposições familiares. Pesam as tradições que impelem comportamentos e constroem um conjunto de expectativas nas quais todos estão envolvidos. Se não há exatamente uma permanência como fatalidade, há um influência significativa das pressões morais.

A sucessão é um corolário de potencialidades e desafios. O diálogo, estratagema central do processo, torna-se ao mesmo tempo o maior dos obstáculos e a melhor das ferramentas. Questionado sobre o diálogo familiar, Henrique contemporiza: “conversar a gente conversa, mas não é um diálogo assim profundo, conversa normal assim”. Remete a um diálogo mais ordinário, no qual os pontos de rugosidade e conflito tendem a ser amenizados e silenciados. Questionado se as decisões são tomadas em conjunto (principalmente aquelas referentes ao trabalho, às atividades e aos investimentos), a resposta é elucidativa: “sim, mais a questão assim é do pai, questão de lavoura essas coisas tudo, ah vamos pegar isso, vamos fazer aquilo”. Quer dizer, o diálogo é orientado pelo e para a figura paterna que tem, no limite, o poder discricionário. A última palavra é dele.

É importante ressaltar, como bem demonstrou Simone Bianchini, que nas famílias em que os pais são mais jovens (40-50 anos), a dinâmica de sucessão se torna mais complexa, uma vez que tanto a esposa quanto o esposo tem um “horizonte ainda longo de permanência” (2010, p. 85). Isso envolve maiores dificuldades para fazerem uma transição de comando em favor dos jovens.

A própria questão da permanência, segundo Henrique, não passou por um debate familiar: “é assim, na verdade nós nunca conversamos diretamente, ah vou ficar, é mais uma decisão minha”. Segundo seu pai, Paulo – presente na entrevista –, a decisão se deu num momento em que a família definia a contratação de empréstimo para investimento na atividade

leiteira: “eu disse tu decide bem antes, não depois que tá construído de repente sair. Daí é brabo para pagar o investimento. Se ele não ficasse não ia mais investir assim”.

Há um temor, justificável, dos pais em relação a hesitação dos filhos quando se manifestam pela permanência atrelada a um investimento considerável. O risco de que os jovens abandonem o projeto está sempre presente e as experiências de endividamento que as famílias têm são, geralmente, traumáticas. Esse é um fator que explica o fato das famílias aguardarem a manifestação dos filhos sobre a sucessão e que estes demonstrem estar efetivamente engajados no projeto de vida rural.

Conforme dona Francisca, mãe de Henrique, “sem ele acho que nós não iríamos dar conta. O investimento foi feito e ele decidiu ficar, se não fosse por ele nós não ia investir, nem ia, quem sabe, estar hoje aqui”. Ela revela que, como o filho tinha planos de migrar, eles estavam se organizando para abandonar a atividade rural, haja vista que, segundo ela, “hoje em dia precisa de mão de obra pra tocar a propriedade”. Com a decisão da permanência do filho, a própria família decidiu ficar no campo.

Os filhos constituem, portanto, um estoque de mão de obra barata e confiável. Não por um viés oportunista, mas pela própria dinâmica de autoexploração na qual essas famílias, como um todo, estão inseridas (CHAYANOV, 1974). Na percepção de Henrique, sua jornada de trabalho é de apenas seis horas, algo que considera importante para a qualidade de vida. Nessas seis horas, todavia, não está computado o trabalho de organização das atividades, apenas o efetivo trabalho braçal. Esse é um elemento importante para considerar como os jovens rurais representam a própria atividade que desempenham, ainda muito influenciados pela noção de trabalho como esforço físico.

Henrique entende que a atividade leiteira não afeta suas atividades de lazer, pois considera que o tempo despendido na ordenha lhe permite organizar-se para sair à noite e nos finais de semana. Suas atividades de lazer congregam: “jogar futebol às vezes, no fim de semana saio à noite, até mesmo brincar com os cachorros. Ah às vezes vou pescar, mais difícil agora, perdi o costume mas ir pescar no rio”. São atividades que envolvem o “não trabalho” e as coletividades restritas ao espaço comunitário, ambiente que ele frequenta e participaativamente, inclusive nas dinâmicas organizacionais: “eu tô de secretário do esporte, daí agora tem as Santas Missões e daí eu sou coordenador aqui na comunidade e sou coordenador da

matriz, do município”. Relata ainda ter sido membro do Conselho Municipal da Saúde e de contribuir constantemente nas atividades religiosas.

É considerável que a participação ativa na comunidade potencialize a permanência dos jovens no meio rural. Isso faz com que se sintam úteis, com o ego massageado, reconhecidos socialmente, além de promover um contato com uma realidade mais densa das relações sociais. As comunidades são espaços de afeto e de conflito, logo, inserir-se e conviver nesse ambiente contraditório promove uma visão ampliada do que é viver no campo. As responsabilidades que assumem socialmente refletem nas responsabilidades que assumem na família e consigo mesmos.

Nesse sentido, jovens rurais que tenham inserção social em movimentos sociais, questões religiosas, esporte, cursos de formação, cultura, tendem a ser potencialmente mais pragmáticos quanto às decisões de sair ou permanecer. Não é possível medir a influência para um ou para outro caminho, mas é palpável que o processo de decisão acontece com maior profundidade de análise.

Solteiro, Henrique avalia como complexa a questão da migração feminina, fato que justifica pela tradição familiar de privilegiar os homens no trabalho e na sucessão: “tem aquelas questões de família, de tradição que sempre foi. Antigamente era assim, os filhos ficavam pra fora e as filhas dentro de casa, então isso vai pesando”. Além disso, entende que as escolas influenciam com um discurso de saída do meio rural.

[...] a maioria daquelas que saem é interferência de fora. Quando eu estudava assim meu professor falava comigo: estuda e vai pra cidade procurar um emprego. Eu nunca vi numa escola, quando eu estudei, os professores ou as professoras incentivarem a agricultura, ficar na agricultura, não teve isso. E a questão do agricultor tem o trabalho braçal e eu vejo que as mulheres não são muito de..., tem mulheres que sim, pegam ali até mais que homens, mas eu vejo hoje em dia que nas escolas principalmente não incentiva. (Henrique).

Henrique entende que o maior incentivo para a permanência dos jovens é assistência técnica, sobretudo com cursos de média e longa duração que promovam, além do debate estritamente técnico, a valorização dos jovens rurais. Nesse sentido, Henrique relaciona os cursos promovidos pela Epagri. Segundo ele, o papel da Epagri é fundamental, visto que além do contato nos cursos, há um acompanhamento com os jovens, fator fundamental para incentivá-los a dar prosseguimento com seus projetos e ideias: “a Epagri é diferente, eles veem

aqui e conversam contigo, a gente interage, isso faz a diferença". Esse papel é ampliado por abrir um espaço de interação do jovem com a família, mediado pelos profissionais da empresa.

O que eu vejo assim precisa de curso, palestras, essas coisas que eu participei. Isso foi fundamental, orientação técnica. Às vezes o cara tem as coisas, mas não sabe trabalhar com isso. Então às vezes algum detalhe ali tu ajusta, dá um pulo, uma revolução na propriedade que nossa, eu vejo que falta isso, falta bastante curso e orientação técnica. Tu vai, parece que tu vê lá as coisas, às vezes tu se prende aqui, não vê ou tu vê, mas tu não se toca, não tá preparado. Tá ali, sempre tava ali, mas tu não sabe o que que era, tu não vê aquilo. (Henrique).

No seu caso, a intenção da família é continuar trabalhando com o leite. A dificuldade que persiste é o ajuste entre o custo de produção e o valor recebido pelo produto final. Segundo Henrique, "o nosso produto não é valorizado como o produto de fora. O produto de fora valoriza numa escala muito mais rápida e maior, comparado com o leite produzido aqui". Esse produto de "fora" remete aos insumos, equipamentos e logística que vêm do meio urbano e muitas vezes têm seus preços tabelados no mercado internacional, como é o caso dos adubos químicos utilizados nas pastagens.

Como os agricultores familiares são uma ponta dessa escala produtiva, têm menor capacidade de barganha. Esse é o maior problema assinalado por Henrique para a permanência no campo. Além disso, entende que poderia ter mais estrutura e equipamentos para produção, especificamente para "diminuir o serviço braçal". Enfim, um conjunto que congrega a questão dos preços, sua instabilidade e a penosidade do trabalho.

Enquanto política pública, a família relata o desagravo com o PNCF. Segundo eles, o programa não prevê a possibilidade de compra de lotes entre parentes<sup>73</sup> e no caso deles há uma área do avô de Henrique que poderia ser anexada à propriedade. Outro problema é o valor disponibilizado em relação ao valor das terras da região: "é uma política pública que deveria ser mudada. Até o valor, era oitenta mil, tu vai comprar o que com oitenta mil? Acho que três hectares. E agora o valor aumentou, mas mesmo assim, as terras são bastante valorizadas, então é complicado". A solução paliativa encontrada pela família foi arrendar a propriedade do avô, como explica Paulo:

A maior dificuldade nossa era pouca terra. E daí nós sempre esperamos, esperamos que o governo ia mudar, que poderia vender de pai pra filho pelo Banco da Terra, daí tem a

<sup>73</sup> Em 2015 essa cláusula foi revista, no entanto a família parece não ter recebido à informação.

terra encostada ali. Esperamos mais quinze anos e eles não mudam e nós não queria comprar retirado, poderia ter comprado no nome dele (Henrique) essa aqui, tem dez hectares encostada, daí aliviava, bah! Daí agora é o segundo ano que nós temos arrendado dele (avô de Henrique). (Paulo).

Nesse sentido, há um paradoxo. Ao se vincular as cadeias produtivas mais amplas, os agricultores familiares são forçados a se adequarem tecnicamente, o que gera um peso econômico significativo para suas atividades. No geral, movimentam volumes robustos de dinheiro, mas com uma margem pequena de lucratividade.

Ainda assim, segundo Henrique, a permanência dos jovens passa por essa adequação técnica. Quem não se ajustar vai ficar “para trás”: “esses que tinham aquele sistema antigo ultrapassaram, vai ficando pra trás e chega uma hora que não tem mais o que fazer”. Percebe-se uma consonância com o discurso da modernização agrícola pautada num argumento de inexorabilidade histórica, do qual os agricultores não têm outra saída senão convergirem para o modelo imposto. Provocado, seu pai diz a mesma coisa em poucas palavras: “não tem muito o que falar, tem que se adequar”.

Seguindo esse argumento, a família entende que muitos dos demais agricultores ficarão sem sucessores por falta dessa adequação. Como alerta dona Francisca: “ah eles dizem assim, nós vamos se aposentar e deu, porque não vai adiantar eles investir né?”<sup>74</sup>. No que Paulo emenda: “e tem muitas propriedades assim”. A perspectiva é de que se aposentem e migrem para a cidade, visto que o ambiente rural tenderá a ficar cada vez mais isolado, conforme defende Henrique.

Querem sair, bem pouca gente que fica. Tu se aposenta, tu para de trabalhar e tu fica em casa tipo isolado. Daí tá se acabando um pouco a questão assim de sair visitar os vizinhos. Então imagina, tu para de trabalhar, daí tu fica o dia inteiro sentado lá fazendo nada, é complicado. Se tu vai morar na cidade tu tem os vizinhos lá que é aposentado. Tem a questão dos idosos que segura bastante, esses encontros nas comunidades, daí isso dá uma motivação a mais pra eles irem embora, mas é o sistema, é complicado. (Henrique).

<sup>74</sup> É importante registrar que dona Francisca também transparece uma incerteza quanto ao futuro da ruralidade. Quando perguntada se no futuro as coisas iriam melhorar ou piorar no campo, respondeu: “ai, hoje em dia, nessa idade, acho que não pode mais pensar no futuro. É complicado, tudo muda, cada pouco muda, sei lá eu já não penso assim”. Quer dizer, há uma assunção do viés etário de que são os jovens que devem se preocupar com o futuro, já que os idosos não tem perspectiva dele, deixando o espaço livre para o “novo”. (Francisca).

Existe, porém, um movimento diverso de arranjos sociais para que a permanência de um filho possa proporcionar, consequentemente, a permanência dos pais idosos. Algumas famílias “querem” ter um filho por perto, independente de que ele esteja vinculado às atividades rurais. Rearranjam as relações produtivas, adaptam condições e flexibilizam atribuições para “cativarem” um sucessor. Quando os filhos já tenham migrado, a estratégia é convencer algum a retornar.

Se a migração dos idosos é vista como um movimento aceitável, a migração dos jovens é percebida com mais cautela. O quadro social futuro, como indica, é de esvaziamento.

Esvaziamento geral, donde resistirão menos unidades produtivas. Essas famílias que permanecerem precisarão se organizar para oferecer maior qualidade nos alimentos. A alimentação é a pedra de toque desse discurso, pois Henrique e outros jovens entendem que seu papel social será o de oferecer alimentação saudável e que precisam valorizar esse argumento.

Ele serve não apenas para garantir a continuidade na atividade, mas gerar uma valorização simbólica para sua profissão. Para isso, os sistemas produtivos precisam envolver uma escala menor com qualidade maior. Ao defender esse pressuposto, Henrique retoma que será preciso “se adaptar”, não deixando claro se entende ser uma adaptação por pressão do mercado consumidor final ou se perante os complexos agroindustriais, como o do leite que exerce o domínio na atual conjuntura.

Mateus (34 anos<sup>75</sup>), jovem rural de São José do Cedro, personifica a história de um agricultor improvável. Seus pais, embora vivessem no campo, não se classificam no conceito estrito de agricultores. Sua mãe é professora aposentada. Seu pai, também aposentado, foi trabalhador assalariado, pedreiro, diarista. A propriedade da família manteve-se arrendada para vizinhos. Quando seus pais se aposentaram é que passaram eles próprios a cultivá-la. Nesse contexto familiar, Mateus foi, desde cedo, incentivado a seguir uma carreira fora da agricultura. Tanto que por influência da mãe, iniciou o curso de graduação em História.

Após dois anos de curso e já tendo experiência como professor temporário na escola da sua comunidade, decidiu mudar de ares. Mudou-se de cidade para estudar Design, curso que abandonou logo depois. Permaneceu migrando para cidades maiores para trabalhar em

---

<sup>75</sup> Como já assinalado no capítulo 4, a juventude rural não se restringe, especificamente, a uma faixa etária de 15 a 29 anos. Esse é um exemplo de um sujeito social que se define enquanto jovem rural, mesmo tendo 34 anos de idade.

múltiplas atividades, nas quais não se adaptava. Percebeu que poderia retornar para a casa dos pais para “dar um tempo” nos projetos de vida. Sua biografia é interessante porque demonstra a existência de uma moratória para os jovens rurais, o que é um fato pouco comum. A renda razoável dos pais aposentados e o fato de ser filho único lhe permitiram construir um projeto de vida com menos urgência e menos percalços.

Eu quando me formei aqui (Ensino Médio), fui pra São José do Cedro (cidade), fiz segundo grau e a partir dali eu percebi que precisava de mais conhecimento, eu precisava achar um caminho. Eu não tinha certeza que era aqui o meu caminho e daí no caso eu comecei a faculdade em São Miguel do Oeste, em História. Peguei aulas e tal, fui professor e percebi que não era bem aquilo que me fazia feliz. Então eu vi que eu precisava de conhecimento, esse conhecimento a gente busca lá embaixo na humildade, e então eu fui morar em Sombrio/SC trabalhar em uma fábrica de chuteiras. Ali eu ganhei uma experiência de vida muito extraordinária, muito grande, fiquei cinco meses lá e comecei a dar um pouco mais de valor pra aqui. E daí então depois daquilo ali eu fui morar em Campo Erê/SC, trabalhar como balanceiro e a propriedade ficou aqui. Meu pai só fazia o básico e tal e nós não tínhamos políticas públicas, o país ainda estava em desenvolvimento e tal, até que eu cheguei em casa e vi que não!, a gente tem como fazer, porque o que eu tinha eram todos empregos temporários. (Mateus).

Mateus remonta o fato de que sua decisão de retornar para o rural ocorreu por volta do ano de 2008, momento em que o país desenvolvia um intenso pacote de políticas públicas para o desenvolvimento rural<sup>76</sup>. Não é difícil, portanto, considerar que esses investimentos públicos influenciaram decisivamente para o aumento de permanência de jovens no meio rural, como já pontado por Valadares et al. (2016). Tratado de maneira genérica pode ser lido como um movimento impessoal, mas se consideradas as transformações íntimas ver-se-á que se trata de processos de melhoria da vida, de fortalecimento de vínculos sociais e afetivos, enfim, da garantia da continuidade de um modelo sustentável de produção de alimentos e de um modo de vida.

Ao retornar para o ambiente familiar, Mateus passou a assumir, cada vez mais, a condução das atividades agropecuárias que desenvolviam na unidade. A sua interação com o processo de sucessão se deu com apoio incondicional de seus pais. Como ele defende, não é possível ser sucessor sem apoio e liberdade irrestritas, pois se o jovem quiser implantar um novo sistema produtivo ou quiser aprimorar um já existente, precisa ter “carta branca”. Não

<sup>76</sup> Além do acesso ao Pronaf, Mateus aponta, por exemplo, a política pública para habitação rural que ele acessou e conseguiu construir sua casa própria. Defende que a vida no meio rural deve ter conforto e esse precisa ser um objetivo dos agricultores, pois representa qualidade de vida.

precisará pedir liberação para cada detalhe. Deverá ter confiança e colocar o plano em ação, lidando com a pressão da responsabilidade de obter sucesso: “eu até me preocupo ainda, não foi difícil, mas foi muito cobrado, foi de uma responsabilidade assim muito grande... Mas eu sempre tive liberdade para ir e vir em todas as pontas da propriedade, para cavoucar onde eu quisesse, fazer o que eu quisesse”. A sua experiência de sucessão não é exatamente comum na região. Os desafios do diálogo se mostram complexos, como ele mesmo indica na sua condição futura.

[...] isso me preocupa muito porque eu tenho um filho e eu me preocupo, já to me preocupando com a minha sucessão, será que eu vou ter minha sucessão? Porque se tem um dado do trabalho, de pesquisa em que se fala que não passa três gerações. Eu sou a segunda geração dentro dessa propriedade. Como vai ser a terceira, será que vai conseguir se manter? É claro que isso tem que ter um estímulo, que antigamente eu sempre questionava meu tio, às vezes nas aulas eu comentava com os alunos em que o pai nunca falou, “oh meu filho vamos botar alguma coisa”. Não, ele sempre falava “tu tem que estudar pra não passar o que eu passei”, mas hoje com o conhecimento, com as técnicas, se tem uma qualidade de vida, se faz as coisas diferentes. Então hoje eu espero falar pro meu filho, “não meu filho, se tu quer nós vamos botar alguma coisa”. Vamos aqui dentro da propriedade, vamos trabalhar, vamos juntos, vamos trabalhar pra que se tenha essa sucessão de novo. (Mateus).

A sucessão geracional na agricultura familiar pode ser interpretada como a sequência de uma vocação<sup>77</sup>, enquanto um dom pessoal, que seria transmitido pela herança genética e pelo peso dos exemplos familiares. Porém, as práticas sociais apontam para um processo complexo, no qual se negociam os gostos, as possíveis inclinações pessoais, as possibilidades, as dificuldades, enfim, um conjunto de variáveis mais ou menos organizado.

Compreende-se que a sucessão rural envolve – com um caráter inexorável – considerar as disputas e convergências em relação às gerações envolvidas. Nesse sentido, não basta considerar que são pais e filhos, mas que são gerações de jovens e gerações de adultos ou idosos que congregam ou competem pela definição de projetos em comum. Torna-se explícita a ocorrência de um conflito pela construção dessas pressuposições familiares.

---

<sup>77</sup> Em geral, o conceito de vocação foi criado a partir de princípios religiosos, como uma forma de justificar a escolha de seus membros. Afinal, se você usa um critério “natural” para essa escolha, a subjetividade diminui e as pessoas tendem a aceitá-la melhor. Como exemplo, vê-se a forma como os sacerdotes eram “escolhidos” na Idade Média. Se não era possível selecionar por um critério biológico e não se desejava tornar público que o critério era social e de classe, a justificativa recaía na acepção vocacional. A questão é que, em outros campos, buscava-se naturalizar processos sociais com base nesse princípio, que acaba sendo uma forma de justificar uma diferença como produto natural das disposições individuais.

O conceito de geração implica uma percepção de mundo compartilhada entre grupos sociais específicos. Esses grupos surgem pelo convívio temporal definido por um critério etário. Dessa forma, comprehende-se que os jovens formam um grupo, pela proximidade de idade, congregam concepções e ideias parecidas, da mesma forma que adultos ou idosos. Quando se fala de gerações, porém, é salutar considerar que, mesmo congregando características comuns, são ainda diversos seus comportamentos (JAIDE, 1968). A questão central se torna o embate entre as visões de uma e de outra geração.

Entrar para a História por ter nascido em determinada data é encontrar-se com um mundo feito pelos maiores, mas pelo qual não se é responsável. A geração nova talvez o aceite ou o recuse, mas não sem antes ter enfrentado as gerações mais velhas, construtoras de uma realidade com a qual tropeça sem a ter pedido. As modificações introduzidas – superficiais ou profundas – serão consequências desse confronto vitalmente forçoso, que não tem porque ser necessariamente patético. (ECHEVARRIA, 1968, p. 199).

No contexto dos conflitos geracionais rurais há também uma luta em relação à autonomia familiar e um conflito com o mundo externo. Todavia, como o espaço de contato e interação é geralmente o familiar, é ali que o conflito se manifestará. É importante considerar que os jovens postulam suas posições e interpretações à realidade sobre bases discursivas mais frágeis, uma vez que boa parte de suas constatações são na verdade especulações, ainda que corretas. Há, portanto, uma provisoriação e uma modificação intermitente em suas perspectivas. Assim, o jovem se torna candidato e ocupante da posição de sucessor apenas quando a família enxerga nele um adulto, com comportamentos que lhes promovam segurança.

No tocante aos conflitos geracionais referentes à sucessão, o elemento estrutural mais evidente é o acesso à terra, visto que ela representa a base da atividade. Logo, o jovem que demonstra capacidades de “maturidade” se torna candidato a ter sob seu domínio “a terra da família”. Na análise de Godelier (1989), são múltiplas as formas de controle e apropriação da terra<sup>78</sup>. No caso da pesquisa corrente, vale o princípio jurídico do título da propriedade, visto que a terra é uma mercadoria. Todavia, na ausência de um mecanismo monetário de acesso, os jovens lançam mão dos sistemas de sucessão e de herança. No caso em análise, é muito comum que esses processos não sigam o perpetrado por “sistemas legais”. Vale a tradição, o ritual e os

<sup>78</sup> O autor trata, sobretudo, de sociedades não ocidentais.

“acordos” familiares velados. Esses “acordos” consistem, basicamente, em sistemas de herança que eliminam as mulheres e os filhos migrantes. Isso reforça que o bônus é também o ônus do cuidado dos pais na velhice.

Como no caso dos jovens rurais a moratória é improvável, ainda que possível, para justificarem a permanência, eles precisam desempenhar funções de trabalho. Quanto mais funções desempenharem numa escala hierárquica de responsabilidade e complexidade, mais aptos estarão para a sucessão. Esse é, também, um processo ritual de demonstração de habilidades e de funções hierárquicas.

O sistema de trabalho familiar é complexo porque envolve maiores relações de parentesco do que especificamente relações monetárias. Trabalhar é primeiro um dever moral, depois uma ação para a sobrevivência imediata e, por fim, um meio de obter dinheiro. Para as gerações coloniais, isto é, gerações mais antigas dos avós e bisavós, trabalhava-se e raramente se fazia um balanço dos ganhos reais. Vivia-se e ponto. Os jovens, porém, tendem a avaliar constantemente se há, de fato, algum ganho. Nesse sentido, a sua relação com o trabalho é menos moral e mais monetária. Ainda que reproduzam aspectos de resignação, tendem a questionar uma vida de esforço sem retorno econômico evidente.

No caso das mulheres, esse processo é ainda mais latente. Informadas, desde cedo, que pelos princípios morais e pelos valores tradicionais são os homens que cuidam das finanças, elas acabam sendo excluídas das dinâmicas decisórias e do próprio acesso à renda. É um fortíssimo elemento para explicar sua maciça migração.

Guigou<sup>79</sup> (1968) afirmava já no final da década de 1960 que as motivações dos conflitos geracionais não eram as mesmas entre rapazes e moças, embora alguns fossem compartilhados. Entre os rapazes, pesava a questão financeira e as dinâmicas de colaboração entre pai e filho, principalmente após o casamento. Já entre as moças, a liberdade de ir e vir e as tarefas laborais eram as mais impactantes. Isso demonstra que as variações de controle por gênero foram desde muito praticadas nos espaços rurais.

A forma como se desenvolvem os conflitos geracionais nas unidades produtivas interfere de maneira direta sobre as possibilidades ou não de sucessão. Quando a figura do pai

---

<sup>79</sup> Os conflitos geracionais de que trata Guigou (1968) sobre a França da década de 1960 e as soluções de cogestão propostas entre os pais e os filhos, sobretudo os rapazes, se tornam evidentes na região Sul do Brasil apenas em finais dos anos 1990 e durante as primeiras décadas do século XXI.

se mantém controlando todos os aspectos das atividades, além das questões morais, o espaço que os jovens reivindicam se vê inviabilizado e eles tendem a migrar (FIGUEIRÓ, 2016). Em alguns aspectos, os pais podem discricionariamente evitar a sucessão, optando por não perpetuar os familiares na mesma atividade, sob o argumento de que “não quero que meu filho sofra o que eu sofri” (FIGUEIRÓ, 2016, p. 44).

A convivência com a terra e com a atividade agrícola e com as cidades, dos jovens e de seus pais, leva a uma valorização sobre as qualidades da vida no campo e nas cidades. Os pais em geral incentivam a permanência dos filhos na terra, tomando em conta, por outro lado, as dificuldades que enfrentarão para realizar este desejo, se não herdarem a propriedade. Neste caso, os pais inclusive incentivam os filhos a migrar. Os jovens avaliam as dificuldades de vida no campo, olhando o exemplo de seus pais, e as comparações positivas e negativas sobre campo e cidade, encontradas em suas interações sociais. Estas influências não têm uma relação clara com a permanência na terra, pois existem interações importantes, relacionadas, por exemplo, à questão sucessória, que podem alterar estas percepções. (LIMA et al., 2013, p. 43).

No caso de Mateus, a família buscou dissuadi-lo da permanência. No entanto, sua trajetória lhe convenceu que o retorno seria o melhor projeto a ser seguido. Na atualidade, ele se vê como um agricultor profissional, com todas as qualidades que lhe dão uma deferência ante os demais jovens rurais da região<sup>80</sup>. Segundo ele, essa qualificação vem de sua busca por conhecimento e pela persistência em fazer melhor, reconhecendo os erros já cometidos e a experiência acumulada.

Sua confiança é também percebida pelos papéis sociais que vem desempenhando. No momento da entrevista, Mateus ocupava o cargo de Diretor Distrital. A sua função se circunscreve a fomentar a relação entre a administração municipal (executivo) e a população da localidade distrital. “Eu sou diretor distrital, então você busca ajudar a comunidade e, enfim, ser uma linha direta com o prefeito e tal, com a prefeitura. É, mas isso eu procuro exercer a agricultura e exercer não misturando os dois”. O fato de ter esse vínculo representa não apenas uma pluriatividade, mas um fator de prestígio e representatividade.

Mateus, portanto, é mais um exemplo de jovem retornado. O período que passou fora do meio rural, seja como estudante ou como operário, é acionado, segundo defende, de forma positiva e catalizadora para sua decisão de permanência. Se tomada a proposição de

<sup>80</sup> Seu projeto rural é notabilizado pela Epagri como uma Unidade de Referência Tecnológica (URT), cuja função é servir de modelo para propagação de estratégias técnicas para outros produtores rurais.

“expectativa” dos jovens rurais, no sentido de que ficam “esperando para ver no que vai dar”, a trajetória dele é sintomática, pois a saída foi esse movimento de procura por um sentido de vida. Como aponta Lima et al., a migração dos jovens rurais não pode ser tomada como definitiva. Em muitos casos, “o jovem que hoje toma a decisão de migrar, amanhã pode decidir retornar à sua terra de origem” (2013, p. 62)<sup>81</sup>.

Com base em sua história, Mateus foi assim provocado: “como que é essas experiências fora da agricultura te colocaram em conexão com a agricultura?” Sua resposta é elucidativa.

Por quê? Porque quando você vive na agricultura você tem um estilo de vida, você tem uma liberdade, pode ser liberdade emocional ou liberdade financeira, as duas juntas, uma é diferente da outra. Mas na agricultura é bem diferente tua liberdade como cidadão, como você lá na cidade. Na cidade você é bastante manipulado, as regras não atingem pra você ter uma qualidade de vida. Então eu precisava viver aquilo, eu precisava saber como que era lá na cidade e daí eu comecei a analisar as duas coisas. Aí eu comecei meio que questionar o que eu fazia na agricultura, o tempo que eu tinha, o tempo de sair, o tempo de dormir depois do meio dia, o tempo de escolher o que eu queria fazer. Lá eu não tinha, lá você ganhava a mesma coisa que ganhava na agricultura, bem no final das contas dava a mesma coisa. (Mateus).

Ele mesmo reconhece que sua história não foi de um contato efetivo com o trabalho rural desde criança. Como seus pais tinham outras fontes de renda, a agricultura e a pecuária eram práticas esporádicas e ele dispunha de um conforto que seus amigos, muitas vezes, não tinham. Essa experiência distanciada do rural, quando criança e adolescente, rendeu até uma suspeição quando decidiu seguir a profissão: “até porque assim, eu nunca fui um guri que quebrou milho aos dez anos, tive vizinhos que sofreram bem mais que eu. Até quando eu comecei com o projeto das vacas, do leite, muitos me criticavam, porque achavam que eu nunca iria pra frente”. Dessa desconfiança, segundo ele, surgiu uma perspectiva para melhorar constantemente.

É, eu não tinha experiência, não sabia de nada. De nada também não, mas eu só fiquei na agricultura porque eu corri atrás de um projeto e não porque a gente aventurou. Eu já tinha um projeto em mente de fazer, de renda, esse era o objetivo. Coisa que lá na cidade você trabalha pros outros, então você não tem objetivo, o objetivo é trabalhar, trabalhar e viver. E aqui, então, o nosso objetivo era aumentar a renda e dar uma vida digna, não ficar rico, mas uma vida digna. Uma vida digna pra mim é ter as coisas

<sup>81</sup> Como afirma Vitória, técnica da Epagri, os jovens retornados se caracterizam como agricultores mais convictos: “a gente viu que os jovens agricultores que saíram e que voltaram eles são... diferentes! Eles têm outra percepção da atividade rural, tecnicamente, economicamente e também do modo de vida do meio rural. Eu acho, não sei quantificar isso, mas é uma coisa meio subjetiva”.

essenciais: um carro pra sair, você sair, você comer bem, se vestir. Pra mim qualidade de vida é essa. (Mateus).

Sua decisão de permanência segue um argumento ordenado em: (i) autonomia e liberdade; (ii) melhores condições para constituir família; (iii) garantia de renda para efetivar a qualidade de vida.

[...] o princípio de tudo de eu ficar na agricultura é eu conseguir mandar na minha vida. Se eu disser assim pra ti hoje, eu vou trabalhar, então eu vou trabalhar, mas se eu falar que hoje eu não vou trabalhar, eu não vou trabalhar, é a gente que faz. Tem coisas que, tipo tirar o leite, tu tem que fazer, isso tá, mas ainda assim eu consigo ter um pouco mais de liberdade. Então a liberdade é o ponto, o ponto principal é a liberdade, depois vem a construção de família e tudo que rodeia. E por fim também temos que ter uma renda pra gente conseguir participar um pouco lá fora também, de você ir jantar, de você comer, de você participar. (Mateus).

Nesse sentido, remete ao princípio de que viver no meio rural não significa ficar preso a ele, mas de poder circular pelo meio urbano, usufruir de outras variáveis, consumir, viajar, descansar. É um pressuposto que tenciona as relações de sovinice das gerações mais velhas. É um modelo de ruralidade que questiona o não consumo. A valorização da autonomia e da liberdade converge para as expressões de justificativas que se repetiram massivamente nos dados coletados.

Em verdade, a percepção de autonomia e liberdade são os dados centrais de toda a tese, sustentando os elementos de representação e conteúdo que subsidia os discursos e as decisões de permanência. Trata-se, portanto, de uma variável de conteúdo simbolizado sobre as experiências sociais dos jovens rurais. Entendem que a ruralidade é positiva porque permite terem liberdade de horários e a inexistência de um patrão.

Na percepção de Mateus, o rural e o urbano são “totalmente diferentes”. Porém, quando tentou apontar essas diferenças acabou defendendo que não são “mais tão diferentes”. Isso teria acontecido porque, segundo ele, tanto no meio urbano quanto no meio rural vigora um sentimento de consumismo e de individualidade que converge para que a forma das pessoas atuarem socialmente seja parecida.

Existem diferenças, mas não tão nitidamente que nem antes, que nem antigamente. Antigamente se tinha uma diferença em que a dona de casa lá da cidade – e o dono da casa também – tinham um carro mais bonito que o cara do interior e hoje já

tá parecido. Hoje, às vezes, tu acaba comprando coisas que o cara lá da cidade também compra e hoje se tem uma migração do povo da cidade pro interior buscando a qualidade de vida, as boas maneiras, as práticas de final de semana que antigamente também não tinha. Por isso que eu chego a conclusão agora que o meio urbano e o meio rural estão se aproximando muito. Ainda se tem umas diferenças visíveis aqui que é em termos de liberdade, aquele povo lá já tem menos que nós, liberdade de expressão, liberdade de ir e de vir, do que quem tá no meio rural. (Mateus).

Dessa forma, ele defende que a melhoria da qualidade de vida no campo pode subsidiar um sentimento de superioridade em relação ao meio urbano, o que historicamente fora um sentimento de superioridade das populações urbanas sobre as rurais, por este último ser visto como um espaço de pobreza e carências acaba por ser invertido no imaginário dos agricultores. Quando eles circulam pelas cidades e vislumbram que sua vida está melhor que daquela população, concluem que não podem ser menosprezados e acabam construindo um estereótipo negativo deles.

Um dos exemplos que enfatiza é o fato do meio rural garantir um bom emprego, algo que a maioria da população urbana não tem. É um bom emprego com boa remuneração. Vê-se que essa é, também, uma definição representacional e simbólica da ruralidade, definida pela qualidade das relações de trabalho e renda em oposição ao meio urbano, onde as ocupações são tidas como ruins e os salários baixos.

A satisfação pessoal com seu trabalho, sua renda e seu projeto de vida eram notórios no momento da entrevista. Enquanto ocorria a entrevista, uma empregada doméstica chegou à sua residência para fazer a limpeza. Segundo ele, que mora sozinho, é necessário contratar alguém para essa tarefa. A conclusão imediata é que há disposição de renda suficiente para tal situação, algo incomum nas áreas rurais.

Essa boa condição financeira demonstra seu orgulho. Segundo ele, foi resultado de muito empenho pessoal e superação: “na agricultura quando tu começa um projeto, a gente fala dos anos de cachorro<sup>82</sup>. Os anos de cachorros são os primeiros em que você desmancha coisas que já estão feitas, você puxa pedra ali, seis meses puxa pedra do mesmo lugar”. Esse é um exemplo de discurso de valorização e reforço do heroísmo, muito comum entre os colonos. Não se está aqui questionando a jornada desse jovem ou diminuindo seus feitos. A questão é que a forma como esses elementos aparecem nas falas remontam ao sentido que expressam, ou seja, um reforço da meritocracia vivida individualmente, como um axioma do “vim, vi, venci”.

<sup>82</sup> Período de dificuldades e carências.

[...] já são oito anos que eu tô na linha que eu comecei. O que me estimulou foi a questão da renda, que se dava pra ter uma boa renda e hoje eu vejo os números no computador que eu não imaginava que podia chegar naquilo ali. E foi o que me estimulou, a garra que eu tirei, realmente não sei de onde, mas veio. Porque até então eu era um cara que não tinha muito compromisso com as coisas, saia na sexta feira e voltava na segunda. Mas assim, o que me deu entusiasmo foi demonstrar pro meu pai, pra minha mãe que podia ser feito diferente, que nós podia melhorar, que nós podia ter um local de vida assim extraordinário. E a gente trabalhou de sábado, domingo, segunda, terça. A gente também foi buscar pessoas pra ajudar, isso a gente buscou. Eu fui buscar assistência técnica, fui buscar conhecimento lá fora e esses cursos que eu fazia através da Epagri, através da secretaria de agricultura, foi uma das coisas assim que me estimulou bastante. E sabendo também que eu era o dono, isso foi uma das coisas assim que mais me estimulou. Porque eu vejo em propriedades que o pai e a mãe não passam a sucessão pro filho, fica ainda naquela situação que não é sucessão. E eu vejo assim que há um desânimo, que as coisas não vão pra frente e quando vê acaba terminando. (Mateus).

A passagem de comando da propriedade, ampla e irrestrita, como defende Mateus, seria o fator efetivo da sucessão. Se não há essa passagem definitiva, a probabilidade de sucesso é menor. Essa visão é interessante e muito problemática, pois restringe o papel social dos pais que, para garantir a sucessão, precisam abdicar de suas posições hierárquicas historicamente constituídas. Além disso, a gestão das unidades produtivas nas mãos dos jovens não são um sinônimo de sucesso, nem mesmo de inovação. Há uma valorização de que a presença dos jovens nas unidades tende a fortalecer processos produtivos mais eficazes, porém não é possível demarcar que sejam necessariamente rentáveis ou expressão mesma de qualidade de vida.

Essa linha de raciocínio reforça a necessidade de uma “agricultura empreendedora”, com inovação técnica que esbarra no dito “conservadorismo” dos pais. Como defende Mateus, o ponto nevrálgico para o desenvolvimento rural é a visão que os jovens e os pais precisam ter, no sentido de buscarem conhecimento. Do conhecimento, eles poderão tirar a perspectiva empreendedora que ele mesmo salienta. Esse empreendedorismo de que fala é pautado numa “visão crítica”, visto que visa usar elementos tecnológicos modernos para reduzir custos, reduzir a penosidade do trabalho, não necessariamente aumentar a produção e a produtividade, mas o resultado final dos ganhos monetários.

Para tal, classifica empreender como aprender, como busca de conhecimento. Jovens rurais empreendedores seriam aqueles que buscam aprimorar seus conhecimentos. O maior desafio seria conseguir fazer um bom planejamento, diminuir custos, prever situações de risco. Quanto maior o conhecimento do jovem, melhores serão os resultados obtidos.

Nesse conjunto discursivo, elege a assistência técnica como o elo fundamental para esse salto qualitativo e quantitativo das unidades produtivas, embora não a atrele, necessariamente, a uma política pública. Há, segundo ele, experiências de cooperativas de agrônomos que atuam na região e que se tornam acessíveis e geram aumento de renda, por exemplo. Em sua opinião, a assistência técnica é mais importante que o crédito, “porque assistência técnica te traz conhecimento e o crédito não. Noventa e nove por cento das propriedades não precisam de crédito, precisam de assistência. Daí com assistência ela traz administração, boas práticas, bom manejo, estímulo ao agricultor”.

Ainda assim, aponta que é importante ter uma política pública de assistência técnica. Contudo, reclama que na atual conjuntura as políticas públicas para o campo haviam diminuído ou desaparecido. “Então não vejo uma perspectiva boa pra agricultura em Santa Catarina, pro pequeno agricultor se continuar com essas políticas públicas, que não tem na verdade mais políticas públicas do governo”.

Bruno (26 anos), também residente em Guaraciaba, é outro exemplo de como a permanência se potencializa por meio do engajamento social em pautas que extrapolam o cotidiano familiar. Ele ocupa o cargo de secretário de Finanças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraciaba, atividade na qual cumpre expediente em meio turno. Não se trata apenas de pluriatividade, mas de um envolvimento social com grande intensidade, visto que está em contato diário com os demais agricultores e participa dos eventos sindicais em nível estadual e federal.

Além das atividades institucionais do sindicato, Bruno ocupa ainda as funções de conselheiro municipal de trânsito, faz parte da diretoria do hospital municipal (que é uma associação filantrópica), da direção do grupo de jovens da sua comunidade e da diretoria do clube esportivo da comunidade. É um envolvimento significativo e que precisa ser conciliado com os compromissos de trabalho da unidade produtiva familiar.

Bruno saiu de casa aos 14 anos para trabalhar com seu tio como pintor na sede municipal de Guaraciaba. Permaneceu na atividade até os dezesseis, tendo retornado pelas dificuldades de acompanhar os estudos: “voltei por causa dos estudos, não sobrava muito tempo, então aqui na propriedade tu consegue ter os teus horários”. Aos dezoito anos, alistou-se no Exército e prestou serviço militar por um ano, período que começou a namorar. Por conta do emprego de sua

companheira, mudou-se para a cidade de Maravilha/SC, permanecendo lá por um por um ano e meio, até decidir-se pelo retorno ao meio rural e pela permanência nele.

E daí então foi no momento em que meu pai me procurou devido a demanda grande de serviço que tinha na época, a propriedade crescendo e tinha planos de mais investimentos, então necessitava de ter a mão de obra. Não adianta você expandir sem mão de obra. Na época apareceu essa terra aqui do lado da propriedade, doze hectares, então necessitava dessa decisão de voltar ou não, porque só a minha irmã morava ainda aqui, mas não daria conta. Então a mão de obra estava escassa, o meu pai hoje já está com cinquenta e um anos, na época tinha quarenta e sete, então já tá com uma idade bastante avançada pra fazer um investimento e saber que ninguém vai ficar. Dado a isso resolvi retornar pra cá e continuar o serviço e tocar a propriedade. Aí conseguimos investir, logo após a gente fez a sala da ordenha, compramos a terra, compramos o trator que a gente tem com alguns implementos mais básicos pro momento. E agora vamos ver o que aparece aí novos investimentos pra frente. (Bruno).

A sua explicação para a permanência é baseada, também, no conjunto de experiências que teve em relação ao meio urbano, destacando a autonomia e a liberdade de horários. Além disso, chama a atenção para as dinâmicas comunitárias, o sentimento de convivência mais aproximada entre os vizinhos. No ambiente rural, destaca, é possível ter maior qualidade de vida, considerando também os custos, o acesso à alimentação.

Compreende-se que essa construção discursiva busca evidenciar uma diferenciação de ritmo. Quer dizer, no meio urbano desenvolve-se um ritmo social tido como frenético e uma impessoalidade nas relações. No meio rural, segundo esse olhar, o ritmo é mais lento, ajustado conforme as dinâmicas da natureza e das definições familiares. Além de que há um sentimento de coletividade inerente às formas de organização comunitária, as quais oferecem um sentimento de acolhimento.

Eu explicaria pelo seguinte, como eu tive a experiência do interior e da cidade, voltei, fui de novo, então a gente conhece bem como é que é a parte da cidade, a parte urbana. A gente sabe que vizinhos praticamente não se falam. Então, aqui no interior você se dá com todo mundo, tu tem o teu vizinho, se dá bem e tem a parte de lazer que no final de semana tu tem a tua comunidade pode ir, tu vai nas outras comunidades tem as festas. Então a minha, digamos assim, decisão de voltar e continuar aqui na propriedade foi por esse motivo, a melhor convivência. O custo de vida também é menor, porque na cidade a gente pagava aluguel, tinha que comprar carne. E também ter os horários, porque na cidade a gente tinha horário pra cumprir, de manhã das sete e meia às onze e meia, uma e meia às cinco e meia, seis horas e aqui no interior a gente faz o horário. A gente sabe que tem todas as tarefas diárias pra cumprir, mas também quando a gente resolve o dia de dar uma descansada que não é tão necessário de apurar o serviço, que a gente tá mais tranquilo, então a gente consegue fazer também os horários. (Bruno).

Considerando as atividades laborais desenvolvidas na unidade produtiva, a pecuária leiteira é a que se destaca. Pode-se dizer que tudo gira em torno dela. A família já trabalhou com a produção de suínos e com fumo. Durante muito tempo, inclusive, a suinocultura foi prática central até ser desconsiderada pelas inconsistências de rentabilidade. Por volta do ano de 2008, viu-se no leite, uma atividade até então paralela, a possibilidade de desenvolver a propriedade. Para viabilizar a pecuária leiteira como atividade principal, foi necessário um aporte significativo de investimento. O investimento gerou um endividamento, fator de responsabilização de todos os membros do grupo familiar. A pressão das dívidas é minorada pelo sentimento de satisfação que na atualidade Bruno esbanja.

Ah hoje tô muito satisfeito. Quando voltei, na época com vinte anos de idade, o cara fica meio em dúvida, não sabe o quer e fica sempre com o pé atrás. Não sabe se os investimentos que a gente vai fazer vai dar certo e tem todo esse compromisso também. A partir do momento que você assumiu esse compromisso dos investimentos não adianta, porque a gente sabe já de dados, histórias de amigos nossos que falaram que iriam ficar com os pais, investiram muito, quando apertou o negócio, que viu que não ia dar, saiu. Daí fica toda a dívida pros outros. Então, na época ali que eu assumi o compromisso de ficar, oh, pensei umas quantas vezes, porque eu acho que é errado, depois que você assumiu tem que cumprir e graças a Deus estamos conseguindo aí pagar todas as contas em dia e sempre sobra um dinheirinho. Porque também tem a parte do lazer, passear, viajar. (Bruno).

Nesse sentido, Bruno retoma o postulado já comentado acima de que a sucessão, muitas vezes, está atrelada a um aporte de investimentos feitos em razão da permanência dos filhos. Esse endividamento é uma questão muito sensível no seio familiar, porque a tomada dos empréstimos, muitas vezes, é uma decorrência própria do desejo desses filhos, não necessariamente dos pais. Se os sucessores abandonarem o projeto durante sua execução, os pais e demais membros da família, como irmãos mais jovens, ficarão com o ônus da dívida.

No cotidiano, Bruno destaca que as atividades de lazer que desenvolve são pautadas no esporte, que é desenvolvido no ambiente comunitário. Na prática, nas comunidades rurais da região de estudo, os clubes esportivos comunitários se tornam, basicamente, o único equipamento de lazer. E por lazer está subentendido futebol, jogos de baralho, bocha e bolão, todas atividades praticadas quase que exclusivamente pelos homens. As mulheres utilizam esses espaços nas festas, das quais, em geral, são também as trabalhadoras da cozinha. Há uma

discrepância de gênero muito grande entre esses ambientes e entre o que se considera lazer de homens e lazer de mulheres.

Para participarem das atividades de lazer, a família fez um calendário de trabalho nos finais de semana. Considerando que a irmã de Bruno, Manuela, também é sucessora, dividiram-se as tarefas entre três casais: os pais, Bruno e sua companheira, Manuela e seu companheiro. Logo, cada casal é responsável pelo trabalho em um final de semana, deixando os outros dois com tempo livre para lazer, viagens ou outros compromissos fora da unidade produtiva. Segundo Bruno, essas “folgas” são tidas como fundamentais para desenvolver um ambiente de trabalho salutar entre os jovens.

Esse desejo por um tempo de descanso e de liberdade nos finais de semana é potencializado pelas jornadas extensas que são cumpridas em todos os dias. No relato de Bruno, é possível identificar jornadas de trabalho de 12 a 14 horas diárias, influenciadas, também, pela pluriatividade que ele desempenha. Esse é um ponto importante quando se defende que a permanência dos jovens rurais pode – ou deve – passar pela pluriatividade.

Embora seja uma saída para muitos jovens e suas famílias que precisam aumentar a renda, a soma de novos labores implica em precarização das relações trabalhistas. No caso de Bruno, há uma rotina intensa, como explica.

Na propriedade aqui nós não temos o costume de acordar muito cedo, de madrugada vamos dizer assim. Nós começamos as atividades aqui às sete horas da manhã, então trabalho das sete até meio dia na propriedade e o meu horário do sindicato é das uma às cinco. Mas daí como eu entro muito tarde digamos assim, até que eu almoço, então eu acabo começando lá por uma e quinze, uma e meia no sindicato e vou até cinco, se precisar eu toco mais, até cinco e meia, conforme tem a demanda de serviço lá pro dia eu faço. Daí o dia que eu consigo das uma às cinco horas eu retorno e ajudo na ordenha, porque a gente começa a ordenha da tarde às cinco, então quando eu retorno eu ajudo na ordenha e outros serviços. O dia que tem uma reunião na cidade eu já permaneço lá porque daí é muito pouco tempo que o cara volta pra fazer atividade e aqui a questão do leite a gente sempre tá em três, quatro ali no período da noite e daí é mais tranquilo. Nós terminamos às oito, todo dia às oito, sete e meia, oito horas, conforme o dia, tem dias que a gente espicha um pouquinho mais, se sabe que vai ter atividade no outro dia pra já adiantar alguma coisa. (Bruno).

Esses períodos extensos de trabalho são contemporizados pelos agricultores, dizendo que entre as ordenhas eles trabalham menos, em atividades leves ou mesmo que não trabalham. A prática vista na pesquisa de campo, porém, é outra. É verdadeira a alusão de terem uma condição de maior flexibilidade para organizarem seus horários, mas excetuando-se um breve

período de descanso após o almoço – popular sesta – os agricultores não param de trabalhar. São jornadas ampliadas, seja no cuidado com os animais, na preparação de pastagens e todo conjunto de demais demandas que existem numa estrutura ampliada como uma unidade produtiva rural.

Como já apontado, o fato é que o trabalho rural é representado, por esse público, apenas pelas atividades de maior esforço físico e vinculado às atividades fins, ou seja, aquelas que remetem a remuneração direta. O imaginário de que as relações de trabalho não estão atreladas ao tempo dispensado para exercê-las é sintomático para que os jovens rurais expressem as qualidades da ruralidade pela flexibilidade de horários.

Na verdade, essa flexibilidade é também questionável. Não há como esgotar as demandas de trabalho em uma unidade produtiva como as que existem no meio rural do Extremo Oeste catarinense. Sempre existem tarefas, manutenções, preparações. Quando os jovens apontam que podem fazer seus horários, trata-se mais propriamente de que podem negociá-los, não os controlar.

Avalia-se, assim, uma realidade pautada nas representações e nas experiências sociais. Essas variáveis são ponderadas e medidas no sentido de suas amplitudes e em relação aos gostos, disposições e perspectivas que cada jovem possui. Não se trata da mesma forma, do que pondera Godelier (1989), de um raciocínio eminentemente técnico racional, mas informado pela cultura vivenciada e simbolizada.

Como destaca Lima et al., as múltiplas possibilidades que os jovens rurais podem ter a sua disposição acabam sendo reduzidas, afuniladas pela presença no campo, na cidade ou entre eles.

O trabalho no campo e na cidade é avaliado pelo jovem, na sua decisão sobre migração ou permanência. No campo, este jovem tem uma formação para tornar-se agricultor desde muito cedo, e aos catorze anos já é considerado um agricultor completo, formado em geral pelo pai. Este jovem rural tem uma vida em que é comum a pluriatividade, o envolvimento com a unidade produtiva, mas também jornadas de trabalho mais extenuantes, e as chances de risco climático, por exemplo. Por outro lado, visualiza as oportunidades para trabalho autônomo, nas cidades (isto é, fora do controle dos pais), onde acredita que existe uma jornada de trabalho mais amena. Esta percepção sobre a cidade pode ser menos positiva para os que têm experiência de trabalho nas cidades. (LIMA et al., 2013, p. 43).

Esse viés influencia, também, uma visão de qualificação da ruralidade pelas relações mais afetivas, comunitárias e pela tranquilidade. Há um sentimento de que as dinâmicas sociais rurais são “mais verdadeiras”, seja pela superioridade moral de seus membros, seja pelo ambiente menos “poluído” de disputas e conflitos, como nas cidades, como defende Bruno.

O rural, eu acho que pra mim o rural tem tranquilidade. O urbano é aquela correria, é sempre um barulho, por isso quando morava na cidade não gostava muito. É barulho, é um em cima do outro, a gente não tem a sua particularidade como você tem no interior. E aqui no interior é a questão da amizade, a gente vê que é uma coisa mais verdadeira, mais forte assim, o bom convívio com a comunidade, com as pessoas, elas se dão melhor. Tem a questão da qualidade de vida também, que a maioria dos teus alimentos você produz na propriedade, claro que hoje é bastante usado os agrotóxicos, mas pelo menos nós aqui na propriedade a questão de feijão, batatinha, essas coisas que são plantadas aqui a gente não usa nada e procura comprar o mínimo possível fora. Eu acho que o rural é mais isso. (Bruno).

A experiência de Bruno no sindicato faz com que relate o fato de que os pais, e nesse caso, principalmente o pai, influenciem de maneira decisiva as escolhas dos filhos, seja pelos exemplos positivos ou negativos, seja pela pressão. Segundo relata, é sintomático o fato de que se constrói um ambiente de saída das moças. Elas são excluídas das dinâmicas rurais, distanciadas e pressionadas a migrar, visto que por esse viés, o rural é considerado como lugar para os homens. Isso impacta efetivamente na “escolha” do sucessor.

Eu vejo assim, como a gente tá dentro do sindicato, faço bastante visita no interior, a gente conversa, a gente vê essa divisão até pelos pais, a gente escuta bastante “ah não porque a minha filha ela tem que fazer faculdade pra ser uma médica, pra ser uma dentista, pra ser uma advogada”. O filho homem não, ele já pode ficar no campo, eu preciso dele porque é um cara que vai saber dirigir o trator, vai saber trabalhar com meu maquinário. Eu vejo isso uma questão bastante errada. Nesse sentido, a gente dentro da nossa propriedade tentamos mudar isso. Porque tem bastante gente que..., é até engraçado quando o pessoal vê que a gente não tá com o trator, minha irmã pega o trator e sai trabalhar, sai fazer alguma atividade com o trator o pessoal fala, “meu Deus como é que vocês dão o trator pra ela?” Eu volta e meia questiono, tá mas ela trabalha aqui, por que ela não pode pegar? Então a gente vê bastante isso, aquela parece que... não sei se..., mas os pais parecem que moldam. Ah não porque se é menina tem que ser alguma coisa importante na cidade, se é um menino já pode ficar no campo. (Bruno).

Essa variável que desloca as possíveis aspirações das mulheres também tenciona o desejo dos rapazes. Num sentido inverso, Bruno comenta que a visão de ruralidade dos pais pode interferir para que, mesmo estes, sejam desestimulados a ficar. Não se trata de analisar

racionalmente as condições, mas de levar em conta o peso do discurso negativo dos pais. Sua argumentação confirma, como a de outros jovens, a importância do desenvolvimento discursivo e representacional no ambiente familiar. Os conceitos, as palavras utilizadas e as representações que são construídas, na fala, na teatralização, no imaginário acionado, refletem na formulação de um complexo de justificativas decisórias.

De forma correlata, pode-se pensar nos papéis de rapazes e moças no processo sucessório rural. Há um deslocamento discursivo sobre os espaços femininos que envolvem migração e estudos. Já entre os rapazes, a permanência surge como “naturalidade”, da qual os estudos são dispensáveis.

Segundo Bruno, os jovens e suas famílias tendem a não relacionar todas as variáveis possíveis de maneira aberta. A migração e a permanência são tomadas como situações inexoráveis, sem considerar os percalços e possibilidades de uma e outra. Ele defende, no caso da permanência, que muitos não a consideram porque não avaliam com calma formas de se organizar, de lidar com os desafios. Ao migrarem, muitos jovens acabam aceitando uma resposta mais simples, porém menos promissora.

[...] a gente escuta bastante pai dizendo, não porque no interior não tá dando nada, é ruim, tem que ir pra cidade porque lá na cidade é bom. Tá, mas você vai pra cidade trabalhar no quê? Servente de pedreiro? Não é, a gente não menospreza nenhuma atividade, toda atividade tem o seu valor, mas digamos assim, entre você trabalhar de servente de pedreiro e tá trabalhando na roça, eu acho que o esforço físico é praticamente o mesmo, ou de repente na roça conforme a atividade que você exerce é menor. A única coisa na cidade tem a questão de horários e é isso eu acho que influencia bastante a juventude sair, que é a questão dos finais de semana. A gente sabe que trabalha até sábado de meio dia o máximo e sábado de tarde e domingo eles tão liberados. No interior não, no interior a gente sabe que quem trabalha com atividade de leite não tem folga. Tem também como se organizar, mas é difícil às vezes. Tem como você fazer, que nem a gente fez aqui o calendário, no final de semana eu, outro final de semana você e vai se ajeitando. A gente também escuta falar do ah, meu piá vai ficar no interior não precisa estudar, não precisa ter uma faculdade ou um curso técnico que seja. Eu vejo que é bastante errado, eu acho que é justo ao contrário, aí que você tem que ter. Porque hoje a gente vê a tua propriedade é como se fosse uma empresa, não muda nada, você tem que ter todo um controle, de repente até mais, porque um deslize, um deslize que você deu é difícil que você recupera. (Bruno).

Como visto, não se trata apenas de uma visão positiva ou negativa. Não é um esquema dicotômico do tipo: quem cresce ouvindo que o rural é ruim, vai migrar, e quem cresce ouvindo que ele é bom, vai permanecer. É mais amplo. Envolve a construção de perspectivas, de perceber possibilidades, intervenções. Considera mesclar os gostos, sonhos, condições

materiais, capacidades financeiras para migrar ou permanecer. Destaca-se que essas são decisões abertas e, em alguma medida, passíveis de reversão. As relações familiares, porém, são decisivas para dar corpo às decisões e suas modificações.

Para Bruno, a sucessão depende, primeiro, do interesse e do gosto dos jovens pelo meio rural. “Se não tem gosto, não adianta ficar”. Mas esse gosto apenas não basta, é preciso ter espaço para opinar nas questões familiares, nas atividades produtivas. Assim, o diálogo aberto é a base desse processo: “pelo menos eu tenho bastante amigos que se queixam que não podem falar nada, porque os pais não aceitam nada, então isso acaba gerando um desgaste, ‘ah não, mas eu não posso falar nada, porque nada serve, nada é bom’”.

O diálogo, segundo reforça Bruno, constrói melhores projetos de investimento, de melhorias e facilita a alocação de recursos. Quando as decisões tendem a ser concentradas, os demais membros da família não se sentem parte do projeto familiar e acabam saindo.

Michel Foucault (1996) aponta que no processo discursivo há o princípio da interdição, isto é, não se pode falar aberta e livremente sobre todas as coisas. Essa assertiva é visível nas relações hierárquicas familiares rurais. Os jovens, nesse sentido, não podem manifestar-se com total independência, ou se o podem, há momentos ou interlocutores específicos. É comum, por exemplo, que os jovens conversem, intimamente, com as mães e protocolarmente com os pais.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 1996, p. 9).

A relação diferencial do discurso no ambiente familiar é uma constatação de sua perspectiva de poder. O discurso, a fala, as expressões indicam não apenas um ato comunicativo, mas um complexo emaranhado de sociabilidade que evoca obter o que se quer, quer dizer, uma relação de poder. Como destaca Foucault, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (1996, p. 9).

As “palavras” dos jovens sofrem também com a “rejeição”, outro conceito foucaultiano (1996), que expressa um peso diferencial dado ao emissor do discurso<sup>83</sup>. Quer dizer, embora possam obter um espaço institucional para se manifestarem, nem sempre encontram uma validação tal qual as proferidas pelas figuras paternas, por exemplo. Suas falas acabam por ser ignoradas ou desclassificadas. O desafio é de legitimar-se nessas relações.

A disposição dos jovens em efetivarem seus projetos envolve, além da comunicação, planejamento. As proposições que fazem tendem a ser aceitas na medida em que possam promover confiança em suas estratégias. Um dos fatores primordiais envolve o endividamento. Os pais evitam o endividamento, muito informados pelo período de escassez e carestias, especificamente nos anos iniciais de colonização (décadas de 1920-1960) e depois pela crise econômica dos anos 1980, que perduraram até meados da década de 1990. Logo, são necessárias propostas viáveis.

Como diz Bruno, “é essa questão que a gente fala também, você tem que se planejar meu amigo, você tem que botar as coisas no papel e ver se é viável”. Os jovens, segundo ele, têm dificuldade de permanecer para seguir um projeto no qual não estão totalmente inseridos. E não ficarão para pagar dívidas que lhes impeçam de ter qualidade de vida, de terem lazer, enfim, de terem perspectivas: “porque querendo ou não, hoje a juventude ela quer ter o seu momento de lazer e pra você ter lazer, automaticamente, você tem que ter dinheiro pra ter esse lazer”. Esse acesso à renda passa pelo planejamento de médio e longo prazo, fato que muitos jovens, segundo indica, não consideram factíveis. Querem resultados rápidos e se eles não vêm, desanimam.

Sem dinheiro não se faz nada hoje em dia. E eu acho que bastante disso, que a gente percebe, que a juventude acaba saindo, é pela pressa. Porque o investimento é alto, tem que ter um planejamento da propriedade. Não é de hoje pra mês que vem, final de ano, é um planejamento de médio a longo prazo. Você tem que planejar a propriedade pra daqui a pouco, de repente dez, quinze anos, por que não? E você vai colocando as ideias aos poucos. Fazer essa avaliação se na minha propriedade vai ter a capacidade. É viável esse investimento que eu vou fazer ou não? E daí vai construindo. (Bruno).

---

<sup>83</sup> A análise de Foucault trata da rejeição a partir da irracionalidade do emissor, geralmente dos indivíduos tratados como loucos. No caso da pesquisa aqui tratada, os jovens não são tomados como loucos, mas seu discurso é sistematicamente rejeitado porque eles são percebidos como agricultores sem experiência e ingênuos. A validação discursiva depende da consideração, sobretudo entre os rapazes, de se tornarem “homens maduros”, conceito que Yanko González apresenta em sua pesquisa sobre a juventude rural chilena (2003).

O desafio das políticas públicas, segundo Bruno, não está na oferta de recursos, de crédito, por exemplo. O problema é garantir um suporte para quem acessa esses recursos financeiros, seja para adquirir terra, para construir casas e instalações produtivas ou custear safras. Muitos agricultores, segundo ele, se veem desorientados após contraírem os investimentos, que, mesmo subsidiados, se tornam pesados para as famílias, principalmente porque em alguns casos o endividamento é de mais de vinte anos. Essas famílias precisam de acompanhamento, de direcionamento.

Esse suporte, como indica, deve ser pensado a partir de uma assistência técnica mais efetiva. O trabalho desenvolvido pela Epagri, pelas secretarias de agricultura dos municípios, mesmo que importantes, não são suficientes. O sucesso da assistência depende de mais pessoal, envolvendo mais áreas, inclusive a parte psicológica. Há uma carência de “efetividade” desse trabalho. A demanda é muito maior que a oferta: “a gente sabe que tem a Epagri aqui no nosso município que faz a questão de visitas, mas é um município com mil famílias no interior, eles são em três pessoas eu acho, a gente sabe que não vence nunca”.

A flexibilização da legislação também surge como necessidade para desenvolver as estratégias de agroindustrialização em pequena escala. A rigidez da legislação e as exigências de investimento inviabilizam que se avance num movimento de fortalecer cadeias locais, com mercados cooperativos e associativos na esfera municipal, por exemplo. Sem flexibilização e sem apoio público, privilegiam-se as grandes empresas e perde-se a oportunidade de aumentar a renda das unidades familiares que, consequentemente, envidaria em maior capacidade de permanência de população, inclusive dos jovens.

Tem a questão de facilitar, digamos assim, a parte da agroindústria. Tem muito pessoal que quer, tem essa vontade, esse interesse de investir em uma agroindústria pra produzir, beneficiar ali o seu produto, mas esbarra na questão de legislação. Então eu acho que precisa facilitar, claro tem que ter uma cobrança por qualidade. Porque a gente pega agroindústrias de empresas grandes, qualquer coisa eles fazem fácil, porque tem todo um poder de investimento maior. E daí muitos aqui a gente sabe que teriam interesse, mas quando chegam no momento de fazer a coisa andar acaba travando, porque é um investimento muito grande. E dificilmente que se paga depois, então eu acho que facilitar essas questões é importante. (Bruno).

Embora defende esse movimento de flexibilização legal, Bruno vê uma condição difícil no cenário futuro: “a gente vê assim o meio rural daqui a dez anos bastante esvaziado, se continuar da maneira que tá. Porque o investimento é alto, sempre mais investimento. Chega

uma hora que você trava e tenta continuar no que tá ou se bota em outra coisa". Entende que a perspectiva futura é construir alternativas fora do ambiente da agricultura convencional e da esfera de controle das grandes empresas. A saída, de acordo com Bruno, é a agroecologia: "eu vejo assim como uma saída e a gente sabe que é o contrário do que as grandes empresas querem".

De toda forma, no atual momento, a unidade produtiva de Bruno ainda se baseia numa produção convencional, fato que ele pretende modificar com o tempo, visto compreender que é um processo complexo.

[...] a gente vê que a agricultura é uma parte que sempre vai digamos assim, sempre vai ter emprego pra todo mundo, porque todo mundo precisa que ela produza alimentos. Mas a gente não sabe, até difícil pra ter essa visão de como vai ser, porque tá mudando tudo tão rapidamente que hoje é isso, amanhã já não é mais. A gente sempre fala, quem realmente ficar e falar, não, vamos produzir com qualidade e responsabilidade na produção de alimento, eu acho que vai se dar bem. Tem que ter toda essa visão e até por isso que a gente resolveu voltar, porque tem, a gente sabe que tem mercado pra isso. Agora, o que não pode é cair nesse jogo das grandes empresas aí, de como já querem aqui na nossa propriedade, já vieram falar e pressionar que tem que fazer *Free Stall*, tem que fazer *Compost Barn* e todo esse investimento aí, que senão dentro de cinco anos a gente estava fora. Aí eu falei, deixei bem claro lá pro técnico, que a gente estaria fora então, se era pra fazer isso. (Bruno).

A aposta que faz e a condição que vislumbra estão pautadas não apenas na agroecologia, mas também na diversificação da produção. Segundo o que indica, mesmo fazendo a ressalva das dificuldades, a pretensão é organizar a propriedade com múltiplas alternativas de renda, considerando a pecuária leiteira, a produção de verduras, frutas e com a industrialização desses produtos na própria unidade. Esse seria o meio para fugir da "armadilha" do endividamento. Quando rechaça a ideia de investir em sistemas de pecuária leiteira confinada, como proposta das empresas exemplificada na fala acima, defende que é preciso avaliar o endividamento e os ganhos considerando a condição de vida dos envolvidos.

Porque a idade pega. É um investimento pra vinte e cinco anos, então eu vou ter que trabalhar até cinquenta e um só pra pagar investimento. Meu pai está com cinquenta e um, então vai ter que trabalhar até setenta e seis anos pra pagar investimento. A gente falou que, claro a gente sabe que a pressão que eles querem, mas a gente vai tentar dentro do possível sair fora. É claro que dentro do interior a gente sabe que as alternativas são "ns". (Bruno).

Pedro (30 anos), residente em Barra Bonita, apresenta uma tipificação do jovem rural que permanece de maneira pluriativa no meio rural<sup>84</sup>. Como filho único, afirma que não vai deixar o meio rural, embora enxergue que suas atividades laborais não estarão circunscritas àquele ambiente. Ele é formado em Jornalismo, mas não seguiu a profissão. Acabou ingressando no curso de Agronomia que, segundo ele, tem mais o seu perfil.

O incentivo aos estudos, diz, veio dos pais que queriam um futuro diferente para o filho: “desde o começo não tive incentivo a ser agricultor, os meus pais sempre diziam, ó, estuda que eu acho que o caminho melhor é se você quiser achar um emprego, alguma coisa que você vai buscar esse emprego e pernoita em casa”. Essa condição subsidia que organize um projeto de vida aberto e transitório entre o rural e o urbano, sem descartar nenhum deles.

Eu, na verdade, tenho vários ramos que poderia explorar para poder ficar na agricultura, através de alguns programas assim, vamos dizer, de trabalhar com piscicultura, verduras, algo que é mais centralizado e tenha menos esforço físico. Antigamente quando era mais novo ajudava o meu pai e minha mãe lá, plantação de fumo que era de sol a sol, aquilo era judiado. Foi a base que a gente foi criado, a única renda que tinha aquela época, plantação de fumo. Hoje já tá mais voltado pra produção de leite, que também é menos serviço braçal, mais cuidar dos animais. Só que, que nem na minha propriedade, não temos tanta área de terra. A função do gado leiteiro exige ter um espaço maior pra poder pastar. E outra questão seria confinamento, mas isso já foge dos padrões financeiros. Se eu achar um emprego que possa ir trabalhar e voltar de noite em casa, que eu acho que até que estiver vivo e meu pai me permitir, eu vou sempre estar lá. Aquele é meu canto e eu não vejo vendendo, deixando alguém vender, alguém ocupando aquele lugar sabe? (Pedro).

Como outros exemplos, Pedro deixa suas opções em aberto, mas faz questão de manter a moradia rural. Esse é um fator comum: o desejo de viver no campo, mas ter outras ocupações e opções de renda. Além disso, deixa claro a necessidade de diminuir a penosidade das atividades caso opte por um envolvimento mais efetivo com as dinâmicas rurais. A opção pelo curso de Agronomia reforça esse desejo de estar perto da ruralidade, mas não envolvido “dentro” dela. Quer dizer, trabalhar “com” agropecuária, não “na” agropecuária.

Isso se deve, também, às questões estruturais relativas ao acesso à renda. Como diz Vitória, técnica da Epagri, os jovens descapitalizados têm maiores dificuldades para definir a permanência. Paralelamente, no caso das mulheres, as dificuldades são ainda maiores. Persistem a violência masculina, a desconfiança, o descrédito. Entre os rapazes, há maiores

<sup>84</sup> No momento da entrevista, Pedro estava desempregado e dedicava-se integralmente aos estudos.

facilidades, desde que a unidade produtiva comporte os anseios financeiros dos jovens. Aqueles empobrecidos são expulsos mais rapidamente do campo.

No caso de Pedro, o patrimônio familiar soa, nesse sentido, como um atributo simbólico. Quando diz que não vai mudar ou que não vai deixar que vendam a propriedade, manifesta um sentido de vínculo afetivo, pois se trata do lugar onde “nasceu” e no qual constituiu um apego identitário. Esse formato de migração pendular entre cidade (espaço de trabalho) e ruralidade (espaço de vida) é, como já dito, uma prerrogativa que envolve as questões de logística, como distância, pavimentação, etc. Nem todos os jovens podem lançar mão dessa estratégia que, além de resguardar vínculos afetivos, garante economia financeira e conforto psicológico.

Observa-se que, quando um processo de sucessão tem início, há uma luta não apenas sobre o patrimônio financeiro, mas uma disputa simbólica de poder, de prestígio, de valoração social. Quando essa luta pende para os filhos, há uma renúncia dos pais, quando pende para os pais, são os filhos a abdicar e, nesse caso, migrarem.

Considerando os postulados de Godelier (1989), pode-se apontar a terra como um elemento central da “propriedade”. Ela é material, mas também é simbólica (ideal) para quem vive no campo. É um objeto de disputa, uma vez que interfere frontalmente na “condição da reprodução da vida humana” (GODELIER, 1989, p. 100).

Dessa forma, a disputa não é apenas por ter a terra, mas exercer sobre ela um domínio que vai além de sua base territorial. Uma “propriedade rural” representa um todo ordenado de bens organizados historicamente. Os atores sociais a definem como “propriedade” e não como uma “unidade produtiva” (expressão de cunho técnico). Há um dono que, no caso, é toda a família. Mas o controle, a posse efetiva, é geralmente exercida pelo pai.

Por outro lado, manter-se perto dos pais é também um comportamento que envolve pressão moral. Geralmente é a filha ou filho mais jovem que permanece com os pais, no sistema de minorato ou ultimogenitura (SILVESTRO et al., 2001; WOORTMANN, 1995). No caso de Pedro, não se trata de um sistema fechado, onde o filho permanece como sucessor, mas um arranjo onde o filho permanece “por perto”, mesmo que com outras atividades de trabalho.

É até uma questão assim que “ah vou dizer pros meus pais, ó tô indo lá e vou ficar um tempo lá”. Eu não sei como que eles agiriam, que a gente vê que eles começam a ficar mais de idade e eu sou filho único, se acontece uma coisa quem que vai ajudar? Eles também incentivaram muito assim a escolaridade, muito ensino também, tem que

sempre dar uma força pra eles que também não tem tanta experiência, daí a gente sempre que pode ajuda. (Pedro).

Esse rural que Pedro exalta é mais um sentimento do que um espaço. É um lugar de identidade, de manifestação da sua individualidade. Quando questionado sobre como ele conceitua o rural, ficou reticente: “eu acho que rural é trabalho vamos dizer, trabalho braçal, tá encaminhado no modo de se expressar, modo de se vestir pode ser... o que é que eu posso dizer? Eu acho que é isso, não sei te explicar”. Todavia, quando perguntado se era possível diferenciar o rural do urbano, a resposta foi mais longa, acionando as variáveis de horários de trabalho e uma perspectiva que os aproxima pelas características históricas da região.

Eu acho que vou na opção mais popular que tem, a diferença é o tipo de serviço exercido, a cultura em si. O cara fala que veio da roça porque tem uma vivência, um método de conversar, se expressar diferente de quem vive na cidade. E é outra forma de trabalho, liberdade que o cara tem, eu acho que é uma coisa que define. A pessoa urbana é tipo um reloginho, sempre aquele horário tem que acordar, tem que trabalhar, tem que ir almoçar, tem que voltar a trabalhar, vai pra casa dormir, jantar já e voltar. Já na área rural eu vejo diferente, mais liberdade, se tu tem aquele serviço, vamos dizer, a mão de obra que tu tem naquele dia, tu tem mais liberdade pra poder sentar, descansar, ir lá no pé chupar uma fruta. Isso que eu acho uma visão bem popular, mas eu acho que isso ainda que define, não tem outra visão filosófica, mas acho que pelo básico, eu acho que pela minha visão é isso. Na empresa que eu trabalhava era bem voltada à política mesmo, programas sociais e tipo eles tinham aquela visão da pequena família, a família camponesa, que na nossa região acho que a grande maioria são esses, o que diferencia também dos urbanos é essa parte. Diferencia não, tem uma ligação, a cidade de São Miguel do Oeste tem uma grande ligação com a agricultura, porque a formação da cidade é de agricultores. (Pedro).

Ao considerar que São Miguel do Oeste e os demais municípios da região são espaços onde a ruralidade e a urbanidade estão aproximadas, chama atenção para um viés cultural, não necessariamente estrutural. Ao diferenciar ambas as variáveis, pautou-se, prioritariamente, pelas relações de trabalho e de economia. Ao aproximar-as, considerou que há um vetor de similaridade nos modos de vida e de costumes. Esse é o axioma utilizado pelos jovens rurais, de maneira geral. Defendem que os espaços são diferentes, mas também iguais em certos contextos, a depender do que se quer ressaltar ou criticar.

No caso da região, ele percebe que está ocorrendo uma saída maciça de jovens do meio rural: “onde que eu moro, nós éramos em vinte jovens lá, hoje me encontro eu e mais dois lá na minha comunidade, o resto do pessoal foi trabalhar na cidade, arranjou um aluguel lá e fica lá”.

Essa migração interfere na dinâmica da comunidade que, esvaziada, perde vigor e gera ainda mais desânimo entre os jovens que ainda permanecem.

Verifica-se um sentimento de solidão entre os jovens rurais que vivem em comunidades esvaziadas. Veja-se que, nas andanças da pesquisa de campo, acabei dando carona para um senhor, por volta dos 70 anos. Iniciamos uma agradável conversa até o ponto de destino. Acabei esquecendo seu nome, mas não de uma marcante frase que disse naquela oportunidade. Contava-me que vivia no meio rural, mas teve de migrar compulsoriamente para a cidade: “estava na roça, tinha dois vizinhos, mas ‘de vereda<sup>85</sup>’ foram os dois embora. Fiquei sozinho na comunidade mais um ano. Daí pensei, ‘não sou gato de tapera<sup>86</sup>’. E os filhos insistiram, aí mudei para a cidade. Só que ainda penso em voltar”. A perspectiva de ser obrigado a deixar sua casa e suas memórias, suscitou uma interrogação: “como a solidão é vivenciada no meio rural?” E mais especificamente, como essa solidão afeta também os jovens e não apenas os idosos?

Como apontam Azeredo e Afonso, a solidão é frequentemente vinculada à adolescência e entre os idosos, referindo-se a “um sentimento penoso e angustiante, que conduz a um mal-estar em que a pessoa se sente só, ainda que rodeada de pessoas, por pensar que lhe falta suporte, sobretudo de natureza afetiva” (2016, p. 313). Já para Bastos e Costa (2005), os jovens são o grupo social mais suscetível a vivenciar a solidão. De maneira geral, ela se manifesta pela influência de suas redes e relações sociais, não apenas pela quantidade, mas também pela qualidade dos contatos.

Segundo Pinheiro e Tamayo, a solidão é um conjunto que abrange pelo menos seis aspectos: “falta de objetivo e significado de vida; reação emocional; sentimento indesejado e desagradável; sentimento de isolamento e separação; deficiência nos relacionamentos e carência de intimidade; e *unattachment*<sup>87</sup>” (1984, p. 30). A partir dessas variáveis, os autores definem a solidão como “uma reação emocional de insatisfação, decorrente da falta e/ou deficiência de relacionamentos pessoais significativos, a qual inclui algum tipo de isolamento” (PINHEIRO & TAMAYO, 1984, p. 34).

<sup>85</sup> Termo coloquial que significa ato ou fato abrupto, rápido, célebre.

<sup>86</sup> A expressão “gato de tapera” é também uma alocução coloquial que remete aos animais, sobretudo, aos gatos domésticos que permanecem na residência, mesmo quando seus donos dali se mudam. Tapera, nesse sentido, significa casa ou habitação abandonada.

<sup>87</sup> Em tradução livre, desapego.

O que é vivenciado pelos jovens rurais reflete num vazio de experiências sociais compartilhadas com outros jovens. Estão imersos em um conjunto de experiências de trabalho, da pressão com as dinâmicas produtivas e com o estresse familiar. Em comunidades com um número maior de jovens, a tendência é de que possam desempenhar relações com outros sujeitos que carregam situações parecidas com as suas. Ali dividem as angústias, expressam suas insatisfações, se fortalecem e compartilham perspectivas futuras.

Para além desse ambiente de conforto psicológico de irmandade, os outros jovens oferecem oportunidade de diversão, de lazer, de relações íntimas, sexuais e afetivas de caráter duradouro. Estar só, portanto, é uma sentença de restrição social, de enfraquecimento de laços e no fim um desencanto frente as perspectivas futuras.

Isso, contudo, não significa ou representa que os jovens rurais estejam isolados. Há uma complexa rede de contatos posta a serviço dessa sociabilidade. A questão é que essas redes demandam grande esforço, envolvimento coletivo, instrumentos de locomoção, capacidade financeira, disponibilidade de tempo e autorização familiar. Essa última é mais efetiva entre os rapazes e uma interdição constante entre as moças.

A saída do campo, por outro lado, não significa em si uma superação do sentimento de solidão. Estar no meio urbano, rodeado por outras pessoas, não significa que ali os vínculos serão efetivos. Estar na cidade é, também, estar longe de casa, distante da afetividade da família, da segurança das memórias, enfim, significa estar fora da zona de conforto.

Nesse sentido, é até certo ponto contraditório que algumas pessoas façam o caminho inverso. Sentem-se solitárias no meio urbano e buscam retornar ao campo, ou mesmo migrar para as áreas rurais. É, sem dúvida, crescente o número de famílias urbanas que tem adquirido chácaras rurais, sobretudo aquelas próximas aos pequenos rios da região. Essa ação, porém, tem algumas especificidades. Apenas em alguns poucos casos esses migrantes ingressam – ou regressam – no campo para serem agricultores de fato, isto é, viver da e na terra.

Em geral são famílias que utilizam esses espaços como áreas de lazer ou de fuga, mas possuem outros vínculos de renda. Além disso, é uma prática mais comum entre casais já aposentados que amealharam recursos para uma área de “sossego”. O fator de análise é que o campo representa uma antítese da urbanidade. Tem relação com ligações memoriais afetivas, mas também com uma noção de qualidade de vida, desde que não considere o fator de renda. Em geral, ter uma chácara ou retornar ao campo não tem sido uma decisão de famílias pobres.

Esse distanciamento parcial da cidade retoma o caráter de viver “o melhor dos dois mundos” (CARNEIRO, 1998a). Essa classificação se expande para além das dinâmicas de jovens. É também perdulária das práticas de adultos e idosos. Na atualidade, muitas famílias com histórico rural, mas que vivem nas cidades, têm comprado propriedades no meio rural para utilizá-las como espaço de descanso e lazer nos finais de semana.

Por outra via, veem-se casais, idosos ou não, deixando o campo para viver na cidade por critérios de cuidados de saúde ou amparo familiar. É muito comum encontrar casais idosos – e mesmo idosos sozinhos – vivendo no campo e seus filhos no meio urbano. Constituem-se, assim, unidades produtivas sem sucessores, desativadas ou subutilizadas. Conforme a idade dos pais avança, os cuidados de saúde se intensificam, forçando, muitas vezes, que esses idosos sejam levados a morar próximos dos filhos.

Não há uma relação exata da qualidade de vida entre idosos que vivem no meio rural ou daqueles que vivem no meio urbano. É evidente que os idosos que vivem no meio rural estão mais suscetíveis a acidentes domésticos, e o atendimento de saúde é mais dificultoso. Por outro lado, eles dispõem de uma qualidade de vida relativa ao fato de manterem-se ativos e produtivos, o que é psicologicamente significativo.

A saída dos idosos abre espaço para a sucessão intrafamiliar ou para que a unidade produtiva seja adquirida por agricultores jovens, ou anexadas a unidades com jovens sucessores. As questões que impactam os jovens são, também, questões que impactam os idosos, os adultos e as crianças. É uma conjuntura relacional e, como tal, prenhe de complexas e múltiplas variáveis. A solidão, enfim, envolve os processos decisórios em geral.

Na visão de Pedro, o fator que mais incentiva a saída dos jovens é a falta de renda. Não se trata apenas da renda propriamente dita, mas da condição de obtê-la sendo prestigiado pelos pais, se sentindo útil para além das tarefas as quais é designado. Resumindo, é necessário renda e protagonismo na unidade familiar. Dar ideias, ser ouvido, assumir responsabilidades são fatores que encorpam as experiências sociais desses jovens e fortalecem seus vínculos com a ruralidade. É preciso que não possuam renda apenas, mas autonomia para discernir sobre ela, ou seja, definirem como gastá-la.

No começo você tá com quinze, dezesseis anos e quer aquela renda pra sair, se divertir e você tá com teu pai lá, você depende dele, tudo tem que pedir pra ele. Aí você quer fazer alguma coisa na propriedade, tem que pedir pro seu pai. Ah vou fazer um projeto novo, quem tem a renda principal? É ele! Aí se tu não tem o convívio tipo, vamos dizer

assim, um negócio, uma conversa aberta, não vai pra frente. Ah, vamos trabalhar com isso? Vamos! Você me dá trinta por cento do rendimento e você fica com outros setenta. Se você não tem isso o teu pai não sabe quanto você gasta, vai te limitar o que tu ganha pro final de semana. E se você tiver um amigo que talvez tem um emprego diferente, que tem um carro, tem uma moto, ele pode sair e você não, tem que ficar pedindo pro seu pai. Aí você vê, ele tá diferente porque estava trabalhando na cidade. Ele tem, cada mês tá ganhando o salário dele, ele pode investir. Ah, eu também quero, se meu pai me dá cem reais por semana e meu amigo tá lá ganhando até mais, tipo eu vou querer fazer igual, porque vai muito da juventude sair. Eu vejo que quem teve uma conversa com seus pais, até colegas meus que podem servir de exemplo, que o próprio pai diz assim: ó, vamos dividir os gastos e os lucros aqui e você fica me ajuda, a partir de agora você toca a propriedade. Aí já é diferente, o cara vê, ah eu tô investindo nisso, tá me dando lucro então vamos continuar nisso, meu pai tá me apoiando, eu tô trabalhando e no final do mês eu tenho um dinheirinho. Se eu quiser sair, se quiser me comprar uma coisa eu tenho. Não vou precisar pedir pro meu pai. E muitas vezes os pais, eles também não tiveram a vida tão fácil, eles não vão liberar dinheiro, abrir a mão, eles vão controlar e eu acho que isso é, pelo que eu vejo, pelas minhas andanças é a principal questão, a convivência. (Pedro).

Considerando a renda e esses sistemas que fortalecem a autonomia dos jovens, Pedro acrescenta ainda a necessidade de acesso às tecnologias, sejam aquelas empregadas na melhoria do trabalho, sejam as comunicacionais e informacionais, como a internet. A diminuição da penosidade do trabalho é outro fator muito impactante na mentalidade dos jovens, pois a comparação ao esforço físico se dá diretamente com as ocupações urbanas, tidas como mais leves.

No tocante do acesso às comunicações, há que se considerar, como assevera, que as pessoas precisam de internet. Não importa o local de moradia, a condição financeira, todos atualmente dependem dessa inserção. Privar os jovens rurais de internet significa privá-los de um conjunto significativo das experiências sociais. Logo, se está fomentando a sua migração ou, se ocorrer a permanência, fomenta-se a queda na sua qualidade de vida.

Pedro entende que as políticas públicas precisam funcionar no sentido de fortalecer os projetos dos jovens, com sistemas de investimentos diferenciados para essa faixa etária. A possibilidade de taxas de juros subsidiadas seria produtiva pra que eles pudessem colocar em prática suas ideias e garantir renda. Para isso funcionar, defende que deveriam existir cursos específicos para esse público.

Provocado quanto a questão da migração mais acentuada das moças, do que dos rapazes, Pedro entende que a questão é difícil de ser respondida. Demonstrou conhecer que esse fluxo migratório é desigual em relação ao gênero, mas que é complexo definir porque as moças

saem mais. Quando falava da questão da migração, e mesmo da permanência dos rapazes, havia maior controle discursivo e o uso de exemplos concatenados com suas experiências.

Em relação às mulheres, houve uma hesitação. Isso se deve, possivelmente, ao fato de ser o tema tratado com certo tom de tabu. Os rapazes evitam tratar da questão. Em nenhuma entrevista o tema surgiu espontaneamente. Houve sempre a necessidade de provocar o debate. Esse silenciamento revela um mal-estar ao analisar a questão e até mesmo uma falta de reflexão, fruto de uma naturalização das relações de gênero no campo, tomando como referência os sistemas patriarcais do colonato regional.

Eu acho que a mulher tem menos afinidade – não sei se é a palavra certa – pra agricultura. Porque na agricultura, há uns dez anos atrás, vinte anos, o trabalho era mais braçal, dificulta pra mulher. E eu acho que foi um dos empecilhos que poderia deixar a mulher mais... como posso dizer?... ter uma facilidade maior pra ficar no campo. E com isso tende mais a mulher a sair pros grandes centros, estudar e que houve um grande crescimento nos últimos anos de mulher trabalhando nas indústrias, empresas, até tendo cargos superiores que os homens. E eu acho que é uma coisa que desvia disso, da mão de obra, do trabalho, que talvez seja mais braçal. E não sei se a agricultura não seja o brilho dos olhos delas. Talvez mexer com a terra seja uma coisa que agrada mais os rapazes. Já a mulher talvez não. Na verdade, não sei se isso... (Pedro).

Ao sedimentar o argumento da “afinidade”, define-se uma diferenciação pautada em capacidade (enquanto característica biológica). Assim, tem-se um cenário perfeito de viés enviesado<sup>88</sup>, ou seja, uma dupla acusação que apresenta as mulheres como quem não tem capacidade, nem vontade para permanecer no campo. A sua migração passa a ser fruto de egoísmo e de vaidade. Aquelas que permanecem serão ainda estigmatizadas pela relação comparativa, donde a balança tem um lado eminentemente masculino.

Esse desequilíbrio de poder se torna um desequilíbrio de gênero, com maior participação de rapazes no tecido social das comunidades rurais da região Extremo Oeste de Santa Catarina. Quanto mais rapazes e menos moças, mais se agudiza a perspectiva de migração, influenciada pelo viés de solidão como já descrito. As uniões maritais fortalecem processos de permanência dos jovens no meio rural. Logo, as relações díspares entre homens e mulheres são indicadores do enfraquecimento da permanência de jovens no campo.

<sup>88</sup> Essa acepção foi apresentada em texto de 2013, cujo objetivo era compreender a visão masculina sobre o comportamento feminino em relação à migração e à permanência. Ver Kummer (2013b).

A relação entre desequilíbrio de gênero e permanência na terra é apresentada como influência para a migração. [...] a agricultura familiar requer a formação de novas famílias, para sua reprodução social. Estas novas famílias têm maior chance de permanecer na terra, desde que possam explorá-la (ou seja, desde que disponham de terra para esta exploração). A assimetria na distribuição de homens e mulheres, observada no campo, torna mais difícil a formação de novas famílias e em consequência a permanência no campo. (LIMA et al., 2013, p. 40).

Percebe-se que as trajetórias masculinas se configuram como exemplos de um reforço representacional nas questões estruturais envolvendo terra, trabalho e renda. Suas concepções de ruralidade, mesmo entre aqueles retornados, associam um caráter de afetividade, de conforto psicológico. Ademais, expressam no diálogo familiar, no esforço meritocrático e na adequação técnica, as variáveis que potencializam a suas experiências de permanência.

## 7.2 Juventudes Rurais e Trajetórias Femininas

Ao analisar as trajetórias das jovens rurais, torna-se inescapável discutir mais detidamente as relações de gênero<sup>89</sup> que lhes incidem de forma mais complexa. Não se está dizendo que as questões de gênero no meio rural remetem apenas às mulheres, mas que elas, no campo, vivenciam uma situação social de desigualdade e são vítimas mais evidenciadas desses problemas. Além disso, os problemas das gerações de gênero implicam sobretudo na migração das moças, um comportamento menor entre os rapazes. A implicação aos rapazes, porém, se torna também relacional, na medida em que se acelera o celibato e que se complexificam os processos de conflitos de gênero no campo, vinculando a violência.

Na literatura, o gênero é o fulcro do desejo de permanência ou de migração. Está associado ao modo de vida, à dedicação à terra ou ao lar, à divisão de trabalho na unidade familiar, à disponibilidade de tempo para a educação. As moças veem no trabalho nas cidades maiores chances para autonomia, em relação à família; têm menor envolvimento na unidade produtiva, menor probabilidade de herdar a terra; maior acesso à escola após o ensino fundamental; menor desejo de permanência no meio rural, maior rejeição à profissão agrícola, maior oferta de trabalhos nas cidades, maior carga de trabalho (no meio rural) do que nas cidades; possuem maior nível de escolaridade e maior acesso a formação profissional nas cidades. (LIMA et al., 2013, p. 59).

<sup>89</sup> Registre-se que não é objetivo da tese discutir com profundidade as questões de gênero, por isso a temática é tratada aqui de forma relacional.

Percebe-se que as falas de Patrícia (21 anos), são muito pertinentes e oportunas a essas questões. Ela reside em Mondaí e apresenta uma trajetória de permanência no meio rural também influenciada por ser filha única: “é uma responsabilidade um pouquinho maior pra mim, porque se não sou eu que vou continuar na propriedade, não tem quem vai”. Tornou-se, portanto, uma candidata imediata à sucessão.

Todavia, esse processo não é simples. Mesmo sendo filha única, a condição de ser mulher interfere no trâmite familiar. Ela relata que convive com uma grande desconfiança. Não é desconfiança propriamente da família, mas da sua comunidade e da sociedade externa. Relata que em geral as pessoas não confiam em suas capacidades pelo fato de ser mulher e desejar trabalhar com gado de leite.

Eu quero ficar no campo, gosto de trabalhar com animais, sinto um prazer enorme em trabalhar com animais. Até pensei em fazer Medicina Veterinária, alguma coisa, pra continuar nesse ramo, só que daí tem aquelas barreiras, sempre. Porque lá na nossa comunidade, pelo menos assim que tu nota, são poucos jovens, dá pra contar na mão, tipo numa mão só, quantos jovens que tem lá, que estão definitivamente trabalhando com o gado ou trabalhando em lavoura, alguma coisa assim. A gente quer, só que daí tem aquelas dificuldades, até porque se tu é uma mulher lidando com gado, alguma coisa, sempre tem aquelas piadinhas, sempre tem aquelas coisas: “Ah por que não faz o serviço direito e não sei o que...” Acham que a gente não é capaz de fazer muita coisa, quando tu conta o que tu faz, ficam tipo abismados com o que tu é capaz de fazer. (Patrícia).

A questão é realmente grave, pois a jovem relata que já sofreu assédio de pessoas que circulam em sua unidade produtiva. Não se trata apenas de uma prática de menosprezo, de discriminação, mas também de violência simbólica, física e sexual. Segundo seu relato, essa é uma questão que a faz repensar o desejo de permanência.

Eu já escutei muitas coisas assim por eu sempre tá em função ali do serviço. Às vezes tu recebe pessoas, veterinários, vendedores; eu já escutei inúmeras piadinhas assim, sabe, até faltar com o respeito, tipo, há certo assédio em cima da gente. Já aconteceu comigo, daí até meus pais agora ficam mais assim, por perto, porque acontecem situações que são meio constrangedoras, a gente não gosta de ficar comentando muito. (Patrícia).

Sua decisão de permanecer no campo foi recebida com estranheza pela mãe, mas não pelo pai. Ela acentua, inclusive, que a relação que seu pai tem dentro da família lhe instiga a permanecer. Aponta que é o seu pai que lhe incentiva a ficar no campo. Esse é um

comportamento interessante, primeiro, pelo posicionamento da mãe, fortemente influenciada pelo *modus operandi* e da moralidade no ambiente regional. Ela pode estar tentando afastar sua filha de um caminho já bem conhecido, isto é, incentivar que sua filha, como mulher, busque uma outra ocupação e uma outra condição de vida. Como argumenta Patrícia: “ela, por ser mulher, tem um pensamento bem fechado, bem fechado, dá até pra dizer quase machista, também”. Segundo, porque seu pai aceitou com maior positividade o seu desejo de permanência quando, em geral, isso não acontece. Os pais tendem a escolher filhos homens como potenciais sucessores e, na ausência desses, podem aceitar a inevitabilidade da não sucessão ou cativar um possível genro. É raro que uma filha, mesmo nos casos de ser filha única, seja abrigada num projeto sucessório.

[...] o meu pai incentiva mais do que a minha mãe. A minha mãe já é mais assim: “ah você é guria, você não pode trabalhar com vaca”. Quando eu comentei a primeira vez do interesse de fazer Veterinária pra ela, foi um choque, sabe? A minha mãe falou: “onde já se viu guria fazer esse tipo de coisa?” E meu pai não, por isso eu digo que eu tenho um modelo dentro de casa, que é o meu pai. Ele ajuda a fazer o serviço da casa, tipo, ele trabalha na casa e fora dela, ele não é acomodado, que pensa que só a mulher que tem de fazer esses serviços. Só que minha mãe, às vezes, tem esse pensamento meio assim, como que eu lido com vaca e alguma coisa, ela acha que não é um trabalho muito feminino, no caso, tem que ser homem que tem de fazer. E Até ela nem se envolve com essas questões de vaca. (Patrícia).

O caso de Patrícia é singular porque questiona também o argumento de que a permanência depende de um processo de envolvimento dos sucessores desde muito cedo com as dinâmicas rurais e com incentivo efetivo durante todo o período de “maturação” de um novo agricultor. Segundo ela, o seu envolvimento, efetivo, com as dinâmicas familiares iniciou quando ela concluiu o Ensino Médio e conseguiu posicionar-se conforme o que defendia: “quando comecei a poder tomar mais as minhas decisões assim que eu tive idade pra falar não, eu vou fazer isso e aquilo, aí comecei a me impor um pouco mais. Até hoje eu tenho ainda um pouco disso, tenho que impor um pouquinho o que eu quero fazer”. Esse processo se dá, como destaca, mais fortemente com a sua mãe.

Começou depois que eu terminei o Ensino Médio, na verdade, que eu comecei a me envolver mais, porque antes disso era muito empurrada pra o estudo. Eu tinha que fazer faculdade e eu tinha que ter notas ótimas, então eu não era puxada pra esse lado assim de trabalhar com o gado, coisa assim. Aí, depois, com dezoito anos, comecei a me dedicar mais, me envolver mais, conhecer mais e fazer todas essas coisas. Até tive um

relacionamento que também terminou por motivos assim de machismo. Ele começou meio que a menosprezar aquilo que eu fazia<sup>90</sup>. (Patrícia).

O enfrentamento das barreiras morais e societárias se tornam desafios recorrentes. Não basta que tenha adentrado num espaço até então tido como masculino. Há que se provar cotidianamente que é capaz de se envolver na atividade, que tem as capacidades necessárias, que está apta para a função. Isso, segundo ela, é diferente com os rapazes, que possuem uma espécie de chancela, de aceitação, pelo fato de serem homens.

[...] agora eu tenho um pouquinho mais de autonomia, tipo, comecei a insistir um pouco mais nisso, mas sempre é uma batalha, sempre, sempre, sempre é uma batalha. Assim, até, às vezes questão de maturidade, daí tu ser guria essa coisa toda. Tipo, tu percebe até quando vem, às vezes, pessoal lá em casa, eu posso falar a mesma coisa que meu pai vai falar, mas é a palavra dele que eles tem que escutar. Como sou guria, a única lá, sempre tem aqueles que tem que ouvir a palavra do homem. O que eu noto assim, é que eu sempre tenho que fazer tudo perfeito praticamente, pra ser aceito, porque se tu não faz tudo certinho, sempre tem alguma coisa que ficam ali te jogando na cara. (Patrícia).

Essa adversidade cotidiana e a diversidade em relação aos rapazes não se verifica no tocante a construção das representações de urbanidade e ruralidade. A conceituação que faz da urbanidade pauta-se na natureza, numa acepção de harmonia do contato do ser humano com o ambiente. Entende que o meio rural se expressa pela beleza, pela limpeza, e pela tranquilidade. Já a urbanidade é acionada como contraponto, isto é, um lugar com poluição, confuso, barulhento, agitado. Na cidade, a alimentação perde o sentido: “é tudo pronto, sabe? Tu não precisa, tipo, pensar assim, ‘ah eu tenho que ir plantar alguma coisinha’, é só comprar, é tudo pronto, indiferente de como é o sabor do alimento”. O gosto pela ruralidade que aparece nessa conceituação diferencial foi desenvolvido tardivamente, num exercício de maturidade.

[...] aconteceu assim, antes de eu começar esse curso,<sup>91</sup> eu enxergava o lugar que eu morava como o fim do mundo, tipo, porque é longe. Eu moro a vinte e dois quilômetros da cidade, tipo, do asfalto mesmo, é no meio assim que fica a vinte e dois de Mondaí e vinte e dois de Itapiranga, vamos supor assim. Lá é um lugar assim bem calmo, de noite tu vai dormir não tem assim os barulhos e coisarada. E daí um dia eu fui – o que que eu fui fazer? – acho que eu fui comer umas frutas e daí eu fiquei olhando assim, pensando o lugar que eu tenho lá pra viver, que eu posso dizer que é meu assim, eu tenho tudo o

<sup>90</sup> O relato de Patrícia foi simplificado pelo peso emocional que a fala envolvia. De toda forma, o conteúdo geral faz referência ao não reconhecimento do trabalho que ela realizava, pautando-se no pressuposto da inferioridade do trabalho feminino e no papel de subserviência da mulher.

<sup>91</sup> O curso ao qual Patrícia se refere é a formação para jovens oferecida pela Epagri, sendo que a entrevista ocorreu durante um dos módulos.

que eu preciso lá ou praticamente tudo. Daí aquilo lá caiu a ficha sabe, comecei a valorizar mais o que eu tinha lá. (Patrícia).

A permanência e o prazer de viver no meio rural depende, segundo Patrícia, da dinâmica familiar: “alguns eu acho que vem muito assim da família, depende como que tá a família, cresceu e descobriu que gosta de fazer aquela atividade, vai se reinventando, vai melhorando a própria vida”. É preciso, também, que todos no grupo familiar estejam mobilizados, engajados e motivados para as atividades rurais, porque o clima de otimismo envolve e fortalece todos. Se não há essa visão de que é possível fazer, de que é bom viver no campo, um acaba desanimando o outro e os jovens são os primeiros que desistem. Outros, como ela diz, precisam viver experiências diferentes para descobrirem que o rural é o seu lugar: “às vezes vão pra cidade, trabalham em firma e coisa assim e acabam voltando porque viram que não era exatamente o que queriam fazer”.

Essa volta depende da família e do apoio. Não basta querer ficar ou querer voltar. Nem todos conseguem fazer isso, porque a família está com problemas ou porque não há condições estruturais para esses projetos. É preciso somar essas condições ao desejo dos jovens. Esse gosto, porém, não é suficiente, pois será necessário persistência. Na verdade, Patrícia entende que a persistência vem do gosto.

[...] nós, jovens no interior, temos que ter muita persistência, tem que ter foco porque se tu não gosta também, tu desiste e é uma coisa que marca bastante o pessoal que fica no interior, dos jovens, todos tem um prazer enorme pra trabalhar com aquilo lá, porque dificilmente alguém que não gosta fica. (Patrícia).

Essa persistência precisa ser maior entre as moças, que enfrentam dificuldades mais significativas para permanecerem no campo. O fato de serem desacreditadas como agricultoras protagonistas ou como sucessoras, cria um abismo cultural e estrutural em seus projetos de vida na ruralidade se comparados aos rapazes. Além da distância formal em reação às preferências e às oportunidades, muitas moças que vivem no meio rural convivem cotidianamente com a violência, tanto física, quanto simbólica. Esse tem se revelado o maior indutor da migração rural feminina. Não ser considerada pelas capacidades, ser inferiorizada por ser mulher, não ser envolvida nos projetos familiares, silenciada em suas ideias, distanciada das decisões e da renda, menosprezada perante o grupo familiar e enquanto ser humano são elementos somados às práticas de violência física recorrentes entre às esposas e às filhas.

[...] são subjugadas, depende, que nem assim os pais incentivavam muito o estudo. Tipo, hoje todos os pais que pelo menos eu lembro assim, incentivavam as meninas a estudar ou alguns não tem condições financeiras assim na propriedade ali, incentivavam elas a ir na cidade buscar emprego. Daí é um salário garantido e consequentemente vão indo nesse caminho, às vezes não são tipo, extremamente felizes, contentes com a vida que tem. E daí tem aquela questão, arruma um namorado. às vezes nova, que eu também arrumei namorado bem nova e daí tu vai pensando... Tem uma série de fatores que influenciam, mas é aquela questão, tu sempre tem que tá se superando, tipo tu sempre tem que tá se mostrando mais assim, tu tem que tá ali fazendo teu serviço perfeitamente bem. Às vezes, que nem eu tenho os pais ali que são super, assim, tranquilos, que eu tenho esse apoio, mas eu sei de jovens, tenho amigas ali que os pais são super preconceituosos, que batiam nas filhas ainda quando tinham quinze anos assim, dezesseis anos ali, que as meninas já começam a querer ir em baile, coisa assim. Daí já ficava aquela questão ali, às vezes, eram muito maltratadas e pediam alguma coisa e não aceitavam, não davam pra elas. Aí elas acabam indo, querendo sair de casa o quanto antes. Tenho amigas lá que começaram a namorar, casaram pra sair de casa porque o pai batia nelas quando elas tinham ainda dezoito anos, tipo, não bem dezoito anos ainda. Mas aí acabaram tendo filhos, hoje estão infelizes em outro lugar. Tipo, elas contam que não são felizes, mas por causa, às vezes, da violência que tinha, porque tem aquele sistema, no interior tem muito aquele negócio de ter que ser criado de uma maneira bruta, sabe? Tem que ser educado no laço. É tipo, que se não bate, não educa, essas coisas assim. Tenho amigas ali que, infelizmente, a realidade delas era essa, que apanhavam até ficar a marca. (Patrícia).

A migração é uma forma de libertação. Além disso, o casamento aparece como saída para a dominação familiar, geralmente reforçada pela figura paterna. Contudo, esse processo pode se repetir em relação à figura do marido, do sogro, etc. As dificuldades de acesso aos estudos, de qualificação impedem, muitas vezes, a efetivação de uma maior independência e autonomia, fazendo com que se retroalimente um cenário de discriminação de gênero. Nesse sentido, percebe-se que a fala de Patrícia reforça o postulado de Maria José Carneiro, quando explica a tendência de comportamento das jovens rurais.

Em geral, as moças são mais motivadas a migrar para a cidade. Isso decorre não apenas da ausência de uma posição socialmente reconhecida e valorizada da mulher dentro do estabelecimento familiar agrícola, como também do melhor nível educacional delas em relação aos rapazes. Tradicionalmente, os papéis sociais da mulher na sociedade rural são extremamente reduzidos, limitando-se quase que exclusivamente aos de mãe e esposa. Mas atualmente, por não serem consideradas socialmente candidatas à sucessão do pai na agricultura, acabam em situação mais vantajosa em relação aos rapazes, sendo mais estimuladas a prosseguir os estudos a até mesmo a completar o terceiro grau. A despesa com a manutenção dessas jovens na cidade é entendida como uma compensação por sua exclusão da partilha da terra, nos casos em que só os homens são considerados herdeiros da propriedade. Nesse sentido, paradoxalmente, o sistema patriarcal acaba por ampliar as opções da mulher rural para além das fronteiras do

universo doméstico, possibilitando a formulação e a realização de projetos profissionais de mais longo prazo. (CARNEIRO, 2011, p. 255).

Nessa discussão, o casamento se torna um valor moral que pressiona a conduta das populações rurais, em especial às mulheres<sup>92</sup>. É possível afirmar que o meio rural é um lugar árido para quem não conforma os valores morais prescritos pela ética cristã, por exemplo. É possível verificar homens que vivam sozinhos no campo, mas raramente ver-se-á uma mulher que esteja sozinha e que desenvolva as atividades rurais. Parece haver a necessidade de ser chancelada pela presença masculina. Patrícia exemplifica essa questão ao relatar que se sente pressionada e é até mesmo desqualificada como sucessora por não estar casada.

Vamos supor assim, eu to solteira, to lá em casa sozinha com os meus pais e cada pouco alguém pede: “tem namorado? vai casar quando? não vai ter filhos?” Tipo, daí penso: “bah, tenho vinte e um anos”. Essa cobrança, tipo, parece que tu não pode ser sozinha capaz de gerir uma propriedade sendo que tu sabe fazer cada passinho assim. Eu lá em casa pelo menos, faço planejamento, eu trato das vacas, eu tiro leite, faço pastagem, tudo o que imaginar eu posso fazer. Só que sempre tem aquela pergunta “e não vai casar? Tá, mas aquele fulano lá tá solteiro”. (Patrícia).

A sucessão das mulheres, portanto, é muitas vezes condicionada a existência de um gênero. Na verdade, em muitas famílias, é o gênero que se torna o sucessor na medida em que assume papel de protagonismo, enquanto a filha, como esposa, ocupa um espaço subalterno. O viés da sucessão e da permanência se torna masculino, influenciado pela própria dinâmica familiar. O caso de Patrícia é um exemplo que destoa do procedimento geral das famílias. Embora esteja ocorrendo um tensionamento dessas práticas, ainda é um comportamento massivo. As relações de gênero se tornam fulcrais para compreender o comportamento dos jovens rurais, em especial das jovens que se veem envolvidas de maneira mais incisiva nesses processos.

Especialmente importante é o gênero, como fulcro do desejo de permanência ou de migração. O gênero, no entanto, está associado ao modo de vida, à dedicação à terra ou

<sup>92</sup> A ruptura nos tradicionais padrões de sucessão expressa uma profunda mudança no modo de vida do meio rural, inclusive na postura das mulheres em relação ao casamento, educação e opções profissionais. Se anteriormente havia uma grande pressão por parte da família e também das comunidades para que as moças se casassem com rapazes agricultores, atualmente a situação é muito diferente, apontando uma contradição por parte de muitas famílias que estimulam a partida das filhas para as cidades e a permanência do filho homem no meio rural. (BIANCHINI, 2010, p. 47).

ao lar, à divisão de trabalho na unidade familiar, à disponibilidade de tempo para a educação. As moças veem no trabalho nas cidades maiores chances para autonomia, em relação à família; têm menor envolvimento na unidade produtiva, menor probabilidade de herdar a terra; maior acesso à escola, após o ensino fundamental; menor desejo de permanência no meio rural, maior rejeição à profissão agrícola, maior oferta de trabalhos nas cidades, maior carga de trabalho (no meio rural) do que nas cidades; possuem maior nível de escolaridade e maior acesso a formação profissional nas cidades. Os rapazes, especialmente se casados, em geral têm maior intenção de permanecer na terra. A posição hierárquica inferior das moças, no interior das famílias, bem como a divisão de trabalho entre meninos e meninas, na unidade familiar, leva a algumas destas diferenças relacionadas ao gênero. (LIMA et al., 2013, p. 42).

Casar-se se torna um fator de interferência direta para os projetos de permanência ou de migração. A decisão das jovens gera impactos nas perspectivas dos rapazes. Estes, em geral mais dispostos a ficar no campo, buscam na constituição de uma família um ambiente mais favorável. Ocorre que essas relações tendem a ser normatizadas como valores morais, sobretudo heterossexuais e cristãos, gerando um engessamento comportamental. Aqueles que destoam dessas expectativas veem-se pressionados a acatar as predisposições ou a migrar como uma forma de alternativa. Os resistentes têm vida dura.

Parte do que torna um ambiente qualquer mais amigável e prazeroso para um jovem é a constituição de uma nova família, ainda mais se perto de pais e parentes. Esta possibilidade se apresenta como mais difícil para o jovem rural, dada a maior probabilidade de que as jovens rurais deixem o campo, buscando mais educação e trabalho. [...] A tendência das mulheres em deixar o campo contamina parte dos jovens rapazes, e tem mostrado forte impacto sobre a migração campo-cidade. Sem um incentivo para a permanência das jovens rurais, a tendência à migração deve continuar. (LIMA et al., 2013, p. 153).

Patrícia entende que há um caminho grande a ser trilhado para abrir espaço definitivo e de protagonismo para as mulheres e para as mulheres jovens no campo. Segundo ela, muitos dos problemas de violência, de machismo, acabam ficando velados, não se tornam públicos. Muitas vezes isso ocorre pela imagem de qualidade de vida que o meio rural passa, de relações mais íntimas e familiares, que no fundo escondem os problemas. O estereótipo da valorização moral do campo serve para criar uma interpretação distorcida e que dificulta as mudanças comportamentais.

A expectativa é de que venha diminuindo com o tempo, que as pessoas vão se informando mais, vão prestando mais atenção no que tá acontecendo ao redor, se informando. Mas a luta ainda é grande, é impressionante o que tu fica sabendo assim,

essas coisas, questão de assédio e tudo mais no campo. E justamente todo mundo prega aquela questão assim, aquela ideia de família no campo que é todo mundo feliz, que não acontecem as coisas que acontece na cidade, tipo de assédio, todo mundo acha que fica a coisa mais perfeita, todo mundo feliz, soridente, trabalhando junto, mas não é bem assim. Tem regiões que tu escuta falar, cidades ou comunidades próximas, que tu fica tipo, “meu Deus!”, mas é, vai ainda muito tempo, acho, pra mudar isso. Porque às vezes, quando tu acha que tu deu um passo à frente, volta dois, três pra trás. Porque é incrível o que às vezes tu descobre assim, pessoas que tu não imaginava que seriam capazes, que pregavam aquela coisa politicamente correta. (Patrícia).

A rotina de trabalho de Patrícia é didática para ponderar a relativização de autonomia de horários propalada pelos jovens em geral. Além disso, é sintomática para pensar o pressuposto do “trabalho leve” das mulheres (PAULILO, 1987).

[...] eu levanto com meu pai e sou geralmente a última a dormir também. Levanto, vamos supor agora, umas cinco e meia, pra ordenha, daí depois os meus pais geralmente vão pra roça e eu fico em casa sozinha, responsável pelas vacas, terneiros, limpar a casa, lavar roupa, almoço. Daí à tarde, daí, às vezes que nem à tarde, eu pego um minutinho ali pra fazer algumas outras coisas e, se não continua, depois ordenha de novo, limpeza e tudo lá até de noite. (Patrícia).

Trata-se de uma jornada de pelo menos 12 horas de trabalho. A desvalorização das atividades domésticas enquanto pressuposto de labor efetivo é uma prática recorrente e que desconsidera, paradoxalmente, a variável do tempo despendido. O discurso tornado efetivo na pesquisa, de que a flexibilidade de horários e a autonomia são as características positivas do rural, é um paradoxo. A flexibilidade de trabalho é frágil se pensada a capacidade de decisões numa conjuntura em que as demandas são tão grandes. A questão passa, sem dúvida, pela construção de uma representação que sustenta essa justificativa.

A própria concepção de lazer é tomada como um momento de descanso, não necessariamente como uma atividade deslocada da rotina cotidiana. Para boa parte dos jovens rurais contatados, o lazer é sinônimo de não trabalho (GUIGOU, 1968). O que existir além disso é considerado algo “a mais”. Como diz Patrícia: “eu adoro ficar em casa, eu não vejo aquela necessidade grande de sair, mas gosto bastante de viajar. Uma coisa que eu faço bastante durante a semana pra me distrair é ler, eu leio bastante”. Essa dinâmica é matizada como um contraponto ao esforço realizado na agropecuária: “como tu tem um dia agitado assim, que trabalha, tu procura ficar assim também aquele momento de descanso”. Ela cita que em outros momentos, quando tinha mais tempo disponível, praticava esportes e dança na comunidade, mas que no momento a vida estava muito corrida.

Salienta que um fator importante para melhorar a qualidade das distrações e do lazer é o acesso à internet, que serve, também, para o trabalho rural, permitindo acesso rápido às informações. A internet permite ampliar o espaço onde vive, visto que se sente um pouco isolada em alguns momentos. Quer dizer, as conexões permitem perceber um mundo externo ao seu.

[...] porque como eu moro num lugar meio afastado, tu precisa de alguma coisa pra se comunicar com o mundo fora assim, porque mesmo com internet a gente ainda se sente meio... parece que a gente ainda tá meio fora assim do lugar, porque é um lugar bem assim pequeninho, bem afastado. (Patrícia).

Logo, a internet é vista como uma necessidade e deveria ser pensada como política pública. Além dela, considera que é necessário divulgar melhor os programas públicos, visto que nem sempre os jovens ficam sabendo para poderem acessá-los. Entende que é importante considerar iniciativas voltadas para os produtores mais fragilizados, aqueles menores. Também para os jovens, vistos como agricultores “amadores”. O olhar estatal, como defende, está muito voltado aos grandes produtores, aqueles com maior escala.

O que ocorre é a valorização do grande produtor que já tem lá não sei quantos mil litros de leite. E o pequeno fica a desejar, tipo, ninguém olha pra aquela propriedade assim, mais pequena. Pessoa jovem então nem se fala, tipo eles acham que a gente é tudo irresponsável, que não quer nada com nada e daí acabam não investindo na gente. Ficam só investindo naqueles que já tem, vamos supor, uma estrutura financeira bem boa. (Patrícia).

A visão futura de Patrícia é matizada por outro fator externo. A unidade produtiva da família poderá sofrer com a possível construção de uma usina hidrelétrica no curso do rio Uruguai<sup>93</sup>. Não há certeza sobre a obra e as informações são desencontradas. Embora as comunidades possivelmente atingidas já estejam organizadas para resistir ao projeto, o fato envolve um desestímulo de investimentos a médio e em longo prazo. Como assevera, o problema é que tradicionalmente os processos de negociação e mesmo de indenização dessas

<sup>93</sup> Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, a ideia da construção da usina de Itapiranga surgiu em 1934 e foi retomada nos anos de 1970. Em 2002 foram realizados estudos de impacto e em 2007 o projeto foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. No momento, a obra permanece em planejamento, mas os estudos técnicos estão parados e não há previsão de seu andamento.

grandes obras se tornam morosos e desconsideram as demandas dos agricultores. O histórico familiar converge para que mantenham cautela com a questão.

Mesmo que não alagaria toda a propriedade, a usina colocaria em risco a continuidade, por causa que assim, vamos supor, vai alagar tudo em roda praticamente, aí a gente ia ficar isolado. Tem que fazer estrada de novo, provavelmente. Fora que geralmente tem aqueles boatos assim que gostam de expulsar, não respeitar exatamente os acordos, essas coisas e tudo mais. Meu pai já tem bem um histórico, que ele morava ali no Paraná onde que foi construída a usina e daí eles foram embora, voltaram pro Rio Grande por causa disso também. Também aconteceu lá, a água foi indo, eles não deram bola e o pessoal teve que sair às pressas. [...] Daí lá faz uns quarenta anos, chuto assim, uns quarenta anos que tão lutando contra as barragens, por enquanto não saiu ainda. Eu até fazia parte das mobilizações assim tudo, me envolvi bastante nessas coisas. (Patrícia).

Na mesma seara, Camila (19 anos), residente em Riqueza, é a caçula de dois filhos e candidata à sucessão. Seu irmão, mais velho, é sucessor consolidado e ela se encaminha para somar-se a ele nesse processo. Ela relata ter iniciado uma vida de trabalhos rurais a partir dos sete anos de idade, mas se incorporou com maior afinco as atividades quando cursava o terceiro ano do Ensino Médio.

Desde os sete anos eu trabalho assim, ajudo. Ajudava no caso, agora eu trabalho, já aprendi mais. Foi assim que me voltei pra agricultura, foi depois que terminei o terceiro ano, na verdade no terceiro ano do Ensino Médio já, ainda. Porque no primeiro eu pensava em fazer faculdade e morar na cidade, aí no segundo já deu aquela dúvida, mas será que é isso que eu quero? Aí tanto que eu fiz vestibular, passei em quarto lugar na URI em Frederico<sup>94</sup> pra Administração, mas não era o que eu queria, assim, sabe? Era uma coisa tipo assim: “ah, era modinha, vamos dizer assim, todo mundo fazia vestibular daquilo e todo mundo fazia aquilo. Aí fiz vestibular também, passei, fiz Enem também, não me lembro quanto que eu tirei no Enem, mas foi boa também a nota que eu tirei. Sempre fui aluna boa, sempre era a melhor da turma, aí por isso já: “ah, não, tem que ir fazer faculdade, tem que sair de casa”. Mas aí acabei não fazendo, terminou o terceiro ano e fiquei em casa, aí comecei a trabalhar mais com as vacas, com a casa, com o serviço e tal. Faz acho que dois anos, é!, dois anos que me formei. Aí eu comecei a pegar mais, tipo, daí tão mais junto, a gente planta fumo também, planta fumo junto... Aí, esse ano, nós já vamos plantar mais ainda, pra fazer mais dinheiro pra comprar uma moto pra mim. (Camila).

No processo de assunção de espaços, responsabilidades e de deferência familiar, Camila também enfrentou a desigualdade de gênero. A dificuldade era a desconfiança, mas quando começou a fazer e tomar a frente nas atividades perceberam que ela era capaz e que fazia as coisas “bem feitas”. Na sua visão, muitas vezes, falta iniciativa às meninas para enfrentarem

<sup>94</sup> Frederico Westphalen/RS.

essas dúvidas que existem sobre elas. No seu caso, o esforço veio da necessidade. Precisava trabalhar para ajudar na renda familiar e passou a ver nesse esforço um sentido não só momentâneo, mas um projeto de vida. Ela faz questão de mencionar que o esforço de trabalho é o elemento central das dinâmicas rurais.

[...] a gente fez estufa lá, plantava tomate. Enchemos a estufa de vinte e cinco metros de comprimento, tudo de tomate, depois saía vender, e vendia, todo mundo comprava. Aí as vacas também, nós passamos a cuidar mais, fizemos umas reformas ainda lá em casa, plantamos mais fumo. A nossa renda aumentou, o nosso movimento econômico, a renda não dá pra dizer que é muito, porque ainda não sobra muito. Não tá tudo bem organizado, era sempre aquela coisa de ir fazendo, ir fazendo, mas não tinha um controle. Aí agora aqui no curso, desde que eu comecei assim, como eles já dão em cima pra gente ir fazendo assim, aí também comecei a mudar em casa, tipo perguntar mais quanto que gastou, por que gastou tudo isso, não dava pra ter gastado com outra coisa ou deixar de gastar tanto. Aí eles começaram a me chamar de chata também, não aceitavam assim, mas agora eles tão vendo aos pouquinhos. Tá difícil mudar o pai um pouco. (Camila).

A dificuldade da desconfiança é somada a dificuldade de argumentação. As ideias expostas pelas mulheres em relação aos processos produtivos rurais tendem a ser desconsideradas ou relativizadas. É complexo construir um ambiente favorável e equilibrado para desenvolver a diversidade de pensamento e, como dito por Camila, questionar e cobrar mudanças de hábitos. O fato dos pais não terem controle financeiro das unidades produtivas é um fator de conflito com os jovens. É necessário um movimento pedagógico dos jovens no sentido de construírem agendas menos ríspidas para estimular os pais a proporem uma gestão aberta e compartilhada. Muitas vezes, porém, as filhas não são consideradas membros com poder discricionário, o que acaba por afastá-las ainda mais.

Camila, por seu turno, aposta na insistência e na paciência. Vê que conseguiu vários avanços, mas considera que há muito ainda por fazer. Entende que isso se dá porque os homens do campo, em geral, estão acostumados a serem assim, não é de uma hora para outra que vão mudar. O fato de estar envolvida com tanto afincô nas atividades, gera, segundo ela, um tipo específico de reconhecimento “eu acho assim até que eles reconhecem mais, porque tipo, é difícil ver uma guria que vai à roça, vamos dizer assim, é o que eles falam lá, tipo, guria que vai à roça plantar fumo não tem quase, que vão”. Seus progressos são valorizados discursivamente, fazendo alusão de que é possível romper com os entraves culturais do machismo.

Depois que eu aprendi a dirigir daí melhorou ainda mais as coisas. Melhorou ou aumentou um pouco a carga pra mim também. Que aí eram só eles que andavam de trator, eram só eles que faziam tal coisa, eles que saíam de carro, moto. Aí depois: “ah, a Camila sabe, Camila vai lá de moto não sei aonde, daí vai a Camila...” E eu gostava, eu adoro andar de moto, de carro também. Tipo, eu não saio muito assim, mais é meu irmão que vai fazer os negócios na cidade. Também não saio muito durante o mês, mais é quando recebe, daí quando tem uns negócios pra fazer financiamento, investimento, coisa assim. Mas daí, eu em casa faço. Nós vamos trocar de trator agora, aí vai sobrar mais ainda pra mim pegar a silagem, porque agora eu já sei, já trabalhava no outro. Já sei e é bom assim, sabe tu saber, porque tipo tinha dias que precisava fazer alguma coisa, precisava ir a algum lugar, antes eu não ia nem saber como que ia ligar uma moto ou um carro pra mim sair. Aí, depois que eu aprendi daí eu vou com qualquer coisa, tipo, não tenho mais aquele medo assim e é bom quando tu quer sair assim. Claro, quando pode também, não dá pra tá saindo sempre, mas é bom. (Camila).

O conhecimento em relação às práticas de trabalho, de dirigir, por exemplo, são, segundo ela, formas de gerar autonomia dentro da família. Geram autoestima e fortalecem as perspectivas de permanência. É importante “aprender” a fazer de tudo e “poder” fazer de tudo, para aumentar também a influência, poder argumentar, ser respeitada pelos demais membros. Todavia, para poder começar a ocupar esses espaços é preciso de brechas, ter oportunidades e nem todas as meninas têm, ou querem ter, já que muitas não desejam ficar. Nesse sentido, Camila revela que durante muito tempo esteve em dúvida, mas que, ao olhar a sua condição de forma mais crítica, percebeu que é isso que deseja e que é nisso que poderá construir sua vida. Expressa isso tanto nas questões de trabalho, quanto nas de lazer.

Porque eu tipo na cidade, não consigo nem pousar na cidade que eu me sinto mal. Quando eu fazia um cursinho de informática, que tinha que ir lá pra cidade, eu pousava na casa da minha tia, mas chegava de tardezinha parecia que tinha que tirar leite. Pensava, o que que eu tô fazendo? Não consigo ficar aqui sem fazer nada, tenho minhas coisas em casa, tenho que fazer. Não via a hora de chegar em casa pra ir fazer alguma coisa. Aí, sei lá, tipo, eu gosto de trabalhar na roça porque tu..., claro né, a gente diz trabalha mesmo, trabalha de verdade. Porque tu levanta de manhã, tu sabe que tem que tirar o leite, tá chovendo, tá frio, tá quente, tem que ir e de tarde a mesma coisa. Tu quer sair numa festa num domingo, tu sabe que tem que voltar pra casa cedo, de tarde. Por isso que a gente vai mais em baile que é de noite. Claro, no outro dia tá lá meio morto... (Camila).

Esse desejo, porém, não está definido num projeto de sucessão. Embora entenda que poderá ser sucessora, a família ainda não discutiu essa questão. Como comportamento geral, o grupo aguarda por uma definição, mas deixando o assunto velado, numa forma de tabu. Existem provocações, conjecturas, mas não um debate efetivo. A ausência dessas discussões no

ambiente familiar potencializa a migração, já que a indefinição familiar, somada a indefinição particular dos jovens expõem a viabilidade de estratégias fora da unidade produtiva. Em muitos casos a falta própria de trejeito e habilidade para lidar com o assunto se torna um golpe irreversível para a possibilidade de permanência dos filhos.

Os pais se sentem muito constrangidos a proporem esse assunto no ambiente familiar. Lida-se com o pressuposto de pressionarem os filhos num momento inoportuno, de não saberem lidar com as expectativas dos filhos e as suas próprias ou mesmo considerar que a sucessão envolve reconhecerem o seu envelhecimento. Há ainda o risco de serem interpretados como quem “escolhe”, entre os filhos, um sucessor. Que critérios, que variáveis teriam levando em conta? Para enfrentarem essa situação, tendem a aguardar a manifestação de interesse dos filhos e a partir disso estabelecer projeções para atender a todas as possibilidades. Os filhos, por terem dúvidas ou também por constrangimento em relação às expectativas dos pais, podem não relatar, de maneira direta, o que pretendem e o que preferem fazer. Edifica-se um limbo pouco fértil. Não é uma situação fácil para nenhum dos envolvidos.

Se a fala da permanência é velada, a da saída, em relação às moças, é comum. Notadamente são as mães que se manifestam mais sobre o futuro das filhas e geralmente às incentivam a migrar, a estudar, a viver outras experiências e ter oportunidades diferentes das suas. Existem muitos fatores que explicam esse comportamento. Pode ser pautado nas dinâmicas de dificuldades que as mães vivenciaram e também na perspectiva de que as filhas ultrapassem o horizonte que elas alcançaram. No caso de Camila, o incentivo para a saída acabou enfraquecendo na medida em que ela assumiu mais funções e foi se tornando mais importante para as dinâmicas de trabalho da família. Hoje sua mãe é incentivadora de seus projetos de permanência no meio rural.

A minha mãe sempre falou pra mim sair, o meu pai nunca foi assim de opinar muito, mais é a minha mãe. Ela sempre queria que eu tivesse lá dentro de um escritório fechada, mexendo num computador, era essa a visão que ela tinha pra mim. Depois eu comecei a ajudar mais ela, que ela começou a ver que precisava de mim e tal, aí ela não falava mais nisso. Porque ela viu que não, que precisamos que eu fique. Ela diz assim: “se a Camila sai vou ter que pagar uma pessoa pra limpar a casa pra mim”, “se a Camila sai eu vou depender de outras pessoas”. E o meu irmão quase nunca tá em casa, ele trabalha fora também e o meu pai é aquele que quanto menos ele precisar fazer, melhor. (Camila).

A decisão que se constrói, dadas às condições estruturais, passa, também, pela simbologia que é concebida por meio das representações. Na concepção de Camila, a ruralidade é um exemplo de qualidade de vida, pois vive-se junto com à família, em contato com a natureza, com os animais o que gera uma dinâmica mais genuína de trabalho, porque obriga a se “esforçar mais” e gera-se a produção de alimento. O urbano, por outro lado, é o ambiente da correria, de uma relação de trabalho menos significativa, produzindo para um patrão, sem autonomia, sem um “sentido”. Segundo ela, até as pessoas das cidades não gostam muito de lá, porque nos finais de semana a maioria vai para o interior. O problema da ruralidade, contemporiza, é a falta de garantia de renda, isso faz com que muitos queiram abandoná-la.

A rotina de trabalho não lhe incomoda. Assim como entende ter boas possibilidades de lazer. Nos finais de semana, mesmo com a atividade leiteira, reserva-se um período para frequentar bailes e festas, compartilhar momentos com os amigos. Esses ambientes promovem um contato social que rompe com o isolamento da rotina semanal: “a gente tem sempre a rodinha de amigos e sempre tem um outro conhecido que chega lá e vem outros também, faz amigos, vamos dizer assim, não é sempre os mesmos que tão junto”.

Ainda assim, ela relata que são poucas as moças que permanecem no meio rural, o que é um tanto ruim para a sociabilidade: “na comunidade não tem menina quase, no interior assim, dá pra contar lá, quatro, cinco”. Além disso, muitas moças não têm liberdade de sair. Os rapazes começam a sair mais cedo e não precisam dar tanta satisfação, não tem tanto controle quanto elas. No seu caso, as saídas são facilitadas porque acompanha seu irmão, mas outras moças não têm essa possibilidade. Pesa também a disponibilidade de dinheiro. O lazer passa pelo acesso a recursos. Ela afirma não ter problemas com isso, relativizando que a sua questão não é o acesso, mas o fato de que é preciso aumentar a renda familiar como um todo. A renda, em sua visão, deve ser o foco das políticas públicas. Considera que ao invés de programas para pessoas com baixa renda, as políticas deveriam privilegiar o incentivo para aumentar a produção daqueles que efetivamente “trabalham”, aquecendo a economia.

Manuela (22 anos), residente em Guaraciaba, é também uma candidata à sucessão. Ela é irmã de Bruno, cujas ponderações foram analisadas anteriormente. A projeção familiar é de que há espaço para que ambos os irmãos possam ser sucessores. Ela, além das atividades rurais, é estudante de Pedagogia e essa possibilidade lhe deixa um pouco reticente quanto a ficar ou a

sair. Sua vontade tende para a permanência: “eu trabalho junto com meus pais na atividade leiteira e estou aqui porque eu gosto disso”. Está num momento de avaliação das perspectivas.

Eu tô fazendo faculdade de Pedagogia, inclusive esse ano eu me formo, mas tô meio em dúvida se saio, porque a princípio, eu quero ficar. Porque tipo, eu conversei com mais pessoas e a maioria me fala, se tu gosta disso, não desiste do que tu gosta. Então, como eu gosto, eu tô pensando mais pro lado de ficar, do que de sair. (Manuela).

A intenção de permanência é motivada pela avaliação que faz sobre a qualidade de vida. Entende que no meio rural pode fazer os horários, tem maior autonomia e permite que ela desenvolva uma atividade que gosta, sobretudo pelo contato com as vacas. Essa condição é marcada por um ambiente de convívio familiar salutar, ancorado no diálogo e nas decisões conjuntas.

Porque gosto de vaca, leite, daí também pela qualidade de vida. Eu tenho uma visão assim do interior, que eu faço os meus horários, a gente trabalha junto, é uma coisa que não precisa um ficar mandando e os outros trabalhando, todo mundo junto, cada um dá a sua ideia. O pai tem bastante o costume de conversar com a gente, não é ele que toma a decisão e todo mundo tem que seguir. Senta e todo mundo dá sua opinião, por isso eu tô gostando daqui. (Manuela).

A sua hesitação em relação à migração e o fortalecimento do desejo de permanecer envolve as condições. É notório que ela aponta que gostaria de ficar, mas isso não depende apenas de sua vontade. Precisa avaliar as potencialidades de construção de seu projeto de vida no campo. Como subsídio, representa o rural como um lugar bom, com qualidade de vida onde a alimentação é mais saudável. Já a urbanidade é vista como uma “opção” de emprego, mas onde a vida é mais difícil, a não ser pelas folgas nos finais de semana: “lá tu tem que pagar aluguel, tem os horários pra cumprir. A única coisa assim que é mais fácil do que o rural é tipo, fim de semana tá livre e a gente aqui tem os horários que tu tem que trabalhar, essa é a única coisa que eu vejo melhor no urbano do que no rural”.

A migração urbana, portanto, é acionada como uma opção diante de crise. Quer dizer, não há desejo de sair do campo, mas se as condições nele ficarem ruins, ir para a cidade é uma forma de superar uma dificuldade material. A renda é o ponto principal e visto nesse caso como maior no campo e menor na cidade. Por isso que as privações de lazer ou de descanso que existem no campo seriam compensadas pela segurança financeira. Se por um lado as dinâmicas

produtivas rurais impactam nas saídas aos finais de semana, por outro, essas atividades permitem que existam recursos para que se possa sair.

[...] às vezes tu tá lá numa festa, daí tu tem que deixar pra ir pra casa trabalhar, fazer o serviço. Mas em certo ponto também eu vejo assim que com o teu dinheiro tu precisa daquele serviço, então se não fizer aquilo lá, tu também não vai ter o dinheiro pra sair. Na nossa família nunca tem problema com financeiro, cada um sai aonde quer, aonde gosta. Daí talvez se eu morasse no urbano eu não teria tanta liberdade pra sair assim, pelo fato de pagar aluguel e essas coisas. (Manuela).

A sua condição envolve considerar a pluriatividade como saída para seu impasse entre um projeto rural e um projeto urbano como professora. No entanto, sua dúvida recaí sobre a demanda de trabalho que existe no campo. Comenta que tem pensado nessa possibilidade de unir o “melhor dos dois mundos” como diz Carneiro (1998).

Eu já pensei, só que daí eu fico meio com o pé atrás, porque a gente tá com sessenta vacas de leite. Daí eu fico meio assim, será que a mãe vai conseguir? será que não vai complicar? Daí, às vezes teria que diminuir as vacas, porque o Bruno já saiu, tá no sindicato, daí se eu saísse também, acho que ia dificultar um pouco pro pai e a mãe. Mas futuramente, eu vejo se conforme iria, eu trabalho, talvez pudesse fazer as duas coisas. (Manuela).

Sua graduação se torna uma ferramenta importante, da qual poderá dispor, caso os projetos de permanência sejam frustrados ou mesmo para fortalecê-los numa composição pluriativas. É uma estratégia que recebe muito incentivo das mães, ao considerarem que esse capital adquirido com o diploma servirá de salvaguarda em situações difíceis, seja em relação as atividades rurais, seja em relação ao casamento que possam porventura contrair.

Esses cenários de dificuldades para as mulheres são recorrentes. A saída das jovens é vista como o resultado de uma visão e um modo de ser dos homens, que não abrem espaço para que possam dar suas ideias e também porque suas jornadas de trabalho são ampliadas de forma desigual em relação aos homens. A classificação de serviços femininos abrange o ambiente doméstico e as atividades fora dele. Já aos homens, recai uma responsabilidade apenas sobre os espaços produtivos fora das casas. Nelas, as responsabilidades são unicamente femininas, o que as sobrecarrega, desestimula e potencializa à migração.

Eu acho, porque elas são tratadas diferentes que os homens. Muitas vezes, mais assim no nosso passado, nossos pais, eles têm bastante a visão de que homem é o que toca a

propriedade, homem é o que ganha dinheiro. E a mulher é a que tem que trabalhar dentro de casa, tem que fazer fora e dentro de casa e o homem não precisa ajudar dentro. Então, por isso que as mulheres acabam saindo e também porque elas não podem muitas vezes dar o seu ponto de vista, ela só tem que aceitar o que o pai ou os homens da casa falam. A mulher tem que seguir e aceitar, não tem liberdade de expressão, então por isso acho que muitas mulheres saem. (Manuela).

No caso da sua família, o pai congrega uma posição superior, mas segundo ela, há um diálogo aberto sobre as dinâmicas, sobre as decisões e, principalmente, não há um sectarismo em relação aos papéis masculinos e femininos: “se meu pai não desse espaço pra mim me expressar e me tratasse muito diferente do Bruno, eu já não estaria mais aqui. Eu vejo que a partir do momento que a mulher não pode se expressar, que fica sendo mandada pelo homem, ela tem que sair mesmo”. A saída, nesse caso, seria uma libertação, um movimento em busca de independência, de valorização. Isso não pode ser lido com um viés dicotômico de que no meio rural há machismo e no meio urbano não. Esse é um comportamento geral. A inserção dessas jovens migrantes no meio urbano envolve, também, lutar contra essa dominação masculina, contra hábitos, valores que reproduzem sua marginalização. A questão que se defende é que nas cidades existem algumas ferramentas e elementos que permitem lidar melhor com a questão. No meio rural, dadas as características, há maior aridez para transformar a conduta masculina e fortalecer o protagonismo feminino.

Suas dúvidas envolvem também o futuro da atividade e do tecido social ao seu redor. Como alerta, há um sentimento de que o rural poderá se esvaziar ainda mais, embora os jovens que tenham optado por ficar, têm conseguido desenvolver seus projetos de vida e garantem qualidade de vida. É complexo fazer um cálculo decisório levando em conta que a base na qual foram edificadas as estratégias pode ruir. Remonta-se ao pressuposto da solidão e na potencialização do isolamento.

Quando eu fiz agronegócios, um curso aí que a gente fez, teve até um encontro com os pais pra ver um pouco como é que ia ser no futuro. Lá a gente pode ver que num lado é um pouco preocupante, porque um dia os jovens não querem mais ficar. E as comunidades futuramente vão se acabando. Isso que às vezes eu fico pensando, será que daqui uns anos, como é que vai ser? Será que a gente vai se encontrar nos fins de semana que nem é hoje? Eu fico meio assim. Só que hoje assim eu vejo que os jovens que tão ficando têm uma qualidade de vida boa. (Manuela).

Esse esvaziamento é temível pelo risco que representa à toda solidariedade nas quais estão assentadas as relações rurais na região. A privação de vizinhos e do convívio comunitário tende a ser catalizador de migração. Além disso, cria maiores dificuldades para atividades de lazer que incidem fortemente sobre os jovens. Como diz Manuela, suas práticas de lazer ocorrem na comunidade, e logo, dependem dessa articulação e da presença dos interlocutores locais.

Eu saio em festas. Fiz curso de dança. A comunidade sempre se reúne, sai entreveros, vou em bailes, mais é de casais, mas eu vou no de jovens também, festas de padroeira, futebol. Todo final de semana quase eu vou, que a gente tem o Palmeiras aqui perto e todo ano os campeonatos, eu vou em todos os jogos e jogo também. Esse ano até, nós montamos um time, participamos dos jogos, a integração do futsal feminino. Sempre onde que dava pra participar, nós participávamos. (Manuela).

Afirma que as políticas públicas devem ser pensadas para incentivar os jovens, “porque o jovem não vai querer ficar se ele não tem nenhum incentivo”. Desses incentivos ela reforça a necessidade de retomar a política de habitação rural, porque a permanência dos jovens passa pelo acesso a casa própria. Segundo ela, os jovens que decidem ficar no campo, muitas vezes, querem o seu espaço, a sua independência: “porque hoje em dia os jovens que ficam, eles não querem mais ficar junto com os pais e as mães morando, querem o seu canto”. Cita a retomada de programas públicos que ela vê estarem parados, como crédito fundiário, subsídios de juros, etc.

Pondera que as políticas ajudam, mas precisam se articular com a organização familiar. Os jovens precisam ter acesso a renda para desenvolver sua autonomia. Os pais precisam repassar os recursos, dar liberdade e cobrar responsabilidade do jovem: “tá trabalhando e tá recebendo pelo seu trabalho, ter uma liberdade de ele poder ter suas coisas, não precisar sempre ficar dependendo dos pais”.

Sofia (20 anos), residente em São José do Cedro, tem uma perspectiva mais distanciada da sucessão. Atualmente cursa a graduação em Fisioterapia e pondera que a busca por uma carreira diferente do campo não significa que vá abandoná-lo, pelo menos não de todo. Seu irmão mais velho é o candidato mais próximo da sucessão, mas ela entende que há espaço se quiser permanecer junto à família. Sua irmã caçula casou-se e é agricultora num município vizinho.

A rotina que desempenha inclui, além dos estudos no período noturno, a função de Agente de Saúde Comunitária e as atividades com a pecuária leiteira. Essa ligação com à ruralidade em meio aos possíveis novos rumos expõem dúvidas sobre o futuro.

Na verdade, estou ainda um pouco indecisa, pelo fato de eu tá cursando faculdade e ser uma área que não tem muito a ver com agricultura. Eu sempre tive vontade de fazer veterinária que tem mais a ver com a área do interior, enfim. Mas quando eu fui prestar vestibular eu prestei para as duas e passei nas duas, só que na hora de fazer a inscrição eu pensei bem. Veterinária era o dia inteiro, além de ser caro, porque eu não ia conseguir bolsa e enfim, optei por fazer Fisioterapia. Não era uma área que eu conhecia muito, mas eu tô gostando. Só que eu gosto de morar no interior também, então eu tenho esses dois lados, tô fazendo faculdade, mas não tenho certeza se vou atuar na área e se vou morar na cidade. Eu pretendo morar no interior, mesmo que eu trabalhe na cidade. Eu acho que não ia me acostumar na cidade. [...] Como eu estudo na cidade eu percebo muita diferença entre morar na cidade, morar no interior. E eu já percebo que quando eu vou ficar dois, três dias na cidade eu já não quero ficar, sabe? Eu sei que se eu for morar na cidade eu não vou me acostumar, porque eu sou acostumada a morar no interior e é uma coisa que eu gosto. Tu tem tua horta, tu tem tuas frutas, tu tem os animais, que é uma coisa que desestressa, porque os animais são uma coisa que eu gosto muito. (Sofia).

O gosto que manifesta pelo rural é acionado pelas experiências afetivas desenvolvidas ali. Como um conteúdo simbólico, relaciona o fato de ser o local de sua história, da história da sua família. Num sentido mais objetivo, esse ambiente oferece o conforto psicológico do qual é difícil se distanciar. Além desse conteúdo íntimo, Sofia reforça as variáveis qualitativas da vivência comunitária, da privacidade, da flexibilidade de horários.

Porque sei lá, parece que a qualidade de vida é muito melhor. A gente tem, como posso dizer, a gente tem vizinhos, mas não é aquela coisa de um tá em cima da calçada do outro, entende? Tu tem mais privacidade, tu pode escolher teus horários, por mais que tu tenha aquela lida todo dia, tá lá tirando leite todo dia, mas é uma coisa que a gente gosta, desde pequeno trabalhando com isso. (Sofia).

Sofia entende que a condição das mulheres no campo é complicada e que existem muitas dificuldades, mas que atualmente sua condição tem melhorado bastante. Ela relata ser comum verificar a existência de mulheres submetidas à dominação e ao controle dos maridos, sobretudo entre as gerações mais velhas. Essas mulheres cresceram e conviveram com uma cultura de imposição, de desvalorização e de aceitação. São forças arraigadas e é difícil mudar essa estrutura.

Eu acho que era mais difícil, eu vejo pela minha mãe, pela minha vó, era tudo mais complicado pra mulher. A mulher era totalmente dependente do homem e tem muitas mulheres que ainda são. Como eu sou Agente de Saúde eu vejo muito isso. Mulher que não tem carteira de motorista, não tem conta própria no banco, não tem nem um pedacinho de terra no nome. Construíram tudo aquilo junto, mas tá tudo no nome do marido, ela depende totalmente do marido. E eu já vejo isso por outro lado. Eu já vejo que a mulher tem que ser o mais independente possível e acredito que a partir da minha geração, isso já tá mudando. Eu já tenho carteira de motorista, eu vou por tudo de carro, não dependo mais de ninguém, eu estudo. Por que naquela época mulher não estudava, mulher só casava e trabalhava, cuidava da casa, tinha filhos e cuidava dos filhos? Porém, eu acho que a mulher não deve se tornar dependente, então eu vejo que isso tá mudando a partir da minha geração e a mãe tá enxergando isso agora, que isso ela não enxergava há muito tempo atrás, entende? As mulheres acabavam se tornando dependentes do homem e se acostumavam com aquilo, só que elas sofriam com isso, caladas, e agora a mulher tá tendo mais meios para se manifestar. (Sofia).

Esse protagonismo feminino se torna uma variável que desponta entre as novas gerações, como a dela. Esse movimento de enfrentamento das dificuldades tem fortalecido e empoderado as mulheres rurais e incutido uma perspectiva de luta nas mulheres mais jovens. Todavia, isso gera conflitos: “a mulher tá percebendo que ela podia ser mais, entende? Que ela é muito desvalorizada e o marido que não entendia isso há muito tempo atrás, agora tá achando que a mulher quer mudar e não tá aceitando muito isso entende?” Seu espaço de empoderamento parte do ambiente familiar e se espalha para outras instâncias sociais. Por isso que a família representa um núcleo fundamental de análise para entender a posição das mulheres e as perspectivas de permanência das jovens.

A decisão de permanência depende da família, como atesta Sofia. É preciso abrir espaços, dar oportunidades. Incorporar novos jeitos de se fazer as coisas, novas ideias, novas visões. Se a família não recebe essas contribuições e não apresenta um ambiente salutar para essas manifestações, os jovens tendem a buscar um lugar diferente para desempenharem suas intencionalidades. Essa é uma conjuntura de conflitos, porque não se trata de ideias boas dos jovens contra ideias ruins dos pais, mas um embate para efetivar as ideias mais adequadas, considerando as condições de cada caso.

Há uma relação dessas discussões com elementos morais, com formas simbólicas de se fazer as coisas. Evidentemente que muitas vezes o mote de uma dissociação desses atores envolve as formas de lidar com o trabalho e a renda. É também um exemplo de moralidade. Os agricultores mais velhos carregam mais vividamente o valor do “colono providência” e de que todo esforço laboral é sempre insuficiente. Quer dizer, entendem que é preciso fazer sempre

mais. Existe uma pitada de ascetismo nessa relação, no sentido de que se trabalha muito e se aproveita pouco. Já os jovens tendem a questionar parte dessa orientação.

Eu acho que tem mais perspectiva do jovem ficar no campo agora do que antes, porém, tem todo um contexto familiar envolvido, que vai muito da aceitação da própria família do jovem ficar. Por exemplo, o pai quarenta, cinquenta anos não entende que o mundo de agora é totalmente diferente e não entende que as ideias do filho podem agregar pra melhorar. Ele não entende que isso vai melhorar e não deixa o filho mostrar isso. Muitas vezes, só que daqui pra frente, com vários estudos que tão vindo aí, o filho que ficar na roça tem muito mais chances de mostrar pro pai ou enfim, que às vezes tem mais de uma geração morando na mesma propriedade, mostrar que realmente às vezes o jeito mais fácil de fazer a coisa dar certo. Que muitas vezes a pessoa vai sempre pelo mais difícil e tem muitas outras coisas mais fáceis que dão certo também. Ah, aquela coisa de se matar de trabalhar, meu Deus!, tem que se matar de trabalhar pra conseguir um pouquinho de dinheiro. Agora a gente consegue perceber que diminuir custos é a melhor coisa e conseguindo administrar bem a propriedade, diminuindo os custos, consequentemente vai ter menos trabalho também. Claro que até tu arrumar tudo demora bastante, mas depois que tu tem tudo arrumado e se um filho tá ali puxando a frente junto, as coisas andam. (Sofia).

Em sua fala se reafirma uma constante: é o pai o elo principal da condução das dinâmicas rurais. A autoridade paterna e suas manifestações incidem de maneira decisiva sobre o posicionamento dos filhos. É o pai que precisa ser convencido das mudanças. É o pai que toma as decisões em caráter final e que são, geralmente, irrevogáveis. Ele se torna a figura de poder e a esposa e mãe acaba se tornando a entidade de ponte entre o pai e os filhos. É comum que nessas disputas a mãe seja procurada primeiro pela filha ou filho para levar as ideias até o marido/pai. Isso implica em considerar um papel de submissão em relação a autoridade marital, mas também aponta que existe uma influência materna nesses processos. As formas como essas “negociações” são travadas, envolvem considerar a posição das mães. Além disso, se está falando de um comportamento referido pelos atores envolvidos, o que não impede de se questionar se esses papéis maternais não possam estar sendo inferiorizados além da realidade prática.

No processo sucessório prevalece um receio dos pais. Segundo Sofia, eles têm medo que os filhos possam “destruir tudo” tomando más decisões, por exemplo. É um processo lento de convencimento, de fortalecimento das ideias, donde deva prevalecer a boa relação familiar. Se nesse movimento de convencimento surgem conflitos mais sérios, a sucessão estará comprometida. E em muitos casos, se já estiver em curso, envolve endividamentos e compromissos mais complexos.

Relata que um fator complicador para a sua permanência é o trabalho aos finais de semana. Não se trata de trabalhar no final de semana, mas de trabalhar “sempre” aos finais de semana, como um compromisso ininterrupto. Apostava que nas famílias que têm sucessores é preciso fazer um rodízio, uma escala para as atividades da pecuária leiteira. Contemporiza que esses compromissos em finais de semana podem existir em ocupações urbanas, mas lá existe uma margem maior para negociar. No caso da produção de leite não existe alternativa. Ainda assim, percebe que o meio rural tende a ser cada vez mais valorizado, tanto pelos jovens que permanecerão ou retornarão e como por famílias que já migraram e que tendem a voltar.

Eu acho que muita gente vai sair da cidade pra viver no interior. Porque muita gente tá saindo do interior agora, por mais que o rural diminuiu um pouco, mas muitos jovens vão sair e vão voltar, por... como eu posso dizer? Frustração. Muitas vezes o jovem, o que tem em casa vai procurar fora, não acha e volta. Eu acho que isso vai acontecer muito, já tá acontecendo agora. E muita gente que tá na cidade percebe a qualidade de vida no interior, a pessoa que vive no interior, não só trabalhando, tendo vaca de leite, enfim, mas tu tendo um pedacinho de terra, tendo tuas coisas, é melhor do que estar na cidade. Então tem muita gente que tá saindo da cidade pra vim pra uma chácara, no interior, vamos supor. Eu acho que isso vai continuar. E para o jovem, a mentalidade dos pais tá mudando também e isso é importante. Com o pai aceitando mais a participação do filho, dividindo os lucros, enfim, tendo uma boa relação na família. Eu acredito que tende só a aumentar a quantidade de pessoas no campo, se essa boa relação prevalecer, porque se a boa relação não prevalece, não adianta. Por mais que o filho vai estar em casa, ele não vai gostar de ficar em casa. Se a família não tá bem, se o pai e o filho não pensarem juntos... Quer dizer, a gente tem que pensar na mulher junto, incluída e filha, enfim, filho ou filha, trabalhar e pensar junto no que pode ser melhor pra propriedade, que pode ser melhor pra família. Porque se a boa relação não prevalecer, cada um vai pra um lado. (Sofia).

Carla (23 anos), residente em São José do Cedro, é uma jovem rural que tem um projeto de permanência consubstanciado, visto que se casou e passou a morar com o companheiro na unidade produtiva. Sua família não era detentora de terra, trabalhando como assalariados no meio rural. Esse fator lhe impossibilitaria de ser sucessora. Todavia, seu marido havia adquirido uma propriedade pelo Banco da Terra e puderam desenvolver um projeto de permanência em conjunto e com autonomia: “quando nós casamos, optamos em ir lá, começar nós dois”.

Como já indicava Guigou (1968), os jovens casais tendem a buscar habitações distanciadas dos pais, seja na mesma unidade produtiva, morando “separados” do núcleo familiar, seja buscando outras unidades na mesma localidade e mesmo em outras regiões. Esse é um comportamento que tem se tornado comum na região de estudo. Na verdade, pode-se

afirmar que na maioria dos casos de sucessão com jovens casais, é imprescindível que eles tenham sua casa própria na mesma unidade produtiva. Isso ressignifica uma prática recorrente entre as famílias de colonos em que a esposa jovem passava a morar na casa dos pais do marido e convivia ali com uma série de interposições morais.

Carla pondera que o casamento não foi uma condição para permanecer, e que poderia tocar uma propriedade sozinha: “olha, não sei se conseguiria ter financiado, mas por ser solteira também poderia ter ido tocar uma propriedade tranquila assim. Mas ali foi mais porque nós casamos daí tinha a terra lá, mas indiferente, tocaria igual, solteira”. Essa fala é importante para problematizar o viés de que as mulheres sejam parte assessoria das unidades produtivas e que não poderiam desenvolver-se sozinhas. Essa negação de protagonismo tem sido fortemente questionada ao longo da história e, ganhado mais força entre as jovens rurais atuais.

Ela revela que o fato de seus pais terem duas filhas e ser ela a mais velha, lhe fez trabalhar, desde muito cedo, com atividades consideradas masculinas, como operar máquinas, por exemplo. Essa rotina gerava uma visão preconceituosa dos vizinhos.

Com nove anos, por aí, eu já ajudava a ordenhar, mas ali pros quinze já ajudava com o trator, roça, chiqueirão, já ajudava a cuidar tudo. Aí tinha os comentários, achavam que porque eu fazia serviço de homem eu era o piá, o piá do Zé. Então, daí minha mãe falava, mas por que o piá, por que uma menina não pode fazer isso? É uma mulher fazendo, por que tem que ser um homem? Mas assim eu fazia, ajudava de tudo assim, nunca pensei isso é serviço de homem, isso é serviço de mulher. (Carla).

Conforme define Paulilo (1987) a perspectiva dos trabalhadores do campo expressa atividades que são masculinas (pesadas) e femininas (leves). O trabalho “leve” tem menor relevância de prestígio e envolve menor pagamento, embora as horas trabalhadas sejam as mesmas ou até maiores. Na percepção de Carla, esse estereótipo das atividades masculinas e femininas é um fator para a saída precoce das moças. No ambiente familiar, muitas vezes, são as mães as incentivadoras dessa migração. Ao se perceberem fora da centralidade das dinâmicas sociais rurais, as mulheres buscam um espaço para desenvolverem seus projetos de vida autônomos, com maior liberdade. Os estudos são uma ferramenta para essa concretização e se associam ao abandono do campo.

Eu escuto bastante os próprios pais que, as mães no caso, que falam, “ah, no interior não é vida, vai pra cidade, vai estudar”, a maioria eu ouço assim. Minha mãe também dizia isso, vai estudar; pega e arruma um emprego, vai pra cidade, que no interior é não sei o quê. E o machismo mais assim, é complicado pras moças, mas hoje em dia a

maioria estimula a sair, pegar e sair de casa, nunca “ah, fica você em casa, vai faz a sucessão”, é difícil. (Carla).

A sua decisão por permanecer no campo é pautada no gosto e na identificação que tem com as atividades. Diz que tentou fazer o curso de Gestão Financeira, mas abandonou porque não se via naquela atividade: “não me via trabalhando na cidade, trabalhar com gente. Até poderia, assim, quem sabe, mas eu gosto mesmo é do que eu faço assim, é de trabalhar no interior mesmo”. A atividade que desempenha junto com o marido é a pecuária leiteira, que está em processo de expansão na unidade. Buscam aumentar a produtividade, mas sobretudo, diminuir os custos para melhorar a qualidade de vida, na relação trabalho e renda. Fala da atividade com otimismo: “não é ruim, não, se você souber administrar, dá uma renda boa, sim”.

Nem mesmo as longas e pesadas jornadas de trabalho lhe incomodam. Segundo ela, o fato de poder dividir as tarefas com o marido facilita a rotina. A própria participação dele nas atividades domésticas é apontada como um fator importante: “ele ajuda, senão não funciona, a gente se divide as coisas, senão não existe”. O termo ajudar é tomado como alusão a contribuição, mas suscita uma problemática mais complexa.

Entre as populações rurais da região é muito comum utilizar o termo “ajudar”. Ele pode se referir as atividades das mais variadas naturezas, mas converge para uma ação não produtiva. Quer dizer, os filhos “ajudam” na propriedade; a mulher “ajuda” na ordenha; o homem “ajuda” em casa, mas especificamente são apenas os homens que “trabalham”. E sendo o trabalho visto como o gerador de renda, dele se sobrepõem as hierarquias de poder. Pouco importa o tempo e as atividades desenvolvidas. Não se avalia o quanto um ou outro desempenha de funções ou energia. A questão está circunscrita a um viés de masculinização das relações e por meio delas se sustenta uma sequência de dominação.

Para Carla, a ruralidade é açãoada como qualidade de vida e tranquilidade: “você come o que produz e é um lugar mais sossegado, tranquilo. Eu acho que é o melhor lugar pra viver”. A cidade é vista como um lugar de passagem, para fazer compras daquilo que não se pode produzir em casa. Diz que evita ir, “quanto menos, é melhor”. A família e a comunidade constituem seus espaços de socialização.

A sua visão futura quanto ao meio rural é positiva. Na verdade, será um lugar com boas condições para aqueles que resistirem à migração, pois crê que as coisas vão melhorar. Entende que muitas famílias ainda vão migrar, principalmente aquelas que ficarem sem sucessores.

Aposta que se houver uma política eficaz para defender os produtores de leite e sua cadeia produtiva, as coisas serão positivas. Mas se essa atividade estiver fragilizada, a juventude vai migrar ainda mais. Esse argumento é importante porque em geral, das unidades pesquisadas, a maioria que congrega jovens rurais está vinculada a pecuária leiteira.

Eu penso que quem ficar no interior vai se dar bem daqui dez, quinze anos, porque a migração pra cidade tá grande. Bom, é só tu passar e ver onde que tem um loteamento que é uma loucura e daí o pessoal no interior tá ficando velho, ninguém fica na propriedade. A tendência é o que se o casal fica ali não produz mais nada, porque não consegue mais trabalhar depois de uma certa idade. São poucos que vão ficar de pequenos produtores e esses que vão produzir com qualidade e vão permanecer no mercado. Eu penso que dali a dez, quinze anos a gente vai tá melhor. (Carla).

Maria (16 anos), residente em Descanso, personifica a jovem rural que não deseja permanecer no campo. Embora tenha convivido desde muito cedo com as atividades rurais, entende que tem outros interesses. Ela faz o curso de Agropecuária no Instituto Federal de Santa Catarina, mas a proximidade com a área não significa que deseje permanecer ou mesmo se envolver na atividade.

[...] eu pensava, vou fazer Agropecuária, que alguma coisa relacionada e tal, sempre tive esse vínculo, mas depois que eu vim, eu comecei a estudar e nada me atrai. Porque tipo, foi bom pra eu saber que não é isso, sabe? Eu acho até estranho, porque eu tenho muita, muita facilidade, tipo, nas matérias técnicas e tal, mas só que não consigo me imaginar nisso. (Maria).

Ela diz gostar do campo, ainda que não pretenda ficar ali. O fator que considera mais positivo do meio rural é o fato de se poder trabalhar num negócio próprio. Por outro lado, percebe que as condições de trabalho são difíceis, pela falta de segurança e de descanso.

Do que eu mais gosto é saber que naquilo que tu tá trabalhando, no caso a propriedade, é teu, entendeu? Você, digamos assim, você é o próprio patrão. No caso, eu vejo pelos meus pais, eles decidem o rumo, não totalmente porque depende de outras coisas, mas boa parte. E o que eu menos gosto é porque tem uma dependência. Por exemplo, não tem férias, é um trabalho centrado vinte e quatro horas por dia. Duas coisas que se contrapõem. (Maria).

A ruralidade, segundo ela, é caracterizada pelos vínculos familiares. Nas cidades os vínculos são sociais, com vizinhos, com o grande aglomerado. No meio rural, o afastamento das unidades produtivas envolve o convívio restrito à família. Essa é a diferenciação conceitual.

No tocante a sua posição como mulher rural, Maria percebe que este é um espaço que privilegia os papéis masculinos. Isso faz com que as mulheres se afastem. Revela que os rapazes possuem uma condição mais favorável para permanecer, porque a visão geral é de que os homens são mais importantes e produtivos que as mulheres no campo: “o meu pai, ele disse assim pra mim, ‘se tu tivesse nascido primeiro homem,<sup>95</sup> as coisas iam ser tão mais fáceis pra mim aqui em casa’”. Segundo ela, esse é um exemplo de que os rapazes, além de serem mais incentivados a ficar, terem condições mais favoráveis, não são depreciados como as mulheres.

A sua família lhe incentiva a permanecer no campo. Mas seu desejo é fazer faculdade de Psicologia, se possível numa universidade distante, para poder vivenciar novas experiências: “eles não apoiam, mas eles toleram, não é uma coisa que deixa eles felizes, até minha mãe já sugeriu várias coisas, meu pai também, faz Agronomia, vem trabalhar aqui em casa”. A sua decisão de saída, embora muito embasada num desejo pessoal, tem também relação com a visão que constrói sobre o futuro da ruralidade: “eu acredito que a agricultura familiar vai diminuir bastante, porque vai se concentrar em quem tem processos mais eficientes, tecnologia no caso. Aí produtores pequenos, como meu pai, por exemplo, não vão conseguir se manter, não vai mais ter mercado”.

Elena (21 anos) é residente em Guaraciaba é uma jovem rural que constrói uma visão articulada entre trabalhar com a atividade do campo, mas residir na cidade. É a mais velha de três irmãos, sendo uma menina e um menino, este o caçula. Sua família possui uma pequena agroindústria de laticínios, processando o leite apenas da sua própria unidade produtiva, cuja produção é orgânica. Ela é estudante do curso de Tecnologia em Alimentos e coloca em prática os conhecimentos acadêmicos. Ela diz que não se identifica com a parte produtiva do leite, mas com o processo de industrialização.

Depois que eu me formei (Ensino Médio) eu comecei a participar mais, atuando nessa parte, porque eu mais só estudava, fazia o serviço dentro de casa, nunca me identifiquei com a atividade de tirar leite. Até quando meus pais viajam eu faço as tarefas, mas não é uma coisa que eu me identifico, que eu gosto por amor. Eu gosto da parte de industrialização, parte que eu me identifico muito. Então, depois disso, eu comecei a me envolver muito em todas as etapas, porque é uma agroindústria familiar, então não tem como você trabalhar na produção ou trabalhar na embalagem ou na comercialização, você trabalha em tudo. (Elena).

---

<sup>95</sup> Ela tem um irmão mais novo, por isso a noção de que o pai desejava que o primogênito fosse homem para contribuir mais efetivamente com as suas demandas.

No sentido da permanência ela se considera uma jovem rural em dúvida. Não tem uma definição efetiva, visto sua vinculação com a agroindústria familiar. Seu desejo é poder trabalhar como professora, embora não saiba ainda se na área de Alimentos ou outra. Esse projeto é conflitivo com a vida no e do campo. Seus gostos estão divididos entre à ruralidade e a urbanidade por meio dos projetos profissionais que possa escolher: “eu gosto das duas coisas demais e eu tenho que escolher. Eu ainda não me sinto preparada pra escolher isso. Estou enrolando, no caso”. Trata-se de uma análise profissional. Segundo ela, não gostaria de viver do campo, embora possa viver no campo: “do rural eu gosto, eu gosto do ambiente, mas se eu tivesse que viver das atividades que meus pais vivem, eu não ficaria”.

Essa recusa a dar sequência numa tradição familiar de trabalho rural pode estar associada a depreciação que sofria na escola, quando criança. Relata que sofrera bullying de seus colegas urbanos e que isso pode tê-la retraído e construído uma imagem de distanciamento da ruralidade. Atualmente ela considera esse sentimento superado, mas entende que a imagem que fazia quando criança e quando adolescente, lhe estimulou a desejar uma outra carreira, morar em outro lugar. Hoje ela associa o campo a um lugar bom, que oferece tranquilidade.

Eu acho que é a tranquilidade que é morar no campo. Porque eu chego da aula num dia como hoje, que eu vim ao meio dia, fui no banco, fiz milhões de coisas, aí eu vou pra aula e eu chego em casa e tá tudo calmo, é como se tipo, eu viesse de um turbilhão e eu chegasse em casa, e consigo me desligar de tudo. Até recebi uma proposta de emprego duas semanas atrás, pra eu trabalhar meio período assim, um salário que me valeria muito a pena e aqui perto do campus. Mas eu fiquei tipo, vai ser uma loucura, então não vale a pena. E eu acho que não existe uma forma de pagamento por isso, por essa tranquilidade. Então tipo, fim de semana é uma calma, aí eu namoro um guri de Chapecó eu vou pra lá cada quinze dias, eu vejo que lá eu fico tipo, elétrica, sabe, e na minha casa não, é tranquilo, não tem aquela movimentação, não passa carro toda hora sabe, é só a minha família. (Elena).

Na prática, Elena classifica a ruralidade pautada no seu ambiente doméstico, na sua casa. Quando fala do meio urbano, diz que é um lugar agitado, que ela até gosta, mas para passar, trabalhar e depois voltar para a sua casa, no campo. É uma valoração afetiva que envolve a família, as memórias, o conforto psicológico. Muitos jovens, mesmo aqueles que migram, costumam relatar que a casa dos pais no meio rural é uma “fortaleza”, um local de carinho. Nesse sentido, é muito mais uma característica familiar que impacta na conceituação do que propriamente as variações de ruralidade ou urbanidade.

A própria analogia do que é cidade ou o do que é rural, é informada pelas experiências que são construídas na região. Perguntada se Guaraciaba era ou não cidade, Elena comprova a visão geral desenvolvida pelos demais jovens de que os pequenos municípios da região não são cidades se comparados com centros maiores. Porém, são cidades se comparados com as suas próprias comunidades, por exemplo. Quer dizer, eles afirmam, como Elena, que para eles, esses espaços são urbanos em diferenciação ao meio rural onde vivem: “a gente vê como cidade, eu cresci ouvindo cidade, então no subconscientemente eu acho que é cidade, mas eu entendo que tá bem longe da cidade assim, de fato”.

Questionada se o fato de ser mulher vai pesar na decisão sobre permanecer ou não, ela é enfática: “pesa porque a sociedade é machista, patriarcal, não tem como não pesar, nem que eu não queira que pese...”. Essa situação é diferente no meio rural e no meio urbano, visto que lá a forma como os filhos se encaminham profissionalmente depende menos da profissão dos pais no sentido de darem sequência a alguma coisa. No meio rural os filhos se sentem mais envolvidos e até responsáveis pela continuidade da unidade produtiva, dos negócios.

Eu acho que na cidade é diferente porque não tem esse negócio, a sucessão, então, não sei. Eu acho que não se pensa tanto nessa parte, mas eu acho que eu penso porque é uma coisa que vai dar continuidade, me parece que minha família não vai conseguir se eu não estiver lá, isso é, tipo, preciso ajudar eles. Até porque, hoje, meus pais, tipo, eles tão dependentes de mim, eu faço as entregas, eu contrato fornecedor, então eu faço toda a parte de marketing, é tudo eu. Não consigo imaginar me desligar ainda, por mais que eu tento treinar eles um pouquinho. (Elena).

O próprio fato de que ela ocupa uma função externa na agroindústria lhe traz resistência social. Ao fazer as entregas e lidar com fornecedores convive constantemente com práticas machistas. A autoridade é remetida ao seu pai, não a ela, que por ser mulher é questionada e inferiorizada. Há uma situação de clara discriminação feminina nas relações domésticas dos espaços rurais e, sobremaneira, quando estas ingressam em “territórios” tidos como masculinos. Esses embates e os avanços lentos, acabam estimulando muitas mulheres a deixarem o meio rural. A liberdade é ponto crucial segundo Elena.

A saída das mulheres eu acho que tem a ver com essa pressão que tem na sociedade, “ah você é uma mulher e vai ficar tirando leite?” Tipo, “ah o serviço é sujo, você é tão bonita, não faz isso”. Eu acho que tem essa parte e tem o setor econômico também, a maioria das pessoas comenta isso comigo, “ah, mas não vale a pena, não consigo comprar nada, não consigo guardar meu dinheiro, vou ter que futuro?” E também uma

menina que eu conheci, o pai dela não deixava ela fazer carteira, então foi um fator. Ela tinha tanta vontade de dirigir que ela saiu de casa pra fazer carteira, então é uma coisa, tipo, tão absurda. Ela gostava de ficar lá, ela gostava de tirar leite, gostava muito de ficar lá e o pai dela não queria que ela fizesse carteira porque, tipo, “não precisa, eu te levo quando precisar sair”. Daí ela não tinha muita liberdade, porque ela podia ir aos lugares que ele achava que ela podia ir. (Elena).

Em relação as políticas públicas que possam melhorar a permanência dos jovens no campo e a qualidade de vida como um todo, ela cita a reorganização da legislação para produtos artesanais, coloniais, no caso. Isso permitiria que muitas famílias agregassem valor ao que produzem, industrializando e comercializando. Isso, claro, tendo garantida a qualidade e a segurança alimentar: “eu entendo a legislação, sei como essa parte da qualidade é importante pra segurança alimentar, pra saúde, mas eu sei também que numa pequena agroindústria a gente não vai produzir uma coisa com a intenção de fazer mal pras pessoas”. A agroindustrialização é uma ferramenta importante para as populações rurais.

Eu acho que é uma opção de permanência no campo, não só pra juventude, porque o cenário que se encaminha é que até a produção leiteira vai por água abaixo. Ou você é um grande produtor, ou você vai ter que procurar outra coisa pra fazer. Então, eu acho que a agroindustrialização, seja tanto leite, como de vegetais e todas as áreas, é uma forma de você permanecer ali e poder agregar valor, poder valorizar o seu produto. Porque você, por exemplo, venderia, você vende o leite a um real, eu acho que tá um real e pouquinho agora. Mas aí se você industrializa você consegue vender o seu leite industrializado a um valor um pouco diferente, então te possibilita você também crescer economicamente, não só sustentavelmente. (Elena).

Segundo Elena, a cadeia produtiva do leite caminha para um processo de especialização e concentração produtiva como aconteceu com a suinocultura na região nos anos 1990. Por isso que é importante construir alternativas, mercados e formas de produzir que destoem da massificação dos complexos agroindustriais. Esse é um desafio e deveria ser encarado como uma política pública. Para isso, porém, ela defende que é preciso fazer reforma agrária, para potencializar um sistema produtivo de alimentos em menor escala e com mais qualidade. Também fala de fomentar criação de cooperativas de pequenos produtores. Some-se a isso uma política de subsídios de juros mais efetiva.

Dessa forma, é possível apontar que as jovens rurais que estão no campo, além de serem as potenciais migrantes, tendem a manifestar-se com maiores dúvidas sobre a permanência do que os rapazes. Suas trajetórias são marcadas pelas dificuldades de viabilizar seus projetos de

vida. No meio rural são tomadas com desconfiança e depreciação. Não são consideradas, a priori, como sucessoras e quando o são, precisam demonstrar um esforço mais significativo para convencerem os pais e a sociedade em geral. Enfrentam um conjunto de violências que não parece ser de fácil solução, embora elas tenham demonstrado enfrentar e mitigar.

O meio rural se torna um espaço infrutuoso para a permanência das mulheres, em especial às moças. Suas lutas e suas vitórias, embora muito importantes, ainda deixam claro que há uma desigualdade de gênero que provoca exclusão social, que frustra projetos de vida, que gera infelicidade. Há um longo caminho para se trilhar em direção a dias melhores.

### **7.3 – Juventudes Rurais e Políticas Públicas**

Os processos decisórios estão claramente vinculados às mãos dos jovens rurais e articulados com suas dinâmicas familiares. Porém, essa decisão passa pela análise de que extrapolam os gostos e envolvem as condições. Quando as condições para a permanência não estão presentes, há um movimento de expulsão dos jovens do campo. Por isso que a existência ou ausência das políticas públicas se tornam fatores preponderantes e decisivos para compreender o comportamento de quem fica ou de quem sai.

Durante os muitos eventos de jovens rurais acompanhados ao longo da pesquisa, foi marcante uma fala: “não adianta ficar no discurso, é preciso ter condições!” A síntese dessa cobrança é a pressa dos jovens por verem atendidas suas demandas. Considerando que esse grupo está avaliando e construindo uma decisão de continuidade ou de mudança de ares, ter maiores garantias sobre o porvir é um fator muito importante.

Questiona-se, nessa conjuntura, se os jovens querem mesmo suceder e reproduzir-se na agricultura. O que verifica é que querem sim permanecer, mas desejam fazer de outros modos, com as suas perspectivas. Como a discussão da sucessão é muito forte, tendem a acatá-la, mas dando-lhe outros sentidos. Esse sentido de sucessão é também o da possível migração, numa perspectiva de projetos paralelos, de estratégias adicionais de vida. A permanência é, também, um comportamento fluído, sobretudo para os jovens rurais. Esse não-migrar está fortemente ligado ao migrar. O conceito, como o apresenta Severina Lisboa é simples e objetivo.

A não-migração é caracterizada pela permanência das pessoas residentes em determinada localidade, enquanto os fatores de atração dos locais de origem agem

levando parte da população a migrar. A não-migração é então a fixação ou permanência da população nos seus locais de origem ou de residência atual. (LISBOA, 2008, p. 19-20).

Todavia, como já assinalado nessa pesquisa, a permanência é mais complexa que simplesmente um não-migrar. Compreende-se num sentido de não romper com elementos de trabalho, de tradições familiares, de expectativas sociais. Porém, é também um novo fazer, uma nova experiência, que buscará reorganizar e ressignificar a decisão e os desdobramentos no trabalho, nas tradições familiares e nas expectativas sociais. O fato de ser uma continuidade não representa uma manutenção. As coisas não permanecem iguais e estão, inclusive, em mudança perene. Nenhum jovem passa incólume pelo processo decisório. Ele é prenhe de angústias e dúvidas, sendo por si só uma experiência social complexa.

Em relação aos processos de migração e de permanência, Suzana Lima et al. (2013), apontam para a existência de “onze categorias de influências”. Seriam elas: (1) desequilíbrio de gênero; (2) acesso a recursos financeiros suficientes para atenção a necessidades de consumo dos jovens rurais; (3) acesso à educação e à formação profissional; (4) atributos do jovem rural; (5) valorização dos modos de vida no campo e na cidade; (6) processo de sucessão e herança da terra; (7) condições do trabalho no campo e nas cidades; (8) serviços oferecidos às unidades produtivas agrícolas, no local de residência; (9) oferta de trabalho no meio urbano; (10) condições para obtenção de sucesso na produção agrícola; (11) acesso à terra no meio rural (LIMA et al., 2013).

Considerando essa multiplicidade de variáveis, percebe-se sua diversidade e complexidade. O não-migrar é um comportamento complementar e pareado ao migrar, não se traduzindo como uma marcação definitiva. Cada ator social avalia, pesa e justifica ações relacionais considerando cenários, ajustamentos e perspectivas. O desafio é pensar como podem-se construir instrumentos políticos para fortalecer o desejo de permanência. Vale lembrar sempre que a negligência sobre uma demanda social, complexa ou não, é por si só, uma decisão política. Nesse sentido, ignorar os problemas envolvidos na sucessão e permanência dos jovens rurais significa condená-los à exclusão social, tendo eles migrado ou não. Reforça-se que quem migra e quem permanece, têm necessidades distintas (LIMA et al., 2013).

[...] o jovem que pretende migrar desenvolveu uma atitude bastante negativa em relação à vida e ao trabalho no campo, o que faz com que deseje a alternativa de mudança para as cidades. Esta atitude é manifesta em um número de avaliações mais positivas em

relação a estes aspectos, na cidade, do que o que conhecem no meio rural. Para parte destes jovens, é possível que as políticas de desenvolvimento agrário não se apliquem, pois ele já tomou a decisão de deixar o campo, embora ainda não tenha condições de realizá-la. (LIMA et al., 2013, p. 152).

Como assegura Lima et al., “é preciso reconhecer que a cidade apresenta facilidades de vida, trabalho e renda que não são atualmente encontradas no campo, com poucas exceções; e que a escolha, em última análise, pertence ao jovem” (2013, p. 152). Sem condições, porém, que escolha poderá o jovem fazer? Não se questiona a saída como um projeto, mas como fatalidade. Da mesma forma, é condenável que um jovem que deseje migrar e dar prosseguimento num projeto de vida urbano veja-se impedido pelas dificuldades sociais as quais está inserido. O argumento é o da garantia da qualidade de vida ampla e irrestrita. Para isso, é preciso política. E política efetiva, o que, no caso dos jovens rurais, ainda é uma lacuna.

O reconhecimento social do jovem rural como um ator que enfrenta situação de vulnerabilidade para seu desenvolvimento social e econômico, e que, portanto, deveria ser considerado como grupo social a merecer a ação de políticas públicas, ainda não se pode considerar como institucionalizado. (LIMA et al., 2013, p. 154).

Ao discutir as perspectivas das políticas públicas para os jovens leva-se em consideração aquilo que eles, especificamente, definem como necessidades ou prioridades. Nem sempre as suas demandas coincidem com as de outros grupos. A questão é considerá-los como sujeitos sociais e cidadãos com uma leitura de mundo específica. O desafio é compreender os meandros dessas definições, como alertam Abramo e Branco, “[...] os jovens têm de ser considerados como sujeitos de direitos. Porém, levar em consideração os sujeitos a quem se destinam as políticas implica, necessariamente, procurar conhecer suas realidades, questões, práticas, opiniões e demandas” (2011, p. 12).

Segundo Lima et al. (2013), a potencialização da melhoria de vida da juventude rural passa pela modulação das políticas públicas. Isto é, adaptar as políticas às demandas específicas da multiplicidade desse grupo social. Nesse sentido, reconhecer a diversidade identitária, de gênero e sexualidade dessas juventudes é fundamental. Além disso, pesam as diferenças regionais, territoriais e locais. Impactam as atividades desenvolvidas, as cadeias produtivas acionadas, as dinâmicas culturais e étnicas, enfim, trata-se de juventudes rurais, não de “um juventude rural”.

Entre as demandas que foram apontadas e percebidas, podem se destacar quatorze variáveis que se complementam. Essas demandas foram constituídas pela pesquisa de campo com os jovens, famílias e técnicos, expressando um quadro aproximado daquilo que se considera como relativo aos jovens, fomentando seus projetos de permanência:

- Acesso à terra (crédito fundiário);
- Garantia de acesso aos estudos e formação técnica continuada (escolas do campo, capacitações, cursos de graduação, cursos técnicos);
- Política de garantia e estabilidade de preços;
- Viabilidade de direitos trabalhistas específicos para trabalhadores rurais (férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, etc.);
- Fomento ao lazer no meio rural;
- Viabilidade de juros subsidiados para jovens (juro zero ou fundo perdido);
- Modelagem das políticas públicas para casos específicos (por famílias, municípios, microrregiões);
- Fomentar o papel dos Conselhos Municipais de Agricultura com a participação dos jovens rurais;
- Envolver, legalmente, as empresas que atuam no meio rural com sistemas de fomento à juventude rural;
- Assistência técnica pública, gratuita e de qualidade;
- Legislação que contemple/flexibilize a agroindustrialização artesanal (colonial) das famílias rurais;
- Política de igualdade de gênero (que compreenda a promoção da igualdade e combata a violência no campo);
- Acesso às telecomunicações, sobretudo internet;
- Garantia de boas estradas.

Do ponto de vista da interpretação de suas demandas, essas seriam as pautas mais significativas, ainda que não consensuais. Cabe registrar que em muitas frentes essas políticas já existem e têm se demonstrado oportunas e importantes. A questão está em sua eficácia e eficiência. Nem todos são atingidos e nem sempre elas são viáveis. Nesse sentido, se pedem ajustes e maior efetividade. Em outros casos o que se quer é mesmo a implementação. Essa, passa pelo crivo de ser concebida, direcionada e aplicada para os jovens especificamente.

É importante frisar que os jovens rurais têm conhecimento sobre parte das políticas públicas para o meio rural. Quando as citam sem diferenciar seus destinatários, fazem referência ao Pronaf, Pronaf Jovem, Programa Nacional de Crédito Fundiário (Antigo Banco da Terra), Programa Mais Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa de Habitação Rural. Relatam a existência dos programas de “troca-troca” de sementes e de calcário, geridos pela Secretaria de Estado da Agricultura, além dos projetos de assistência e de capacitação promovidos pela Epagri. Registre-se que nos municípios existem programas específicos de incentivos fiscais e de fomento. A questão é, portanto, pensar aquilo que pode lhes beneficiar diretamente, na condição de jovens com projetos de permanência.

Nas manifestações dos questionários, é possível estabelecer uma hierarquia de importância conforme sua ocorrência. De acordo com a tabela 34, há um conjunto de cinco variáveis mais recorrentes: incentivos fiscais e redução de impostos; cursos com capacitação técnica e psicológica; crédito com menos juros; crédito fundiário; garantia e estabilidade de preços. Esses elementos formam um circuito que congrega uma visão pragmática, evidenciando a relação deles com o trabalho e o mercado.

**Tabela 34 – Políticas Públicas Para Jovens Rurais**

Variáveis	G I	G II	G III	G IV	Total
1 Incentivos fiscais e redução de impostos	11	27	15	27	<b>80</b>
2 Cursos, capacitação técnica e psicológica	13	20	11	5	<b>49</b>
3 Crédito com menos juros	7	18	-	13	<b>38</b>
4 Crédito fundiário	6	16	1	11	<b>34</b>
5 Garantia e estabilidade de preços	2	13	4	9	<b>28</b>
6 Assistência técnica	1	4	1	3	<b>9</b>
7 Acesso à internet	2	2	2	2	<b>8</b>
8 Escolas rurais	1	3	1	2	<b>7</b>
9 Desburocratização legal	2	4	-	-	<b>6</b>
10 Retomar programas como PAA e Mais Alimentos	-	1	2	3	<b>6</b>
11 Melhorar estradas rurais	1	1	3	-	<b>5</b>
12 Diversificar a produção	1	3	-	-	<b>4</b>
13 Garantia de aposentadoria	-	1	2	-	<b>3</b>
14 Segurança contra intempéries climáticas	1	1	-	1	<b>3</b>
15 Lazer	-	1	1	-	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>115</b>	<b>43</b>	<b>76</b>	<b>282</b>

Fonte: Pesquisa de campo 2017-2018.

As demais políticas citadas e que não aparecem incisivamente na tabela, nem nas manifestações pessoais, se relacionam ao atendimento de demandas gerais, como saúde, educação, segurança, etc. É possível argumentar que a especificidade de suas demandas

converge para uma interpretação de que as instâncias estatais precisam efetivar políticas específicas para os jovens, como um segmento da ruralidade. Destas, as mais urgentes são as que possam garantir conforto econômico. Não é o caso de considerar apenas a parte material, mas partir dela para desenvolver as demais.

Assim, que se pode imaginar como alternativa será a oferta, no campo, de melhores condições para a realização de um trabalho digno, que lhe permita a geração de renda para garantir qualidade de vida, para si e para sua família. Isto significa que as políticas precisam ser mais eficazes em garantir condições de renda e vida do que têm sido até o momento. (LIMA et al., 2013, p. 152).

Pesa, portanto, sobre esses jovens, a indefinição das condições econômicas futuras. Como decidir se ficam ou vão numa conjuntura de grande incerteza sobre o que lhes aguarda? Como destacam Mello e Schmidt (2003), um processo de desenvolvimento regional duradouro passa pela articulação de seus atores internos no sentido de sedimentar políticas públicas. No caso da macrorregião Oeste catarinense, esses projetos precisam considerar a produção leiteira, visto que é ela uma das mais compatíveis para o fortalecimento de projetos de vida que envolvem as famílias com pequenas unidades produtivas. O leite, sem síntese, é uma atividade catalizadora da permanência de jovens rurais.

Além do distanciamento entre o mundo social, econômico e cultural da cidade, também faltam oportunidades que despertem nos jovens rurais o interesse de construir seu futuro na região. Sob a perspectiva de um desenvolvimento regional e rural duradouro é que devem estar alicerçadas as propostas de políticas públicas capazes de criar um ambiente propício para que a maioria da população rural possa enxergar esse espaço como o local para realizar seus projetos de vida. [...] Soluções podem emergir, caso os atores estejam comprometidos com a valorização dos espaços e a criação de oportunidades de geração de rendas. Isso dependerá de projetos que vão além da produção agrícola, sem, no entanto, desprezá-la. Aí entra a importância da reflexão sobre o papel que a cadeia produtiva do leite pode exercer numa perspectiva de inclusão de mais famílias – e mais jovens – ao processo de desenvolvimento rural. Nesse sentido, além de políticas públicas de âmbito nacional e estadual, cresce a importância das Comissões Municipais de Desenvolvimento Rural e das forças vivas municipais com o objetivo de animar um processo de valorização do espaço rural. (MELLO & SCHMIDT, 2003, p. 81).

A discussão de políticas públicas, portanto, precisa levar em conta formas de desburocratizar a cadeia produtiva do leite, em especial, as normatizações que incidem sobre os processos de agroindustrialização de pequenos produtores. Mello e Schmidt (2003) apontam que as medidas de caráter higiênico impostas sobre à pecuária leiteira, têm relação com o

interesse de restringir o comércio local e não institucional do leite. Além disso, a efetivação de portarias engloba o encarecimento do sistema produtivo, excluindo os agricultores com menores capacidades de aportes estruturais e financeiros.

Outro argumento é o da sanidade animal, do controle sanitário de doenças, etc. Contudo, o viés é comercial e favorece os sistemas integrados e o lobby de grandes corporações. Percebe-se que a diversidade de empresas de laticínios na região está diminuindo em favor de um pequeno número de corporações. A concentração do setor de transformação da matéria-prima é também um indicativo de que o processo tende a chegar entre os produtores primários. Os modelos de produção *Free Stall* e *Compost Barn* são exemplos disso. Na visão da Secretaria de Estado da Agricultura, a “tecnificação é inevitável”.<sup>96</sup>

Esse processo de seletividade e exclusão rural já é bem conhecido na região e se vincula a “visão de que o êxodo rural e regional é um processo ‘natural’ e, até positivo” (MELLO & SCHMIDT, 2003, p. 80). Essa positividade vem da noção de que quanto mais crescerem as populações urbanas da região, melhor será para todos. O crescimento urbano é visto como melhoria social.

Contrariamente a essa visão massificante, é necessário desenvolver mecanismos para fortalecer a pequena produção, viabilizando seus sistemas próprios de industrialização. Modelos produtivos que congreguem maior sustentabilidade ambiental, qualidade final dos produtos, humanização do trabalho, participação das mulheres e jovens devem ser fortalecidos por políticas públicas específicas.

Acredita-se que a construção de um modelo em que as etapas de produção e transformação do leite ocorram de forma diversificada e desconcentrada e que resulte em um perfil agroindustrial que contemple, de forma equilibrada, grandes, médias e pequenas empresas, bem distribuídas no espaço regional e produzindo uma pauta diversificada de produtos, pode criar um ambiente favorável para o desenvolvimento regional sustentável. Isso pode produzir condições favoráveis para reverter as tendências de êxodo rural e regional que atualmente se observa no Oeste catarinense. (MELLO & SCHMIDT, 2003, p. 81).

---

<sup>96</sup> Uma frase de destaque do Secretário da Agricultura dita num dos eventos acompanhados durante a pesquisa, foi a de que no processo de adequação tecnológica, “vai haver choro e ranger de dentes...”. O secretário se referia àqueles que buscarão resistir e que não lograrão êxito. O caminho da agricultura familiar catarinense, segundo ele, é adaptar-se à agenda do agronegócio.

As indicações de Mello e Schmidt (2003), ainda são válidas e oportunas. Suas sugestões seriam: (i) expandir os cursos de transformação de alimentos promovidos pela Epagri e avançar no sentido de sua certificação; (ii) flexibilização da lei sanitária para pequenos empreendimentos; (iii) expansão e regulamentação das Denominações de Origem e das Indicações Geográficas. Todas essas ideias já foram, de alguma forma, colocadas em prática, embora apenas a primeira tenha demonstrado efetividade. Quanto a flexibilização da legislação sanitária e a regulamentação dos processos de Denominação de Origem e de Indicações Geográficas, pouco se avançou, sendo ainda demandas vívidas.

De 2003 até 2019 viu-se um processo de expansão da produção leiteira na região, ao mesmo tempo em que toda cadeia se concentrou, do produtor às empresas de laticínios. No entanto, ainda é forte a participação de pequenos produtores. Isto é, ainda há uma base significativamente heterogênea que configura a atividade. Se assim considerada, é possível retomar os postulados de Mello e Schmidt (2003), de que essa especificidade regional era uma oportunidade de desenvolvimento.

Na região existem formas heterogêneas de se chegar ao produto alimentar leite. Grande parte delas é coerente com uma nova concepção de desenvolvimento, que valoriza o meio ambiente; os alimentos sem contaminantes tóxicos; a paisagem; o meio rural como local de moradia, de emprego e de lazer. A concentração na cadeia produtiva do leite significa, por isso, desperdiçar irreversivelmente talentos e oportunidades capazes de promover o desenvolvimento regional e a cidadania no campo. A heterogeneidade existente é um claro indicativo de que não existe um único caminho para o desenvolvimento e a consolidação da atividade leiteira no Oeste, mas diversos, estando alguns ainda por serem explorados. A mobilização dos agricultores em torno da criação de associações e de cooperativas para resfriar, transportar, comercializar e industrializar o leite, visando melhorar a qualidade e agregar valor ao produto, contribui para confirmar essa visão. (MELLO & SCHMIDT, 2003, p. 91).

Congregado à questão da cadeia produtiva do leite está o incômodo com a instabilidade de preços. Os jovens pleiteiam uma política de garantias de preços e de venda da produção. No entanto, da mesma forma que pedem essa intervenção do Estado na regulamentação de mercado agrícola, alguns criticam as políticas intervencionistas e pedem uma atuação liberal no meio rural<sup>97</sup>. Na mesma resposta, um dos jovens pontua que uma política pública para o meio rural seria: “política de preços e assistência técnica, mas política de preços sem muitas

<sup>97</sup> Essa confusão é clássica no pensamento brasileiro se retomado o postulado do próprio Sergio Buarque de Holanda (1995) quando analisa o desenvolvimento do liberalismo na sociedade escravocrata, por exemplo.

regulamentações”. Ou seja, deseja que existam políticas para controle de preços, mas que elas ocorram “sem muitas regulamentações”. E segue afirmando, quando questionado sobre políticas públicas específicas para jovens rurais: “quanto menos interferência do Estado, melhor; somente trazer mais informações e assistência”.

Construir ferramentas de segurança de preços é uma questão central para o futuro da atividade rural em bases familiares. Esse processo passa por mecanismos de subsídios e reforça o poder discricionário do Estado. Outra alternativa seria ter garantias mínimas, mas fomentar que essas definições comerciais passassem pelo debate das associações e das cooperativas que congreguem também os jovens. Para isso, há a necessidade de que os jovens se organizem associativamente para lutar nessa seara.

Dessas organizações poderiam ser lançadas as bases de um debate para garantia de direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais. Quer dizer, direitos que ampliem sua precária segurança previdenciária e de acidentes de trabalho. Os jovens entendem que é preciso ter um sistema jurídico que lhes permita usufruir de férias, de 13º salário, enfim, direitos existentes entre trabalhadores urbanos. A discussão é complexa, mas não encará-la é um sinal de desconsideração imediata.

É producente também considerar a amplitude da demanda por cursos, por capacitação e por assistência técnica que os jovens rurais têm manifestado. Consideram, de maneira geral, que o fazer rural não vem de um saber inato. É preciso preparar-se, melhorar as respostas para perguntas cada vez mais difíceis que estão enfrentando. De certa forma, essa “formação” é um caminho diplomático e serve à família, não só aos jovens. Pode-se dizer que a assistência técnica que os jovens reivindicam é muito mais um espaço de diálogo do que de aprendizado. Eles são dotados de condições para inovar, o problema é dar vazão, ter confiança e apoio.

A assistência técnica, portanto, é uma variável importante para explicar a permanência dos jovens no meio rural. Por meio dela estão se desenvolvendo estratégias de gestão e de inovação bastante significativas. Se durante décadas o fazer agropecuário regional esteve preponderantemente vinculado ao “saber local” (GEERTZ, 1997), e aos conhecimentos tradicionais, agora, onde há gestão compartilhada com os jovens, a tendência é de forte tecnificação. Não se trata apenas de uma tecnificação no uso de máquinas e instrumentos, mas de um “fazer técnico-racional”. Exemplo disso pode ser a maciça implementação do sistema Voisin.

Esse, contudo, é um processo complexo, uma vez que potencialmente tanto fortalece unidades produtivas, quanto as fragiliza. Depende do grau de subordinação ao mercado que a unidade vier a estabelecer. A relativa autonomia dos jovens é mais uma vez testada. Nota-se que as experiências de permanência estudadas na região Extremo Oeste de Santa Catarina não são, em geral, típicas da resistência camponesa. São exemplos mais próximos de uma adequação ao sistema, ainda que resguardados os diversos graus de autonomia e subordinação. O quadro social sugere atores sociais mais reticentes com relação ao mercado, porém, vinculados a ele. As queixas se tornam recorrentes diante dessa submissão aos preços e aos riscos. A ausência ou timidez de políticas de abastecimento e de garantia de preços fragiliza a agricultura familiar, precariza as relações de trabalho no campo, inviabiliza um olhar positivo e as experiências de permanência, fazendo-a, em muitos casos, uma opção transitória e provisória.

Uma das questões mais dramáticas entre as demandas dos jovens da região é a significativa demanda por acesso à terra. Durante o trabalho de campo o tema era recorrentemente acionado, principalmente pelos rapazes. Em geral, as unidades produtivas que são desenvolvidas pelo trabalho familiar não comportam uma expansão que permitiria a permanência dos jovens. Com pouca terra, a migração torna-se um caminho inexorável. As estratégias postas em prática são as de aumentar esse quantitativo de terreno, ou adaptar atividades que potencializem a capacidade produtiva numa mesma área.

Entende-se que as melhores estratégias de compra de terra são aquelas que não demandam deslocamento estrutural, isto é, adquirir propriedades adjacentes e integrar a terra em si, não necessariamente desvincular-se da propriedade dos pais. Essa perspectiva de anexação de unidades produtivas segue duas variáveis.

A primeira delas é a anexação de propriedades adjacentes por famílias de pequena ou média estrutura produtiva. Uma família de agricultores adquire a propriedade do vizinho por meio do acesso ao Crédito Fundiário ou por meio de compra parcelada com as próprias economias. Há uma concentração fundiária nesses casos, no entanto, não representa uma perspectiva necessariamente nociva se consideradas as condições e a qualidade dessas terras. Geralmente uma família com até 25 ha adquire uma unidade produtiva de 8 até 12 ha. Essas unidades, na maioria dos casos não ultrapassam dois módulos fiscais, que na região compreendem propriedades com 18 ou 20 hectares (INCRA, 2013). Todavia, se constitui num

processo que pode ser lido de duas maneiras: a) como um processo de exclusão de famílias do campo e de concentração de renda daquelas que podem adquirir esses lotes; b) como uma alternativa de fortalecer as famílias que expressam desejo e condições de permanência e continuidade na atividade. Em muitos casos, aumentar a área de produção é importantíssimo para viabilizar as atividades produtivas.

O módulo rural é o tamanho mínimo de *uma unidade produtiva específica* para atender a demanda de uma família, segundo *uma certa atividade* (tipo de exploração) agropecuária desenvolvida e a *sua localização geográfica*. Como exemplo, a Região Extremo Oeste Catarinense está enquadrada na Zona Típica de Módulo A3, em que o módulo rural por tipo de exploração é de 3 ha para hortigranjeiros, 15 ha para lavouras permanentes, 20 ha para lavouras temporárias, 50 ha para pecuária, 60 ha para florestais e 15 ha para área inexplorada ou exploração não definida. Já o módulo fiscal, definido pela Lei nº 6.746 de 1979, refere-se à área mínima *média* necessária para viabilizar economicamente as unidades produtivas em cada dado município. Esse valor é calculado para cada município de forma ponderada pela proporção das atividades exploradas e rendas obtidas através delas, o que na região de estudo é de 18 ha ou 20 ha. (CAPELLESSO, p. 163, grifos do autor).

Verifica-se, conforme tabela 35, que a dimensão média dos estabelecimentos rurais da região Extremo Oeste é de pouco mais de 14 hectares, sendo que apenas o município de Palma Sola destoa dessa relação, com uma média de quase 28 hectares<sup>98</sup>. A dinâmica produtiva se estabelece em unidades pequenas, ainda que o número de estabelecimentos não seja o mesmo do número de unidades produtivas, visto que elas podem congregar mais de um imóvel<sup>99</sup>.

**Tabela 35 – Imóveis Rurais na Região Extremo Oeste de Santa Catarina**

Município	Mod. Fisc. (ha)	Imóveis	Área total (ha)	Área média (ha)
Anchieta	18	1.377	24.088,8	17,49
Bandeirante	20	966	15.613,8	16,16
Barra Bonita	20	347	5.659,1	16,30
Belmonte	18	670	9.927,2	14,81
Descanso	18	2.010	29.591,9	14,72
Dionísio Cerqueira	20	2.424	38.035,4	15,69
Guaraciaba	20	2.526	36.146,4	14,30
Guarujá do Sul	20	782	10.459,4	13,37
Iporã do Oeste	20	1.583	18.758,2	11,84
Itapiranga	20	2.054	25.870,0	12,59
Mondáí	20	1.681	19.873,5	11,82
Palma Sola	18	1.257	34.980,2	27,82

<sup>98</sup> “Dos 21 municípios, Palma Sola, Dionísio Cerqueira e Guarujá do Sul possuem níveis de concentração de terras maiores, reflexo da continuidade de fazendas concedidas pelo Estado antes de 1920 e da concentração de áreas para o cultivo comercial de grãos, propiciado pela topografia plana” (CAPELLESSO, p. 160).

<sup>99</sup> No computo de dados do Incra leva-se em consideração o número de registro de imóveis, embora uma mesma unidade produtiva pode ser composta de mais um imóvel registrado.

<b>Paraíso</b>	20	1.066	17.352,0	16,27
<b>Princesa</b>	20	668	7.951,4	11,90
<b>Riqueza</b>	20	1.313	19.751,7	15,04
<b>Romelândia</b>	18	1.471	22.948,1	15,60
<b>Santa Helena</b>	18	618	8.556,5	13,83
<b>São João do Oeste</b>	20	1.294	17.046,8	13,17
<b>São José do Cedro</b>	20	2.609	35.948,3	13,77
<b>São Miguel do Oeste</b>	20	2.055	28.411,3	13,82
<b>Tunápolis</b>	20	1.010	13.155,1	13,02
<b>Total</b>		<b>29.781</b>	<b>424.508,3</b>	<b>14,25</b>

Fonte: INCRA (2013).

As propriedades que congregam até um módulo fiscal são classificadas como minifúndios. Aquelas entre um e quatro módulos fiscais são consideradas como pequenas propriedades (LANDAU et al., 2012). Assim, percebe-se que na área de estudo prevalecem os minifúndios. Como herança colonial, nem sempre atendem as expectativas das novas gerações quanto as possibilidades de permanência.

Enquanto a grande propriedade tem pouca expressão, o histórico de colonização contribui para que 92,5% dos estabelecimentos da região Extremo Oeste Catarinense sejam classificados como familiares, os quais ocupam 75,15% da área, com tamanho médio de 15,13 ha). Ou seja, com a estrutura fundiária pouco concentrada e a presença de agricultura familiar superior ao verificado no estado de Santa Catarina e no país. Essa área média, inferior ao módulo fiscal, ocorre em todos os municípios da região e é reflexo do parcelamento das antigas “colônias”, principalmente, pelos processos de herança. Possuindo 25 ha, a colônia foi o tamanho de propriedade adquirido pela maior parte das famílias que se estabeleceu na região. (CAPELLESSO, p. 163).

A segunda variável é a compra ou anexação de propriedades adjacentes por empresários com média ou grande estrutura produtiva. Trata-se da compra das unidades produtivas por produtores de gado ou por empresas de reflorestamento. Nesse caso, ocorre uma concentração fundiária de maior escala. Aí tem-se uma discussão mais complexa, pois as áreas rurais perdem a população e a renda se concentra.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), nesse caso, não consegue resolver a distorção sobre a distribuição da terra. Operacionaliza a compra de pequenos lotes, não interferindo nas áreas já concentradas e potencializando a concentração. Não pode ser apontado como instrumento de reforma agrária. Ainda que permita a muitos jovens terem acesso à terra, geralmente são jovens de famílias que já possuem propriedade, como alerta Capelesso (2016).

Embora, atualmente, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) tenha dificuldades para avançar, especialmente, devido à elevação no preço das terras, os dados de janeiro de 2015 apontam para 655 beneficiários do Banco da Terra e 606 do PNCF na região de estudo, o que representa 7,2% dos estabelecimentos familiares cadastrados pelo Censo Agropecuário de 2006. Se, por um lado, tais números se aproximam do contingente de famílias sem-terra recenseados em 2006, por outro, destaca-se que os acessos ao PNCF têm se concentrado entre filhos de agricultores que já possuem propriedade, o que tende a ampliar devido à mudança normativa que permite a compra entre parentes, especialmente, de herdeiros (irmãos). (CAPELLESSO, p. 159-160).

A efetividade do PNCF enfrenta um problema relativo ao aumento do preço das terras da região. Conforme Capelesso (2016), o preço médio das terras praticamente quadruplicou. No caso das terras consideradas de “primeira<sup>100</sup>”, o valor médio do hectare passou de menos de R\$ 10.000,00 em 1997, para quase R\$ 40.000,00 em 2014. Já para terras de “segunda”, o valor médio em 1997 era de menos de R\$ 5.000,00, chegando a quase 20.000 em 2014. Essa elevação é um resultado dos efeitos econômicos verificados nas cadeias produtivas que incidem sobre a ruralidade.

[...] a recente elevação no preço das terras é reflexo de um contexto favorável criado pelas políticas públicas e pela valorização internacional das commodities (soja, em especial). O quadro é mais grave em áreas próximas às cidades ou a rodovias pavimentadas, onde a finalidade agrícola começa a conflitar com uso imobiliário e com os sítios de lazer. (CAPELLESSO, p. 164-165).

Logo, o que se verifica na prática é que o movimento de parcelamento das unidades produtivas, motivado pelas dificuldades de expansão da fronteira agrícola (CAPELLESSO, 2016), diminui diante das demandas por aumentar o espaço produtivo. A tendência que se demonstra, pelas requisições dos jovens rurais entrevistados, é que suas unidades produtivas precisam aumentar para viabilizar sua permanência, numa relação de escala produtiva, visto que os custos operacionais, segundo eles, estão aumentando.

Daí resulta a reivindicação de uma política pública mais flexível que lhes permita acessarem novas terras com viabilidade e rapidez. Essas não estão numa “nova fronteira agrícola”, mas nas adjacências das suas próprias unidades produtivas. Como afirma Capelesso, “no ano de 2015, o Governo Federal abriu possibilidade de acessar ao PNCF para compra de

<sup>100</sup> “Terra de primeira: mecanizável e de boa fertilidade ou terra de várzea que não apresenta potencial para ser sistematizada; Terra de segunda: mecanizável de baixa fertilidade ou não-mecanizável de boa fertilidade” (CAPELLESSO, 2016, p. 164).

parcelas dos herdeiros (irmãos), o que pode reduzir o fenômeno de parcelamento por herança” (2016, p. 158).

Ainda que essa demanda esteja atendida, as dificuldades persistem em relação a capacidade de compra de terra que o programa permite. Dado o alto valor, o montante disponibilizado é insuficiente, o que inviabiliza utilizar “apenas” os recursos do programa. É comum que famílias se comprometam com pagamentos “por fora” para viabilizar essas negociações. Soma-se a isso as condições de pagamento, juros e demais programas de fomento correlatos que não são atrativos.

Em fevereiro de 2018 o Conselho Monetário Nacional autorizou o aumento da faixa de recursos disponibilizados por agricultor para compra de terra. O valor máximo era de 80 mil reais e passou para 140 mil reais. Ainda assim, com esse valor é possível comprar, em média, 3,5 há de “terras de primeira”. Para adquirir porções maiores, essas terras terão de ser com menor qualidade, o que, via de regra, dificulta também o pagamento do financiamento.

Há uma conjuntura de que, sem apoio para a compra de terras, esses jovens potencializem a sua saída. Por outro lado, a possibilidade dessas aquisições força a saída de famílias sem sucessores, que são, no caso, aqueles com interesse em vender. Não está se fazendo reforma agrária, ao contrário, haverá uma concentração fundiária. Avaliar se esse processo é positivo, necessário ou restritivo é um debate importante à medida que afeta diretamente o futuro quadro da agricultura familiar na região. O acesso à terra continua sendo demanda social. Como tal, é uma demanda também da juventude rural. O paradoxo de que “há braços e falta terra” é um desafio não superado.

O ponto importante é, como se vê, que numa mesma microrregião, há jovens que querem ficar e jovens que querem sair. Muitos desses entusiasmados com o futuro no campo e outros tantos, ou mais, desencantados e extremamente pessimistas quanto a permanência. Dentre estes últimos, a grande maioria já migrou. A saída de jovens, tanto quanto a sua permanência não são comportamentos naturais, embora possam ter sido “naturalizados”. A explicação para esse paradoxo? Visões diferenciais, representações e imaginários dissonantes, perspectivas variáveis e, sobretudo, experiências sociais diversas.

Se há essa diversidade de condições, visões, experiências e expectativas, como adequá-las ao pressuposto das políticas públicas que são, por definição, gerais e macroestruturais? Por isso se reivindica um sistema de modulação das políticas públicas considerando as

especificidades de cada grupo social. Essa é uma tarefa complexa, visto que ao estipular tratamentos diferenciais para jovens de uma região em relação à outra, incorre em uma possível quebra de cláusula de isonomia constitucional.

Por outro lado, se as demandas são tão diversificadas, por que não permitir que entidades locais possam oferecer sistemas de gestão diferenciais para sua implementação? Há uma brecha para tornar os recursos públicos mais efetivos e eficientes. O desafio é compreender como cada grupo, cada estrato desses jovens manifesta especificidades e demandas. Se não é possível definir uma diversidade completa, seria interessante, pelo menos, convergir algumas das características que subsidiam suas reivindicações específicas.

## 8. – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência dos jovens no meio rural é um processo social complexo. Envolve elementos íntimos, avaliações imprecisas e apostas inseguras. Congrega todo um mecanismo de negociação junto com a família e de visões de mundo frente a uma realidade social ampliada. É difícil, portanto, inferir argumentos conclusivos sobre a problemática. Com base nessa pesquisa, no entanto, é possível indicar pontos que subsidiam o debate. Esse é o produto construído pela tese, provocações e ponderações para ampliar a discussão, tendo como base a região Extremo Oeste catarinense.

Primeiramente é importante perceber que a construção histórica da região Extremo Oeste catarinense fortalece o discurso do “colono providência”, isto é, subsidia um modo de vida pautado nas vitórias materiais individuais. Os jovens rurais são fortemente influenciados pela noção étnica da reprodução da ruralidade, porém a formatam de acordo com valores ressignificados na contemporaneidade. Estão propensos a aceder à tecnologia, modernizarem a gestão, articularem soluções informacionais, ao mesmo tempo que resguardam e dão novo contorno a identidade de “colonos”.

Essa conjuntura se comprehende a partir de um movimento de maior permanência de jovens no meio rural. Notadamente a partir da década de 2000 esse movimento tem ganho maior fôlego. O ambiente de promoção de políticas públicas, associado ao crescimento econômico, permitiu que esses atores sociais, suas famílias e as comunidades locais pudessem fortalecer projetos de continuidade na atividade rural. Trata-se da melhoria tácita da qualidade de vida. Seja pelas melhorias materiais, seja pela perspectiva positivada que se vislumbra sobre o ficar.

Nesse sentido, é possível identificar um arranjo familiar e coletivo que circunscreve os processos de permanência dos jovens no meio rural. A agência dos jovens como principais definidores dos processos decisórios é permeada pela íntima relação com o apoio e designações formatadas no convívio da família. Além dela, os espaços de sociabilidade da localidade são importantes: escola, igreja, esporte, etc. Trata-se de arranjos sociais que subsidiam a permanência.

Esse arranjos só são compreensíveis se pensados na ótica da multiplicidade das juventudes rurais que os constituem. Não há um jovem rural típico, mas modos de exercer essas várias juventudes. Não é possível marcar uma idade, uma caracterização clara, nem mesmo uma

expectativa bem definida. Esses jovens produzem soluções e justificativas para a permanência, na qual não estão solidificados. É premente que esse comportamento, mesmo fortalecido, não signifique um fim definitivo de suas trajetórias decisórias.

A ruralidade que enxergam e que produzem, tem um apelo representacional particular. Não é o sentido que seus pais ou avós deram, mas uma configuração prática e vinculada com uma amplitude social maior. Mesmo que retomem valores ancestrais, a posicionam pelo viés de acesso. Acesso a renda, serviços, tecnologias. O fazem sem deixar de qualificá-la em detrimento da urbanidade.

Dessa forma, é possível afirmar que são as representações sociais desenvolvidas pelos jovens rurais sustentam a compreensão dos processos decisórios. A permanência é potencialmente ancorada pelas representações que subsidiam uma imagem positivada da ruralidade e negativada da urbanidade. Essa positivação se relaciona, centralmente, as formas de trabalho no campo. Significa dizer que o meio rural é interpretado pela especificidade laboral. Disso resulta uma interpretação de que eles possuem maior autonomia. Essa autonomia, por sua vez, é matizada pela tranquilidade que o ambiente rural proporciona, gerando assim qualidade de vida.

O trabalho que é acionado representacionalmente e se torna o elemento primordial de análise no imaginário dos jovens é redimensionado. Não se avalia seu peso, suas longas jornadas. A diferenciação está na ausência direta de um controle pessoal na figura de um chefe, por exemplo. Os jovens rurais consideram preponderante ter uma suposta autonomia e a qualificam, inclusive, como o fator que lhes distingue de seres jovens urbanos. A ruralidade é construída, prioritariamente, pela natureza de suas relações laborais.

Há uma vinculação dessas representações com estratos de identificação, pois o acionam como um lugar de afetividade, de convívio familiar, de empatia. Essas variáveis sustentam-se numa descrição idílica e romanesca que pode ao mesmo tempo potencializar quanto fragilizar as perspectivas de permanência.

Em relação à urbanidade, constroem um conjunto simbólico e estranhamento, de agitação onde perdem sua identificação. “Lá” é um lugar de passagem, de acesso a serviços diferenciais, mas não um local de parada. Essa depreciação é ponderada, visto que muitos não desconsideram a migração, mesmo que não a desejem claramente. A cidade é um espaço

relacional, mas que precisa, por força da legitimação da decisão de permanência, ser posto num posto abaixo das predileções individuais.

Vivenciam, assim, experiências sociais que subsidiam essas representações. Reconfiguram suas avaliações sobre renda, sobre acesso ao mercado, suas possibilidades. Há uma proposição de classe que tenciona uma aproximação com a urbanidade, resguardando critérios rurais históricos. Definem-se pela diferenciação de trajetória histórica, na medida em que o passado de ocupação e colonização teria lhes legado um valor positivado de força e resignação. A historicidade é acionada de modo particular e muitas vezes enviesado para aproximar-se ou distanciar-se de determinadas questões.

Esses jovens tendem a se enxergar e se reconhecer, acima de tudo, como agricultores. Jovens agricultores, pois marcam essa disposição laboral e identitária. Como tal reivindicam espaço para desenvolverem o que são, gerando sinergia e conflitos no ambiente familiar. Não se trata de uma mera continuidade. Esse é um movimento de “mudar para permanecer”. Quer dizer, agregam o conjunto valorativo e identitário de um passado comum, mas tencionam transformar e metamorfosear o modo de serem agricultores familiares. Nem sempre essas dinâmicas encontram terreno fértil e amplamente aberto. Daí os ajustes e conflitos familiares.

As relações familiares são preponderantes para explicar a questão juvenil na região. A herança de um modelo de reprodução social decorrente de estratégias familiares, tal qual a manutenção das atividades do meio rural (até mesmo como um pressuposto moral e fechado) aponta para um processo decisório que é preponderantemente alimentado pelas variáveis do cotidiano familiar. A sucessão é um desejo da maioria das famílias, nomeadamente uma expectativa dos pais. Assim, constroem-se relações que tangenciam novas formas de garantir esse movimento de continuidade.

O peso da família nos processos decisórios é muito grande. Se configura de maneira intermitente desde a infância. No entanto, mesmo com essa dinâmica, a gestão decisória ocorre com poder discricionário nas mãos dos jovens. Não se trata de quem tem mais ou menos poder. A questão é perceber que os jovens, mesmo imersos nessa pressão, costumam formular suas decisões considerando suas posições particulares, gostos, empatia. Isso ocorre, talvez, porque o peso da autoridade familiar e sobretudo paterna tenha arrefecido. Arrefecido no sentido de propor espaços de negociação. Essa é uma nuance mais evidente no caso masculino e ainda menos presente no caso feminino (onde a negociação e o diálogo se mantêm mais distanciados).

Ainda que o discurso público seja da liberdade estrita que os filhos têm para tomarem decisões, as relações íntimas são orientadas por um conjunto de expectativas bem definidas. Isso, em geral, tende a pesar para uma decisão de saída.

Logo, torna-se imperativo o instrumento do diálogo para fortalecer os processos sucessórios e de permanência. O tema, ainda um tabu para muitas famílias, precisa ser enfrentado considerando, principalmente, o papel das mulheres que, em geral, são excluídas dessas possibilidades. Se não existir uma negociação entre as perspectivas e expectativas dos membros do grupo familiar as relações se distanciam e a migração se torna imperativa. A superação dos problemas oriundos das disputas e conflitos geracionais depende da implicação de todos os envolvidos.

A questão das jovens mulheres rurais, aliás, é urgente. É preciso reconfigurar espaços e relações de gênero no campo. É premente superar as práticas de violência, o menosprezo, a subalternia. Considerando os arranjos sociais pesquisados é possível dizer que há um tácito desejo de muitas moças de permanecerem no campo, mas essa vontade esbarra na conjuntura de dominação masculina.

A região Extremo Oeste catarinense se configura, portanto, como um território de efervescente movimentação de jovens rurais. Transforma-se num palco de experiências de fortalecimento de projetos de vida e que converge para problematizar a dicotomia rural-urbana. A pequena diferenciação percebida entre um e outro espaço reforça o argumento das melhorias conquistadas no campo nos últimos anos. No entanto as diferenças, ainda tênues, se fazem sentir. Torna-se um constructo de identidade que subsidia toda percepção regional e como tal autoriza os jovens do campo a reivindicarem instrumentos políticos para desenvolverem suas estratégias de vida.

O desafio é, portanto, constituir de políticas públicas que promovam qualidade de vida de maneira geral, articulando-se com as especificidades desses sujeitos. Do acesso à terra a garantia de preços, o que se quer é reconhecimento e potencialidade para desenvolverem seu protagonismo. Esse se torna o ponto central, fortalecer e permitir que esse modo de vida persista e prospere.

Ser jovem rural é conviver e reconhecer-se com as dúvidas. Como tal essa tese serve a alimentar essas dúvidas, provocá-las e instigá-las. Quiçá essas linhas possam fomentar ainda

muito mais discussão. Enquanto instrumento frágil e incompleto presta o humilde serviço de dizer que há, nesse tema, muito ainda por dizer e fazer.

## 9. – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises da uma pesquisa nacional*. 2. reimpressão. São Paulo: Perseu Abramo, 2011. p. 37-72.
- ABRAMO, H. W. Debate. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 108-122.
- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises da uma pesquisa nacional*. 2. reimpressão. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.
- ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.
- AGUIAR, F. L. *Juventudes de um rural catarinense: trajetórias cotidianas no contexto da agricultura familiar*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC, Florianópolis, 2006.
- AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 159-183.
- ALBA, R. S. *Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2013.
- ALBA, R. S. et al. Dinâmica populacional no Oeste catarinense: indicadores de crescimento populacional dos maiores municípios. In: BRANDT, M.; NASCIMENTO, E. *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem*. São Carlos: Pedro & João Editores; Chapecó: UFFS, 2015. p. 41-69.
- AMADO, J. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M. A. (coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- AQUINO, R. S. L. et al. *Das comunidades primitivas às sociedades medievais*. 19. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.
- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 127-147, nov., 2002.

ARRUDA, G. Cidades e sertões: o historiador entre a história e a memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 19, p. 121-143, nov., 1999.

AZEREDO, Z. A. S.; AFONSO, M. A. N. Solidão na perspectiva do idoso. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, n. 16, v. 2, p. 313-324, 2016.

BARBIER, J. M. Representações sociais e culturas de ação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n.140, p. 351-378, maio/ago., 2010.

BARCELLOS, S. B. *A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BARROS, J. D'A. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. *Conexão – Comunicação e Cultura*, UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 11-39, jan./jun., 2007.

BASTOS, M. T.; COSTA, M. E. A influência da vinculação nos sentimentos de solidão nos jovens universitários: implicações para a intervenção psicológica. *Psicologia*, Edições Colibri, Lisboa, v. 18, n. 2, p. 33-56, 2005.

BAVARESCO, P. R. *Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2005.

BENEVOLO, L. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERTON, C. T. *Referências Agroecológicas Pastoreio Racional Voisin (PRV)*. Curitiba: CPRA, 2011.

BIANCHINI, S. *O futuro das propriedades familiares sem sucessores: o caso do município de Paraíso/SC*. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) – UFPEL, Pelotas, 2010.

BONOMO, M. et al. Das Categorias aos Grupos Sociais: Representações Sociais dos Grupos Urbano e Rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, n. 31, v. 4, p. 676-689, 2011.

BOURDIEU, P. A “Juventude” é só uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 151-162.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-91.

BOURDIEU, P. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papirus, 2000.

BRANDT, M. Paisagens caboclas no Oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas. In: BRANDT, M.; NASCIMENTO, E. *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem*. São Carlos: Pedro & João Editores; Chapecó: UFFS, 2015. p. 11-40.

BRASIL. Decreto n. 1.171, de 22 de Junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Brasília, jun, 1994.

BRAUNGART, R. G.; BRAUNGART, M. M. Cultura da Juventude. In: OUTHWAITE, W.; BOTMORE, T. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 167-168.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-52.

BRUMER, A. et al. *Como Será o Campo Amanhã?* A situação dos jovens rurais do oeste catarinense, numa perspectiva de gênero. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

CÂMARA, L. Estrangeiros em Santa Catarina. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, a. I, v. 4, 1940.

CAMPOS, A. S. de. *Índios de Chapecó e suas terras*; Manuscrito Inédito. Chapecó, 1950.

CAMPOS, C. M. Identidades e diversidades no sul do Brasil: as tentativas de homogeneização do espaço catarinense na era Vargas. Fronteiras: *Revista de História*. Florianópolis, n. 7, p. 45-71, 1999.

CAPELLESSO, A. J. *Crédito e seguro da agricultura familiar: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência?* Tese (Doutorado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CARBONERA, M. As pesquisas arqueológicas entre o final do século XIX e início do século XXI. In: CARBONERA, M; SCHMITZ, P. I. (orgs.). *Antes do Oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, 2011. p. 17-45.

CARMO, R. M. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 252-280, jan./jun. 2009.

CARNEIRO, J. F. *Imigração e Colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises da uma pesquisa nacional*. 2. reimp. São Paulo: Perseu Abramo, 2011. p. 243-261.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In. TEIXEIRA DA SILVA, F.C., SANTOS, R., COSTA, L.F.C. (orgs.) *Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998a. p. 95-118.

CARNEIRO, M. J. Rural como categoria de pensamento. *Ruris*, v. 2, n 1, p. 9-38, mar., 2008.  
CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, p. 53-75, out., 1998b.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARVALHO, P. M. A concretização da marcha para o Oeste. *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano I, n. 8, p. 13-22, out. de 1941.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, E. G. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/UFRJ, 2005.

CASTRO, E. G. Balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 128-135.

CASTRO, E. G. et al. *Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009.

CAZELLA, A. A. et al. *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CEOM. *A viagem de 1929 – Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nuevas Visión, 1974.

CHOAY, F. *El urbanismo: utopías y realidades*. Barcelona: Lumen, 1970.

CORTÊS, G. M. *Migração e colonização no Brasil*. Separata da Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, 1954.

COSTA, A. F. Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17, v. 48, p. 15-31, 2002.

COSTA, A. F. *O Oeste Catharinense*: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia., 1931.

COSTA, A. M. S. *Fatores econômicos e culturais da sucessão na agricultura familiar*: um estudo sobre o Oeste catarinense. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – UFV, Viçosa, 2010.

COSTA, O. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. *Espaço e Cultura*, UERJ, Edição Comemorativa, p. 149-156, 2008.

D'ANGELIS, W. da R. Para uma história dos índios no Oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina., ano 19, n. 23, p. 265-346, 2006.

D'EÇA, O. G. *Aos espanhóis confinantes*. 2. Ed. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura/Fundação Banco do Brasil/UFSC, 1992.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, n. 24, p. 40-52, 2003.

DESCONSI, C. *A marcha dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso*: um estudo a partir das trajetórias dos migrantes do Sul para a microrregião do Alto Teles Pires. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DONOSO, S. Z. Aproximación a las mujeres jóvenes campesinas. In: BRUMER, A.; PIÑEIRO, D. (orgs.). *Agricultura Latino-Americana: novos arranjos e velhas questões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 107-122.

DOUTOR, C. Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: perspectivas e reflexões. *Última Década*, n. 45, Projeto Juventudes, p. 159-174, dic., 2016.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 62, p. 13-30, abr. 1998.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DURSTON, J. *Juventud rural en Brasil y Mexico. Reduciendo la invisibilidad*. Cepal, LC/R 1819, mai., 1998.

DURSTON, J. *Juventude rural, modernidade e democracia: desafio para os noventa. Juventude e desenvolvimento no Cone Sul Latino-Americano*. Série Documentos Temáticos, jun., 1994.

ECHEVARRIA, J. M. A juventude Latino-americana como campo de pesquisa social. In: BRITTO, S. (org.). *Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. v. I Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 181-203.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

EPAGRI. *Epagri - 40 anos de Pesquisa Agropecuária em Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2015.

EPAGRI. *Plano de Gestão Estratégica da Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural da Epagri 2017 – 2027*. Florianópolis, SC: Epagri, 2018.

EPAGRI. *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2010/2011*. Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 2012.

ESCOBAR, I. *A Marcha para Oeste: Couto de Magalhães e Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1941.

FERNANDES, R. C. Notícia sobre os processos de retomada de Terras indígenas Kaingang em Santa Catarina. *Revista Campos*, Curitiba, v. 4, p. 195-202, 2003.

FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 33, p. 45-54, 2000.

FIGUEIRÓ, C. C. Sucessão familiar na região Oeste de Santa Catarina. In: GERBER, R. M. (Org.). *Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016: depoimentos e imagens*. Florianópolis: Epagri, 2016. p. 43-47.

FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre juventude. In: BRITTO, S. (org.). *Sociologia da Juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. v. I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 37-67.

FONSECA, P. C. D. A Revolução de 1930 e a economia brasileira. *Revista Economia*, Brasília, v. 13, n.3b, p. 843-866, set-dez., 2012.

FORACCHI, M. M. *A juventude e a sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20. ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

FRÉMONT, A. *Região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.

FUJITA, C. Dinâmica urbana e regional no Oeste catarinense: uma análise do papel de Chapecó e outras cinco cidades influentes na rede urbana. In: BRANDT, M.; NASCIMENTO, E. *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem*. São Carlos: Pedro & João Editores; Chapecó: UFFS, 2015. p. 71-96.

FUNARI, P. P. A.; SILVA, G.J. *Teoria da história*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GAUDÊNCIO, P. *Programa Jovem Urgente*. São Paulo: TV Cultura, 1969.

GAVIRIA, M. R.; MENASCHE, R. A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 13, n. 1, p. 69-82, 2006.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. 1. ed., 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GEORGE, P. *Geografia rural*. São Paulo: Difel, 1982

GERBER, R. M. (Org.). *Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016: depoimentos e imagens*. Florianópolis: Epagri, 2016.

GERGEN, K. J. A Psicologia social como história. *Psicología & Sociedad*, v. 20, n. 3, p. 475-484, 2008.

GODELIER, M. *Lo ideal y lo material: pensamiento, economías, sociedades*. Madrid: Editorial Alfaguara, 1989.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

GOFFMAN, E. *Os quadros da experiência social*: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOITIA, F. C. *Breve história del urbanismo*. 3. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

GOLO, C. *Reconfigurações espaciais no Oeste catarinense*: considerações acerca do rural e do urbano (1917-2013). Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) – UFSM, Santa Maria, 2013.

GONZÁLEZ, Y. Juventud rural: trayectorias teóricas y dilemas identitarios. *Revista Nueva Antropología*, México D. F., v. 19, n. 63, p. 153-175, 2003.

GONZÁLEZ, Y. Óxido de lugar: ruralidades, juventudes e identidades. *Nómadas*, Bogotá, n. 20, p. 194-209, 2004.

GOULART, S. da S. Terras indígenas no Oeste Catarinense: uma questão histórica. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v.1, n.2, p. 39-46, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. *Nova Economia*, Belo horizonte. v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial*: migrações no Oeste do Paraná (1930-1970). 2. ed. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2008.

GROOPPO, L. A. A juventude como categoria social. In: GROOPPO, L. A. *Juventude*: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. p. 7-27.

GROOPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeme*, ano 13, n. 25, p. 9-22, dez., 2004.

GUARESCHI, P. Representações sociais e ideologia. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p. 33-46, 2000.

GUIGOU, J. Problemas de uma sociologia da juventude rural. In: BRITTO, S. (org.). *Sociologia da Juventude*: para uma Sociologia diferencial. v. II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 73-88.

HAAS, M. *Partidos políticos e a elite chapecoense*: um estudo de poder local (1945-1965). Chapecó: Argos, 2000.

HAESBAERT, R. *RS*: latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HALFACREE, K. H. Locality and social representations: space, discourse and alternative definitions of the rural. *Journal of Rural Studies*, vol. 9, n. 1, p. 23-37, 1993.

HALL, G. S. *Adolescence*: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion, and education. New York: D. Appleton & Co., 1904.

HEINSFELD, A. A região: algumas considerações. In: HEINSFELD, A. (org.). *A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense*. Joaçaba: UNOESC, 2001. p. 9-29.

HEINSFELD, A. *Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HOBSBAWM, E. Introdução. In: MARX, K. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 13-64.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLINGSHEAD, A. B. A juventude numa pequena cidade norte-americana. In: BRITTO, S. (org.). *Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. v. I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 95-118.

IANNI, O. O jovem radical. In: BRITTO, S. (org.). *Sociologia da Juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. v. I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 225-242.

INCRA. *Sistema nacional de cadastro rural: índices básicos de 2013*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais>. Acessado em 05/02/2019.

JAIDE, W. As ambiguidades do conceito de “geração”. In: BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da Juventude: para uma Sociologia diferencial*. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 15-27.

JOCHIMS, F. et al. O leite para o Oeste Catarinense. *Agropecuária Catarinense*, Florianópolis, v. 29, n.3, p. 18-21, set./dez. 2016.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

KAYSER, B. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*, Paris: Edition A. Colin, 1990.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KUMMER, R. Cerro Azul: etnografia de uma comunidade rural. In: BONAMIGO, C. A. et al. *História: conflitos e diálogos*. Francisco Beltrão/PR: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2015. p. 93-108.

KUMMER, R. Construção histórica da região Oeste de Santa Catarina: a supremacia do projeto colonizador. In: SCHNEIDER, C. R.; SILVA, C. L. (Orgs.) *História: traços de cultura e memória*. Francisco Beltrão: Grafisol, 2010. p. 97-112.

KUMMER, R. *Juventude rural, entre ficar e partir*: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola/SC. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNIOESTE, Toledo, 2013a.

KUMMER, R. O processo de constituição e reprodução da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina. In: Bonamigo, C. A et al. *História: Abordagens Culturais e Poder*. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2014. p. 151-168.

KUMMER, R. O viés enviesado: a migração rural feminina a partir do olhar masculino. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos. *Anais...*, Florianópolis, 2013b. p. 1-12.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Ethos Rural: a formação sócio histórica dos espaços coloniais da região Sul do Brasil. In: SCHNEIDER, C. R. (Org.). *História: imagens e narrativas*. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2013a. p. 105-119.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. *Tempo da Ciência*, v. 20, p. 201-219, 2013b.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. O Processo de Constituição e Reprodução da Agricultura Familiar no Oeste de Santa Catarina. In: BONAMIGO, C. A. (Org.). *História: Abordagens Culturais e Poder*. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2014. p. 151-168.

LANDAU, E. C. et al. *Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil*. Documentos 146, Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, nov., de 2012.

LASSANCE, A. Brasil: jovens de norte a sul. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 73-86.

LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEFEBVRE, H. Problemas da Sociologia Rural. In: MARTINS, J. S. (org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 144-162.

LEITE, T. P. *Juventude, espaço urbano e violência: a realidade juvenil no contexto dos bairros de Cascavel – Paraná*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

LEME, M. A. V. S. O impacto da teoria das representações sociais. In: SPINK, M. J. P. (org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 46-57.

LEMUS, R. B. Hacia una sociología de la juventud. Algunos elementos para la deconstrucción de un nuevo paradigma de la juventud. *Última Década*, CIDPA: Viña Del Mar, n. 9, p. 10-25, ago., 1998.

LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil*. 2. ed. Campinas: Ed. da UBICAMP, 1986.

LEVI, G.; SCHMITT, J. C. (orgs.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, S. M. V. et al. *Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural*. Brasília: MDA, 2013.

LISBOA, S. S. *Da Migração à Não-Migração: o exemplo de pequenas cidades da Zona da Mata Mineira*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LISBOA, T. K. *A luta dos sem-terra no Oeste catarinense*. Florianópolis: EDUFSC, 1988.

MACHADO, J. L. da S. *O Sertão e o Cativo*. Escravidão e Pastoreio: Os campos de Palmas-Paraná 1859-1888. Porto Alegre: Coleção Malungo-FCM Editora, 2015.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita (org.). *Sociologia da Juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. v. I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 69-94.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. (org.). *Karl Mannheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

MARGULIS, M; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (org.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.

MARQUETTI, D. *Bandidos, forasteiros e intrusos: história do crime no oeste catarinense na primeira metade do século XX*. Chapecó: Argos, 2008.

MARTINS, J. S. As coisas no lugar. In: MARTINS, J. S. (org.) *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 11-38.

MARTINS, J. S. *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, R. C. Ruralidade e regulação ambiental: notas para um debate político-institucional. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, v. 43, n.2, p. 249-266, 2005.

MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MARX, K. Trabalho, juventude e educação política. In: BRITTO, S. (org.). *Sociologia da Juventude*: da Europa de Marx à América Latina de hoje. v. I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 15-18.

MAZOYER, M., ROUDART, L. *História das agriculturas no mundo*: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDEIROS, L. S. et al. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 1, p. 117-142, jan-jun. 2014.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, M. A. de; SCHMIDT, W. Agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no Oeste catarinense: possibilidades para a construção de modelos heterogêneos. In: PAULILLO, M. I. S.; SCHMIDT, W. *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 71-98.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6. São Paulo: ANPED, p. 5-14, 1997.

MENASCHE, R. Debate. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 136-139.

MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, M. I. P. (org.). *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1969, p. 33-40.

MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 22: 83-99, 1982.

MONTAGNER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana.  
*Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.

MORMONT, M. Vers une redefinition du rural. *Recherches Sociologiques*, v. XX, n. 3, p. 331-350, 1989.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais*: investigações em psicologia social. 11. ed., Petrópolis: Vozes, 2015.

MYERS, D. G. *Psicologia Social*. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

NEIVA, A. H. Aspectos Geográficos da Imigração e Colonização do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 2, ano IX, p. 93-114, abr/jun., 1947.

NEIVA, A. H. *Getúlio Vargas e o problema da Imigração e da Colonização*. Conferência no Instituto Nacional de Ciência Política em 13 de dezembro de 1941. Rio de Janeiro: INPC, 1942.

NODARI, E. S. *Etnicidades renegociadas*: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

NODARI, L. Algumas considerações sobre as colonizações: o caso específico do Brasil. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p. 464-474, jul., 1940.

NOVAES, R. R. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V.; SPOSITO, M. P. (Orgs.). *Juventude em Debate*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 46-69.

ORLANDI, E. *Análise do discurso*: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PAHL, R. E. The rural-urban continuum. *Sociologia Ruralis*, v. VI, n. 3-4, 1966.

PAIM, E. Aspectos da constituição histórica da região Oeste de Santa Catarina. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, n. 14, p. 121-138, jan/jul, 2006.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, Lisboa, v. XXV, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PAIS, J. M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2. ed., 1973. p. 25-66.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, n. 28, 1987.

PAULO, M. A. L. *Os sentidos do ser jovem e as múltiplas situações juvenis no meio rural em um pequeno município.* XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, 2011.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PETRONE, M. T. S. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930).* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PIAZZA, W. F. *A colonização de Santa Catarina.* Florianópolis, BRDE, 1982.

PICCOLI, I. A. C. *A colonização do ex-Contestado.* Guia do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Livraria Central Alberto Entres, 1935.

PINHEIRO, A. A. A.; TAMAYO, A. Conceituação e definição de solidão. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 29-37, jan./jun. 1984.

POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 5; n. 7, p. 47-88; 1991.

PRADO JR., C. *Problemas de povoamento e a pequena propriedade.* Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio/ Boletim Geográfico, n. 12, mar., 1944.

PRIM, L. F. *Agricultura de grupo e projeto camponês:* avanços e limites na construção da cidadania – o movimento de cooperação agrícola no Oeste catarinense. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política) – UFSC, Florianópolis 1996.

QUEIROZ, M. I. P. de. *O campesinato brasileiro:* ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

QUINTANA, M. *Poesia completa.* Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2006.

RADIN, J. C. *Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense.* Joaçaba: UNOESC, 1996.

RADIN, J. C. *Representações da colonização.* Chapecó: Argos, 2009.

RECKZIEGEL, A. L. S. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.

REDFIELD, R. *The Little Community and Peasant Society and Culture.* Chicago: Midway Reprint, 1989.

RENK, A. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, A. *Migrações: de ontem e de hoje*. Chapecó: Grifos, 1999.

RENK, A; DORIGON, C. (Orgs.). *Juventude rural, cultura e mudança social*. Chapecó: Argos, 2014.

RENK, A; DORIGON, C. *Trabalho, juventude rural e mudança social*. São Paulo: 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2012.

RICARDO, C. O Estado Novo e o sentido bandeirante. *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, mar., 1941.

ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez., 2014.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROSENMAYR, L. A situação socioeconômica da juventude de hoje. In: BRITTO, S. (org.). *Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. v. I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 133-169.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado da atual da teoria. In: SPINK, M. J. P. (org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 19-45.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I). *Maná*, v. 3, n.1, p. 41-73, 1997.

SANTA CATARINA. Lei Complementar número 243, de 30 de janeiro de 2003. Disponível em [http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/#](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/#). Acesso em junho de 2017.

SANTA CATARINA. Lei Complementar número 284, de 28 de fevereiro de 2005. Disponível em <http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php#>. Acesso em junho de 2017.

SANTA CATARINA. Lei Complementar número 381, de 07 de maio de 2007. Disponível em <http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php#>. Acesso em junho de 2017.

SANTA CATARINA. Lei número 16.795, de 16 de dezembro de 2015. Disponível em [http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/#](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/#). Acesso em junho de 2017.

SANTOS, R. A. *O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP: Presidente Prudente, 2008.

SARACENO, E. *O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia*. Seminários INEA: Roma, 1996.

SAVAGE, J. *A criação da juventude*: como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. São Paulo: Rocco, 2009.

SAWAIA, B. B. Representação e ideologia – o encontro desfetichizador. In: SPINK., M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano*: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 73-84.

SCHALLENBERGER, E. *Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário*: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

SCHINDLER, N. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna. In: LEVI, G.; SCHMITT, J. C. (orgs.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 265-324.

SCHMITZ, P. I. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: CARBONERA, M; SCHMITZ, P. I. (orgs.). *Antes do Oeste catarinense*: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011. p. 73-104.

SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: LOZANO, F. V.; MEDIDA, J. G. F. (editores). *Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XX!*. 1. ed. Bogotá: Editorial Pontifícia Universidad Javeriana, 2009, p. 67-108.

SCHÜTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*: textos escolhidos. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SEYFERTH, G. A representação do trabalho alemão na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, n. 37, p. 1-33, out. 1982.

SILVA, A. L. *Fazendo cidade*: memória e urbanização no extremo oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2010.

SILVA, M. A. B. *Babel do novo mundo*: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925). Guarapuava: Unicentro/Niterói, UFF, 2011.

SILVESTRO, M. L *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução*: o caso do Oeste de Santa Catarinense. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SILVESTRO, M. L. et al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.* Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. *O fenômeno urbano.* Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2. ed., 1973. p. 10-24.

SIMONI, K. *Além da enxada, a utopia. A colonização italiana no Oeste catarinense.* Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2003.

SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises da uma pesquisa nacional.* 2. reimpress. São Paulo: Perseu Abramo, 2011. p. 27-35.

SINGER, P. *Economia política da urbanização.* São Paulo: Brasiliense, 1973.

SODRÉ, N. W. Fronteira Móvel: à margem do pensamento do Presidente Getúlio Vargas. *Revista Cultura Política*, ano 2, n. 18, p. 93-103, ago., 1942.

SOROKIN, P. A. et al. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J. S. (org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural.* São Paulo: Hucitec, 1981, p. 198-224.

SOUZA, C.; PAIVA, I. L. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estudos de Psicologia*, v. 17, n. 3, p. 353-360, set./dez., 2012.

SOUZA, S. B. *Extensão rural e juventude: a experiência dos Clubes 4-S em Minas Gerais (1950 - 1980).* Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

SPANEVELLO, R. M. *Jovens rurais, identidade social e reprodução geracional.* Ribeirão Preto: XLIII Congresso da SOBER, 2005.

SPINK, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M.J.P. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.* São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 85-108.

SPOSITO, M. E. Balanço e Perspectivas. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 123-127.

SPOSITO, M. E. *Capitalismo e Urbanização.* São Paulo: Contexto, 2000.

STRAUSS, W; HOWE, N. *Generations: the history of America's future, 1584 to 2069.* New York City: William Morrow Company, 1992.

STROPASOLAS, V. L. *O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens.* Tese (Doutorado

Interdisciplinar em Ciências Humanas) – UFSC, Florianópolis, 2002.

STROPASOLAS, V. L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 279-293.

SUSTAITA, E. A juventude rural nos países desenvolvidos e em via de desenvolvimento. In: BRITTO, S. (org.). *Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. v. I. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 205-224.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Crítica da Sociologia Rural e a Construção de uma outra Sociologia dos Processos Sociais Agrários. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1991.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideias. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 96-116.

TURNES, V. A. Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Taubaté. v. 4, n. 1, p. 155-194, jan-abr/2008.

VALADARES, A. A. et al. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (Orgs.). *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. p. 59-94.

VALVERDE, O. *A colonização do Sul do Brasil e problemas correlatos*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1951.

VARGAS, G. *Getúlio Vargas*. Organização de Maria Celina D'Araujo. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

VEIGA, J. E. da. *Cidades imaginárias*. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 43, p. 101-119, set/dez., 2001.

VELHO, G. Becker, Goffman e a antropologia no Brasil. *Ilha – Revista de Antropologia*, v. 4, n. 1, p. 5-16, 2002a.

VELHO, G. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, n. 68, p. 145-148, 2008.

VELHO, G. Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002b.

VICENZI, R. *Mito e História na colonização do Oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2008.

VILLAS BÔAS, L. P. S. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.140, p. 379-405, maio/ago, 2010.

VOVELLE, M. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. n.15, p. 87-145, out., 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-34.

WEBER, M. Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha. In: WEBER, M. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 413-437.

WEBER, M. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, O. G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2. ed., 1973. p. 67-88.

WEBER, M. *Conceitos sociológicos fundamentais*: metodologia das ciências sociais. Campinas: Cortez/Unicamp, 1992.

WEISHEIMER, N. *Juventudes Rurais*: mapa de estudos recentes. Brasília: MDA, 2005.

WEISHEIMER, N. *Sociologia da juventude*. Curitiba: Ibpex, 2008.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade*: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

WIRTH, L. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976. p. 89-112.

WOLF, E. R. *Sociedades Camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1995.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação* v. 21, n. 64, p.61-78, jan/mar, 2016.

## 10. ANEXOS

### 10.1 – Anexo I – Questionário Jovens Rurais

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA

#### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA EXPLORATÓRIA

Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.      Idade: \_\_\_\_\_ anos.      Sexo:  Feminino  Masculino

Comunidade e município em que reside:

---

1. Você reside no meio rural há quanto tempo?

a) Desde que nasci.      b) há \_\_\_\_\_ anos.

2. Você já saiu do meio rural para residir no meio urbano?

a)  sim.      b)  não.

3. As atividades que seu grupo familiar desenvolve são ligadas essencialmente à agricultura?

a)  sim.      b)  não.

4. Algum membro de seu grupo familiar (daqueles que moram na mesma casa que você) desenvolve outra atividade, que não seja ligada a agricultura?

a)  sim.      b)  não.

Em caso de resposta afirmativa, diga qual a atividade desenvolvida e por qual membro do grupo familiar. Ex.: Pai: motorista; Mãe: cozinheira; Etc.

a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_

c) \_\_\_\_\_

d) \_\_\_\_\_

5. Você pretende continuar vivendo no meio rural?

a)  sim.      b)  não.      c)  talvez.

6. Se você pretende permanecer no meio rural, ao que se deve essa decisão.

---

---

---

---

7. Supondo que você não pretende continuar vivendo no meio rural, qual é o motivo dessa tomada de decisão?

---

---

---

---

8. Do que você mais gosta da vida no meio rural?

---

---

---

---

9. Do que você menos gosta da vida no meio rural?

---

---

---

---

10. O que mais lhe incomoda na vida no meio rural?

- a) ( ) a dificuldade de acesso à renda.
- b) ( ) a rotina de trabalho;
- c) ( ) a falta de opções de lazer;
- d) ( ) a dificuldade de acesso aos estudos;
- e) ( ) conflitos internos com os membros do grupo familiar;
- f) ( ) questões de gênero;
- g) ( ) outro.

Qual? \_\_\_\_\_

11. Seus pais lhe incentivam a permanecer no campo?

- a) ( ) sim.
- b) ( ) não.

Em caso de resposta negativa, a que eles lhe incentivam?

---

---

---

---

12. Você participa dos projetos e das decisões que a família toma em relação à agricultura?

- a) ( ) sim.
- b) ( ) não.

13. Quais as dificuldades que você percebe para continuar a viver no campo?

---

---

---

---

14. Se você pretende continuar na agricultura, percebe facilidade em montar sua própria propriedade?

- a) ( ) sim.
- b) ( ) não.

15) O que estaria faltando no meio rural para que você permaneça nele ou para que ele melhore?

---

---

---

---

16. Desses demandas que você citou, quais delas entende ser competência das autoridades políticas implementarem?

---

---

---

---

17. Você entende que o meio rural está sendo bem atendido em todas as suas necessidades pelas autoridades políticas?

a) ( ) sim.                  b) ( ) não.

18. Existe alguma política específica que deveria ser implementada pelas autoridades políticas, especificamente para os jovens, para que pudessem permanecer no meio rural? Qual ou quais?

---

---

---

---

19) Como você define o meio rural?

---

---

---

---

20) Como você define o meio urbano?

---

---

---

---

**Pergunta específica para jovens do sexo FEMININO:**

21. Você vê com naturalidade a possibilidade de casar-se com alguém que vive no meio rural e permanecer vivendo no interior com seu cônjuge?

a) ( ) sim.                  b) ( ) não.

**Pergunta específica para jovens do sexo MASCULINO:**

22. Você imagina que teria dificuldade em encontrar uma companheira para casar-se, se continuar a viver no meio rural?

a) ( ) sim.                  b) ( ) não.

**10.2 – Anexo II – Questionário Jovens Urbanos**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ  
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA  
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA EXPLORATÓRIA

Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.      Idade: \_\_\_\_\_ anos.      Sexo: (       ) Feminino  
(       ) Masculino

Bairro e município em que reside:

---

1. Você reside no meio urbano há quanto tempo?  
a) (    ) Desde que nasci.      b) (    ) há \_\_\_\_\_ anos.
2. Você já saiu do meio urbano para residir no meio rural?  
a) (    ) sim.      b) (    ) não.
3. Os membros do seu grupo familiar se enquadram em qual dessas situações? (Podem ocorrer respostas múltiplas).  
a) (    ) Trabalho formal;  
b) (    ) Trabalho informal;  
c) (    ) Negócio próprio;  
d) (    ) Desempregada(o);  
e) (    ) Aposentada(o).  
f) (    ) Não trabalha.
4. Algum membro de seu grupo familiar desenvolve atividade que seja ligada à agricultura?  
a) (    ) sim.      b) (    ) não.
5. Você pretende continuar vivendo no meio urbano?  
a) (    ) sim.      b) (    ) não.      c) (    ) talvez.
6. Se você PRETENDE permanecer no meio urbano, a que se deve essa decisão?  

---

---

---

---

7. Supondo que você NÃO pretende continuar vivendo no meio urbano, qual é o motivo dessa decisão?  

---

---

---

---

8. Do que você MAIS gosta da vida no meio urbano?  

---

---

---

---

---

9. Do que você MENOS gosta da vida no meio urbano?

---

---

---

---

10. O que mais lhe incomoda na vida no meio urbano?

- a) ( ) dificuldade de mobilidade (trânsito);
- b) ( ) rotina de trabalho;
- c) ( ) falta de opções de lazer;
- d) ( ) violência;
- e) ( ) barulho;
- f) ( ) falta de liberdade;
- g) ( ) outro.

Qual? \_\_\_\_\_

11. Sua mãe e seu pai lhe incentivam a permanecer no meio urbano e desenvolver a mesma atividade que eles?

- a) ( ) sim.
- b) ( ) não.

Em caso de resposta negativa, a que eles lhe incentivam?

---

---

---

---

12. Você participa dos projetos e das decisões que a família toma em relação a trabalho e renda?

- a) ( ) sim.
- b) ( ) não.

13. Quais as dificuldades que você percebe para continuar a viver no meio urbano?

---

---

---

---

14. Se você pretende continuar no meio urbano, percebe facilidade em encontrar emprego ou montar seu próprio negócio?

- a) ( ) sim.
- b) ( ) não.

15. O que estaria faltando no meio urbano para que você permaneça nele ou para que ele melhore?

---

---

---

---

16. Como o poder público poderia melhorar a vida no meio urbano?

---

---

---

---

17. Você entende que o meio urbano está sendo bem atendido em todas as suas necessidades pelas autoridades políticas?

- a) ( ) sim.                  b) ( ) não.

18. Como você define o meio rural?

---

---

---

---

---

19. Como você define o meio urbano?

---

---

---

---

---

20. Você vê com naturalidade a possibilidade de casar-se com alguém que vive no meio rural e passar a viver lá?

- a) ( ) sim.                  b) ( ) não.

### 10.3. Anexo III – Municípios de Coleta de Dados Fora da Microrregião Extremo Oeste catarinense

<i>Mesorregião do Oeste de Santa Catarina</i>								
	<b>Município</b>	<b>G I</b>	<b>G II</b>	<b>G III</b>	<b>G IV</b>	<b>G V</b>	<b>G VI</b>	<b>QT</b>
22	Abelardo Luz	1	3	-	-	-	-	<b>4</b>
23	Águas de Chapecó	1	-	-	-	-	-	<b>1</b>
24	Bom Jesus do Oeste	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
25	Caibi	-	3	-	-	-	-	<b>3</b>
26	Campo Erê	-	2	-	-	-	-	<b>2</b>
27	Coronel Freitas	-	3	-	-	-	-	<b>3</b>
28	Cunha Porã	-	4	1	-	-	-	<b>5</b>
29	Cunhataí	-	2	-	-	-	-	<b>2</b>
30	Flor do Sertão	-	3	-	-	-	-	<b>3</b>
31	Galvão	-	4	-	-	-	-	<b>4</b>
32	Guatambu	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
33	Iraceminha	-	3	-	-	-	-	<b>3</b>
34	Iratí	-	4	-	-	-	-	<b>4</b>
35	Jardinópolis	-	2	-	-	-	-	<b>2</b>
36	Maravilha	-	12	-	-	-	-	<b>12</b>
37	Modelo	-	2	-	-	-	-	<b>2</b>
38	Nova Erechim	1	1	-	-	-	-	<b>2</b>
39	Palmitos	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
40	Planalto Alegre	1	-	-	-	-	-	<b>1</b>
41	Ponte Serrada	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
42	Quilombo	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
43	Saltinho	2	1	-	-	-	-	<b>3</b>
44	Santa Terezinha do Progresso	2	-	-	-	-	-	<b>2</b>
45	São Bernardino	4	-	-	-	-	-	<b>4</b>
46	São Carlos	1	-	-	-	-	-	<b>1</b>
47	São Domingos	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
48	São Lourenço do Oeste	1	1	-	-	-	-	<b>2</b>
49	São Miguel da Boa Vista	1	1	-	-	-	-	<b>2</b>
50	Saudades	-	1	-	-	-	-	<b>1</b>
51	Serra Alta	-	3	-	-	-	-	<b>3</b>
52	Tigrinhos	-	2	-	-	-	-	<b>2</b>
53	Vargeão	-	2	-	-	-	-	<b>2</b>
54	Xaxim	2	2	-	-	-	-	<b>4</b>
<b>Total</b>		<b>17</b>	<b>67</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>85</b>
<b>Total Geral</b>		<b>69</b>	<b>166</b>	<b>115</b>	<b>138</b>	<b>137</b>	<b>89</b>	<b>714</b>